



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ONTOLOGIA DO ESPAÇO:
CRÍTICA DA CRÍTICA DA ENTIFICAÇÃO SOCIAL DO SER ENQUANTO PRESSUPOSTO A
UMA TEORIA ESPACIAL INTERPENETRADA À “ONTOLOGIA DO SER SOCIAL”,
DE GYÖRGY LUKÁCS**

GILBERTO OLIVEIRA JR.

GILBERTO OLIVEIRA JR.

**ONTOLOGIA DO ESPAÇO:
CRÍTICA DA CRÍTICA DA ENTIFICAÇÃO SOCIAL DO SER ENQUANTO PRESSUPOSTO A
UMA TEORIA ESPACIAL INTERPENETRADA À “ONTOLOGIA DO SER SOCIAL”,
DE GYÖRGY LUKÁCS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Linha de pesquisa: “Produção do Espaço e Território Nacional”.

Orientador: Prof. Dr. Neio Campos

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Oliveira Jr., Gilberto

OOL48o Ontologia do Espaço: Crítica da Crítica da Entificação Social do Ser Enquanto Pressuposto a uma Teoria Espacial Interpenetrada à "Ontologia do Ser Social", de György Lukács / Gilberto Oliveira Jr.; orientador Neio Campos. -- Brasília, 2015.

481 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Geografia) -- Universidade de Brasília, 2015.

1. Filosofia e Epistemologia da Geografia. 2.
Ontologia do Espaço. 3. György Lukács. 4. Ontologia do Ser Social. 5. Marxismo. I. Campos, Neio,
orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ONTOLOGIA DO ESPAÇO:
CRÍTICA DA CRÍTICA DA ENTIFICAÇÃO SOCIAL DO SER ENQUANTO PRESSUPOSTO A UMA TEORIA
ESPACIAL INTERPENETRADA À “ONTOLOGIA DO SER SOCIAL”,
DE GYÖRGY LUKÁCS**

Doutorando: Gilberto Alves de Oliveira Júnior

Orientador: Prof. Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campos

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campos – Presidente
Universidade de Brasília – UnB / Departamento de Geografia – GEA

Prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins – Examinador externo
Universidade de São Paulo – USP / Departamento de Geografia – DG

Prof. Dr. Janio Laurentino de Jesus Santos – Examinador externo
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS / Departamento de Geografia – DG

Prof. Dr. Dante Flávio da Costa Reis Júnior – Examinador interno
Universidade de Brasília – UnB / Departamento de Geografia – GEA

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa – Examinador interno
Universidade de Brasília – UnB / Departamento de Geografia – GEA

Profa. Dra. Lúcia Cony Faria Cidade – Examinadora suplente
Universidade de Brasília – UnB / Departamento de Geografia – GEA

Brasília-DF,
07 de dezembro de 2015.

*Para os meus pais, Gilberto e Esther,
que procuraram me ensinar com a sua prática
a necessidade (objetiva e subjetiva) de dedicar
diário esforço ao trabalho.*

*E para os meus filhos, Igor e Helena,
que procuraram me reensinar a imoderada inocência
necessária para apreender a realidade de outro “lugar”,
partindo do formular a indagação: o que é?*

RESUMO

Ontologia do Espaço: Crítica da Crítica da Entificação Social do Ser Enquanto Pressuposto a uma Teoria Espacial Interpenetrada à "Ontologia do Ser Social", de György Lukács.

A determinação ontológica do movimento na qualidade de forma de ser, movimentada incessantemente a crítica afirmada para a sua negação no vir-a-ser que afirma nova crítica, unidade de continuidades e descontinuidades com a crítica precedente. Premente, por conseguinte, desvelar as determinações materiais nas quais se enraízam a concepção do ser apartado do não-ser consubstanciada na intransponível distinção entre ser e ente na qualidade de expressão das ideias em uma realidade invertida, falsamente apreendida.

Realidade idealmente reproduzida que, no entanto, possibilita alternativas correspondentes à realização de finalidades orientadas para a satisfação de necessidades historicamente determinadas. Os embates na produção e reprodução das finalidades a orientar as relações sociais se travestem da debilidade do movimento determinado e impotente para impor determinações à virtuosidade plena da imobilidade a movimentar o transitório. A diferença entre Ser e Ente se conforma na lógica formal destituída da contradição para afirmar o desenvolvimento do conhecimento no que em verdade o obstaculiza e o limita a permanecer, reduzindo o movimento ao imóvel, ao que movimentada mas não se move, ao que isola o conhecimento da realidade, ao que aparta ideia e matéria, ao que conserva e encarcera e não ao que transforma e liberta.

O tratamento concebido como movimento de crítica radical aproxima o primado ontológico a consubstanciar o enraizamento da constituição da existência social para instaurar as determinações ontológicas da existência à consciência se enuncia em Marx — sendo reafirmado em Lukács — ao afirmar que as categorias são formas de ser, determinações da existência. A categoria totalidade, à vista disso, constitui expressão da forma de ser da realidade em movimento e síntese de múltiplas e mútuas determinações das diversidades negadas na unitariedade que as afirmam. Por conseguinte, o movimento reflexivo dialético se nega enquanto ineliminável condição para o movimento que afirma, plasma identidade com a unitariedade entre identidade e não-identidade ou não concebe relação de identidade com a dialética, com a existência da realidade a expressar a contradição e incessante transmutação entre ser e não-ser. A totalidade por se transmutar e permanecer totalidade embora não idêntica ao momento precedente compreende uma categoria a sintetizar a unidade da diversidade. Essa diversidade movida e movente da/pela unidade contempla a relação de identidade (totalidade hodierna) entre a identidade (continuidades com a totalidade precedente) e a não-identidade (descontinuidades com a totalidade precedente). Ignorar a identidade da identidade com a não-identidade conforma a impotência da categoria constituir expressão da existência por não comportar a contradição imanente à existência da realidade em movimento do transpor incessante

do ser ao vir-a-ser que se põe de não-ser a ser. Em resumo, concomitantemente o ser é transposto a não-ser para que o vir-a-ser seja transposto de não-ser a ser enquanto determinação ontológica constituída e constituinte do movimento.

A realização da crítica condiciona a autocrítica que ontologicamente determina a negação da autoconservação por essa se constituir enraizada nas condições sociais que limitam a transformação pretendida pela crítica. A crítica da ciência enquanto condição ideológica e material da reprodução e realização do capital não se efetiva com a autoconservação da Geografia por conformar a necessidade de conservação da ciência a enraizar a concepção de distinção idealizada de superioridade que afirmaria permanência e nulidade do transcender as limitações ao negar a desumanidade da alienação concomitante ao afirmar as condições ao reconhecimento das necessidades e possibilidades orientadas às finalidades emancipatórias.

O progressivo comprimir do dispêndio de tempo na produção e produtividade de resultados nos diversos campos do conhecimento científico — o que não se realiza estritamente no âmbito do conhecimento ou equivaleria a afirmar a falácia do isolamento e a negar as determinações materiais e históricas das quais se constitui na qualidade de forma de ser —, se expressa na qualidade de necessidade e possibilidade objetivas concomitante ao fragmentar da forma e do conteúdo na orientação das finalidades da investigação e do apreender a realidade.

O convergir dos supraditos movimentos se conformam na constituição da consensual positividade da complexificação do conhecimento, delimitando o conceber da realidade e as supostas determinações objetivas a priori que constrange o apreender consciente das necessidades e das finalidades que se manifestam na imediaticidade na qualidade de desenvolvimento das potencialidades individuais e genéricas do ser social. Por conseguinte, a concepção de determinação ontológica supra-histórica e insuprimível destituem das intencionalidades sociais para naturalizar o imputar da maior velocidade e complexidade com menor tempo e tamanho do fragmento da realidade a conhecer, potencializando as condições de inversão da realidade.

Realidade invertida que deforma a apreensão consciente do correspondente subtrair da humanidade do indivíduo e do gênero da esfera social do ser por alienar as necessidades e finalidades da teoria e da prática, orientadas conscientemente no desenvolvimento das condições de empobrecimento da humanidade travestido em coisas falaciosamente providas de humanidade. Coisas que possuiriam identidade com a humanização do homem obnubilando o unificar o desenvolver da coisa no desenvolver do homem na qualidade de coisa, a conceber a mais primordial necessidade teórica e prática para a finalidade de desenvolvimento da coisa como a necessidade irrevogável da atividade humana.

O embate candente no âmbito das ideias se constitui no conceber do real e, nesta direção, a dominação das necessidades e finalidades da (re)produção material da sociedade necessita da dominação das categorias espaço e tempo enquanto formas de ser da matéria em movimento. O

apartar intransponível entre Ser e Ente concebe a indeterminação da concepção dominante de realidade que determina as condições para a reprodução da vida e do vir-a-ser dos indivíduos e do gênero humano.

Palavras-chaves: Filosofia e Epistemologia da Geografia; Ontologia do Espaço; Materialismo Histórico-Dialético; György Lukács.

ABSTRACT

Spatial Ontology: Critique to Critical of Social Being Entification as Presuppose at Spatial Theory Radicated Into “The Ontology of Social Being”, by György Lukács.

The ontological determination of the movement in its quality of way of Being incessantly moves the critic affirmed to denial it through come to be which affirms new critics, unity of continuities and discontinuities with the previous critic. Therefore, it is important to unveil the material determinations in which are rooted the conception of Being dissociated from Non-being consolidated in insurmountable distinction between Being and Entity in its quality of expression of ideas in an inverted reality, falsely apprehended.

Ideally reproduced reality that, nevertheless, allows alternatives corresponding to the realization of aims targeted to satisfy historically determined necessities. The confrontations in the production and reproduction of purposes to guide social relations cross-dress debility of determined and impotent movement to impose determinations to the full virtuosity of immobility that moves the transitory. The difference between Being e Entity conforms in a formal logic deprived from/of contradiction to affirm the development of knowledge in what, in truth, hindered and limit it to remain, reducing the movement to stationary, to what moves to what moves without moving, to what isolate the knowledge of reality, to what detaches idea and material, to what conserves and incarcerates and not to what transform and set free.

The treatment conceived as a movement from radical critic brings together the ontological primacy to underpin the root of the constitution of social existence to establish the ontological determinations of the existence to consciousness is stated in Marx – being reaffirmed in Lukács – by affirming that categories are forms of Being, determinations from/of existence. The category of totality, as a result of it, constitute expression of form of Being from reality in movement and synthesis from multiples and mutual determinations of negated diversities in an unitarity which affirm them. Therefore, the dialectical reflexive movement refuses as an ineliminable condition to the movement which affirms to mould identity with unitarity between identity and non-identity or don't conceive relation of identity with dialectic, with the existence of reality to express a contradiction and incessant transmutation between Being and Non-being. The totality by transmuting itself while remain totality albeit not identical to the previous moment embraces a category to synthesize the unity of diversity. This diversity moved and moving from/by unity contemplates the relation of identity ratio (nowadays totality) between the identity (continuity with the preceding totality) and the non-identity (discontinuity with the preceding totality). To ignore the identity of identity with a non-identity conforms the impotence of category to constitute an expression of existence for not affording the contradiction immanent to the existence of reality moving from transport incessant of

Being to come to be which puts itself from Non-being to Being. In short, concomitantly the being is transposed to Non-being to a Being come to be transpose from Non-being to a Being whilst ontological determination is constituted and constitutive of movement.

The realization of critic conditioned the self-critic that ontologically determines the denial of self-preservation because it constitutes roots in social conditions that limit the intended transformation through critic. The critique of science as an ideological and material condition of reproduction and realization of capital is not effective with the auto-conservation of Geography for conforming the necessity of conservation of science to be rooted in the conception of distinction idealized by superiority that would affirm the permanence and nullity of transcending the limitations to deny the inhumanity of alienation concomitantly affirm the conditions to recognition of necessities and possibilities oriented to an emancipatory purposes.

The progressive compressing of expenditure of time on production and productivity of results in various fields of scientific knowledge – which do not realize strictly in the extent of knowledge or it would be equivalent to affirm the fallacy of isolation and to deny the material and historical determinations that constitutes the quality of form of Being -, expressed in the quality of objective necessity and possibility concomitantly to fragment the form and content of the orientation of aims for investigation and for apprehension of reality.

The convergence of the movements above-mentioned conforms the constitution of consensus positivity of complexifying of knowledge, delimitating the conceiving of reality and the supposed objective determinations a priori that constraint the conscious apprehension of necessities and of purposes that manifestate in the immediacy by the quality of developing individual and humankind potentialities of social being. Therefore, the conception of suprahistorical and insuppressible ontological determination depriving from social intentionalities in naturalize the impute of greater speed and complexity with lesser time and size of fragmented reality to be known, strengthening the conditions of inversion of reality.

Reversed reality deforms the conscious apprehension of corresponding reduce the humanity of individual and gender social sphere of Being for alienating the necessities and goals of theory and practice, consciously aimed to the development of conditions for impoverishment humanity cross-dress in fallaciously things provided by humanity. Things that would had identity with men humanization obfuscating the unifying the developing of thing in the developing of men in the quality of thing, to conceive the most primary theoretical and practical necessity for the purpose of development of thing as an irrevocable necessity from human activity.

The confrontation in the sphere of ideas constitutes itself while conceiving the real and, in this direction, the domination of necessities and purposes of material (re)production of society requires the domination of the categories of space and time as forms of Being of substance in motion. The detachment between Being and Entity conceives the indetermination of the dominant

conception of reality that determines the conditions for the reproduction of life and the come to be of individuals and humankind.

Keywords: Philosophy and Epistemology of Geography; Spatial Ontology; Dialectical and Historical Materialism; György Lukács.

Supondo-se que a verdade seja uma mulher — e não é fundada a suspeita de que todos os filósofos, enquanto dogmáticos, entendem pouco de mulheres? Que a espantosa seriedade, a indiscrição delicada com que até agora estavam acostumados a afrontar a verdade não eram meios pouco adequados para cativar uma mulher? O que há de certo é que essa não se deixou cativar — e os dogmáticos de toda a espécie voltaram-se tristemente frente a nós e desencorajaram-se. [...]

Nietzsche

“Para além do bem e do mal”, Prólogo

*[...] Que parte de nós tende “para a verdade?” Detivemo-nos ante o problema da origem dessa vontade, para ficar em suspenso diante de outro problema ainda mais importante? Interrogamo-nos sobre o valor dessa vontade. Pode ser que desejamos a verdade, mas por que afastar o não verdadeiro ou a incerteza e até a ignorância? Foi o problema da validade do verdadeiro que se colocou frente a nós ou fomos nós que o procuramos? **Quem é Édipo aqui? e quem é a Esfinge?** Encontramo-nos frente a uma encruzilhada de questões e problemas. E parece, afinal de contas, que não foram colocados até agora, que fomos os primeiros a percebê-los, que nos atrevemos a confrontá-los, já que implicam um risco, talvez a maior dos riscos.*

Nietzsche

“Para além do bem e do mal”, §1, grifos nossos

*Redigido no processador de textos LibreOffice Writer, no Linux Mint,
com fonte Linux Libertine.*

Use software livre.

SUMÁRIO

PARTE I

FUNDAMENTOS, LIMITES E PRETENSÕES

CAPÍTULO 1.

PROSA DE ABERTURA:

O MOVIDO E O MOVENTE, O PERCURSO E OS PASSOS.....2

1.1. As Condições Materiais e a Concepção das Ideias: Primeiras Aproximações com as Necessidades Objetivas e Subjetivas do Tratamento de uma Ontologia ((Marxista-)Lukacsiana) do Espaço.....3	3
1.1.1. A Crise da Modernidade e o Pensamento Pós-Moderno: a Academia ao Encontro da Ontologia Heideggeriana.....5	5
1.1.2. A Ontologia Lukacsiana Enquanto Alternativa: Repensando a Geografia Crítica nas Contradições Hodiernas.....12	12
1.2. A Relação entre Filosofia e Ciência Como Condição ao Enfrentamento da Temática.....27	27
1.2.1. A Partida e os seus Direcionamentos: Existência, Consciência e Conhecimento.....31	31
1.2.2. A Tarefa de Exposição: Dos Elementos Preliminares.....42	42
1.2.3. As Indagações que Direcionam os Passos e o Percorso: uma Sinopse da Exposição.....45	45
1.3. Do Método e dos Procedimentos Metodológicos: os Movimentos e os Percursos da Investigação..50	50
1.3.1. Do Método de Investigação.....56	56
1.3.2. Dos Procedimentos Metodológicos.....62	62
1.4. Da Estrutura de Exposição: Composição e Articulação das Partes e Capítulos.....72	72
1.4.1. A Unidade, as Partes e os Capítulos da Estrutura: Apresentando a Forma e o Conteúdo da Exposição.....74	74

CAPÍTULO 2.

DO ENFRENTAMENTO DO TEMA À CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA:

INDAGAÇÕES QUE DESPERTAM O MOVIMENTO DA INVESTIGAÇÃO.....79

2.1. Da Natureza do Tema e a Geografia.....80	80
2.2. Da Proposta de Enfrentamento do Tema.....90	90
2.3. Da Temática da Ontologia do Espaço: Aproximações Iniciais para um Recorte no Interior das Divergências (e Polêmicas).....95	95
2.3.1. A Ontologia e Geografia e as Categorias Ontológicas da Presenticidade, da Alteridade e da Geograficidade em Biteti (2007, 2014).....97	97

2.3.2. A Crítica da Entificação Social do Ser em Reis (2009, 2012, 2013).....	102
2.3.3. A Crítica da Entificação Social do Ser, Técnica e Dicotomia GF-GH em Calçavara (2013)..	108
2.3.4. Diferença Ontológica, Lógica, Pensamento Geográfico e Fundamento Geográfico da Realidade em Martins, E. (1998, 2003, 2007, 2009, 2014).....	114
2.3.5. A Impossibilidade de Produção do Espaço e a Identidade Entre Espaço e Natureza em Escolar (1996).....	125
2.3.6. Ser-no-Mundo na Ontologia Heideggeriana Enquanto Contributo ao Debate da Ontologia do Espaço em Teixeira (2012).....	129
2.3.7. Os Contributos de Dardel e Relp e o Pensamento Heideggeriano Enquanto Fundamento à Ontologia Geográfica em Marandola Jr. (2012).....	131
2.3.8. O Ser-aí e as Categorias do Imediato na Constituição de uma Ontologia da Espacialidade em Holzer (1998).....	137
2.3.9. Ontologia, Sujeito, Arte e Lugar em Marinho (2010).....	139
2.3.10. A Ontologia do Espaço Fundamentada na Ontologia Lukacsiana em Moraes (1982).....	140
2.3.11. A Avaliação do Tratamento da Ontologia do Espaço na Geografia Crítica em Pedrosa (2012).....	142
2.3.12. Síntese das Críticas, Questões e Problemas: Condições Para a Construção do Problema.	142
2.4. A Construção do Problema Enquanto Movimento de Recorte do Tema.....	144
2.4.1. Considerações a Respeito dos Fundamentos da Ontologia Lukacsiana.....	153
2.4.2. A Problemática: Justificativas, Limites e Pretensões de Contribuição ao Tema.....	161

PARTE II

ONTOLOGIA E LÓGICA

CAPÍTULO 3.

DA ONTOLOGIA LUKACSIANA À ONTOLOGIA DO ESPAÇO:

OS FUNDAMENTOS PARA A INTERLOCUÇÃO COM AS INDAGAÇÕES.....175

3.1. Continuidade e Descontinuidade na Unidade do Ser.....	176
3.2. Trabalho e a Esfera Ontológica do Ser Social.....	185
3.3. A Unidade Entre Ideia e Matéria no Ser Social.....	200
3.4. “O Crepúsculo dos Ídolos” (Movimentos I-III): Crítica da Crítica da Entificação Social do Ser na Ontologia do Espaço Geográfico.....	215
3.4.1. Críticas ao Neopositivismo e ao Existencialismo na Ontologia Lukacsiana.....	217
3.4.2. Divergências, Problemas e Polêmicas no Debate da Ontologia do Espaço: Limites da Geografia Crítica Derivados dos Limites do Marxismo?.....	225

3.4.3. Despertar para uma Interlocação entre os Desafios da Ontologia do Espaço e a Ontologia Lukacsiana.....	232
---	-----

CAPÍTULO 4.

A DIVERSIDADE FORA DA UNIDADE NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO:

ONTOLOGIA E LÓGICA DIALÉTICA VERUS DICOTOMIA GF-GH.....	246
--	------------

4.1. A Unidade da Realidade e a Dicotomia Geografia Física/Geografia Humana.....	247
4.2. Dialética da Natureza (Movimentos I-III): Esclarecimentos, Tarefas, Percursos.....	254
4.3. Dialética da Natureza (Movimentos VI-IV): Conflitos, Diálogos, Proposta.....	281
4.4. Ontologia, Lógica, Gnosiologia: Unidade e Diferenças na Realidade, Unidade e Diferenças no Conhecimento.....	289
4.4.1. “Uma Simples Formalidade”: Identidade, Não-Contradição e Terceiro Excluído.....	291
4.4.2. “O Crepúsculo dos Ídolos” (Movimento IV-V): O Que é a Ontologia?.....	295
4.4.2.1. A Essência e o Movimento versus o <i>Perfeito Enquanto Princípio</i>	297
4.4.2.2. Ser e (Concomitantemente) Não-Ser, Seria Esta a Questão?.....	299

PARTE III

EPISTEMOLOGIA E HISTÓRIA

CAPÍTULO 5.

ESPAÇO, HISTÓRIA, EPISTEMOLOGIA:

A NEGAÇÃO DO ESPAÇO COMO A SUA DECISIVA AFIRMAÇÃO.....	310
---	------------

5.1. “O Crepúsculo dos Ídolos” (Movimento V): Determinações da Existência à Consciência.....	311
5.2. O Espaço Geográfico: de um Epílogo para um Prelúdio.....	319
5.3. O Espaço Geográfico: Ensaio para a Integração dos Fundamentos Ontológicos, Lógicos, Epistemológicos e Históricos.....	326
5.4. A Crítica e a Pertinência da Ontologia do Espaço: Determinações da Existência e a Existência da Consciência.....	358
5.4.1. As categorias ontológicas e as contradições sociais.....	366

CAPÍTULO 6.**PROSA (INFORMAL) COM AS COISAS FINDAS:****DO MOVIMENTO FINAL AO FINAL QUE SE MOVIMENTA (E SE AFIRMA NO SEU CONTRÁRIO).....370**

6.1. A Identidade da Identidade com a Não-Identidade: as Coisas Findas (Como Ser e Não-Ser) Ficarão ou “O Crepúsculo dos Ídolos” (Movimento VII-IX): Ontologia, Lógica, Epistemologia e História.....	371
6.1.1. A Necessidade Objetiva da Ontologia para a Crítica Radical: Síntese dos Contributos para Repensar a Teoria e a Prática... e a Geografia.....	373
6.1.1.1. Ontologia e Lógica: Dialética Materialista, Ontologia Materialista.....	377
6.1.1.2. Ontologia e História: Ensaio da Apreensão das Contradições Hodiernas e os Limites da Ciência.....	389
6.1.1.3. Ontologia e Epistemologia: a Geografia e a Relação entre Ciência e Filosofia.....	407
6.2. Passos, Percursos, Movimentos: Ensaio para a Síntese das Contribuições.....	430
6.2.1. Édipo e a Esfinge? (Movimento da Síntese de Encerramento).....	432
6.2.1.1. “O Crepúsculo dos Ídolos” (Movimento X-XII): a Modernidade e a Pós-Modernidade Enquanto “Pedras no Caminho” para uma Ontologia ((Marxista-)Lukacsiana) do Espaço.....	434
6.2.1.2. <i>O Momentâneo Findar dos Passos</i>	443
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	462

PARTE I: FUNDAMENTOS, LIMITES E PRETENSÕES

O pensador vê em seus próprios atos pesquisas e perguntas para obter esclarecimentos sobre alguma coisa: o sucesso ou o fracasso são para ele, antes de tudo, “respostas”. [...]

Friedrich Nietzsche

“A gaia ciência” (§41 —Contra o remorso), *grifos no original*

CAPÍTULO 1.
PROSA DE ABERTURA:
O MOVIDO E O MOVENTE, O PERCURSO E OS PASSOS

*[...] Calo-me, espero, decifro.
As coisas talvez melhorem.
São tão fortes as coisas!
Mas eu não sou as coisas e me revolto. [...]*

*O poeta
declina de toda responsabilidade
na marcha do mundo capitalista
e com suas palavras, intuições, símbolos e outras armas
prometa ajudar
a destruí-lo
como uma pedreira, uma floresta
um verme.*

Carlos Drummond de Andrade
Nosso Tempo

**1.1. AS CONDIÇÕES MATERIAIS E A CONCEPÇÃO DAS IDEIAS:
PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES COM AS NECESSIDADES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DO
TRATAMENTO DE UMA ONTOLOGIA ((MARXISTA-)LUKACSIANA) DO ESPAÇO**

O texto ora apresentado se orienta para a finalidade de desenvolver exposição enquanto unidade sintética a absorver o superar dos redirecionamentos, desvios e equívocos de momentos do processo de investigação e, do mesmo modo, o conservar dos resultados e ensaios que apontam para movimentos subsequentes advindos da integralização (momentânea) da investigação. Unidade, portanto, que aflora ao nível aparente da exposição o conservar, na qualidade de superfície, e acomoda recôndito ao nível essencial o superar, na qualidade de estrutura velada e desvelada na forma que a profere.

Nesta direção, a exposição contempla e se expressa enquanto constituição de uma unidade composta e definida objetiva e subjetivamente pela/na rearticulação posta no relacionamento das partes integrantes aos movimentos e aos resultados da investigação, que conserva (afirma) a investigação e a supera (nega). Em resumo, a exposição reorganiza os passos e o percurso da investigação, os reafirmando na qualidade de movidos e moventes por/de contributos ao tema por meio de novas condições objetivas.

A investigação se movimenta por um percurso demarcado genericamente na relação entre consciência e existência, entre conhecimento e realidade, entre subjetividade e objetividade. Essa demarcação genérica se relaciona com predominância de determinações na demarcação singular, que compreende as relações entre (1) as condições objetivas que

determinam as regras e critérios para o desenvolvimento da forma de produção/reprodução do conhecimento teoricamente sistematizado na Geografia e (2) os problemas reconhecidos na/da aproximação, oportunizada pelas aludidas condições, ao encontro do consubstanciar a apreensão e a explicação dos conteúdos da realidade contidos no escopo temático da disciplina.

Consideramos que a definição do ajuizar conduzido pela consciência para validar a coerência de uma teoria no desenvolvimento de uma perspectiva teórico-filosófica particular, se compõe fundamentalmente a partir das determinações impetradas pela existência, contudo, sem instituir absoluta identidade. Determinações que subordinam a coerência da edificação da forma teórica aos conteúdos da realidade apreendida e explicada na reprodução teórica, encetando um confrontar que deflagra o expressar de condições objetivas para o depreender da consistência de aproximação da teoria (forma) ao encontro da realidade (conteúdo).

Diante disso, o dispêndio de esforços concentrados na organização e aplicação de normas regimentais para o ajuizar das diversas teorias singulares e deliberar a validade dessas, empreendem resultados dotados de indubitável valor contributivo, mesmo quando as normas refratam a concepção de permanência e regularidade da realidade e se definem isoladamente no interior das fronteiras subjetivas da coerência. Logo, realçamos que o movimento de desenvolvimento das teorias assentadas e margeadas por critérios demarcados estritamente por propriedades da singularidade da coerência resulta no acréscimo de conhecimento que aproximam a consciência da existência.

No entanto, o isolamento da reprodução teórica na pureza da coerência não resulta no imunizar o conhecimento da contradição imanente de afirmação e negação da sua “essência genética”. Nessa perspectiva, convergem sintetizadas no conhecimento posto, condições para que o conhecimento resulte na aproximação entre a forma teórica e o conteúdo da realidade mas, tal-qualmente, condições para que o conhecimento resulte no reconhecimento de crescente quantificação das imprecisões da coerência das teorias.

A supradita contradição demonstra que uma parcela do conhecimento resulta em correspondência com a realidade e em concomitante inadequação com a coerência na qual o conhecimento se engendra, conseqüentemente, aproximação e inadequação entre a coerência e a realidade, a corroborar com imprecisões na coerência. Emanam dessa rota de desenvolvimento do conhecimento, determinadas condições quantitativas das imprecisões

que se transpassam em imprecisões dos critérios que qualificam a coerência das teorias, e provocam a insurgência de crises paradigmáticas nas ciências.

A necessidade inescapável de enfrentamento das supraditas crises enquanto afirmação de conservação e reprodução, hipoteca a coerência ao retomar da prioridade da consistência e, à vista disso, aflora o reconhecimento da sujeição da consciência às determinações da existência. Esses momentos se sintetizam como expressões historicamente determinadas do desenvolvimento das formas de apreensão e explicação racional dos conteúdos da realidade, e encerram para a tarefa primordial da investigação provedora de teorias o encargo de revisão da concepção a respeito da existência. Posteriormente, da restituição das relações entre as determinações da concepção de existência e a sistematização de regras que impõem impreterível submissão para a racionalidade na validação do conhecimento da realidade.

Por conseguinte, a singularidade dos momentos de crises paradigmáticas tornam objetivas as condições que acentuam o valorar da necessidade de relação entre Filosofia e ciência, aflorando em particular as possibilidades para o enfrentamento de questões de natureza ontológica. As condições, objetivas e históricas, se desvelam nos frutuótos debates com posições discursivamente enfatizadas na qualidade de fixadas, divergentes e irreconciliáveis que manifestam momentos do emergir da crise na Filosofia e na ciência. Na primeira, a exemplo da relação entre o racionalismo e o empirismo frente a necessidade de definir garantias da certeza do conhecimento, e igualmente na segunda, a exemplo da relação entre Einstein e Heisenberg frente a necessidade de (in)validar a incerteza do conhecimento na mecânica quântica.

1.1.1. A Crise da Modernidade e o Pensamento Pós-Moderno: a Academia ao Encontro da Ontologia Heideggeriana

Nas últimas décadas do século XX, se desenvolve uma profunda crise nas condições materiais de reprodução social a engendrar fenômenos com aspectos denunciadores de predominante originalidade não submetidos às normas vigentes para a apreensão racional, desencadeando a inclinação de negação da racionalidade objetiva manifestada, na particularidade do conhecimento científico, em crise paradigmática. A generalização do

reconhecimento da crise coadunada ao aprofundamento das problemáticas que a conservam, oportunizaram a intensificação quantitativa e qualitativa do desenvolvimento de candentes debates.

O agravamento forjado com o prolongamento desses fomentaram a repercussão dos caracteres radicalmente excludentes no âmbito teórico e, principalmente, na prática defrontada com os conflitos sociais historicamente determinados. A negação da racionalidade moderna, delimitada nas debilidades de discorrer e atender as problemáticas postas pelos aspectos originais que valoram as carências subjetivas, expressa o apartar hegemônico de 2 (dois) distintos consórcios de concepções da existência, opondo as perspectivas integrantes da “modernidade” às perspectivas que integram a denominada “pós-modernidade” como as alternativas existentes e visceralmente irreconciliáveis..

O desenvolvimento das concepções “moderna” e “pós-moderna” no enfrentamento das indagações determinadas pelos fenômenos que manifestam condições materiais fundantes da crise paradigmática, conformaram um mútuo distanciamento em direções opostas, mas que se afirmam no convergir para a iminência de árduos conflitos entre ambas. Conflitos definidos a partir dos objetivos divergentes emprestados às resoluções das indagações, polarizando o conservar ou o romper com a autoridade estabelecida pela predominância ideológica teórica e prática na reprodução social, com abrangência não restrita aos fóruns acadêmicos.

Nesta direção, compreendemos o desenvolvimento da modernidade pautado no domínio da natureza a partir da submissão da racionalidade às regras da natureza sistematizando um método enquanto critério de correção do conhecimento. Submissão que, entretanto, se afirma provedora da plenitude da liberdade humana em relação aos limites determinados pela natureza por meio da comprovação utilitária do conhecimento ao fragmentar a natureza para conformar a reorganização das regras da natureza.

A supradita reorganização se afirma enquanto finalidade prática da atividade intelectual e superestima a racionalidade por resultar nas condições para a efetiva inversão da submissão da qual parte. A ciência demarca, portanto, a finalidade do conhecimento interessado no sujeitar a natureza ao domínio do gênero humano provendo condições de adequação mais profícua da natureza às necessidades humanas. Condições que se expressam efetivamente na materialidade da existência da realidade por meio do transpassar do conhecimento científico em artefatos tecnológicos objetivados em máquinas e ferramentas

que movem o desenvolvimento da reprodução material da sociedade em orientação racional para o progresso.

A proposta de ruptura com as concepções da Filosofia clássica grega advinda das necessidades reconhecidas na Filosofia moderna determina que, para a realização da aludida submissão do sujeito ao objeto desconhecido, se torna indubitável o constructo de regras e critérios uníssonos, conformados no método. Método que dirige o sujeito nos procedimentos de investigação para a apreensão da verdade a respeito da natureza, que reside no conhecimento desvelador das propriedades estritamente intrínsecas ao movimento das regularidades do objeto. Logo, conhecimento puramente objetivo, o que o qualifica como superior e ratifica a centralidade ideológica do conhecimento científico na concepção da existência da realidade e, nesta, a vigência da dualidade entre sujeito e objeto.

Isso posto, para a apreensão da realidade, todo o conjunto de aspectos oriundos da subjetividade deveriam ser precisamente controlados por instrumentos. Para esses se atribui o encargo de qualificar as observações sistemáticas de testes empíricos para que o objeto transpasse ao conhecimento tal-qualmente como se constitui objetivamente, em identidade com a sua existência objetiva. Portanto, a concepção moderna da existência da realidade, da relação dos indivíduos com o gênero humano e com a realidade consagra o comportamento adequado que se orienta ao pleno desenvolvimento e liberdade do indivíduo e da sociedade, guiado pela ordem definida racionalmente por critérios objetivos.

O processo de desenvolvimento e complexificação da reprodução social orientada pela concepção moderna para a finalidade do progresso humano afluou a progressiva realização das potencialidades da sociedade sem, no entanto, o reconhecimento dos indivíduos de correspondente realização.

Ademais, a humanidade se conduziu para as duas Guerras Mundiais quando, explicitamente na última, o conhecimento científico se expressou em potencial real de dizimação do gênero humano, tanto na aplicação tecnológica em artefatos bélicos quanto na orientação do processo de higienização étnica realizado pela Alemanha nazista. O último, justificado na pretensão de construir uma sociedade composta pelos indivíduos dotados de maior qualidade enquanto necessidade para o desenvolvimento com maior plenitude da sociedade. Pretexto impositivo ao subjugar de indivíduos com caracteres biológicos aos quais se atribui o reconhecimento de práticas e atividades sociais que corrompem o desenvolvimento do gênero.

A modernidade desenvolve, portanto, uma progressiva carência subjetiva contraditória com as progressivas realizações da ciência, a instaurar uma fenda que se amplia e aprofunda a fragmentação entre as atividades práticas objetivas dos indivíduos submetidas à concepção moderna e a satisfação das necessidades subjetivas.

Os sentimentos precisamente humanos, o amor, o drama, a comédia, são subsumidos ao progresso objetivamente orientado por critérios da razão, e as carências da existência humana se orientam para satisfação mediada por atividades próprias da carência de reprodução da existência biológica, desumanizando o indivíduo no progressivo desenvolvimento do gênero. Nestas condições, o indivíduo não reconhece as suas necessidades existenciais de realização com a realização do gênero humano.

Os instrumentos disponíveis na ciência moderna compelem ao conhecimento científico o desconhecimento da deterioração do sujeito e desprezam as necessidades subjetivas de apreensão do sentido da existência do indivíduo em correspondência com a totalidade da existência. Transcorre uma convergência concomitante da razão, das condições materiais de reprodução e da existência humana, em influxo que conforma as condições do irromper de uma crise econômica e ideológica.

Diante dessas condições historicamente determinadas, os indivíduos reconhecem gradativamente os contornos da latente necessidade objetiva e subjetiva de interrogar a respeito do sentido da existência humana e a respeito da essência da técnica, o que remete o interrogar às atividades práticas dos indivíduos e ao conteúdo da realidade. Como resultado, categorizam e aquilatam consoante a problema arrebatador o polarizar da razão moderna manifestada nos artefatos técnicos em conformidade tanto com a potência desenvolvida pelo gênero humano quanto com o ruir, o vilipendiar, o desvanecer, o espoliar e o aniquilar os indivíduos.

Insurge das/nas condições de reprodução material da vida social o reconhecimento de prementes necessidades individuais destituídas de alternativas para satisfação, mas plenamente possíveis de satisfação nas condições postas, que movimentam o formular de questionamentos à modernidade e aos seus elementos fundantes. Questionar primordialmente dirigido a racionalidade e as regras lógicas para a apreensão do movimento e das regularidades da objetividade, e ao preterir e ao dilacerar da subjetividade, qualificada em conformidade a prevaricadora e falseadora da razão pois opositora absoluta da racionalidade e irrefutavelmente estruturante das ideologias medievais. Logo, em relação de

identidade com a irracionalidade como precisamente a própria a negação da ordem indelével da existência da realidade e, do mesmo modo, a negação da primazia e da superação humana em face das ordenadas determinações naturais.

A definição de irracionalidade, à vista disso, se constitui na qualidade de atributo desqualificador e pejorativo, com conteúdos demarcados fundamentalmente nas propriedades da subjetividade: os afetos, os sentimentos, os desejos, dentre outros. Propriedades que incorrem no constranger e no violentar a consciência, na medida em que partem de uma posição extrínseca à consciência para desferir o inocular e o infectar que enferma a autonomia da consciência e conduz juízos e ações transviados.

A necessidade de negação da razão congrega a negação da ordem racional da existência da realidade, a negação da totalidade, a negação das causalidades, a negação das regularidades, a negação das verdades. O pensamento pós-moderno, portanto, nega a forma racional no exame da existência da realidade, não distinguindo aparência e essência e instaurando um relativismo na concepção e apreensão da realidade e do homem, o que torna possíveis e válidos diferentes olhares definidos pelo sujeito.

Sublinhamos que a negação da forma racional permite a apreensão das discontinuidades, que se manifestam como rupturas, na qualidade de fragmento desprovido de necessárias causas precedentes, na qualidade de fenômeno indeterminado, restrito ao imediato. Essa concepção compõe uma das expressões do fluído penetrar naturalizante dos critérios de descartabilidade da mercadoria visceralmente determinante da reprodução do indivíduo e do gênero, e que reclama um transluzir incontido a se pôr, dentre outras emersões, na estreita delimitação da temporalidade que valida a vigência das publicações do resultado da investigação científica.

Vigência, por seu turno, a eleger as condições objetivas que confinam as finalidades da atividade acadêmica para o fragmentar da investigação e da exposição dirigida para publicação, fragmentar que se aprofunda para ampliar a frutuosidade quantitativa a dilacerar as qualidades contributivas marginalizadas no interior das finalidades. A possibilidade das publicações se consagrarem e permanecerem no exercício de atração de interlocuções se reduz ao ínfimo fragmento de tempo e de amplitude territorial quando comparada com a possibilidade proveniente de outras temporalidades da investigação e de outra densidade da exposição empregada na publicação.

As diferentes condições postas para a produção do conhecimento constrangem o

potencial para um espontâneo evocar enquanto apropriações cravejadas e dispostas na consciência a contemplar uma sucessiva integralização, a abrigar em quantidades e qualidades diversas e instáveis, conformada no instruir articulado dos autores, dos títulos, dos conteúdos, da estrutura de exposição, das condições históricas, dos interlocutores e da concepção filosófica e das suas especificidades nas publicações que depõem os resultados da investigação científica.

Nesta direção, proceder uma singela comparação da profundidade do assimilar e do reter autênticos na consciência entre (1) a expressiva apreensão das perspectivas em disputa e dos seus respectivos autores no século XIX e (2) o resignar do intento de rememorar os títulos, os conteúdos e os autores dos últimos artigos objetos de perscrutação para interlocução. A fragmentação da exposição na forma determinante do ajuizar a qualidade e a difusão do conteúdo, igualmente, se move ao encontro da proposta do desconstrutivismo e da miscigenação pós-moderna de categorias e conceitos fundadas em distintas perspectivas filosóficas, essas destituídas da manifestação no âmbito do aparente nos limites da extensão dos artigos científicos.

A (pseudo-)necessidade da reflexão teórica se deteriora preterida e subjugada ao exílio da investigação e da exposição, na medida em que o conteúdo aderido ao encorpar a exposição dos resultados se oferece por meio de pequena extensão de fragmentos e, nessa, residem estritamente uma sinopse, os procedimentos novos dados e informações, “desvelando” o fenomênico elevado ao imediato e desprovido de determinações teóricas e filosóficas.

Justifica-se, de acordo com a incompatibilidade com a racionalidade moderna, a convergência da necessidade de interrogar o sentido da existência humana e a essência da técnica com a possibilidade de recorrer aos fundamentos estabelecidos por destacados críticos da razão moderna, a exemplo de Nietzsche (1844-1900)¹ e Heidegger (1888-1976)². A influência do último ocorre de modo mais acentuado, principalmente por apresentar a

1 Friedrich Nietzsche, filósofo alemão que dedicou o fundamental da sua obra ao debate a respeito dos elementos estruturais da modernidade, desferindo indagações e críticas incisivas ao consenso que atribui superioridade valorativa aos procedimentos destinados a expressar a objetividade da verdade. As posições do autor, à vista disso, se aproximam dos direcionamentos postos pelas propostas desenvolvidas no âmbito da pós-modernidade.

2 Martin Heidegger, filósofo alemão de expressiva influência, considerado um dos pensadores fundamentais do século XX. Pesa contra o autor a sua proximidade não adequadamente esclarecida com o Nazismo, objeto de debates febris retomados por publicações recentes, a exemplo do livro “Heidegger: a introdução do nazismo na Filosofia”, de autoria de Emmanuel Faye, publicado em 2005 e traduzido para o português em 2015.

sistematização de uma ontologia existencial, e ao debate a respeito da técnica desenvolvido por Heidegger em coerência com a ontologia³.

Os fundamentos da ontologia heideggeriana convergem para as necessidades de qualificar a apreensão das condições postas enquanto potências para a negação da modernidade e, igualmente, para a afirmação da crise da razão moderna e dos direcionamentos desvelados para a ruptura com a redutibilidade do indivíduo na condição de sujeito. Convergir procedente dos constructos conceituais nos eixos estruturantes, existência e técnica, a remeter simultaneamente:

(1) ao homem na qualidade de “ente” dotado de singular qualidade da abertura. Qualidade que consiste na possibilidade de realizar outros modos de ser, contrapondo o homem aos demais “entes” que, pelas qualidades inerentes, não dispõem da possibilidade de ser de outro modo. Diante disso, o homem se encontra dotado da qualidade de interrogar e des-encobrir o “ser” e atribuir aos demais “entes” novas funcionalidades que os demarcam enquanto outros modos de ser — modos aos quais os demais “entes” não poderiam se transpassar autonomamente —, condição para possibilitar ao homem ser de outro modo.

(2) a técnica, por seu turno, consiste essencialmente no que permite des-encobrir ou des-velar o que não produz a si mesmo e, por conseguinte, retoma o significado original da verdade — *alétheia*, em grego — enquanto movimento que submete o velado ao desvelamento. Isso posto, ao se evidenciar o visceral entrecruzamento entre a verdade e o “ser”, se declara o imbricar da abertura que singulariza o homem com a técnica no des-velar de modos de “ser” e que anulam, ademais, a exterioridade entre o existir da realidade e o existir do homem, ao que se imputa o esquecimento na condição moderna tanto do sujeito quanto da técnica.

Nesta rota, no conceber da ontologia heideggeriana a existência do homem, e a essência do existir do homem, se funda na abertura e se dirige para o aprofundar do concatenar o homem com a realidade na medida em que des-encobrir outras formas de ser atribuídas aos demais “entes” des-encobre outras formas de ser do homem. Desvela, portanto, a unitariedade entre o des-encobrir dos modos de ser dos “entes”, o homem incluído, com o des-encobrir da existência, do “ser”.

A condição de sujeito na modernidade encarcera o homem da possibilidade de outros

3 A respeito da ontologia heideggeriana, ver Heidegger (2002a, 2002b). Para a sistematização que se debruça em particular sobre a questão da técnica, ver Heidegger (2007).

modos de ser ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, liberta nos demais “entes” outros modos de ser, tornando o apropriar do existir da realidade definida enquanto estritamente objetiva estranho ao existir do homem definido enquanto estritamente subjetivo. A modernidade instaura um estranhamento entre o des-encobrimento da existência da realidade na técnica moderna e o sujeito moderno, denominado de esquecimento do ser.

A modernidade, portanto, se realiza enquanto a negação da satisfação das necessidades existenciais do indivíduo, sublinhada na relação entre a ciência moderna e o esquecimento do ser. Nessa relação a técnica se revela enquanto ocultamento dos sentidos da existência nas próprias condições de negação da/na individualidade moderna que destitui o indivíduo de sentido e realização existencial.

O homem se reduz à racionalidade moderna na dualidade sujeito-objeto e não se afirma na qualidade de integrado ao reconhecimento do “ser” pelo “ente” que o interroga mas, ao contrário, na qualidade de esquecimento, na medida em que o indivíduo reconhece na realidade técnica a negação da sua existência, reproduzindo o estranhamento entre o existir do indivíduo e o existir da realidade.

1.1.2. A Ontologia Lukacsiana Enquanto Alternativa: Repensando a Geografia Crítica nas Contradições Hodiernas

No contexto de gênese que resulta no aflorar das crises econômica e paradigmática, György Lukács (1885-1971) se concentra no esforço de elaboração de uma “Ontologia” marxista⁴ (LUKÁCS, 1976-1981, 1984-1986, 2012-2013). Depreendemos que o autor considerou na oportunidade posta nas condições objetivas do momento de desenvolvimento e complexificação da totalidade social e manifestadas posteriormente no imediato nas crises econômica e paradigmática, a possibilidade de reafirmação do marxismo enquanto alternativa para o enfrentamento e superação radical da iminente crise.

4 Empreenderemos um debate de maior profundidade a respeito da ontologia lukacsiana e dos seus fundamentos e propósitos na exposição do item “2.4.1. Considerações a Respeito dos Fundamentos da Ontologia Lukacsiana”. No momento, procederemos uma concisa apresentação que confere relevo ao contexto da elaboração da obra e a apontamentos dos contributos ao tratamento da temática da ontologia do espaço na Geografia.

Nesta rota, demonstra o processo de gênese, desenvolvimento e complexificação da totalidade social, o que atribui invalidez aos falaciosos argumentos da harmoniosa e insuperável relação entre indivíduo e gênero na sociedade capitalista. Do mesmo modo, desvela a história do gênero humano enquanto alternativas realizadas frente ao horizonte histórico de possibilidades, sendo os limites de realização do indivíduo e do gênero expressões das alternativas definidas pelos próprios homens em sociedade.

A iminência do aflorar da crise na reprodução material e ideológica empregaria condições instáveis aos “discursos consensuais pactuados” na retomada das disputas a respeito das alternativas ao devir do gênero humano. Para tanto, Lukács se (auto-)atribuiu a outorga de coligir suntuosos esforços destinados a sustentar a composição de uma “Ética” marxista, para a qual considerou impreterível proceder a redação de uma “Ontologia” que consolidasse os fundamentos da especificidade do ser social e do movimento histórico de desenvolvimento e complexificação da/na reprodução da totalidade social enquanto substância introdutória da investigação pautada nas relações entre indivíduo e gênero humano⁵.

O contexto da finalização da Estética e o principiar da Ética se demonstra, pelo próprio autor, na nota introdutória da reedição da obra “Existencialismo ou Marxismo?” (LUKÁCS, 1979a) publicada em 1960. Nesta nota, Lukács reconhece a necessidade de revisão de alguns exemplos históricos para a crítica da fenomenologia e do existencialismo que realizou na primeira edição, no entanto, compreende que a redação final da Estética o impede de pensar em realizar uma transformação da obra, e afirma: “espero poder voltar à maioria dos problemas atuais da filosofia de Sartre, na minha obra sobre ética, que

5 De acordo com Tertulian (2010c, p. 21, *grifos no original*), “em 1960, após encerrar a primeira parte de sua *Estética* (cujos dois volumes iriam sair em 1963), Lukács decidiu bruscamente interromper o trabalho com esta obra para retomar o seu antigo projeto da *Ética* – desta vez com instrumentos intelectuais afinados pela experiência de toda uma vida. Como ele confidenciou a Ernst Fischer, em 18 de março de 1960, sua decisão foi determinada pelo sentimento de que ‘a ética é o ponto mais fraco de nossa teoria’ (ele se referia às debilidades do marxismo na elaboração de uma teoria da vida ética), e também por motivos pessoais. Aos 75 anos, sentindo-se pressionado pelo tempo, ele queria empregar suas forças na tarefa de precisar ‘o lugar da ética no sistema das atividades humanas’ – este era o título anunciado na carta a Ernst Fischer. Sabemos o que ocorreu depois: os trabalhos preparatórios da *Ética* se transformaram em um volumoso manuscrito, a *Ontologia do ser social*, concebida como necessária introdução à obra principal. No final de 1960, após ter redigido os *Prolegômenos à Ontologia*, Lukács mencionou, em uma carta a Ernst Bloch, seu projeto de escrever a *Ética*, intitulada, desta vez, *Entwicklung der Menschlichen GattungsmäBigkeit* [O desenvolvimento da especificidade do gênero humano]. Era tarde demais. Em junho de 1971, Lukács se foi. Acabara de fazer 86 anos. As ‘notas sobre a ética’, reunidas por um pesquisador dos Arquivos Lukács, Gyorgy Mézel, são os únicos sinais tangíveis do trabalho preparatório do filósofo com vistas à sua grande obra”. Oportuno realçar que a primeira edição do texto original da obra fora publicada somente em 1976, mesmo ano da edição italiana do primeiro volume, com o segundo publicado em 1981. Em alemão, publicou-se a edição integral em 1984. A publicação da obra em português ocorreu em 2012, com o primeiro volume, e em 2014 com o segundo.

empreenderei após ter terminado a estética” (LUKÁCS, 1979a, p. 14).

O transcurso do desenvolvimento obriga a transformação dos elementos introdutórios em uma obra autônoma, cuja elaboração compreende o extenso período de aproximadamente 6 (seis) anos, entre 1962 e 1968, expressando a carência de fontes de uma abordagem marxista sistematizada do tema, e do próprio caráter do método de exposição de Marx que não demarcou obras ou trechos extensos no tratamento particularizado dos elementos formais destituídos dos conteúdos da realidade social, carências que compeliram Lukács ao laborioso movimento de prover reflexões originais e convalidar a sistematização dessas pelo critério de correspondência com a longeva e volumosa obra teórica de Marx.

Por fim, ao diligenciar a preparação para a árdua atividade intelectual requerida para o tratamento escrupuloso do emaranhado complexo de problemas concernentes ao propósito da sistematização de uma “Ontologia” marxista, Lukács enfrenta os embargos coetâneos para uma proposta de retomada do marxismo. Diante disso, se defronta com a necessária tarefa de desfazer a repulsa advinda do estreito vínculo com as alternativas postulantes do insurgir revolucionário efetivamente realizadas e desmanteladas, que vulgarizam o ideário da invalidez a imputar ao socialismo/comunismo o atributo de alternativa comprovadamente falsa no campo da teoria e da prática política.

Considerando as condições materiais para a concepção das ideias, explicitamos a nossa compreensão da convergência das determinações históricas à consciência, na definição da tarefa empreendida por Lukács, em 2 (dois) pontos:

(1) acentuamos a disposição do construir da argumentação para a crítica coadunada a identificação entre o “neopositivismo” e o “existencialismo” deflagrada pelo autor imediatamente no princípio da ontologia⁶. Considerando a pretensão precípua da aproximação com uma ontologia marxista e a oportunidade de recuperar elementos de perspectivas diversas em diferentes estágios no decurso da aproximação, o adotar deliberado que demarca o rebentar do movimento da exposição percorrendo criteriosas análises a respeito de temas e questões aparentemente prescindíveis do figurar em um capítulo destacado, em particular no imediato contato com a proposta.

6 O tratamento concedido ao “Neopositivismo” e ao “Existencialismo” se encontra no princípio do primeiro volume da ontologia lukacsiana. Ver Lukács (1976), Capítulo 1: “Neopositivismo ed esistenzialismo”, Lukács (1984), Capítulo 1: “Neopositivismus und Existentialismus” ou Lukács (2012), Capítulo 1: “Neopositivismo e existencialismo”. Na presente exposição, abordaremos as considerações desenvolvidas por Lukács a respeito dos aludidos temas no item “3.4.1. Críticas ao Neopositivismo e ao Existencialismo na Ontologia Lukacsiana”.

Contudo, o dispor em destaque na estrutura da exposição nos faculta depreender a legitimidade de descortinar a hipótese da apreensão do aludido coadunar disposto por Lukács na condição de parte integrante de outro coadunar de maior generalidade, a enlaçar o “neopositivismo” e o “existencialismo”, respectivamente, com a concepção “moderna” e “pós-moderna”, encarregando-os do postular as correspondências com as posições que centralizariam a disputa ideológica e material deflagrada na crise iminente.

Outrossim, congruente evocar problemas olvidados e latentes que saturavam as tendências predominantes do marxismo no período que comporta do pós-Segunda Guerra ao termo da década de 1960, e “conciliavam” a subordinação do marxismo aos ditames da racionalidade lógico-epistemológica moderna do neopositivismo ou ao fragmentar da totalidade material, nos planos intelectual e político, próprio da pós-modernidade e inerente ao existencialismo.

O constrangimento do neopositivismo se manifesta caricaturado nos manuais compostos pelas leis gerais da dialética e pelas definições imobilizadas e formais das categorias carentes das determinações dos conteúdos, conferidas no marxismo mecanicista stalinista. O aproximar da pós-modernidade converge elementos do humanismo e do existencialismo, acentuando o último e, conseqüentemente, a influência de concepções filosóficas de autores como Søren Kierkegaard, Friedrich Nietzsche, Edmund Husserl e Martin Heidegger, possuindo enquanto maior expressão o filósofo e dramaturgo francês Jean-Paul Sartre (1905-1980)⁷.

(2) reforçamos a sobredita hipótese na própria estrutura da forma que acomoda o prosseguimento da exposição da ontologia lukacsiana, o que nos permite relacionar a ordem da exposição com o reconhecimento por Lukács das condições dispostas na massa documental para assentar a tarefa da concepção de uma ontologia marxista enquanto alternativa à “modernidade” e à “pós-modernidade” na disputa que irrompe da crise: a ontologia materialista de Hartmann, a lógica dialética de Hegel e a síntese germinal do pensamento dialético-materialista em Marx⁸.

7 Dentre as obras conceituadas do existencialismo de Sartre, no campo filosófico, citamos “O Existencialismo é um Humanismo”, “O Ser e o Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica”, “A Transcendência do Ego: Esboço de Uma Descrição Fenomenológica” e “Crítica da Razão Dialética”.

8 As referidas condições compreendem os 3 (três) capítulos subseqüentes ao capítulo a respeito do neopositivismo e do existencialismo e que integralizam a estrutura e o conteúdo do primeiro volume da “Ontologia do Ser Social”. Ver Lukács (1976), Capítulo 2: “L’impulso di N. Hartmann in direzione di una vera ontologia”, Capítulo 3: “Falsa e vera ontologia di Hegel” e Capítulo 4: “I principi ontologici fondamentali di Marx” ou Lukács (2012) Capítulo 2: “O avanço de Nicolai Hartmann rumo a uma ontologia autêntica”, Capítulo 3: “A falsa e a autêntica ontologia de Hegel” e Capítulo 4: “Os princípios ontológicos

Em relação ao neopositivismo, a associação do crescente desenvolvimento e complexificação do conjunto de regras e critérios formais que reafirmam de modo superior a predominância da autoridade do conhecimento científico, e as determinações qualitativas do desenvolvimento da forma asseguram a validade do conhecimento com a preterição das ambiguidades e incorporação da exatidão matemática que absolutiza o conhecimento.

Em relação ao existencialismo, a associação decorre da ênfase manifesta na rigidez imóvel expressa na noção de “diferença ontológica” entre o “ser” indeterminado e o “ente” determinado, que não permite a apreensão racional do “ser” e confere ao indivíduo a tarefa de construir subjetivamente a compreensão e o sentido da sua existência na apreensão fragmentada da realidade existente.

A existência da realidade não se apreende e não se produz racionalmente na medida em que sendo indeterminado, não se apreenderia o “ser” a partir das determinações constituintes da realidade efetiva, o que equivale a conceber o imediato indeterminado privado de relações contraditórias e determinantes imanentes ou provenientes de objetos extrínsecos. A apreensão do “ser”, portanto, recorre estritamente ao âmbito das ideias e não se encontra contido na atividade prática dos homens.

Ao relatar os resultados provenientes de análise historiográfica pautada em elucidar o empreender das condições que precedem e consubstanciam o encetar da finalidade posta para a elaboração da “Ontologia do Ser Social”, Frederico (2007) procede o realçar de eventos no decurso da trajetória de maturação intelectual de Lukács que articulam e se rearticulam no progressivo desvelar de uma narrativa explicativa.

O lapidar do curso da narrativa depõe a respeito do potencial de expressão dos traços no delinear a rota dos momentos no movimento de premer o reconhecimento objetivo de uma ontologia estruturante a permear o pensamento de Marx e determinada objetivamente pela reprodução, desenvolvimento e complexificação da realidade e, de modo concomitante, o progressivo reconhecimento subjetivo, por Lukács, da necessidade de enfrentamento da ontologia nas condições objetivas do seu tempo.

Frederico (2007) considera que a síntese das condições a partir das quais Lukács se orienta para a finalidade da elaboração da “Ontologia do Ser Social” se manifesta no finalizar

fundamentais de Marx”. [No original: “Nikolai Hartmanns Vorstoß zu einer echten Ontologie”, “Hegels falsche und echte Ontologie” e “Die ontologischen Grundprinzipien von Marx”].

da redação da “Estética”⁹, e se evidencia enquanto rearticulação de fragmentos coligidos no decurso do processo no qual apreende a unidade estruturante do pensamento de Marx. Nesta direção, Lukács declara o existir de uma continuidade e progressiva superação afirmada na investigação da qual resulta “O Capital” (MARX, 2012), sintetizando o encerrar de um percurso que emana relação de identidade e não-identidade com o princípio, delimitado nos “Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844”¹⁰ (MARX, 2004).

Prosseguindo, Frederico (2007) aponta que o objeto artístico expressa um resultado do primado da atividade consciente do sujeito sobre o ser, diferindo do conhecimento (Filosofia, Ciência) na qualidade de um produto tardio do desenvolvimento humano. A arte revelaria a consciência do mundo pelo homem e, nesta direção, o homem se torna autoconsciente por se reconhecer plenamente como pertencente ao gênero. Reconhecimento que permite tornar autoconsciente as ideologias expressas nos valores humanos em disputa e as alternativas existentes.

Diante disso, reafirmamos as hipóteses precedentes ao considerar que a extensa produção intelectual de Lukács a respeito da obra de arte em diferentes momentos da sua trajetória¹¹ e sintetizadas na “Estética”, enquanto a apreensão de uma teoria marxista da gênese e função da atividade artística na reprodução e desenvolvimento social, potencializaram o reconhecimento das tendências postas nas determinações históricas.

Esse potencializar ocorre de modo assemelhado ao reconhecimento de obras literárias que “antecipam” a realização efetiva de tendências históricas, a exemplo do demonstrado a partir das críticas literárias a respeito do antecipar as tendências de rupturas

9 Ver Lukács (1970) ou LUKÁCS, György. *Estética 1: La peculiaridad de lo estético*. Volumes 1-4. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1982.

10 Pertinente realçar a situação privilegiada de Lukács no contato com os manuscritos de 1844. Consistindo de anotações de estudos realizados por Marx e em formato indiferente à pretensão de publicação, a existência do texto somente se torna conhecida no final da década de 1920, coincidindo com o período em que Lukács residiria em Moscou, 1930-1945. Na década de 1920 o “Instituto Marx-Engels” obteve um expressivo apoio material e financeiro que permitiu executar a orientação política para a aquisição da obra integral de Marx e Engels. Lukács, portanto, teve a oportunidade de ser uma das primeiras pessoas a terem contato com o texto, apresentado por David Riazanov, que empreendia esforços para editar integralmente as obras de Marx e Engels, em projeto denominado “Marx-Engels Gesamtausgabe” ou simplesmente “MEGA”. A respeito do aludido contexto, em entrevista concedida à *New Left Review* em 1968, publicada no número 68, em 1971, Lukács afirma: “Quando estive em Moscou, em 1930, Riazanov me mostrou os manuscritos de Marx elaborados em Paris em 1844. Você pode imaginar minha excitação: a leitura desses manuscritos mudou toda a minha relação com o marxismo e transformou minha perspectiva filosófica”. Para mais esclarecimentos a respeito da “MEGA”, ver Cerqueira (2014).

11 A título de exemplo da produção intelectual do autor a respeito da obra de arte, citamos “O desenvolvimento do drama moderno”, “A alma e as formas”, “A Teoria do romance”, “Kafka ou Thomas Mann?”, “O romance como epopeia burguesa”, “Notas sobre o romance” e “Narrar ou descrever?”.

com a emergência de novos conflitos entre o indivíduo e o gênero humano em “Romeu e Julieta”¹², ou nos exemplos próprios ao contexto histórico em destaque, conforme indicado na exposição do esforço reflexivo a respeito da pós-modernidade por Harvey (1993). Ademais, a propriedade de Lukács dos problemas estéticos possibilita reconhecimento diverso ao que consagra a qualidade de irracional e óbice ao conhecimento qualquer conteúdo proveniente dos sentimentos e dos afetos.

Ao calcar o construir de reflexão a respeito da historiografia da crise da modernidade para além do âmbito estrito das proposições acadêmicas frente a crise paradigmática, Staal (2009) declara a predominância e a precedência do reconhecimento da crise da modernidade. Para o autor, isso posto, o limiar das condições precedentes ao discernir e ao inspecionar dos fenômenos manifestos das problemáticas componentes da crise paradigmática, conformando a posição de advogar a legitimidade do movimento de regresso com maior comprimento pela alegação do irromper da falência dos desígnios da modernidade transcender em momento tolhido de efetiva conexão e vinculação com o acatar da academia para o tratamento do tema e dos fenômenos.

Nestes termos, Staal (2009) declara que o pós-modernismo reproduzido nos discursos acadêmicos se robustece enquanto fulcro particularmente derivado e distado do precisamente radical reconhecer da crise da modernidade. Essa concepção que discerniu fenômenos denunciadores da iminência do ocaso a embargar os discursos emancipatórios estruturantes do projeto moderno que se dissiparam no reducionismo do indivíduo ao sujeito contraposto ao objeto.

O alvorecer das reflexões de caráter (proto)pós-moderno restaura o patrimônio espiritual do Ocidente enquanto direcionamento possível ao superar as patologias da modernidade em uma contraposição à objetividade técnica moderna erigida estritamente como subjetividade existencial pós-moderna estritamente resultaria no prenúncio de um conflito familiar.

Dentre os pensadores tratados por Staal (2009) realçamos o filósofo cristão Gabriel Marcel (1889-1973), que concentra seus escritos entre as décadas de 1920 e 1960, por esboçar

12 "Romeu e Julieta", de William Shakespeare, escrita em 1593, é uma versão do mito grego de Píramo e Tisbe. Incorpora concepção e valores modernos e os confronta com os valores dominantes da tradição medieval. Destaque para a concepção humanista e racional e os valores do individualismo, da ambição e da dúvida perante a tradição. Na obra, o confronto é representado pelas regras sociais tradicionais e a vontade individual de dois amantes pertencentes a duas famílias inimigas, e pode ser sintetizado na fala de Julieta a questionar que apenas o nome torna Romeu um inimigo, mas o nome não o torna quem Romeu é, do mesmo modo que a rosa não exalaria outro perfume se tivesse outro nome.

os principais temas da pós-modernidade. Afirmou a necessidade de transcendência da antítese entre sujeito e objeto para a realização da condição humana, sendo impossível a concepção isolada do sujeito e do objeto e, portanto, a existência humana consiste no experienciar real dessa tensão e não o isolamento em um dos “polos”.

A respeito da ausência desses pensadores nos debates atuais, conferindo evidente posição marginal dos pensadores que sublinham a crise, Staal (2009) elenca: a inexpressiva interlocução entre esses pensadores, não fomentando uma “escola”; o recurso ao redigir em forma de prosa, avessa ao modelo formal acadêmico; a inócua atuação política, distando do comunismo ou do nazismo; e da centralidade religiosa que transpassa em uma concepção cristã de existência e do destino do indivíduo e do gênero humano.

Por fim, o autor afirma que as proposições desenvolvidas nesse pós-modernismo primevo não demarca um descarte da razão que se direciona à subjetividade, mas se aponta o desacreditar dos grandes sistemas impessoais totalizantes, tanto do cientificismo naturalista reducionista quanto das ideologias ilusionistas dialéticas.

As reflexões compostas por Tertulian (2008) e calcadas na interpretação do âmago da “Estética”, consideram que a proposta lukacsiana de empreender a exposição de uma teoria a respeito da subjetividade estética compreende a tarefa de apreensão da gênese, das determinações imanentes a conjuntura genética na função social do objeto artístico e da dinâmica estrutural do movimento deflagrado no desenvolvimento de constituição dos fenômenos relativos à criação do objeto artístico.

A orientação da proposta, conforme Tertulian (2008), compele a necessidade impendente de construir uma concepção do relacionamento do complexo categorial estético com os demais elementos particulares da totalidade social para desvelar, com acento no desenvolvimento e manifestação das formas ideológicas, as contradições entre as carências humanas e as necessidades reconhecidas na reprodução social. Portanto, avaliza condições objetivas potenciais para tornar consciente aos homens simultaneamente as condições que conformam a sua humanidade e as suas necessidades de humanização.

Prosseguindo, o autor atesta que a elaboração da “Estética” se direciona para a apreensão da particularidade da obra de arte no interior dos fenômenos precisamente próprios da consciência humana e, igualmente, a particularidade dos últimos frente ao conjunto objetivo das condições históricas de um momento determinado da totalidade social. Considera possível reconhecer na exposição de Lukács, à vista disso, a recorrência do

acionar de argumentos característicos do campo ontológico nos aspectos fulcrais da fundamentação da teoria estética lukacsiana e que, no entanto, em correspondência com o escopo da obra em desenvolvimento, receberam tratamento desprovido de efetiva sistematização ou mesmo explicitação inequívoca do comportar atributos ontológicos na conformação teórica.

Na proposta lukacsiana, a constituição do objeto artístico desvela uma exteriorização da subjetividade distinta da engendrada no plano historicamente consagrado enquanto portador exclusivo da racionalidade, expressa no desenvolvimento da Filosofia e da ciência. Na última, principalmente, se realiza um movimento de apreensão movido pela subjetividade no interpelar de um objeto que detém existência independente dos domínios da subjetividade.

A obra de arte, desse modo, se configura plasmada em determinações no interior dos fenômenos integralmente restritos ao campo das propriedades qualitativas da esfera social do ser, por se constituir movida e movente da existência humana no confronto dirigido pela subjetividade dos indivíduos ao interpelar as condições postas na existência individual e genérica do homem.

A produção do objeto artístico se encarrega da apreensão dos aspectos restritos à configuração das características precisamente humanas na exteriorização da consciência do indivíduo a respeito das determinações da sua existência no relacionamento com o gênero humano. Portanto, no contato com os homens o objeto artístico confere o potencial de conscientizar e constranger o reconhecimento da humanidade forjada nas condições objetivamente postas e condiciona a apreensão das propriedades deflagradas nos sentimentos e afetos que, por seu turno, realçam a necessidade de recorrer ao tornar consciente as possibilidades de orientação do destino dos homens e de valorar a alternativa com necessidades propriamente humanas.

Em outros termos, o objeto artístico contempla a transposição da singularidade do indivíduo em uma das formas de manifestação da particularidade humana enquanto mediação ao conscientizar da universalidade instituída na genericidade humana e das formas ideais de apreensão das necessidades estritamente humanas a proceder a delimitação das possibilidades das atividades práticas dos homens em correspondência com o reconhecimento das carências historicamente postas no desenvolvimento e complexificação da sociedade à reprodução da humanidade do indivíduo. Carências, portanto,

ontologicamente afloradas no âmbito qualitativo que estritamente comparece enquanto necessidade objetivamente existente na esfera social de ser, condicionando a negação do carecer de humanização por meio da apropriação de elementos consagrados ao conservar e reproduzir a condição de ser precedente, ainda que forjados no constructo das relações sociais.

Desse modo, a obra de arte se conforma enquanto particularidade a congregar a potencialidade de desvelar no âmbito da subjetividade do indivíduo a conscientização da fratura entre as necessidades humanas e a reprodução da negação das condições objetivas para a satisfação dessas. Igualmente, instaura a conscientização das possibilidades históricas para a transformação dos direcionamentos das alternativas concebidas e gestadas na intensificação do sentimento de humanidade e de desumanidade reconhecido pelo indivíduo no contato com a obra de arte. A esse respeito, Lukács (1970, p. 262) advoga a condição precisamente humana e humanizadora da obra de arte, compreendendo:

o particular como categoria estética abraça o mundo global, interno e externo, e precisamente como mundo do homem, da humanidade; as formas fenomênicas sensíveis do mundo externo, por isso, são sempre — sem prejuízo para a sua sensibilidade intensificada, para a sua imediata vida própria — signos da vida dos homens, de suas relações recíprocas, dos objetos que mediatizam estas relações, da natureza em seu intercâmbio material com a sociedade humana. O universal, por seu turno, é tanto a encarnação de uma das forças que determinam a vida dos homens, como ainda — no caso em que ele se manifesta subjetivamente como conteúdo de uma consciência no mundo figurado — um veículo da vida dos homens, da formação da sua personalidade e do seu destino. Com esta representação simbólica do singular e do universal, a obra de arte revela — em virtude da sua essência objetiva, independentemente das intenções subjetivas que determinam o seu nascimento, - uma qualidade interna, em si significativa da vida humana, terrena. Ela conserva esta particularidade mesmo quando, por causas histórico-sociais, os motivos conscientes o seu nascimento têm caráter transcendental (mágico, religioso). Ela encarna e figura esses motivos — a forma é determinada pelo conteúdo — mas de tal maneira, artisticamente, que a transcendência é transformada involuntariamente numa imanência da realidade terrena. Por isso, podemos reviver esta transcendência nas obras do passado, mas a revivemos como destino humano, sob a forma de emoções e paixões humanas. Esta tendência espontânea que a arte autêntica manifesta para a imanência terrena é uma das razões pelas quais, tão freqüentemente, os idealistas extremados e os representantes ideológicos das religiões desconfiam da arte.

Por conseguinte, o objeto artístico restaura as alternativas na reapropriação do destino humano interpenetrado aos conteúdos da personalidade do indivíduo enquanto definidoras de uma perspectiva ética de caráter autenticamente humano plasmada na dialética da transposição incessante que movimentam as relações de instabilidade entre o

singular, o particular e o universal, o que conforma a reprodução dos conflitos vigentes na apreensão das ideias a orientar a prática direcionada ao intervir na conservação e reprodução da totalidade social, desvelando as determinações ideológicas da produção do objeto artístico.

Constata-se, à vista disso, uma perspectiva de integralização do destino dos homens assentada na reciprocidade das diferenças entre ontologia, estética e ética na unitariedade da autêntica humanidade do indivíduo e do gênero humano. Diante disso, a arte se expressa e promove o movimento de autoconscientização do desenvolvimento da humanidade e desvela as condições de reconhecimento das carências subjetivas confinadas no estranhamento entre o indivíduo e o gênero na imediaticidade objetiva da realidade. O transcender das limitações configura as condições de apreensão das falácias providas das necessidades particulares de determinado grupo de indivíduos que se travestem nas necessidades universais da humanidade e na finalidade teórica e prática da existência singular do indivíduo. Concomitantemente, esse transcender substancia o conscientizar da unidade dialética entre objetividade e subjetividade sintetizada no objeto artístico reconhecido na qualidade de expressão particular da autoconsciência do desenvolvimento objetivo e subjetivo da humanidade a despertar o encontro da singularidade do indivíduo com a universalidade do gênero humano.

Nesta direção, a permanência de uma perspectiva na centralidade do debate definidor da disputa pela predominância teórica e prática da concepção da existência da realidade consiste na disputa pela predominância ideológica que, por seu turno, equivale a predominância das condições materiais reproduzidas no âmbito das ideias. Em outros termos, a necessidade de (re)afirmação de uma ontologia marxista é composta pelo (1) conformar uma concepção da existência da realidade e da existência da sociedade coerente e consistente com a primeira, (2) recuperando as reflexões teóricas de Marx e Engels para demonstrar a correspondência entre a teoria e a concepção da realidade e (3) declarar as condições objetivas postas na crise econômica e ideológica enquanto oportunidades para a retomada da crítica radical do capital.

As condições materiais objetivas e subjetivas nas quais reproduzia a sua existência enquanto indivíduo oportunizaram a Lukács uma posição destacada para a apreensão e reprodução ideal do movimento das contradições da reprodução da totalidade social. Para além de destacada, depreende-se uma posição isolada no interior do marxismo, que em

expressiva predominância recorria ao tratamento da obra de Marx estritamente pelos direcionamentos epistemológicos da ciência moderna, conforme afirmam diversos estudiosos dedicados à biografia do autor, a exemplo de Lessa (2002), Oldrini (2002), Paulo Netto (1978), Tertulian (1996, 2009, 2011a, 2011b) e Vaisman (2007).

Essa predominância do tratamento epistemológico se evidencia na recepção da elaboração e do resultado da ontologia lukacsiana, manifestada em comentários com negação e ironia contundentes realizados por renomados marxistas, a exemplo de Theodor Adorno¹³, e mesmo pelos principais estudantes orientados por Lukács, a exemplo de F. Feher, A. Heller, G. Markus e M. Vadja¹⁴.

Consequentemente, a ontologia lukacsiana permaneceu marginalizada dos debates no interior do marxismo durante décadas e regressa com destaque somente na última década, desvelando os problemas do marxismo no enfrentamento das problemáticas hodiernas estritamente pela via epistemológica moderna¹⁵.

Na Geografia, a predominância da via epistemológica para a apropriação do marxismo se desvela nos percursos realizados pela Geografia Crítica e as decorrentes limitações para a proposição teórica e prática no enfrentamento das condições de reprodução da vida cotidiana no presente, representadas pela emergência e expressiva produção intelectual das perspectivas integradas à pós-modernidade.

No entanto, no interior da própria Geografia Crítica se manifesta o reconhecimento das dificuldades para uma interlocução concebida enquanto adequação da Geografia ao marxismo. Diante disso, 2 (dois) direcionamentos distintos se realizam:

(1) o primeiro, com o reconhecimento da validade das necessidades em debate na pós-modernidade, agregando ao marxismo categorias, conceitos e discursos engendrados por diferentes propostas.

(2) o segundo, com o reconhecimento dos impasses de apropriação do marxismo estritamente pela via epistemológica, o que se expressa na necessidade de tratamento da relação entre Geografia e Filosofia que direcionou a investigação da ontologia marxista e,

13 As controvérsias entre Lukács e Adorno serão abordadas no item “4.3. Dialética da Natureza (Movimentos IV-VI): Conflitos, Diálogos, Proposta”.

14 Ver F. Feher; A. Heller; G. Markus; M. Vadja. “Annotazioni sull’ontologia per il compagno Lukács”, **Aut-Aut**, Milão, n. 157-58, pp. 21-37, 1977.

15 São exemplos dessa retomada as pesquisas desenvolvidas por Costa, F. (2007), Costa, G. (1999, 2005), Fortes (2001), Lessa (1994), Lopes (2006), Sartori (2013) e Semeghini (2000).

nesta, em particular a ontologia lukacsiana.

A orientação dessa apropriação, no entanto, resultou no preenchimento incompleto das lacunas ao desenvolvimento teórico a respeito do espaço, conforme destacado em Biteti (2007, 2014) na problemática que denominou de “impasse ontognosiológico”¹⁶. Igualmente importante, contudo, o esforço na reflexão a respeito do impasse fundante da modernidade, denominado por Armando Corrêa da Silva (1986) de “impasse aristotélico-kantiano” e reformulado por dois de seus ex-orientandos, Elvio Martins (2014) e Ruy Moreira (2011, 2012), como “impasse aristotélico-cartesiano”¹⁷, que aparta o “ser” do “estar”. Depreendemos que a diferença fundamental entre os dois impasses reside na maior potencialidade de propostas para a transformação da realidade, no primeiro, e maior potencialidade para o entendimento da realidade, no segundo.

Os fenômenos manifestados em decorrência da incidência da crise econômica e paradigmática explicitaram limites e demarcaram lacunas na Geografia Crítica para o tratamento teórico das questões subjetivas afloradas no presente com a mundialização do capital, a exemplo do pertencimento, do enraizamento, dos conflitos étnicos-raciais, dentre outras questões.

Os percursos alternativos para a satisfação dessas necessidades na Geografia se relacionaram com os fundamentos pós-modernos da ausência de certezas absolutas presentes nas teorias modernas, na ausência da totalidade e a fragmentação da realidade conduzida por critérios não objetivos mas subjetivos.

Desses direcionamentos emergem relações com a apreensão da existência do indivíduo pós-moderno que expressa em si a fragmentação da busca de sentido na existência humana, ao comporem na teoria e na prática a definição da sua personalidade e da relação com o gênero humano miscigenando diversos elementos de distintas perspectivas teóricas e filosóficas, tanto na academia quanto na vida cotidiana.

Nesta direção, consideramos que a compenetração da proposta da tese para uma ontologia do espaço com a ontologia lukacsiana resulta em novas condições para a reconstrução de uma Geografia Crítica e radical ao encontro das necessidades e possibilidades de transformação da realidade social.

16 Abordaremos as contribuições da autora no item “2.3.1. A Ontologia e Geografia e as Categorias Ontológicas da Presenticidade, da Alteridade e da Geograficidade em Biteti (2007, 2014)”.

17 Trataremos da questão no item “2.4. A Construção do Problema Enquanto Movimento de Recorte do Tema”.

Para tanto, compreendemos a premente necessidade de desvelar a concomitante inadequação da Geografia ao projeto da ciência moderna, ao filosofar metafísico e ao fragmentar pós-moderno, na medida em que a Geografia se dirige para a apreensão e explicação racional das relações entre as diferentes quantidades coexistentes das qualidades da existência inorgânica, orgânica e social enquanto condições ao vir-a-ser da existência da realidade.

Conformando, nesta rota, a orientação para a concepção materialista da unitariedade da existência da realidade movida e movente das diferenças e das relações entre as diferenças na coexistência que relaciona quantidades e qualidades de determinações em incessante movimento e mudança. Por conseguinte, frente a concomitante inadequação da concepção da modernidade e da pós-modernidade, a proposta ora apresentada procura fundamentar orientações que ratifiquem a pertinência e legitimidade da aproximação da Geografia com a ontologia (marxista-)lukacsiana.

Em outros termos, a orientação para a apreensão das determinações da existência à consciência, orientação que simultaneamente nega o isolar absoluto da Filosofia e da Ciência e afirma a necessidade de reconstrução do relacionamento entre Filosofia e Ciência enquanto necessidade teórica e prática, objetiva e subjetiva, aos indivíduos e ao gênero humano. Outrossim, deve-se reconhecer a premência da apreensão da dilaceração da personalidade humana enquanto expressão no plano da subjetividade da crise da realização e reprodução material do capital sem, no entanto, recorrer ao ceticismo que inverte a degradação do estranhamento do sujeito na objetividade que o aparta das tendências autênticas de realização na relação com a generidade humana.

Do mesmo modo, o desvelar da manifestação subjetiva da dinamicidade objetiva da crise deve proceder sem postular a imposição da negação absoluta da objetividade estranhada e o direcionamento para os elementos conformadores da representação subjetiva que anulam as pretensões de uma racionalidade imanente no domínio essencial da manifestação imediata da existência e, portanto, declaram o instrumental disposto ao subjetivo da intuição e da apreensão por meio da experiência imediata do indivíduo posto e contraposto ao mundo. Contraposição que expressa o indivíduo em desencontro no relacionamento com o gênero por apresentar a negação da autenticidade do consubstanciar a satisfação do carecimento da personalidade, e situa o indivíduo na tendência de isolamento enquanto condição para a plenitude da identidade existencial.

Diante disso, principiamos a exposição com o germinar do movimento de aproximação com a sobredita necessidade e com a alternativa na qual reconhecemos substancial possibilidade para satisfazer a necessidade. Oportuno esclarecer que “o começo, na dialética, é sempre obscuro por conter tendências ainda não explicitadas, e só se torna plenamente compreensível no final, quando o 'desenlace' já se cumpriu” (FREDERICO, 2007, p. 42).

O princípio da exposição, portanto, consiste na manifestação da investigação no âmbito do imediato, que se afirma indeterminada na medida em que desprovida das determinações paulatinamente aderidas no movimento escalonado ao encontro do integralizar nas “coisas findas” que, no entanto, se desvelam no restituir de novos princípios. Por conseguinte, o pretense integralizar das determinações nas “coisas findas” se afirma ao se negar em novos princípios que, precisamente, manifestam o imediato e ensaiam direcionamentos determinados estritamente pelo/no movimento precedente, carentes de determinações.

* * *

1.2. A RELAÇÃO ENTRE FILOSOFIA E CIÊNCIA COMO CONDIÇÃO AO ENFRENTAMENTO DA TEMÁTICA

De modo incipiente e sintético, que confere uma simplicidade aparente a uma complexidade infinda e incessante, se considera ontologia o esforço reflexivo compenetrado em tratar do ser, do que existe, esforço movido e movente das indagações e resoluções orientadas à satisfação da necessidade social de apreender “o que é(?)” o que existe manifestado na imediaticidade sensível da realidade.

O tratamento da ontologia se (re)constrói por meio das ideias dos homens que expressam a formulação e a reprodução, na teoria e na prática, de uma concepção a respeito da forma de organização racional daquilo que existe. Tratamento que, igualmente, possui a necessidade objetiva, visceralmente interpenetrada e enquanto parte da concepção do tratamento, de conceber racionalmente a singularidade da existência da humanidade integrada a existência da realidade.

Nesta rota, o tratamento objetiva resultar na construção da resolução à indagação “o que é o indivíduo e o gênero humano(?)”, conseqüentemente, acatando a impreterível relação dessa resolução com a construção da resolução à indagação “o que é a realidade(?)”. Relação, portanto, concomitantemente de coerência e de diferenciação que oriente a apreensão da singularidade humana não dissociada da concepção do “lugar” da humanidade no interior da existência do “mundo”.

A complexidade e a necessidade de engendrar a concepção da existência se

manifesta, dentre outras conformações concretamente postas, no movimento em que a concepção se constitui ensejada/ensejando questões que se desenvolvem e desenvolvem respostas que resultam de modos distintos no decurso da história humana.

Os distintos modos se constituem, igualmente, pela forma de organização racional para explicar o que existe, com a finalidade de desvelar os “misteriosos” desafios impostos pela própria existência da realidade na redução de si mesma à sua sensível imediaticidade. E se distinguem, principalmente, quanto aos procedimentos que orientam o interrogar e os caminhos percorridos para a proposição da resposta.

Os supraditos desafios determinados pela redução da realidade à sua manifestação sensível e aparente, por um lado, se acrescem de complexificações oriundas das óbices postas para a “harmonização” da relação entre a forma de organização racional da realidade e os conteúdos da realidade apreendidos pelos sentidos. Esses desafios, por outro lado, se desenvolvem indubitavelmente permeados por constrangimentos prementes determinados e determinantes das necessidades individuais e genéricas da reprodução da existência social. Necessidades que, assim como as suas possibilidades de satisfações, são concomitantemente práticas e teóricas.

Os diversos esforços realizados para a construção de uma concepção da existência podem ser agrupados, em decorrência da raiz e da estrutura de sistematização, em 3 (três) âmbitos genéricos que expressam os supramencionados modos distintos: a Filosofia, a religião e a ciência. As estruturas de sistematizações desses âmbitos velam e desvelam as suas radicais divergências e essas, por seu turno, apesar de não se manifestarem constantemente no nível da aparência imediata, engendram conflitos movidos e moventes por disputas entre permanências e mudanças da predominância entre os aludidos âmbitos para/na reprodução social na teoria e na prática.

Cada âmbito singular se integra aos conflitos travados entre os âmbitos munido dos aperfeiçoamentos do próprio âmbito. Aperfeiçoamentos que, igualmente, engendram e resultam de conflitos travados nos limites interiores de cada âmbito singular pela disputa de predominância centrada em aspectos qualitativos, para valorar critérios definidores da validade das proposições, mas que apresenta expressão da validade com assemelhada correspondência quantitativa.

Em outros termos, a raiz idêntica a partir da qual se constroem propostas que acatam os limites interiores deliberados pelas regras de sistematização que definem a singularidade

de cada distinto modo e as diferenças entre esses, não convalida óbice suficiente para suprimir o desenvolvimento de propostas divergentes e das conflituosas disputas entre essas na Filosofia, na religião ou na ciência. Decerto, a singularidade das regras de sistematização potencializam ou arrefecem o germinar quantitativo de propostas divergentes, o que fatalmente incide no volume de conflitos ou consensos e na dinamicidade ou estabilidade expressas em termos de conservação ou mudança.

À vista disso, ao realizar a exposição que parte das indagações e resoluções postas pelos esforços das proposições movidas/moventes do desenvolvimento de uma disciplina específica, a Geografia, o texto ora apresentado neste Capítulo objetiva constituir o princípio do percurso da elaboração da tese proposta. Neste, particularmente o transcurso que, embora precedente a definição da temática, progressivamente se aproxima e aperfeiçoa essa definição. Esse aperfeiçoar institui fundamentos ao movimento subsequente, que parte da definição da temática à construção de aproximações sucessivas com indagações que se revelam coadunadas no problema.

Portanto, o movimento que parte do tema conserva em si o precedente movimento de tornar evidentes os candentes debates e desafios postos pelo (e concernentes ao) presente estágio de desenvolvimento da temática da ontologia do espaço. Nos esclarecimentos deste item inicial, nos propomos a apresentar e articular reflexões, expressas de forma germinal pois em termos correspondentes ao estágio de desenvolvimento da nossa exposição, nutridas das tarefas de:

(1) constituir concisa exposição dos argumentos pelos quais depreendemos o tratamento da temática não somente na qualidade de relevante em termos internos à sua singularidade, o que prestaria estritamente para fomentar oportunas justificativas que assegurem a tolerância da realização de investigações pertencentes à natureza da temática pela “comunidade geográfica”.

Mas, principalmente, para além de prover justificativas acadêmicas, expressar a objetiva e indispensável necessidade do tratamento da temática para preventivamente indagar a qualidade das condições postas, tanto para a forma proceder o desvelar de determinada singularidade na diversidade dos conteúdos da realidade quanto para a forma desvelar e constituir mútua interpenetração entre singularidade e generalidade do conteúdo da realidade e entre teoria e prática nas atividades dos geógrafos.

Dessa forma, o tratamento da temática, apesar de conferir ênfase e maior

propriedade a uma área singular, é um atributo não rigidamente exclusivo dessa área singular. Exclusividade que potencializaria a morosidade do estabelecimento das condições que tornariam possível à Geografia uma unidade de maior efetividade, para além das inegáveis limitações embrutecedoras nas/das quais emergem as dualidades que, por seu turno, se desenvolvem reproduzidas no desenvolvimento da Geografia.

Limitações que, decerto, não impossibilitam ou tornam inócuos os resultados de inegável importância ao conhecimento e que as respaldam mas que, no entanto, não estritamente negam o que efetivamente são como ajuízam as indagações da temática qualificando-as pejorativamente como metafísicas ou, quando assentadas em fundamentos do marxismo, “utópicas”.

(2) apontar indícios preliminares para corroborar as relações entre os fundamentos da forma e o enraizamento do conteúdo no tratamento da ontologia na perspectiva do marxismo. Nesta direção, igualmente qualificar na condição de justificadas as motivações da presente investigação de validar a integração do tratamento da ontologia do espaço à ontologia lukacsiana enquanto um direcionamento que resulte em possíveis contributos ao debate da temática.

Integração que necessariamente se desenvolve concomitante à interlocução com os movimentos reflexivos do “estado da arte” que ajuízam os limites e desafios que consubstanciam a massa documental da temática, tanto os autoatribuídos nas diferentes propostas de resolução das indagações quanto os atribuídos particularmente aos fundamentos do marxismo e da Geografia Crítica.

Para encetar a tarefa, partiremos de um ponto talvez no momento saturado por riscos. No entanto, ponto ao qual regressaremos em novas condições ao final do desenvolvimento integral da nossa exposição, em oportunidade que nos permitirá esclarecer o reconhecimento que o ponto de partida não é meramente um pressuposto ideal, ou seja, uma condição *a priori* determinada pela razão ou uma dedução qualificada enquanto princípio infalível.

1.2.1. A Partida e os seus Direcionamentos: *Existência, Consciência e Conhecimento*

A partida, contemplando os termos que definem os seus encargos, possui um fundamento ontológico que se põe na qualidade de pressuposto e sobre o qual se assentam os debates lógico (das regras que a racionalidade deve se submeter para conhecer), gnosiológico (da teoria do conhecimento e das condições do conhecimento) e epistemológico (dos princípios e resultados do conhecimento produzido pela ciência), sem impossibilitar que o desenvolvimento desses debates interrogue constantemente o pressuposto.

Portanto, a partida e a chegada convergem no propósito de investigar a relevância da ontologia do espaço para a Geografia e, por conseguinte, da Geografia para a apreensão crítica e propositiva da realidade. Esse ponto de partida pode ser sintetizado na expressão que, para além de relacionar existência e consciência, considera que a **existência determina a consciência**.

Considerar que a existência determina a consciência corresponde a considerar que o irromper da consciência deve necessariamente ser fundado enquanto consciência de “algo” não idêntico à própria consciência. O que implica a existência em-si desse “algo”, independente de qualquer relação com a consciência, como pressuposto do algo para-si transposto para a consciência, acarretando a supressão de qualquer relação de identidade, em termos dos princípios da lógica formal, entre existência e consciência.

Ademais, essa determinação igualmente implica que, na consciência, a existência (o ser) possua uma ineliminável relação de contradição com a inexistência (o nada). O resultado dessa contradição movimenta um contínuo e inconstante desenvolvimento e complexificação da consciência, renovando conjuntamente a contradição em outros estágios de desenvolvimento e complexificação, o que revela uma unidade dessas singularidades diversas. Blanc (1998, p. 13, *grifos no original*) aponta algumas considerações importantes sobre a questão, considerando que:

todo pensamento é pensamento de alguma coisa, pois, se assim não fosse, seria pensamento de nada, quer dizer, pensamento ainda da coisa 'nada' ou então um nada de pensamento, um não-pensamento. É, então, constitutivo do acto de pensar

a referência a um objecto em geral. Mas esta referência implica de per si a posição da existência do objecto pensado.

Ainda a respeito da reflexão em interlocução com essa questão, apesar de disposta em proposta com substanciais divergências, Marx; Engels (2001, p. 19-20, *grifos nossos*) afirmam que:

são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também os produtos do seu pensamento. **Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência**¹⁸.

A consciência, para ser consciência de algo, pressupõe esse algo como um objeto fora da consciência a ser apreendido pela consciência — o que possibilita à consciência parte fundamental da sua forma¹⁹ —, mas, do mesmo modo, pressupõe o reconhecimento na/pela consciência do não conhecimento do objeto. Diante disso, o não-conhecimento (do objeto existente fora da consciência) enquanto negação do conhecimento é o fundamento necessário ao movimento de um conteúdo na consciência, que é o (re)conhecimento do não-conhecimento, conseqüentemente, (re)conhecimento da impreterível relação entre existência (conteúdo) e consciência (forma), na qual a primeira é determinante.

Nesta direção, a consciência, ao integrar relações com objetos fora de si para constituir o erigir das condições para o seu existir, se confronta com um objeto existente e se reconhece impotente de qualquer possibilidade de afirmação a respeito do objeto, logo, esse reconhecimento é determinado pela relação com o objeto. Nessas condições, a única possibilidade objetivamente posta à consciência para satisfazer a elementar necessidade de conservar e reproduzir a sua existência, a compele a existir na qualidade de síntese da contradição entre o ser e o nada, entre afirmar-se e negar-se.

Dirigida pela finalidade de satisfazer a supradita necessidade, a consciência consente que o movimento para afirmar o irromper das suas potencialidades reside na negação de si mesma, negação manifestada no abrigo o nada enquanto forma de não-conhecimento do

18 Necessário considerar que, de acordo com Gorender (2001), em texto publicado como prefácio ou introdução à obra “A ideologia alemã” (MARX; ENGELS, 2001), na ocasião da redação dessa obra, no período entre 1845 e 1846, o que Marx e Engels trataram nesse contexto como “vida” corresponde ao que posteriormente trataram como “ser”.

19 Trataremos de modo mais apropriado da questão da forma ainda neste item.

conteúdo do objeto. A satisfação, isso posto, resulta na superação das condições expressas na afirmação da consciência enquanto consciência do nada, que move a contradição que a movimentou e a supera conservando-a em novas condições.

A existência afirmada no objeto, por conseguinte, determina a negação da consciência que incorpora a si o nada. O nada incorporado à consciência, entretanto, difere do nada absoluto na medida em que conforma o nada em relação ser manifestado na existência de um objeto que determina o nada e, do mesmo modo, a consciência que é consciência do nada.

Em outros termos, o estar na consciência movimenta o nada do “em-si” ao “para-si” da consciência e, nesse, o nada consiste na forma determinada pelo conteúdo da existência de um objeto para o qual a consciência se encontra impotente de forma de apreensão e atribui ao nada determinado a qualidade conteúdo.

A consciência é, portanto, uma **forma-conteúdo**. Nela, o conhecimento e o não-conhecimento são indissociáveis, de modo que esses são postos em movimento de superação pela forma-conteúdo e, da superação, põem em movimento a restituição da forma-conteúdo enquanto um outro momento do movimento da consciência, do conhecimento e do não-conhecimento.

O que nos interessa, particularmente, é elucidar o conteúdo. Primeiramente, deve-se reconhecer que a ausência desse conteúdo, o nada na consciência, apenas pode ser negada pela consciência do nada. O nada é condição para a sua negação e apenas pode ser determinado pelo ser, pela existência, pelo objeto reconhecido enquanto não-conhecido, a respeito do qual a consciência nada pode afirmar e, por conseguinte, objeto do qual a sua existência sensível determina ao sentido da consciência, nessa relação, a definição do que a consciência é.

Ao nada se atribui a definição que o qualifica como aquilo que não é, que inexistente. Diante disso, sem deixar de ser nada a consciência nada é, a consciência inexistente. Do mesmo modo, na medida em que não abrange integralmente a totalidade do que existe, a consciência se põe em movimento por se constituir da contradição entre o ser e o nada. A consciência se desenvolve negando e superando essa contradição, o que provoca a mudança da consciência do nada para a consciência do ser, invertendo a contradição que, contudo, se restitui no próprio movimento da realidade que impõe à relação com a consciência o reconhecimento de aspectos ainda não conhecidos.

A consciência apenas pode existir como consciência do nada em contradição ao ser, ao existente. Para ser consciência do nada, o ser, a existência, necessariamente a determina. Para deixar de ser nada (ou não ser) a consciência, enquanto mera potência de forma, se nega e se afirma como consciência do nada. Sendo o conteúdo da consciência a necessária negação do nada, a existência a determina, pois é o fundamento imprescindível para o movimento irreversível dessa negação.

Se, por um lado, na ausência da existência que conceda as condições para negar o nada a consciência inexistente pois nada é, por outro lado, a existência, o ser, não pressupõe a necessidade da consciência, ocorrendo precisamente o contrário. O conteúdo da consciência reside na contradição entre o ser (a existência) e o nada. Sem o ser, a existência, a contradição se torna nula e a consciência não pode existir por não possuir nenhum objeto fora de si enquanto possibilidade de conteúdo.

O nada, no entanto, possui um peso decisivo e inexorável pois, sendo expressão da determinação de um objeto existente que é reconhecido na qualidade de não-conhecido pela consciência, a contradição com o existente permite à consciência o movimento que nega o nada ao transformá-lo no reconhecimento do não-conhecimento do objeto em conteúdo que afirma e supera o nada. Esse conteúdo é constituído pelo conhecimento do não-conhecimento como síntese dessa contradição e como um novo momento do movimento que essa contradição instala ao superar e restituir a si própria.

A consciência é movimento, por um lado, porque é determinada pela existência, que é, ela própria, movimento²⁰. Por outro lado, o movimento da consciência é a negação do nada, sem o qual a consciência se encontra fadada à autonulificação. O **movimento é forma de ser da consciência** (e do seu conteúdo) porque sem movimento a consciência não poderia existir, não poderia passar do reconhecimento do não-conhecimento ao conhecimento e, posteriormente, retornar a um novo momento desse movimento. O movimento é a essência estrutural de tudo o que existe, e tudo o que é determinado pelo que existe não pode existir sem ser igualmente movimento.

É necessário considerar, porém, que o não-conhecimento do objeto existente torna-se consciente não pelo que o objeto é, mas pela relação do sujeito com a imediaticidade do objeto, pelo caráter fenomênico do objeto, ou seja, por meio dos sentidos que, inclusive, são

20 A questão do movimento como forma de ser da matéria, da existência, será abordada com maior propriedade na exposição desenvolvida na Parte II “Ontologia e Lógica”, com acento no item “3.1. Continuidades e Descontinuidades na Unidade do Ser”.

determinações materiais do desenvolvimento biológico não idênticos à consciência e condições necessárias ao existir da consciência. A negação do não-conhecimento do objeto (do nada) é, mais que o reconhecimento do objeto na sua imediaticidade, igualmente a negação do fenômeno como forma de ser do objeto pela afirmação da sua essência na consciência. Em outros termos, o próprio não-conhecimento se movimenta ao ser negado e regressa superado, dotado de maior complexidade.

A consciência, determinada pela existência (que tem como forma de ser o movimento), sob pena de autonulificação pela essência do próprio movimento como forma de ser da consciência, deve, ao negar o nada (o não-conhecimento) e tornar o objeto conhecido, necessariamente conduzir a uma reprodução ou transposição no âmbito das ideias do movimento real que se expressa no objeto. Dessa forma, evidencia-se que “o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado” (MARX, 2011, p. 28).

De forma concisa, a existência do objeto determina a consciência. O objeto existente, por ser existente, possui o movimento como forma de ser. Conhecer o objeto equivale a se apropriar do objeto na consciência, equivale a reproduzir na consciência a existência do objeto que a determina, o que necessariamente implica conhecer o movimento que é forma de ser da existência do objeto. Desta forma, a consideração de Léfèbvre (1970, p. 179, *grifos no original*) é extremamente elucidativa, pois aponta que nessa concepção:

o desconhecido é posto não como “transcendente” e absolutamente exterior, mas *ao mesmo tempo* como interior e exterior: exigido, solicitado de dentro pelo movimento do pensamento que avança para o conteúdo e o desconhecido; e, não obstante, exterior num sentido relativo, ou seja, como algo que necessita ser experimentado, provado, descoberto, a fim de tornar-se conhecido. No que se refere a esse desconhecido, o pensamento nada deve afirmar sobre ele, a não ser que se trata de um desconhecido determinado e, portanto, cognoscível. Em qualquer outra hipótese, o pensamento se destrói: tanto se defini-lo previamente, antes de conhecê-lo, quanto no caso de tomá-lo como algo “misterioso”, ou seja, como algo indeterminado e indeterminável e, por conseguinte como incognoscível.

Nesta direção, o método para proceder a investigação de um objeto é, para Marx, construído no movimento da consciência de se apropriar do movimento do objeto enquanto movente do seu movimento. Ao método é impossibilitado, por essa razão, ser independente do objeto ou ser determinado (estabelecido) *a priori* do movimento de investigação do objeto. Conhecer um objeto, torná-lo consciente, pressupõe um movimento da consciência

determinado pelo movimento do objeto.

Se a pesquisa científica pressupõe que a justificativa da investigação a respeito de um objeto reside na relevância atribuída a constatação da existência de determinado aspecto ou recorte desse objeto não adequadamente conhecido, o que expressa um momento da contradição entre conhecimento e não-conhecimento, não se pode pretender estabelecer a priori do movimento de investigação o método — compreendendo as regras e os procedimentos — que determinaria como a consciência deve se apropriar do objeto.

Essa concepção de pesquisa científica expressa a fragmentação entre Filosofia e ciência e as limitações de desenvolvimento da ciência impostas por esse isolamento, o que acarreta a ciência se encontrar fadada a perseguir problemas não solucionáveis. Isso porque, na medida em que essa concepção corresponderia atribuir à consciência, que investiga por reconhecer o não-conhecimento do objeto, a prerrogativa de determinar o movimento da existência do objeto previamente ao movimento necessário ao superar o presente estágio de não-conhecimento, o que resulta na possibilidade do método permanecer indeterminado pelo objeto e determinando o objeto, invertendo a realidade na consciência. Mais uma vez, reafirmamos que é o objeto, a existência, que determina a consciência.

Diante disso, considerando uma efetiva relação entre Filosofia e ciência, não existe espaço permanente para se corroborar o argumento do método desprezioso, neutro, sem referencial em posições a respeito da realidade existente. Esse argumento fundamentalmente manifesta uma “permuta” na qual se acatam os limites de apreensão e de transformação da realidade ao apartar a ciência da Filosofia para, em retribuição, no interior desses limites conferir maior celeridade às potencialidades de mudanças quantitativas do conhecimento da realidade e da própria realidade.

Potencialidades de mudanças condicionadas à imutabilidade (ou indiferença) da concepção da existência da realidade. Entretanto, manifestam na imediaticidade da existência sensível uma incessante e progressiva transformação relacionada e identificada em termos qualitativos com a superioridade da ciência e que ratifica o isolamento enquanto causador do acréscimo de dinamicidade no progresso da ciência, por sua vez causadora do progresso das transformações na realidade e das condições de reprodução da humanidade. Nesta direção, ocorre uma admissão da constante permanência do conhecimento, estritamente, no idealismo ou no empirismo e em seus distintos graus quantitativos de desenvolvimento, por impotência de superação qualitativa.

A partir das considerações dessa breve exposição, compete momentaneamente sintetizar o justificado e profícuo relacionamento entre Ontologia e Epistemologia, assentado no relacionamento entre Filosofia e Ciência orientado para a finalidade de mútuo desenvolvimento que preserva as diferenças que as singularizam. Isso posto, fundamentamos o percurso que justifica a pertinência do tratamento da ontologia na Epistemologia da Geografia e, conseqüentemente, o justificado dispêndio de esforços reflexivos da investigação da temática da ontologia do espaço.

Depreendemos, ademais, que a relação entre Filosofia e ciência se constitui inevitável para o desenvolvimento da última, pois teorizar a respeito de um objeto tem necessariamente um fundamento ontológico, da existência do objeto que determina a consciência que podemos ter desse objeto e a complexidade dos desafios para a apreensão do objeto que transcendem a singularidade do objeto. O que implica a existência determinar as condições de conhecer esse objeto (gnosologia) progressivamente articuladas com o conhecimento das relações que o integram com a realidade e quais os resultados possíveis dos esforços do conhecimento produzido pela ciência concernente a esse objeto (epistemologia) que, por seu turno, são determinados pelas condições de conhecer o objeto. À vista disso existe, portanto, uma relação fundamental entre Filosofia e ciência, o que não suprime que essa relação se expresse em distintas qualidades e quantidades — a exemplo das relações que reduzem a Filosofia à teoria do conhecimento — ou, ainda, que não se manifeste de modo explícito nos discursos proferidos pela ciência.

Reafirmando a posição de Marx (2011), a explicação e, nas suas particularidades, a explicação teórica, resulta do movimento de transposição da matéria (da existência) para o ideal e da interpretação processada no âmbito ideal. Transposição que ocorre principalmente por meio da atividade de órgãos materiais sensíveis a diferentes qualidades do conteúdo da realidade fora deles, e interpretação que igualmente ocorre por meio da atividade de órgãos materiais, em particular nas atividades do cérebro.

No entanto, apesar da transposição e da interpretação necessitarem de órgãos dotados de qualidades específicas, as qualidades desses órgãos existem ao integrar relações com demais órgãos dotados de qualidades diferentes. Logo, não somente relações necessárias entre os órgãos que exclusivamente centram o desenvolvimento das atividades da racionalidade ou dos sentidos mas relações igualmente necessárias com órgãos que desempenham funções indiferentes a essas atividades.

De modo que, a título de exemplo, o cérebro não desenvolve plenamente as suas qualidades com o funcionamento inadequado de órgãos integrantes do sistema respiratório ou do sistema circulatório que, apesar de dotados de atividades incipientes ou nulas em termos de articulação diretamente integrante dos sentidos ou da razão, impõem pelo seu inadequado funcionamento restrições quantitativas e qualitativas para a razão ou os sentidos desproporcionalmente maior que a atividade que executam diretamente para a razão ou os sentidos com o funcionamento normal.

Nesta direção, os fundamentos gnosiológicos da ciência devem ser determinados pelos fundamentos ontológicos tanto do seu objeto singular quanto da relação do seu objeto com a concepção da existência da realidade, o que impõe maior aprofundamento qualitativo para as perspectivas e prospectivas das teorias científicas, e aos seus princípios e resultados tanto teóricos quanto práticos.

Por conseguinte, **uma teoria que compreenda o espaço na qualidade de objeto é, necessariamente, integrante/integrada a uma ontologia do espaço.** Do mesmo modo, não se pode conceber tratamento e direcionamento orientados para uma resolução à indagação “o que é o espaço(?)” desintegrada e/ou destituída de coerência com uma concepção de resolução da indagação “o que é a realidade(?)”. Logo, a relação entre Filosofia e ciência é necessária ao tratamento da temática da ontologia do espaço.

A teoria, pelos supraditos motivos, é necessariamente crítica pois, ao reproduzir idealmente o movimento do objeto nas relações do objeto com o movimento da realidade impõe a negação do nada enquanto forma-conteúdo do não-conhecimento do objeto e realiza a superação do conhecimento previamente posto. Consequentemente, movimenta os indivíduos e o gênero humano para uma relação de maior convergência que progressivamente a aproxima de um mútuo desenvolvimento e complexificação a integrar a unidade e a diversidade da totalidade da existência.

Dessa forma, a teoria é o momento resultante do movimento da consciência que a conecta inexoravelmente às atividades práticas dos homens, como mediação de transformação do existente fundado na afirmação consciente dos homens no incessante movimento de autoconstituição do indivíduo e do gênero. Movimento no qual se engendram mudanças subjetivas e objetivas na constituição da realidade, expressas em diferentes intensidades quantitativas e qualitativas para o sujeito, para o objeto e para as condições postas ao relacionamento entre ambos.

Em outros termos, a teoria é necessariamente crítica porque permite reconhecer e conhecer na realidade os fundamentos da existência da realidade que se apresenta no âmbito do imediato, e eleva esses fundamentos ao reconhecimento das possibilidades concretas (existentes) de transformação da realidade (existente, portanto movimento em transformação) pela atividade prática dos homens. Isso posto, a teoria se consubstancia na prática constituindo a negação de relações meramente imediatas com a realidade, negação realizada nas próprias relações imediatas não mais idênticas pois desenvolvidas teórica e praticamente.

Por sublinhar essa potencial qualidade prática latente na teoria e que instaura condições de superação tanto da definição da ciência moderna de finalidade prática das atividades orientadas ao conhecimento da realidade quanto da concepção da Filosofia moderna a respeito do que é a realidade e das condições e regras para o seu conhecimento, Marx (2011, p. 29) pôde considerar que a dialética por ele fundada:

causa escândalo e horror à burguesia e aos porta-vozes de sua doutrina, porque sua concepção do existente, afirmando-o, encerra, ao mesmo tempo, o reconhecimento da negação e da necessária destruição dele; porque apreende, de acordo com o seu caráter transitório, as formas em que se configura o devir; porque, enfim, por nada se deixa impor; e é, na sua essência, crítica e revolucionária.

Escândalo e horror pois tanto as necessidades quanto as possibilidades de pensar em algo não existente na realidade no momento presente, são determinadas pelas condições existentes e a partir das quais o pensamento pode conceber de modo prospectivo reorganizações das condições existentes que possibilitem a realização de finalidades orientadas para mudanças que aprofundem as condições previamente existentes ou para a transformação repulsiva dos fundamentos dessas condições.

Portanto, procedendo a apreensão materialista e dialética da realidade, os homens se qualificam a reconhecer nas atividades práticas que realizam cotidianamente as razões da sua condição social de existência e, conseqüentemente, reconhecer nessas atividades as necessidades e possibilidades de transformação da realidade social para a transformação das condições individuais de existência e reprodução.

Nesta direção, para o pensamento manifestar o potencial de função prática para negar o existente e torná-lo afirmação do que no momento presente inexistente exceto em

termos de condições materiais reconhecidas enquanto possibilidades nas indagações e prospectivas do próprio pensamento. É necessário dirigir o conhecimento de modo circunstanciado o que existe e o movimento movido a partir das condições postas na afirmação do existente para as objetivas necessidades da sua negação e transformação. Para tanto, precede e intercala a necessidade de apreensão que encerra a premência do reconhecimento das condições sociais determinadas historicamente ao conhecimento, que se encaminha para a satisfação ao interrogar e se submeter ao interrogatório que compelem a aproximação entre a existência e a consciência.

A respeito dessa questão, Blanc (1998, p. 13) afirma que “de facto, mesmo quando se pensa algo apenas como possível ou imaginário, afirma-se implicitamente a sua existência como possível ou imaginária”. No entanto, nossa concepção a respeito da existência da realidade pode resultar em apreensão invertida da realidade e, igualmente, pode inverter na consciência dos indivíduos o que é possível e o que é somente imaginário.

Por fim, sublinhamos que a temática da ontologia do espaço e o seu tratamento, como pretendemos possibilitar a constatação com maior propriedade no decurso da exposição, integram visceralmente a concepção da relevância da relação entre Filosofia e ciência e, fundamentalmente por essa razão, distam consideravelmente de uma uníssona consideração de relevância, de uma uníssona definição qualitativa e quantitativa dessa relação ou mesmo de uma uníssona admissão de tolerância.

Depreendemos, pelo contrário, que a reflexão a respeito da ontologia do espaço se encontra, para além de imersa em polêmicas com interrogações que divergem quanto a própria validade do tema ou de tratamentos conferidos a esse, relativamente restrita e marginal frente a maior parte do amplo conjunto de temáticas com tratamento desenvolvido pela Geografia, inclusive, no interior dos debates da epistemologia da Geografia.

Decerto, a temática desfrutou de momentos de maior prestígio na história do pensamento geográfico, principalmente em ocasiões nas quais o interesse resultou no esforço de reflexão da produção intelectual de geógrafos com obras de acentuada expressão. Essa vinculação, entretanto, aparentemente definiu pressupostos não profundamente justificados mas difundidos na qualidade de “critérios de autoridade” que se atribuem como inquestionáveis para o tratamento do tema e que, dessa forma, propiciam que as retomadas do debate se concentrem na finalidade de afirmar os pressupostos com autoridade para o tratamento do tema a partir das mudanças que redefinem a predominância das perspectivas

filosóficas na produção dos geógrafos. Ou seja, um debate essencialmente formal.

Isso posto, dentre as propostas realizadas por geógrafos que dedicaram esforços ao enfrentamento da temática, constata-se a existência de perspectivas diversas e com diversos graus de desenvolvimento. Dessa diversidade suscitam conflitos e divergências de escassa produtividade por focarem em atribuir inferioridades que tendencialmente invalidam tentativas de interlocução, embora fomentem provocações, o que tem consequência em proposições incompatíveis entre si e que não contribuem para um mútuo desenvolvimento. No entanto, se devem aos resultados desses esforços reflexivos a permanência e o desenvolvimento do enfrentamento da temática.

Sublinhamos ademais a existência, no interior de uma mesma perspectiva, da afirmação e da negação da relevância ou mesmo da possibilidade da temática. Essa última, quando afirmada a impossibilidade, aponta que a temática não possui nenhuma razão para existir. Reside na afirmação da impossibilidade da ontologia do espaço uma potencial ironia, na medida em que a ontologia trata do ser, do que existe, e a impossibilidade relega à ontologia do espaço à inexistência.

As perspectivas e divergências no âmbito do tratamento da ontologia do espaço serão tratadas oportunamente no decurso da exposição desta primeira parte, principalmente no Capítulo 2²¹. Imediatamente precedendo ao desenvolvimento pormenorizado dessa discussão, conferiremos alguns breves apontamentos a respeito da inserção da natureza do tema na pesquisa em Geografia e um primeiro movimento de aproximação com o tratamento que concederemos ao tema no movimento de construção do problema e dos direcionamentos para os movimentos de resolução.

O encargo posto ao item imediatamente subsequente, no entanto, delega ao prosseguimento da exposição prover fomentos a um regresso ao momento precedente e que engendra um movimento hesitante de fundamentação, partindo de imprecisões e indefinições negadas progressivamente na afirmação do robustecer do processo de objetivar condições ao reconhecimento da temática.

Por seu turno, esse reconhecimento concomitantemente estimula redesenhos das

21 As perspectivas e divergências são desenvolvidas, de modo preliminar, na exposição do Capítulo 1, particularmente no item “1.2.2. O Título Enquanto Síntese da Proposta: as Interlocuções que Percorrem o Percorso com os Passos”. De modo mais aprofundado, na exposição do Capítulo 2, particularmente no item “2.3. Da Temática da Ontologia do Espaço: Aproximações Iniciais para um Recorte no Interior das Divergências (e Polêmicas)”.

delimitações do percurso para o tema e passos direcionados ao precisar a definição da temática que se movem ao encontro da apropriação das necessidades, essas desveladas nas propostas postas na massa documental que compreende o desenvolvimento desde o estágio germinal ao corrente do tema.

A densificação da apropriação das necessidades sugestionam indagações que remetem a possibilidades objetivas de tratamento da ontologia do espaço, e essas constroem o margem a consagrar condições para iluminar perspectivas de direcionamentos e ensaios.

1.2.2. A Tarefa de Exposição: Dos Elementos Preliminares

A tarefa de explicitação, na exposição, do percurso que compreende alicerçar as condições para a definição do tema enquanto demarcação do ponto de partida para edificar o movimento de construção do problema, esse, por sua vez, enquanto síntese de indagações que expressam as intencionalidades da investigação, se encontra entremetida por dificuldades diversas em qualidade e quantidade.

Dificuldades que, em termos objetivos, constituem maior ou menor possibilidade de manifestação em decorrência, precipuamente, (1) da natureza da complexidade da relação entre forma e conteúdo do tema, (2) da definição da opção para o tratamento do tema, (3) do estágio presente de desenvolvimento do tema, (4) das divergências ou consensos entre as perspectivas a respeito do tema e (5) da amplitude e profundidade da disseminação que confere o grau de vulgarização do tema, em particular na comunidade acadêmica da disciplina.

Diante disso, a definição da alternativa para iniciar a exposição do supradito percurso e, no decurso deste, do tender ao estilo predominantemente conciso ou circunspecto para externar o conteúdo incorporado à forma, constitui um problema para o qual é imperativo o manifestar de uma resolução, independente dessa se realizar de modo consciente ou inconsciente.

O problema, ademais, constitui uma necessidade objetiva que determina ao sujeito

racionalizar prospectivamente as possibilidades de satisfação que, ao se efetivarem pela atividade prática do sujeito, realizam indubitavelmente a não integralidade do desvanecer as dificuldades, o que determina ao sujeito a necessidade de valorar as dificuldades.

Constitui esse movimento de valorar, o emergir da incumbência de estabelecer, por um lado, as dificuldades que devem ser prioritariamente negadas e superadas pela manifestação da exposição e, por outro lado, as que se consente atribuir valor qualitativo prescindível — não ao “em-si” mas ao “para-si” da dificuldade em relação às determinações objetivas da necessidade — e, por conseguinte, resultam no conferir inferior relevância que se expressa na conservação e afirmação dessas dificuldades no existir da mesma manifestação. Manifestação que existe em contradição por negar e afirmar as dificuldades que a constituem, de modo velado ou desvelado.

No entanto, as referidas dificuldades se conservam, para além de determinações precisamente objetivas, acentuadas por aspectos subjetivos e fruto de tentações que se inserem no interior de um conjunto de problemas recorrentes ao processo de investigação, em particular nas áreas que compreendem as ciências humanas e sociais, ao qual Quivy; Campenhoudt (1998) denominam de “caos original”.

Dentre essas dificuldades, valoramos na qualidade de maior prioridade, a que consiste em expor o manifestar do problema considerando o movimento que o precede como algo dado e evidente, o que corresponde a apresentar o problema antes de dispor as relações e delimitações indispensáveis à construção do movimento de problematização no interior das condições existentes no tema de pesquisa, ou seja, sem que a exposição do percurso do tema à construção do problema tenha sido devidamente percorrido.

A definição desse valorar considera a premência de adversidades no movimento de anunciar as intenções de pesquisa peçadas dessa dificuldade prejudica a exposição do desvelar o recorte conscientemente orientado do tema com intuito de circunscrever, neste, as condições existentes para a formulação de indagações que apontem para direcionamentos frutuosos para a investigação.

Sublinhamos que esses direcionamentos somente podem ser antevistos — tanto no movimento de investigação do pesquisador quanto devidamente compartilhado por esse no movimento de exposição — por meio de fundamentos precedentemente postos pelas contribuições que resultam dos esforços de reflexões e pesquisas que substanciam o pensar para além, e necessariamente a partir, das determinações que se encontram de alguma forma

consolidadas na massa documental da temática.

Nesta direção, e partindo dos esclarecimentos iniciais deste item e do que o precede, o movimento preliminar de construir e declarar, com clareza, as pretensões e os limites das nossas contribuições ao tema se constitui no escopo da tarefa, e da meta, dos conteúdos da exposição deste Capítulo. Reafirmamos, incorporando os recentes esclarecimentos, que a adoção da alternativa do estilo de exposição com tendência circunspecta, ocasionalmente demasiada e prolixa, decorre da opção justificada com aparente ênfase na forma mas que, igualmente, se justifica quanto ao conteúdo, por desenvolver o tratamento do tema de modo marginal ao de maior amplitude e profundidade de difusão.

Diante dessas condições, a interpenetração forma-conteúdo constitui a necessidade objetiva da prática da exposição corroborar o aparecer coerente com a prática da investigação. Necessidade para a qual procuramos satisfazer com a finalidade posta de oportunizar de modo pormenorizado a apreensão das continuidades e descontinuidades propostas pela investigação. Para tanto, orientamos o manifestar das conservações e mudanças despidas de uma autoridade autoevidente que se envaidece vilipendiando as propostas existentes e enfatizando estritamente as divergências, o que qualificam as últimas desproporcionalmente aos seus contributos.

Movidos por essa orientação, pretendemos, concomitantemente à exposição da proposta que resulta da nossa investigação e da singularidade da mesma frente aos direcionamentos postos no estágio presente de desenvolvimento do tema, apontar para uma possibilidade de desconstrução de óbices “imaginários” interpostos às potencialidades para a interlocução entre as perspectivas divergentes. Apontamento a afirmar que as limitações que atribuímos a essas perspectivas não correspondem a destituí-las de qualquer contribuição com o aprofundamento das reflexões a respeito do tema, mas que a manutenção das contribuições nos alicerces em que se encontram velam as articulações que conservam com as condições materiais. O movimento de realização da finalidade por meio dessa orientação, igualmente, expõe acentuadamente as limitações do autor para a satisfação da necessidade afirmada, o que não destitui de qualidade a finalidade.

1.2.3. As Indagações que Direcionam os Passos e o Percurso: *uma Sinopse da Exposição*

Antes de concluir este item, compete esclarecer que essa é uma proposta inacabada, não estritamente pelo doutoramento inconcluso revelado no atual estágio da tese — desqualificada, ao menos por enquanto, pois que a potência de se demonstrar qualificada somente poderá se revelar no ato da qualificação —, mas pelos desafios que, acreditamos, se renovarão ao final. Por essa razão, esses terminam por remeter a um começo, mas a um começo que não possui relação de identidade com o princípio da pesquisa. Remetem, destarte, a um “novo” começo que apenas se torna possível pelo fim, independente de ser esse a afirmação ou a negação da validade do percurso. Dessa forma, “as coisas findas, muito mais que lindas, essas ficarão”²².

O percurso adquire significado na sua prática, no percorrê-lo, que indica as necessidades do método e da teoria, da necessidade da crítica — aqui igualmente uma autocrítica — aos passos realizados como condição ao devir dos passos. A prática do percorrer é, portanto, a indelével mudança do percurso e daquele que o percorre. Isso posto, se reafirma que “pra encontrar alguém ou alguma obra, é preciso ir ao encontro”²³.

Mas o percurso é inicialmente o enfrentamento de uma questão que se apresenta no diálogo com o nosso filósofo favorito — favorito no sentido de um, digamos, “*deleite pessoal*”, não de influência filosófica enquanto fundamento epistemológico — a partir da citação que inscreve a epígrafe do presente texto, na questão posta por Nietzsche: “**Quem é Édipo? Quem é a Esfinge?**”.

No texto ora apresentado, o autor se posiciona, dentro dos seus limites, como o Édipo, e o que se segue é, primeiramente, a tentativa de aproximação, por meio do percurso posto, para a definição acerca de quem é a Esfinge. Cabe, em seguida, reconhecer não somente a Esfinge, mas o que ela fundamentalmente indaga e, então, apontar, propor, caminhos para uma resposta. Essas são a “seta, a tarefa e, quem sabe, o alvo”²⁴, deste texto.

Nesta direção, sintetizamos o indagar da Esfinge nas seguintes questões:

22 Trecho do poema “Memória”, de Carlos Drummond de Andrade.

23 Citação atribuída a Henri Lefèbvre, embora sempre sem a indicação da obra.

24 Trecho do Prólogo da obra “Para além do bem e do mal” de Friedrich Nietzsche. Esclarecemos que a apropriação, aqui, é descontextualizada da exposição do autor.

(1) a ontologia trata estritamente do “ser” e do “ente”, conforme disposto na noção de “diferença ontológica”?

(2) perseguir a resolução da primeira indagação possibilita à ontologia lukacsiana o atendimento dos requisitos postos na noção de “diferença ontológica” para a definição da singularidade do “ser” e do “ente”?

(3) é necessária e possível uma definição ao tratamento da ontologia que conserve a diferença entre o “ser” e o “ente” e, concomitantemente, supere a diferença na unidade que restitui a diferença?

(4) essa possibilidade se encontra na redefinição da ontologia enquanto tratamento da síntese que manifesta no “ente” a imediaticidade sensível do movimento da contradição imanente entre o “ser” e o “não-ser”?

(5) essa redefinição consolida um pressuposto para uma ontologia do espaço?

(6) quais os direcionamentos essa ontologia do espaço determina para a construção de uma teoria a respeito do espaço?

(7) qual apreensão os movimentos ensaiados nesses direcionamentos possibilitam do movimento hodierno da reprodução da totalidade social?

Na exposição do percurso, o intento é compartilhar nossos interesses e inquietações, que consideramos de razoável complexidade, esclarecendo a pertinência das questões e concomitantemente dos passos e do percurso. Afinal, nos apropriando de esclarecimentos e solicitações evidenciadas em Santos (1996b, p. 7):

as aulas fáceis não têm o menor interesse; os livros fáceis não têm o menor interesse; as conferências fáceis são uma chantagem em relação aos que se dispuseram a escutá-las. Estou dizendo isto com o temor de que para certos dos presentes algo do que vou dizer possivelmente venha a parecer complicado. Estou desde logo solicitando-lhes a tolerância, mas também a atenção.

Para a exposição do percurso, no entanto, não pretendemos torná-la incompreensível no intuito de forjar um interesse e uma complexidade mas, ao contrário, tornar, na medida do possível, evidentes as questões e as nossas propostas para defrontá-las, o que implica tornar evidentes, tal-qualmente, os nossos limites e carências na formulação e no enfrentamento das questões como condição ao debate, à crítica e às sugestões.

Faz-se premente, para corroborar esclarecimentos ao percurso, comprimir o percurso em uma sinopse. A construção dos movimentos que compõem a exposição do presente texto objetivam asseverar o vital empreender da elucidação e instrução de fundamentos que ensejam a pertinência de uma proposta de reflexão a respeito da categoria espaço. Nesta proposta, concebe-se o tratamento da categoria integrado e integrante não estritamente aos fundamentos mas, igualmente, ao complexo arsenal categorial desenvolvido na ontologia lukacsiana (LUKÁCS, 1976-1981, 1978, 1979, 2010, 2012, 2013).

À vista dessa inclinação, intentamos apontar elementos que sustentem a concepção marxiana que apreende as categorias como formas de ser, determinações da existência (MARX, 2011). Essa concepção, portanto, impõe a premência do debate ontológico, a substancial necessidade de aclarar a existência. Nesta direção, abordamos o debate de forma a considerar que tudo o que existe integra o complexo de relações no interior do desenvolvimento e complexificação da totalidade da matéria em movimento, constituindo um ser geral concomitantemente diverso e unitário. Acerca desse ser geral, refletimos como a sua unitariedade compreende distinções e especificidades qualitativas que expressam a unidade da diversidade e o caráter complexo das relações que integram essa unidade e a movimentam e, portanto, integram o movimento da matéria e do ser e das formas específicas de ser: a natureza inorgânica, a natureza orgânica e o ser social.

A reflexão disciplinar de uma categoria enquanto objeto da relação da produção do conhecimento pelos sujeitos que realizam investigações no interior de determinado campo disciplinar, deve partir do pressuposto da impossibilidade de isolamento da área de conhecimento, determinado pela forma de ser da matéria que a(s) categoria(s) da disciplina expressa. As categorias como formas de ser, conseqüentemente, integram relações no interior de uma totalidade, o que afirma uma imposição da existência aos procedimentos para a apreensão e conhecimento da categoria.

A rigidez do isolamento disciplinar — com significante aceitação, sobretudo prática, nas mais diversas ciências — é expressão, por um lado, da concepção de completa autonomia da teoria do conhecimento perante a ontologia (existência), que expressa a concepção de superioridade (em termos valorativos e não precisamente real) da ciência perante a Filosofia.

Por outro lado, implica que o aprofundamento do conhecimento acerca de uma determinada categoria remeta necessariamente ao aprofundamento do conhecimento acerca

das relações da categoria no interior da totalidade, o que resulta, também, no aprofundamento do conhecimento acerca da totalidade. Desvelar as relações da existência expressas na categoria, e que resulta no conhecimento da categoria, implica desvelar as relações entre os sujeitos como formas de ser social e o objeto, ou seja, reconhecer como a existência das ideias – da reprodução ideal da categoria como expressão da existência – possuem, na sua essência, relação com objetos fora dela e que a determinam.

Essa compreensão não equivale a considerar a consciência passiva mas, precisamente, estabelecer a prioridade ontológica à existência. Não equivale, igualmente, a considerar a pertinência de uma dicotomia entre existência e consciência mas, fundamentalmente, desvelar ontológico-geneticamente a consciência e as funções ontológicas da consciência. As determinações se evidenciam, inclusive, no processo de conhecimento, quando a existência dos objetos determinam que o aprofundamento do conhecimento se realize na reprodução ideal do movimento das relações do real a partir dos objetos da investigação.

O próprio conhecimento do objeto, nestes termos, é a densificação das relações entre a consciência e o objeto, ao tornar conscientes uma sempre maior quantidade e qualidade das determinações das relações que constituem a existência dos objetos investigados. Nesta direção, o método que permite a apreensão do movimento real do objeto se revela nas sucessivas aproximações ao objeto, por conseguinte, sem caráter apriorístico, tal-qualmente sem transcender as especificidades qualitativas das relações existentes no objeto. Implica, igualmente, considerar o ininterrupto e inconstante movimento das relações, que impõem impreteríveis readequações ao conhecimento do objeto.

O conhecimento deve proceder desse modo por ser determinado pela forma de ser do objeto, por remeter à apreensão intelectual da existência do objeto, por ser o existente necessariamente uma síntese de múltiplas determinações. O conhecimento, destarte, é uma forma de ser, determinação da existência, e a afirmação da sua completa autonomia é, por isso, a ruína das próprias potencialidades do conhecimento enquanto reprodução no âmbito ideal do movimento das relações que constituem a existência do objeto.

A autonomia do conhecimento fundamenta a dualidade ou dicotomia entre Filosofia e ciência, entre ontologia e epistemologia, e é uma concepção dominante nas ciências como expressão das relações sociais dominantes na sociedade. É uma ideologia, no sentido da função social das ideias no arrefecimento ou atenuação dos conflitos sociais. Ideologia que

vela como esse conhecimento produzido possui relação com as forças dominantes da sociedade, não estritamente como forma de ser dessas forças mas — apreendendo que o movimento deve residir nessa forma de ser —, igualmente, como forma de ser do desenvolvimento e complexificação dessas forças, expressão histórica dessas forças, que são expressões da sociedade.

O ambicionado monismo metodológico, que pressupõe a existência de uma relação de identidade qualitativa entre as esferas de ser inorgânica, orgânica e social, é uma necessidade da dicotomia entre epistemologia e ontologia. Essa dicotomia opera o apartar entre conhecimento e existência, delimitando, *a priori*, o campo de determinações da existência à consciência a partir dos movimentos intelectivos de apreensão do existente e dos seus distintos objetos, relações e qualidades.

Depreende-se que o monismo metodológico é um falso socialmente necessário à ideologia da superioridade da ciência — resultado da autonomia do conhecimento frente as condições materiais, em resumo, a existência — comprovada pelo progresso tecnológico. Esse último, somente realizável pela separação em diferenças irreconciliáveis entre natureza e sociedade, ideia e matéria, dentre outras. Consideramos, contudo, que todas essas diferenças irreconciliáveis se encontram geneticamente fundadas na dicotomia entre ciência e Filosofia. Uma teoria acerca do espaço deve, portanto, partir da superação, da crítica, da dicotomia original, do “*pecado original*” do conhecimento científico moderno.

Nestes termos, depreendemos que **uma ontologia do espaço é necessária à fundamentação dos esforços de reflexão teóricos ao tratamento da categoria espaço**. Necessidade não meramente abstrata, intelectual, subjetiva, mas concreta, real, existente — inclusive no candente campo de disputa acerca do conhecimento e da apreensão da realidade, da relação entre conhecimento e realidade e, a partir dessa relação, das potencialidades de transformação da realidade.

1.3. DO MÉTODO E DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: OS MOVIMENTOS E OS PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO

Consideramos oportuno principiar a exposição deste item com o seguinte esclarecimento: a metodologia que empreendemos no desenvolvimento do processo de investigação compartimenta-se em 2 (duas) “vertentes” que, no entanto, se afirmam indissociáveis. Essas “vertentes” compreendem, por um lado, o método de investigação e, por outro, os procedimentos metodológicos.

A supracitada diferenciação, estabelecida a partir das especificidades dos preceitos filosóficos do pesquisador e os movimentos de apreensão/interpretação da realidade (método de investigação), por um lado, e das tarefas e etapas de execução práticas para os resultados específicos da pesquisa (procedimentos metodológicos), por outro lado, se apresenta corroborada por diversos autores com produção intelectual relevante a respeito da metodologia da pesquisa científica, a exemplo de Demo (1980), Gil (1995), Marconi; Lakatos (2001) e Dal Rosso (2006), embora os autores utilizem, para cada especificidade, denominações variadas.

Sobre a necessidade e natureza dessa diferenciação, Demo (1980, p. 12) adverte, ao discutir mais especificamente o caso das ciências humanas e sociais, que:

metodologia distingue-se em nosso meio de métodos e técnicas, por estar em jogo no segundo caso o trato da realidade empírica, enquanto no primeiro existe a intenção da discussão problematizante, a começar pela recusa em aceitar que a

realidade social se reduza à face empírica.

Corroborando com a relevância da advertência sobredita, Marconi; Lakatos (2001) argumentam favoravelmente quanto à necessidade de explicitar a diferenciação existente entre o que denominam método de abordagem e método de procedimento. Para as autoras, enquanto o método de abordagem se caracteriza por uma abordagem de maior amplitude, que compreende um nível de abstração mais elevado acerca dos fenômenos da natureza e da sociedade, o método de procedimento compreende o conjunto articulado de procedimentos e atitudes concretas em relação ao fenômeno posto em questão na pesquisa, sendo limitado a um domínio particular.

Nesta direção, as autoras concluem que o método de abordagem e o método de procedimento situam-se “em níveis claramente distintos, no que se refere à sua inspiração filosófica, ao seu grau de abstração, à sua finalidade mais ou menos explicativa, à sua ação nas etapas mais ou menos concretas de investigação e ao momento em que se situam” (MARCONI; LAKATOS, 2001, p. 106).

Essa mesma observação se constata em Gil (1995), embora os termos para a apresentação da diferenciação dos métodos revelem uma denominação distinta, pois os classifica em métodos gerais e métodos específicos. Entretanto, depreendemos que os conteúdos que os diferenciam comportem forma similar, na medida em que, para o autor, os métodos gerais compreendem aqueles que estabelecem os fundamentos lógicos para a investigação (método hipotético-dedutivo, dialético, fenomenológico etc.), e os métodos específicos, por seu turno, servem para o processo de elaboração e sistematização que orientam a definição a respeito dos procedimentos e técnicas que se adéquam de forma mais profícua à pesquisa.

Os métodos específicos, nesta direção, são definidos e utilizados no processo de investigação científica no que se refere ao âmbito da organização prática ou no tratamento do recorte empírico, de acordo com os resultados previstos da execução e a relação dos mesmos com a operacionalização dos objetivos da pesquisa.

Abordando outro questionamento relevante ao definir da metodologia no que se refere ao predominante modo de utilização do termo nos trabalhos científicos, Dal Rosso (2006) considera que a referência ao termo manifesta uma imprecisão em âmbito conceitual representada pelo inadvertido emprego do termo metodologia estritamente vinculada aos

procedimentos metodológicos.

Para o autor, essa imprecisão, atrelada ao reproduzir do seu uso corrente e irrefletido, possui, como uma consequência empobrecedora, que as pesquisas tendam a desconsiderar a existência de 2 (duas) vertentes no que se refere a questão da metodologia ou compreendam enquanto irrelevante o refletir e o discorrer pautado na perspectiva filosófica adotada. Ainda que essas vertentes sejam indissociáveis, possuem especificidades que devem integrar com clareza a reflexão da metodologia nas pesquisas.

A aludida imprecisão faz com que o termo metodologia seja empregado exclusivamente como sinônimo de uma dessas vertentes em detrimento da outra. Nesta direção, o autor adverte que:

ao invés de restringir-se ao âmbito da Filosofia do método ou do discurso sobre o método, como a etimologia do termo o exige, metodologia é abusivamente empregada para significar apenas o plano de tratamento empírico, como se fosse possível separar argumentos empíricos de seus pressupostos teóricos básicos (DAL ROSSO, 2006, p. 23-24).

A partir do exposto, consideramos que a realização dessa observação inicial se apresenta relevante no sentido de destacar o processo de estruturação da metodologia da pesquisa e em evidenciar que a demarcação proposta não se constrói, de forma alguma, de maneira incongruente e/ou fortuita. Nesta rota, dessa demarcação, depreende-se que os procedimentos metodológicos não podem ser dissociados do método de investigação, mas que, entretanto, dele deve ser distinguido com clareza.

Resumidamente, ponderamos que, em que pese as qualidades distintas que demarcam as especificidades do método de investigação e dos procedimentos metodológicos, convém explicitar que as “vertentes” não são passíveis de efetiva dissociação, ainda que se considere as suas especificidades.

Essas especificidades terminam por preconizar a necessidade da demarcação e da clareza em pensá-la e expressá-la no processo de pesquisa mas, igualmente, a clareza de compreender a existência de relações entre as especificidades que integram a unidade da metodologia. As relações, contudo, não são constituídas aprioristicamente e/ou imóveis/imutáveis, possuem, destarte, dinamicidade e, conseqüentemente, são constituintes não estritamente dos conteúdos que demarcam as especificidades mas, da mesma forma, da

dinamicidade própria de cada especificidade e da unidade resultante.

À vista disso, as especificidades do método de investigação e dos procedimentos metodológicos, na redação deste item, serão tratadas de forma aparentemente dissociadas. Essa aparente dissociação, contudo, possui estritamente o intuito de conceder maior clareza à exposição, ao requerer elucidar os movimentos e percursos da pesquisa (realizados e sugeridos), e a relação desses com os resultados proporcionados com a execução, que permitam a operacionalização dos objetivos e o enfrentamento do tema a partir da problematização proposta.

Compreendendo que os elementos referentes ao método de investigação se encontram “*diluídos*” no decorrer da exposição do texto, optamos por conceder ênfase aos procedimentos metodológicos e, quase que meramente, mencionaremos que nossa condução em termos de método de investigação será construída sob a luz do materialismo histórico-dialético, que se apresenta enquanto alicerce de substancial relevância para a pesquisa nos diversos campos de conhecimento concernentes às ciências humanas e sociais. Essa relevância, contudo, não implica negar e/ou desconhecer as potencialidades do desenvolvimento de reflexões e questões pertinentes a partir de outras perspectivas metodológicas.

Frente ao desafio de natureza teórica que constitui o problema e objetivo da pesquisa, os movimentos de reflexão, interpretação e análise das propostas, argumentos e informações adquiridos na execução dos procedimentos serão conduzidos pelo método de investigação supracitado. Essa condução apenas resultará no sucesso da empreitada caso os procedimentos consolidem a substância necessária à sua interpretação (pelo materialismo histórico-dialético), fomentando e consubstanciando elementos de conclusão coerentes e consistentes com a propositura da pesquisa.

Em outros termos, os procedimentos realizados devem conceder a substância necessária para que, a partir do (e integrados ao) método de investigação, os resultados dos procedimentos incorporem e consolidem momentos de aproximação à resolução do problema proposto por comporem fundamentos para a sua apreensão e interpretação, logo, fundamentos para a construção de elementos de conclusão. Nesta direção, os momentos de aproximação indicam, dentre outras questões, a necessidade de novos procedimentos não previstos antecipadamente, ou o estabelecimento dos fundamentos indispensáveis para a realização de outros procedimentos, o que explicita a diferença e indissociabilidade das

“vertentes”.

Para maior esclarecimento acerca dessa indissociabilidade, apresentamos sinteticamente o nosso processo de investigação, de forma a evidenciar os primeiros movimentos de aproximação ao tema e definição da proposta, pois que os procedimentos concernentes aos movimentos posteriores à elaboração do anteprojeto de pesquisa serão expostos de forma mais detalhada, oportunamente, ainda no presente item.

O processo de investigação é encetado com o indicativo de um interesse de pesquisa acerca de uma determinada temática, o que possui elevado grau de arbitrariedade — condicionada por interesses e reflexões precedentes —, e revela as relações do tema com as afinidades do pesquisador e as principais carências de elucidação e apreensão da temática.

Posteriormente, se procede ao movimento de enfrentamento do tema. Esse movimento possui, enquanto elementos orientadores e relacionados:

(1) o aprofundamento da apropriação da perspectiva filosófica que subsidiará a investigação e;

(2) um conjunto de leituras que permitam certo esclarecimento, pois ainda inconcluso, acerca do "estado da arte" do tratamento do tema.

Como o "estado da arte" não se apresenta espontaneamente ao pesquisador, iniciamos um extenso, árduo e intermitente processo de reconhecimento da massa documental produzida acerca do tema, assumindo enquanto ponto de partida as principais referências bibliográficas, identificadas em pesquisa exploratória, e, encontrando nessas, as indicações de sugestões para novas leituras.

O conjunto de sistematização das leituras consumadas permite a apreensão, dentre outras questões, das inquietações que integram as reflexões das diferentes perspectivas, a reincidência e/ou o sucumbir de problemáticas, o que orienta o movimento de constatação dos muitos limites e potencialidades por ora realizados pelas diversas propostas no que se refere ao tratamento da temática.

Esse movimento é integrante de um procedimento metodológico, mas possui igualmente uma relação indissociável com o método de investigação, pois enfrentar o tema implica possuir enquanto mediador a perspectiva filosófica do pesquisador. Na ausência dessa mediação, não será possível reconhecer, no “estado da arte” resultante, e a partir dos

limites e das potencialidades constatados, as indagações que sugerem percursos até o momento não trilhados pela pesquisa. O reconhecimento desses percursos, contudo, não implica necessariamente em óbvia relevância dos mesmos, sendo fundamental, em relação com o método de investigação, os prováveis resultados dos percursos e a avaliação prévia da relevância e dificuldades dos mesmos.

As indagações sobreditas permitem ao pesquisador conjecturar, estabelecer hipóteses, dos resultados obtidos no movimento de investigação dos percursos pertinentes ao escopo da temática que ainda não foram totalmente ou adequadamente trilhados, o que orienta a justificativa e validade da relevância dos mesmos, que não é, portanto, inata à novidade do percurso.

Realizado esse primeiro movimento de enfrentamento, e a partir dele, procedemos para um movimento de recorte no interior do tema, orientado pelas indagações que se revelaram pertinentes ao tema pelo autoesclarecimento do pesquisador na construção do "estado da arte". Essas indagações devem funcionar como uma orientação de investigação das leituras das referências do método de investigação e da produção intelectual acerca do tema e, igualmente, do confronto entre ambas. Esse confronto permite a apreensão das potencialidades inexploradas do tema enquanto questões, na construção de uma problematização do tema que é, igualmente, a indicação de um percurso delimitado em visceral relação com o método de investigação.

A problematização delinea o objetivo do processo de investigação e, portanto, a obtenção desse objetivo remete à construção de elementos de conclusão acerca do problema de pesquisa. A obtenção do objetivo, por seu turno, é operacionalizada por meio de objetivos específicos, que constituem, cada um deles, parcialmente o objetivo geral.

Nesta direção, nos movimentos que se seguem, pretendemos elucidar (1) aspectos fundamentais do método de investigação e (2) os procedimentos e tarefas realizados e os respectivos resultados esperados, enfatizando a relação desses resultados com a concretização dos objetivos específicos da pesquisa que, por seu turno, operacionalizam o objetivo geral e, esse, fundamenta os elementos de conclusão que permitem conceder resposta ao problema de pesquisa.

1.3.1. Do Método de Investigação

O método de investigação sobre o qual se erige uma pesquisa diz respeito aos preceitos filosóficos do pesquisador, instaurando-se essencialmente na interpretação — basicamente definida pelo nível e perspectivas condizentes com sua apreensão — que o mesmo conduz e induz face aos problemas que incidem sobre a realidade com a qual se defronta.

Indissociavelmente a esse processo, a realidade também é defrontada com concepções teóricas e ideológicas que são constantemente (re)construídas subjacentes aos preceitos filosóficos do pesquisador. Neste sentido, a apreensão da realidade se constrói resultante e constituidora do método de investigação que se emprega no/para o seu processo de interpretação.

No decorrer do processo de constituição e consolidação das ciências, vários são os métodos de interpretação que se estabeleceram e que, em diferentes ou distintas medidas, sofreram, e ainda sofrem rupturas e permanências históricas que conjugadas constituem os métodos que se empregam na elaboração e desenvolvimento de pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento. Isso torna necessário “conceber a ciência como fenômeno social e por isso sempre relativo à formação social em que foi gerada” (DEMO, 1980, p. 11), pois que o contrário resultaria em uma dissociação meramente ilusória que compreende, grosso modo, a ideologia.

Reafirmamos que, na presente pesquisa, procuramos realizar os movimentos de aproximação e apreensão dos processos constituintes da produção social espaço sob a luz do materialismo histórico-dialético.

Consideramos, portanto, o espaço geográfico apreensível enquanto totalidade concreta, bem como uma dimensão de apreensão do movimento da totalidade social e integrante da totalidade social. Nesta direção, cumpre apontar que a totalidade concreta supera e escapa ao que é apenas imediatamente dado e observado, à dimensão meramente tangível da realidade, que é, por excelência, indubitavelmente imprecisa e mascaradora (dissimuladora), pois que não faz (necessariamente) alusão ao seu conteúdo em (in)constante movimento e à essência desse conteúdo e movimento, contraditórios e conflituosos, reproduzidos sob a égide das expressões históricas do sistema de relações sociais da

reprodução material da realidade social.

Essa categoria, a totalidade concreta, emerge da constatação de que o todo é constituído ao constituir-se por partes complexamente inter-relacionadas que se dissipam de uma verdadeira apreensão caso não sejam devidamente conjugadas e compreendidas como conjunto, unidade ou síntese.

É resultado, portanto, de um esforço de abstração — como instrumento metodológico e analítico — que objetiva purgar o tangível da pletora do vazio e reconstituir sua concretude por meio de momentos de abstração e concreção que fatalmente se interpenetram, posto que ambos se constituem por mútua compenetração e elucidação, fundando momentos de aproximação com o objeto da investigação.

Nesta direção, implica, em certa medida, se distanciar (momentaneamente) do que a realidade — por meio da sua aparência imediata — “revela”, e reconstruí-la como um verdadeiro concreto, (con)substanciado pelos conflitos, mediações, contradições e interesses que se encontram na sua essência, embora ocultos no fenômeno como síntese de múltiplas determinações enquanto expressão de condições históricas.

Contudo, devemos esclarecer que, qualquer que seja a ocultação que o fenômeno imponha à essência, essa ocultação não pode de forma alguma ser absoluta (KOSÍK, 1976). Pois, se assim fosse, fenômeno e essência estariam dissociados quando na verdade são/estão visceralmente imbricados. Seria, inclusive, impossível conceber um movimento que objetivasse apreender a essência do real se a manifestação do fenômeno fosse desprovida de relações com a essência.

Dessa forma, a questão que se coloca em evidência compreende que na pseudocontreticidade a manifestação fenomênica se apresenta como única verdade, desaparecendo a unicidade do fenômeno e da essência e, por conseguinte, afastando e subvertendo a apreensão do real.

Fenômeno e essência só são diferentes porque são idênticos sob certo aspecto (LÉFÈBVRE, 1983). O fenômeno — assim como também a essência —, neste sentido, é uma qualidade inata a forma de ser da própria realidade e dos entes que a constituem, ou seja, uma dimensão não suprimível, tanto insuperável quanto necessária da realidade.

Porém, faz-se pertinente destacar que social e historicamente os sujeitos na relação com os objetos erigem uma representação dos fenômenos, e é justamente a “representação

da coisa [que] não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: [a representação] é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas *petrificadas*” (KOSÍK, 1976, p. 19, *grifo no original*).

A supramencionada representação compreende o mundo fetichizado da aparência, do imediato, e, nesta direção, se apresenta constituída a partir de um falseamento das contradições e dos conflitos imanentes à reprodução da totalidade social sob os constrangimentos históricos do presente. Isso porque enquanto representação “a realidade não é expressa exactamente como é mas sim como uma realidade diferente. [...] O real chega a ser fenoménico mas a ideia só tem como conteúdo esse fenómeno” (MARX, [s.d.], p. 11, 14), de forma que a representação oculta a essência sob uma falsa evidência de a manifestar integralmente.

Neste sentido, deve-se compreender que “o *homem* não é um ser abstracto escondido algures fora do mundo. O homem é o *mundo dos homens*, o Estado, a sociedade. Este Estado, esta sociedade, [produzem uma] *consciência invertida do mundo*, porque eles próprios são um mundo invertido” (MARX, 1976, p. 46, *grifos no original*).

Por essa razão, Kosík (1976) propõe a necessidade da destruição da pseudoconcreticidade enquanto processo de criação da realidade concreta. Ou, em outros termos, segundo a importante observação realizada por Léfèbvre (1983), é apenas nesse processo (movimento) que o pensamento humano enfim cria as condições necessárias para então retornar à conquista do conteúdo do real, desta vez compreendido e analisado, e não apenas simples e naturalmente recebido, sofrido ou contemplado.

Assim, afirma Lukács (1974, p. 29), “o conhecimento da verdadeira conforme objetividade de um fenómeno, o conhecimento do seu carácter histórico e conhecimento da sua função real na totalidade social formam, pois, um ato indiviso de conhecimento”. Aprender a totalidade enquanto forma de ser e expressão da existência da realidade implica, pois, a reprodução — no âmbito das ideias — das complexas relações que residem no momento e no movimento do real. O conhecimento da realidade, nesses termos, está subordinado a forma de ser da realidade, e se efetiva mediado por categorias que expressam essas formas de ser.

O imediato — ou pseudoconcreto como apresenta Kosík (1976) — entenece as contradições e os conflitos, expressando uma ideologia condescendente com a manutenção da ordem, a ideologia de uma classe dominante. Eis porque a totalidade concreta é, conforme

afirma Lukács (1974), a categoria fundamental da realidade, pois cria as bases necessárias para estabelecer uma verdadeira crítica da realidade e assim pensar a sua transformação.

É a totalidade concreta que nos permite transcender o observado imediatamente, no qual se incluem as diversas formas como o espaço se organiza, o seu (re)arranjo, que não fazem necessariamente referência concreta às relações que o produziram, nele se estruturaram, se realizam e se reproduzem, reproduzindo os processos sociais compreendidos no movimento da totalidade social e das suas estruturas.

A proposta metodológica do materialismo histórico-dialético teve intenso desenvolvimento, na Geografia, no interior das reflexões da perspectiva denominada “Geografia Crítica”. Nessa perspectiva, a reflexão intelectual dos geógrafos se concentra em desvelar a pertinência da categoria espaço enquanto condicionante/condicionada dos processos sociais, em movimento que implica acentuar o papel do espaço nas relações sociais e a compreensão de indivisa entre espaço e sociedade.

O espaço se consolida enquanto categoria relevante para a apreensão do movimento de reprodução da totalidade social, deixando de ser simples cenário ou suporte, o que impele uma efetiva compreensão acerca da importância da categoria espaço e como ela se constitui como objeto da ciência geográfica.

A categoria é construída como espaço social, como acúmulo desigual de tempos, resultado da produção humana a partir do trabalho. O espaço deixa de ser suporte e passa a ser produto e produtor, determinante e determinado, meio e condição da materialização das relações sociais, encontrando-se indissociavelmente envolto ao movimento da totalidade social e das suas demais instâncias.

Discute-se a relevância da noção de totalidade concreta para o estabelecimento da noção de espaço como instância social, que contém e está contida nas demais instâncias, observando as rupturas e permanências promovidas pela corrente teórica que inicia este debate a partir da perspectiva da produção do espaço.

Considerando-se o espaço como uma instância social, se torna uma necessidade indispensável à ciência geográfica a construção de um arcabouço teórico e metodológico que conduza a uma correta apreensão das formas como o espaço reproduz em si a totalidade social e se reproduz no interior desta de modo indiviso e dialético, entendendo o espaço sob a dimensão social enquanto construção histórica e permanente do homem por meio do

trabalho.

A perspectiva da produção do espaço empreende uma ruptura no pensamento geográfico e, a partir do seu objeto, procura estabelecer uma discussão interdisciplinar pautada na totalidade concreta que tenha como elemento balizador a noção que a produção do espaço perpassa pela exploração e apropriação da natureza pelo homem, esta condicionada exploração do homem pelo homem.

Neste sentido, evidencia-se que as relações sociais condicionam as necessidades e o modo como se ocasiona a exploração e apropriação da natureza, e isso conduz a uma necessidade de incursão teórica que observe as relações sociais como cerne do processo de produção do espaço aliada às condicionantes do espaço produzido às relações sociais e ao devir do processo de produção do próprio espaço.

Há, portanto, preocupação em demonstrar que o espaço geográfico não é humano estritamente porque o homem o habita e nele se desloca mas, antes de qualquer coisa, porque é produto, condição e meio de toda a atividade humana e, conseqüentemente, igualmente produtor da existência e da humanidade do homem.

A apropriação de categorias do pensamento marxista enquanto fundantes do conteúdo e conceituação das categorias geográficas é marcante e influencia, inclusive, autores de outras perspectivas filosóficas e metodológicas, introduzindo categorias como totalidade, trabalho, valor, modo de produção, dentre outras, ao esforço reflexivo de fundamentar a relevância do espaço no entendimento e problematização da sociedade.

Diversos autores se dedicaram ao estudo da obra de Marx e no esforço de substanciar a relevância de categorias geográficas na reflexão do pensamento marxista, ao mesmo tempo em que desse pensamento traduziam elementos que substanciavam conteúdos e definições dessas mesmas categorias.

Dentre esses esforços, observa-se a recorrente reflexão da diferenciação entre primeira e segunda natureza na obra de Marx, quando se aponta o movimento de apropriação da natureza e produção social enquanto sinônimo do processo de produção do espaço em relação de identidade com a segunda natureza. Dessa forma, constitui-se o debate que define a produção social do espaço e a objetividade desse enquanto condicionante às relações sociais, na medida em que se preservam propriedades objetivas e determinantes como na primeira natureza.

Moreira (1985) sintetiza essa objetividade e relevância do espaço para o devir dos processos sociais considerando que:

a história é espaço porque é movimento em perpétuo devir; e sem materializar-se em formas espaciais concretas, o devir não se efetiva e a história inexistente. Sendo o próprio movimento do devir configurado, o espaço não é o que a história deixou para trás, e agora amarra seus passos como coisa inerte. O espaço compõe a própria lógica das determinações, e só no interior desta dialética pode ter sua lógica desvendada, e, então, pode propiciar o desvendamento da lógica e direção das determinações da história.

Afinal, o espaço geográfico despojado da sua essência — da sociedade, sua história (e os tempos que se consubstanciam desigualmente no espaço), seus conflitos e contradições —, pois subjugado estritamente às aparências, ao imediato, ao pseudoconcreto, conduz à apreensão de uma realidade estérea e etérea, recheada de “vazios” inexpressivos, porém inebriantes.

Em outros termos, “vazios” repletos de conteúdo ideológico, que isolados culminam em um discurso conservador, de manutenção da ordem dominante. E isso traz à tona a advertência de Moreira (1987, p. 145), quando o autor enfoca num discurso veemente que “a questão central de um saber é a do caráter de sua práxis. Se a produção e prática desse saber não visar a permanente transformação das estruturas vigentes, servirá ao fim oposto”.

Desse modo, a objetivação conceitual de espaço geográfico se realiza rigorosamente relacionada com o método proposto para dissecá-lo e, em seguida, reconstituir sua totalidade para, em verdade, apreendê-la. De acordo com Santos, M. (1978, 1985), a totalidade implica ao espaço a necessidade analítica de separá-lo em partes por meio de categorias metodológicas que auxiliam a desvendá-lo e a paralelamente reconstituí-lo enquanto totalidade — devendo esta ser constantemente refeita. O espaço, desse modo, é igualmente um intenso exercício intelectual, um constante esforço de abstração, de forma a reproduzir, no âmbito das ideias, a forma de ser do espaço.

A categoria totalidade é fundamental para o entendimento da sucessão interminável das formas-conteúdo, uma vez que Milton Santos a considera como existindo no seio de um processo permanente de totalização que é, ao mesmo tempo, um processo de unificação e fragmentação e individualização, permitindo, associar o aparecimento, transformação e renovação dos lugares aos movimentos da sociedade (CAMPOS, 2013, p. 6).

Em outras palavras, a totalidade enquanto movimento inconstante e incessante de vir-a-ser, movimento dialético que a reconstrói, pois ao mesmo tempo a destrói e a constrói, e este movimento constitui a sua construção. Portanto, a totalidade nunca é completa, finalizada, jamais esterilizada sob o signo da imutabilidade: a totalidade é sempre, e ao mesmo tempo, imanente e inconclusa, isso porque a totalidade “é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer. [Daí a necessidade de] categorias analíticas que permitam rever o todo como realidade e como processo, como uma situação e como movimento” (SANTOS, M., 1996, p. 94, 63).

De um ponto de vista metodológico, [cabe] a indagação de como nasce a totalidade e *quais são as fontes internas do seu desenvolvimento e movimento*. A totalidade não é um todo já pronto que se recheia com um conteúdo, com as qualidades das partes ou com suas relações; a própria totalidade é que se concretiza e *esta concretização não é apenas criação no conteúdo mas também criação do todo* (KOSÍK, 1976, p. 59, grifos no original).

Isso implica ao pensamento científico, que se constrói na apreensão do movimento do real, dissolver as criações fetichizadas do mundo reificado — a naturalidade subvertida (Kosík, 1976) — para alcançar a sua essência e então retornar, compreendendo assim igualmente a forma de manifestação dessa, o fenômeno. De forma resumida, depreende-se que “captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência” (KOSÍK, 1976, p. 16).

Neste sentido, pautando-se sob a luz de uma perspectiva materialista e histórico-dialética, a apreensão do movimento da realidade espacial não pode se abster da compreensão de totalidade, na medida em que, nessa perspectiva, “nenhum enfoque que deixe de lado a noção de totalidade permitirá uma correta noção de realidade” (SANTOS, M., 1988a, p. 135).

1.3.2. Dos Procedimentos Metodológicos

Em termos de procedimentos metodológicos, consideramos necessário explicitar que

a execução dos mesmos pressupõe, no decorrer do movimento do seu percurso, a realização de aprimoramento e adequações contínuos. Esses possuem o intento de aperfeiçoar os resultados esperados tanto em cada procedimento concretizado quanto no conjunto dos procedimentos e na relação desses com o método de investigação, na medida em que o pesquisador não pode antecipar integralmente as possibilidades e desafios advindos da/na execução de cada procedimento.

As sobreditas adequações decorrem de causas diversas, a exemplo de novas ideias que se desenvolvem na tensão da apropriação da leitura durante a exploração bibliográfica e o confronto de perspectivas e concepções, novos caminhos sugeridos pelo sucesso de procedimentos realizados por outras propostas, sugestões e provocações no diálogo com o orientador, professores e/ou colegas, ou mesmo aquelas que resultam de imprevistos e casualidades, situados para além do controle do pesquisador, ou, ainda, de equívocos advindos das suas limitações. Nesse último caso, evidentemente, as adequações se restringem estritamente aquelas constatadas anteriormente ao término da investigação e da redação.

No entanto, essa compreensão de modo algum desconsidera a extrema relevância que as inevitáveis alterações não se realizem com demasiada profundidade nos procedimentos inicialmente propostos, pois que isso significa, em alguma medida, dispêndio desnecessário de tempo. Nesta direção, faz-se primaz estabelecer criteriosamente os movimentos que consolidam o processo de maturação da tese em etapas logicamente orientadas. Embora essas etapas sejam construídas e executadas de forma mutuamente interpenetradas, para maior eficácia, pressupõem uma ordem cronológica de realização.

A definição dessa ordem objetiva essencialmente um movimento de execução logicamente orientado conjugado com a redução máxima de dispêndio do cronograma com esforços desnecessários, o que permite conduzir os procedimentos de maior densidade analítica e reflexiva com maior tempo para apropriação e sistematização, possibilitando resultados e elementos de conclusão com maior coerência e clareza.

A realização da execução da pesquisa consistiu em **6 (seis) etapas**, ordenadas por prioridade cronológica. Essa, no entanto, não significa que a execução de procedimentos de etapas subsequentes constituam óbice à apresentação de resultados que indiquem a necessidade de revisão e/ou reformulação parcial de procedimentos pertencentes à determinada etapa precedente.

A prioridade cronológica estritamente evidencia a imposição de resultados parciais de determinados procedimentos na qualidade de fundamentos a outros procedimentos, o que aponta para a justificativa da organização do cronograma de atividades, embora esse jamais se encontre inflexível.

A **primeira etapa** consistiu na **sistematização e apropriação** das perspectivas e autores que conferiram/conferem tratamento à temática da ontologia do espaço na Geografia. Com tal intento, partimos dos resultados de uma pesquisa bibliográfica exploratória para a elaboração do anteprojeto de tese, na qual identificamos um conjunto de referências que permitiram a compreensão do escopo das diferentes reflexões desenvolvidas a respeito do tema, centrando na elucidação das propostas que constituem as primeiras tentativas de reflexões sistematizadas.

Posteriormente, identificamos os autores e as publicações mais recentes. Nessas, relacionadas com os resultados do procedimento anterior, procedemos o reconhecimento da existência de novas propostas e problemas no tratamento do tema. A partir desse reconhecimento, discernimos as linhas de continuidade e descontinuidade com as propostas iniciais, identificando as principais críticas, os argumentos que as sustentam, a relação dessas com determinadas perspectivas filosóficas, e os principais problemas e indagações hodiernos, bem como as propostas de resolução.

A execução dessa etapa nos permitiu os seguintes **resultados**:

(1) sistematização em resumos e resenhas de pesquisa bibliográfica e documental de autores e obras que conferem tratamento à temática da ontologia do espaço na Geografia;

(2) análise historiográfica com identificação do surgimento de interesse da temática nos autores e referências ao tema ao longo do restante da trajetória intelectual dos mesmos;

(3) identificação e classificação de diferentes perspectivas de reflexões acerca da temática;

(4) identificação e análise das categorias analíticas desenvolvidas para mediar a apropriação das referências filosóficas;

(5) análise das referências e perspectivas filosóficas adotadas nas distintas propostas, e identificação dessas com as continuidades e descontinuidades nas reflexões acerca da temática;

(6) apreensão dos principais problemas e indagações que persistem nas investigações acerca do tema, e de novos problemas e indagações que apontam para as críticas às propostas precedentes e/ou para novas proposições;

(7) identificação dos autores e obras que utilizam a ontologia lukacsiana como referência ao debate da ontologia do espaço;

(8) análise da compatibilidade (e da explicitação), na sistematização da leitura dos textos, da relação entre a reflexão ontológica e a reflexão gnosiológica;

(9) redação de “estado da arte” acerca da temática.

A **segunda etapa** consistiu na **sistematização e apropriação** das categorias fundamentais da ontologia lukacsiana a partir da leitura sistematizada das reflexões acerca da temática ontológica no conjunto da produção intelectual de Lukács. Nessa etapa foram realizadas leituras com maior rigor e profundidade de obras previamente selecionadas por ocasião da construção e organização do anteprojeto de pesquisa e de demais obras e textos concernentes ao tema.

Em termos de **materiais**, inicialmente selecionamos a tradução italiana da ontologia (LUKÁCS, 1976-1981) por ser o texto mais próximo ao português, os prolegômenos à ontologia na tradução em português (LUKÁCS, 2010), e capítulos da ontologia e artigos com tradução em português (LUKÁCS, 1978, 1979). No entanto, no decorrer da pesquisa a obra foi integralmente traduzida e publicada em português (LUKÁCS, 2012, 2013), e consideramos mais adequado fazer referências na edição em português, sobretudo pela possibilidade de facilitar a difusão do interesse pelo tema e pela obra.

O movimento de sistematização e apropriação foi conduzido primeiramente por **grelhas de leitura** (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998), procedimento no qual é construída tabela com duas colunas: a primeira enumera e sintetiza as ideias-conteúdo contidas nas argumentações do autor e a segunda estabelece os tópicos estruturais do texto, apontando como o autor organiza as ideias-conteúdo no movimento de exposição das mesmas e a importância de cada ideia no desenvolvimento e objetivo da obra.

Com a execução desse procedimento, procuramos estabelecer como as ideias e categorias se relacionam para constituir a unidade do argumento proposto na obra. Posteriormente, redigimos **resenhas e ensaios** que não apenas sintetizaram as informações tabuladas nas grelhas a partir da apropriação das ideias do autor, mas igualmente apontaram

fundamentos das afinidades dessas ideias com nossos objetivos e, ademais, como a partir da apropriação da ontologia lukacsiana as indagações e problemas identificados no “estado da arte” do tema da ontologia do espaço poderiam ser tratados e enfrentados.

Finalizando essa etapa temos os seguintes **resultados**:

(1) sistematização em grelhas de leitura e resenhas da pesquisa bibliográfica e documental da produção intelectual de György Lukács concernente ao debate ontológico em livros, artigos e entrevistas;

(2) apropriação do texto da ontologia lukacsiana com condições “de distinguir imediatamente as secções do texto onde se encontram as ideias centrais das que contêm as ideias secundárias, os dados ilustrativos ou os desenvolvimentos da argumentação. Além disso, essas ideias podem ser facilmente encontradas e ordenadas” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 62);

(3) identificação e análise das referências utilizadas pelo autor a outros autores e obras que tratam da temática, distinguindo as incorporações e críticas;

(4) fundamentação aprofundada das categorias da ontologia lukacsiana e construção de mediações teóricas entre essas categorias e a resolução do nosso problema de pesquisa;

(5) definição das categorias da ontologia lukacsiana imprescindíveis ao escopo da pesquisa (categorias-chaves) e das que serão acionadas em aspecto ilustrativo no desenvolvimento do texto (categorias-ilustrativas);

(6) classificação e análise das categorias-chaves da ontologia lukacsiana e das relações entre as categorias;

(7) redação de ensaios para a reflexão e enfrentamento das indagações e problemas identificados na elaboração do “estado da arte” da temática da ontologia do espaço a partir das categorias-chaves;

(8) redação e submissão de artigos fundamentados nos diálogos com o orientador acerca das propostas de reflexão dos ensaios supracitados, desenvolvidos nas disciplinas “Trabalho programado 1” e “Trabalho programado 2”;

(9) apresentação dos artigos desenvolvidos em eventos e estabelecimento de diálogo com outros pesquisadores que se interessam pela temática, oportunizando a aquisição de novas e pertinentes contribuições e críticas.

A **terceira etapa** consistiu primeiramente na identificação de autores que possuem na sua produção intelectual argumentos consistentes acerca da problematização do mundo contemporâneo fundamentada nas categorias-chaves da ontologia lukacsiana ao escopo da pesquisa, conforme definido na etapa anterior.

Posteriormente, os autores foram selecionados de acordo com o **critério de difusão e influência**, no qual os mesmos serão divididos e demarcados por prestígio na produção intelectual com fundamentos na ontologia lukacsiana. Esse critério foi definido principalmente quanto à influência em âmbito nacional e internacional das obras, identificada com a recorrência de referências a determinados autores e obras no interior do conjunto da massa documental selecionada.

A execução dessa etapa possui como **resultados**:

(1) redação de grelhas de leitura e resenhas a partir da pesquisa bibliográfica e documental de autores e obras que analisam a ontologia lukacsiana;

(2) confrontar e cotejar nossas apropriações das categorias-chaves da ontologia lukacsiana com o uso das mesmas pelos autores selecionados, resultando no aprimoramento das nossas reflexões e no aprofundamento e finalização da sistematização e apropriação das categorias-chaves;

(3) apreender as influências da proposta da ontologia lukacsiana;

(4) apropriação das principais questões e críticas motivadoras da concepção da obra;

(5) apreender as mediações estabelecidas pelos autores selecionados entre as categorias-chaves e as problemáticas contemporâneas erigidas, elucidadas e/ou ilustradas a partir das investigações substanciadas nessas categorias;

(6) identificação e análise da relevância conferida pelas publicações acerca da potencialidade da ontologia lukacsiana ao enfrentamento de questões filosóficas e epistemológicas, e a relevância da relação entre ontologia e gnosiologia.

As etapas supracitadas fundamentaram a seleção das pesquisas de autores de áreas do conhecimento de ciências humanas e sociais com produção intelectual acerca da ontologia lukacsiana aplicada às problemáticas dessas áreas (**quarta etapa**), na medida em que definirá o **conteúdo e orientação** (pré-requisitos) que serão estabelecidos para a busca e seleção dos textos.

Pelo objetivo da etapa, selecionamos prioritariamente textos de teses e dissertações, devido à possibilidade de maior ênfase e/ou descrição minuciosa dos aspectos metodológicos. Procuraremos selecionar ao menos um texto de cada uma das seguintes áreas: Filosofia, educação, sociologia e serviço social.

A realização dessa etapa tem como **resultados esperados**:

(1) apropriação das categorias-chaves em diferentes campos do conhecimento e dos percursos metodológicos adotados pelos pesquisadores para mediar as relações entre as categorias da ontologia lukacsiana e as categorias do campo do conhecimento no qual a produção intelectual selecionada se realiza;

(2) a partir do resultado anterior, conjecturar percursos metodológicos basilares para as mediações necessárias entre as categorias-chaves e a categoria espaço social.

A **quinta etapa** consistiu da transição do movimento de consolidação das etapas anteriores para as aproximações sucessivas e mediações com o movimento real do objeto, o espaço social. Na execução da etapa realizamos um conjunto de reflexões para subsidiar a elaboração do esboço de direcionamentos oriundos da tese.

Com esse objetivo, procedemos a realização de integração da categoria espaço ao arsenal categorial da ontologia lukacsiana, refletindo a respeito da gênese do espaço (social) integrado à gênese do ser social, e procurando inferir como com o desenvolvimento e complexificação do ser social na história o espaço desvela a sua relevância ao impor e receber determinações. Em outros termos, investigar como o espaço integra as relações no interior da totalidade social, expressando formas de ser e determinações da existência do ser social e do seu desenvolvimento. Esse movimento implicou, portanto, na realização de identificação das potencialidades da ontologia lukacsiana ao tratamento de questões epistemológicas na Geografia e na análise de potencialidades por ora desenvolvidas por geógrafos que concederam reflexões à temática. A partir das relações construídas entre os resultados dos procedimentos anteriores, desta e das demais etapas realizadas, redigimos um ensaio inicial que possuiu a tarefa de explicitar o esboço da tese.

Os **resultados obtidos** com a execução dos procedimentos desta etapa consagraram:

(1) identificação de potencialidades da ontologia lukacsiana para a epistemologia da Geografia e, em particular, à reflexão acerca da categoria espaço;

- (2) identificação das potencialidades identificadas no procedimento anterior que possuem desenvolvimento de reflexões na Geografia;
- (3) análise das reflexões supracitadas e dos possíveis limites e/ou omissões na apropriação e desenvolvimento das potencialidades da ontologia lukacsiana;
- (4) definição do esboço da tese para o enfrentamento do tema e do problema;
- (5) redação do exame de qualificação da tese.

A partir do processo de maturação da análise dos resultados obtidos na execução dos procedimentos das etapas anteriores, a **sexta e última etapa** consistiu na construção e análise de **elementos de conclusão** debruçados na apreensão das (in)consistências e (in)coerências da ontologia lukacsiana no desenvolvimento de um movimento reflexivo para fundamentar uma teoria espacial que permita apreender e apresentar propostas resolutivas às indagações — elaboradas e identificadas nas etapas anteriores — imprescindíveis ao pensamento espacial das problemáticas do movimento de desenvolvimento e complexificação da totalidade social.

A construção e compreensão dos elementos de conclusão consolidam as possibilidades de tornar conscientes as alternativas pertinentes ao tratamento e aprimoramento das reflexões acerca dos movimentos inerentes à concepção e desenvolvimento do esboço da tese.

Essa etapa se desenvolveu orientada ao seguinte **resultado**: refletir sobre a coerência da argumentação que reconheça nos fundamentos ontológicos de Lukács os seus nexos causais com as formas históricas de expressão dos momentos de desenvolvimento e complexificação do ser social, de forma a conduzir uma reprodução ideal (explicação teórica) do movimento real do objeto da investigação, a categoria espaço enquanto forma de ser e integrada à totalidade social.

Nesta direção, os movimentos reflexivos dessa etapa se concentraram em apreender e elucidar a relevância da mediação espacial na constituição e no movimento das contradições inerentes ao desenvolvimento e complexificação do conjunto das relações sociais. Essa tarefa implica apontar não apenas como essas contradições se desenvolvem, mas porque se desenvolvem e quais as possibilidades do seu desenvolvimento e superação nas formas de ser e expressões históricas do presente, retirando do pensamento sobre o real as amarras de uma causalidade formal e esterilizante.

Acredita-se que a exposição desses movimentos reflexivos podem revelar idealmente (teoricamente) na dinâmica inaparente da (re)produção-apropriação-expropriação do espaço as resultantes decorrentes do embate entre as permanências e as continuidades que se impõem na dinâmica de desenvolvimento da totalidade social, embate que vela e desvela as contradições do movimento das relações entre a totalidade e as partes, as contradições do movimento do mundo nos lugares, e enceta novas e profícuas perspectivas ao estudo e à produção teórica fundada na categoria espaço na Geografia.

As seis etapas compendiosamente detalhadas, e os procedimentos metodológicos que as integram, sugerem resultados esperados com a execução dos últimos. Estimamos que esses resultados consolidem a obtenção dos objetivos específicos da pesquisa que, por sua vez, são condicionantes à obtenção do objetivo geral e, esse último, aos elementos de conclusão que permitem construir a resposta ao nosso problema.

Para além dos procedimentos supracitados, foi indispensável ao desenvolvimento do relatório de qualificação e da exposição da tese os frutuosa debates que propiciaram inestimável aprendizagem resultantes da frequência às disciplinas, a grupo de estudos sob supervisão do nosso orientador e colóquios de pesquisa com professores e estudantes do Programa de Pós-Graduação. Os salutares diálogos construídos na relação com o nosso orientador resultaram em expressiva apropriação de reflexões e questões de âmbito teórico e metodológico — as quais procuramos, na medida das nossas limitações, apreender e incorporar à investigação —, que permitiram a composição dos alicerces para a concepção da investigação e redação da tese, bem como de ensaios e artigos que foram submetidos à avaliação de periódicos e eventos acadêmicos.

Esses últimos nos oportunizaram, sobretudo nas participações em eventos, a apresentação e debate com demais colegas e professores de algumas das ideias que fundamentam a tese e o incorporamento das contribuições por meio de exclusões, inclusões, adequações e (re)orientações do/no texto.

Destacamos, por fim, que a realização de estágio docente na disciplina “Teoria do Espaço Geográfico”, do doutorado em Geografia, no primeiro semestre letivo de 2012, foi igualmente valiosa para a interação com colegas da pós-graduação, sobretudo na divulgação das pesquisas e interesses, nos diálogos acerca da temática da tese e afins, e no mútuo enriquecimento do processo ensino-aprendizagem nos profícuos debates.

Outrossim, sublinhamos o extenso e profundo aprendizado prático e teórico sob

supervisão da Professora Nelba Penna para atuação no trabalho de estágio docente, tanto em termos pedagógicos quanto em relação ao conteúdo das reflexões acerca das mais diversas questões e temáticas atinentes à teoria da Geografia.

* * *

1.4. DA ESTRUTURA DE EXPOSIÇÃO: COMPOSIÇÃO E ARTICULAÇÃO DAS PARTES E CAPÍTULOS

De modo assemelhado ao método de investigação e reafirmando distinção e articulação com esse, o método adotado para a exposição da investigação se desenvolve por meio do recurso a movimentos que conferem uma aproximação sucessiva com a construção da tese. Nesta rota, as indagações que encetam a partida da investigação são constantemente retomadas no decurso do movimento da exposição.

No entanto, as retomadas não se constituem em relação de identidade imóvel e imutável com o momento precedente de tratamento das indagações. A pretensão consiste em imputar ao aparecer da retomada uma forma de ser e expressão da relação entre identidade e não-identidade que desvela as mudanças (continuidades e discontinuidades) aderidas às indagações no transcurso dos movimentos reflexivos precedentes. Esses movimentos objetivam progressivamente dotar as indagações de maior complexidade e desenvolvimento.

O movimento constante de retomadas das indagações na exposição, diante disso, procura expressar as mudanças nas indagações enquanto formas de maior aproximação com os conteúdos que alicerçam o irromper dos elementos de conclusão. Esses, por seu turno, sintetizam as nossas singelas contribuições como expressão do movimento que parte do momento de desenvolvimento das indagações no “estado da arte” da temática, como a possibilidade da pertinência do direcionamento a um novo momento das indagações,

descontínuo e contínuo aos volumosos e densos esforços precedentes.

A pretensão de respostas, sobretudo as qualificadas como definitivas ou “inovadoras” em termos de assentadas no nada e indeterminadas pelas propostas precedentes, implodiriam a integração entre os métodos de investigação, de exposição e os procedimentos metodológicos, estritamente por “ vaidade”.

A pretensiosa e vaidosa “armadilha”, ao acentuar desproporcionalmente no indivíduo e prover a desconexão tanto entre indivíduo e gênero quanto entre as ideias e as determinações da realidade, resultaria em uma ruptura irreconciliável e despropositada com a própria proposta ontológica com a qual objetivamos integrar a investigação e a exposição do processo de construção da tese.

À vista dos supraditos esclarecimentos, justificamos antecipadamente e de forma parcial o aparente retorno constante e desnecessário de questões, categorias e críticas, que consideramos não serem devidamente apreendidas de modo indistinto aos excessos e preciosismos que resultam estritamente das limitações e do estilo de redação do autor. A esse respeito, optamos por “miscigenar” na exposição movimentos reflexivos predominantemente de caráter de autoesclarecimento com movimentos que apresentem efetivamente resultados, o que atribui ao texto a probabilidade de momentos com diminuta objetividade e ostensiva elementaridade.

Reconhecemos, portanto, a permanência de determinados problemas na forma da redação. Contudo, sublinhamos nosso acatar a esses problemas enquanto uma opção consciente de não suprimir os mesmos orientada para a finalidade de expressar a nossa concepção de articulação entre investigação, procedimentos e exposição. Em resumo, uma expressão prática da concepção teórica, ou do movimento de desenvolvimento e da indissociabilidade entre teoria e prática, inapelavelmente permeada pelas limitações do autor.

Por fim, julgamos oportuno e profícuo esclarecer que a reflexão a respeito do método aparentemente concentrada em um singular fragmento da exposição expressa essencialmente a atenção dispendida a uma “norma protocolar” que estabelece o lugar e a ordem dos elementos introdutórios. Protocolo que certamente possibilita maior potencialidade de vulgarização das pesquisas e de interlocução com pesquisadores que desenvolvem esforços de contribuição ao tema, na medida em que permite uma inicial apreensão dos fundamentos filosóficos e das questões, dos percursos e dos indícios dos

resultados com dispêndio diminuto em comparação à imposição do esforço de apropriação integral do texto, para além de fomentar argumentos convidativos para a continuidade da leitura, seja da integralidade ou de demais partes. Logo, o desprezo a esse protocolo resulta na destituição de uma sinopse que evidencie clareza e oferte critérios prévios ao leitor, para que esse esteja de posse das condições de definir a relação do grau de necessidade e interesse e, igualmente, dos objetivos que justifiquem a leitura.

Nesta direção, em que pese o esforço de síntese dispendido às reflexões metodológicas neste Capítulo²⁵, o tratamento com expressão de maior propriedade a respeito do método se encontra diluído no decurso integral da exposição, em momentos providos de diferentes quantidades explícitas. Isso posto, o método de investigação igualmente se desvela com aproximações sucessivas que (re)articulam constantemente a unidade com o desenvolvimento das partes da exposição.

No movimento que se segue, procuramos sintetizar a relação entre a forma e o conteúdo da exposição, integrando essa relação à outra, entre a unidade e as partes, as últimas igualmente fragmentadas e articuladas por capítulos.

1.4.1. A Unidade, as Partes e os Capítulos da Estrutura: Apresentando a Forma e o Conteúdo da Exposição

A estrutura da exposição do texto se encontra dividida e articulada em 3 (três) partes, cada uma dessas composta por 2 (dois) capítulos. As partes estão intituladas: “Fundamentos, Limites e Pretensões” (Parte I), “Ontologia e Lógica” (Parte II) e “Epistemologia e História” (Parte III).

(I) Fundamentos, Limites e Pretensões

Na primeira parte, os capítulos apresentam os elementos introdutórios da tese, método e procedimentos metodológicos, o “estado da arte”, as críticas e problemas apontados ao tratamento da ontologia do espaço na Geografia Crítica, um breve histórico a respeito da redação da ontologia lukacsiana e indicações gerais a respeito da obra.

25 Síntese particularmente situada no item “1.3. Do Método e dos Procedimentos Metodológicos: os Movimentos e os Percursos da Investigação”.

No “Capítulo 2.” apresentamos os elementos fundamentais do movimento de aproximação e enfrentamento do tema a partir das implicações da perspectiva filosófica adotada. Nesta direção, identificamos na massa documental a respeito da temática as diferentes perspectivas de tratamento e indagações pertinentes desenvolvidas em distintas propostas a respeito da ontologia do espaço, reconhecendo as questões que asseveram críticas e limites ao tratamento do tema a partir da perspectiva ontológica marxista e as que apresentam potencialidades de diálogo com essa perspectiva. Realizada essa exposição, o capítulo apresenta o movimento de recorte do tema e a construção do problema de pesquisa, explicita as pretensões e esclarece os limites da proposta.

(II) Ontologia e Lógica

A exposição do “Capítulo 3.” objetiva elucidar como no pensamento de Marx, de acordo com a compreensão de Lukács, o fundamento ontológico-genético do ser compreendido como dinâmica de relações e movimento da matéria apresenta diferenças qualitativas que, sendo constituídas internamente ao complexo de desenvolvimento da matéria integram a unidade da matéria.

Dessa forma, as diferenças qualitativas que expressam as continuidades e descontinuidades no movimento de desenvolvimento e complexificação da matéria não constituem dualidades e/ou dicotomias. Ao contrário, a apreensão ontológico-genética da forma de ser da matéria em movimento permite a reprodução ideal da dinâmica de relações entre permanências e transformações quantitativas e qualitativas no interior de uma unidade, um “ser geral”.

À vista disso, prosseguimos com a exposição das distinções qualitativas de formas de ser da matéria em movimento, que revelam novas qualidades integrantes da dinâmica e do movimento da matéria, diferenciando as esferas de ser inorgânico, orgânico e social. A partir da compreensão da distinção ontológica, apresentamos as especificidades qualitativas da dinâmica da esfera de ser social, fundamentado no par teleologia-causalidade originado na atividade do trabalho.

Essa reflexão nos permite retomar os debates com as indagações e críticas ao tratamento da temática da ontologia do espaço a partir da ontologia marxista, com acento na proposta de crítica da crítica da entificação social do ser. Para tanto, elucidamos a

compreensão do pensador húngaro a respeito do neopositivismo e do existencialismo, considerando as limitações das perspectivas no tratamento dos próprios problemas que reconhecem na realidade e o caráter conservador que reproduzem.

Em sequência, propomos um diálogo inicial com a categoria espaço enquanto integrante da totalidade social, apontando os elementos fundamentais da ontologia para fundamentar o tratamento da ontologia do espaço e preencher as lacunas identificadas no tratamento da Geografia Crítica com a recuperação das críticas da análise do “estado da arte”.

No “Capítulo 4.” exploramos o problema da dicotomia Geografia Física/Geografia Humana assentado na unidade do ser (da realidade) apreendida por meio das distinções e das relações entre as esferas ontológicas inorgânica, orgânica e social. Para tanto, recuperamos a discussão a respeito da dialética da natureza, esclarecendo como o movimento de desenvolvimento e complexificação da matéria são expressão de uma dialética imanente à própria matéria mas que, assim como a matéria se desenvolve e se complexifica, as contradições de maior determinação nos momentos de maior desenvolvimento e complexidade não são redutíveis às contradições dos momentos de menor desenvolvimento e complexidade.

Nesta rota, o tratamento da dialética da natureza não consiste em definir leis gerais da dialética que naturalizariam os processos sociais, ainda que persista a necessária relação entre a esfera social e as demais esferas do ser (o que constitui a unidade do ser) evidenciando que as contradições imanentes na matéria menos desenvolvida igualmente se encontram em ato na matéria mais desenvolvida. Contudo, não atuam com o mesmo grau de determinação pois compõem totalidades distintas, e na totalidade se apreende o grau de determinação das esferas de ser menos desenvolvidas, sendo que esse grau de determinação se modifica, na medida em que a sociedade afasta as barreiras naturais, sem extingui-las.

A exposição contempla interlocução com a filosofia moderna, apreendendo em que termos o debate predominante concebe na atualidade a necessidade de relação entre ciência e Filosofia, com o subsequente retomo ao debate da dialética da natureza para uma crítica da ciência moderna. Por fim, esclarecemos que a dialética da natureza assentada na ontologia lukacsiana pode contribuir para a superação da dicotomia Geografia Física/Geografia Humana, e discorreremos a respeito da lógica, considerando como a razão pode se organizar para reproduzir idealmente o movimento da realidade na sua unidade e diversidade

ontológicas.

(III) Epistemologia e História

A intencionalidade do título se refere à finalidade que orienta o exercício da reflexão: tratar a categoria espaço, à luz da concepção ontológica e lógica desenvolvida na Parte II, por meio do relacionamento entre existência e consciência (com prioridade na primeira). Dessa forma, uma epistemologia da Geografia integrada ao debate filosófico não restrito à teoria do conhecimento, enquanto forma na consciência que se dirige ao movimento de apreensão da imediaticidade da realidade considerando a necessidade de negação do imediato e a prioridade da existência, da história. O título reforça a contraposição ao tratamento de uma ontologia do espaço que assume a condição de estranhamento do indivíduo das condições históricas hodiernas como uma essência imutável do homem que justifica negar a objetividade estranhada e focar exclusivamente na subjetividade, no corpo, e nas categorias geográficas que expressam a relação da escala do sujeito e do corpo, o lugar, a paisagem, o espaço vivido.

Nesta direção, o movimento reflexivo desenvolvido na exposição do “Capítulo 5.” apresenta um ensaio que promove o tratamento dos fundamentos ontológicos e lógicos direcionados a uma reflexão teórica centrada na categoria espaço no âmbito da Geografia. Para tanto, reconhece o movimento e a manifestação de aspectos desveladores da dinamicidade estrutural da categoria no processo de desenvolvimento e complexificação da totalidade social, justificando o necessário procedimento de recorrer à negação das manifestações hodiernas que afirmam a categoria enquanto forma de ser da esfera social da existência e se direciona a uma interlocução imprescindível com a História.

O ensaio objetiva apreender a interpenetração de mútuas e mutáveis determinações entre o movimento do espaço e o movimento da totalidade social, tornando necessário apreender o movimento de desenvolvimento e complexificação da totalidade social e como o espaço se integra nesse movimento e igualmente se movimenta. Portanto, a exposição procura relacionar a gênese da distinção qualitativa da dinâmica do movimento da matéria que constitui a esfera de ser do ser social e o desenvolvimento e complexificação do ser social no decorrer do processo histórico com a categoria espaço.

Nesta direção, pretendemos aferir na dinâmica das continuidades e discontinuidades históricas da sociedade indícios que direcionem os fundamentos ontológicos para a apreensão das relações entre totalidade social e espaço. A partir dessa reflexão,

apresentamos a proposição de tese para uma ontologia do espaço, construída como reprodução ideal da gênese e desenvolvimento do movimento do espaço no interior do movimento da totalidade social, o que impõe o confronto com a história. Objetivamos apreender, portanto, a categoria espaço como forma de ser e determinações da existência do movimento da totalidade social. Essa, integrante ao movimento unitário da matéria, do ser geral.

O “Capítulo 6.” apresentará movimentos reflexivos com pretensão de empreender uma síntese dos elementos de conclusão dispostos ao longo da exposição, direcionando os elementos ao debate das problemáticas hodiernas referentes às crises da produção material e paradigmática. Tratamos, à vista disso, de indagações impetradas às condições de construção de uma crítica radical no âmbito da atividade acadêmica de investigação, reconhecendo a crise paradigmática a partir das características que acentuam a expressão objetiva da crise da reprodução material no dilacerar das qualidades subjetivas. A exposição consagra igualmente a retomada dos principais elementos desenvolvidos e os relaciona com o método de investigação e as condições materiais do trabalho acadêmico.

Por fim, retornamos ao debate inicial da exposição, restituindo nossa compreensão da legitimidade da aproximação com um tratamento das problemáticas recorrentes da epistemologia da Geografia assentada na ontologia lukacsiana, delatando as limitações teóricas e práticas das perspectivas modernas e pós-modernas.

* * *

CAPÍTULO 2.

**DO ENFRENTAMENTO DO TEMA À CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA:
INDAGAÇÕES QUE DESPERTAM O MOVIMENTO DA INVESTIGAÇÃO**

[Diz o Diabo:]

*Tudo vive porque se opõe a qualquer coisa. Eu sou aquilo a que tudo se opõe.
Mas, se eu não existisse, nada existiria, porque não havia a que opor-se.*

Fernando Pessoa
A Hora do Diabo

2.1. DA NATUREZA DO TEMA E A GEOGRAFIA

Compreendemos, a respeito do tema a ser enunciado, a pertinência de explicitar duas considerações prévias, que corroboram com os nossos esclarecimentos iniciais. A primeira, aparentemente mais breve e evidente, consiste em seu tratamento e desdobramentos, que se encontram predominantemente centrada em âmbito teórico com necessárias reflexões de substância filosófica, a significar que as delimitações do tema tendencialmente se inserem no conjunto de preocupações desenvolvidas no interior da subárea denominada de “epistemologia da Geografia”.

Contudo, considerando que a relação entre Filosofia e ciência configura um debate marginal e, inclusive, por vezes considerado alheio aos interesses que resultem em efetivo desenvolvimento da subárea, indagamos a adequação do tema à subárea. Por essa razão, e para destacar a orientação ao tratamento do tema que ressalta a necessidade de negação da predominância do isolamento e pureza da ciência, apontamos denominação diversa da subárea que creditamos a expressão de maior correspondência: **“Filosofia e epistemologia da Geografia”**.

A segunda consideração consiste nos esforços originários de formulação de questões que fundamentam a massa documental a respeito do tema, sendo um tema que irrompe nos resultados empreendidos no bojo do movimento de renovação da Geografia denominado de “Geografia Crítica”, com as primeiras inquietações e reflexões sistematizadas apresentadas de modo incisivo por Silva (1982, 1986a, 1986b, 1988).

Essas foram desenvolvidas a partir das apropriações do autor de problemáticas teóricas e filosóficas — centradas na categoria espaço (e lugar) — contidas, sobretudo, embora não exclusivamente, nos estudos de geógrafos como David Harvey (1980), Yves Lacoste (1996), Milton Santos (1978, 1979).

O movimento ao enfrentamento das problemáticas se encontra assentado em interlocutores de profunda repercussão no cenário filosófico, fundamentalmente György Lukács, mas igualmente Jean-Paul Sartre, quando se constitui inicialmente a delimitação do escopo temático da relação entre ontologia e Geografia, denominada de **ontologia do espaço**.

Oportuno destacar, contudo, que a interlocução com a obra do Lukács transcorre com acento na “Estética” (LUKÁCS, 1970), a permitir com a apropriação do debate concernente ao universal, ao singular e ao particular, apontar direcionamentos para a reflexão entre a totalidade e o lugar (SILVA, 1982, 1986a, 1988).

Em resumo, a esse respeito Silva (1982, 1986b, 1988) compreende que a consciência determinada pela existência pode idear o movimento do real a partir da materialidade espacializada na particularidade (o lugar), mas que possui no seu movimento real o universal (o espaço), o que possibilita uma teoria assentada na ontologia do espaço, uma vez que “a ontologia, uma vez delineada, remete à epistemologia” (SILVA, 1986b, p. 132).

Essa teoria ultrapassaria a concepção fundada no apartar entre a aparência e a essência da realidade constituída nas dicotomias da Geografia clássica, na medida em que a particularidade (o lugar) se expressa enquanto a existência material imediata que determina a consciência que, por seu turno, somente pode tornar consciente — no sentido de uma efetiva apropriação da realidade — a existência que a ela se apresenta na sua relação com o universal (o espaço).

O autor considera uma exceção na Geografia clássica, a obra “O homem e a terra” de Reclus²⁶, por enfatizar que a existência de um povo é necessariamente a transformação do espaço (relação entre existência humana e espaço), quando as desigualdades existentes na superfície terrestre são constituintes da diversidade da história humana pois os atributos naturais desigualmente espacializados são determinantes à transformação do espaço e, portanto, à existência de um povo.

26 Reclus, E. “L’homme et la terre”. A obra possui algumas passagens traduzidas para o português em Andrade (1985).

A ressalva do autor nos parece procedente, na medida em que se constata várias passagens na reflexão de Reclus a evidenciar fundamentos ontológicos, embora não propriamente sistematizados, a exemplo da unidade espaciotemporal fundamental para a compreensão da existência e da história humana, realçando que essa:

no seu conjunto e nas suas partes, só pode pois ser explicada pela adição dos meios aos “juros compostos” durante a sucessão dos séculos; mas, para bem compreender a evolução que foi realizada, é preciso avaliar também em que medida os próprios meios evoluíram, em virtude da transformação geral, e modificaram, em conseqüência, sua ação (RECLUS, 1985b, p. 59-60, *grifos no original*).

Para Silva (1982, 1986b, 1988), a ontologia do espaço, na concepção por ele concebida, permite revelar e problematizar as contradições da realidade contemporânea, pois possibilita uma teoria geográfica que apreende o movimento da reprodução do mundo no lugar. Por essa razão, a teoria geográfica potencializa a ação prática de transformação do real, sendo essencialmente crítica e revolucionária, desveladora das contradições na existência social.

Isso porque na relação de determinação entre existência e consciência, transformar a existência depende necessariamente de concomitante transformação, de forma alguma idêntica, da consciência. Diante disso, faz-se imprescindível tornar consciente as possibilidades de transformação da realidade existente, o que assevera a necessidade de uma teoria que permita a difusão dessa potência de transformação. Ou, nas palavras do autor, “mudar o lugar é mudar a consciência; mudar de lugar é mudar a consciência. Mas, o ser produz o lugar e é produzido por ele. Então, estabelece-se a contradição entre a consciência e o ser” (SILVA, 1986b, p. 98).

Essa questão, contudo, fora apontada por Marx; Engels (2001, p. 38-40, *grifos no original*), quando os autores afirmam que:

a “imaginação”, a “representação” que [os] homens determinados fazem da sua práxis real, transforma-se na única força determinante e ativa que domina e determina a prática desses homens. [...] A eliminação dessas representações na consciência dos homens, só será realizada [...] por meio de uma transformação das circunstâncias existentes, e não por deduções teóricas.

Dessa forma, esboçamos uma posição que desenvolveremos com maior propriedade

no decurso da exposição, que consiste na compreensão da condição para o homem transformar a realidade (natural ou social) o necessário captar no reflexo consciente os nexos causais insuprimíveis operantes na realidade e produzir uma finalidade fundada em uma necessidade concreta historicamente determinada.

Quanto maior o domínio na consciência da causalidade operante (na natureza ou na sociedade), maior se constitui a potência de transformação da realidade pelos atos direcionados por finalidades humanas, precisamente porque quanto maior a qualificação da apreensão da realidade maior as condições postas pelo/no conhecimento consciente para o constatar as possibilidades inscritas nas atividades de transformação do real as alternativas imprescindíveis ao suprimento das necessidades objetivas.

Isso posto, depreende-se que a transformação da realidade social somente se expressa objetivamente possível quando se tornam conscientes os nexos causais e as determinações operantes nas condições postas na realidade social historicamente determinada. Esse reconhecimento consciente justamente se afirma ao permitir estabelecer nas determinações objetivas das necessidades sociais a superação das condições de determinado estágio histórico do desenvolvimento e complexificação da totalidade social.

Nesta direção, depreendemos no direcionamento apontado por Silva (1982, 1986a, 1988) o evidenciar que se instaura por meio do tratamento conferido à relação entre Filosofia e ciência, no caso entre ontologia e epistemologia da Geografia, as potencialidades para o trabalho intelectual adquirir dimensão não redutível ao isolamento do discurso teórico e comportar atividades com a finalidade de:

fundar a legalidade do trabalho intelectual não alienado e cada vez mais necessário no presente. Como esse trabalho se põe como produção da teoria, ele se coloca, ao mesmo tempo, como projeto, e como consciência do existir, que autodetermina a significação-significado. Por isso, legaliza-se a teleologia da idéia que se produz como idéia, abrindo caminho para a práxis específica da inteligência realizando o que o modo de produção coloca ante a ela como necessidade. Põe-se, então, a própria necessidade do trabalho intelectual não alienado, sem o que a fetichização do produto positiva a consciência, empobrecendo-a e, com isso, produzindo e reproduzindo a idéia pobre e realidade pobre que fundamenta essa idéia (SILVA, 1982, p. 92).

Para corroborar essa segunda posição, recorreremos a consideração de Léfèbvre (1979) a respeito da necessidade objetiva de realizar uma ruptura radical com a separação

irreconciliável entre a essência e aparência, conforme evidenciado por Silva (1982, 1986a, 1988), em oportunidade na qual o autor declara que:

a essência, quando dialeticamente concebida, *torna-se* permanentemente possível. [...] O fenômeno, considerado como *manifestação reveladora*, revela a *lei do devir*, a *relação essencial* da coisa com outras coisas, já que contém a essência. [...] A essência — a coisa em si — *pode ser algumas vezes mais pobre que a aparência*, já que a aparência implica a relação, a manifestação da essência “em outra coisa” (LÉFÈBVRE, 1979, p. 221, *grifos no original*).

Nesta direção, o incessante movimento de conservação e transformação da realidade tornado-consciente e apreendido por constructo teórico concebido por meio dos fundamentos previamente expostos, para além de reconhecer a submissão à instável unicidade entre aparência e essência enquanto identidade interpenetrada nas determinações da diferença, sustenta que no momento no qual o expressar das contradições do movimento da realidade se realiza no sentido do irromper uma transformação qualitativa da/na essência, o transformar da essência se efetiva concretamente no confronto com a aparência, ainda que de modo algum plenamente aparente no imediato.

Por conseguinte, a essência, imediatamente no momento do se pôr em transformação, se revela mais plena de indeterminações que a aparência, na medida em que a última expressa com maior propriedade o transformar da essência por integrar efetivamente o relacionamento com determinações objetivas extrínsecas a infringir na transformação da aparência os constrangimentos imputados ao movimento da essência transformada na negação do estágio incipiente de desenvolvimento.

Realizadas as considerações precedentes, igualmente compreendemos a relevância de tecer sucintos apontamentos com o intuito de sublinhar algumas especificidades dos movimentos de investigação e exposição frente a normalidade dos empreendidos a partir dos escopos temáticos de maior expressão nas “tradições” da ciência geográfica, e que potencializam dificuldades e tentações ao consistente fundamentar da construção do problema. Se constata a predominância das investigações desenvolvidas na disciplina acomodadas no interior de 3 (três) padrões:

(1) no primeiro as pesquisas mantêm, em maior ou menor grau, elementos tradicionais da disciplina, no que se refere ao empreendimento de descrições relativas a questões sociais, naturais ou estabelecida a interface sociedade-natureza e/ou recortes

espaciais particulares — com delimitação precisa de uma determinada escala espacial na qual incide preponderância dos elementos tratados —, das quais emerge maior ou menor generalidade das conclusões obtidas, ou ainda a ênfase justificada nas particularidades ou individualidades;

(2) no segundo, se efetiva a construção de elementos do primeiro padrão coadunados ao movimento de estabelecer análises centradas em levantamento pormenorizado de quantitativo de variáveis consideradas expressivas de forma que permitam, em alguma medida, sustentar argumentos para uma explicação causal concernente ao recorte temático de investigação que se desenvolve em recorte espacial particular.

Objetiva-se, igualmente, estabelecer formas de generalizar a explicação para outros recortes, ou, em outros termos, estabelecer as regularidades de manifestação de determinado fenômeno, traduzindo essa regularidade em enunciado matematizável que metodologicamente expresse como desvelar o padrão obnubilado na mera manifestação empírica da organização espacial dos fenômenos.

(3) no terceiro padrão, estabelece-se uma definição prévia de uma reprodução ideal (teoria) de processos que atuam no âmbito da fenomenalidade de determinado objeto, que se conjuga *a posteriori* ao primeiro padrão, ou seja, desenvolve-se uma espécie de análise acerca da validade de determinada teoria em contexto de um recorte espacial particular, construindo para tanto maior ou menor número de mediações, das quais ao final da investigação se aponta, ou não, novos elementos teóricos que são pertinentes às pesquisas com objetos afins.

Esse último padrão possui uma especificidade que se aproxima parcialmente da presente proposta, mas igualmente se afasta, uma vez que a aproximação manifesta a necessidade de exposição dos fundamentos teóricos estabelecidos enquanto pressupostos no movimento de construção do recorte espacial particular.

No entanto, ao partir da fundamentação filosófica da leitura e elaboração teórica, se instaura a possibilidade de tratamento de questões consideradas irrealis por pesquisadores que não compartilham a mesma perspectiva “filosófico-teórica” da investigação empreendida, algo que escapa aos padrões anteriores, pautados em elementos empíricos que se apresentam demonstráveis e com resultados considerados claros e relevantes para além da perspectiva filosófica do pesquisador.

A partir dos padrões elencados, a especificidade da presente proposta reside no tratamento (aparentemente) exclusivamente teórico e filosófico das questões pertinentes à reflexão e posicionamento da ciência geográfica diante das problemáticas reais que se processam e se realizam no movimento da reprodução social.

Isso significa que a proposta emerge de um percurso minoritário dentro das preocupações efetivamente objetivadas nas investigações geográficas, o que pressupõe certo estranhamento quanto aos aspectos metodológicos da pesquisa, a relevância dos seus resultados, ou mesmo o problema de pesquisa. E, decerto, possui como característica um movimento de recorte temático que implica construção mais longa, devido à necessidade de situar de forma explícita a plataforma teórica e filosófica da proposta coadunada à ausência imediata de elementos empíricos que anunciem antecipadamente ao leitor elementos de compreensão acerca dos objetivos e processos de investigação.

Nesta direção, a tarefa de construir o problema com clareza se torna necessariamente exposição mais extensa, o que pode aparentemente aprofundar a natureza prolixa e, em certos momentos, hermética. A extensão da tarefa, conforme esclarecemos, justifica a nossa opção pela constituição não de uma “introdução” mas de uma parte introdutória, composta por dois capítulos, para a estrutura da exposição.

Por fim, sublinhamos a procura por realizar um exercício de interlocução com perspectivas e posições que estabeleçam momentos de desconforto e morosa reflexão, e não estritamente com as que corroboram, na medida em que nos permite, dentre outras possibilidades, fortalecer a coerência e consistência da argumentação. As perspectivas e posições divergentes apresentam indagações que necessitam inicialmente de reflexão a respeito da validade das suas legitimidades e pertinências, e, posteriormente, as indagações devem ser tratadas coerentemente no interior da perspectiva que desenvolvemos.

Os argumentos desenvolvidos por autores que apresentam posicionamento discordante ao que direciona nosso movimento de investigação mas que expressam indagações relevantes ao desenvolvimento da temática e aos objetivos da investigação e possuem uma fundamentação coerente e consistente, serão, em termos “ilustrativos” — na medida em que não pretendemos abordar, com exaustiva profundidade, outras abordagens, pois nossas intenções escapam a uma pesquisa comparada de ideias e argumentos — acomodados ao decurso da exposição para um diálogo profícuo com nossos argumentos, observando, inclusive, que muitas vezes esses argumentos contrastantes não

necessariamente entram em contradição com os fundamentos dos nossos argumentos, embora nossos argumentos permitam estabelecer a crítica.

Nestes termos, a reconstrução e reafirmação dos nossos argumentos enquanto um movimento de análise e crítica dos argumentos de autores com diferentes posicionamentos não necessariamente retiram a coerência e consistência dos argumentos criticados. Nos termos dos fundamentos dos argumentos desses autores, a coerência não é, necessariamente, abalada e/ou destruída.

Isso porque no âmbito das ciências sociais posições diferentes podem dialogar em análise crítica sem que, para isso, sejam pulverizadas as possibilidades de manutenção do argumento criticado. Tal fato se deve à compreensão de que a coerência se define pela perspectiva interna do argumento, ou seja, se ele é coerente com a perspectiva filosófica e epistemológica sob a qual se desenvolve. Como a consistência se define por uma espécie de manutenção da mesma coerência a partir da crítica advinda de perspectivas distintas, essa última pode ser rompida com maior facilidade nas ciências sociais.

Há, nesta direção, possibilidade real de afirmar a inconsistência na manutenção dos argumentos desses autores pelos limites estabelecidos não serem corroborados na nossa breve análise para fins ilustrativos.

De qualquer forma, observamos que possui relevância e pertinência a reflexão que consiste na reavaliação da coerência interna dos nossos argumentos a partir de diferentes posições, inclusive para situar de forma mais precisa a perspectiva sob a qual a pesquisa será desenvolvida. No entanto, esse movimento muitas vezes é negligenciado para o uso de argumentos e autores que apenas corroboram com uma predisposição inicial estabelecida sob os critérios do pesquisador.

É necessário enfatizar, contudo, que constatar a coexistência de perspectivas diversas e os oportunos diálogos profícuos mutuamente inspiradores, não equivale a considerar inexistente a disputa pela hegemonia da produção e da vulgarização do conhecimento científico. Consequentemente, a supracitada coexistência não é despida de candentes conflitos que transcendem aspectos das teorias e dos métodos, possuindo relações com questões de âmbito ideológico, político e econômico, ainda que, com raríssimas exceções, essas questões permaneçam veladas sob o argumento da autonomia ou do isolamento do conhecimento científico frente as condições materiais e históricas enquanto fundamento da validade do conhecimento produzido.

A crítica às demais perspectivas e concepções, portanto, não implica desqualificar e desconsiderar por completo as produções desenvolvidas nessas outras perspectivas, mas justamente a necessidade de incorporá-las. Essa incorporação, contudo, se constrói e se efetiva não pela afirmação das propostas mas pela sua negação, ou seja, criticamente a partir dos nossos fundamentos.

Por conseguinte, essa crítica enriquece pelo que é negado e pelo que é incorporado, desta vez reformulado fundamentos distintos aos da proposta criticada. Essa forma de dialogar com as propostas diferentes que, por isso, negam ou se opõem aos nossos fundamentos, promove o movimento de desenvolvimento dos nossos fundamentos.

É prudente esclarecer, à vista disso, que a nossa pretensão contempla uma distinção basilar com a normalidade das investigações atinentes ao escopo teórico na Geografia, na medida em que essas se encontram centradas ou delimitadas em/por problemas e procedimentos de natureza estritamente historiográfica.

Decerto, a pertinência e contribuições dessas investigações são indubitáveis. No entanto, fomentam uma tendência de especialização no realizar a crítica enquanto finalidade em si mesma, ora identificando limites, imprecisões ou equívocos como projeto de investigação, ora ratificando a coerência das propostas investigadas, mas isentando da investigação da tarefa de construção de proposições.

Estima-se, à vista disso, que esse rediscutir e integrar críticos consinta encetar plausíveis caminhos profícuos à investigação da temática, sobretudo no sentido de construir possibilidades de *linhas* de continuidade com a proposta desenvolvida por Silva (1982, 1986a, 1986b, 1988) na perspectiva da Geografia Crítica, o que significa, necessariamente, possibilidades para além dos limites aferidos pelas diferentes críticas realizadas por autores vinculados a diversas perspectivas. Essas *linhas* de continuidade estariam estruturadas nos resultados de um diálogo com as críticas propostas, mas, ao mesmo tempo, fundamentadas em alternativas às mesmas.

Esse procedimento, a partir das considerações expostas, de forma alguma possui qualquer relação com o ecletismo “pós-moderno”. O procedimento, então, estritamente considera que a intensa produção das perspectivas distintas igualmente revelam questões pertinentes à reflexão e investigação do tema e do objeto, evidenciando a necessidade de diálogo e incorporação crítica.

No entanto, direcionado pelos “procedimentos metodológicos clássicos”, fomos impelidos a iniciar a investigação pela produção do “estado da arte”, o que proporciona, por um lado, indicações e inquietações decisivas. Por outro lado, quanto mais nos aproximamos do objeto, quanto mais ele é revelado pelo reconhecimento e conhecimento que dele obtemos, maior é demonstrada a pobreza da apropriação das leituras iniciais que resultam no “estado da arte”.

Essa constatação implica que o final (sempre momentâneo) do processo de pesquisa aponte para a necessidade de reconstruir a crítica dos textos que compõem o “estado da arte” com maior precisão e correção, o que aponta para a complementação do “procedimento clássico”. Essa questão, evidentemente, se aplica igualmente aos textos que fundamentam a nossa perspectiva, sobre os quais possuímos atualmente uma compreensão mais qualificada.

Para além da relevância supracitada, esse movimento é igualmente importante para situar o que, até o presente, foi desenvolvido a respeito do tema. Nesta direção, essa exposição permite explicitar de forma mais clara a relevância da temática e circunscrever o que se apresenta enquanto originalidade para o desenvolvimento da tese, além de apontar as contribuições da pesquisa frente as questões que anteriormente foram tratadas e possíveis novos desdobramentos.

Isto posto, as aproximações iniciais que desenvolvemos com a temática da ontologia do espaço objetivam situar diversas possibilidades e perspectivas de debate no interior do tema, e recortar de forma precisa nosso posicionamento e direcionamento para o movimento de recorte do tema e construção da problemática de pesquisa, delimitando as contribuições e caminhos da proposta.

Antes, no item que se segue, expomos sinteticamente o movimento proposto ao enfrentamento do tema, na medida em que esse movimento orientará o nosso diálogo com as diferentes propostas no “estado da arte”, com o intuito da incorporação crítica.

* * *

2.2. DA PROPOSTA DE ENFRENTAMENTO DO TEMA

A presente proposta objetiva constituir um contributo aos esforços reflexivos no âmbito da ciência geográfica a respeito da temática instituída no relacionamento entre ontologia e Geografia, historicamente tratada na disciplina enquanto ontologia do espaço. A referida temática tem suscitado interesse de pesquisadores com inclinações e perspectivas filosóficas e epistemológicas das mais diversas.

Essa diversidade se depreende a partir da constatação de múltiplos percursos — em grande medida divergentes e/ou excludentes — e resultados das argumentações, na posição de maior ou menor destaque da temática e, sobretudo, nos autores e princípios que fundamentam o movimento de investigação. A diversidade desses últimos possui maior potencialidade reveladora da diversidade dos produtos do esforço reflexivo empreendido na construção dos enunciados substanciados pelos elementos de conclusões das propostas, a apresentar enquanto possibilidades alguns caminhos e direcionamentos ao mesmo tempo em que a inviabilizar ou desconstruir outros.

É indubitável, por conseguinte, a contribuição e relevância proporcionada pelos resultados das investigações realizadas em diferentes perspectivas. Essas investigações, independentemente da perspectiva filosófica adotada, no entanto, tem revelado, na grande maioria das publicações que expressam reflexões acerca da temática, insuficiente densidade e/ou intensidade, derivada, dentre outras questões:

- (1) da natureza sintética dos meios de divulgação dos resultados — essencialmente

publicados em breves artigos ou capítulos de livros —, implicando possíveis omissões;

(2) da descontinuidade do interesse dos pesquisadores na temática, revelando que passam a se dedicar a outras questões e tendem a afastar-se ou a renunciarem a temática, o que, no entanto, não se aplica a todos os pesquisadores;

(3) da notável insuficiência, em alguns casos ausência, de explicitação dos fundamentos filosóficos sobre os quais se assentam os argumentos, as análises e críticas a outros autores e perspectivas, e as conclusões — o que pode ter estreitas relações com as questões apontadas no item anterior;

(4) da construção da crítica — desconstruindo argumentos e reflexões — derivada estritamente de fundamentos e posições do autor que a formula, o que revela uma falsa impressão de que as contribuições à temática se desenvolvem sobre os mesmos fundamentos filosóficos, implicando a ideia de incoerência dos argumentos do autor criticado sem, contudo, explicitar anteriormente em que medida os fundamentos são divergentes e/ou a relação desses com as conclusões e resultados obtidos.

Nosso esforço constitui-se no propósito de enfrentar a temática de forma rigorosa. Para tanto a investigação possui enquanto ênfase uma perspectiva filosófica delimitada, o marxismo, um autor com efetiva e reconhecida contribuição ao tema da ontologia, György Lukács, e uma obra, “Para uma ontologia do ser social”²⁷.

Cumprе esclarecer que o autor e a obra supracitados não explicitam vínculos e/ou aplicações à Geografia, às categorias da Geografia ou à temática da ontologia do espaço. Nesta direção, o intento não se restringe a apreender os argumentos do texto lukacsiano ou promover uma historiografia das reflexões ontológicas do autor, mas estabelecer categorias-chave da argumentação do autor para subsidiar e constituir categorias analíticas que permitam o trânsito das ideias ao pensamento geográfico.

Esse trânsito não pretende estritamente aplicar argumentos e categorias do texto lukacsiano, mas reconstituir fundamentos conceituais para a categoria espaço a partir da integração da categoria ao arsenal categorial da ontologia lukacsiana.

Por meio das categorias analíticas será possibilitada a reflexão da pertinência e (in)consistência das referidas ideias para subsidiar uma teoria do espaço geográfico, que a

27 No presente texto nos referiremos em diversos momentos a obra como “Ontologia”, “Ontologia do Ser Social” ou “ontologia lukacsiana”. Conforme esclarecemos anteriormente, utilizaremos em momentos do texto referências diretas a algumas obras de Karl Marx, com o intuito de tornar mais clara a exposição.

princípio integra a perspectiva da produção do espaço. Portanto, a proposta consiste na obtenção de resultados da sistematização das categorias-chaves da ontologia lukacsiana e das reflexões geográficas acerca da ontologia do espaço para fundamentar um esforço de inovação para a teoria geográfica e para a ontologia marxista, mediada pela categoria espaço, reafirmando a referida categoria de forma inovada no âmbito da Geografia e traduzindo uma potencial pertinência para a Filosofia e demais ciências humanas e sociais a partir de problemáticas do debate ontológico.

Embora possa ser questionado o trânsito entre as reflexões ontológicas e a gnosiologia e a epistemologia, de acordo com a natureza e o papel das mesmas compreendidas em termos de incompatibilidade unitária, consideramos que há uma necessária potencialidade a partir dos preceitos da concepção marxista, de que as diferenças entre ontologia, teoria do conhecimento e ciência não constituem uma incompatibilidade unitária mas uma necessária articulação unitária.

Corroborando com essa concepção, Kosík (1976, p. 42) afirma que:

O conhecimento da realidade, o modo e a possibilidade de conhecer a realidade dependem, afinal, de uma concepção da realidade, explícita ou implícita. A questão: como se pode conhecer a realidade? é sempre precedida por uma questão mais fundamental: o que é a realidade?

Dessa forma, considera-se que esse debate, na Geografia, possibilita enriquecer e reafirmar a relevância da categoria espaço, na perspectiva da produção do espaço, para a problematização e apreensão da reprodução da totalidade social.

Conforme apontamos no item anterior, a clara construção e exposição da problemática de pesquisa, no entanto, necessita da identificação da situação atual da reflexão acerca do tema da ontologia na Geografia — desenvolvimento do estado da arte da temática —, a partir da qual será possível apontar os fundamentos e as rupturas propostas.

Nesta direção, devemos iniciar pela constatação de que a temática da ontologia na Geografia é construída enquanto ontologia do espaço, explicitada nestes termos e com expressiva produção intelectual por Silva (1982, 1986a, 1986b, 1988) em meio ao esforço de compor substância filosófica à Geografia por meio da disciplina que o autor denominou de “Geografia teórica”.

Com tal intento, o autor formula a definição do “espaço como ser” que, embora muito criticada por possíveis equívocos nas concepções de “ser” e “ente” construídas implicitamente aos argumentos do autor — a crítica da entificação do ser —, principia um trajeto entre a Filosofia e a Geografia que termina por constituir uma possibilidade de fundamentação filosófica à reflexão teórica na Geografia.

Essa crítica, no entanto, nos evidencia que há um deslocamento que revela um escamotear e destituir de riqueza e herança, portanto inutilizar, aquilo que, compreendemos, é a essencial contribuição que o autor apresenta na sua proposta — o que não significa que consideramos ser algo proposital, mas estritamente o resultado a que essa crítica inevitavelmente tem conduzido.

Isso porque consideramos que o essencial da proposta de Silva (1982, 1986, 1988) é ignorado por essa crítica, e esse essencial consiste no potencial de crítica da existência (ontologia) social como fundamento teórico (epistemologia) para a orientação da transformação do real (práxis) a partir da categoria essencial ao pensamento geográfico (área da ciência), o que justifica a necessária relação entre Filosofia e ciência sintetizada na ideia de “ontologia do espaço”²⁸.

A crítica à “entificação do ser”, que não consideramos irrelevante, quando restrita a este aspecto desloca o eixo do debate da ruptura com as propostas de uma ciência neutra — a partir da relação entre a teoria e a transformação da realidade — para o debate de uma teoria que não se assenta na realidade ou, melhor dizendo, não reconhece os fundamentos materiais e a dinâmica do movimento da realidade material como componentes insuprimíveis das ideias.

O referido trajeto entre a Filosofia e a Geografia, em que pese a consideração supracitada, se demonstra fecundo e com novos, relevantes e candentes desdobros hodiernos, ainda que em literatura consideravelmente escassa em termos quantitativos, a exemplo das preocupações e propostas apresentadas nas reflexões de Bernardes (2012, 2013), Biteti (2007), Calçavara (2013), Escolar (1996), Marinho (2010), Martins (2007, 2014), Moraes (1982), Moreira (2000, 2004), Pedrosa (2012), Reis (2009, 2012), Santos (1996), Soja (1993), dentre outros.

Notam-se, na maioria das propostas dos autores supracitados, referências à reflexão de Silva (1982, 1986a, 1986b, 1988). Contudo, essas referências apresentam, na quase

28 Construimos essa compreensão no item precedente.

totalidade, ênfase na composição de críticas que objetivam desvelar equívocos e/ou limites nas reflexões do autor, sugerindo outros fundamentos e caminhos para o aprofundamento dos debates na temática, o que significa que a continuidade do interesse pela temática é substanciada em relevantes descontinuidades.

Há, no entanto, propostas que apontam uma revisão das reflexões Silva (1982, 1986a, 1986b, 1988) no sentido de corroborar com os fundamentos filosóficos e, nesta direção, construir algumas rupturas consideradas necessárias, mas com intuito de constituir inovações e aprimoramentos no interior de uma continuidade. O movimento que se segue objetiva situar as continuidades e descontinuidades, assentando a partir das principais contribuições realizadas os (novos) caminhos que consideramos pertinentes percorrer nesta investigação.

* * *

2.3. DA TEMÁTICA DA ONTOLOGIA DO ESPAÇO: APROXIMAÇÕES INICIAIS PARA UM RECORTE NO INTERIOR DAS DIVERGÊNCIAS (E POLÊMICAS)

Apresentamos neste item breve contextualização dos debates a respeito da temática da ontologia do espaço na Geografia, centrados em um movimento de crítica e/ou renovação da proposta inicial de Silva (1982, 1986a, 1986b, 1988). A disposição dos autores e/ou ideias não obedece a uma ordem cronológica das publicações tratadas, sendo a organização da exposição do texto construída com considerável arbitrariedade.

Essa arbitrariedade, no entanto, objetiva permitir que as últimas publicações tratadas possibilitem maior fluidez com nossos movimentos de recorte e problematização. As propostas que substanciam esses movimentos, porém, serão tratadas no item seguinte.

Iniciaremos o presente item, assim, com a exposição das reflexões e indagações com as quais iremos nos atentar mais diretamente na posterior exposição do desenvolvimento do texto, e teceremos breves comentários acerca das demais propostas.

Esclarecemos, ainda, para evitar a suposta aparência de irrestrita concordância com as propostas que discorreremos neste item — o que seria contraditório com a nossa proposta —, que as críticas necessárias aos argumentos aqui desenvolvidos serão realizadas posteriormente²⁹. Ao final deste item indicaremos de forma resumida as indagações sobre as quais nos debruçaremos no desenvolvimento do texto.

29 As interlocuções com as referidas críticas constituem a exposição da Parte II (“Ontologia e Lógica”) e da Parte III (“Epistemologia e História”), com maior notoriedade nos itens que indicam partes de movimentos denominados “O Crepúsculo dos Ídolos” na composição das sentenças que os intitulam.

A realização do “estado da arte” revelou que hodiernos esforços reflexivos têm resultado em significativas contribuições à temática da ontologia na Geografia, tratada historicamente enquanto ontologia do espaço. Dentre essas contribuições, constata-se que um respeitável quantitativo de geógrafos que tem se dedicado ao tema constroem seus elementos de conclusão possuindo enquanto fundamento filosófico — ao trânsito de argumentos e categorias da ontologia para a epistemologia da Geografia e/ou para a reflexão crítica acerca de tratamentos anteriormente concedidos às questões da temática na disciplina — a perspectiva ontológica elaborada por Martin Heidegger (2002a, 2002b).

Esse caminho tem se demonstrado profícuo, servindo, por um lado, para resgatar o interesse dos geógrafos pela temática, para além de possibilitar incrementos e nuances filosóficas e epistemológicas em um debate candente, substanciado por novas alternativas e indagações à reflexão.

No entanto, uma leitura atenta dos direcionamentos indicados pelos elementos de conclusão desenvolvidos por essas alternativas aponta, por outro lado, ocasionalmente de forma explícita, para a existência de significativas divergências com as propostas iniciais das reflexões acerca da ontologia na Geografia, essas concebidas na perspectiva denominada de Geografia Crítica.

Embora na supracitada perspectiva se encontrem autores com influências e/ou inspirações diversas — o que significa que a mesma não seja redutível aos fundamentos de determinada filiação metodológica e/ou filosófica —, constata-se, pelas reflexões e críticas contidas nas principais contribuições, que a temática da ontologia do espaço teve tratamento e assimilação fundados na proposta ontológica marxista. Ou, ainda que não integralmente, com integração de proposições e fundamentos diversos, dentre os quais sobreleva-se, em questões substanciais, a proposta ontológica marxista.

Em vista disso, depreende-se que os movimentos que formulam críticas à concepção de ontologia na Geografia Crítica igualmente apontam, não necessariamente de forma intencional, limites e equívocos procedentes do pensamento marxista acerca da questão e, por conseguinte, de modo inevitável, ao próprio potencial do marxismo em substanciar adequadamente a reflexão teórica na disciplina.

As divergências evidenciadas nas novas propostas e reflexões a respeito do tema assinalam incompatibilidades relevantes com o conteúdo concedido às reflexões teóricas encetadas pela perspectiva da Geografia Crítica, com acento na ideia do espaço socialmente

produzido e, sobretudo, na ideia da concepção da sociedade enquanto ser (ser social) — e ser do espaço — que, por seu turno, é fundamento de substancial relevância à ideia de produção social do espaço. É necessário considerar, contudo, que na perspectiva da produção do espaço existem propostas prestigiadas que desconsideram e/ou consideram equivocada a pertinência de uma ontologia do espaço, a exemplo de Carlos (2011).

As incompatibilidades sugeridas advêm, principalmente, de desdobramentos da noção de “diferença ontológica” e da posição fulcral dessa na ontologia heideggeriana (HEIDEGGER, 2002a, 2002b), da qual se depreende, grosso modo, que existe uma diferença intransponível entre o “ser” e os “entes”.

Nesta rota, a aproximação com a proposta heideggeriana desperta reflexões que sustentam a noção de “diferença ontológica” na qualidade de orientação indispensável ao debate de natureza ontológica. Por conseguinte, essas reflexões inevitavelmente comportam ou empreendem críticas ao assinalar acentuados equívocos que se manifestam enquanto produtos da inobservância da aludida diferença nas proposições dotadas de maior deferência a respeito ontologia do espaço, sublinhando a premência de questões desprezadas nas formulações de fundamento marxista da Geografia Crítica.

2.3.1. A Ontologia e Geografia e as Categorias Ontológicas da Presenticidade, da Alteridade e da Geograficidade em Biteti (2007, 2014)

Construindo reflexões concernentes ao intento de ajuizar a caracterização do estágio corrente dos encaminhamentos e questões da temática, realizadas no decurso de investigação em dissertação de mestrado, Biteti (2007) se apropria das proposições contidas na massa documental na qualidade de condições objetivas que, por um lado, demarcam os direcionamentos e a validade dos mesmos e, por outro lado, permitem constatar obstáculos a alternativas que apresentam potenciais contributos a qualificar os litígios e debates entremetidos ao desenvolvimento do tema.

Nesta rota, a autora executa procedimentos orientados para a identificação das necessidades que deflagram as finalidades do declarar a sistematização para o tratamento do tema. Reconhece nas finalidades expressas nas propostas, de modo implícito ou explícito, a

existência de limites que manifestam um “impasse ontognosiológico” e que se constituem enquanto fundamento comum ao tratamento da relação entre ontologia e Geografia. No fundamento dessa relação se denunciam as necessidades gestadas em problemas de âmbito epistemológico.

Diante das supraditas necessidades, Biteti (2007) aponta que o conteúdo ontológico se apreende na categoria espaço por meio da construção do aproximar o conteúdo geográfico da realidade em uma apropriação formal que delimita terminologias centradas na categoria para a resolução dos problemas epistemológicos da disciplina. Os exemplos consagrados pela autora para ratificar a afirmação das terminologias que expressam o “impasse ontognosiológico”, consistem na “forma-conteúdo” em Santos (1996), na “compressão espaço-tempo” em Harvey (1993) e na “espacialidade” em Soja (1993).

Da análise circunstanciada dos exemplos, provém considerações conclusivas que, sem desprezar as diferenças e singularidades, justificam o generalizar que amarra as aludidas propostas e conforma uma unidade. Essa unidade expressa obstáculos que manifestam o subordinar do conceber uma ontologia geográfica ao reger de prescrições e demandas precisamente epistemológicas.

Depreendemos que a análise sublinha o supradito subordinar enquanto constrangimento ao momentâneo recorrer ao ontológico para o preenchimento das lacunas esporádicas que manifestam problemas gestados no âmbito da epistemologia. O objetivo de interlocução delimitado estritamente pelas lacunas restringem a relação entre ontologia e Geografia que, por conseguinte, resulta em contribuições indubitavelmente relevantes mas não dotadas do potencial para impedir o restituir do problema epistemológico.

Desse modo, flagramos uma inversão posta na relação entre Filosofia (ontologia) e ciência (Geografia) que atribuem a qualidade de insolubilidade ao problema epistemológico. Recuperaremos essa questão no decurso da exposição partindo da relação entre ontologia, lógica e gnosiologia, contudo, apresentando um direcionamento distinto do proposto em Biteti (2007) mas que ratifica a necessidade que o fundamenta.

Para a autora, os limites dos contributos são condicionados pela demarcação ao tratamento da relação entre ontologia e Geografia. Ademais, o tratamento diluem e não reconhecem as diferenças entre ontologia e epistemologia, e não dispõem na exposição da proposta os fundamentos que orientam a apreensão dos fundamentos do relacionamento entre as diferenças no enfrentamento do tema.

Nesta rota, Biteti (2007) propõe uma contribuição deflagrada a partir das condições que definem a qualidade de prioridade a necessidade de construção de crítica às dicotomias instauradas na modernidade, a exemplo de interioridade e exterioridade, homem e espaço e sociedade e natureza. O movimento reflexivo para a proposta de ruptura, no entanto, se assenta na ontologia sartriana com aproximações e incorporações de elementos da ontologia heideggeriana.

Enquanto resultado da investigação e contributo a direcionamentos que partem das condições postas no estágio da temática para destituir as limitações objetivas que obstaculizam o desenvolvimento do tema e, por conseguinte, da Geografia, Biteti (2007) argumenta que considerar o espaço na qualidade de entidade equivaleria atribuir ao espaço a negação do movimento, o que confere negar ao espaço um significado. Definido na qualidade de ente, o espaço não permitiria ser pensado para além da condição de matéria, sem constituir as relações sociais ou, igualmente, sem qualquer papel ativo no processo de reprodução social, de modo assemelhado a definição de espaço enquanto palco.

A autora aponta que o espaço seria condição contingente da existência dos entes, possuindo no espaço a necessidade de materialização. Sua dinamicidade em caráter contingencial decorre da interação entre as ações do homem e a distribuição dos objetos. Nas suas reflexões, não se observa debate de produção dos objetos e constituição do espaço e do homem. O homem e suas ações se iniciam em um espaço constituído *a priori* enquanto condição de existência e distribuição dos entes.

Posteriormente, em tese de doutoramento, Biteti (2014) concilia e congrega argumentos para uma reflexão que se fundamenta parcialmente em continuidades com os elementos conclusivos precedentes da autora (BITETI, 2007). Partindo dessas continuidades e delas distando e regressando, a autora indica uma proposição direcionada à tarefa de sistematizar, em âmbito teórico, uma relação entre ontologia e Geografia que se assente e abrigue as categorias ontológicas da presenticidade, da alteridade e da geograficidade, proposta distinta das assentadas em categorias e problemas epistemológicos.

A proposta percorre e fomenta uma “arqueologia do pensamento geográfico”, deliberando a delimitação das interlocuções no regresso aos clássicos da Geografia. Interlocuções pautadas na recolha de elementos e fenômenos que consubstanciam as definições emprestadas às categorias analíticas pelos clássicos e, concomitantemente, o confrontar entre os conteúdos e as formas lógicas/gnosiológicas que os apreendem com o

potencial de interpretação ontológica sistematizada nas categorias.

Ao construir as diferenças e relações entre as categorias ontológicas, a autora declara a predominância da categoria da **alteridade** para a reflexão ontológica na Geografia, por expressar a síntese da relação dialética do eu-com-o-outro que constitui o ser as suas mediações geográficas. Mediações que se sintetizam na categoria da **presenticidade**, que expressa o momento da unidade entre espaço e tempo a determinar as condições para a manifestação do ser no ente e, igualmente, a posição espacial historicamente posta a condicionar os relacionamentos movidos e moventes do ente. Por fim, a **geograficidade** consiste no movimento geográfico que compele o ser a insurgir do estar.

Pertinente apontar, ademais, que Biteti (2014) consagra uma **abordagem dialética** ao conceber das supraditas categorias ontológicas e ao relacionamento entre essas que compõem a proposta de ontologia do espaço. Para tanto, a autora alicerça o corroborar das contribuições advindas da proposta por meio da comparação construída a partir da identificação na massa documental da temática as categorias integrantes dos usuais tratamentos e como essas condicionam a valoração e disposição ao abordar a essência e a existência, o ôntico e o ontológico, o estar e o ser.

Sublinhamos que as categorias ontológicas da autora possuem acentuada proximidade “genética” com a ontologia sartriana (SARTRE, 1998) e com a ontologia heideggeriana (HEIDEGGER, 2002a, 2002b). A convergência de categorias ontológicas sartrianas e heideggerianas consubstanciam a contribuição direcionada a uma alternativa frente ao tratamento usual conferido ao relacionamento entre a ontologia e a Geografia, ao qual a autora caracteriza na qualidade de interlocução a partir da epistemologia.

Os direcionamentos oriundos desse tratamento se constituem insuficientes, o que se expressa no próprio movimento recorrente de reapropriação das categorias ontológicas. Nesta rota, a autora reafirma a postura empregada à estrutura da proposta anterior (BITETI, 2007), que declara a crise paradigmática da ciência moderna uma condição para a reflexão nos distintos campos disciplinares que objetiva a necessidade objetiva de construção de alternativa aos fundamentos da Filosofia moderna, centrada na teoria do conhecimento. A proposição de direcionamentos para uma ontologia geográfica se encarrega da tarefa de apresentar a ontologia enquanto possibilidade de uma alternativa que, para realizar uma crítica à modernidade, se posiciona de modo diverso ao trajeto epistemológico.

Em Biteti (2014), o movimento de construção do relacionamento entre as categorias

ontológicas se realiza concomitante ao definir da ontologia do espaço, ambos fundamentados nos elementos de uma lógica dialética. Diante disso, e considerando as reconhecidas divergências que realçam o segregar das supraditas ontologias da dialética, assinalamos o potencial para a manifestação de possíveis incoerências na unidade a se expressar nos resultados da proposta.

Potencial que se acresce pela não explicitação no decurso da exposição da definição que demarque com contundência, não o relacionamento das categorias ontológicas com as categorias lógicas mas o relacionamento dos fundamentos ontológicos com os fundamentos lógicos, o que resultou na imposição de limites à nossa apreensão da proposta.

A título de exemplo, uma das definições conclusivas declaradas em Biteti (2014) atribui ao espaço a mediação entre o ôntico e o ontológico, que o potencializa enquanto movimento de aproximação com o ser indeterminado, com o des-encobrimento do ser. No entanto, outra definição conclusiva atribuída ao espaço declara o movimento enquanto existir dialético do espaço na realidade que é, igualmente, movimento.

Decerto, consideramos premente e valoroso o esforço de direcionamento para uma alternativa orientada para a finalidade de ruptura com o rigoroso conjunto de regras da modernidade, o que possibilita reconhecer validade em elementos dispersos por perspectivas diversas e propor o desenvolvimento de relacionamentos entre essas. Contudo, depreendemos que essa possibilidade não prescinde da construção dos fundamentos para o relacionamento, congregados com as necessidades objetivas que o justificam e com a declaração da unidade e singularidade da proposta de relação.

Na ausência da exposição circunstanciada desses fundamentos, somos compelidos a depreender da/na proposição desenvolvida em Biteti (2014) a vigência de incoerências. Regressaremos oportunamente a essas incoerências, contudo, sem construir uma interlocução especificamente orientada para a autora mas para os pressupostos dos direcionamentos da nossa proposta.

2.3.2. A Crítica da Entificação Social do Ser em Reis (2009, 2012, 2013)

Ao acionar o instruir do desenvolvimento de reflexões e contributos hipotecados aos parâmetros da ontologia heideggeriana, Reis (2009, 2012, 2013) confere ao constituir de elementos de conclusão o reconhecimento de substanciais problemas oriundos da inadvertida reprodução de falaciosos pressupostos na produção intelectual a respeito da ontologia do espaço.

Acrescenta que os aludidos pressupostos adquirem a qualidade de irrevogáveis face a expressiva incorporação na apreensão e interpretação geográfica, induzindo o petrificar da autoridade do nexa entre o tema e o “despótico” tratamento consagrado pela perspectiva do pensamento geográfico denominada de Geografia Crítica. Diante disso, o autor constata a persistência de “traço fundamental da abordagem da ontologia do espaço desenvolvida *sob essa corrente* [a] determinação (ou ‘entificação’) social do ‘ser’ do espaço” (REIS, 2009, *grifos do autor*). Traço que exprime, grosso modo, o consensual travestir em “ser” aquilo que em verdade constitui um “ente”, por conseguinte, compele o propagar do tratamento da ontologia balizado por uma inversão ontológica que engendra e resulta na “entificação” (social) do “ser”.

A respeito da origem da supradita “entificação”, o autor argumenta que há um vínculo explícito entre os fundamentos do tratamento da temática no pensamento geográfico e o movimento de renovação crítica da Geografia, sugerindo que a reflexão a respeito da temática se constituiu a partir de uma influência direta do pensamento marxiano/marxista no tratamento da ontologia na teoria da Geografia.

Reis (2012, p. 3-4, *grifos no original*) prossegue afirmando que o referido vínculo se manifesta de forma contundente no:

modo com o qual o pensamento de Marx irá imprimir, de forma indelével, sua marca na ontologia do espaço na Geografia. Trata-se da assimilação da ‘dimensão social’ como o conteúdo quiiditativo que determina tanto o *Ser* enquanto tal, como, por extensão, a determinação do *ser* do espaço.

Reis (2009, 2012) afirma que o desenvolvimento da temática no Brasil assumiu uma relação de equivalência (ou mesmo de identidade) entre ser e sociedade, o que termina por implicar a apropriação da sociedade como ser do espaço. A partir dessa constatação, coadunada à apropriação de fundamentos da ontologia heideggeriana, o autor se propõe a cumprir a tarefa de crítica que permita desvelar possíveis problemas e obstáculos decorrentes da ausência da reflexão ontológica pautada em explicitar e/ou construir coerentemente uma definição e delimitação de ser e ente, que evidencie a ausência de equivalência/identidade entre ambos.

Ignorar esse debate, como fizeram autores vinculados à perspectiva da Geografia Crítica, significa, para o autor, inevitável processo de incorrer em equívocos, essencialmente porque entende que a sociedade é, em verdade, um ente, e não ser. Neste sentido, na qualidade de ente não pode se configurar enquanto ser do espaço, assumindo que ambos (sociedade e espaço) são, autenticamente, entes. Em outros termos, o autor considera falaciosa uma proposta que anuncie o espaço como ser e, da mesma forma, utilizar enquanto fundamento para substanciar a reflexão acerca da categoria espaço a concepção pautada na equivalência/identidade entre sociedade e ser.

O autor avalia, a partir do exposto, que há no pensamento geográfico uma inadequada assimilação de que o tratamento das questões ontológicas deve ser necessariamente constituído por fundamentos do pensamento marxiano/marxista, o que instaura o que o autor considera inexorável obnubilar à reflexão fundada no “método ontológico” — em outros termos, na ontologia heideggeriana — que possui na “diferença ontológica” um debate exordial indevidamente ignorado na reflexão da Geografia Crítica, o que é resultado de uma inadvertida transposição direta e/ou irrefletida da ontologia marxista, da qual se origina o aludido equívoco.

Dessa forma, os resultados da contribuição da Geografia Crítica à temática, para além de inadequadamente vincular o debate ontológico com o pensamento marxiano/marxista, ignoram o ponto de partida que predispõe a constatação de que “ser” e “ente” são radicalmente distintos (diferença ontológica), na medida em que não há, na produção intelectual de autores vinculados à perspectiva, reflexão acerca do “ser” e do “ente”, depreendendo-se estritamente uma assimilação da sociedade enquanto ser, dada de forma incorreta e falaciosa.

Isso porque, para o autor, a forma como o debate ontológico foi construído — e, em

alguma medida, consolidado — na Geografia ignorou o sentido da diferença ontológica, desconsiderando um pré-requisito essencial a qualquer investigação de caráter ontológico e sem o qual essa perde consistência e relevância. Em outros termos, o debate construído na Geografia Crítica ignorou a impossibilidade do ser dos entes se constituir a partir de outro ente, e não do ser.

Para Reis (2009), a correta assimilação dessa diferença se apresenta enquanto radicalização dos princípios norteadores da reflexão a respeito da ontologia do espaço na teoria geográfica. Nesta direção, a diferença ontológica não apenas deveria ser tratada enquanto ponto de partida mas, igualmente, enquanto tarefa inescapável à reflexão que pretenda uma efetiva contribuição à temática, desprovida de fundamentos e, igualmente, municiada por elementos de conclusão equivocados.

O autor conclui, então, que há um problema a ser trabalhado na Geografia, suscitado pela “onto-socio-logia” marxista que, por sua preeminência no debate ontológico na disciplina, termina por se auto-instituir enquanto única plataforma para o debate, o que implica restringir e obstaculizar as possibilidades de radicalizar a fundamentação ontológica na epistemologia da Geografia pautada na reflexão da diferença ontológica, conforme preceituada por Heidegger (2002a, 2002b).

A relevância da noção de diferença ontológica, de acordo com Reis (2012, p. 7, *grifo no original*), equivale a:

reconhecer que Ser não “é” um ente, nem pode ser determinado segundo o modo de determinação que é usualmente imputado aos entes. O que dizer, a partir do exposto, das inúmeras formulações acerca da ontologia do espaço na Geografia, nas quais de forma tão acintosa se consuma a assimilação da sociedade — um ente, sem dúvida! — enquanto conteúdo quiiditativo com o qual se efetiva a determinação do ser do espaço — um outro ente, sem dúvida! —, bem como do próprio Ser — o absolutamente outro em relação ao ente?

Contudo, é preciso considerar que Reis (2012), ao argumentar acerca da impossibilidade do tratamento ontológico da sociedade enquanto ser — essência da crítica da “entificação social do ser” desenvolvida na Geografia Crítica —, afirma tão-somente que a sociedade é um ente “sem dúvida!”.

Notadamente, o referido argumento constitui um óbice ao devido aprofundamento da questão por pesquisadores que objetivam procurar refletir e dialogar a partir da perspectiva

criticada. Pois, se é procedente a crítica ao tratamento conferido pela Geografia Crítica à sociedade enquanto ser do espaço — sobretudo por uma suposta omissão ou ausência de clareza que estritamente institui como (auto-)evidente o tratamento da sociedade enquanto ser —, podemos igualmente considerar razoável — ou mesmo indispensável — ao conteúdo da crítica que um argumento com mais elevada sofisticação pode, e deve, ser oferecido ao debate do que o mero recurso etéreo que atribui a qualidade de “obviedade” à definição sociedade enquanto “ente”³⁰.

Consideramos que essa ponderação é de extrema relevância, uma vez que o âmago dos fundamentos da crítica desenvolvida pelo autor se encontra na clara distinção entre “ser” e “ente” que, por seu turno, afirmaria a impossibilidade de equivalência entre sociedade e ser, o que, fatalmente, demonstraria de forma categórica a incorreta assimilação realizada na perspectiva da Geografia Crítica.

Em que pese a supracitada omissão identificada na crítica do autor, assumimos ser necessária a reflexão acerca dos argumentos do pensamento marxiano/marxista que permitam explicitar a concepção de ser e a especificidade do ser social enquanto forma superior de organização do ser³¹, aproximando essa reflexão da crítica desenvolvida por Reis (2009, 2012), quando o autor afirma que:

toda ciência que tematiza seu 'objeto' na constituição de seu ser, deve ser precedida por um esclarecimento prévio acerca do sentido do Ser. A tematização do Ser do espaço na ontologia em Geografia deveria, assim, como em toda ontologia regional, ser precedida por um esclarecimento prévio acerca do sentido do ser (REIS, 2009, p. 117-118, *grifo no original*).

Em momento posterior (REIS, 2013), o autor empreendeu contribuições ao tratamento da ontologia do espaço a partir de um diálogo mais direcionado, centrado na reflexão acerca da técnica em Milton Santos e em Martin Heidegger. Essas novas contribuições, no entanto, fundamentalmente evidenciam novos elementos que reafirmam as posições e argumentos críticos anteriores.

O autor reconhece que em Santos (1996a) a técnica é fundamental à reflexão acerca

30 O próprio autor (REIS, 2013), posteriormente, reconhece que nesta reflexão o problema da entificação social do ser esteve refém do “argumento da autoridade”, indicando, igualmente, o necessário desenvolvimento da crítica. Necessidade, por enquanto, somente reconhecida.

31 Questão desenvolvida na exposição do Capítulo 3, nos itens “3.1. Continuidade e Descontinuidade na Unidade do Ser” e “3.2. Trabalho e a Esfera Ontológica do Ser Social”.

da ontologia do espaço e da proposição teórica que dessa se desenvolve, na medida em que a proposta de Santos (1996a) objetiva:

assimilar a repercussão da dimensão histórico-ontológica do fenômeno técnico sobre a esfera epistemológica da Geografia. Corresponder, na linguagem conceitual, isto é, na esfera epistemológica, ao conteúdo técnico da produção do espaço converte-se, assim, desde que amparado por uma perspectiva suficientemente ampla, isto é, filosófica, numa tarefa entrevista pelo autor como necessária à teoria geográfica. [Reconhece, assim, a] primazia *fundacional* da ontologia em relação a epistemologia no processo de construção teórica (REIS, 2013, p. 15, *grifo no original*).

Reis (2013, p. 19) aponta, no entanto, que, de acordo com a concepção de técnica em Heidegger, em Santos (1996a) a concepção de técnica é reduzida em uma “concepção instrumental e antropológica da técnica”. Essa concepção é considerada, mais que incapaz de revelar a essência da técnica, um óbice para um efetivo entendimento da técnica que revele a sua essência.

Isso porque a técnica não pode ser reduzida a um mero meio, mas ela é uma forma de desvelar (des-encobrimento) na causalidade da natureza as possibilidades de instrumentos. Esses instrumentos — não a técnica, portanto — seriam meios para as atividades produtivas. A essência da técnica é que ela “dês-encobre o *que não produz a si mesmo*. [...] Não é um simples meio. Ela é um lócus, uma dimensão, que torna possível o dês-encobrimento, o 'acesso' ao real” (REIS, 2013, p. 24, *grifos no original*).

Nesse sentido, depreendemos que a técnica possui, essencialmente, um caráter gnosiológico, o *des-encobrimento* das disponibilidades como uma aproximação com a verdade essencial do ser que se manifesta em entes (instrumentos técnicos) que permitem a manipulação da realidade como critério de verdade, um critério ao mesmo tempo gnosiológico e ontológico. Por conseguinte, os instrumentos técnicos “são” o *des-encobrimento* da essência mas não “são” nem podem ser confundidos com a técnica pelo critério de “diferença ontológica”.

A realização de um movimento consistente de crítica a respeito dessas questões — e das suas implicações —, no entanto, pressupõe uma equivalente consistente apropriação da concepção ontológica heideggeriana, o que, ainda que pertinente, transcende aos limites da nossa proposta, e remeteria necessariamente a equívocos, com resultados imprevisíveis.

Para o autor, na Geografia Crítica, discutir a produção e a sua relação com a produção do espaço estaria submetida à concepção de sociedade enquanto ser, logo, submetida à entificação social do ser. Dessa forma, o debate ontológico da Geografia Crítica, por seus fundamentos marxistas, revela a produção sempre:

socialmente (pré) determinada, a *produção* em geral e a produção do espaço em particular, serão sempre – e irremediavelmente – *produção social*. Sob esse ângulo de consideração torna-se inacessível a possibilidade de, sequer, elaborar uma pergunta mais originária, que deveria, enquanto tal, ser previamente considerada para “fundamentar” a adjetivação *social* da produção (em geral), qual seja: O que é Produção? (REIS, 2013, p. 33-34, *grifos no original*).

O autor reafirma que, nas propostas desenvolvidas na Geografia Crítica, a inexistência do tratamento da diferença ontológica evidencia a equivocada apreensão da questão da produção no âmbito da entificação social do ser. Essa apreensão, consequentemente, além de incorreta, estaria sempre:

referida a um *pressuposto autoevidente*, qual seja: produção é produção social! Pelo mesmo motivo, a relação eventual entre *produção* e *Ser* (isto é, entre *produção* e ontologia) [...] Para que seja possível assumir a “sociedade” [...] como o conteúdo através do qual se determina a produção, não seria necessário preliminarmente (*re*) colocar a questão “O que é Produção?” e, sobretudo, desenvolver a questão, isto é, efetivamente investigá-la como algo digno de ser questionado? (REIS, 2013, p. 34, *grifos no original*).

Depreendemos, contudo, a pertinência de uma questão que permite rediscutir o problema da “entificação social do ser” e da produção enquanto produção social. Afinal, não seria necessário e precedente ao argumento da obviedade da sociedade ser um ente — e, por conseguinte, precedente à crítica da entificação social do ser — e ao questionamento a respeito do “que é Produção?”, a indagação: “o que é Sociedade?”. Essa indagação se coaduna a outras, que consistem em:

(1) considerar que a ontologia marxista não responde adequadamente a questão não torna necessário explicitar os argumentos para o tratamento da sociedade enquanto ser?

(2) considerar que a ontologia marxista utiliza um “pressuposto autoevidente” para tratar a sociedade enquanto ser não torna necessário um argumento ou pressuposto “não-autoevidente” para tratar a sociedade enquanto ente?

Essas, entretanto, são questões que necessitam do desenvolvimento e exposição de alguns fundamentos e, conseqüentemente, retomaremos em momento posterior³².

2.3.3. A Crítica da Entificação Social do Ser, Técnica e Dicotomia GF-GH em Calçavara (2013)

Em dissertação desenvolvida sob orientação de Reis (2009, 2012a, 2012b), Calçavara (2013) analisa a relação entre os princípios ontológicos do pensamento marxista e o tratamento concedido à questão da dicotomia Geografia Física/Geografia Humana por autores brasileiros vinculados à perspectiva da Geografia Crítica. Considera que essa questão é tratada possuindo enquanto fundamento, implícito ou explícito na produção intelectual dos geógrafos da perspectiva crítica, a determinação social do ser instituída enquanto alicerce da “tradição” marxista no pensar a ontologia.

A subordinação da resolução do problema da dicotomia Geografia Física/Geografia Humana aos princípios ontológicos de raízes marxistas evidencia a potencialidade e legitimidade de resoluções distintas ancoradas em princípios ontológicos divergentes, o que permite repensar problemas sob uma perspectiva diferente e, do mesmo modo, construir e/ou indicar plausíveis elementos que permitam fecunda interlocução.

Nesta direção, o autor pretende apresentar as potencialidades do tratamento do problema da supradita dicotomia à luz da proposta ontológica de Heidegger (2002a, 2002b), identificando, ademais, relevantes omissões no tratamento da reflexão ontológica na produção intelectual da Geografia Crítica e como as lacunas instituídas e/ou derivadas dessas omissões podem ser tratadas a partir dos fundamentos da ontologia heideggeriana, sobretudo nas reflexões a respeito da diferença ontológica e da técnica. Para além do tratamento das omissões, a diferença ontológica e a técnica fundamentariam potenciais substratos à questão da dicotomia Geografia Física/Geografia Humana, superando as lacunas sedimentadas pela Geografia Crítica.

A exemplo de Reis (2009, 2012a, 2012b), Calçavara (2013) adverte acerca da

32 Desenvolveremos essas questões no decorrer do Capítulo 3, em particular no item “3.4. 'O Crepúsculo dos Ídolos (Movimentos I-III): Crítica da Crítica da Entificação Social do Ser na Ontologia do Espaço Geográfico”.

impossibilidade de redução da produção da Geografia Crítica por meio da atribuição de uma homogeneização da influência marxista. O autor considera, no entanto, que a determinação social do ser, basilar ao tratamento ontológico marxista, se faz presente nas propostas de tratamento da dicotomia Geografia Física/Geografia Humana na Geografia Crítica, sendo, portanto, um fundamento assíduo na resolução da dicotomia independente do uso de demais propostas e/ou influências ontológicas, sejam essas reconhecidas ou não pelos autores, ou mesmo negadas. Dessa forma, há prevalência da determinação social do ser enquanto influência da matriz marxista na reflexão ontológica desenvolvida na Geografia Crítica.

O autor aprofunda o debate a respeito da posição da ontologia heideggeriana no tratamento do ser, sugerindo que essa possui, enquanto elemento irreduzível, a indeterminação acerca do sentido do ser. A indeterminação do sentido do ser evidencia a centralidade da diferença ontológica na proposta heideggeriana, na qual ao ser é irrevogável a impossibilidade de determinação, sendo essa reservada aos entes, o que preside a noção de diferença ontológica entre ser e ente.

Nestes termos, aquilo que pode ser determinado constitui um ente, não um ser. Calçavara (2013) identifica que na produção intelectual da Geografia Crítica há proposições de uso corrente saturadas de fundamentos ontológicos, a exemplo das “máximas” “o espaço é socialmente produzido” ou “o espaço é social”, o que testemunha a atribuição da sociedade enquanto ser do espaço, um ser, portanto, determinado socialmente.

Para o autor, considerando a indeterminação do ser, a Geografia Crítica promoveu a entificação social do ser, atribuindo àquilo que pode ser determinado, o ente, a qualidade de ser. Ademais, os autores da perspectiva crítica da Geografia se omitiram no debate a respeito do sentido do ser, afirmando que a sociedade é o ser e encobrando o ser e o seu sentido, ignorando a lacuna fundada nessa omissão ao elevar a determinação social do ser na condição de pressuposto reproduzido irrefletidamente enquanto tal pelos autores da Geografia Crítica. Esse pressuposto, ainda de acordo com o autor, decorre do princípio ontológico de raiz marxista presente, de forma prevalente e não necessariamente exclusiva, na Geografia Crítica.

Um atributo comum às contribuições [...] que se dedicaram à elaboração da ontologia no contexto da Geografia Crítica é o fato de que, em todas elas, o assunto primordial da ontologia, isto é, o *ser*, não seja, propriamente questionado. Isto é, não há, em nenhuma das referidas contribuições acima destacadas, dedicadas ao tema da ontologia na Geografia uma preocupação em questionar e, assim,

interpelar o significado da noção de *ser*. A determinação do *ser* a partir da sociedade é, fundamentalmente, assumida — não, propriamente conquistada a partir de uma questão e sua respectiva investigação. Questões tais como “O que é *ser*?”; “O que corresponde à noção '*ser*'?”; “Qual o sentido do '*ser*'?” são, todas, questões ausentes da reflexão ontológica desenvolvida pelos autores que se dedicaram à ontologia no âmbito da renovação crítica da Geografia (CALÇAVARA, 2013, p. 77).

O pressuposto da determinação social do ser se revela no tratamento de questões fundamentais à Geografia, sendo que a questão primordial à resolução do problema da dicotomia Geografia Física/Geografia Humana é a relação entre natureza e sociedade. Calçavara (2013) afirma a proeminência da influência da ontologia lukacsiana na abordagem marxista do pensar a ontologia na Geografia Crítica, na qual transparece a categoria trabalho enquanto fundamento da relação entre sociedade e natureza, sendo a matéria da natureza submetida à sociedade pelo trabalho, na medida em que o sentido da natureza é socialmente estabelecido, determinado socialmente.

A reflexão ontológica na Geografia, sob as coordenadas em tela, promove uma perspectiva de pensar a relação *natureza x sociedade* através da qual a “obra transformada” pelo trabalho constitui o fundamento assegurador da unidade e, assim, suplanta o risco de um enfoque dicotômico. Será, igualmente, a partir desses parâmetros que serão delineados os contornos básicos da relação entre *reflexão ontológica* na Geografia e a posição da Geografia Crítica em relação ao problema da dicotomia *Geografia Física – Geografia Humana*. (CALÇAVARA, 2013, p. 52-53, grifos no original).

De acordo com o autor, a noção de produção social do espaço, fundamentada na apropriação da categoria trabalho na ontologia marxista e expressão de uso recorrente na Geografia Crítica, é ontologicamente equivalente à determinação social do espaço, acentuando que “para a reflexão ontológica da corrente crítica da Geografia, o ser já configura algo dado e determinado, a saber, socialmente. O ser é, portanto, a sociedade” (CALÇAVARA, 2013, p. 69), algo determinado e que, igualmente, determina os entes. Dessa forma, esse ser determinado — ou melhor, o princípio ontológico da determinação social do ser —, determina os fundamentos dos objetos de investigação das ciências, o que impõe a necessidade da concepção de Geografia enquanto uma ciência social.

A indeterminação do ser, no entanto, como revela o autor, atesta que a centralidade da diferença ontológica se constitui em um problema na ontologia heideggeriana, constatado como um limite à contribuição que desenvolve ao tratamento da ontologia do

espaço, pois na medida em que a perspectiva na qual se fundamenta “não oferece uma definição conceitual para responder à questão acerca do sentido do ser, não é razoável criar a expectativa de que uma pesquisa que lance mão [da ontologia heideggeriana] pretenda oferecer uma resposta à referida questão” (CALÇAVARA, 2013, p. 38).

Delimitando o debate nos encaminhamentos para erigir proposição alternativa à Geografia Crítica, Calçavara (2013) aponta que a questão do ser na ontologia heideggeriana remete impreterivelmente ao *ser-aí* (*Dasein*), que expressa a particularidade definidora da essência do homem na qualidade do ente que compreende o ser por meio da abertura a permitir interrogar e des-velar os modos de ser na existência dos demais entes.

Prosseguindo, o autor afirma o esforço empreendido por Heidegger enquanto requisito ao averiguar a questão originária do ser com objetivo de recolocar o tratamento da ontologia refutando o apelo a qualquer instância que contamine o ser de determinações e desfigure a indagação “qual o sentido do ser?”. Nesta direção, a necessidade de destituir qualquer determinação a se atribuir ao ser compele alicerçar o empreendimento no demarcar a primeira aproximação com o ser no dispor a diferença entre o ser e o ente, o que conforma a noção de “diferença ontológica”.

Para Heidegger, a história do tratamento da ontologia se concatena ao histórico do esquecimento do ser no desacatar a noção de “diferença ontológica” e, portanto, atribuir aos entes o existir de modo idêntico ao ser. Diante disso, Calçavara (2013) retoma a fundamentação ontológica da renovação crítica da Geografia brasileira para ressaltar o tratamento do esquecimento do ser em favor dos entes ao “entificar o ser” não expressa um equívoco restrito aos esforços da Geografia no âmbito da ontologia, sendo generalizado o apreender dos entes como se esses fossem o próprio ser.

Sob a perspectiva da diferença ontológica, torna-se não apenas possível, mas, sobretudo, indispensável remeter a investigação de cunho ontológico à pergunta pelo ser e não a determinações do ser por um ente. Neste movimento, coloca-se em perspectiva outro aspecto importante acerca da diferença ontológica: trata-se do modo como o ser se manifesta nos entes. **Na manifestabilidade dos entes se dá a retração do ser** (CALÇAVARA, 2013, p. 97, *grifos nossos*).

Demarcada a diferença entre ser e ente, o autor argumenta que a questão do ser no pensamento de Heidegger se funda na concepção de verdade e admite um caráter

ineliminavelmente histórico, considerando que a verdade consiste no des-velar de modo de ser a se manifestar no movimento e nos momentos históricos dotados de maior perenidade. Esses momentos conformam períodos do emergir e desdobrar um modo de des-encobrir do ser historicamente determinado e que persiste vigente estritamente enquanto um novo modo de ser se des-encobre.

Nesta rota, o autor recorre ao debate a respeito da questão da técnica em Heidegger para erigir uma proposta de tratamento para a superação da dicotomia Geografia Física/Geografia Humana. Diferindo da compreensão usual da técnica enquanto instrumento, a concepção heideggeriana da essência da técnica se apresenta na qualidade de des-velamento de modo de ser que não se constitui por si mesmo.

A essência da técnica, sustenta Calçavara (2013), não se desvela a partir da determinação do entificar de qualquer instrumento técnico em particular, mas se refere àquilo que permite a vigência do modo de ser do ente, o que constitui o ente precisamente naquilo que ele é e que, contudo, ontologicamente difere radicalmente do ente e reafirma o des-encobrimento do ser. Em resumo, a técnica se expressa enquanto aproximação histórica do homem com a verdade do ser por meio da abertura a interpelar o ser, constituindo o movimento do encobrimento para o desencobrimento de modos de ser no qual a abertura se manifesta como vigência da produção do não-vigente.

O tratamento da questão da técnica se comprova coerente com o fundamento da ontologia heideggeriana, convalidando uma alternativa aos direcionamentos das indagações concernentes ao tema da ontologia no pensamento geográfico destituída da entificação (social) do ser e em contraposição ao inegável caráter posto no tratamento da ontologia do espaço pela Geografia Crítica.

A concepção atribuída em consonância com a ontologia heideggeriana para a noção de produção que se dirige ao apreender a essência da produção, igualmente se destitui de determinações postas por um ente específico, a estabelecer distinção radical com as qualidades de qualquer ente particular.

O autor declara que o sentido imputado na definição heideggeriana de produção retoma na concepção grega de *poíesis*, o que compreende tanto a *phýsis* (natureza) quanto a *techné* (técnica). A primeira se define na qualidade do surgir por si mesma em que o vigente da *phýsis* resulta da própria produção. A definição da segunda comporta a vigência que resulta da produção que se põe a partir de um outro, o homem.

Nesta direção, Calçavara (2013, p. 115) compreende que:

de acordo com a acepção corrente da produção enquanto produção social, porquanto derivada de um princípio de entificação do ser pela sociedade, é legítimo representar os entes enquanto frutos da atividade teleológica do homem. Sob essa acepção da produção socialmente determinada, o homem planeja e executa suas atividades de acordo com as finalidades estabelecidas por ele e, assim, se constitui “*sujeito da história*”. Contudo, no caso da acepção da produção enquanto *techné*, que Heidegger desenvolve, ainda que o homem integre a manipulação dos entes, a atividade humana (o trabalho ou produção em sentido amplo), não é erigido à condição de *causa* ou fundamento da produção.

Reafirmando as considerações de Reis (2013), o autor esclarece que na concepção heideggeriana a representação da técnica no instrumento objetivo não corresponde as possibilidades de apreender a essência da técnica, consistindo na redutibilidade de uma determinação instrumental e antropológica da técnica.

Heidegger consagra um relacionamento estabelecido entre “conhecimento e 'abertura', [...] acesso ao real. [No] mundo grego, o conhecimento é uma experiência que promove abertura [e a] *techné* é uma forma de *alethéia*, [...] sua especificidade reside que ela des-encobre o que não produz a si mesmo” (CALÇAVARA, 2013, p. 121, *grifo no original*). Na modernidade, a composição da especificidade da técnica expressa o des-encobrimento realizado pela precedente submissão dos entes ao interpelar da finalidade exploradora da produção.

Por fim, o autor apresenta a crítica heideggeriana aos limites da técnica moderna. Enfatizando que a permanência da essência da técnica enquanto emergir o encoberto ao des-encobrimento, a técnica moderna se expressa estritamente em termos do imbricar o des-encobrimento ao interpelar o real admitido em relação de identidade com a disponibilidade de exploração.

De acordo com o autor, a compreensão de Heidegger da modernidade como redutora do homem compelido a dispor do real na condição de disponibilidade sintetiza a essência da técnica moderna na noção de “composição”. A composição subjuga a essência da abertura do homem no interpelar o real e, por conseguinte, apreender o real, na medida em que o transpor do encobrimento ao des-encobrimento imputa ao homem limitar o real, e a sua abertura ao real, na qualidade de disponibilidade. Ademais, Calçavara (2013, p. 127) considera que para Heidegger, “somente é possível o surgimento das ciências modernas na

medida em que o comportamento do homem frene ao real já se manifestava, na história ocidental, enquanto disponibilidade”.

Depreendemos que, indubitavelmente, as considerações do autor apresentam contributos e indagações dotados de expressivas potencialidades ao desenvolvimento da temática. A sistematização da proposta da ontologia heideggeriana expõe com maior profundidade os fundamentos da crítica desenvolvida por Reis (2009, 2012, 2013) e, para além da crítica, a exposição compreende o encaminhar para o direcionamento de uma alternativa ao tratamento consagrado ao tema pela perspectiva da Geografia Crítica.

Ponderamos, no entanto, que a exposição se omitiu do aprofundamento do debate a respeito da dicotomia Geografia Física/Geografia Humana a partir dos fundamentos da ontologia heideggeriana, restringindo ao indicar as concepções de técnica e de produção na qualidade de coerentes com a noção de “diferença ontológica” do autor, sem esboçar os efetivos contributos do convergir para a diferenciação entre ser e ente na apreensão das categorias geográficas.

2.3.4. Diferença Ontológica, Lógica, Pensamento Geográfico e Fundamento Geográfico da Realidade em Martins, E. (1998, 2003, 2007, 2009, 2014)

Compreendendo a pertinência de limitações concernentes ao persistir do estágio germinal de tratamento do tema da ontologia na Geografia, Martins, E. (1998, 2003, 2007, 2009, 2014) corrobora o necessário empreender de reflexões que comportem condições para o deflagrar de movimentos de crítica e redefinição pautados em interlocução franca com contributos precedentes.

Nesta perspectiva, postula encaminhamentos divergentes aos preceitos tradicionais da definição e da abordagem da temática, considerando que o tradicional trato empregado no desenvolvimento das indagações e proposições convergem no assentar em pressupostos que outorgam os elementos estruturantes a assegurar validade que remete a discussão nos limites de uma análise centrada na existência (ou não) de uma ontologia do espaço e de definir os elementos ontológicos constituintes do espaço.

O autor sustenta a prioridade da “diferença ontológica” na condição de alicerce ao

coerente germinar de direcionamentos fundados em questões procedentes ao distinto sentido da interpretação ontológica. Reconhece a premente necessidade ontologicamente instituída do sublinhar que todo “ser” se constitui na qualidade de “ser” de um “ente”, e o “ser” imputa as determinações definidoras daquilo que compõe o indagar e o afirmar “o que é(?)” o “ente”. O “ente” é, portanto, em função das determinações postas pelo seu “ser”, conformando o existir de uma entidade a manifestar o “ser”. Em outros termos, ao “ser” pertence o inviolável atributo do determinar e o “ente” colige as determinações, e o “ente” e o seu “ser” se expressam no manifestar da essência definidora a partir do “estar” e do “ser” da existência.

Diante da autoridade ontologicamente determinada nos supraditos fundamentos, depreende-se que o movimento da apreensão advindo do interpelar os conteúdos geográficos da realidade orienta o consubstanciar dos elementos formais na estruturação da racionalidade. Nesta rota, as reflexões pautadas no atribuir ao espaço a condição de “ser” erigem o definir da categoria propriamente no direcionamento que constrange a racionalidade a deter o aproximar ao encontro do que o espaço “não é” e, ainda assim, a racionalidade comporta o desconhecimento da hipostasiada apreensão.

De acordo com o autor, todavia, o espaço igualmente não portaria relação de identidade com os “entes”, mas constitui uma categoria que se expressa enquanto elemento constituinte e insuprimível da existência dos entes, ou seja, enquanto propriedade fundamental de tudo o que existe, divergindo da definição de Reis (2012, 2013) que sentencia, “sem dúvidas!”, o espaço como um “ente”.

Desse modo, estabelece condições para reconhecer o que, no entendimento do autor, expressa uma notável confusão gestada com a assimilação formal que atribui coincidência entre espaço e matéria e, igualmente, entre matéria e objetividade. A partir dos termos expostos, anuncia elementos de conclusão que advogam a assimilação como resultado engendrado na incorreta admissão de um pressuposto que abarca a compreensão da manifestação material da existência em relação de identidade com o espaço ou os “entes” em relação de identidade com o espaço.

Indicando um direcionamento alternativo, o autor sustenta que o “ente” existe e, na condição de manifestação da existência, se encontra em um espaço, constituindo a definição de espaço como uma das dimensões de existência do “ente”. Ademais, sublinha que o “ente” não comporta redutibilidade ao espaço e, portanto, se torna impreterível ao tratamento

ontológico no pensamento geográfico o reconhecimento das distinções entre espaço, matéria e objetividade.

Depreendemos que as supraditas orientações ao tratamento da relação entre ontologia e Geografia convergem os momentos do desenvolvimento das reflexões do autor, e expressam a compreensão adotada para a relação entre ontologia e epistemologia. Compreensão manifestada na recorrente indagação a respeito das condições de apreensão da realidade na/pela teoria geográfica, perseguida por meio do ajuizar a aproximação do arsenal formal das categorias da disciplina com o conteúdo geográfico da existência da realidade ou, nos termos utilizados do autor, a aproximação do pensamento geográfico com o fundamento geográfico da realidade.

Nesta direção, Martins, E. (1998) procura analisar as litigiosas relações entre descrição e explicação e entre quantidade e qualidade no esforço de apreensão do fundamento geográfico da realidade pela teoria geográfica. Considera a persistência na história do pensamento geográfico, desde as germinais sistematizações — que precedem ao empreendimento da ciência moderna — às problemáticas postas no momento corrente, da concepção de conhecimento geográfico a acolher que:

o fundamento empírico é o principal elemento epistemológico. Em outras palavras, mais que ter em conta a empiricidade do real, entre outros elementos na apreciação da realidade, a tradição do pensamento geográfico, em razão de sua natureza descritiva, detém-se nessa particular instância na leitura da realidade, o dado empírico. Eis aí a não tão consciente e intencional atitude empiricista da ciência geográfica (MARTINS, E., 1998, p. 135).

Apontando para a necessidade de contraposição com a sobredita concepção, o autor enfatiza a pertinência e concomitante limitação da descrição, na medida em que expressa o acatar da manifestação imediata da existência da realidade. Expressa, do mesmo modo, o ignorar da natureza sintética — quantitativa e qualitativa — constituída/constituente pelo/do relacionamento das partes e determinantes ao movimento de apreensão da consciência dirigida por formulação que defina um conteúdo existente na realidade ao o interpelar partindo da interrogação “o que é(?)”, para a qual as resoluções decorrem da submissão da consciência às determinações ontológicas do conteúdo.

A tradição da atitude empiricista na Geografia, no entanto, impõe constrangimentos

ao averiguar e propor a necessidade de relação entre ontologia e epistemologia, e produz consequências ao grau de correspondência entre o pensamento geográfico e o fundamento geográfico da realidade. O autor reconhece, nesta direção, que precede ao pensamento geográfico a existência de um fundamento geográfico da realidade a conformar um conteúdo, para o qual a orientação da interrogação “o que é(?)” permite o desenvolvimento de diferentes e divergentes resoluções de acordo com as formas concebidas para a aproximação com a realidade. Essas formas, por seu turno, compõem os discursos constituintes do pensamento geográfico, o que o autor denomina de “ciências geográficas”, preservando o termo “Geografia” para denominar o fundamento geográfico da realidade³³.

Nesta direção, o autor afirma que a notória natureza descritiva que define os termos do empírico enquanto fundamento epistemológico da Geografia, tendencialmente demarca a concepção das categorias geográficas subordinadas às abstratas ideias de extensão e de localização, coerentes com a concepção de espaço absoluto. Ideias assentadas nos parâmetros da Filosofia moderna, principalmente na compreensão de que qualquer certeza de conhecimento advém do caráter sensível da manifestação da realidade e do movimento da realidade e, portanto, a pretensão de conhecer a constituição da realidade se configura enquanto incessante fonte de especulações e disparates, desqualificando os esforços para o tratamento da ontologia como metafísica ou ideologia.

O pensamento geográfico, por conseguinte, reconhece o movimento do conteúdo geográfico da realidade estritamente como a manifestação sensível da extensão do deslocamento de um objeto que tem alterada o manifestar da sua localização no espaço. Confere ao movimento plena apreensão em termos quantitativos, conformando assentadas nesses termos as formas do pensamento nos critérios de certeza de aproximação com o conteúdo da realidade.

Diante disso, o pensamento geográfico, de modo predominante, despreza a relevância dos potenciais prejuízos advindos do desconhecimento das qualidades constitutivas do objeto que se desloca, das qualidades constitutivas do próprio movimento de deslocamento do objeto e das relações entre ambas. Qualidades que, no entanto, constituem expressão do relacionamento de mútuas determinações entre os objetos a definir a constituição da existência dos próprios objetos, acentuando a importância da ciência geográfica na apreensão da existência da realidade.

33 O autor declara que o título do texto, “Geografia e Ciências Geográficas”, expressa essa concepção da relação entre o pensamento geográfico e o fundamento geográfico da realidade.

Reconhecendo os problemas postos e potenciais oriundos dos litígios nas relações entre descrição e explicação e entre quantidade e qualidade e, em grande parte, reproduzidos involuntariamente, o autor reafirma a imperiosa necessidade de tratamento da temática da ontologia no pensamento geográfico, e define a Geografia como “uma ciência a serviço da existência, uma reflexão sobre a existência, uma atitude diante desta. Pois ser e estar são indissociáveis. *To be and not to be*” (MARTINS, E., 1998, p. 144, *grifos no original*). Retomaremos a provocação expressa na sentença que finaliza texto, “ser e não ser” (*to be and not to be*), para o desenvolvimento de interlocução, considerando fundamentos e direcionamentos em alguma medida dotados de divergências³⁴.

Tratando, em outro momento, da afirmação de Silva (1996) que compreende a teoria geográfica encarcerada em um “impasse aristotélico-kantiano” — a convergir a lógica formal aristotélica com a concepção kantiana de espaço —, Martins, E. (2003) investiga a concepção e a relevância atribuídas ao espaço e a correspondência dessas com o sistema lógico na obra de Kant. A respeito do último, sustenta ser possível constatar traços da lógica aristotélica, no entanto, esses traços compõem relações com elementos diversos que conferem aos mesmos alterações significativas, o que torna equivocado apreendê-lo na forma de mera transposição.

Nesta rota, o autor aponta que o debate concernente ao espaço — e, do mesmo modo, ao tempo —, dispõe de prestigiosa projeção na obra de Kant. A noção fundamental conferida por Kant ao tratamento do espaço se origina na concepção de necessidade da existência de um princípio (espaciotemporal) ordenador da disposição do existir das coisas na realidade, igualmente subjungando o sujeito no movimento de apreensão dos conteúdos adquiridos pelos sentidos dos objetos exteriores por ser um princípio “transcendental”, presente concomitantemente nos objetos sensíveis e na mente do sujeito.

Procedendo uma análise crítica a respeito das divergências entre as duas principais correntes da Filosofia moderna, o racionalismo e o empirismo, advogando uma convergência que admita a razão deter o critério de certeza sem dilacerar os elementos objetivos e sensíveis da realidade. Dessa forma, Kant assegura a existência de elementos integrantes ao conhecimento aprioristicamente comportados na razão, que se definem a partir do caráter transcendental e, isso posto, compõem o constituir da experiência sensível mas não derivam da experiência por constituírem aprioristicamente a razão.

34 O tratamento com maior especificidade a respeito da questão se encontra na exposição do subitem “4.4.2.2. Ser e (Concomitantemente) Não Ser, Seria Esta a Questão?”.

Esses elementos apriorísticos instituem os denominados juízos sintéticos *a priori*, que pertencem aos atributos da racionalidade dotando-a de critérios de certeza do conhecimento sensível e não derivam da experiência. Os princípios transcendentais dotam a razão de juízos que permitem “a segurança da construção de conhecimentos necessários e universais, portanto, verdadeiros. [...] Tratava-se [...] de transpor para a metafísica os rigores científicos da física e da matemática. [...] Dever-se-ia dispor a metafísica de juízos necessários e universais” (MARTINS, E., 2003, p. 46-47).

Kant compreende o conhecimento humano engendrado por duas vertentes necessariamente advindas dos mesmos princípios transcendentais, a sensibilidade e o entendimento. A necessidade da presença de princípios transcendentais na sensibilidade decorrem da ordenação que dispõe no tempo e no espaço os objetos, impedindo que os sentidos do sujeito apreenda os objetos de modo caótico ou particular a cada indivíduo.

Assentando o conhecimento nesses princípios, Kant legitima as possibilidades para as seguintes conclusões:

a) que espaço e tempo não são conceitos empíricos derivados da experiência, sendo, entretanto, necessários para que a experiência interior e exterior sejam possíveis; b) tratam-se de representações necessárias *a priori*, sendo que o espaço fundamenta todas as intuições externas e o tempo como fundamento constitutivo de *todas* as intuições. Para o filósofo nunca podemos ter uma representação em que não haja espaço e tempo, embora possamos pensá-los sem objeto algum; c) não são, nem o espaço e nem o tempo, conceitos discursivos, mas, sim, intuições puras. Pois, só podemos ter a representação de um único espaço *e quando nos referimos a vários espaços, estamos na verdade nos referindo a partes de um só e mesmo espaço* (MARTINS, E., 2003, p. 49, *grifos no original*).

O autor ressalta o contexto histórico e a proeminência do discurso científico, positivamente impactado pela mecânica newtoniana. Diante disso, Kant reconhece a necessidade de conceber uma forma de acúmulo e desenvolvimento dos conhecimentos das experiências sensíveis que não se restrinjam a singularidade de um indivíduo, apontando para o uso de relatos, narrativas e descrições para a sistematização racional das experiências. Para tanto, torna-se imperativo formular critérios e regras para ordenar os conhecimentos empíricos, convergindo um sistema lógico e os elementos transcendentais, sendo o primeiro pressuposto para o registro absoluto e o segundo uma descrição ou narrativa que relativiza o espaço e o tempo nas particulares manifestações sensíveis dos objetos da experiência, de modo que a História se define como “notícia dos acontecimentos que sucederam um sobre o

outro em relação ao tempo, enquanto a Geografia são notícias dos acontecimentos que passam um ao lado do outro no espaço. Enfim, a História estabelece uma narrativa e a Geografia uma descrição” (MARTINS, E., 2003, p. 61).

A Geografia, portanto, se constitui enquanto descrição do deslocamento dos objetos em um plano absoluto e transcendental com manifestação empírica relativa no âmbito sensível, abrangendo propriedades díspares para as quais a mediação que congregue e relacione essas propriedades incide na quantidade. O espaço, ademais, por se constituir como um juízo sintético apriorístico que ordena e integra a experiência sensível sem dela derivar, não comporta a explicação por permanecer indiferente aos conteúdos da experiência, demarcando as suas potencialidades na descrição que ordena a disposição dos objetos experienciados pelos sentidos.

Ao se debruçar com maior ênfase em reflexão que reclame a necessidade de debates a respeito da “diferença ontológica” no pensamento geográfico, Martins, E. (2007) assinala que o tratamento ontológico na Geografia reproduz enquanto principal equívoco uma confusão que resulta no conceber relação de identidade entre propriedades e dimensões da manifestação da existência da realidade com a própria manifestação, não diferindo a sensibilidade da manifestação com as determinações que a constituem.

O espaço, desse modo, se constitui na qualidade de propriedade determinante e ineliminável da manifestação da existência, e não a própria manifestação, o que acentuaria a redução descritiva e quantitativa na concepção da categoria. A relação entre a manifestação e as determinações que a constituem não valida a indistinção mas, ao contrário, necessariamente pressupõe a diferença. “Ainda que sejam aspectos indissolúveis, e mutuamente determinantes, não podemos confundi-los na definição ôntica do ente, nem na definição ontológica d ser” (MARTINS, E., 2007, p. 35).

Para o autor, o pensamento geográfico, ao conceber a apreensão do espaço a partir do movimento de deslocamento dos objetos, admite que o espaço é idêntico à matéria ou ao corpo que se desloca, por conseguinte, o espaço é sensível. Compreende que a realidade conforma diferentes dimensões, dentre as quais a matéria, o corpo e o espaço, sendo razoável precedente ao apreender a unidade uma correta apreensão das diferenças.

Prosseguindo a argumentação, procura estabelecer a especificidade do fundamento ontológico do homem, e termina por considerar que a existência dos homens se constitui na síntese entre o biológico e o ontológico, sendo os homens integrantes/integrados ao que

denomina de complexo bio-ontológico. Depreendemos, no entanto, que o autor não se detém no aprofundamento da questão de forma a construir um enunciado devidamente claro a respeito dos direcionamentos oriundos do fundamento proposto que se expressam profícuos ao desenvolvimento do tema.

A análise dos argumentos do autor aponta para a compreensão do espaço enquanto espacialidade, ou seja, o espaço enquanto estritamente a condição de estar-no-mundo da existência material e objetiva dos entes, enquanto uma dimensão insuprimível da existência dos entes como a impossibilidade dos mesmos se manifestarem na ausência de propriedades espaciais, sintetizadas na “localização” e “distribuição” dos entes.

Tomado como uma das categorias a existência, o espaço surge-nos como *categoria da ordem*. Aquilo que permite verificar as localizações relativas dos entes entre si, e por sua vez sua distribuição, no conjunto de suas correlações, coabitações e, por decorrência, suas co-determinações. Trata-se da categoria que nos remete à ordem das relações das coisas que co-existem (MARTINS, E., 2007, p. 37, grifo no original).

Dessa forma, apesar da crítica relevante apresentada, os argumentos demonstram uma fenda entre a reflexão crítica construída e as bases que são criticadas, pois consideramos que, na perspectiva da produção do espaço, não se pode considerar que o espaço produzido é, na verdade, exclusivamente a condição de existência dos entes, o que significa que a concepção de espaço utilizada no movimento de crítica é, em alguns aspectos, incompatível com a criticada.

Em outros termos, observa-se que há um limite expressivo na definição de espaço do autor diante da concepção criticada. Isso porque, a partir dos argumentos expostos, produzir espaço seria impossível na medida em que significaria produzir as próprias condições de existência dos entes, na medida em que o espaço é, para o autor, estritamente propriedade do que existe. Pode-se produzir o que existe, os entes, mas não as condições espaciais de existência, a localização, a distribuição, a extensão. A ideia de impossibilidade da produção do espaço será desenvolvida no item subsequente com maior profundidade a partir das considerações de Escolar (1996).

Martins, E. (2007) considera também que a existência se efetiva quando os entes estabelecem relações com outros entes. Depreendemos, nesta direção, que existir é estar em relações, relações que se estabelecem espacialmente. Não há relação com outros entes que

não determinada e mediada espacialmente, quando o estar impõe as relações possíveis ao ser.

O movimento temporal e as relações se complexificam com o desenvolvimento da história, com a co-existência heterogênea de tempos no espaço, que densificam a complexidade das relações.

E é nesse sentido que o presente é uma simultaneidade desigual de sucessões e durações, fazendo a história presente, por meio de Geografias do passado, fazendo da história a Geografia em movimento. Uma Geografia que permanece subordinada a outra presente. E nessa força da relação entre a Geografia e a História, observamos a existência do ser, no momento entre o ser e o não-ser. Há na verdade um processo histórico de caráter geográfico. [...] Ou seja, *é na localização que o ser se vê determinado por uma específica Geografia*. É quando podemos ver a Geografia como categoria da existência (MARTINS, E., 2007, p. 42, 48, *grifos no original*).

Em momento posterior, Martins, E. (2009) considera que a apreensão no/pelo pensamento de uma determinação da realidade é a transmutação de um conteúdo da realidade na sua forma de apreensão pelo pensamento. Pensamento geográfico, destarte, é a forma de apreensão do conteúdo geográfico da realidade, é o conteúdo geográfico da realidade em pensamento. O enfrentamento do debate a respeito do pensamento geográfico, portanto, deve articular a forma de pensamento ao conteúdo da realidade que o pensamento objetiva apreender, o pensamento a respeito da realidade a realidade pensada.

No entanto, o autor argumenta que o que os profissionais de uma determinada área de conhecimento realizam nas suas investigações não se restringe estritamente à apreensão do movimento e das determinações do conteúdo da realidade que essa área de conhecimento objetiva apreender. Há influências advindas do contexto histórico e social que são incorporadas ao pensamento a respeito da realidade.

A não restrição supradita advém da gênese e desenvolvimento social do conhecimento, da apreensão da realidade no/pelo pensamento, que integra as relações sociais e, por conseguinte, possui interações com demais elementos sociais, o que afirma o contexto histórico e social pejado de influências decisivas à construção das ideias e das próprias necessidades de apreensão da realidade.

O conhecimento, integrando as relações sociais, igualmente se afirma decisivamente no contexto histórico e social. Decerto, à vista disso, o contexto histórico e social não

constitui exclusivamente elementos que substanciam a forma de apreensão do conteúdo da realidade ou mesmo estabeleça um obstáculo à apreensão, na medida em que é necessariamente conteúdo da realidade e da relação entre sujeito e objeto do conhecimento.

Nesta direção, é uma impossibilidade ontológica que o pensamento se relacione estritamente com o conteúdo da realidade a ser apreendido, quando o próprio pensamento existe integrando/integrado às relações sociais, que as determinam e são por ele (pensamento) determinadas. A neutralidade do conhecimento, a pretensão da sua total desvinculação das relações sociais, é uma impossibilidade ontológica, atribui como tarefa e meta do conhecimento o que o conhecimento não é.

Investigar a legitimidade, validade, coerência, de um determinado conhecimento, de um pensamento a respeito de uma dada realidade, implica, portanto, na apreensão das determinações do conteúdo das relações sociais na relação entre sujeito e objeto. Isso não significa, contudo, que a tarefa se pretenda completa centrada estritamente nas influências do contexto histórico e social no conhecimento.

Na história do pensamento geográfico, no entanto, Martins (2009) considera que os debates a respeito da Geografia tendem a constituírem-se centrados nas distintas posições e propósitos do conhecimento produzidos pelos geógrafos, na forma de pensar e apreender a realidade e os seus fundamentos sociais e históricos, o que contribui para velar o conteúdo da realidade a ser apreendido por essa forma.

Ademais, para o autor, o debate a respeito do que é Geografia tem se restringido, ainda que não totalmente, aos elementos formais de apreensão da realidade pela ciência geográfica, obnubilando uma vez mais a Geografia enquanto conteúdo da realidade a ser apreendida. Nesta direção, o autor enfatiza a relevância da tarefa de enfrentamento da reflexão que pretenda resultar em contribuições relativas ao que é Geografia por meio da apreensão do “que é identificado como **Geografia na constituição da realidade**, ou mesmo se este último aspecto do real de fato existe” (MARTINS, E., 2009, p. 14, *grifos nossos*).

Neste sentido, o autor argumenta que a relação entre sociedade e natureza expressa a necessidade de ordenamento dos objetos pela sociedade por meio de princípios geográficos (localização, distribuição, distância, densidade, escala). Não há, portanto, possibilidade de conceber, pensar e agir no mundo, estabelecer relações com o mundo, sem ordená-lo por princípios geográficos. Isto posto, o geográfico integra a existência da relação entre sujeito e objeto, o que implica que a Geografia, por determinações ontológicas, não se restringe e

precede a constituição de um campo disciplinar sistematizado na qualidade de conhecimento científico, como forma de pensamento e conteúdo da realidade.

A sociedade ao se apropriar da natureza, imprime sobre esta objetividade uma ordem, que é expressa pelos princípios geográficos. E a natureza apropriada converte-se em *meio geográfico*, a partir daí, a relação passa a ser sociedade/meio geográfico. Na verdade, o processo de subjetivação/objetivação, na construção do meio geográfico se realiza mediante os princípios geográficos enquanto dimensão do existir, tanto do sujeito quanto do objeto, consubstanciando um processo de totalização. Eis o geográfico, como expressão da existência da totalidade. E entre a Geografia do homem e a do meio constroem-se as mútuas determinações geográficas na relação objetivação/subjetivação (MARTINS, E., 2009, p. 17, *grifos no original*).

A considerar a inaptidão de apropriação do conteúdo geográfico da realidade, depreende-se que a Geografia (a produção intelectual dos geógrafos) tem desenvolvido os seus debates isolando a forma do conteúdo. Neste sentido, inviabiliza-se a apreensão das relações entre forma e conteúdo e mesmo as determinações do conteúdo da realidade ao pensamento que se pretende apreender esse conteúdo, o que impõe à Geografia a limitação de ser apenas forma de pensamento mas não conteúdo da realidade, determinação ontológica.

Em outros termos, sendo o geográfico expressão e condição da existência que se estabelece na relação entre sujeito e objeto, o tratamento conferido pela Geografia à apreensão da realidade se torna inócuo à tarefa de apreender o fundamento geográfico da realidade quando restrito à forma de pensar a realidade não visceralmente imbricada ao conteúdo da realidade.

A constatação do carácter essencialmente formal da disciplina e dos débitos resultantes desse carácter, de acordo com o autor, direcionou os geógrafos à tarefa de apreensão do conteúdo da realidade, quando esses alçaram, a partir da década de 1970, o espaço enquanto objeto da Geografia. Para tanto, o espaço é concebido como equivalente a própria realidade, equivalente a materialidade, e é tornado “o dado da realidade a ser discutido e, enquanto isso, a ciência Geografia era uma miríade de práticas e competências” (MARTINS, E., 2009, p. 19).

Dessa forma, o autor considera que, em que pese que os esforços empreendidos e os resultados advindos dessa perspectiva desenvolverem amplas e relevantes contribuições, a

mesma não permitiu que o pensamento geográfico encontrasse o geográfico em pensamento, as determinações ontológicas do seu conteúdo na realidade, pois “a Geografia não é sinônimo de espaço, e sim ele, o espaço, é um dado do geográfico” (MARTINS, E., 2009, p. 22).

Reafirmando posição anterior (MARTINS, E., 2007), o autor reconhece que essa restrição do pensamento geográfico ao espaço enquanto conteúdo da realidade decorre da confusa e equivocada construção de relação de identidade entre matéria e espaço, atribuindo a uma propriedade de existência da matéria (o espaço) a identidade com a própria matéria.

O que falta é entender que o espaço não possui materialidade, o que não significa dizer que ele não possui objetividade. E, nesta condição de ter objetividade, faz reunir a necessidade de ver sua dimensão subjetiva equivalente, posto que a objetividade não é nada sem a subjetividade e vice-versa. Ou seja, o objeto diante do sujeito se firma em sua objetividade mediante sua existência (do objeto), o que só é possível pela equivalente existência dele sujeito, que põe o objeto em sua objetividade para a consciência. Pois, o que é condição de existência no objeto, no sujeito é condição de entendimento, uma vez que este último tem para si o que é do outro, pondo a si mesmo como ente existente” (MARTINS, E., 2009, p. 26, grifos no original).

2.3.5. A Impossibilidade de Produção do Espaço e a Identidade Entre Espaço e Natureza em Escolar (1996)

Os debates propostos em Escolar (1996) compõem respeitáveis contributos à reflexão epistemológica na Geografia, mormente no sentido de deflagrar indagações provocativas a um repensar o discurso que se orienta ao encontro do confrontar o enraizar dos fundamentos unissonamente acatados e reproduzidos na definição de categorias, temáticas e perspectivas da disciplina.

Não obstante o desinteresse do autor em se debruçar de modo sistemático no ponderar propositivo a respeito da ontologia no pensamento geográfico, entremeados à exposição apresenta argumentos pertinentes a sustentar direcionamentos de/para uma ruptura com posições que, em certa medida, assumiremos e construiremos no transcorrer da explanação, compelindo a incumbência de situar esses argumentos que retomaremos com

outros embasamentos.

Dentre as posições defendidas pelo autor, demarcamos 2 (dois) argumentos a partir do critério de originalidade na construção e sustentação, associado à maior divergência frente a posições eminentes ao estruturar da nossa proposta. Os argumentos selecionados tratam da (1) **impossibilidade da produção do espaço** e da (2) **analogia entre natureza e espaço** no discurso geográfico.

Enquanto movimento de desenvolvimento dos fundamentos do argumento de impossibilidade da produção do espaço, Escolar (1996) principia apontando que essa perspectiva se baseia na ontologia. No entanto, o autor argumenta que possuir a ontologia enquanto base não garante uma posição materialista na concepção do espaço, pois há diferença entre considerar a existência objetiva da realidade material de forma independente da subjetividade, e ambicionar definir e caracterizar essa realidade existente de forma igualmente objetiva.

Nesta direção, o autor defende que a compreensão da realidade se torna possível apenas pela atividade do sujeito que a delimita para o seu conhecimento, configurando, portanto, o conhecimento como um processo genético fundado a partir das determinações materiais da existência mas, além de necessariamente parcial, nunca em relação de identidade objetiva com essa existência.

“Os pressupostos ontológicos, então, serão constitutivos da possibilidade dos pressupostos epistemológicos, porém estes últimos determinarão a forma em que se constrói, na práxis, a realidade” (ESCOLAR, 1996, p. 17), ou seja, como se constrói o conhecimento e a atividade prática dos homens sobre as determinações materiais da existência objetiva (pressupostos ontológicos).

A existência objetiva, portanto, embora pressuposto para o conhecimento dessa mesma existência, não concebe ao conhecimento a mesma constituição objetiva. O conhecimento da realidade é construído pela subjetividade que concebe a gênese idealizada da existência, sendo uma construção gnosiológica apesar das suas necessárias condicionantes ontológicas, e por essa razão não pode ser objetiva como a realidade. Nestes termos, Escolar (1996, p. 17) afirma que “se aceitarmos [esses argumentos], não podemos considerar o espaço como existente”.

Isso porque o espaço seria uma construção ideal do existente a partir das

determinações objetivas do existente, o que não coincide objetivamente com o próprio existente. Com essa compreensão, o autor prossegue apontando que:

as determinações materiais que constituem a realidade são, entre outras, espaciais. Portanto, a realidade está espacializada toda vez que nosso conhecimento espacializa a realidade. [...] Nessa concepção, a espacialidade é constitutiva da matéria e não o espaço; se o objeto da produção intelectual é o conhecimento, nunca poderia uma condição geral da sua determinação objetiva ser um meio de produção ou seu resultado (ESCOLAR, 1996, p. 18).

Depreende-se, a partir da posição explicitada pelo autor, que se existem determinações materiais espaciais na constituição da realidade e, portanto, essas determinam objetivamente as condicionantes das possibilidades da sua própria apreensão, essas determinações materiais espaciais não poderiam ser produzidas pela ideação subjetivada que as busca apreender. Isso porque as determinações materiais condicionam a própria possibilidade de constituição da ideia, dos pressupostos gnosiológicos, enfim, da apreensão ideal da realidade na consciência do sujeito.

De acordo com Escolar (1996), a matéria que condiciona nosso pensamento já se encontra espacializada na ocasião em que espacializamos a realidade idealmente, o que permite que a espacialidade seja ao mesmo tempo objetiva e subjetiva. O autor conclui, a partir desses fundamentos que “produzir espaço, conseqüentemente, é impossível. Produzir configurações materiais espacializadas subjetiva ou objetivamente é possível” (ESCOLAR, 1996, p. 17).

Produzir espaço seria impossível, na compreensão do autor, na medida em que equivaleria a produzir as determinações materiais da própria reprodução idealizada da matéria na forma de conhecimento da existência objetiva, o que seria como produzir as determinações materiais que possibilitam a existência da ideia. Se há determinação espacial na realidade que permite que haja reflexão sobre a própria realidade, significa que não podemos produzir aquilo que determina nossas possibilidades de conhecer o real.

Amparado nos principais fundamentos que sustentam o primeiro argumento apresentado, o autor parte para o desenvolvimento do segundo argumento objeto da nossa reflexão, no qual explicita a compreensão de existência de analogia entre natureza e espaço no discurso geográfico.

Nessa compreensão, o aspecto dos limites, e das delimitações, do conhecimento da realidade retorna com relevância semelhante ao primeiro argumento, associado ao questionamento acerca das constituintes materiais que compõem as formas objetivas daquilo que se pode considerar naturalidade ou artificialidade e as demarcações entre ambas tanto a partir da materialidade quanto na própria materialidade.

Nesta perspectiva, o autor aponta a ausência de possibilidades de distinção das formas objetivas (ou dos objetos) em termos das suas determinações materiais ou dos aspectos materiais apreensíveis no objeto, o que não permitiria, por conseguinte, a distinção entre natureza e espaço. Assim, Escolar (1996, p. 19, *grifos no original*) afirma que:

[pode-se] relacionar espaço e natureza. Em primeiro lugar porque a natureza como objeto também é produto da coisificação do adjetivo naturalidade. Se tentássemos o exercício analítico de discriminar entre objetos sociais e naturais, em função de distingui-los entre si *materialmente*, nos veríamos impossibilitados de consegui-los toda vez, ou sempre, que encontrássemos graus de naturalidade ou de artificialidade neles.

A referida dificuldade exposta pelo autor emanaria, inclusive, da constituição subjetiva e artificial da natureza na sua delimitação enquanto objeto apreensível e construído pela consciência conformada em conhecimento. Para o autor, apenas é possível definir e delimitar a natureza se se pode definir estritamente aquilo que compõe a não-natureza, e isso seria teoricamente impossível pelas condições materiais naturais necessariamente encontradas nos resultados materiais dos processos sociais (objetos sociais ou artificiais) e pela necessariamente artificial delimitação da natureza em termos das possibilidades de conhecimento da realidade.

A partir desses fundamentos, o autor conclui que “os pressupostos ontológicos em qualquer dos casos são os mesmos. Esta é a razão pela qual minha hipótese estabelece analogia entre natureza e espaço” (ESCOLAR, 1996, p. 19).

2.3.6. *Ser-no-Mundo na Ontologia Heideggeriana Enquanto Contributo ao Debate da Ontologia do Espaço em Teixeira (2012)*

Assentando reflexões na pretensão de empreender contributos alusivos aos debates basilares da temática da ontologia do espaço, Teixeira (2012) persegue a apropriação dos fundamentos da ontologia heideggeriana enquanto alternativa aos preceitos do projeto moderno, com objetivo de demarcar potencialidades de superação da dualidade erigida na separação entre ser e estar por meio do tratamento da categoria espaço postulado no sentido do homem como ser-no-mundo.

O autor compreende que a categoria espaço ocupa medular posto no desenvolvimento das propostas de organização racional para a apreensão dos conteúdos da realidade, não se explicitando no âmbito da constituição da sistematização da ciência geográfica. Nesta rota, os principais pensadores do período clássico da Filosofia grega constataram a necessidade de definição do espaço e compeliram o saturar de limitações desvelado no conceber dualista da existência da realidade. Em Platão, depreende-se o espaço identificado com o substrato físico que acomoda os objetos e os movimentos dos objetos. Por seu turno, depreende-se em Aristóteles a dualidade entre *essentia* e *existentia*, na qual o estar que expressa o movimento de corrupção da existência desabriga as condições de apreensão racional da essência do ser.

No empreendimento da Filosofia moderna, Teixeira (2012) compreende a geometrização espacial cartesiana o definitivo instaurar da composição dicotômica entre o ser e o ente. Prossegue afirmando que os fundamentos do projeto da modernidade delatam o conservar da concepção germinada na metafísica com o propósito de unir ente e ser dicotomizando-os. Na ontologia heideggeriana se atribui a definição de “entificação do ser” para essa concepção dicotômica, apontando o velar que ambos constituem uma unidade, necessária para radicar uma verdadeira ontologia.

Diante disso, o autor considera a legitimidade da apreensão das reflexões de Heidegger delimitadas no desvelar o impasse filosófico que olvida o pensamento ontológico para erigir alicerces ao indagar problemas das dicotomias oriundas desse impasse no pensamento geográfico a respeito da categoria espaço.

Consagra, ademais, ao movimento de renovação da Geografia cultural o

reconhecimento da reprodução da crise da modernidade na racionalização objetiva da análise geográfica, a portar a deflagração da necessidade do formular de uma concepção a convalidar a unidade da Geografia na apreensão das experiências vivenciadas pelo homem nos lugares, coadunando o ser com o estar e a epistemologia da Geografia com a ontologia heideggeriana.

Prosseguindo, o autor afirma que Heidegger compreende o ato do ser impreterivelmente integrado no *ser-em* a conformar a unidade da existência não de um ser indiferente ao estar ou presente em um espaço abstrato e puramente geométrico, mas assevera que ser de modo algum destitui a unidade do ser-no-mundo. Nesta rota, Teixeira (2012, p. 192) argumenta que “*ser-em* é o sujeito num mundo e dentro de um espaço específico. Portanto, mundo, espaço e ente constituem a unidade do ser-no-mundo, que é, grosso modo, a estrutura do homem. Este, em presença, compreende o mundo, pois passa a ser no mundo e a senti-lo”.

Retomando a concepção de “geograficidade” de Eric Dardel (1899-1967)³⁵, o autor assegura que a sobredita unidade do ser-no-mundo consiste no movimento de compreensão do espaço geográfico pelo homem por meio das experiências vividas no lugar. A aproximação com a ontologia heideggeriana se aprofunda com a distinção entre o ser estar em algum lugar e se localizar dentro de um lugar, rompendo com a lógica espacial matemático-abstrata para sublinhar o estar em algum lugar enquanto sentir, habitar, pertencer e se reconhecer no lugar.

Depreendemos, à vista disso, a concepção do reconhecer a unidade entre ser e estar enquanto possibilidade de modo de ser do homem para além do esquecimento do sujeito moderno, des-encoberto a partir da abertura do homem no interrogar o ser, expressando que “o ser-aí exige uma explicação, interpela e não se submete à vontade mundana, pois ele não foi colocado no mundo. Portanto, ser em condição de ser-aí é questionar-se sobre o seu próprio ser, abrindo-se para o mundo e reconhecendo-o como seu lugar” (TEIXEIRA, 2012, p. 193).

35 Geógrafo francês, precursor no desenvolvimento de reflexões concernentes ao tratamento de categorias e questões do escopo da disciplina a partir de uma matriz fenomenológica. Em vida possuiu diminuta influência no debate teórico da disciplina, excepcionalmente encontrando interlocutores. Postumamente, sua obra passa por profunda releitura e ecoa enquanto alternativa ao predomínio das perspectivas abstrato-objetivas, atribuindo ao autor a qualificada posição de uma fonte substancial na constituição de referência para o desenvolvimento das perspectivas do pensamento geográfico que fomentam maior aproximação com a fenomenologia e o existencialismo. No item subsequente trataremos da elevada estima expressa nas referências ao autor na reflexão geográfica de matriz fenomenológica.

Nesta direção, o autor proclama que a possibilidade de reflexão ontológica a respeito do espaço se apresenta estritamente a partir do momento em que se realiza a ruptura com a dicotomia entre ser e estar expressa pelo ser-no-mundo, integralizando a unidade entre o homem e o espaço, este não mais externo ao existir do homem.

2.3.7. Os Contributos de Dardel e Relph e o Pensamento Heideggeriano Enquanto Fundamento à Ontologia Geográfica em Marandola Jr. (2012)

Partindo da constatação do prestígio e do propagar do pensamento de Heidegger na (re)produção das diferentes fenomenologias que compõem os esforços para a construção de uma fenomenologia geográfica, Marandola Jr. (2012) se encarrega do intento de apurar de modo sistematizado os encaminhamentos para diferentes concepções do pensar e do fazer geográfico expressos em conceitos, orientação epistemológica e demarcação do estatuto ontológico da disciplina.

Outrossim, reconhece na abordagem fenomenológica 2 (dois) autores que permitem exemplificar como suntuosos contributos para a Geografia podem ser plasmados na concepção de ser-no-mundo na qualidade de fundamento ontológico heideggeriano a constituir a experiência geográfica e a própria compreensão da ontologia integrando a experiência do mundo como experiência geográfica.

As indagações que encetam o movimento reflexivo do autor consistem na apreensão das dimensões precisamente próprias do “ser” e, em correspondência com essas, as dimensões precisamente próprias da Geografia. Marandola Jr. (2012) considera que as indagações a respeito da existência e das relações entre a realidade, o homem e o espaço expressam a proeminência dessas reflexões para as necessidades sociais, acomodadas principalmente no pensamento filosófico.

Acrescenta que a tradicional constituição da Geografia na descrição empírica reproduz na disciplina a intermitência de interlocuções incipientes ou de qualidades duvidosas com conteúdos filosóficos, acarretando o inexpressivo incidir das reflexões filosóficas nas atividades práticas e teóricas dos geógrafos, denunciando a proeminência do isolar da prática no desenvolvimento da disciplina.

O autor assegura que, apesar das limitações postas pelas condições sobreditas, em termos metodológicos e a epistemológicos se realizam frutuosa debates com notória intensificação desde a publicação da obra *The Nature of Geography*, de Richard Hartshorne (1899-1992), em 1939³⁶, quando se constata a ampliação e aprofundamento de reflexões centradas em discutir “sobre propósitos, objetivos e o próprio objeto da Geografia, bem como seu lugar entre as ciências” (MARANDOLA JR., 2012, p. 82).

No entanto, no que concerne às questões que integram a sistematização das investigações de natureza ontológica, a carência filosófica se manifesta com maior evidência, frequentemente revelada nas acanhadas abordagens que permeiam de modo efêmero os debates compenetrados em questões metodológicas e epistemológicas, com a demarcação da ontologia subjugada ao posto de auxiliar consultiva para a prospecção de alicerces lógico-gnosiológicos.

Constata-se, igualmente expressiva, a escassa quantidade de esforços devotados ao empreendimento de uma sistematização efetiva, acrescida da intermitência do tema na produção intelectual da disciplina, inclusive dos autores que conformam os principais referenciais e, por fim, do caráter individual da produção, não constituindo grupos de investigação.

Dentre esses esforços de sistematização, Marandola Jr. (2012) compreende como movimento germinal para uma ontologia geográfica os contributos presentes nas reflexões que Eric Dardel consagra a relação entre a existência do homem e o espaço no conformar de uma “realidade geográfica” na década de 1950³⁷. Entretanto, os aludidos contributos permaneceram olvidados durante o extensivo decurso de aproximadamente 40 (quarenta) anos e, apesar da recente retomada de leituras das obras do autor, a apropriação orientada ao laborar de um tratamento ontológico se apresenta em posição marginal frente a concentração dos debates fecundados.

A respeito da comprovação do extenso período de inexpressiva relevância da obra para os debates teóricos da Geografia, Nabozny (2012) argumenta que mesmo nas

36 HARTSHORNE, R. **The nature of Geography**. Washington: AAG, 1939. Considerando a necessidade de interlocução com as críticas às questões fundamentais da obra, o autor publica “Perspective on the Nature of Geografy”, em 1959, obra traduzida para o português e publicada em 1978 com o título “Propósitos e natureza da Geografia”.

37 Marandola Jr. (2012) se refere a principal obra do autor, “O homem e a terra: natureza da realidade geográfica”, traduzida para o português e publicada em 2011. Originalmente publicada em 1952 com o título “L’homme et la terre: nature de la réalité géographique”.

publicações francesas de caráter historiográfico, a exemplo do livro de Paul Claval que trata da história da disciplina, “La Pensée Géographique”, publicado na década de 1970 — portanto, decorridos 2 (dois) decênios do lançamento da primeira edição da principal obra de Dardel —, se observa o completo silêncio da nulidade de referências ao autor. Expressão sintomática da significativa mudança com a recente amplificação do repercutir do autor e da obra, no livro que Claval publica na década de 2000, intitulado “Histoire de la Géographie”, e que igualmente aborda a história da Geografia, no entanto, se constata um respeitoso espaço destinado a exposição das contribuições de Dardel.

Considerando a substancial contribuição de Dardel para o debate corrente, Marandola Jr. (2012) assinala a necessidade de progressiva negação da carência de argumentação filosófica substancial nos debates em direção a uma fenomenologia espacial fundante das condições para o pensamento geográfico proceder a apreensão da geograficidade enquanto expressão da síntese existencial do ser-no-mundo. Sustenta, para tanto, que uma legítima possibilidade de aprofundamento filosófico da reflexão a respeito de uma ontologia geográfica reside no enfrentamento de uma aproximação enraizada no pensamento de Heidegger.

O autor justifica a validade do recorte proposto por constatar, em considerável monta da literatura filosófica dos últimos decênios, a excepcional repercussão de fundamentos e categorias da ontologia heideggeriana a fecundar renovados debates nas mais diversas áreas do conhecimento científico.

Depreendemos oportuno acrescentar a potencial tendência de suprimir as demarcações que apartam e atribuem superioridade a atividade científica frente as demais atividades humanas/humanizadoras, desvelada na penetração dos elementos estruturantes da concepção ontológica nos conteúdos da produção artística e no senso comum, a exemplo do fluído e subjetivamente ordenado miscigenar de elementos outrora compreendidos como portadores de distinções intransponíveis, em ambos os casos.

Ademais, Marandola Jr. (2012) reconhece a deliberação de aproximação disposta dentre as predominantes alternativas utilizadas para a finalidade de gestar condições para suprimir as lacunas do desenvolvimento de uma ontologia geográfica, pois se insere nos encaminhamentos do construir interlocuções com propostas de filósofos que, ao se debruçarem em questões ontológicas assentadas na matriz fenomenológica, necessariamente concederam tratamento ao relacionamento entre a existência do homem e a existência do

espaço. Diante disso, constata que em Heidegger o movimento incessante de reconhecimento do ser desvela o sentido geográfico da espacialidade com o imbricar entre ser e estar postos nas condições do mundo enquanto manifestação do ser para a qual o homem dirige o interpelar o ser, apreendendo o sentido da sua existência ao aprofundar relações com o espaço.

Prosseguindo, investiga as causas que distanciaram a Geografia do pensamento heideggeriano no contexto das primeiras propostas de reconstrução teórica e prática da disciplina. Assinala que os movimentos de renovação foram engendrados no pós-Segunda Guerra e as propostas predominantemente acatadas se concentraram em grupos de pesquisadores instalados nos Estados Unidos, no Reino Unido e na França.

Oportuno ressaltar as condições de carência da reprodução social, acarretadas pelo materializar do confronto de poderio bélico entre as economias capitalistas sobrepujantes, expressam a visceral necessidade de estabelecer critérios avalizadores das deliberações de investimentos orientadas pela finalidade de antecipar os potenciais resultados pragmáticos. Decerto, as condições compeliram as delimitações que margearam a produção e sistematização das ideias. O autor sublinha o distanciamento do pensamento de Heidegger do conceber das necessidades e das alternativas, e acrescenta enquanto outros fatores determinantes a nacionalidade alemã do filósofo e, sobretudo, o desenvolvimento de atividade intelectual na conformação dos elementos ideológicos estruturantes do nazismo, óbice suficiente para revogar qualquer impulso inclinado a uma aproximação consistente nos 2 (dois) decênios subsequentes ao findar do conflito.

O germinar de uma orientação humanista latente ao preponderante caráter objetivo e abstrato da ciência geográfica instaura uma progressiva e morosa interlocução com a matriz fenomenológica da Filosofia e com os distintos expoentes dessa. O autor aponta que apesar do hesitar que constrange o movimento ao encontro de Heidegger, a recuperação e o reposicionar do valorar as contribuições de tendências humanistas isoladas da centralidade do debate teórico na Geografia convalida as reflexões de Dardel e, por conseguinte, torna manifesta a precípua necessidade de apropriação do pensamento heideggeriano para alicerçar o erigir de uma perspectiva fenomenológica integrada ao desenvolvimento da Geografia humanista.

Nesta direção, Marandola Jr. (2012) assegura a validade do acentuar a noção heideggeriana de habitar na qualidade de catalisadora do movimento de desvelamento do ser

por meio da experiência no mundo, a conformar os direcionamentos para uma autêntica aproximação com uma ontologia geográfica.

Ao principiar a sessão conclusiva da exposição com a pretensão de identificar os elementos componentes da definição da noção de habitar, Marandola Jr. (2012, p. 86) afirma que “é mais do que simplesmente morar em um local”, e imediatamente aponta propriedades que corroboram a sentença precedente ao evidenciar a presença no influxo do habitar que o integraliza com “a casa, o bairro, a cidade, a região e, em última análise, a Terra”.

Diante disso, depreendemos o irromper do necessário movimento da crítica a proceder o incorporar do entendimento usual e historicamente petrificado no termo, de modo a determinar a existência do conteúdo real, com o concomitante negar a mera conservação ao declarar que o conteúdo da apreensão consiste e deflagra maior complexidade de dimensões e relações.

Impreterível manifestar ostensivamente, por conseguinte, o esclarecer dos supraditos elementos identificados perfazendo o guarnecer e o intensificar que o movimento para a compreensão do habitar se desvela no desvelar de uma ontologia geográfica e se delimita fundada no manifestar sensível do des-encobrimento do “ser” pela consciência que o interpela mediado pela qualidade da “abertura”.

Se acentua a especificidade do homem enquanto “ente” e, desse modo, a inversão dos critérios puramente objetivos no instaurar de uma Geografia efetivamente humana como a orientação profícua ao se dirigir a uma ontologia geográfica, na medida em que o homem comporta a “abertura” para interpelar o “ser” como condição de apreensão demais “entes”, grosso modo, o conhecimento da existência humana não dissociado do conhecimento da existência da natureza. Necessário imputar o desvanecer e o permanecer da compreensão constituída na apreensão consciente rogada ao existir da realidade pelos preceitos do rígido sistema de regras lógico-gnosiológicos. Esses, recortados no confronto sujeito-objeto em um fragmento constrangido a se estabilizar estritamente como objeto que postula os parâmetros do conteúdo perfilado no delimitar da objetividade. O resultado sintético da definição da noção de habitar é expressa por Marandola Jr. (2012, p. 88, *grifos no original*):

a própria essência da relação homem-meio, expressa em sua totalidade vivida, em suas ligações com o construir. Heidegger comenta pelo menos quatro sentidos básicos que compõem o habitar: (1) construir é propriamente um habitar; (2) habitar é o modo como os mortais são e estão sobre a terra; (3) de-morar-se; e (4)

resguardar. Habitar não é, portanto, simplesmente edificar e morar: envolve o demorar-se (a pausa necessária ao envolvimento) e o resguardo tanto dos mortais quando da Terra. Mais importante, no entanto, é que o modo essencial de ser-e-estar dos mortais sobre a terra, ou seja, a relação homem-lugar é um habitar a partir de um construir. Mas que construir é esse? O construir das relações que garantem às pessoas, ao indivíduo, à terra e ao lugar continuarem **sendo**. Todas as atividades que envolvem esse cultivar e esse crescimento estão implicadas no construir que, por sua vez, é o próprio habitar. **O habitar, portanto, é o modo próprio do homem ser-e-estar-no-mundo.**

Prosseguindo, Marandola Jr. (2012) reconhece nas reflexões desenvolvidas por Edward Relph³⁸ a partir da década de 1970 os encaminhamentos substanciais para a releitura da obra de Dardel e para a interlocução da Geografia humanista com o pensamento de Heidegger. O autor, nesta direção, considera que ao investigar o elemento primordial na aproximação entre Dardel e Heidegger, Relph identifica a ideia de experiências geográficas do primeiro e a de ser-no-mundo do segundo, promovendo uma síntese que encaminha para a discussão das categorias região, paisagem e lugar.

Nesta rota, Relph evidencia a expressiva necessidade nas condições sociais postas na atualidade para o desenvolvimento teórico na Geografia, de proceder o enfrentamento da problematização inerente ao apreender a experiência geográfica (Dardel) do ser-no-mundo (Heidegger) que reproduz a sua existência no interior da reprodução da modernidade técnica. Para Relph a ênfase do direcionamento para a investigação geográfica incide, de acordo com Marandola Jr. (2012, p. 89, *grifos no original*):

na relação entre **Geografia** (científica), **experiência geográfica** e **ser-no-mundo**. Para ele, é a curiosidade o que move o geógrafo, as pessoas e o ser. As diferenças dos lugares entre si e suas particularidades seriam os principais atrativos a capturar a curiosidade e estariam na essência de toda a Geografia científica: um desejo por conhecer o desconhecido, de experimentar o não experienciado, de ir aonde nunca se foi.

Marandola Jr. (2012) compreende, à vista do exposto, que o pensamento de Heidegger confere os elementos estruturantes ao movimento de apreensão do fundamento espacial do ser. Esse direcionamento se revela ascendente e com contributos não restritos ao campo de reflexões da Geografia, sendo expressiva a produção filosófica a respeito do espaço a partir

38 Geógrafo canadense, considerado precursor no esforço de sistematização de uma perspectiva fenomenológica na geografia com a publicação da sua tese, “The phenomenon of place”, e do livro “Place and placelessness”, na década de 1970. A tradução das obras do autor em português ainda é incipiente, com a publicação pontual de fragmentos em formato de artigos, a exemplo da recente tradução do texto “Reflexões Sobre a Emergência, Aspectos e Essência de Lugar”. Ver Relph (2012).

da interlocução com a ontologia heideggeriana, o que assinala a importância do tratamento de uma ontologia geográfica a desvelar a espacialidade do ser.

2.3.8. O Ser-aí e as Categorias do Imediato na Constituição de uma Ontologia da Espacialidade em Holzer (1998)

Em tese de doutoramento orientada por Armando Corrêa da Silva, Holzer (1998) empreende um esforço reflexivo direcionado ao tratamento das determinações constituintes de uma ontologia da espacialidade. Reconhece nas perspectivas pós-modernas as contribuições de maior expressividade no debate fundado no relacionamento entre ontologia e Geografia, e considera que a progressiva tendência de inflexão das discussões da disciplina, destituindo a predominância das perspectivas positivista e neopositivista, desvela problemáticas epistemológicas que reaproximam a Geografia e a Filosofia no intento da primeira no consolidar da estrutura e do discurso teórico.

Holzer (1998) constata a tendência do progressivo desassociar das questões centrais do pensamento geográfico da tradição (neo)positivista, o que legitima as reflexões com pretensão de sistematizar propostas a uma ontologia da espacialidade para assentar a construção do debate metodológico e epistemológico. Depreendemos que, no caso do autor, o objetivo compreende a delimitação de uma ontologia da espacialidade enquanto uma concepção estrutural dos conteúdos geográficos para o estabelecimento de fundamentos ao aprofundamento da forma de apreensão teórica das categorias geográficas que comportam o plano da imediaticidade do relacionamento do sujeito com a dimensão da espacialidade da existência, a paisagem e o lugar.

Nesta rota, Holzer (1998) reconhece na ontologia heideggeriana a predominância dos debates contemporâneos e o potencial de destacar os limites inerentes à concepção objetiva do (neo)positivismo e constituir proposições fundadas e direcionadas em distintas orientações. Essas orientações, não mais centradas no objeto, se aproximariam do sujeito que o interpela enquanto objeto do pensamento. A essência do sujeito, do homem, consiste na particular qualidade de interpelar o ser, dirigindo o homem ao encontro do conhecimento do ser de modo concomitante ao conhecimento de si mesmo.

Procedendo a apropriação dos aspectos da ontologia heideggeriana com maior potencial de esclarecimento para a concepção de uma ontologia da espacialidade movida ao encontro da resolução das problemáticas hodiernas da epistemologia da Geografia, o autor consagra ao conceito de “ser-aí” (*Dasein*) a prioridade ao empreendimento. Esclarece que o “ser-aí” adquire a centralidade das preocupações de Heidegger nas obras elaboradas na maturidade, realçando a espacialidade na qualidade de fundamento da concepção ontológica que compreende excepcionalmente no homem o ente que se relaciona com o mundo apreendendo o ser em si e no mundo.

Nesta direção, a Geografia se expressa na condição de fundamento para a compreensão da espacialidade que, por seu turno, configura a raiz do ser desvelado na relação do homem com o mundo, a referência situacional do experienciar o mundo e o tempo na constituição e desenvolvimento da subjetividade humana. Na medida em que a subjetividade inexistiria na ausência de condições ao relacionamento do homem com o mundo, a espacialidade e o mundo impreterivelmente integram a essência humana.

Depreendemos, à vista disso, que a essência humana se concretiza no plano da espacialidade em que a subjetividade se efetiva conformando o homem-no-mundo no experienciar o tempo, o mundo e a si mesmo, conseqüentemente, na imediaticidade da paisagem e do lugar. Portanto, a Geografia, por meio das categorias da imediaticidade, se afirma fundamento ao irromper do des-encobrimento do ser pelo homem-no-mundo, revelando o direcionamento para uma perspectiva autenticamente geográfica — de apreensão dos conteúdos geográficos da existência — a aproximação com a ontologia fenomenológica de Heidegger.

A tradição científica da modernidade fundada na técnica e na racionalidade objetiva, de acordo com Holzer (1998), encobre as determinações ontológicas e destituem a legitimidade do desenvolvimento de uma Geografia fundada na ontologia da espacialidade. Diante disso, a contraposição pós-moderna aos rigores estéreis da ciência (neo)positivista conforma uma necessidade premente ao pensamento geográfico, que encontra na ontologia heideggeriana o aporte filosófico profícuo.

Outrossim, o autor considera que o tratamento ontológico na Geografia ao encontro do pensamento de Heidegger se encarrega do reconhecimento das contribuições de Eric Dardel, principalmente na apropriação da espacialidade na qualidade de abstração do espaço própria da racionalidade matemático-geométrica que fragmenta ser e estar, definindo a

concreticidade do espaço na qualidade de essência do ser desvelado no relacionamento do homem-no-mundo uma apropriação no plano da geograficidade.

2.3.9. *Ontologia, Sujeito, Arte e Lugar em Marinho (2010)*

A proposta de debate a respeito da relação entre ontologia e espaço que emerge nas reflexões de Marinho (2010) trata de questões estéticas relacionadas aos condicionantes espaciais do lugar em que a obra de arte é produzida, investigando como o confronto do indivíduo com o gênero no lugar é integrante da composição artística da poesia. Nesta direção, o espaço constitui a mediação na relação e nas contradições entre o desenvolvimento dos sentimentos na personalidade do indivíduo e o confronto do indivíduo com as condições de integração ao gênero humano, mediação expressa e sintetizada objetivamente na poesia enquanto composição artística.

Depreendemos, a partir das considerações da autora, que o sujeito (poeta) objetiva (poesia) os conflitos entre a sua personalidade e a objetividade do mundo da forma com que essa é por ele tornada consciente, consubstanciada na expressão estética da personalidade do sujeito na relação com o contexto sociopolítico confrontado com ele no lugar da sua existência. Dessa forma, esse conflito é constituído e constituinte de relações entre homem e lugar e, portanto, o conflito revela a necessidade de compreender o homem no lugar como uma unidade existencial, pois a existência do homem e do lugar se coadunam e a unidade constituída nesse movimento expressa a objetivação do sujeito (poeta) no sujeito objetivado (poesia).

Compreendemos que o sujeito objetivado na poesia enquanto construção estética, nesse caso, é expressão da forma de ser da unidade entre homem e lugar, expressão da consciência do homem acerca da sua personalidade constituída no confronto com o mundo que, para o sujeito, possui existência no lugar. O lugar, então, é a existência que se confronta com o sujeito e permite constituir a existência desse sujeito, e torna essa existência, e os conflitos por ela engendrados, conscientes.

2.3.10. A Ontologia do Espaço Fundamentada na Ontologia Lukacsiana em Moraes (1982)

Direcionando para a legitimidade de outra perspectiva, Moraes (1982) — em um “único e breve artigo já bastante antigo” (MARTINS, E., 2007, p. 33) —, ao desenvolver a exposição de um projeto inacabado com objetivo de propor interlocução com fundamentos considerados inexpressivos no momento do debate centrado no tratamento da ontologia do espaço, compreende que as questões de natureza ontológica se constituem de caráter geral e comportam o um momento primevo para a apreensão materialista e dialética das problemáticas do espaço.

A relevância do enfrentamento das questões ontológicas se afirma no fomento aos direcionamentos para condições de superação das imprecisas e hesitantes afirmações a respeito (1) da irredutibilidade do espaço a um receptáculo dotado de volatilidade determinada na processualidade de manifestações de instâncias da realidade no plano sensível, (2) dos critérios lógicos para a apreensão da estrutura essencial do espaço, (3) da identificação e análise das propriedades do espaço sem incorrer no isolamento e sem anular os aspectos singulares e (4) dos procedimentos para a demarcação de recortes de conteúdos da realidade desprovidos dos postulados positivistas.

A permanência da fragilidade expressa na recorrência de questões basilares se justifica pela discussão puramente idealista calcada e validada nas/pelas regras formais da lógica, vilipendiando a corruptibilidade do movimento da concreção das determinações na história, o que desequilibra o volume de dados e informações empíricos coligidos em relação com o incipiente debate teórico.

Para o autor, os fundamentos consagrados pela sistematização expressa na estética e na ontologia lukacsiana, configuram encaminhamentos para a compreensão das questões gerais na aproximação da concepção da existência com as formas de manifestação concretas, assentando contribuições para o tratamento marxista da ontologia na Geografia.

Quanto aos aspectos considerados substanciais ao pensamento lukacsiano, o autor sublinha a prioridade e a extensa elucidação da determinação da precedência ontológica da existência em relação a consciência e as representações lógico-gnosiológicas, e a unitariedade da existência na qualidade de negação da imediatividade isolada do fenômeno,

apreendido em seu ser com a abstração principiada na simples manifestação sensível ao encontro da complexidade movente consorciada por multiplicidade de interconexões. Outrossim, sustenta a validade dos argumentos estruturantes da proposição do pensador húngaro, o método ontológico-genético, a diferença e articulação entre teleologia e causalidade no mundo dos homens, e o trabalho enquanto protoforma para a autoconstituição e o desenvolvimento do homem e da sociedade.

Cumprе observar que Moraes (1982), no entanto, fornece exclusivamente potencialidades do pensamento de Lukács para o debate que, em que pese a relevância das preocupações e reflexões desenvolvidas pelo autor, não apresenta uma análise detalhada e sistematizada da ontologia lukacsiana e das categorias dessa que se apresentam relevantes ao pensamento geográfico. Isso se expressa, dentre outras questões, pelo próprio caráter de ensaio que Moraes (1982) atribui ao seu texto e pelas referências que faz ao texto da ontologia lukacsiana, centrado não no estudo sistematizado da obra “Ontologia do Ser Social” completa, mas estritamente em um dos capítulos que compõe a mesma — o capítulo no qual o Lukács confere tratamento à categoria trabalho (LUKÁCS, 1979) —, em um artigo no qual Lukács sintetiza os elementos fundamentais da obra (LUKÁCS, 1978) e em uma entrevista do autor na qual apresenta considerações acerca da temática e da obra (LUKÁCS, 1999) que, na ocasião, se encontrava em desenvolvimento.

Declara, contudo, uma proposta de encaminhamento ao tratamento da categoria espaço à luz da ontologia lukacsiana. Para tanto, assevera a admissão da existência espacial objetiva precedente ao salto ontológico social e, portanto, expressão e forma de ser da unitariedade da realidade e das esferas de ser inorgânica e orgânica, movido e movente em causalidade espontânea destituída de orientação finalística consciente.

No espaço compreendido no relacionamento de mútuas interpenetrações do movimento da materialidade natural se conforma o irromper da esfera social do ser, dotada da maior complexidade qualitativa da materialidade que funda objetivamente articulações causais gestadas a partir de atividade teórica e prática orientada teleologicamente. O espaço integrante das continuidades e descontinuidades do movimento da matéria social comporta e sentenciar qualidades sociais e, de modo assemelhado ao indivíduo humano, conserva determinações materiais das esferas de ser precedentes.

Por fim, Moraes (1982) define o ser social na conformação de um movimento com dinamicidade histórico-concreta de valorização do espaço pelo processo de trabalho

enquanto unidade do natural e social na transformação da matéria. No desenvolvimento do ser há formas históricas de valorização do espaço que compreendem momentos territoriais da evolução da história humana. A apreensão do ser, nesta direção, impõe a necessidade de apropriação intelectual dos distintos estágios e organizações das formações territoriais na história da sociedade.

2.3.11. A Avaliação do Tratamento da Ontologia do Espaço na Geografia Crítica em Pedrosa (2012)

Pedrosa (2012) elabora uma releitura de caráter historiográfico dos autores, a partir das publicações que, no âmbito da perspectiva da Geografia Crítica, trataram da temática, sem acrescentar essencialmente novos elementos autorais ao debate, exceto pelas indagações a respeito da coerência dos argumentos e das implicações que os fundamentos filosóficos das propostas impõem ao tratamento da ontologia do espaço.

Em relação às últimas, o autor sugere uma questão que consideramos pertinente desenvolver, quando indaga se a proposta de fundamentar a reflexão acerca da ontologia do espaço em argumentos e categorias da ontologia lukacsiana “não reproduziria [a] visão do espaço como um elemento exterior que oferece as potencialidades ao desenvolvimento humano?”.

2.3.12. Síntese das Críticas, Questões e Problemas: Condições Para a Construção do Problema

As questões que retomaremos criticamente no decorrer da exposição do texto, principalmente na Parte II (“Ontologia e Lógica”), se referem:

- (1) a crítica da entificação social do ser na ontologia do espaço geográfico, desenvolvida por Reis (2009, 2012, 2013) e Calçavara (2013);
- (2) a incorreta assimilação de coincidência entre espaço e matéria, assim como entre

matéria e objetividade, na medida em que não se pode admitir que as coisas são espaço ou que o ente é espaço, mas sim que ele, ente, existe e, por existir, está em um espaço, uma das dimensões de existência do ente, conforme Martins, E. (2007);

(3) a impossibilidade da produção do espaço e a analogia entre natureza e espaço, conforme a proposta de Escolar (1996);

(4) a prioridade da subjetividade e do plano das categorias geográficas da imediaticidade (lugar e paisagem) na apreensão, integrada à ontologia fenomenológica heideggeriana, do movimento de des-encobrimento do ser pelo homem-no-mundo espacialmente situado na grande escala do sujeito, conforme as considerações de Holzer (1998), Marandola (2012) e Teixeira (2012);

(5) a irredutibilidade do espaço a um receptáculo de determinações externas, os critérios lógicos da apreensão da dinamicidade estrutural do espaço, a singularidade do espaço integrada ao movimento da totalidade social e a apreensão do espaço integrada à existência da realidade desprovida das demarcações positivistas e confrontada com as formações territoriais movidas e moventes do processo de desenvolvimento e complexificação do ser social no decurso da história, conforme aponta Moraes (1982);

(6) a indagação provocativa de Pedrosa (2012), quando, ao se referir a potencialidade da ontologia lukacsiana para a análise do espaço, questiona se “pensar a ontologia do espaço não reproduziria [a] visão do espaço como um elemento exterior que oferece as potencialidades ao desenvolvimento humano?”.

Com objetivo de desenvolver uma primeira aproximação que permita desvelar as potencialidades dos argumentos da ontologia lukacsiana para a Geografia e, igualmente, das potencialidades da categoria espaço substanciada por esses argumentos para a ontologia marxista, centraremos esforços de diálogo com as contribuições apontadas ao tema por Harvey (1980), Martins, E. (2014) e Moreira (2000, 2004, 2011, 2012).

Desse diálogo com as propostas supracitadas, partiremos para fundamentar novos caminhos para uma proposta de construção de um movimento reflexivo acerca da ontologia, em particular da ontologia lukacsiana, na Geografia. Nesta direção, o item que se segue apresenta os pontos de partida e as pretensões e limites da nossa proposta.

2.4. A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA ENQUANTO MOVIMENTO DE RECORTE DO TEMA

Dentre as propostas recentemente publicadas a respeito da temática da ontologia do espaço, a necessidade de retomar e refazer o esforço principiado por Silva (1988) de construção de um trajeto entre Filosofia e Geografia por meio da ontologia é expressa nas reflexões de Moreira (2004, 2011, 2012) e Martins, E. (2014), que assumiremos como ponto de partida para o aprofundamento e recorte do tema.

A apropriação se realiza ensejada pelo movimento reflexivo que consideramos fundamental em Moreira (2011, 2012), o qual consiste em sobrepensar a pertinência do debate que problematiza a dualidade ou a dicotomia entre espaço e homem concebida na modernidade, concepção fundada, embora não exclusivamente, nas perspectivas desenvolvidas por Decartes e Newton.

À problematização do autor revestiremos, posteriormente, novas perspectivas de objetar e ponderar as dualidades e dicotomias que desintegram potenciais reflexões que evidenciem que determinadas diversidades não constituem nenhuma impossibilidade de integração a uma unicidade real, ou que a fragmentação das ideias ao se apropriar do movimento do real não coincidem com uma suposta fragmentação do real.

Retornando, entretanto, às reflexões de Moreira (2011, 2012), constata-se, de acordo com o autor, que a dicotomia entre homem e espaço se assinalaria a partir da geometrização do mundo, na qual não se considera que o corpo é espacial, mas que estritamente está no espaço, o que implica a concepção de uma recíproca externalidade entre homem e espaço,

sendo esse reduzido à localização dos entes físicos. Os entes físicos possuiriam um movimento mecânico constatado pela consciência (*res cogitans*) com auxílio da geometrização espacial (*res extensa*), na qual os corpos e os movimentos unicamente estão localizados e podem ser objeto da apreensão e do conhecimento pela consciência.

Há a separação, dessa forma, entre a: “*res extensa*, o espaço objetivo, puro e externo, e a *res cogitans*, o homem-subjetivo, homem-sujeito pensante, que se debruça e se indaga sobre si mesmo (penso, logo existo; existo porque penso) por meio dos objetos do espaço sobre o mundo externo-extenso que o circunda” (MOREIRA, 2012, p. 77).

A modernidade revela, a partir das implicações que instauram e decorrem dessa dicotomia, que o interesse em pensar o mundo parte de uma abstração espacial e recai nos entes físicos e nas possibilidades de manipulação dos mesmos pelo conhecimento científico e pela incorporação dos resultados advindos do conhecimento científico à reprodução e realização da economia capitalista.

Por conseguinte, o conhecimento, a consciência, o sujeito e, da mesma forma, os objetos a serem conhecidos, **não são espaciais, meramente estão no espaço**, por meio do qual podem ser observados e descritos pelo sujeito a partir dos atributos espaciais considerados externos, não integrantes à existência dos objetos. Esses atributos seriam os adequados estritamente à análise geométrica, portanto, a localização, a extensão e a distância. Dessa forma, reputa-se que:

todos os entes corpóreos, humanos e não humanos estão no espaço. Não são espaço. O espaço se torna uma externalidade radical. [...] O espaço é um já dado, um estar aí onde as coisas vão se alojar. O mundo é um grande modelo geométrico, a extensão. [...] O mundo não é espacial, está no espaço. O real é desespacial (MOREIRA, 2011, p. 138).

Como o espaço estritamente localiza os entes físicos, não constitui a existência dos mesmos. Nesta direção, o autor argumenta que essa concepção de espaço alheio à existência engendra o homem alienado do espaço e, por conseguinte, da constituição espacial da sua existência. “Pode-se estar sem ser. Pode-se ser sem estar. [...] Um estar e ser que [...] ontologicamente se desencontram” (MOREIRA, 2012, p. 78-79).

O homem alienado do espaço se aliena de si mesmo, alienações que são ao mesmo tempo resultado e condição para a padronização do espaço e do tempo na sincronização dos

lugares à reprodução capitalista. Por conseguinte, a naturalização do capitalismo como universalidade existente pela sua empirização universal no espaço (igualmente universal), sendo essa universal existência do capitalismo mediada pela abstração da técnica moderna que, por seu turno, é resultado da investigação do sujeito que possui enquanto objetivo a manipulação do objeto. Resultado, em resumo, do conhecimento científico moderno.

O autor afirma que isso implica o que denomina de “mal-estar espacial no fim do século XX”, e a empreitada de problematizar a questão aponta para a necessidade da relação entre ciência e Filosofia, entre epistemologia e ontologia, para que se realize, no plano da epistemologia:

a tarefa de superar a dicotomia sujeito-objeto e no plano ontológico, a da dicotomia essência-existência [como condição para pensar] a explicação do modo de estar espacial se explicitando através do clareamento do modo de ser do homem. O homem como ser espacial, por nele estar. O espaço como modo de estar, por o homem nele ser. O espaço se revela como uma condição espacial da existência do homem (MOREIRA, 2012, p. 63).

Objetivando edificar uma proposta que permita romper a dualidade entre homem e espaço, as contribuições de Moreira (2004) são relevantes ao sistematizar o que o autor identifica como diálogo das ontologias entre marxismo e Geografia apontando o conceito de “geograficidade” como fundamental à problematização ontológica na Geografia. A geograficidade é, para o autor, a condição espacial da existência do homem em qualquer sociedade, ou a existência (do ser social) em sua expressão espacial. É, de forma resumida, “o ponto ôntico-ontológico de tradução do metabolismo homem-meio no metabolismo homem-espaço” (MOREIRA, 2004, p. 33).

Essa tradução seria constituída pelo intercâmbio metabólico entre homem e natureza mediatizado pelo trabalho, que expressaria, por meio do metabolismo homem-espaço, condições espaciais de existência das sociedades. Dessa forma, conclui que a geograficidade “é o modo de expressão dessa essência metabólica — a hominização do homem pelo homem através do trabalho — em formas espaciais concretas de existência, [...] é a forma como a hominização enquanto essência do metabolismo exprime-se sua existência na forma do espaço” (MOREIRA, 2004, p. 34).

Martins, E. (2014) problematiza questões que evidenciam certa proximidade com as trabalhadas por Moreira (2012). O autor, a partir de análise e diálogo com as reflexões de

Armando Corrêa da Silva (SILVA, 1986b), retoma o debate acerca do “impasse aristotélico-kantiano”, que integra a Geografia desde as suas origens, e a necessária relação entre esse debate e a superação da entificação do ser visceralmente imbricada no supracitado impasse.

Posteriormente, o autor igualmente retoma o debate acerca da relação entre Filosofia e ciência ao desenvolver reflexão substanciada na questão apontada por Silva (1986a): “são as categorias entes lógicos ou ontológicos?”. Ademais, a partir das reflexões desenvolvidas no diálogo com Silva (1986a, 1986b), elabora proposta de enfrentamento ao debate da ontologia do espaço.

O “impasse aristotélico-kantiano” em Silva (1986), de acordo com Martins, E. (2014)³⁹, substancia-se na atribuição de necessária distinção entre as manifestações empíricas (objetos) e as propriedades existenciais dos objetos (espaço, tempo e movimento). Nesta direção, as categorias espaciais enquanto propriedades existenciais das manifestações empíricas, embora não independentes dessas manifestações, não podem ser confundidas com as mesmas. As manifestações empíricas, por seu turno, apenas são objetos quando há um sujeito e na relação com o sujeito. Na ausência do sujeito e, portanto, da relação com o sujeito, o objeto inexistente.

Objetividade e subjetividade afirmam-se a si mesmas mutuamente, uma mediante da outra. Mas repita-se: espaço, tempo e movimento são as manifestações do existir dos entes em geral. E, na sua existência, os entes em geral se postam a consciência como objetos, momento pelo qual será firmado seu ser mediante esta existência, e será este existir que fundará o ser dos entes em geral (MARTINS, E., 2014, p. 42).

O ser dos entes em geral, nesses termos, é a existência dos entes na qualidade de objetos, necessariamente, portanto, na relação com a consciência do sujeito, sendo a consciência o fundamento da existência dos entes e a essência dos mesmos. Martins, E. (2014) considera, à vista disso, que há dois momentos, o existir dos entes, por meio das suas propriedades existenciais, e a essência dos entes, o ser dos entes.

Essa fenda ineliminável possui, para o autor, três aspectos:

a) não confundir os entes em geral com o espaço (ou mesmo com o tempo, ou o movimento); b) não dar autonomia ao espaço diante da necessidade de

39 Martins, E. (2014), considera, corroborando com os argumentos de Moreira (2011, 2012) que apresentamos, que esse impasse é fundamentalmente cartesiano.

compreendê-lo, pois espaço, assim como o tempo, são relativos ao movimento, e o movimento é relativo aos entes em geral; c) sendo espaço e tempo categorias relativas ao movimento dos entes, o movimento representa a dimensão do existir dos entes, ou seja, espaço e tempo são as formas do existir. E, como dito, reitera-se que existir não se confunde com o ser dos entes, ainda que em estreita e fundamental relação (MARTINS, E. (2014, p. 43).

Prosseguindo, o autor enfatiza que o movimento, enquanto propriedade existencial articulado ao espaço e ao tempo, quando submetido à geometrização cartesiana, apresenta a consequente limitação da apreensão geométrica do movimento à quantificação do deslocamento no espaço e no tempo.

A supracitada limitação, provinda da geometrização, se consuma fundamentalmente ao demarcar a impossibilidade de apreensão do “movimento qualitativo, [...] substantivo ao ser dos entes, ou melhor, essencial a estes. [Pois] não é possível se observar o existir dos entes no sentido daquilo que é determinante do ser. [Isso implica indagar] sobre a entidade do ente, supondo estar identificando o ser deste ente” (MARTINS, E., 2014, p. 44), o que resulta em **entificação do ser**. Esta, aqui, contudo, sem identidade com a crítica elaborada por Reis (2009, 2012, 2013).

Ao tratar da indagação acerca de serem as categorias enquanto entes lógicos ou ontológicos, o autor afirma que Silva (1986a) realiza um movimento ontogenético que identifica “a gênese das categorias partindo do ato primeiro da condição do homem frente a natureza [quando, para o homem] o ato de produzir sua sobrevivência é o mesmo que produz sua humanidade, e neste momento funda a existência” (MARTINS, E., 2014, p. 45).

A diferença entre ser e ente, para o autor, se constitui na relação entre o homem enquanto sujeito e os entes enquanto objetos. Na relação a constituição do sujeito se realiza na apropriação subjetiva do objeto, que, indissociavelmente, autodesigna o homem (sujeito) e o ser do ente (objeto). Ao acentuar a relação, Martins, E. (2014) aponta a possibilidade da centralidade do trabalho no debate ontológico.

O acento na relação, igualmente, encaminha a posição do autor para responder a indagação acerca das categorias serem entes lógicos ou ontológicos, na medida em que a concepção ontogenética das categorias expressam que a gênese dessas é, simultaneamente, lógica e ontológica, expressão da simultaneidade gênese do sujeito e do objeto na relação. Dessa forma, “não se defende a primazia de nenhum dos lados, tanto do sujeito quanto do objeto, e sim sua *relação* de simultaneidade” (MARTINS, E., 2014, *grifo no original*).

Nesta direção, o autor considera que a relevância do espaço e da Geografia no debate ontológico que acentua a relação entre sujeito e objeto reside no enfatizar que:

o ser está, e somente é o que é por estar onde está, por ser o “estar” construção sua enquanto dimensão do seu existir. Veja-se aqui o quanto o existir do homem numa Geografia representa um pensamento geográfico. A humanidade do homem se realiza em uma Geografia determinada, significando uma interdependência irremovível (MARTINS, E., 2014, p. 47, *grifo no original*).

A partir das considerações acerca dos argumentos do autor, depreendemos que na relação fundante do ser entre sujeito e objeto reside um conjunto complexo de simultaneidades indissociáveis, fundadas na indissociabilidade primeira entre sujeito e objeto. Dessa, descendem a simultaneidade entre lógica e ontologia, consciência e existência, ser e estar, dentre outras.

À vista disso, depreendemos que o ser do homem não dissociado do estar expressa a existência do homem em uma Geografia, e a indissociabilidade entre a consciência e a existência expressam, por conseguinte, que a existência do homem em uma Geografia é simultânea à consciência dessa, o que representa a necessidade de um pensamento (consciência) geográfico simultâneo a uma existência geográfica.

A apreensão da indubitável relevância da relação no interior da proposta de Martins, E. (2014) para a reflexão ontológica é, certamente, uma contribuição valiosa. A exposição do presente texto, sobretudo no Capítulo 2, evidenciará que a nossa proposta incorpora a relação enquanto fundante da essência e da existência.

No entanto, tornará evidente, igualmente, que a incorporação se realiza em termos precipuamente distintos, sobretudo no que tange à simultaneidade entre sujeito e objeto no sentido de simultaneidade entre consciência e existência, ou seja, na desconsideração da primazia da existência.

Dessa forma, depreendemos que na proposta desenvolvida por Martins, E. (2014), há uma relação de identidade entre sociedade e ser — ao mesmo tempo em que o autor enfatiza a pertinência da diferença ontológica da ontologia heideggeriana (HEIDEGGER, 2002a, 2002b) —, na medida em que a essência dos objetos se constitui na simultânea relação que constitui o sujeito.

Sem pretensão de ignorar ou desconsiderar a importância das demais contribuições⁴⁰ desenvolvidas na reflexão de Martins, E. (2014), nos deteremos, para além do exposto, em duas questões prementes ao diálogo e debates no interior da nossa proposta. Fundamentalmente as que aprofundam o ponderoso significado da relação.

O autor fundamenta o argumento da essência do ente no fora-de-si, na relação com-o-outro, na reflexão dos Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844 de Marx (2004), quando Marx, ao expor em breve quantitativo de parágrafos questões acerca do ser, enfatiza, dentre outros aspectos, que um ser deve possuir necessariamente a sua natureza fora de si. “O ‘fora de si’ é ‘para o outro’. Eis a relação” (MARTINS, E., 2014, p. 49, *grifos no original*)⁴¹.

É importante salientar porque esse argumento e o seu fundamento integram o ponto de partida da nossa proposta. Considerando a crítica da entificação social do ser, o argumento remete a que, se a essência reside na relação — na medida em que o ser possui sua natureza fora de si — e não no ente, há, em Marx (2004), potencial para a reflexão acerca da diferença ontológica entre ser e ente, ou seja, para a crítica da crítica da entificação social do ser.

Outra questão desenvolvida pelo autor, e que retomaremos posteriormente, trata da historicidade da essência na sociedade, enfatizando que a relação entre sujeito e objeto enquanto essência dos entes expressa a impossibilidade de uma essência fixa e imutável. Acerca dessa questão, Martins, E. (2014, p. 50), afirma possuir posição “radicalmente histórica e geográfica, na medida em que reconhecemos que os entes são o que são em razão de onde estão e em que momento estão, no curso da existência do homem. E é nesses termos que o contexto persegue a finitude do relativo, fugindo do infinito transcendental e absoluto”.

É pertinente também considerar a posição de Harvey (1980, p. 256) que, ao tratar da perspectiva marxista da ontologia e da epistemologia, aponta que:

40 Dentre essas contribuições, destacamos a crítica da limitação do movimento aos fundamentos geométricos que permitem estritamente identificar e quantificar o movimento dos entes, o que ignora a essência enquanto relação, remetendo ao tratamento da essência dos entes aos próprios entes, por conseguinte, entificando o ser.

41 Trataremos das mesmas reflexões de Marx (2004) no item “3.4. ‘O Crepúsculo dos Ídolos’ (Movimentos I-III): Crítica da Crítica da Entificação Social do Ser na Ontologia do Espaço Geográfico”. Nossos elementos de conclusão, no entanto, serão distintos, apesar de reafirmar a correção da afirmação de Martins, E. (2014), de que Marx (2004) está tratando da relação.

na obra de Marx a ontologia e a epistemologia estão relacionadas. O conhecimento é visto como uma parte da experiência humana e como decorrendo da prática humana [...]. A consciência e o conhecimento são produtos de uma situação social. Mas, obter conhecimento é atividade produtiva; é por isso visto como parte daquele processo mais geral pelo qual a sociedade é transformada.

Para o autor, no pensamento marxista o processo de conhecimento deve ser compreendido a partir da ontologia, considerando que conceitos e categorias não possuem existência independente, apartada da realidade e, conseqüentemente, estritamente ideal. Em outros termos, não são abstrações universais concebidas intelectivamente mas determinações da existência, do que existe. Determinações que, por seu turno, são fundadas (e fundadoras) em uma determinada situação histórica.

A pertinência da relação é explicitada, pois ao compreender a sociedade enquanto uma totalidade, a partir de Marx, Harvey (1980) enfatiza que cada parte necessariamente se encontra em relação com a base econômica da sociedade. O autor afirma, ainda, que a transformação da totalidade, para Marx, reside nas contradições que se encontram dentro e entre as partes, ou seja, nas relações entre as partes.

Partindo dessas contribuições, nossas intenções se consolidam nas possibilidades de relações entre as reflexões epistemológicas da ciência geográfica e as problemáticas ontológicas, ambas substanciadas por constructos do pensamento marxista. Dessa relação **pretendemos construir caminhos para uma crítica epistemológica fundamentada em argumentos ontológicos**, elencando o espaço enquanto categoria de mediação entre epistemologia da Geografia e ontologia, o que pretendemos que resulte na “substância” para a proposição de uma teoria espacial.

No âmbito da ontologia, ressalta-se, nossas intenções escapam à retomada dos candentes e profícuos debates construídos na história da Filosofia, na medida em que nossas apropriações são orientadas por pressupostos constituídos na concepção ontológica marxista. Esses pressupostos se situam no movimento de recorte do tema no qual as nossas intenções e preocupações emergem com maior clareza.

No intento da construção do recorte, partimos da afirmação de Moreira (2000), ao esclarecer que, embora as reflexões de âmbito ontológico tenham se estabelecido no movimento de renovação crítica da Geografia com fundamentos do pensamento marxista e possuindo a categoria “trabalho” como primordial, a produção social do espaço “nunca aparece [...] como um processo da hominização do próprio homem” (MOREIRA, 2000, p. 39).

Isso significa a inexistência dessa reflexão mesmo quando a produção social se apresentou em relação de identidade com a produção do espaço, sintetizada na máxima “produzir é produzir espaço”.

Retomando a noção de geograficidade de Moreira (2004) — o que não implica incorporar a mesma à elaboração da nossa concepção — a partir da constatação da ausência do espaço no debate do processo de hominização do homem, podemos estabelecer um caminho profícuo para uma reflexão geográfica.

O caminho previamente apontado por essa reflexão põe como tarefa investigar: em que termos a existência do ser social em sua expressão espacial se conforma enquanto movimento de realização da humanização do ser, em que termos a humanização se realiza no processo de produção da expressão espacial do ser social, em que termos a humanização enquanto expressão de uma nova esfera de ser permite constituir problematização e apreensão em relação com o processo de produção social do espaço, o que aponta para pensar o espaço, portanto, enquanto expressão das formas de ser e determinações da existência do ser social.

Esse caminho de reflexão é o **movimento de recorte** que objetivamos realizar na temática da ontologia do espaço, ao procurar relacionar a produção do espaço pelos homens com a sua existência, o que eles são, o que nos remete à compreensão de Marx; Engels (2001, p. 11, *grifos no original*), quando os autores afirmam que:

a maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o *que* eles produzem quanto com a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção.

Nesse movimento de recorte construído, delimitaremos as **perguntas de partida** da pesquisa. Para tanto, precede, porém, esclarecimentos iniciais acerca do aporte filosófico e teórico enquanto pressuposto para a construção dos movimentos de aproximação, recorte e análise do objeto, a categoria espaço.

Nesta direção, o esforço reflexivo proposto será substanciado nas (in)consistências e (in)coerências de uma teoria espacial assentada na integração da categoria espaço ao arsenal categorial e argumentos da ontologia do ser social (LUKÁCS, 1976-1981, 2010, 2012, 2013)

proposta pelo filósofo húngaro György Lukács (1885-1971).

2.4.1. Considerações a Respeito dos Fundamentos da Ontologia Lukacsiana

A ontologia lukacsiana é a última grande obra do autor, com publicação póstuma, tendo como principal mérito ser a primeira a destacar o caráter ontológico do pensamento de Marx, contribuindo decisivamente para o debate ontológico para além das concepções e argumentos idealistas e metafísicos. Desse modo, a ontologia lukacsiana constitui uma obra que destoia das reflexões marxistas no século XX, pois que essas se encontravam centradas no debate estritamente lógico-gnosiológico (LESSA, 2002; OLDRINI, 2002; PAULO NETTO, 1978, 1983; TERTULIAN, 1996, 2009, 2011a, 2011b; VAISMAN, 2007).

Vaisman (2007) aponta que o século XX enfrentou o pensamento de Marx a partir do padrão gnosiológico imperante na modernidade, supondo que o mesmo era compatível com tal abordagem assentada nos pressupostos de cientificidade correntes, no qual a cientificidade repousa e tem que repousar sobre algum tipo de fundamentação gnosiológica (teoria do conhecimento, lógica ou epistemologia).

A respeito do supradito distar da ontologia o desenvolvimento das reflexões marxistas, Oldrini (2002) sublinha a desqualificação que sentencia o interditar da metafísica nas proposições da Filosofia moderna e, por conseguinte, declara uma crítica dilacerante aos impulsos de referência ou produção de investigações deliberadas a erigir e discorrer problemáticas dessa natureza.

Outrossim, o autor assinala ainda a progressiva retomada dos debates ontológicos se realiza por autores envolvidos a perspectivas destoantes ao marxismo, como Husserl e Heidegger, encontrando em Hartmann condições para o divórcio com o render-se a tentação de incorrer no deduzir aprioristicamente por critérios puramente racionais as categorias de apreensão da existência realidade.

Analisando o destoar da proposta lukacsiana a partir do correspondente embargo ao recebimento da obra, Vaisman; Frotés (2012, p. 18), argumentam que:

o destino funesto a que foi condenada revela-se com clareza na tênue repercussão desses últimos escritos no pensamento do século XX. Essa fatalidade a que se viu submetida possui pelo menos dois motivos principais: por um lado, [...] surge na contramão das tendências filosóficas do século, na medida em que quer repor a necessidade da reflexão ontológica em um mundo dominado pelo debate lógico-epistemológico; por outro, a publicação integral de sua obra aparece em um momento extremamente desfavorável, pois coincide com a implosão do Leste europeu e, conseqüentemente, com a tão decantada derrocada do pensamento marxista em geral (VAISMAN; FORTES, 2010, p. 18)

Isso posto, se torna compreensível o preterir dos direcionamentos ontológicos e, igualmente, a predominante e notória desconfiança devotada ao recepcionar do projeto ontológico lukacsiano no campo marxista. Oldrini (2002) indica que esse caráter idiossincrático da inclinação proposta apresentada define uma virada no marxismo e, considerando um expressivo conjunto de obras da trajetória intelectual de Lukács, uma virada para o próprio pensamento autor, não significando, contudo, um movimento fecundado pelo imprevisto mas manifestado de modo germinal e marginal em momentos que se conformam em elementos preparatórios.

No percurso do pensamento de Lukács se constata uma considerável divergência no que se refere a sua posição filosófica, o que implica dificuldades para a pretensão de estabelecer o fixar do cerne teórico das obras lukacsianas de acordo com as polêmicas em torno da interpretação conferida as continuidades e descontinuidades de seu pensamento. Vaisman (2007) sublinha que se configuram, nesta direção, inclusive, as teses de que o verdadeiro Lukács corresponde ao das obras da sua juventude e que a fase de maturidade da sua obra, a fase intelectual e política rigorosamente marxista, constituiria uma involução no seu pensamento.

Em relação a esse candente debate, Vaisman (2007) considera que se expressa uma profunda autocrítica em Lukács, pois o mesmo possuía uma produção intelectual reconhecida e difundida, sendo suficiente para reverenciar a obra de qualquer autor. Apesar disso, Lukács se desfaz de posições fulcrais que sustenta nessas obras ao iniciar um percurso intelectual fundado em bases irreconciliáveis com sua produção pretérita, o que representa, de algum modo, uma crítica às obras precedentes produzidas pelo próprio autor, em resumo, uma autocrítica.

Procurando nos textos de especialistas acerca da biografia de Lukács, Vaisman (2007) indaga a respeito do ponto em que se define em Lukács a adesão ao marxismo, sendo considerado com certo consenso a década de 1930. Nesse momento, no entanto, não se

constata a presença de indicações a alertar para a iminência ou relevância de um projeto ontológico. A autora procura estabelecer o elemento de ligação entre a “Estética” lukacsiana com a sua obra derradeira, a Ontologia, considerando que Lukács nutria desconfiança pelo próprio termo, essencialmente pela conotação que o mesmo possuía na obra de Heidegger (2002a, 2002b), e sua impressão muda com o acesso a outros direcionamentos propostos ao tratamento ontológico, sobretudo os delineados por Niolai Hartmann (1954-1960).

De acordo com Tertulian (2011b), o movimento da aproximação de Lukács direcionado ao pensamento de Hartmann se realiza tardiamente. Embora houvesse de fato um breve conhecimento a respeito das reflexões desenvolvidas pelo pensador alemão, esse conhecimento conforma uma apreensão com razoável imprecisão e manifestando reconhecido distanciamento. Diante disso, depreende-se que o princípio do movimento de aproximação a realizar precisamente um caráter efetivo para deflagrar o fundamentar de repercussões decisivas ao constructo intelectual de Lukács, se confirma no momento de conclusão da “Estética”, no princípio da década de 1960, quando o pensador húngaro se encontrava com 75 anos.

O autor considera que nesse momento as obras fundamentais de Hartmann que dedicam tratamento à ontologia conferem acentuado relevo aos problemas e à produção intelectual de Lukács, o que se afirma, fundamentalmente, com a passagem ao uso do conceito de ontologia desprovido da conotação pejorativa empregada anteriormente nos escritos das décadas precedentes. Tertulian (2011b, p. 11) considera que:

A leitura desses livros de caráter ontológico foi, para Lukács, uma espécie de revelação. Ele descobria, não sem arrebatamento, um pensador que produzia argumentos críticos de grande pertinência contra a fenomenologia de Husserl e de seus discípulos, contra o neopositivismo e o pragmatismo, e sobretudo contra a analítica existencial e o pensamento do ser de Heidegger. Hartmann tornava-se um aliado de peso em seu próprio combate filosófico.

No que se refere ao reconhecimento do princípio do projeto, Oldrini (2002) declara que a reflexão concernente a ontologia no pensamento de Lukács desperta enquanto um conjunto de esclarecimentos necessários para compor a introdução de outro projeto, de uma “Ética” marxista. O projeto da ontologia lukacsiana, portanto, se configura imediatamente subsequente a conclusão da investigação da “Estética” em 1960, e assume um caráter autônomo no decorrer do seu desenvolvimento original, na qualidade de introdução ao

projeto de uma “Ética”, conforme constatado em correspondência destinada ao seu editor em 1964. A conclusão do texto se realiza em 1968, quando Lukács redige uma síntese introdutória à obra — os Prolegômenos (LUKÁCS, 2010) — e promove a preparação de uma série de ajustes e adequações que prosseguem até o seu falecimento, em 1971. Ademais, o autor sustenta que:

a ordem cronológica da elaboração das duas obras contradiz a ordem lógica dos seus nexos internos. Uma concepção de arte como a que Lukács está elaborando na *Estética* pressupõe a existência — ainda que apenas latente, ainda não plenamente esclarecida — de uma ontologia social que a sustente e a justifique (OLDRINI, 2002, p. 72).

Nas reflexões ontológicas de Hartmann, conforme assinala Tertulian (2011b), se constata diversas questões retomadas por Lukács, dentre as quais consideramos pertinente destacar: (1) a crítica incisiva à tradição dualista no tratamento da ontologia, que subordinam o mundo fenomenal a uma unificadora projeção teleológica e finalista do real que configuram e expressam uma determinada lógica à qual os fenômenos se encontram submetidos; (2) a abordagem fundamentada estritamente no mundo fenomenal ao tratamento de questões metafísicas.

Essa última é pertinente à crítica lukacsiana da separação irreconciliável entre ciência e metafísica realizada pelo neopositivismo, destinando um conjunto expressivo de questões ao tratamento religioso e a ausência de relações dessas com o mundo fenomenal objeto da investigação científica. Apartar, no entanto, que permite não somente a convivência entre ciência e religião, na medida em que não interroga para além dos princípios práticos e utilitários dos fenômenos, mas igualmente desqualifica o que extrapola os severos limites da ciência e reafirma as dualidades e seu caráter irrevogável.

Na direção do desenvolvimento desse projeto por Lukács, Tertulian (2011b) reconhece outra relevante coincidência entre Hartmann e Lukács, na medida em que ambos consideram que uma ontologia do ser social (do sujeito em Hartmann) remete à necessidade de uma teoria geral do ser e das suas categorias.

A discorrer ponderações a respeito da mudança do conceito de ontologia na trajetória do pensamento de Lukács, Paulo Netto (1979, p. 70-71, *grifos no original*) afirma que no trecho final do percurso intelectual a concepção de ontologia passa a expressar “não

um saber com conotações ou matrizes meta-históricas, mas a própria efetividade do modo de ser, produzir e reproduzir-se da realidade. Mais exactamente: *a ontologia é a modalidade real e concreta da existência do ser, a sua estrutura e movimento*”.

A partir dessa concepção, a Ontologia do Ser social, última obra do autor, de acordo com Vaisman; Fortes (2010, p. 17), possui ainda maior especificidade no pensamento marxista pois é a obra que, a partir desse pensamento, “contra o predomínio manipulatório a que se viu reduzida a ciência no mundo do capital, a ontologia recoloca o problema filosófico essencial do ser e do destino do homem”, constituindo um movimento reflexivo com elementos que corroboram com nossas preocupações e perspectivas.

A aproximação proposta por Lukács do marxismo em direção à ontologia revela a supradita especificidade sobretudo por ser objeto e motivo de estranheza, tornando-o “alvo da indignação dos marxistas dogmáticos, [...] por ter tentado mostrar que a ontologia enquanto ciência do 'ser enquanto ser', e não a epistemologia ou a lógica, oferece o verdadeiro fundamento de um pensamento materialista da natureza e da sociedade” (TERTULIAN, 2011b, p. 19).

Considerando a especificidade do pensamento de Lukács, Tertulian (2009) aponta que o objetivo do autor:

era demonstrar como a diferenciação progressiva da vida social em uma multiplicidade de complexos heterogêneos se enraíza [na] atividade originária que é o trabalho, [constituindo] uma interpretação genético-ontológica do ser [na qual] cada categoria é vista em seu surgimento histórico e na sua função específica na economia do ser.

De acordo com Tertulian (2009), as duas obras sínteses do pensamento de Lukács, a *Estética* e a *Ontologia do ser social*, apresentam um tratamento metodológico que aponta para caminhos fecundos às reflexões de problemas relevantes à Filosofia. A singularidade metodológica reside no caráter ontológico que Lukács confere ao evidenciar na gênese do ser social as categorias que fundam descontinuidades qualitativas em relação às esferas de ser da natureza inorgânica e orgânica.

De posse dessas categorias fundantes, Lukács procura estabelecer a complexificação e desenvolvimento do ser social a partir da emergência de categorias puramente sociais que revelam o movimento de complexificação do ser social, “indicando as transições e

mediações, até circunscrever a especificidade de cada uma em função do papel que desempenham na fenomenologia da vida social” (TERTULIAN, 2009, p. 376). Nesta direção, seu método singular é constantemente denominado de “ontológico-genético”.

A respeito da unidade das duas obras sínteses, Oldrini (2002) considera que a ordem cronológica da redação da *Estética* e da *Ontologia do ser social* pode ocultar que na *Estética* a concepção de arte elaborada pressupõe a sustentação de uma ontologia, ainda que não plenamente desenvolvida. A relevância atribuída ao realismo, a título de exemplo, decorre da potencialidade da arte de revelar as forças motrizes do desenvolvimento social na constituição dos sujeitos, seus conflitos e suas ações, quando a “representação do destino dos indivíduos adquirem força e alimento do reconhecimento de seu pertencimento à totalidade, de sua recondução ao quadro unitário da realidade em movimento” (OLDRINI, 2002, p. 57).

Outra questão de profunda relevância é que na ontologia Lukács procura demonstrar como as rupturas que implicam o salto das novas esferas de ser expressam além dessas discontinuidades, igualmente continuidades, que corroboram com a concepção de que a unidade geral do ser não suprime a heterogeneidade das esferas de ser no interior dessa unidade.

A obra é construída integrando todas as categorias sociais e os seus processos de complexificação assentadas no par categorial teleologia-causalidade, que funda uma nova objetividade e revela o papel genético do trabalho na sua prioridade ontológica na constituição do ser social. O par categorial teleologia-causalidade igualmente permite um repensar a relação entre sujeito e objeto de forma unitária, em que pese as especificidades, revelando que o desenvolvimento do ser passa pelo desenvolvimento de suas capacidades subjetivas e objetivas. Ou seja, as objetivações mais complexas se realizam tendo por fundamento a relação sujeito-objeto constituída no trabalho.

Nesse movimento ontológico-genético de complexificação das objetivações mediadas pelo desenvolvimento de categorias puramente sociais, Lukács evidencia como o movimento da totalidade social não é redutível à categoria fundante (ao trabalho) e, ao mesmo tempo, demonstra como as categorias do pensamento de Marx encontram-se ontologicamente fundadas e expressam formas de ser e determinações da existência do movimento de desenvolvimento do ser social.

Nesse movimento, Lukács também recupera a *dýnamis* aristotélica, integrando a concepção de potência e ato ao par teleologia-causalidade, o que evidencia o

desenvolvimento histórico do ser social fundamentado na dinâmica da relação sujeito-objeto, expressando, por conseguinte, o peso ineliminável das decisões alternativas dos homens na história da sociedade. Nesta direção, a ontologia lukacsiana recoloca os homens como demiurgos da sua história e da essência do seu ser com seu caráter irrevogável de historicidade.

Lessa (1996) discorre acerca da relação entre ser e essência na história da Filosofia, conferindo maior atenção às concepções instauradas a partir da modernidade. Com base na análise dessas concepções, o autor aponta que, em que pese as diferentes formas de concepção da natureza humana e como essa natureza condiciona a vida social, esta natureza é tomada como um “dado” natural e não como um produto dos atos humanos.

Não sendo fundada por atos humanos, não é possível a sua modificação pelos referidos atos, uma vez que essa natureza é dada de uma vez para sempre, portanto, possuindo forte caráter a-histórico que podem ser conformadas pela história humana, uma vez que nela residem as determinações essenciais do ser humano, a própria essência do ser.

A partir dessa análise de identidade nos argumentos de diferentes autores, o Lessa (1996) apresenta na ontologia lukacsiana uma inovação explicitada na articulação entre ontologia e historicidade, construída na releitura das determinações estabelecidas entre essência e fenômeno na constituição e desenvolvimento do ser social.

De acordo com o autor, na ontologia lukacsiana é possível observar que a essência e fenômeno possuem a mesma realidade, de forma que ao lado das determinações da essência sobre os fenômenos — apontadas nos debates tradicionais — há uma outra dos fenômenos sobre o desenvolvimento das determinações essenciais, de modo que no ser social o mundo dos fenômenos não pode ser considerado um simples produto passivo do desenvolvimento da essência. Nesta direção, na relação essência-fenômeno há um influxo sobre o progresso objetivamente necessário da essência.

Esse influxo possui dois fundamentos na ontologia lukacsiana:

(1) o primeiro é que o fenômeno é a base real das posições teleológicas e, portanto, a evolução do mundo imediato exerce uma ação efetiva sobre as objetivações futuras;

(2) o segundo é o fato de o real ser a síntese do essencial e do fenomênico e, ao agir sobre um, os atos humanos impulsionam o desenvolvimento também do outro.

Para Lukács a essência é a base do ser social, mas base enquanto possibilidade objetiva que, se enquanto possibilidades não forem realizadas e atualizadas, não haveria processo histórico. Assim, a essência tem que transpassar em fenômeno e as possibilidades devem se particularizar, sendo algumas delas concretizadas e outras negadas pelas alternativas transformadas em atos pelas posições teleológicas objetivadas na imediaticidade do mundo dos homens.

A partir dessas questões, Lessa (1996) aponta que o que distingue a essência do fenômeno em Lukács não é a ausência de historicidade da essência, mas o fato de as determinações essenciais serem os traços de continuidade que compõem a unitariedade do processo social, sendo fenomênicos os traços responsáveis pela diferenciação que faz de cada momento no interior do processo um momento único. Dessa forma, as mediações que promovem esta particularização substanciam a esfera fenomênica, e essas mediações, por seu turno, são atualização das potencialidades inscritas no campo de possibilidades que substancia a essência.

A condução de todas as reflexões empreendidas na ontologia lukacsiana a respeito da esfera de ser do ser social são integradas e alicerçadas a/na atividade fundante, no complexo categorial que expressa a forma de ser, concomitantemente, da distinção qualitativa e das inexoráveis relações dessa com as partes e a totalidade do ser.

O intercâmbio da sociedade com a natureza, à vista disso, é reafirmado como uma dinâmica imanente e insuprimível da realidade social mas que, contudo, os constrangimentos e limitações que a natureza impõe, inclusive os que residem na reprodução biológica dos indivíduos componentes da sociedade, são mediadas por categorias e objetividades sociais que, igualmente dinâmicas, desenvolvem e complexificam a dinâmica e as contradições da relação da sociedade com a natureza.

Isso expõe elementos que elucidam a afirmação que identifica o movimento de complexificação do ser social com o movimento de recuo das barreiras naturais, realizados permanentemente — contudo, desprovidos de imutabilidade, ou não haveria exequibilidade ao recuo, tanto em ato quanto em potência — na relação entre o ser social e o ser da natureza (inorgânica e orgânica). Em outros termos, nas relações que integram e desenvolvem a totalidade social e nas relações entre a totalidade social e a totalidade da unidade e da diversidade do ser geral.

Natureza e sociedade, sujeito e objeto, essência e fenômeno, ser e ente, são

retrabalhados por Lukács não estritamente para explicitar as diferenças mas, tal-qualmente, para evidenciar como essas diferenças constituem ontologicamente uma unidade no real, no ser-precisamente-assim-existente. Sendo a realidade a unidade da diversidade, as categorias enquanto formas de ser e determinações da existência necessariamente devem expressar no âmbito da reprodução ideal as formas efetivamente-existent das categorias.

2.4.2. A Problemática:

Justificativas, Limites e Pretensões de Contribuição ao Tema

Em vista do por ora exposto, consideramos legítima e profícua a aproximação entre ontologia e epistemologia da Geografia. Na aproximação proposta, conduziremos a relação fundamentando o esforço dos nossos movimentos reflexivos entre a ontologia lukacsiana e a Geografia. Precipuamente partindo das indagações suscitadas pelas contribuições de Harvey (1980), Martins, E. (1998, 2003, 2007, 2009, 2014) e Moreira (2000, 2004, 2011, 2012), o esforço reflexivo se realizou por meio do direcionamento a uma **interpretação ontológico-genética da categoria espaço, investigando a sua relevância e constituição na atividade fundante do ser social, o trabalho, e no processo de desenvolvimento e complexificação do ser social.**

A compreensão do trabalho na gênese do ser social não pode, no entanto, ser considerada evidente. Faz-se necessário que a exposição do texto realize a incumbência de clarificar, de elucidar a gênese do ser social. Posteriormente, é mister à investigação partir do trabalho e da gênese para analisar, para fundamentar ontologicamente o ensaio para uma teoria espacial, assinalando como no decorrer do processo de desenvolvimento da história humana o espaço expressa as determinações do ser social e, ao mesmo tempo, impõe determinações à existência e ao desenvolvimento do ser social.

A proposta, nesta direção, implica objetar e ponderar a respeito da dicotomia entre homem e espaço evidenciada por Moreira (2011, 2012) e Martins, E. (2014), a dicotomia que é velada e desvelada na noção de “diferença ontológica” (HEIDEGGER, 2002a, 2002b) e constitui o fundamento da crítica da entificação social do ser, trabalhada na Geografia por Reis (2009, 2012, 2013) e Calçavara (2013), e os problemas que se manifestam no âmbito da subjetividade na reprodução do indivíduo e da sociedade moderna reconhecidos com maior

ênfase nas proposições das perspectivas pós-modernas da Geografia, a exemplo de Marandola Jr. (2012).

A partir do escopo temático apresentado, as indagações que orientam as nossas reflexões podem ser sintetizadas nas seguintes **perguntas de partida**:

(1) Em que termos é pertinente à reflexão epistemológica na Geografia a relação com reflexões, argumentos e categorias do conhecimento filosófico?

(2) No âmbito do debate acerca da categoria espaço na Geografia, em que termos é relevante que esse debate seja fundamentado na reflexão ontológica marxista e, particularmente, em argumentos e categorias da obra “Ontologia do Ser Social” de György Lukács?

(3) Em que termos, a partir da ontologia lukácsiana, as categorias que expressam as distinções qualitativas do ser social frente as demais esferas de ser podem ser pensadas em relação com o processo de produção social do espaço, sendo o espaço, portanto, expressão da forma de ser e determinações da existência ser social?

(4) De que forma as reflexões produzidas a respeito da relação entre ontologia e Geografia nas mais diversas perspectivas filosóficas apontam indagações, argumentos e elementos de conclusão que apresentam contribuições indubitáveis à formulação e ao desenvolvimento de uma problemática de pesquisa em conformidade com a temática da ontologia do espaço e fundamentada na ontologia lukacsiana?

(5) Em que termos o pensamento ontológico de Lukács permite desvelar potencialidades de apreensão da categoria espaço enquanto expressão e forma de ser das relações da gênese e do desenvolvimento e complexificação do ser social?

Oportuno reafirmar que o desenvolvimento de reflexões orientadas ao analisar e ao interpretar da história, categorias e conceitos de uma ciência se insere no escopo das preocupações de caráter epistemológicas. Dentre essas, consideramos relevante a análise das mais diversas perspectivas teóricas e fundamentos conceituais consolidados em determinada ciência ou a pertinência das relações existentes e/ou potenciais de determinada ciência com outras áreas do conhecimento científico ou, ainda, outras formas de conhecimento, a exemplo da Filosofia.

Nesta direção, a **investigação de natureza epistemológica justifica-se** pela

necessidade de análise da validade e capacidade de explicação das teorias e conceitos, sobretudo em relação às apropriações mediadas pelos últimos dos processos que se realizam e se reproduzem na realidade. É relevante, do mesmo modo, para apontar potencialidades por ora inexploradas, de acordo com avaliação da produção intelectual existente a respeito de determinado tema.

Em investigações com esse escopo se configura igualmente relevante a reflexão pautada na trajetória dos debates relacionados a uma determinada temática e das divergências e complementariedades das perspectivas que contribuiram/contribuem para o aprofundamento do conhecimento dirigidos ao tema, em outros termos, possui um caráter eminentemente historiográfico.

Na proposta ora apresentada, para além dos movimentos supracitados, a investigação **justifica-se** por delimitar, na produção intelectual a respeito da temática da ontologia na Geografia, horizontes para a investigação de novos contributos, com objetivo de proporcionar singelos aprofundamentos em determinado recorte do tema, substanciados por uma perspectiva filosófica específica.

À vista disso, a partir do recorte realizado, consideramos, como uma das **justificativas acadêmicas da presente pesquisa**, que a obra “Ontologia do Ser Social” de György Lukács não possui reflexão sistematizada entre os geógrafos ou mesmo movimentos de apropriação para o tratamento de categorias espaciais.

A supracitada ausência não implica, conforme evidenciamos no item precedente, na omissão de interlocuções para o tratamento da ontologia lukacsiana no debate do relacionamento entre ontologia e Geografia. No entanto, constata-se que a interlocução com a ontologia lukacsiana estritamente se constrói com fragmentos ou capítulos da obra e constitui fundamentos de maior ou menor relevância nos argumentos de restrito quantitativo de autores, ao que se acresce o fato da produção intelectual desses se realizar em momento precedente.

Consideramos, contudo, que a interlocução por ora empreendida na Geografia não se realizou de modo exclusivo com a proposta lukacsiana, na medida em que se constata referências e emprego de conceitos e noções que a coadunam, e em diferentes formas de articulação e composição, com concepções ontológicas desenvolvidas no âmago de outras perspectivas filosóficas e que, em questões fundamentais, podem apresentar divergências profundas e/ou irreconciliáveis.

Nesta direção, depreendemos que, nessas propostas, o enfrentamento do tema se fundamenta no conformar de certa unidade de diversidades de perspectivas filosóficas, o que manifesta distinção com a proposta de enfrentamento do tema desenvolvida no processo de investigação que realizamos, pois centrada na ontologia lukacsiana na condição de uma perspectiva específica, para o confronto com as possíveis potencialidades e limites ao debate da ontologia do espaço.

Ao evidenciar a supradita distinção de modo algum pretendemos insinuar o existir de qualquer superioridade valorativa ao enfrentamento do tema fundamentado na ontologia lukacsiana enquanto perspectiva específica. A pretensão reside estritamente na compreensão de ser justificado e pertinente evidenciar que esse percurso por ora não foi trilhado por completo nas propostas realizadas e, a partir das reflexões e dos ensaios suscitados por esse, se legitimam maiores elementos para analisar e ajuizar em que termos o percurso nos permite a apreensão de possíveis potencialidades do tema, por ora estritamente latentes.

Oportuno elucidar que embora a reflexão sistematizada da ontologia lukacsiana na Geografia não tenha sido desenvolvida de forma a explorar por completo as potencialidades presentes na obra, nota-se, contudo, que em outros campos do conhecimento, principalmente na Filosofia, sociologia, educação e serviço social, os anos recentes apresentam uma relevante e ascendente produção artigos, livros, teses e dissertações com reflexões centradas exclusivamente em aspectos, categorias e interpretações da ontologia lukacsiana. São exemplos dessas as pesquisas desenvolvidas por Costa, F. (2007), Costa, G. (1999, 2005), Fortes (2001), Lessa (1994), Lopes (2006), Sartori (2013), Semeghini (2000), dentre outros.

O expressivo e crescente interesse nos debates a respeito da ontologia lukacsiana demonstra o aprofundar da constatação na academia, em diferentes áreas do conhecimento, da pertinência de subsídios e direcionamentos ao tratamento de problemáticas contemporâneas e atuais no âmbito das reflexões desenvolvidas por Lukács e a atualidade da proposta empreendida pelo autor.

Reafirmamos, nesta direção, que permanece inexplorada e desconhecida substancial potencialidade de reflexões pautadas em problemáticas suscitadas nesse horizonte na Geografia, o que igualmente pretendemos, dentro dos nossos limites, contribuir para o encaminhamento de condições ao suprir. Igualmente importante, inclusive, para que a

Geografia não se conforme em prosseguir restringida ao se subsumir à integral dependência de reflexões construídas em investigações exógenas e/ou alheias ao desenvolvimento das suas categorias principais, que terminam incorporadas posteriormente sem contribuir efetivamente com a construção da reflexão, o que vulgarmente se considera que determinada ciência se encontra “a reboque” do debate.

Decerto, entretanto, que a produção acadêmica de geógrafos assentada em obras de autores marxistas indubitavelmente contribui para qualificar o desenvolvimento e aprofundamento analítico do tema, na medida em que o fundamental das reflexões e categorias são recorrentes aos pensadores marxistas, embora o tratamento em perspectiva ontológica possa, em certa medida, fundamentar as mesmas categorias com conceituação e relevância diferentes no desvelar o real, sobretudo pela necessidade do movimento ontológico-genético.

A investigação realizada igualmente evidencia o debate que concerne a relevância de categorias e argumentos ontológicos para proceder um movimento de reflexão e crítica epistemológica, em particular na Geografia e na categoria espaço. Aponta, do mesmo modo, para apropriações de elementos do conhecimento filosófico e as potencialidades de integração para reforçar questões atinentes aos aspectos gnosiológicos da ciência no apropriar-se da realidade.

Neste sentido, os resultados advindos da investigação podem contribuir para fomentar mediações entre Filosofia e epistemologia da Geografia, sugerindo profícuos esforços reflexivos pautados em (novas) categorias analíticas que permitam inferir a validade dos usos dos resultados e elementos de conclusão desenvolvidos, ou a própria validade das indagações construídas para o aprofundamento em outras perspectivas filosóficas no desenvolvimento da temática.

Em relação à **justificativa social da presente pesquisa**, na medida em que consideramos que a partir da relação entre Filosofia e epistemologia direciona-se para o ensaiar de uma teoria construída a partir dos fundamentos ontológicos, essa teoria potencialmente permite reconhecer e apontar para as necessidades e possibilidades objetivamente existentes e concretamente determinadas de transformação da realidade pela atividade prática e cotidiana do indivíduo em sociedade, o que evidencia o interesse e a relevância social da pesquisa.

Essas possibilidades de transformação devem ser existentes ainda que latentes, o que

expressa a necessidade do debate ontológico, ao mesmo tempo que reforça as possibilidades na qualidade de possibilidades concretas, afastando, por um lado, a noção que a história deve impreterivelmente se encaminhar para a realização dessas necessidades de transformação. Reconhecer o caráter efetivamente existente de necessidades e possibilidades objetivas, desse modo, não implica considerar a inevitabilidade da satisfação dessas necessidades⁴².

Deve-se afastar, por outro lado, as potencialidades efetivamente existentes apesar de não realizadas da noção pejorativa de utopia que atribui a definição de impossibilidade plena ou irrealizável, qualitativamente considerada enquanto ideia ou proposição saturada de disparates na medida em que desprovida de fundamentos reais e estritamente imaginada.

Dessa forma, consideramos que não se configura nenhuma fenda para a ideia de dualidade entre o interesse acadêmico e o interesse social da pesquisa mas, ao contrário, reafirmam a unidade na relação entre teoria e prática (práxis). Dessa forma, reconhecer a existência real de especificidades das relevâncias acadêmica e social não equivale a considerar o trabalho acadêmico alheio às candentes questões que integram visceralmente o movimento de reprodução da realidade social.

O escopo das intenções de pesquisa, expresso nas perguntas de partida, se delinea enquanto uma das diversas possibilidades de apreensão e problematização da produção social do espaço. Esse **movimento reflexivo se justifica** na medida em que refletir acerca da (re)produção do espaço é, antes de qualquer coisa, resultado da premência do estudo das questões espaciais em diversos campos do conhecimento científico, visto o papel de expressão que essas questões assumem em tempos hodiernos, com a mundialização do capital, a intensificação do fluxo de mercadorias e informações na produção, distribuição e consumo, o movimento de resistência ou revanche de determinados lugares ao processo de integração social, política, econômica e cultural, dentre outras questões.

Essas questões evidenciam que o espaço engendra problemáticas para as quais as análises adquirem paulatinamente mais complexidade e notoriedade, e isso porque o espaço produzido acentua a sua própria relevância na reprodução e realização das estruturas sociais e na produção, circulação, realização e acumulação do capital, mas igualmente nos significados, valores, experiências e identidades que integram o movimento de reprodução da vida cotidiana e das contradições dessa.

42 No desenvolvimento do capítulo subsequente essa questão será retomada e elucidada com maior propriedade.

Frente as transformações contemporâneas, depreende-se que o espaço concentra e expressa, com maior evidência, sobretudo materialmente, o conjunto de problemas e conflitos gerados e mantidos no bojo do processo de reprodução da sociedade. Neste sentido, é premente à investigação científica compreender os processos nos quais o espaço se insere e os que são por ele impelidos, realizados ou reproduzidos, sendo fundamentais pesquisas sob os mais diversos ângulos do processo de produção social do espaço e a partir de diferentes perspectivas analíticas, teóricas e epistemológicas.

Nesta rota, podemos constatar que, na atualidade, se demonstra crescente a relevância atribuída aos estudos que versam acerca das mais diversas questões impelidas pelas contradições e conflitos no processo de produção social do espaço. Essas têm sido constantemente examinadas por meio da análise de diversos estudiosos do vasto campo das ciências humanas e sociais e de outros campos de pesquisa interdisciplinares, a exemplo do planejamento urbano e regional, gestão e ordenamento do território, políticas públicas, desenvolvimento sustentável, dentre outros.

Dentre as ciências humanas e sociais, nota-se que a Geografia se qualifica a proporcionar uma apreensão diferenciada da realidade social com ênfase nas questões espaciais, pois análise da disciplina se constrói pautada e aderindo em si elementos e processos sociais e espaciais que se conjugam e se interpenetram indissociavelmente no movimento de (re)produção do espaço. Constrói-se, isso posto, a apreensão do espaço social enquanto uma totalidade articulada de processos sociais e espaciais, na medida em que o espaço geográfico “é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais” (SANTOS, 1996, p. 88).

As reflexões a respeito da alienação oriunda da dicotomia entre homem e espaço em Martins, E. (2014) e Moreira (2011, 2012) evidenciam a premência da problemática hodierna da relação entre espaço e sociedade. Consideramos que a alienação igualmente evidencia a necessidade de um esforço reflexivo pautado na produção do espaço e reprodução do capital e da vida cotidiana, sobretudo — pela imediatividade da expressão material —, embora não exclusivamente, na cidade contemporânea.

Em outros termos, a necessidade de crítica da reprodução da vida na cidade contemporânea, na medida em que a cidade se expressa enquanto base material que sintetiza o acúmulo do desenvolvimento histórico das potencialidades humanas na sua produção técnica, artística, científica, cultural, dentre outras, mas realiza em si um incontestável

processo de desumanização que, por seu turno, apenas pode se realizar consubstanciado pela humanização, integrante do processo de produção social do espaço.

Nesta direção, as problemáticas espaciais hodiernas evidenciam a necessidade de reflexão que investigue em que termos, por um lado, o espaço social mais humanizado pode fomentar as possibilidades de mediar as relações sociais para realizar e reproduzir nessas as mais profundas condições de desumanização. Em que termos, por outro lado, a reprodução da vida no espaço social com as mais profundas condições de desumanização pode desvelar a potência do espaço em engendrar processos sociais movidos por exigências radicais de humanização, implicando o reconhecimento, nas condições históricas existentes, de necessidades e possibilidades de transformação da totalidade social.

Essas problemáticas apontam para o oportuno movimento de análise que considere em que termos a potencialidade humana efetivada na autoconstituição do homem pode engendrar a produção de um ente (o espaço) que estabeleça relações com a negação e/ou limitação da realização do ser (social) que se realiza ao produzi-lo, apreendendo como no processo de humanização do homem esse ente criado pode mediar o processo de desumanização e/ou desrealização da existência que o cria e se cria ao criá-lo (o ser social), nesse ente se realiza enquanto ser e se reproduz historicamente.

Para tanto, consideramos que é antecedente à reflexão a respeito dessas indagações e da pertinência das mesmas, a reflexão assentada na relação entre o espaço e a gênese e o desenvolvimento e complexificação do ser social. Posteriormente a esse esforço reflexivo, se encontrarão postos os fundamentos para o enfrentamento do debate acerca de uma forma histórica específica da categoria espaço.

Compreendemos que estudos a respeito dessa temática, com os direcionamentos postos na presente proposta, abrem novas perspectivas para a reflexão do espaço geográfico, não estritamente em decorrência do trabalho intelectual mas, de igual modo, pela concretização das demandas impelidas pela crescente complexidade dos processos sociais desvelados na expressão espacial da totalidade social.

Por conseguinte, compreendemos que a tarefa posta possibilita à presente proposta ofertar uma singela contribuição para novas e diversas leituras das questões espaciais da sociedade, para a investigação e problematização da realidade social mediada por categorias espaciais, para a relevância das contribuições do conhecimento produzido na Geografia, para a indagação do quão oportuno pode ser o diálogo entre Geografia e Filosofia fundamentado

na ontologia.

A partir do movimento construído, é necessário **explicitar as pretensões da proposta e esclarecer os seus limites**. Fundamentalmente pretendemos estabelecer a construção de um esforço reflexivo pautado na relação entre a produção social do espaço e a ontologia do ser social.

O esforço proposto se insere no desvelar das mediações necessárias e categorias analíticas que fundamentam o uso das referências “externas” ao conhecimento científico para potencializar as reflexões por meio do objeto da Geografia, enquanto aproximação e contribuição da Geografia para a problematização e análise dos processos sociais contemporâneos.

Sob direcionamento das perguntas de partida, pretendemos conduzir um movimento reflexivo consistente de apropriação da ontologia lukacsiana para elaborar argumentação coerente que permita construir e articular elementos de conclusão de natureza teórica. Estimamos que esses elementos podem, por seu turno, permitir a reprodução ideal do movimento real do objeto, a categoria espaço enquanto forma de ser da realidade social, centrando nossos esforços na investigação da gênese da esfera de ser do ser social e no processo de desenvolvimento e complexificação do ser social, a relação entre o espaço e a reprodução material da história social.

Nesta direção, nosso **problema de pesquisa** pode ser sintetizado na construção da questão que objetiva apreender: em que termos a gênese e o desenvolvimento e complexificação da sociedade se encontra pejada de constrangimentos e mediações do espaço socialmente produzido, sendo a categoria espaço, por conseguinte, expressão e forma de ser da totalidade social?

Por expressar, interpenetrada ao tempo, categoria que fundamenta o movimento na qualidade de forma de ser da matéria e, igualmente, das tendências e possibilidades ao devir na apreensão da realidade existente e da individualidade e generidade humana coerente ao conceber da realidade, a categoria espaço se produz socialmente na reprodução material das condições de produzir/reproduzir a vida do indivíduo e do gênero, com movimento de desenvolvimento e complexificação determinado pela reprodução material.

Determinação instaurada na estabilidade hierárquica da necessidade de domínio no âmbito da produção ideal da concepção da existência da realidade, logo das categorias

espaço e tempo, sobretudo pela tarefa ideológica de intervir no candente embate conflituoso e contraditório conformado na produção material dos conteúdos sociais e orientado para a finalidade de domínio da produção social, compreendendo concomitantemente a apropriação desigual do conteúdo material e das condições de desenvolvimento das qualidades humanas inerentes ao movimento da matéria social.

Esse será o fundamento da prospectiva de uma teorização acerca da categoria espaço que, por seu turno, implica indagar nos diferentes momentos históricos que expressam o desenvolvimento e complexificação do ser social, as relações nas quais o espaço é partícipe das continuidades e descontinuidades da totalidade social, e como essas expressam uma dinamicidade, um movimento, que permanece efetivamente existente no decorrer das mudanças, e no qual reside (móvida e móvente) a essência da categoria espaço como forma de ser e determinações da existência do ser social.

Nosso **objetivo geral** compreende analisar as potencialidades da relação entre gnosiologia e ontologia, fundamentadas na ontologia lukacsiana e na epistemologia da Geografia, na apreensão do movimento ontológico-genético da categoria espaço integrada ao desenvolvimento e complexificação da totalidade social, e em que termos essa reflexão propicia contribuições à temática da ontologia do espaço.

Para a concretização desse objetivo, possuímos como elementos integrantes e operacionais os seguintes **objetivos específicos**:

- (1) analisar a relevância da temática da ontologia na Geografia e as diferentes perspectivas de abordagem que promoveram contribuições à temática;
- (2) identificar e analisar autores que conferem tratamento à temática da ontologia na Geografia;
- (3) analisar a relação entre teoria do conhecimento e ontologia nas propostas dos diferentes autores e abordagens;
- (4) apreender as categorias-chaves da ontologia lukacsiana e os fundamentos da proposta da obra “Ontologia do Ser Social”;
- (5) apreender reflexões e indagações que serviram de referência ao desenvolvimento da ontologia lukacsiana;
- (6) cotejar nossa apropriação das categorias-chaves com a exposição das mesmas nos

textos de estudiosos da ontologia lukacsiana;

(7) analisar as potencialidades dos fundamentos e as categorias-chave da ontologia lukacsiana para fomentar a reflexão acerca de uma teoria espacial.

Partindo dos resultados oriundos da execução de procedimentos para a obtenção dos objetivos específicos supraditos, pretendemos conceber ilações e perspectivas que, ao serem desenvolvidas e aprofundadas, nos permitirão construir **elementos de conclusão** em âmbito teórico — como reprodução, na esfera das ideias, do movimento de desenvolvimento e complexificação do objeto —, que resultem em fundamentos para a análise da potencialidade desses elementos no enfrentamento e resolução do problema de pesquisa e, por conseguinte, avaliação da pertinência do caminho percorrido.

Para tanto, concebemos o princípio e o movimento do esforço reflexivo a partir da construção de **um pressuposto e uma hipótese de trabalho**. Nosso **pressuposto** considera que o desenvolvimento histórico da totalidade social é essencialmente resultante das possibilidades e alternativas concretas efetivamente realizadas nas atividades práticas dos homens. Por conseguinte, o resultado hodierno constitui expressão das opções estritamente empreendidas pelos homens e não qualquer pressuposição alheia ao conjunto das relações sociais, sendo a apreensão das necessidades materiais existentes nas condições para orientar conscientemente as finalidades teóricas e práticas das atividades humanas, radicadas nas categorias fundantes a expressar as formas de existência da realidade, com destaque ao predomínio das concepções a respeito da matéria, do movimento, do espaço e do tempo.

A proposta de apreensão do movimento e dinamicidade da categoria espaço, dessa forma, impele ao processo de investigação a necessidade da integração do espaço no movimento de complexificação da totalidade social, impele a necessidade de interrogar a categoria a partir das determinações do desenvolvimento histórico do ser social.

O referido pressuposto, nestes termos, não é apriorístico à investigação da realidade e está fundamentado na leitura da posição de Lukács acerca da historicidade da essência do mundo dos homens, e corroborado por estudiosos do autor, a exemplo de Lessa (2000, p. 65), quando afirma que:

Lukács concebe a substancialidade do mundo dos homens como resultado

exclusivo da ação dos homens, enquanto indivíduos e enquanto gênero humano. Isso significa que os homens fazem a sua história e que este fazer a história não encontra em nenhuma instância — “natural” ou não — qualquer limite *a priori*, a-histórico, para o seu desenvolvimento. Os homens são os demiurgos do seu destino.

Neste sentido, é preciso considerar que as (in)constantes mudanças (transformações) nos objetos espaciais redefinem a dinâmica das relações sociais — e que, de igual modo, os objetos são (in)constantemente redefinidos por essas — e implicam, portanto, que as concepções teóricas que objetivem apreendê-las não se privem da necessidade permanente de revisão para atender e aferir adequadamente a crescente demanda determinada pelo/no movimento de intensificação da complexidade da realidade.

As concepções teóricas devem necessariamente possuir, portanto, fundamentos ontológicos. Afinal, como enfatiza Santos (1978, p. 156), “a própria teoria tem que se adequar às condições atuais do mundo atual e representar uma relação entre o novo, e seu significado original e as coisas velhas com o seu significado novo”. Adequações inevitáveis para a apreensão do movimento de descontinuidades e continuidades da realidade, por conseguinte, da essência e dos fenômenos.

É relevante esclarecer, sobretudo para diferenciar corretamente as distinções entre as perspectivas filosóficas, que compreender o movimento e a mudança como permanentes não significa, no entanto, considerar:

(1) a equivalência qualitativa de todo movimento e de toda mudança. Logo, equivalência qualitativa de tudo o que existe, pressuposto do monismo metodológico positivista e neopositivista que reduz as possibilidades do conhecimento científico à dimensão quantitativa — por ser essa, estritamente, a expressão do movimento e da mudança da realidade, portanto, a única forma de apreender e conduzir qualquer manipulação e modificação da realidade.

Essa equivalência torna, mais que possível, necessária, a dicotomia entre Filosofia e ciência, para além de atribuir, pejorativamente, um caráter não científico às propostas de distinção qualitativa de formas de ser da realidade e, destarte, um caráter não científico e irrealizável ou utópico às propostas de transformação qualitativa da realidade.

(2) a falência da teoria com a necessária elaboração de propostas distintas a partir da percepção ou constatação de qualquer movimento e mudança e, da mesma forma, a

impossibilidade e/ou incongruência das metanarrativas pelo caráter essencialmente etéreo da realidade. A impertinência de compreensões dessas naturezas reside na inversão velada na qual se assentam, na medida em que essas expressam meramente uma dedução intelectual ou filosófica da realidade ou, em outros termos,, uma determinação da consciência à existência, sobretudo nos seus aspectos qualitativos.

À vista disso, não conseguem embasar adequadamente a reprodução teórica que expressa o existente, que o interroga e reproduz idealmente, a partir das determinações da existência, os fundamentos essenciais e fenomênicos do movimento da realidade. Em outros termos, obstaculizam e obliteram os fundamentos que permitem reproduzir idealmente o que permanece e o que se transforma, como as transformações modificam o que permanece, e como o que permanece condiciona as possibilidades de transformações. Ontologicamente fundada a teoria é, portanto, revolucionária.

Nossa **hipótese de trabalho**, nesta direção, considera que **se** a integração da categoria espaço aos fundamentos e ao arsenal categorial da ontologia lukacsiana permite a construção de elementos de conclusão que assentem as potencialidades de uma teoria espacial — teoria nos termos reconhecidos pelo nosso pressuposto — enquanto expressão e forma de ser do ser social, **então** desse movimento reflexivo resultam (1) a afirmação da relevância da relação entre Filosofia e ciência e da reflexão acerca da ontologia do espaço, e (2) a apreensão das continuidades e descontinuidades do movimento de complexificação e desenvolvimento da totalidade social a partir da categoria espaço, logo, (3) a relevância da categoria espaço para apreender na realidade social as suas possibilidades concretas de transformação, qualitativas e quantitativas, e (4) a crítica do caráter ideológico das formas ideais de apreensão das condições materiais enquanto crítica das condições materiais e da ausência de alternativas ao devir dos homens.

PARTE II: ONTOLOGIA E LÓGICA

*Foram os espíritos mais fortes e os mais maldosos que até agora promoveram os maiores progressos da humanidade: reacenderam sem cessar as paixões que adormeciam — toda sociedade organizada adormece as paixões — despertaram sem cessar o sentido da contradição, o gosto pelo novo, pelo ousado, por aquilo que ainda não foi tentado; obrigaram os homens a contrapor a opinião a opinião, tipo ideal a tipo ideal. Pelas armas, pela derrubada dos marcos fronteiricos, pela violação da piedade, na maioria das vezes: mas também por novas religiões e novas morais! [...] **O que é novo, entretanto, é de qualquer maneira o “mal”, uma vez que é aquilo que quer conquistar, que quer derrubar os marcos e as antigas crenças; unicamente o antigo é que pode ser o bem!** Os homens de bem em todas as épocas foram aqueles que aprofundaram as velhas idéias para levá-las a dar fruto, os cultivadores do espírito. Mas todo terreno acaba por se esgotar e é preciso que sempre retorne a relha do arado do mal. [...] **Os maus instintos são tão adequados, tão úteis à espécie e também tão indispensáveis como os bons: — somente sua função é diferente.***

Friedrich Nietzsche

“A gaia ciência” (§4 — O que conserva a espécie), grifos nossos

CAPÍTULO 3.

**DA ONTOLOGIA LUKACSIANA À ONTOLOGIA DO ESPAÇO:
OS FUNDAMENTOS PARA A INTERLOCUÇÃO COM AS INDAGAÇÕES**

O conhecimento da verdadeira objetividade de um fenômeno, o conhecimento do seu caráter histórico e conhecimento da sua função real na totalidade social formam, pois, um ato indiviso de conhecimento.

György Lukács
História e Consciência de Classe

3.1. CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE NA UNIDADE DO SER

Nas reflexões diligenciadas ao longo da exposição da ontologia, Lukács (1976-1981, 1978, 1984-1986, 2010, 2012-2013) argumenta que no âmbito da história do pensamento filosófico o tratamento das questões concernentes à existência da realidade e da peculiaridade da existência da humanidade e a integração dos homens com a complexidade e a diversidade de elementos qualitativos dispostos na realidade protagonizaram as reflexões assentadas nas mais distintas perspectivas.

A resolução das questões de natureza ontológica, no entanto, conforma propostas inseridas fundamentalmente em somente 2 (duas) alternativas: a indistinção qualitativa da totalidade da existência definida por meio de um ser geral com determinações idênticas nas diferentes manifestações da realidade, ou a distinção radical das qualidades das formas de existência fundadas em naturezas simultaneamente diversas e irreconciliáveis.

Reconhece insuficiências insuperáveis em ambas as alternativas, na medida em que assevera enquanto exigência basilar para a orientação a um tratamento precisamente ontológico a compreensão da imanência de categorias impreteríveis à integralidade dos objetos constituintes da existência da realidade. Essas categorias perfazem a composição, no plano da reprodução ideal da racionalidade, de movimentos de sucessivas aproximações forjados em incessantes negações objetivas e subjetivas que, por seu turno, consolidam progressivamente o aprimorar do complexo de determinações intrínsecas ao caráter autenticamente ontológico da apreensão racional do real, configurando uma legalidade

insuprimível e, contudo, com predominância inconstante.

Considerando o pensamento construído na obra de Marx fundado em uma perspectiva de tratamento das questões ontológicas compreendidas a partir da especificidade qualitativa da existência social enquanto orientação de aproximação para a apreensão racional da existência, do movimento e da transformação da realidade, Lukács (1976, 1984, 2012) sustenta a necessidade concomitantemente de enfrentamento da definição de uma ontologia do ser social e de uma ontologia geral, na medida em que qualquer especificidade somente pode ser delimitada com correção por um direcionamento que compreenda a não exclusividade das alternativas sobreditas.

Assentada na leitura da concepção ontológica marxiana e na restituição da distinção radical do pensamento marxiano, a ontologia lukacsiana advoga a compreensão do ser social enquanto uma originalidade qualitativa no âmbito da diversidade comportada na unidade do ser e desprovida de analogias de perfil reducionista com o movimento imanente à forma de ser das esferas precedentes na conformação da unidade da existência.

O irromper da esfera social no plano da unitariedade do ser, no entanto, pressupõe que as condições genéticas da própria constituição das contradições imanentes ao movimento da forma de ser social conserve e modifique relações de mútua interpenetração com o desenvolvimento e complexificação das esferas de ser da natureza inorgânica e orgânica, imputando necessariamente descontinuidades e continuidades quantitativas e qualitativas.

A imperiosa interpenetração da esfera social com as esferas da natureza expressam precisamente as determinações ontológicas gerais na qualidade das inelimináveis necessidades para a existência, o desenvolvimento e a complexificação da totalidade social, e simultaneamente o movimento da totalidade social conforma a negação das necessidades no instaurar da liberdade. Ambas, portanto, de modo algum em termos absolutos, mas componentes contraditórios da constituição imanente da especificidade da existência social.

A concepção de exclusividades radicais em oposição irreconciliável se reproduzem conservando as dualidades enquanto fundamentos irrefutáveis da existência, acarretando a permanência consensualmente reproduzida do enraizamento do tratamento ontológico em compreensões que não demarcam satisfatoriamente as especificidades do plano lógico-gnosiológico e do plano ontológico, provocando a impossibilidade de desvelar com clareza a prioridade do último em relação ao primeiro. Por conseguinte, resultando em apreensão

incorreta das determinações ontológicas.

A conservação dessa compreensão se configura, principalmente, pela concentração da investigação crítica das concepções ontológicas nos momentos de crises imanentes que impuseram a premência do enfrentamento do debate. No entanto, a necessidade imediata direciona o tratamento das questões ontológicas estritamente para a tarefa de reconhecimento de elementos que consubstanciem a refutação da concepção vigente no âmbito da insuficiência posta pelas condições sociais. Logo, o tratamento direcionado precisamente ao reconhecimento autêntico das determinações da existência da realidade se deforma ao conferir prioridade às disputas ideológicas das perspectivas lógico-gnosiológicas nas quais se assentam as propostas.

Nesta direção, o pensador húngaro declara que uma ontologia geral se define na apreensão das determinações que constituem os fundamentos ontológicos de todo ser, presentes e impreteríveis em qualquer existente. No entanto, quando no movimento da existência da realidade se configuram condições objetivas das quais advém por meio de um salto esferas de ser dotadas de maior complexidade desvelada em qualidades incompatíveis com as determinações ontológicas precedentes, as categorias da ontologia geral não podem constituir com idêntica legalidade as determinações expressas nas propriedades originais. Portanto, se torna incorreto o movimento de apreensão que se aproxima imputando aprioristicamente ao objeto do conhecimento idênticas determinações e, igualmente, não pode apartar de modo irreconciliável o campo original e o campo preexistente do ser. A incorreção, no entanto, não constitui um erro absoluto na medida em que as determinações imanentes ao movimento das esferas precedentes indubitavelmente se conservam na condição de momentos superados, e, de modo algum, imobilizados.

As categorias ontológicas gerais, diante disso, devem ser conservadas na nova esfera de ser impreterivelmente como momentos superados e com diferentes graus de determinação nos momentos do desenvolvimento da nova esfera de ser. Para enfrentar a questão de forma mais precisa, no entanto, iniciaremos a exposição pelo caráter da matéria e do seu desenvolvimento, para posteriormente dialogar com os elementos estruturantes do tratamento ontológico lukacsiano.

O reconhecimento da realidade objetiva passa pela existência da matéria, e o caráter inescapavelmente objetivo da matéria evidencia a existência da realidade de modo independente da consciência dos indivíduos que podem, no confronto com o mundo

objetivo, produzir um “reflexo” ideal da matéria. A forma de ser da matéria se constitui em incessante movimento e, portanto, não pode existir matéria sem movimento (ENGELS, 1990), a acarretar que, sendo a matéria objetiva, o movimento é necessariamente objetivo pois é forma de ser da matéria.

No entanto, em que pese o movimento se constituir em modo de ser “absoluto” da matéria, as formas concretas da matéria em movimento manifestam o caráter relativo da própria matéria e, igualmente, do movimento, manifestando expressões concretas de momentos concretos do movimento da matéria.

A condição insuprimível de movimento enquanto forma de ser da matéria é caracterizada pela sua contradição imanente de possuir estados permanentes, mutantes e transitórios, que são igualmente heterogêneos e coexistentes na permanência e na mudança. Nesta direção, espaço e tempo são condições de ser da matéria em movimento — movimento que, por seu turno, é condição da existência da matéria —, e, por conseguinte, condições das formas concretas da matéria em movimento serem constituídas de coexistência, permanência e mudança. Em outros termos, conformarem a existência como unidade nas/das diversidades.

O espaço como forma de ser da matéria em movimento, não se limita apenas a refletir em suas propriedades a relação regular dos fenômenos coexistentes, mas também, para ser mais preciso, reflete na sua essência e propriedades, a lei da mutação e conservação dessa relação dos fenômenos materiais coexistentes. Do mesmo modo, o tempo, como forma de ser da matéria em movimento, não só reflete nas suas propriedades a lei da relação dos estados materiais mutáveis, mas também, reflete em sua essência e propriedades, a lei da relação dos estados que mudam e se conservam (OLIVEIRA, 1982, p. 98).

As formas concretas da matéria em movimento, ainda que expressão da existência “absoluta” do espaço e do tempo, evidenciam que a escala espaço-temporal concreta impõe limites às mudanças dos estados da matéria. O movimento e a mudança da matéria, possuindo limites objetivos existentes na forma concreta da matéria, fazem com que o movimento e a mudança enquanto caracteres permanentes apresentem qualidades distintas para a mudança da matéria, que residem na noção de mudanças quantitativas e qualitativas. O movimento apresenta predominante continuidade quando os limites da forma concreta da matéria à sua própria mudança permite um caráter estritamente quantitativo, e descontinuidade quando a mudança é de caráter qualitativo.

Continuidade e descontinuidade, no entanto, expressam uma unidade de ser da matéria. Essa concepção de matéria nos permite reconstruir a exposição de Lukács (2010, 2013) a respeito da unidade da continuidade e descontinuidade no desenvolvimento e complexificação do ser, evidenciando quando a mudança da forma de ser da matéria apresenta uma descontinuidade ao mesmo tempo em que afirma uma continuidade que compõe a sua unidade enquanto expressão de uma nova esfera de ser da matéria.

“Significa conceber todo o ser como processo, que, conseqüentemente, se impõe, determinante, em diversas esferas do ser, que, apesar de uma unicidade última, pode ser de tipos diferentes” (LUKÁCS, 2010, p. 136). Haveria, portanto, uma unidade na diversidade que explicita o movimento da matéria na sua complexificação com diversidades qualitativas, o que não implica de forma nenhuma em diferenças irreconciliáveis.

A unitariedade não implica a identidade entre as esferas do ser, mas em uma dinâmica de articulação complexa no desenvolvimento da matéria, nas quais o movimento de complexificação e desenvolvimento de cada esfera de ser possui processos distintos, na medida em que há uma historicidade para cada esfera de ser, complexamente articulada à historicidade do ser geral. Deve-se considerar, nesta direção, “a conexão e a diferenciação dos três grandes tipos do ser (as naturezas inorgânica e orgânica e a sociedade)” (LUKÁCS, 2010, p. 35), o que implica que há necessidade de aprender o movimento tanto da:

propriedade específica de cada modo do ser como o de suas interações, inter-relações etc. com os outros. Nas duas direções, o desconhecimento da verdadeira relação (unidade na diversidade, por meio dela a separação e a oposição nas interações homogêneas etc.) pode conduzir às maiores distorções do conhecimento daquilo que é o ser (LUKÁCS, 2010, p. 41).

Lukács (2010, 2013) procura evidenciar na existência da matéria um condicionamento que expresse que a forma concreta de ser da matéria, condição para o estabelecimento de limites objetivos para a sua transformação, determina a precedência de uma forma de ser sobre outra, na medida em que se pode comprovar que a existência uma forma de ser é o pressuposto para a existência de outra.

A dependência de uma esfera do ser em relação a outra está baseada no fato de que, na esfera dependente, aparecem categorias qualitativamente novas perante a esfera que lhe serve de fundamento. Essas novas categorias jamais conseguirão

suprimir totalmente aquelas que predominam na base do seu ser. De suas inter-relações surgem, muito antes, transformações que preservam as conexões legais do ser que funda a nova esfera do ser, inserindo-as, contudo, e novas conexões, fazendo com que, dependendo das circunstâncias, novas determinações se tornem atuais nelas, sem que — obviamente — tenham condições de transformar a essência dessa legalidade. As novas categorias, leis etc. da esfera dependente do ser manifestam-se como novas e autônomas diante da esfera fundante, mas, exatamente em sua novidade e autonomia, pressupõem estas constantemente como fundamento do seu ser (LUKÁCS, 2013, p. 191).

A existência de categorias qualitativamente novas frente à esfera do ser que serve de fundamento para a nova esfera que se explicita e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de suprimir totalmente as categorias da esfera de ser que fundamenta a nova, sintetizam a unidade da continuidade e descontinuidade da matéria em movimento. As categorias, portanto, “não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria” (LUKÁCS, 1978, p. 2-3).

Nesta direção, Lukács (2013) aponta que a natureza inorgânica é a esfera de ser da matéria que não pressupõe qualquer outra esfera, seja a natureza orgânica ou o ser social. O ser orgânico pressupõe uma insuprimível interação com o ser inorgânico enquanto possibilidade de reprodução da sua existência, assim como o ser social pressupõe a mesma interação com as esferas de ser orgânica e inorgânica.

Para comprovar a afirmação, é necessário explicitar porque não se trata de mera dedução. Iniciando pelo ser orgânico, deve-se constatar que ao expressar uma mudança qualitativa, uma descontinuidade, com o ser inorgânico, a esfera de ser orgânico continua a ser matéria em movimento como condição da sua existência, e o movimento possibilita, dentro dos limites da forma concreta de ser da matéria, o desenvolvimento e complexificação dessa esfera de ser.

Essa descontinuidade que implica a passagem a uma nova esfera de ser possui sempre o caráter de um salto, de uma transformação súbita. Para Lukács (1978, p. 3, *grifo no original*):

entre uma forma mais simples de ser (por mais numerosas que sejam as categorias de transição que essa forma produz) e o nascimento real de uma forma mais complexa, verifica-se sempre um salto; essa forma mais complexa é algo qualitativamente novo, cuja gênese não pode jamais ser “deduzida” da forma mais simples.

Sobre a descontinuidade que revela uma mudança qualitativa, Léfèbvre (1970, p. 212, *grifos nossos*) apresenta um exemplo simples que evidencia a questão — embora não referente à descontinuidade (um salto) que consiste em uma nova esfera de ser —, considerando que:

toda transformação de um ser (inclusive seu nascimento e desaparecimento) implica a passagem de uma qualidade numa outra qualidade (a negação de uma qualidade). O crescimento puramente quantitativo não é suficiente para explicar o desenvolvimento dos seres. [...] **A água não se torna pouco a pouco dura, de modo a adquirir paulatinamente a consistência do gelo; torna-se dura de modo brusco [— portanto, em um salto].**

Dessa forma, Lukács (2013) afirma que a partir da categoria que explicita a mudança qualitativa na esfera do ser, o movimento da matéria do ser orgânico consiste na construção de categorias próprias fundadas na categoria que estabelece o salto ontológico. Para exemplificar, o autor considera que “o mundo vegetal ainda se reproduz pelo metabolismo direto com a natureza inorgânica, ao passo que o mundo animal depende do orgânico como alimento, que, na inter-relação dos animais com o seu ambiente [desenvolvem] mediações sempre mais complexas” (LUKÁCS, 2013, p. 171).

Assim, os animais, por possuírem enquanto mediação para a reprodução da sua existência a inter-relação com o ser inorgânico e com o ser orgânico, apresentam um momento de maior complexidade do ser orgânico em relação aos vegetais, o que significa que os animais só podem efetivamente existir enquanto expressão do movimento da matéria a partir dos limites concretos de ser da matéria orgânica menos complexa.

Cumprido observar, no entanto, que a unidade geral do ser implica a continuidade de determinações da esfera de ser que serve de fundamento, ou seja, o desenvolvimento e complexificação da esfera de ser orgânico jamais pode suprimir a necessidade de inter-relação com a esfera inorgânica enquanto necessidade de reprodução da existência do ser orgânico, a exemplo da necessidade de relação do organismo com gases atmosféricos, água, nutrientes inorgânicos (ferro, cálcio etc.). Isso fica evidente quando o ser orgânico deixa de existir, não é mais capaz de reproduzir a sua existência biológica e perde a vida, passa a operar, na matéria que constituía o ente do ser orgânico, exclusivamente processos físicos e reações químicas, sendo o ser orgânico reduzido ao ser inorgânico.

A ontologia da natureza inorgânica é, portanto, geral, é fundamento de todo

existente, pois não pode haver qualquer existente não fundado ontologicamente na natureza inorgânica. Não se pode, no entanto, pretender que a manifestação de formas de ser mais complexas seja totalmente redutível ao ser menos complexo, geral.

Dessa forma, torna-se necessário identificar na existência do movimento da totalidade social enquanto um modo específico de ser, o ser social, as mudanças qualitativas que contém necessariamente a afirmação e a negação, pois que, simultaneamente, confirma a unidade geral de todo ser e o afloramento das suas próprias determinações, essas específicas ao seu modo de ser e imanescentes ao movimento real e ao movimento de apreensão do real.

Com tal intento, Lukács (2013) aponta para a necessidade de investigar que categoria, ou complexo de categorias, explicita o que funda o realmente novo no ser social e, por essa razão, possui prioridade ontológica em relação às demais categorias que se expressam com o desenvolvimento e complexificação do ser social.

Como o ser social é uma esfera de ser que se desenvolve da esfera de ser orgânico, evidenciado pela constituição dos indivíduos biológicos que compõem o gênero humano, e, conforme já observado, a unidade do ser na contradição entre continuidade e descontinuidade impõe que a nova esfera de ser possua a esfera fundante enquanto continuidade insuprimível que se revela, assim como no ser orgânico, que a nova esfera de ser necessita de inter-relações com a esfera fundante para a sua reprodução e desenvolvimento.

Dessa forma, Lukács procura apreender no movimento de desenvolvimento e complexificação da matéria a categoria que é forma de ser do salto ontológico da esfera de ser social, e afirma que:

se passarmos a examinar o ser social nesse sentido puramente ontológico, logo se impõe a percepção de que, sem reprodução biológica dos homens, nenhum ser social é possível. Esse ponto de conexão entre a natureza orgânica e o ser social constitui concomitantemente a base ontológica de todas as categorias mais complexas e mais mediatas desse nível do ser (LUKÁCS, 2013, p. 194).

Prosseguindo, o autor afirma que, no caso do ser natural inorgânico e orgânico, ainda que pesem as suas especificidades e do desenvolvimento e complexificação das duas esferas de ser, depreende-se que uma processualidade causal espontânea confere unidade à

existência natural e ao seu desenvolvimento e realização nos entes.

No ser social, essa unidade é igualmente rompida e reafirmada pela explicitação de uma categoria qualitativamente nova em relação à existência natural, evidenciada por um “salto constitutivo” quando se processa objetivamente uma causalidade posta em movimento por finalidades humanas constituídas no e pelo trabalho, quando a matéria existente se constitui não estritamente da causalidade mas do par teleologia-causalidade.

O trabalho, nesta direção, comparece enquanto categoria fundante pois é a peculiaridade do ser social que comparece imediatamente para cumprir a função de reprodução biológica, a inter-relação insuprimível com o ser orgânico do qual o ser social se desenvolve.

Surge na ontologia do ser social uma categoria qualitativamente nova com relação às precedentes formas do ser, tanto inorgânico como orgânico. Essa novidade consiste na realização do pôr teleológico como resultado adequado, ideado e desejado. Na natureza existem apenas realidades e uma ininterrupta transformação de suas respectivas formas concretas, um contínuo ser-outro. De modo que é precisamente a teoria marxiana, segundo a qual o trabalho é a única forma existente de um ente teleologicamente produzido, que funda, pela primeira vez, a peculiaridade do ser social (LUKÁCS, 2013, p. 61).

Uma investigação mais detalhada reafirma a função de inter-relação entre ser social e natureza, e também permite evidenciar o trabalho enquanto complexo social. A distinção qualitativa fundamental reside na relação entre teleologia e casualidade que opera no trabalho e confere à causalidade a característica de ser posta, tornando real, no âmbito da causalidade, uma diversidade que é incompatível aos entes que expressam o ser natural e, por conseguinte, incompatível com a realização da natureza enquanto ser e a afirmação e difusão desse ser e da causalidade espontânea nos entes.

* * *

3.2. TRABALHO E A ESFERA ONTOLÓGICA DO SER SOCIAL

A composição de um esforço reflexivo acerca do espaço pautado na ontologia lukacsiana perfaz um esforço necessariamente pautado na apreensão da categoria trabalho enquanto constituição do espaço geográfico em âmbito abstrato e concreto, sinônimo de espaço social, o que implica a apreensão da tessitura que compreende a simultaneidade da constituição ontológica do ser social com a produção e desenvolvimento do espaço social e do tempo social, provindos das possibilidades consequentes da centralidade ontológica do trabalho no mundo dos homens.

Nesta direção, torna-se premente a apreensão do salto definitivo decorrido do intercâmbio orgânico entre homem e natureza mediatizado pelo trabalho, quando o homem realiza um processo de objetivação substanciado por ação conscientemente orientada que objetiva um pôr teleológico — ato posto pelo trabalho que antes de objetivado é previamente idealizado na consciência — e o confronta com a causalidade espontânea da natureza, erigindo um mundo objectual (material) que se efetiva na transformação da causalidade espontânea em causalidade posta, uma causalidade posta em movimento, a natureza humanizada (LUKÁCS, 1976-1981, 1978, 1979, 1984-1986, 2010, 2012-2013).

Esse movimento de transformação se realiza pela subordinação ativa e conscientemente orientada da finalidade da ação humana à causalidade do mundo objetivo. Ou seja, a prévia-ideação — teleologia, ideia abstrata que antecipa na consciência a complexidade de processos sintetizados em um ato de transformação concreta da realidade

— da ação e do resultado do processo de trabalho deve se submeter à legalidade das determinações ontológicas imanentes ao movimento dos processos da natureza natural do mundo como condição necessária para que a humanidade empreenda na relação com a existência da natureza um processo de transformação cujo resultado conduza à objetivação da prévia-ideação em objeto ontologicamente fundado em determinações destituídas de analogia para proceder uma apreensão correta.

Esse objeto deve sintetizar em si uma causalidade posta em movimento pela objetivação de uma finalidade humanamente construída, resultando em **uma relação composta por um influxo causal que de modo algum se explicitaria espontaneamente em existência efetiva, ou seja, desvela o irromper de uma relação que inexistiria na ausência das atividades impetradas pelo pôr teleológico**. Sobre essa questão, Lukács (2010, p. 44-45) afirma que:

[o trabalho], como Marx demonstrou, é um pôr teleológico conscientemente realizado, que, quando parte de fatos corretamente reconhecidos no sentido prático e os avalia corretamente, é capaz de trazer à vida processos causais, de modificar processos, objetos etc. do ser que normalmente só funcionam espontaneamente, e transformar estes em objetividades que sequer existiam antes do trabalho.

Dessa forma, depreende-se que, para Lukács, embora existam determinadas possibilidades reais de articulação de séries e processos causais objetivamente postos na natureza, certas objetividades são plasmadas exclusivamente no interior do sistema metabólico entre homem e natureza mediatizado pelo trabalho.

Isso significa que, se por um lado não se explicitam no ser natural na forma de causalidade espontânea, por outro lado a explicitação dessas possibilidades no ser social depende da subordinação da atividade humana aos reais processos causais da natureza, convertendo aquilo que se apresenta estritamente enquanto possibilidade em objeto. Tal concepção fica clara, dentre outras passagens, quando, ao utilizar o exemplo da roda, Lukács (2010, p. 213) aponta que:

naturalmente, a roda se move conforme as leis da física. Mas não possui, em seu ser, determinado pelas leis naturais, nenhuma analogia real com algo natural. Se lançarmos sobre esse fenômeno também o olhar ontológico, temos de deduzir que na natureza existem possibilidades de modos de movimento que em seu âmbito nunca e em parte alguma se tornaram existentes. Portanto, há na natureza

possibilidades reais (capazes em si de realização) as quais é negado tornar-se real no interior do ser natural que conhecemos.

Como a causalidade posta confere unidade à existência do ser social, cumpre examinar os atributos constitutivos dessa causalidade. Para Lukács (1976-1981, 2010), a causalidade posta é plasmada por necessidades e possibilidades humanas, o que significa que na ausência do ser social esses novos nexos causais constituídos jamais se explicitariam pelo desenvolvimento da causalidade espontânea da natureza.

Retornando à Lukács (1976-1981, 2010), é preciso compreender que, para o autor, o homem plasmaria suas necessidades e possibilidades em causalidade posta em movimento por meio do trabalho, categoria que possibilita e estabelece a mediação orgânica entre homem e natureza, constituindo relação que resulta na explicitação de uma forma objetiva nova, pois que orientada por uma causalidade posta em movimento e não mais dotada da espontaneidade natural. Embora conserve elementos objetivos da natureza, esses se encontram sob novas condições, socialmente postas.

Portanto, não há no movimento de produção engendrado por atos e finalidades humanas a produção das determinantes objetivas do real, na medida em que essas são apropriadas e redefinidas em novos nexos causais que conservam as determinantes naturais em novas condições.

O trabalho possui uma dimensão teleológica, de prévia-ideação da ação e resultado do próprio processo de trabalho a ser empreendido, o que constitui o resultado do trabalho como um movimento e ato de pôr teleológico. A antecipação possibilitada pelo movimento do pôr teleológico se afirma objetivamente na produção do espaço reafirmando o poder de autoconstituição do ser social e a sua manifestação nos entes objetivos e, por conseguinte, a centralidade do trabalho no mundo dos homens. Isso porque o trabalho é a categoria que mediatiza a antecipação e a sua objetivação em um pôr que se materializa na constituição do espaço social, permitindo a efetivação de uma causalidade posta em movimento por necessidades humanas.

Essa causalidade posta externaliza uma ação de retorno sobre os homens, o que implica necessariamente em condicionantes ao devir da sociedade. E embora essas condicionantes sejam tão objetivas quanto as determinações materiais da natureza primeira, o desenvolvimento processual das mesmas não é criação da mente humana, possuindo

igualmente caráter objetivo.

Como a causalidade posta em movimento se constitui a partir da objetivação do ser social na produção do espaço que, por seu turno, é mediatizada pelo trabalho, o trabalho é necessariamente a categoria fundante do ser social e indispensável à afirmação do rompimento da unidade dos entes objetivos em termos de causalidade espontânea da natureza. Na ausência do trabalho, não há constituição da causalidade posta e, portanto, não há afirmação e difusão do ser social em entes objetivos, permanecendo o ser social como um não-ser, pois não há ser que não se manifeste em ente objetivo.

Nestes termos, a criação da diversidade em relação ao ser natural constituindo unicidade radicalmente nova que é sintetizada na causalidade posta em movimento, afirma a constituição ontológica do novo ser, o ser social, e expressa as diferenças fundantes desse ser em relação ao ser natural.

Mais uma vez, reafirma-se que a única categoria capaz de estabelecer a mediatização entre ser natural e ser social, afirmando o último e possibilitando o salto constitutivo da causalidade posta em movimento é a categoria trabalho, necessariamente a categoria fundante do ser social, pois que não há ser social sem trabalho, na medida em que na ausência do trabalho há impossibilidade de existência da causalidade posta e de entes objetivos nos quais se manifeste o ser social.

A partir do que elencamos, depreende-se que a ausência do trabalho resultaria na existência da causalidade estritamente espontânea e de entes que manifestam estritamente a fenomenalidade do ser natural, o que impossibilitaria a constituição e manifestação do ser social.

Esse posicionamento é evidenciado em Lukács (2010), quando ao argumentar acerca da especificidade do ser social, reitera repetidamente a relevância fundamental do pôr teleológico — que funda, mediado pelo trabalho, a causalidade posta em movimento — na afirmação do ser social, considerando que:

o ser social distingue-se qualitativamente dos dois modos do ser naturais que o antecederam, porque nele cada impulso que nasce dos homens tem como fundamento do ser um pôr teleológico. Isso naturalmente é um momento indispensável para compreender o ser social em sua especificidade (LUKÁCS, 2010, p. 238).

o ser social se constitui como uma forma específica do ser exatamente porque [...]

cada momento de sua estrutura interna nasce direta e irrevogavelmente de um pôr teleológico (LUKÁCS, 2010, p. 311).

Ainda sobre a especificidade do ser social, estudiosos da obra lukacsiana corroboram com a nossa apropriação acerca do posicionamento dessa questão no pensamento do autor. A título de exemplo, apontamos a leitura de Lessa (2000, p. 66), que afirma que:

são dois os traços fundamentais dessa troca orgânica [entre homem e natureza]: por um lado, há uma ruptura ontológica entre a reprodução social e a processualidade natural, ruptura cuja essência é a possibilidade de um ser-para-si no mundo dos homens impossível para a natureza. Por outro lado, a troca orgânica entre o gênero humano e a natureza implica a incessante transformação do mundo natural em um mundo social. Com intensidade e escalas crescentes, a natureza passa por processos de objetivação que conferem à materialidade uma forma e um conteúdo puramente sociais, que apenas enquanto objetivações de prévias-ideações poderiam surgir e se desenvolver.

Contudo, é importante ressaltar que a ação humana não extingue a causalidade espontânea da natureza mas a converte de forma conscientemente orientada em um objeto que não se constituiria enquanto tal no desenvolvimento causal de processos estritamente naturais. A natureza humanizada continua a preservar nexos causais da natureza natural (embora em novas condições, sociais), uma vez que ela é a conversão da realidade concreta orientada por um pôr teleológico — que, para se materializar, se subordina à causalidade espontânea, por seu turno a subordinando a um novo objeto plasmado por necessidades e possibilidades humanas.

A diferença reside no fato de que:

[...] ao contrário da causalidade, que representa a lei espontânea na qual todos os movimentos de todas as formas de ser encontram a sua expressão geral, a teleologia é um modo de pôr — posição sempre realizada por uma consciência — que, embora guiando-as em determinada direção, pode movimentar apenas séries causais. [...] A maior parte das atividades cujo conjunto põe a totalidade [social] em movimento [é] certamente de origem teleológica, mas a sua existência real [...] é feita de conexões causais que jamais e em nenhum sentido podem ser de caráter teleológico (LUKÁCS, 1978, p. 6).

A impossibilidade do movimento que incide nos processos do real serem substituídos por princípios de movimento estabelecidos por meio de pores teleológicos é exaustivamente

explicitada por Lukács, com referências a essa questão em inúmeros trechos, como podemos observar nas citações que se seguem retiradas dos Prolegômenos (LUKÁCS, 2010):

O pôr teleológico jamais vai se tornar um princípio de movimento dos próprios objetos processuais contrapostos ou paralelos à causalidade. O processo que esse tipo de pôr desencadeia permanece sempre causal em sua essência (LUKÁCS, 2010, p. 52).

[Essa questão] não será corretamente [compreendida] se ao mesmo tempo não for considerado que o pôr teleológico é capaz de modificar amplamente processos causais postos em andamento com o pôr prático de fins e meios, mas jamais de modificar ontologicamente o seu caráter causal. Existem apenas processos causais, e simplesmente não existem processos teleológicos. Na medida em que o processo posto em curso teleologicamente permanece, mesmo assim, causal, sua determinação precisa por meio do pôr jamais vai além de uma aproximação; ele sempre contém também momentos que vão além do pôr – positiva ou negativamente –, que se desviaram dele em relação à orientação, ao conteúdo etc (LUKÁCS, 2010, p. 238).

Cada pôr assim realizado só coloca em movimento séries causais, nada em si teleológico (pois isso só pode ser existente como pôr teleológico, nunca como elemento móvel objetivo de qualquer ser). Com efeito, essas séries causais são postas, em seu conteúdo, sua direção etc., mais ou menos pelos pores teleológicos, mas seu real transcurso total jamais pode ser inteiramente determinado por eles; cada pôr teleológico realiza, pois, o movimento de uma ou mais séries causais, que é por ele determinado em certo grau, mas sempre contém ao mesmo tempo algo de mais ou algo de menos do que pretende a intenção do ato de pôr (LUKÁCS, 2010, p. 311).

Nunca devemos nos esquecer que também no ser social não podem dar-se processos de tipo teleológico, apenas um pôr-em-andamento especial e, por tal via, uma influência daqueles processos causais que foram iniciados pelos pores teleológicos. Esses conferem um caráter particular a cada processo no ser social, evidentemente também àqueles orientados para influenciar acontecimentos naturais, mas nem por isso podem eliminar a constituição causal dos processos reais. Naturalmente, surgem com frequência modificações muito amplas nos processos causais originários, mas também esses nunca podem revogar seu caráter causal (LUKÁCS, 2010, p. 338).

Essa impossibilidade apenas enfatiza que os homens interagem não mais apenas com a natureza mas também com os objetos do seu trabalho. Se nos objetos resultados do trabalho operasse um movimento teleológico e não causal, os homens não poderiam neles jamais efetuar qualquer modificação consciente, pois o desenvolvimento dos mesmos já estaria definido *a priori* teleologicamente. É a natureza causal da realidade que impõe, no ser social, que a transformação seja necessariamente teleologicamente orientada.

Engels (1974) alertava acerca da distinção da teleologia na esfera de ser social que expressam uma finalidade conscientemente orientada, enfatizando, igualmente, a natureza

causal dos resultados dos atos dos indivíduos. Para o autor, é necessário considerar:

que a história da evolução da sociedade difere essencialmente, num determinado ponto, da história da evolução da natureza. Nesta - se esquecermos a ação inversa exercida por sua vez pelos homens sobre a natureza - os factores que actuam uns sobre os outros e a cuja mútua engrenagem é imposta a lei geral, são todos agentes inconscientes e cegos. Partindo de tudo quanto acontece na natureza - quer se trate dos inúmeros fenómenos, aparentemente fortuitos, que afloram à superfície, quer dos resultados finais pelos quais se comprova que essas aparentes causalidades se regem pela sua lógica interna -, nunca se chega a algo que seja como um fim proposto de antemão e consciente. Pelo contrário, na história da sociedade, os agentes são todos homens dotados de consciência, que agem movidos pela reflexão ou pela paixão, pretendendo alcançar determinados fins; aqui, nada sucede sem uma intenção consciente, sem um fim proposto. [Há, no entanto,] colisões entre as inúmeras vontades e actos individuais criam, no campo da história, um estado de coisas muito análogo ao que impera na natureza inconsciente. As finalidades dos actos são fruto da vontade, mas os resultados que, na realidade, deles derivam, não o são e, mesmo quando parecem aplicar-se momentaneamente ao fim proposto, acabam por conduzir a consequências muito diferentes das propostas (ENGELS, 1974, p. 91-92).

Cumprir expor as especificidades que operam no interior do trabalho. Antes, porém, é necessário tornar mais evidente a unidade da continuidade e descontinuidade no ser social. Consideramos que com o trabalho passa a operar na realidade a teleologia, que inexistente na natureza, residindo no trabalho a descontinuidade do movimento de ser da matéria do ser social frente a esfera de ser fundante.

O trabalho é, portanto, a categoria que expressa tanto o que há de novo no ser social quanto a continuidade com a esfera fundante, pois que é a única categoria social que viabiliza a inter-relação com as esferas naturais de ser da matéria e é essa categoria que permite, ao mesmo tempo, a reprodução do ser social enquanto uma esfera de ser com determinações específicas.

O ser social surgirá como forma própria do ser só quando as leis da natureza começam a produzir, no âmbito do ser social - sem modificar a sua essência -, também outros objetos, movimentos etc., diferentes daqueles que o seu puro ser-em-si costuma revelar, só quando começaram a ingressar em relações que a natureza jamais teria produzido por si mesma (LUKÁCS, 2013, p. 406)

Existe, na matéria em movimento no ser social, uma unidade inexistente na natureza entre teleologia e causalidade fundada no e pelo trabalho. As demais categorias sociais realizam apenas a inter-relação entre os indivíduos da sociedade. Nesta direção,

considerando novamente que a forma concreta de ser da matéria impõe limites concretamente determinados à permanência e à mudança no movimento da matéria, as categorias que realizam a inter-relação entre os indivíduos da sociedade só podem se apresentar como formas de ser pressupondo a existência do ser social.

O trabalho é, então, necessariamente a categoria fundante do ser social. As demais categorias sociais, porém, não podem ser consideradas meras derivações do trabalho. O ser social compõe uma totalidade em movimento de necessário desenvolvimento e complexificação que, no desenvolvimento das categorias puramente sociais, efetua um afastamento das barreiras naturais, concretamente determinado pelos limites concretos da história, embora nunca a supressão da natureza. De acordo com Lukács (2010, p. 79-80, *grifo no original*):

a base ontológica do salto foi a transformação da adaptação passiva do organismo ao ambiente em uma adaptação ativa, com o que a sociabilidade surge como nova maneira de generidade e aos poucos supera, processualmente, seu caráter puramente biológico. Também aqui é absolutamente necessário apontar, em termos ontológicos, para a coexistência ontológica de duas esferas. Uma coexistência semelhante em abstrato, mas, em determinações concretas, totalmente diferente, existe também no salto entre natureza inorgânica e orgânica. E na medida em que o ser humano, o qual em sua sociabilidade supera sua mera existência biológica, jamais pode deixar de ser uma base do ser biológico e se reproduzir biologicamente. Também jamais pode romper ligação com a esfera inorgânica. Nesse duplo sentido, o ser humano jamais cessa de ser *também* ente natural. Mas de tal modo que o natural nele e em seu ambiente (socialmente) remodelado é cada vez mais fortemente dominado por determinações do ser social, enquanto as determinações biológicas podem ser apenas qualitativamente modificadas, mas nunca suprimidas de modo completo.

Esse desenvolvimento e complexificação pode explicitar categorias novas ou alterações nas categorias que se apresentam como formas de ser na totalidade social desde o princípio. Tal fato apenas reafirma o movimento como forma de ser da matéria e os seus estados permanentes, mutantes e transitórios, além da coexistência no espaço e no tempo de heterogeneidade de estados, o que aponta para o fato que no interior da totalidade do ser social o desenvolvimento das categorias não é homogêneo.

Em direção às especificidades operantes no interior do trabalho, reafirmamos que na natureza apenas opera a causalidade enquanto um princípio de automovimento que repousa em si mesmo. A teleologia, diferentemente, é um ato de pôr um fim pela consciência. Como a existência é objetiva e determina a consciência, a consciência que deseja pôr um fim na

realidade deve, primeiramente, ser capaz de produzir um reflexo da realidade material com a fidelidade necessária dos nexos causais operantes que se deseja realizar nova articulação.

Deve a consciência, portanto, distanciar-se enquanto sujeito do mundo objetivo e produzir um espelhamento desse mundo na consciência. O reflexo na consciência, no entanto, é insuficiente, na medida em que ele nada pode produzir na realidade. Apenas uma necessidade concreta do sujeito pode, em interação com o espelhamento na consciência, desenvolver possibilidades de novas formas de operar na causalidade refletida e estabelecer a transformação do real como finalidade para satisfazer a necessidade.

A finalidade construída na consciência como resposta a uma pergunta, a necessidade concreta historicamente determinada, orienta o ato de transformação da realidade. O animal tornado homem por meio do trabalho é, para Lukács (1978, 2010, 2013) um ser que dá respostas, pois o trabalho realiza uma solução enquanto resposta à carência que a provoca, e o desenvolvimento do ser social é igualmente o desenvolvimento da transformação das carências em perguntas e possibilidades de satisfação. A pergunta e a resposta são socialmente produzidas na consciência, mas “o ato de responder é o elemento ontologicamente primário nesse complexo dinâmico” (LUKÁCS, 1978, p. 5), pois a transformação da realidade é uma orientação dada por uma finalidade ainda não existente, uma resposta consciente à carência existente, que apresenta outra novidade distintiva no ser social, pois:

o sentido da determinação inverte-se deste modo: na determinidade normal biológica, causal, portanto tanto nos homens quanto nos animais, surge um desdobramento causal no qual é sempre inevitavelmente o passado que determina o presente. [...] O pôr do fim inverte [...] esse andamento: o fim vem (na consciência) antes da sua realização e, no processo que orienta cada passo, cada movimento é guiado pelo pôr do fim (pelo futuro) (LUKÁCS, 2013, p. 98-99).

O sujeito, portanto, tem as suas capacidades mobilizadas para o atendimento da finalidade estabelecida na consciência, cabendo ao dever-ser, o pôr do fim ainda inexistente no presente pois restrito à consciência do sujeito, o papel determinante quando o sujeito investiga os meios, as possibilidades, de realizar a finalidade e torná-la objetiva. Dessa forma, reafirma-se a posição de Lukács (1978), esclarecendo a resposta como o elemento ontologicamente primário, e o ser social como um ser que responde.

Cabe ao sujeito, ao investigar os meios, a decisão acerca de uma alternativa concreta

dentre às que se demonstram possíveis ao atendimento da finalidade. Essa alternativa, portanto, sendo uma atividade da consciência, apenas pode participar do processo de trabalho de acordo com a forma como o sujeito acredita que opera a natureza, ou seja, em interação com o espelhamento da realidade na consciência do sujeito.

A finalidade estabelecida na consciência do sujeito a partir de necessidades determinadas, determina a sua relação com o objeto na investigação dos meios e na decisão alternativa. Finalidade, investigação dos meios e alternativa, no entanto, são determinadas pelo espelhamento da realidade na consciência do indivíduo que, também, constrói a necessidade socialmente. Nesta direção, Lukács (2013, p. 100) aponta que:

qualquer decisão que se refere a uma alternativa do processo de trabalho, pode exclusivamente ser avaliada a partir do fim, de sua realização. Desse modo, aqui também temos uma insuprimível interação entre dever-ser e espelhamento da realidade (entre teleologia e causalidade posta), em que a função de momento predominante cabe ao dever-ser. O destacar-se do ser social das formas precedentes e o seu devir autônomo se mostram exatamente no predomínio daquelas categorias nas quais se expressa exatamente o caráter novo e mais desenvolvido desse tipo de ser com relação àqueles que constituem o seu fundamento.

Objetivar a finalidade por meio do trabalho estabelece uma coexistência ontológica entre teleologia e causalidade, e com o ato de pôr da teleologia “a consciência dá início a um processo real, exatamente o processo teleológico. Assim, o pôr tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico” (LUKÁCS, 2013, p. 48), e a consciência que impulsionou tal processo não pode ser mais um epifenômeno, mas um princípio plasmador da matéria no ser social que, ao efetuar a objetivação do pôr teleológico constitui uma transformação na realidade e no sujeito que realizou o ato de trabalho. A transformação objetiva e subjetiva, embora fundadas no mesmo processo, não são, de forma alguma, idênticas.

Depreende-se, a partir do exposto, que existe um momento ideal insuprimível na constituição do ser social, observado o indispensável processo de prévia-ideação no movimento do pôr teleológico. A relevância concedida a ideia pejada de força material no mundo dos homens por Lukács, para além de expor a posição do autor na especificidade do ser social, aponta para outro ponto fundamental da sua obra: a releitura das categorias do pensamento marxista a partir do prisma ontológico, concedendo conteúdo as mesmas, por vezes, diverso ao habitualmente feito a partir do prisma gnosiológico.

Sobre essa questão, Vaisman (2010) aponta que, a partir do prisma gnosiológico, os estudiosos da obra de Marx consideram a ideologia enquanto ilusão necessária à reprodução social, ou seja, a tomam enquanto o falso socialmente necessário composto por elementos estranhos à realidade, em oposição à ciência, que seria a consciência verdadeira.

Lukács promove uma crítica ontológica aos debates postos, identificando ideologia com o ser social. Para Lukács, o real pode ser capturável intelectualmente, e modificada por ação humanamente instruída, ideológica e conscientemente conduzida, o que significa que na prática social, as ações possuem em comum o fato de se encontrarem substanciadas por uma tomada de decisão entre alternativas, o que implica a existência de um momento ideal na ação humana. Assim, Vaisman (2010) argumenta que:

do ponto de vista ontológico, estamos, pois, diante do seguinte: o produzido é determinado pela sua produção, o que significa que o ser da ideologia é determinado pela sua produção, que é e só pode ser o ser social. E, me termos gerais, portanto, ela está presente em todas as ações humanas, enquanto orientação ideal.

Nesta direção, a orientação ideal e existência social são realidades inseparáveis, momento indispensável da constituição do ser social no sentido de articular a captura do real e substanciar a prévia-ideação da ação humana na transformação efetiva do real em princípios causais que jamais se explicitariam na ausência da atividade plasmadora do homem.

No entanto, para Lukács, o momento ideal não nasce enquanto ideologia, mas pode transformar-se em ideologia, de acordo com a função social que possa vir a desempenhar, não dependendo se esse pensamento esteja certo ou errado mas sim da função que este pensamento desempenha na vida cotidiana efetiva. A ideologia corresponde o uso do momento ideal na função de dirimir os conflitos sociais nas lutas de classe.

Para Lukács, há formas específicas de ideologia, como o direito e a política, que com o desenvolvimento social terminam por constituir em grupos de especialistas que nascem da necessidade de resolver e ordenar os conflitos derivados do processo produtivo. Ou seja, da necessidade de criar um corpo de regras pautadas em momentos ideais que influem na ação futura dos homens no sentido de mediar conflitos sociais reais manifestos na reprodução da vida cotidiana.

Há, também, as formas puras de ideologia, a arte e a Filosofia. Essas formas são consideradas puras por Lukács porque constituem um momento ideal que atua no sentido de dirimir os conflitos postos pela relação do indivíduo com o gênero, sem influência direta e prática imediata na vida cotidiana.

Retornando ao processo de transformação do mundo objetivo conduzido pela ação humana, observa-se que o homem externaliza sua consciência sintetizada em pôr teleológico e, ao fazê-lo, termina por desenvolver determinados conhecimentos e habilidades que não possuía antes e que só pôde desenvolver ao externalizar os mesmos produzindo um mundo objetivo distinto da sua subjetividade.

Dessa forma, a subjetividade humana se desenvolve mediada pelo desenvolvimento de uma objetividade humanizada. No entanto, embora esse mundo objetivo seja síntese da natureza primeira com a prévia-ideação humana, sua processualidade é alheia à subjetividade que conduziu a sua produção material: uma vez criado, o objeto passa a existir independente do sujeito que o projetou idealmente, diversamente da ideia que não sendo objetivada por meio do processo de trabalho inexistente enquanto elemento genérico, salvo estritamente presente na consciência do indivíduo (sujeito).

Esse movimento é apresentado na ontologia lukacsiana, de acordo com Lessa (1992), no tratamento conferido ao movimento de objetivação/alienação, com a particularidade de não constituir a reflexão pautada na negatividade comum ao pensamento contemporâneo. O autor aponta que o momento de transformação do real pelo trabalho humano tem como base uma ideação prévia que, ao se converter em força material efetiva no mundo dos homens sofre um processo de objetivação, o que significa que o previamente-idealizado ganha uma existência objetiva, concreta.

Nesse processo, há dois elementos de positivities inerentes: (1) a humanização do homem e realização do ser social constituindo uma base objetiva plasmada em nexos causais não explicitados espontaneamente pela natureza e (2) a objetividade da produção humana reage sobre o homem que a cria, e possui desenvolvimento causal não orientado pela teleologia que a cria mas por base na causalidade posta em movimento pelo trabalho, que enquanto causalidade não difere em termos objetivos da causalidade espontânea da natureza.

Dessa forma, Lessa (1992) observa que na ontologia lukacsiana, para se humanizar o homem necessita do processo de objetivação que resulta em um processo de alienação, pois

que o desenvolvimento da matéria objetivada se realiza independente da vontade do indivíduo que a cria. Portanto, há na história do produto objetivado, ausência de identidade com a história e vontade do criador. A essa distinção ontológica entre criador e o seu produto, Lukács denomina alienação. Sua positividade deriva da afirmação da humanidade e, assim, com o desenvolvimento da história humana há igualmente o desenvolvimento da capacidade cada vez maior de objetivar prévias-ideações e, por conseguinte, da capacidade humana de se alienar. A positividade se reafirma pois apenas se alienando os homens podem, em termos dos indivíduos e da humanidade, se constituírem enquanto tais.

Todavia, de acordo com Costa (2005), a posição assumida por Lukács na Ontologia acerca do complexo objetivação/alienação como distinto do fenômeno do estranhamento não coincide com o tratamento concedido à questão por Marx. De acordo com a autora, que analisou o texto dos Manuscritos de 1844, em Marx:

alienação e estranhamento, mesmo que distintas, são categorias complementares. O estranhamento é a consequência necessária da alienação do trabalho. [...] Portanto, tornou-se evidente, no texto de Marx de 44, que a alienação aparece sempre vinculada ao estranhamento, enquanto uma dada forma do trabalho humano se apresentar. [...] A *Entfremdung*, ou estranhamento, seria a realização da *Entäusserung*, alienação. Em outras palavras, a alienação enquanto *separação* do homem de seu produto, sua atividade, do gênero e dos demais homens acaba por gerar a *Entremdung* — o estranhamento — do homem em relação ao produto, atividade, gênero e dos homens entre si (COSTA, 2005, p. 4, grifos da autora).

Retornando à compreensão de Lukács acerca do complexo objetivação/alienação, observa-se que o conhecimento produzido nesse processo transcende a particularidade na qual foi engendrado, pois que o conhecimento de um caso singular se generaliza na medida em que demonstra sua utilidade em situações diversas à situação concreta particular em que surgiu. O singular, portanto, é igualmente o genérico, embora não sejam idênticos.

Essa relação de identidade da não identidade possibilita que os atos da produção humana não retornem ao princípio do processo de conhecimento no momento de um novo pôr teleológico em um novo caso particular concreto, mas partem do conhecimento fatalmente adquirido no processo de transformação da realidade objetiva, que não se efetiva sem a transformação do próprio homem em ser social.

A generalização igualmente ocorre na medida em que o conhecimento produzido necessariamente pela externalização e objetivação da prévia-ideação em objeto passa a

mediar ações não apenas do homem particular mas do homem genérico, pois o “pensamento abstrato” convertido em objeto concreto por meio do trabalho transforma o conhecimento que era propriedade do sujeito em propriedade da humanidade, e as ações do devir não podem negar o passado que põe determinações sobre essas.

Nesta direção, a efetivação da ideia em objeto transforma o sujeito da ideia, mas igualmente a humanidade e o mundo objetivo: no processo de trabalho o homem produz objetividade e subjetividade próprias, tanto sua objetividade quanto subjetividade são formadas no/pelo trabalho enquanto produtos históricos do ser social.

O trabalho converte a natureza na base material indispensável ao mundo dos homens, possibilitando que o desenvolvimento do mundo dos homens não se subsuma e se subjuguie estritamente à causalidade espontânea da natureza. Portanto, o trabalho suplanta a natureza por uma objetividade fundada em causalidade posta em movimento: essa objetividade passa a ser uma das mediações necessárias na relação entre os homens, e entre esses e o seu devir histórico.

A determinação da reprodução do indivíduo enquanto a necessária reprodução do grupo humano se estabelece na inter-relação entre a reprodução da humanidade do homem pelo trabalho e a reprodução da sociedade enquanto condição da reprodução dos indivíduos, tanto a reprodução de indivíduos humanizados pelo trabalho quanto a reprodução da determinação biológica desses indivíduos.

A reprodução biológica determina a necessidade da reprodução do indivíduo inter-relacionada à reprodução do grupo, na medida em que não é possível a um único indivíduo humano gerar um outro indivíduo humano e, ainda que houvesse essa possibilidade, nesse momento não haveria mais apenas um único indivíduo humano. Nesta direção, cumpre como necessidade à reprodução dos indivíduos a reprodução da sociedade, os indivíduos necessariamente se relacionam para a reprodução biológica. Marx; Engels (2001, p. 23-24) esclarecem a questão da seguinte forma:

Produzir a vida, tanto a sua própria vida pelo trabalho, quanto a dos outros pela procriação, nos parece [...] como uma dupla relação: por um lado como uma relação natural, por outro como uma relação social - social no sentido em que se estende com isso a ação conjugada de vários indivíduos, sejam quais forem as suas condições, formas e objetivos. Disso decorre que um modo de produção ou um estágio industrial determinados estão constantemente ligados a um modo de cooperação ou a um estágio social determinados, e que esse modo de cooperação é, ele próprio, uma "força produtiva". [...] Manifesta-se portanto, de início, uma

dependência material dos homens entre si, condicionada pelas necessidades e pelo modo de produção, e que é tão antiga quanto os próprios homens – dependência essa que assume constantemente novas formas e apresenta portanto uma “história”.

Quando os homens produzem a sua própria existência pelo trabalho, a reprodução do indivíduo humano que trabalha está inter-relacionada tanto à reprodução do trabalho no interior da reprodução da sociedade quanto à reprodução do indivíduo na sua natureza biológica (procriação). É necessário que o trabalho, portanto, seja realizado por todos os indivíduos do grupo, e esses mesmos indivíduos são responsáveis pela reprodução da espécie, o que impõe objetivamente a cooperação entre os indivíduos para a reprodução da sua existência social, que só pode se reproduzir com a reprodução da existência biológica. Com o desenvolvimento histórico da sociedade as formas de cooperação se modificam, o que expressa a existência real dessas formas e dos indivíduos que a sintetizam.

Nesta direção, cumpre uma primeira aproximação a um esclarecimento decisivo. Embora não exista sociedade sem indivíduos, a sociedade não é a soma dos indivíduos, mas o sistema de relações entre esses indivíduos que os vincula na cooperação para a reprodução da sociedade e dos indivíduos. A natureza dessas relações, reside no modo de produzir e reproduzir os indivíduos e a sociedade. Na organização das relações que são indispensáveis à contínua existência dos indivíduos e da sociedade. Esse sistema de relações se desenvolve e se complexifica com o desenvolvimento e complexificação do ser social, logo, tem expressão histórica e é forma de ser do ser social.

* * *

3.3. A UNIDADE ENTRE IDEIA E MATÉRIA NO SER SOCIAL

Pudemos evidenciar que existe, de acordo com a ontologia lukacsiana, uma distinção ontológica expressa nas formas concretas de ser da matéria em movimento. A conformação da objetividade encetada pelo ser social enquanto transformação da materialidade da existência da realidade se distingue, no plano ontológico, ao processo e resultado de transformação da matéria como resultado da causalidade espontânea natural.

Devemos, no entanto, demonstrar que as supraditas distinções expressam igualmente uma unidade real que reside no movimento de desenvolvimento e complexificação da matéria, do ser. Com tal intento, o movimento proposto neste item aprofunda a reflexão acerca da prioridade da existência em relação à consciência¹, explicitando como a consciência é resultado da complexificação da existência (matéria) e, ao mesmo tempo, é e integra ontologicamente a matéria e o seu desenvolvimento.

Nesta direção, implica a constatação da criação de entes objetivos nos quais há afirmação, difusão e realização de uma modalidade específica e mais complexa de ser, o ser social, concomitantemente à impossibilidade do ser natural (inorgânico e orgânico) determinar os entes constituídos em formas objetivas que explicitam uma causalidade posta em movimento por necessidades e possibilidades humanas.

Para pensar dessa forma, e considerar a sociedade enquanto ser e não estritamente

1 O tratamento inicial da questão foi realizado no capítulo anterior, no item “1.2. A Relação entre Filosofia e Ciência Como Condição ao Enfrentamento da Temática”. Retomaremos novamente a questão para novos e necessários aprofundamentos no próximo item deste capítulo.

um ente, é necessário superar um conjunto de dualismos e/ou dicotomias a partir de uma análise ontológico-genética, o que a permite purgar e tornar isenta de meras deduções lógicas e/ou apriorismos.

Neste momento, trataremos da superação da ideia de existência material dualista, afirmando que a matéria não é restrita ao que tem forma ou aparência material, mas contempla igualmente o que tem força material e que interfere e compõe o processo de transformação material, naquilo que existe. O desenvolvimento da exposição deste item, contudo, demonstrará que a superação dessa dualidade nos impõe o tratamento de outras dualidades, o que justifica, antecipadamente, a não restrição ao falacioso dualismo entre ideia e matéria.

A totalidade da existência compreende a matéria, que possui o movimento enquanto forma de ser. Depreende-se, nesta direção, que o movimento e a transformação da matéria são estritamente materiais. Portanto, as ideias, as concepções, são partes integrantes da materialidade, interferem na materialidade e sofrem interferências da materialidade. Possuem, por conseguinte, como forma de ser, um movimento de desenvolvimento e complexificação por serem igualmente matéria em movimento.

A ideia é, no modo de ser social, para além de miscível na matéria, resultado do desenvolvimento da matéria. A própria consciência, que permite a relação sujeito-objeto quando deixa de ser um mero epifenômeno e integra, é parte constituinte da transformação da matéria, não é desvincilhável do desenvolvimento da matéria em movimento no ser orgânico, por seu turno igualmente não desvincilhável do desenvolvimento da matéria em movimento no ser inorgânico.

A ideia, nestes termos, é resultado do desenvolvimento e complexificação qualitativa da matéria. No ser social, não é estritamente resultado, mas parte integrante e movente do movimento da matéria. Isso porque a ideia que orienta a transformação da existência objetiva por meio da atividade humana do trabalho constitui a matéria existente tanto quanto o objeto resultado do trabalho. Não há possibilidade de desvincilhar, de separar na totalidade da matéria que constitui o objeto do trabalho as partes constituídas exclusivamente por ideia e as partes constituídas exclusivamente por matéria. Na causalidade posta em movimento por uma finalidade conscientemente orientada a ideia é igualmente matéria, constitui uma materialidade que existe pela determinação de um modo de ser mais complexo, integra a totalidade da existência na condição de parte movida e

movente.

A peculiaridade do novo que daqui surge é, precisamente na sua estrutura decisiva, o caso modelar para toda atividade humana, por conservar nos fundamentos ontológicos a combinação dos momentos reais e ideais, por maiores que sejam a disparidades que possam revelar em estágios evoluídos (LUKÁCS, 2013, p. 404).

Afirmar a inexistência da dualidade entre ideia e matéria não equivale a afirmação de relação de identidade, o que implica elucidar a distinção qualitativa. No limite, a ideia é distinta da matéria mas, ao possuir expressão material no constituir-se em ser dos homens impossibilita a dualidade entre matéria e ideia, ao mesmo tempo impossibilita a identidade entre a natureza e os objetos criados enquanto expressão do ser social, a exemplo do espaço socialmente produzido.

Embora os supracitados objetos sejam necessariamente causais e objetivos, como a natureza, a existência da sociedade e dos objetos socialmente produzidos são constituídos por nexos causais que de modo algum existiriam enquanto tais pelo desenvolvimento espontâneo da causalidade da natureza. São, necessariamente, determinações de um modo de ser que nega a natureza afirmando a sua potencialidade de forma não espontânea, mas posta por finalidades e atos conscientes. A causalidade posta, nestes termos, é expressão do par teleologia-causalidade como forma de ser da matéria, em particular de uma esfera de ser do desenvolvimento e movimento da matéria, o ser social.

Para Lukács (1976-1981, 2010, 2013), a ideia se expressa materialmente ao converter a potência da natureza em matéria que não se constituiria enquanto tal estritamente por meio do desenvolvimento de processos causais espontâneos da natureza. Isso não significa, entretanto, que a ideia possa se integrar ontologicamente à materialidade na negação da potência da natureza, ou, em outros termos, que a ideia possa fundar nexos causais inexistentes, em potência, na natureza. A potência tratada por Lukács se refere a uma forma desenvolvida da *dýnamis* aristotélica.

Nesta direção, o resultado posto pelo trabalho antecipadamente “*existia*” em potência no ser menos complexo, no entanto, não se explicitaria de forma espontânea, na ausência do pôr teleológico do ato de trabalho enquanto uma determinação do ser social no que se constitui como efetivamente existente, possuindo, no decorrer de todo o percurso, uma forma e expressão material.

O ato de pôr do trabalho, conforme já observamos, funda uma relação sujeito-objeto que se manifesta na relação entre pergunta e resposta às necessidades sociais. A esse respeito, Lukács (2013, p. 405) argumenta que:

em decorrência dessa relação entre “pergunta” e “resposta”, surge, no trabalho, no âmbito do ser social em geral, a ligação inseparável entre momentos reais e momentos ideais que caracteriza esse estágio do ser. Nesse tocante, não é possível enfatizar suficientemente que, nessa união, o real constitui o momento objetivamente predominante: nada pode se tornar efetivo em termos de pores teleológicos que não tenha como fundamento a constituição real do ser; é certo que o ideal deve levar o real ao movimento desejado, podendo extrair dele coisas que ele, em seu ser natural, jamais teria realizado, mas toda essa liberação de possibilidades reais do ente-em-si já precisou estar contida neste como possibilidade real – independentemente de todo e qualquer pôr teleológico.

O trabalho possui uma dimensão ideal, de prévia-ideação da ação e resultado do próprio processo de trabalho a ser empreendido, que constitui o resultado do trabalho como um movimento e ato de pôr teleológico. A antecipação possibilitada pelo movimento do pôr teleológico se afirma objetivamente na produção da existência social (re)afirmando o poder de autoconstituição do ser social e a sua manifestação nos entes objetivos e, por conseguinte, a centralidade da práxis no ser social.

Com o pôr teleológico do trabalho as ideias têm força material porque as ideias possuem visceral relação com a constituição da própria matéria, são igualmente matéria, integram a existência e a matéria social que não poderiam existir sem as ideias. A transformação da natureza tem no desenvolvimento das ideias uma força material que interfere decisivamente na sua evolução. O desenvolvimento da matéria de forma consciente é igualmente o desenvolvimento da ideia na qualidade de matéria em movimento.

O desenvolvimento do ser social torna-se objetivo na autoconstituição do objeto e do sujeito sociais e, portanto, o desenvolvimento do ser social não está restrito ao desenvolvimento objetivo, mas igualmente ao desenvolvimento da capacidade subjetiva do homem de transformar a natureza, reorganizando, de forma mais complexa, a causalidade espontânea da natureza ao fundar a causalidade posta.

A unidade objetivada de forma e matéria, ajudando a promover o processo de socialização dos homens mediante a imagem ideal da ampliação do mundo objetivado, e não mais só objetivo, no e em torno do homem. Quanto mais desenvolvidos forem essas formas ideais, esses momentos, modos fenomênicos etc.

do pôr teleológico, tanto mais explícito se manifesta seu caráter objetivador (LUKÁCS, 2013, p. 421).

A ideia, objetivada no processo de trabalho, ou, o pôr teleológico em termos lukacsianos, é o que permite a produção do homem enquanto ser social pois que produz enquanto entes objetivos uma forma superior, mais complexa, de organização da matéria, essa não mais redutível à natureza orgânica ou inorgânica, embora fundada em potenciais formas de organização da objetividade natural que, no entanto, a causalidade espontânea da natureza não pode tornar efetivamente real.

O ser social se constitui a partir da incessante e irreversível transformação da matéria de modo conscientemente orientado, ou teleologicamente posto, o que expressa o papel seminal da ideia enquanto prévia-ideação do processo e do ato de transformação da realidade material — constituindo avaliações dos possíveis resultados da transformação do mundo material e das diversas alternativas — e da presença necessariamente intrínseca e coesiva da ideia na constituição da matéria socialmente produzida enquanto realização da potencialidade do previamente existente que, no entanto, não se realizaria espontaneamente, na ausência do pôr teleológico.

O movimento da matéria representa a origem de sua forma, na qual o eterno tornar-se outro e simultaneamente permanecer idêntico da natureza se expressa como relação matéria-forma, ao passo que, no âmbito da relação forma-conteúdo, em cuja base se encontra a relação matéria-forma enquanto conteúdo igual à unidade de matéria e forma, o ontologicamente característico é justamente o caráter posto da forma, que não se originou espontaneamente da mobilidade imediata (LUKÁCS, 2013, p. 420)

Nesta direção, a modalidade específica de ser, que compreende a distinção ontológica do ser social, enceta processos e resultados ao mundo material, ao ser-precisamente-assim-existente fora da consciência, enquanto expressão do seu momento fundante como um salto ontológico na transformação teleologicamente orientada da matéria como resposta às necessidades materiais.

A matéria passa a se constituir de uma unicidade entre ideia e matéria sem romper com o seu caráter causal e objetivo, implicando a constituição da matéria conscientemente orientada mas cujos processos são constituídos por uma causalidade, qualidade inerente e inseparável da matéria, ainda que causalidade posta em movimento conscientemente. A

causalidade posta, embora possua enquanto ponto de partida finalidades socialmente construídas e efetivamente realizadas por uma orientação ideal da transformação do real, não suprimem a objetividade e causalidade da matéria, que são determinações gerais de tudo o que existe.

O ser social não suprime a materialidade objetiva ou a natureza enquanto ser nos modos inorgânicos e orgânicos. Igualmente, é necessário compreender a indissociabilidade insuprimível entre ser social e natureza, que pode ser principalmente constatada em dois aspectos:

(1) o primeiro diz respeito à dimensão biológica do homem e da sua necessidade de reprodução biológica que não são passíveis de supressão pelo ser social que, portanto, necessita reproduzir a base biológica que possibilita a afirmação do ser social;

(2) o segundo diz respeito à dimensão social e sua necessidade de reprodução, que requer um intercâmbio orgânico permanente com a natureza enquanto base para a transformação material que constitui o fundamento da modalidade específica de ser que é o ser social, quando se depreende que na ausência da natureza inexistente ser social, ou qualquer forma de ser.

Deste modo, reafirma-se a unidade geral de todo ser pela própria impossibilidade de constituição do ser social na ausência da natureza — o que significa determinações insuprimíveis do ser geral na constituição do ser social —, a partir da qual (e com a qual) aflora a realização de potencialidades de existência da matéria. Sem a ideia, enquanto prévia-ideação, determinados objetos — ser material, existência material — jamais se constituiriam, não teriam existência de fato, apenas em potência de uma organização da causalidade da realidade existente.

A ideia é, portanto, força material determinante na existência do ser social e na materialidade encetada pelas determinações do movimento dessa forma de ser, dentre as quais se encontra o espaço socialmente produzido. De tal modo, o espaço social apenas pode existir como estrita expressão da afirmação de um modo específico de ser, o que é necessariamente a sua negação como expressão material do desenvolvimento espontâneo de um ser geral ou da natureza, seja ela inorgânica ou orgânica.

A existência do espaço social é dependente da constituição da forma superior de organização da matéria que é o ser social, é isso o que insere o ser social enquanto

determinante do espaço, enquanto ser do espaço, pois o espaço social não existiria na ausência do ser social — mas sim a mera espacialidade da matéria natural existente.

O ser social constitui e consolida seu salto como modo específico de ser ao objetivar ideias, que resultam na transformação do mundo material e conformam uma matéria que é igualmente ideia, ou seja, cuja constituição é conscientemente orientada — consciência, por seu turno, materialmente determinada — e está, portanto, plasmada por uma causalidade insuprimível que é posta em movimento pela objetivação da ideia, enquanto projeção ideal do processo e ato de transformação da realidade, resultando na criação de novas formas materiais.

A objetividade da transformação realizada no real orientada teleologicamente deriva da distinção ontológica entre sujeito e objeto, não sendo possível, igualmente, a afirmação e afloramento de um modo específico de ser que constitua o efetivamente-existente, a matéria, de modo disforme à totalidade do ser.

Embora encetada por uma projeção e ato de transformação teleologicamente orientados, o sujeito e o objeto são distintos ontologicamente e o objeto socialmente plasmado pela objetivação realizada pelo sujeito se conforma em um movimento processual tão objetivo e causal quanto à natureza, pois do contrário estaria disforme às efetivas determinações do existir. É necessário reafirmar, neste ponto, a inexistência da dicotomia entre ideia e matéria, na medida em que:

o mundo material e perceptível através dos sentidos, de que nós, homens, também fazemos parte, é a única realidade, e de que a nossa consciência e o nosso pensamento, por muito transcendentem que pareçam, são produtos de um órgão material, físico: o cérebro. A matéria não é um produto do espírito: o próprio espírito não é mais que o supremo produto da matéria. Isto é, naturalmente, materialismo puro (ENGELS, 1974, p. 48).

Nesta direção, embora a constituição da matéria seja orientada teleologicamente, a mesma não pode ocorrer negando processos e causalidades do existente. Da mesma forma, a matéria constituída que coaduna matéria e ideia, não possui processos de desenvolvimento orientados teleologicamente, sendo, portanto, processos necessariamente causais como toda a matéria existente pois a própria ideia é matéria.

A ideia constitui a transformação da realidade material como fundamento ontológico

de uma nova esfera do ser enquanto uma forma superior de organização da matéria não porque a ideia seja distinta da matéria, mas a própria ideia é uma forma de organização superior da matéria no seu movimento de desenvolvimento e complexificação.

Acerca dessa questão, para Lukács (1978), é falaciosa a concepção que Marx atribui à consciência uma importância diminuta em relação à matéria (existência). De acordo com o autor:

Marx entendia a consciência como um produto tardio do desenvolvimento do ser material. [...] O produto tardio não é jamais necessariamente um produto de menor valor ontológico. Quando se diz que a consciência reflete a realidade e, sobre essa base, torna possível intervir na realidade para modificá-la, quer-se dizer que a consciência tem um real poder no plano do ser e não [...] que ela é carente de força (LUKÁCS, 1978, p. 3).

O ser social se constitui como uma esfera específica do ser fundada no trabalho enquanto categoria que expressa o par teleologia-causalidade como forma de existência da matéria. No entanto, essa constituição apenas é possível porque a ideia (teleologia) que orienta a transformação da realidade — cujo movimento de transformação é necessariamente causal —, é igualmente matéria em uma forma de desenvolvimento superior, o que faculta a possibilidade de transformação da matéria previamente existente em novas e superiores formas de organização.

O trabalho, conseqüentemente, é a categoria fundante dessa nova forma de ser por cumprir a função fundante da forma de ser e das determinações da existência do ser social na síntese entre ideia e matéria a partir do par teleologia-causalidade.

O par teleologia-causalidade expressa que a teleologia que orienta o processo e o ato de transformação do real não suprime a causalidade que a matéria objetivada por essa orientação possui anteriormente e/ou posteriormente ao projeto e ato de transformação, pois que a causalidade é uma qualidade inerente ao que existe, e a matéria mantém essa qualidade no seu desenvolvimento processual, independente do modo específico de ser, o que, contudo, não suprime as possibilidades e expressões da diversidade qualitativa no interior da unidade da matéria, não implicando, igualmente, em dualidades ou dicotomias.

O desenvolvimento das ideias, no entanto, necessita de alguns esclarecimentos, o que implica um breve diálogo a respeito da natureza do conhecimento. A necessidade de

produzir o conhecimento parte da resposta a uma necessidade cuja satisfação é necessariamente satisfeita por meio de uma transformação conscientemente orientada do real. Desse forma, a consciência capaz de responder a uma necessidade com o ato de pôr, necessariamente deve ser capaz de conhecer e produzir o conhecimento no atendimento das necessidades concretas.

A consciência, assim, é determinada pela existência real de necessidades reais. Ela, no entanto, se revela no desenvolvimento e complexificação da matéria orgânica que explicita a possibilidade de um reflexo do real (uma reprodução ideal da existência real) como uma mudança qualitativa que nega o realmente existente ao afirmá-lo, convertendo a mera potência em ato para a satisfação das necessidades. Essa negação e afirmação operam na realidade pois o sujeito que trabalha somente se torna consciente do real no processo que orienta e realiza uma transformação do real a partir da consciência da existência de uma necessidade real que apenas pode ser satisfeita por meio dessa transformação.

Essa transformação da realidade objetiva impõe o movimento da matéria ao sujeito que se confronta com a matéria transformada pelo seu pôr conscientemente orientado. O que significa que a transformação real impõe à necessidade contínua de renovação (e acúmulo) do conhecimento, pois caso contrário a consciência não poderia possuir um papel ontologicamente decisivo na transformação do real ao desconhecer ou ignorar esse real e os movimentos de transformação orientados por uma finalidade socialmente posta. Nesta direção, Lukács (1978, p. 4) reafirma que o salto ontológico do ser social “é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica”.

O conhecimento é, à vista disso, dimensão do complexo categorial do ser social no seu processo de desenvolvimento e complexificação. A função que o conhecimento exerce na interação com o trabalho a partir de uma atividade consciente dos homens, evidencia a sua relevância decisiva enquanto componente da objetivação da subjetividade, na síntese entre ideia e matéria, objetividade e subjetividade, que constitui a novidade do ser social. A novidade é, em resumo, o par teleologia-causalidade, ou seja, a causalidade posta em movimento por finalidades conscientemente orientadas à satisfação de necessidades concretas e historicamente determinadas.

Não há, por conseguinte, autonomia no conhecimento, que é constituinte do complexo categorial do ser social, forma de ser no seu desenvolvimento histórico e, assim,

integrado e integrante, determinado e determinante, na/da totalidade social. Lukács aponta que essa questão esclarece consequências relevantes, sobretudo quanto “a dialética interna do constante desenvolvimento do trabalho” (LUKÁCS, 1978, p. 8).

Essa afirmação nos permite reafirmar o peso decisivo do papel ativo da consciência na autoconstituição subjetiva e objetiva do ser social e do contínuo movimento do conhecimento, evidenciando que o trabalho “pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e determinados meios. [...] O aperfeiçoamento do trabalho é uma de suas características ontológicas; disso resulta que, ao se constituir, o trabalho chama à vida produtos sociais de ordem mais elevada” (LUKÁCS, 1978, p. 8).

O desenvolvimento do trabalho, portanto, evidencia, por um lado, a incognoscibilidade da totalidade do real como condição a esse desenvolvimento no interior do desenvolvimento da totalidade social, reafirmando, mais uma vez, a relevância da consciência. Por outro lado, a incognoscibilidade da totalidade do real é tornada consciente a partir da consciência enquanto forma de ser do desenvolvimento do ser social, o que implica aos homens a possibilidade de atribuir a existência social de forma transcendente à autoconstituição do ser social como uma expressão do momento de desenvolvimento da consciência historicamente determinada, enquanto expressão dos limites da consciência como forma de ser da matéria, expressão de um estágio débil de desenvolvimento da consciência.

Nesta direção, a capacidade de conhecer a realidade que se afirma e se reconhece consciente na transformação do mundo objetivo, faz com que os conhecimentos desenvolvidos em interação com o produto do trabalho tornem conscientes novas necessidades que, ao serem atendidas, desenvolvem o sujeito ao desenvolver o mundo objetivo, o que significa que o desenvolvimento subjetivo e objetivo integram o desenvolvimento de uma mesma totalidade, embora os processos objetivos e subjetivos não sejam idênticos. À vista disso, Lukács (2010, p. 220-221) afirma que:

no objeto não apenas aparecem possibilidades, não apenas são descobertas e aplicadas no ser, mas que o sujeito – forçado pela sua atividade – termina por formar dentro de si novas possibilidades, processo no qual inevitavelmente é induzido a reprimir, ou modificar, velhas possibilidades. Que, então, o ser humano – e propriamente enquanto ser humano – não é algo fixamente dado, univocamente determinado a reagir sobre circunstâncias externas, mas, em larga medida produto de sua própria atividade, ele exerce sobre suas possibilidades uma

ação qualitativamente transformadora do mesmo modo que transformou o desenvolvimento do ser e o ser determinado da forma também em processo ativo em formação.

O mundo objetivo segue impondo ao sujeito o desenvolvimento do conhecimento para transformar o real e desenvolver o sujeito como resultado do desenvolvimento da matéria. Dessa forma, as necessidades concretas passam a ser satisfeitas tendo como mediação o desenvolvimento dos sujeitos, dos objetos, e da capacidade subjetiva de transformar o real e, igualmente, o desenvolvimento de capacidade de complexificação da matéria. Logo, há um afastamento das barreiras naturais que expressa o movimento de desenvolvimento e complexificação do ser social na síntese entre objetividade e subjetividade na existência social.

Essa síntese entre subjetividade e objetividade, no entanto, se complexifica no desenvolvimento da sociedade, estabelecendo a necessária construção de um conjunto de mediações entre a subjetividade e a objetividade, que se expressam na reprodução material da vida social mas também nas determinações históricas ao conhecimento que os sujeitos possuem do objeto. Isso implica diretamente no conhecimento, por parte dos sujeitos, das suas ações, na medida em que o conhecimento se constrói na transformação do real. Ou seja, no par teleologia-causalidade, na autoconstituição subjetiva e objetiva do ser social.

Essas mediações não se apresentam com toda a sua potencialidade na investigação do sujeito sobre a realidade natural, mas é constituinte da relação entre sujeito e objeto social, pois as mediações atuam nas condições do sujeito de captar coerentemente o objeto e as suas determinações pois o próprio sujeito é determinado pela totalidade social no interior da qual se reproduz e o qual procura conhecer para o atendimento das suas necessidades de objetivação.

Para esclarecer o desenvolvimento dessas mediações, é necessário constatar que os objetos produzidos são, portanto, a base objetiva de novas objetivações. O que significa que os novos objetos são objetivados com base nos objetos pretéritos que, assim, são mediações atuantes entre o presente apreendido na consciência dos homens e o futuro enquanto resultado da realização desses atos conscientes para o atendimento das necessidades identificadas no momento presente.

Como os objetos de atos de objetivação pretéritos do trabalho podem atuar com essas determinações à existência dos homens, o trabalho se realiza cada vez mais mediado por

objetos sociais que, portanto, possibilitam que as categorias se tornem cada vez mais sociais, além de complexos atuantes no trabalho e na reprodução social.

A determinação dos objetos pretéritos do trabalho é indubitável para que os sujeitos tornem conscientes as novas necessidades (carências) fundadas na transformação objetiva e as respondam com novas finalidades socialmente postas e historicamente determinadas na síntese sujeito e objeto no ser social.

Isso evidencia que a satisfação de uma necessidade pelo trabalho torna possível a satisfação de novas necessidades que não poderiam ser concretamente satisfeitas sem o desenvolvimento subjetivo e objetivo provocado pela satisfação da necessidade anterior. O trabalho, portanto, transforma qualitativamente a forma de ser da matéria na relação entre sujeito e objeto que, enquanto expressão de uma esfera de ser da matéria em movimento, transformam e são transformados no/pelo trabalho.

Os esclarecimentos supracitados nos permitem interpretar a consagrada e recorrente citação da ontologia lukacsiana: “o trabalho remete necessariamente para além de si mesmo”. O trabalho pode remeter para além de si mesmo por constituir a matéria social que, no seu movimento e transformação como forma de ser, não pode se restringir e permanecer estática em perpétua identidade com o momento do trabalho mas, igualmente, ao movimento para além do trabalho.

Resumidamente, o trabalho é a categoria que é expressão da forma de ser do par teleologia-causalidade enquanto forma superior de organização da matéria. O trabalho, conseqüentemente, ao plasmar a matéria social faz com que o movimento dessa matéria remeta, necessariamente, para além do ato plasmador da matéria. O trabalho remete para além de si mesmo por ser o princípio plasmador da matéria social, e a matéria possui o movimento como forma de ser.

Essa constatação reafirma a ideia como matéria, pois o desenvolvimento do conhecimento a partir do trabalho é expressão do movimento de desenvolvimento e complexificação da matéria superiormente organizada. A impossibilidade da estática da ideia expressa a materialidade da ideia que, enquanto matéria, existe em movimento.

Em outros termos, a matéria social é a causalidade posta, o par teleologia-causalidade. O movimento da matéria social é o movimento tanto dos objetos enquanto forma material (causalidade) quanto das ideias que são determinadas pela matéria e

orientam a transformação da matéria (teleologia). A ideia, em vista disso, é matéria superiormente organizada, integrante do ser social enquanto forma superior de organização da matéria, constituindo o movimento de desenvolvimento da matéria dotado de superior complexidade.

A apreensão do movimento da matéria social implica apreender que as relações sociais mediadas pelos objetos socialmente postos são, nesta direção, indispensáveis ao processo histórico no mundo dos homens. Por isso, “uma vez satisfeita a primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento já adquirido com essa satisfação levam a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico” (MARX; ENGELS, 2001, p. 22).

Dessa forma, as expressões fenomênicas dos momentos da história do desenvolvimento do ser social são integrantes da essência desse ser e, igualmente, resultado das atividades dos próprios homens. Se a essência do ser social fosse fixa e imutável e, por conseguinte, completamente alheia ao mundo dos fenômenos, os fenômenos com os quais os homens concretos se defrontam não poderiam ser alterados pela ação consciente dos homens constituindo escolhas e alternativas a partir do tornar-consciente necessidades concretas, na qualidade de perguntas.

As necessidades concretas enquanto determinações coercitivas da consciência são satisfeitas por finalidades conscientes — que apenas podem ser satisfeitas na indissociabilidade do par teleologia-causalidade —, nas quais se encontram sempre presentes alternativas, não havendo um desenvolvimento transcendente à atividade prática dos homens, um movimento da matéria social que não permite alternativa, logo, um movimento de desenvolvimento puramente natural e/ou espontâneo.

A alternativa, de modo algum independente da necessidade, enquanto momento da atividade plasmadora da matéria social manifesta que há, no ser social, portanto, a unidade contraditória entre necessidade e liberdade, expressando a unidade das “decisões teleológicas entre alternativas com as premissas e conseqüências ineliminavelmente vinculadas por uma relação causal necessária” (LUKÁCS, 1978, p. 14).

A dualidade entre essência e fenômeno e entre liberdade e necessidade determinam a falaciosa constatação de que o desenvolvimento da esfera fenomênica apenas realizaria um desenrolar da essência, e os homens e a história não seriam autoconstruções dos próprios homens mas mera derivação da essência e impotentes perante a essência.

Isso porque, sendo os homens e a história mera derivação da essência, os homens e a história se desenvolveriam a partir de uma essência que impõe uma finalidade, uma teleologia, e sendo a história teleológica as ações humanas são impotentes para a sua transformação, pois que o desenvolvimento da história está orientado por uma finalidade estabelecida *a priori*, imperiosamente transcendente ou puramente natural.

Corroboramos, portanto, com a concepção de Harvey (1980), quando o autor afirma que a resolução dos falaciosos dualismos que fundamentaram o pensamento ocidental por Marx reside na reflexão acerca do trabalho. Nas palavras do autor, “os inumeráveis dualismos [...] (entre o homem e a natureza, [...] entre sujeito e objeto, entre liberdade e necessidade, entre a mente e o corpo e entre o pensamento e a ação) podiam ser resolvidos somente através do estudo da prática humana; e, quando necessário, através de sua criação” (HARVEY, 1980, p. 248).

Por fim, é necessário reafirmar que, do mesmo modo como a ruptura entre as esferas de ser inorgânico e orgânico enceta um processo de desenvolvimento no qual as formas de vida se complexificam. Ou seja, possuem um desenvolvimento não redutível ao modo de ser menos complexo, mas igualmente não redutível à própria ruptura (ao salto ontológico), no ser social há um desenvolvimento processual fundado no e pelo trabalho que enceta um movimento de complexificação e desenvolvimento a partir do salto ontológico e não redutível a esse, embora em conformidade com o mesmo. Não é redutível pois tudo o que existe é matéria que, por possuir o movimento como forma de ser, incessantemente enceta desenvolvimento de mudanças, de modo algum inerte ou em relação de identidade que reduziria a matéria à gênese.

Reafirmamos, em vista disso, que a matéria social fundada no trabalho de forma alguma pode ser redutível à categoria fundante enquanto expressão da ruptura qualitativa da forma de ser matéria. A matéria tem o movimento como forma de ser e, portanto, se desenvolve não redutível a atividade plasmadora. Logo, é uma impossibilidade que o desenvolvimento da sociedade seja redutível ao trabalho. Considerar o trabalho na qualidade de fundante da matéria social equivale necessariamente a considerar que a matéria social se movimenta para além do trabalho.

Desta forma, cumpre pensar o espaço socialmente produzido como não redutível ao resultado material da expressão do ser social — matéria social plasmada no trabalho —, mas enquanto partícipe do processo de complexificação e desenvolvimento desse modo de ser.

Ou seja, como a materialidade constituída por ideia e matéria impõe determinações às novas ideias e concepções — o que significa que a ideia enquanto forma superior de organização da matéria, sendo matéria, possui o movimento e a unidade entre continuidade e descontinuidade como forma de ser —, limites e potencialidades, de forma tão objetiva quanto a natureza. Desta vez, uma segunda natureza, cuja apropriação, em que pese a sua objetividade, não pode ser redutível à primeira.

Antes de tratar propriamente do espaço, no entanto, retomaremos o diálogo com as principais críticas à concepção da sociedade enquanto ser, sobretudo na reflexão desenvolvida por Reis (2009, 2012, 2013), que constitui uma crítica da entificação social do ser na ontologia do espaço geográfico.

A partir do que expomos, podemos afirmar que na ontologia lukacsiana não há a entificação social do ser, mas uma apreensão do momento fundante da constituição de uma entificação que expressa a delimitação de uma nova esfera do ser. Nessa nova esfera o movimento de entificação está plasmado em uma constituição da matéria anteriormente inexistente e que movimenta a complexificação desse ser e do seu processo de entificação, implicando, portanto, que a matéria expressa uma qualidade anteriormente inexistente e que persiste no movimento de desenvolvimento e complexificação da esfera de ser social.

No item que se segue, nestes termos, temos o propósito de desenvolver a questão com maior perspicuidade.

* * *

3.4. “O CREPÚSCULO DOS ÍDOLOS” (MOVIMENTOS I-III): CRÍTICA DA CRÍTICA DA ENTIFICAÇÃO SOCIAL DO SER NA ONTOLOGIA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Para discorrer a respeito da crítica da crítica da entificação social do ser na ontologia do espaço geográfico, consideramos pertinentes a realização três movimentos reflexivos orientadores. Esses movimentos revelam que a crítica que desenvolveremos neste item compreende não estritamente a questão da entificação social do ser mas, igualmente, demais questões que apontamos na qualidade de pertinentes ao aprofundamento do tema mas orientadas de modo absoluto e intransigente com a nossa proposta no decorrer do Capítulo 2² e que, por conseguinte, consideramos premente estabelecer o movimento de construção da crítica.

Condensar esse amplo e candente conjunto de questões sob a expressão “crítica da crítica da entificação social do ser na ontologia do espaço geográfico” não significa desestimar as demais questões, mas estabelecer uma hierarquia entre as mesmas e considerar que essas possuem relação de enraizamento com a questão a qual creditamos primazia³. Em graus não idênticos, irrompem da noção de diferença ontológica uma diversidade de direcionamentos que constituem unísono potencial de construir e evidenciar

2 As questões supraditas se encontram expostas principalmente nos itens “2.3. Da Temática da Ontologia do Espaço: Aproximações Iniciais para um Recorte no Interior das Divergências (e Polêmicas)” e “2.4. A Construção do Problema Enquanto Movimento de Recorte do Tema”.

3 Somente na exposição do Capítulo 4 essa primazia será tratada de modo circunstanciado na delimitação da gênese e das implicações decorrentes.

elementares insuficiências ou equívocos derivadas da acrítica integração, caracterizada como mera transposição com pressupostos determinantes e impreteríveis, da proposta ontológica (marxista-)lukacsiana ao debate da ontologia do espaço.

Para esclarecer o conteúdo e a ordem de exposição dos movimentos, elencamos concisamente a seguir os elementos presentes em cada um dos três movimentos para a construção do tratamento dispendido às indagações e às respostas. Essas últimas na qualidade de um esforço crítico a partir dos fundamentos da ontologia lukacsiana e nas considerações ontológicas contidas nos manuscritos de 1844 de Marx (2004), fomentando resultados que nos permite ensaiar um movimento de aproximação à integração da categoria espaço ao arsenal categorial da reflexão de Lukács, ensaio que fundamenta o esboço de tese proposto.

(1) no primeiro movimento discorreremos, compendiosamente, acerca das divergências explicitadas na ontologia lukacsiana — e as implicações dessas —, sobretudo as aferidas por Lukács (1976, 2012) no capítulo dedicado ao neopositivismo e ao existencialismo, e às considerações que desenvolveremos no segundo movimento.

Em outros termos, um primeiro movimento para a crítica da crítica da entificação social do ser, pelo tratamento concedido aos alicerces da ontologia heideggeriana (HEIDEGGER, 2002a, 2002b) sobre os quais são construídos os argumentos a respeito das inadequações ontológicas da proposta marxista.

(2) no segundo movimento o objetivo é expor os elementos essenciais da ontologia heideggeriana para a crítica da entificação social do ser — conforme leitura da apropriação desses elementos nas reflexões a respeito da ontologia do espaço — e, igualmente, retomar a exposição, para a crítica, das questões engendradas por e produtoras do movimento de confronto com o tema a partir das distintas propostas.

Por consideramos apropriado — e igualmente apartado de mera repetição supérflua —, revocar as questões supracitadas, as propostas/autores nas quais essas se assentam e identificar alguns elementos que sintetizam o conteúdo dessas questões, indicamos que essas se referem:

(2.1.) a crítica da entificação social do ser na ontologia do espaço geográfico, desenvolvida por Reis (2009, 2012, 2013) a partir da noção de “diferença ontológica” (HEIDEGGER, 2002a, 2002b). Crítica que, resumidamente, considera a sociedade um ente

que, ao ser equivocadamente tratado na condição de ser, fundamenta um “malabarismo ontológico” que resulta em “entificação” social do ser;

(2.2.) a incorreta assimilação de coincidência entre espaço e matéria, assim como entre matéria e objetividade, na medida em que não se pode admitir que as coisas são espaço ou que o ente é espaço, mas sim que ele, ente, existe e, por existir, está em um espaço, uma das dimensões de existência do ente, conforme Martins, E. (2007);

(2.3.) a impossibilidade da produção do espaço — na medida em que o espaço é uma propriedade inerente a tudo o que existe — e a analogia entre natureza e espaço — na medida em que materialmente há impossibilidade de distinção entre ambos —, conforme a proposta de Escolar (1996);

(2.4.) a indagação provocativa de Pedrosa (2012), quando, ao se referir a potencialidade da ontologia lukacsiana para a análise do espaço, questiona se “pensar a ontologia do espaço [a partir do projeto ontológico lukacsiano] não reproduziria [a] visão do espaço como um elemento exterior que oferece as potencialidades ao desenvolvimento humano?”.

(3) recuperar criticamente os principais elementos desenvolvidos nos movimentos precedentes a partir de um diálogo com as relevantes considerações ontológicas dos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844 (MARX, 2004), expondo em que termos a proposta ontológica marxista — ou, poderíamos considerar marxista-lukacsiana — confere tratamento às indagações e, por conseguinte, permitem fundamentar iniciais aproximações a uma proposta ao debate da temática da ontologia do espaço.

3.4.1. Críticas ao Neopositivismo e ao Existencialismo na Ontologia Lukacsiana

Com o intuito de situar a relevância da crítica ao neopositivismo e ao existencialismo no interior da ontologia lukacsiana, consideramos tempestivo principiar o movimento com a realização de breve diálogo com estudiosos da biografia e da obra de Lukács. Esse breve diálogo será orientado estritamente pelas constatações dos estudiosos a respeito das necessidades identificadas por Lukács para a sistematização de uma ontologia.

Posteriormente, a partir do capítulo dedicado ao neopositivismo e ao existencialismo no primeiro volume da “Ontologia do Ser Social” (LUKÁCS, 1976, 1984, 2012), apresentaremos como essas necessidades se assentam na constatação de limites e implicações das ontologias propostas e, em extensa e profunda medida, acatadas e reproduzidas na qualidade de corretas e, em algum termo, irrefutáveis a partir do critério de autoridade a essas atribuído.

A respeito dos objetivos que orientaram a concepção e construção do projeto ontológico de Lukács, Coutinho (1996) afirma que, resumidamente, a “Ontologia do Ser Social” possui duas metas indissociáveis. Essas metas consistem em elucidar (1) a prioridade da ontologia em relação à gnosiologia (a existência determina a consciência) e (2) a superação da dicotomia entre ser e ente, sobretudo com a compreensão da historicidade da essência, que desvela a unidade das diversidades do/no momento e do/no movimento do ser e do ente.

As supraditas metas expressam o embate e a crítica lukacsiana à gnosiologia e a epistemologia neopositivistas e à ontologia heideggeriana. De acordo com Coutinho (1996, p. 19), as metas implicam:

1. resgatar, contra o neopositivismo contemporâneo [...], o princípio de que a análise do ser deve preceder a análise do conhecer, já que este último é momento de uma totalidade mais ampla, ontológica, ou seja, a práxis social global; [...]
2. e, ao mesmo tempo, conceber esse ser não como algo contraposto aos “entes”, não como uma essência inefável e irracional, como o faz Heidegger, mas como totalidade concreta e dinâmica, apreensível por uma racionalidade dialética.

Para Paulo Netto (1978), o neopositivismo (autonomia da gnosiologia/epistemologia) e o existencialismo (ontologia heideggeriana) propiciam a compreensão prática imediata e utilitária como fundamentos da negação da potencialidade da crítica dialética para a apreensão e a transformação qualitativa da realidade, para além da mera manipulação quantitativa na qual a mudança se afirma estritamente ao se negar por repousar no movimento de retorno à conservação.

O autor afirma, nesta direção, que em ambos os casos:

o exílio da razão dialética não apenas dispõe como aliados da quotidianidade manipulada e manipuladora o neopositivismo e o moderno irracionalismo. Faz

mais: articula uma frente teórico-filosófica que pretende a impugnação da ontologia do ser social, que, sob o capitalismo, somente o projecto marxiano tem possibilidades de construir (PAULO NETTO, 1978, p. 76).

Pertinente evidenciar que o debate da manipulação associada ao irracionalismo congrega questões desenvolvidas por Lukács em momentos que precedem a elaboração da ontologia, e a concentração destinada particularmente ao tratamento da disputa ideológica na emergência da crise do capital se apresenta em duas obras, “A destruição da razão” e “Existencialismo ou marxismo?”.

Ambas as supraditas obras foram elaboradas no contexto do final da Segunda Guerra, embora a publicação dessas ocorra com a diferença de 4 (quatro anos). “A destruição da razão”, publicada em 1952 e compreendendo a análise da Filosofia alemã posterior ao domínio do (neo)hegelianismo — de carácter ceticista e/ou fenomenológico —, e “Existencialismo ou marxismo?”, publicada em 1948 e dedicada ao estudo crítico do existencialismo francês — e da sua constituição fenomenológica — e aos seus principais referenciais, Sartre e Merleau-Ponty.

O esforço reflexivo empreendido se concentrou na crítica das perspectivas filosóficas parametrizadoras da interpretação burguesa da realidade, definidas por meio de rigorosa análise da gênese, desenvolvimento e integração dessas perspectivas com as disputas ideológicas. Nesta direção, Lukács identifica, assinala os limites ontologicamente determinados e reconhece as convergências que aparentam distinções irreconciliáveis nas perspectivas filosóficas precisamente movidas e moventes da concepção burguesa da realidade.

Discorrendo a respeito da recepção e debates desenvolvidos nos 30 (trinta) anos da publicação de “A destruição da razão”, Tertulian (2011c)⁴ a considera indiscutivelmente como a obra de Lukács que dispõe do conteúdo de maiores controvérsias, sendo de tal modo expressivo o volume de contestações dirigidas ao texto que o autor declara existir um raro discurso unívoco contrário aos argumentos do pensador húngaro.

Prosseguindo, o autor compreende que a obra apresenta um conteúdo provocador de febril fascinação, ainda que com predominância reconhecidamente negativa. As críticas se constituem, concomitantemente:

4 Artigo originalmente publicado em 1986.

(1) de intensa hostilidade por grupos marxistas renomados, a exemplo das declarações dos pensadores da Escola de Frankfurt (Adorno, principalmente);

(2) da concepção de pensadores filiados a perspectivas filosóficas afins dos alvos da crítica lukacsiana (Nietzsche, Dilthey, Heidegger, dentre outros) que instituem integral invalidez aos argumentos fundamentais;

(3) e, igualmente, o pensador húngaro e a obra experimentaram impiedosa denúncia de autores com orientações reconhecidamente próximas ao pensamento lukacsiano, que imputava ao texto a manifestação indubitável de uma involução ou corrupção do pensamento de Lukács pelos problemas estruturais do stalinismo, evidenciado sobretudo por um apelo ideológico inadmissível⁵.

A elaboração da obra se inicia durante o período que compreende a realização da Segunda Guerra, e os elementos precisamente ideológicos que se destacam, de acordo com Tertulian (2011c), decorrem da pretensão de sustentar a existência de um encadeamento malicioso e perverso instituído no desenvolvimento da Filosofia alemã que ascende posteriormente ao (neo)hegelianismo. Para tanto, a exposição construiu um relacionamento entre as concepções que partem de Schelling, Schopenhauer e Nietzsche, passando por Heidegger e Ernst Junger, de modo a concluir que o pensamento filosófico alemão progressivamente se debilitava embebido em impetuosa irracionalidade, manifestada na imediaticidade por se direcionar ao encontro dos alicerces ideológicos da demagogia nacional-socialista do nazismo.

O autor sublinha, a esse respeito, a provocação na sentença do subtítulo da primeira edição — “o caminho do irracionalismo, de Schelling a Hitler” —, suprimido da edição definitiva da obra, que ocasionou uma profunda devastação que acresceu a condição de degradação e autodepreciação dos leitores e interlocutores alemães. “O processo instruído [com] ferocidade no encadeamento implacável dos argumentos, tentava detectar nos grandes representantes do pensamento irracionalista alemão do século XIX os sinais precusores da deterioração filosófica que precedeu a escalada do nazismo” (TERTULIAN, 2011c, p. 16).

5 Lukács reconhece que a elaboração da obra transcorre no período da Segunda Guerra, sendo apenas finalizada para publicação em 1952. Importante destacar que Lukács reside em Moscou em 1930 e entre 1933 e 1945, o que acentua a crítica realizada.

No plano do debate diligentemente calcado nos elementos do domínio filosófico da obra, o autor focaliza a orientação da crítica radical ao pensamento irracionalista no imputar evidências que concatenam o discurso ideológico com as condições materiais e, ao mesmo tempo, as condições materiais contradizem o discurso ideológico. Logo, assevera uma incontestável debilidade a saturar a proposta no constituir e no manifestar requisitos condizentes com o enfrentamento da objetividade da realidade.

Nesta rota, Lukács procede a exposição dos aspectos fundantes do pensamento dialético de Hegel e Marx de modo indistinto ao movimento do confrontar com as exigências imanentes e postas na realidade objetiva, o que o permite declarar a superioridade da reflexão instaurada na dialética que, por seu turno, se define então como equivalente da razão no movimento de autêntica aproximação ao encontro das determinações do movimento do real.

Com base nessa definição, Lukács valida a legalidade para promover a congregação do termo irracionalista para as perspectivas filosóficas que, em decorrência da incapacidade de apreensão da complexidade dos problemas manifestados na realidade, atribuem qualidades irracionais ao movimento do real. Tertulian, (2011c, p. 13) considera que:

o aspecto mais estritamente filosófico do livro que manterá, sobretudo hoje, nossa atenção, se consideramos incidentes atuais e novos aspectos do debate racionalismo-irracionalismo, do qual o alcance histórico patenteia-se ultrapassar largamente o período coberto pela análise lukacsiana.

Por ocasião da publicação da primeira edição da tradução espanhola em 1959 (LUKÁCS, 1959), Lukács averba um prelo prefácio que esclarece o contexto do empreendimento da investigação e redação da obra, realizado no transcorrer da Segunda Guerra. Acrescenta que não considera necessário proceder modificações, de forma ou de conteúdo, das argumentações e declarações de caráter histórico ou filosófico, exceto em relação ao “Epílogo” da obra. No entanto, justifica o distanciamento de conteúdo em relação ao trabalho em desenvolvimento, a “Estética”, para se desobrigar de realizar as modificações, e assinala a além de reafirmar as posições da obra observa que o “Epílogo” carece estritamente de maior clareza no desenvolvimento dos exemplos e nos aspectos estilísticos da exposição, o que não torna a permanência do texto incoerente com as mudanças justificáveis.

Em “Existencialismo ou marxismo?”, Lukács (1979a) considera que o existencialismo se desenvolve assentado em uma teoria do conhecimento de caráter intuitivo, do qual deriva potencialidades de apreensão arbitrária e incontrolável da realidade. Nesta direção, compreende o fundar de uma Filosofia que acata interrogações que atribuem limites intransponíveis ao conhecimento científico e se orienta para uma proposta supra-científica ou mesmo anticientífica que recorre à intuição enquanto instrumento do processo de conhecimento para a crítica aos critérios objetivos da ciência.

Prosseguindo, o autor afirma que os direcionamentos postos pela proposta existencialista conforma uma perspectiva ideológica a sustentar a necessidade de destituir a sacralidade da razão moderna. Compreende o limiar da construção de ideias que fundamentam a perspectiva na reflexão a respeito da razão e da intuição em Schopenhauer e Kierkegaard, e posteriormente no relativismo do conhecimento em Dilthey e a incognoscibilidade da realidade em Nietzsche.

O relativismo e o agnosticismo, para o filósofo húngaro, conformam a justificativa para a predominância da intuição na teoria do conhecimento e, por conseguinte, a ofensiva contraposta ao pensamento racional. A crítica na crença absoluta na ciência passa a ser apreendida de modo assemelhado aos preconceitos e superstições medievais, apresentando a proposta existencialista na qualidade de uma alternativa que consolida condições à apreensão da ciência enquanto ideologia análoga aos falaciosos discursos medievos. Diante disso, Lukács (1979a, p. 55, *grifos nossos*) declara que “esse agnosticismo relativista, esse ceticismo a respeito de tudo, conduz em linha reta o mito da Filosofia atual, cujo valor central é o anti-racionalismo, e até o irracionalismo ou, em todo caso, **a aceitação de métodos e realidades supra-racionais**”.

O aprofundamento do consensual valor de superioridade da razão moderna e da ciência, penetra o senso comum e assegura uma expressividade marginal ao ideário com esse conteúdo crítico. A ascensão decisiva da perspectiva irracionalista, para Lukács (1979a), se constitui oportunizada pela crise geral engendrada na Primeira Guerra, quando se configura a possibilidade de apreensão e interpretação concreta da história por meio da instrumental gnosiológico do irracionalismo, sublinhando a crescente repercussão das reflexões de Heidegger.

Nesta rota, o autor depreende que a concepção da alternativa irracionalista do existencialismo decorre da impossibilidade da permanência de uma compreensão que

consagra legalidade regular e eterna a existência da realidade, na medida em que a manifestação da destruição objetiva e subjetiva não dissociada da crise do imperialismo se revela com aguda violência na imediaticidade sensível, o que convale a impossibilidade de rejeição pela consciência dos indivíduos.

Portanto, a consciente apreensão da necessidade objetivamente posta de reconhecer o dilacerar das pretensas verdades eternas da sociedade burguesa encontra no existencialismo uma profícua alternativa filosófica. O progressivo crescer da repercussão dessa crítica aos elementos estruturantes da modernidade inclusive pelo pensamento burguês se justifica, por um lado, no reconhecimento da limitação da racionalidade na apreensão integral da realidade e, por outro lado, na consolidação histórica da alternativa socialista.

Diante disso, a declaração da falência da racionalidade absoluta fatalmente se demonstra enquanto a alternativa para a orientação da Filosofia burguesa, a deflagrar a concepção da racionalidade como uma atividade definida subjetivamente no relacionamento do indivíduo com a manifestação imediata da existência da realidade, apontando o direcionamento para uma razão subjetiva fundada na intuição.

Outrossim, Lukács (1979a) argumenta que a composição da progressiva consolidação dessa perspectiva integra a intensificação do dilacerar proveniente da violenta limitação das possibilidades de desenvolvimento da personalidade que se acelera de modo correspondente ao abreviar do ciclo de reprodução do capital. No entanto, a incorreção do reconhecimento das condições materiais conformam:

o elemento mais importante da ideologia irracionalista: transformar mistificando-a, a condição do homem no capitalismo imperialista em uma condição humana geral e universal. O cumprimento dessa tarefa exige um desdobramento de método. Tudo que é social, racional e conforme às leis da evolução será declarado inumano e inimigo da personalidade. A personalidade será declarada anti-racional e irracional por sua própria natureza. [...] As diversas variantes mistificadas desta atitude correspondem por sua vez perfeitamente às necessidades universais da época, que se resumem sob o signo do “terceiro caminho” (LUKÁCS, 1979a, p. 57, *grifos no original*).

Lukács compreende que esse caráter ideológico a reproduzir em outros termos a dualidade a isolar o indivíduo da apreensão das condições concretas da sua real existência, se constitui no fundamento da concepção existencialista e a envolve na irracionalidade

própria do existir do indivíduo. O existencialismo, portanto, se conforma em expressão historicamente determinada da crise de reprodução do capital no âmbito da Filosofia burguesa e se institui enquanto alternativa ao conservar da Filosofia burguesa travestida de radical superação.

A alternativa postulada nas reflexões existencialistas, designada como “terceiro caminho”, reproduz as condições de conservação em uma concepção da existência da realidade que assegure a resignação e a impotência humana na transformação da realidade social, restando o recorrer a reconhecer a totalidade da potencialidade de humanização na interioridade do indivíduo, impostando um consentir do estranhamento do indivíduo em relação ao gênero na qualidade de determinação ontológica imanente e imutável da existência humana.

Os direcionamentos postos, à vista disso, restituem o reconhecimento da legalidade ontologicamente fundada de uma dualidade que aparta as propriedades existenciais da objetividade das propriedades existenciais da subjetividade, compelindo o apartar irreconciliável entre sujeito e objeto, entre consciência e existência da realidade, entre o indivíduo e o mundo.

Desvela-se, por conseguinte, o não reconhecimento do enraizamento comum com a modernidade, que se manifesta no predominante prescrever de uma pretensa ruptura absoluta com as determinações da dilaceração da personalidade. No entanto, a postura de ruptura ignora a reprodução das condições materiais definidas como incognoscíveis na medida em que destituídas de racionalidade que estruture uma unidade pois ontologicamente fragmentadas de modo multidimensional pelo critério absoluto da multiplicidade de olhares da subjetividade. O existencialismo recupera a concepção da existência de “dois mundos distintos: de um lado, a razão impotente e desumana e, de outro, a ‘realidade inteligível’ e ‘superior’ que só é acessível à intuição” (LUKÁCS, 1979a, p. 59, *grifos no original*).

Logo, os encaminhamentos se prefiguram assentados estritamente no promover a destituição da objetividade por meio do enaltecer absoluto das qualidades particulares da subjetividade e, de modo correspondente, da absolutização ontológica do indivíduo enquanto a plenitude da existência e dos sentidos da existência humana. Isso posto, traveste-se a particularidade da subjetividade como universalidade permanente da existência

humana, dotada da totalidade das qualidades em poder da singularidade do indivíduo na construção do sentido e do destino para a realização da sua humanidade.

3.4.2. Divergências, Problemas e Polêmicas no Debate da Ontologia do Espaço: Limites da Geografia Crítica Derivados dos Limites do Marxismo?

A crítica da entificação social do ser na ontologia do espaço geográfico é elaborada por Reis (2009, 2012, 2013) a partir dos fundamentos da ontologia heideggeriana, sobretudo assentada na concepção do método ontológico que se enraíza na noção de diferença ontológica. A respeito da diferença ontológica, depreende-se que há uma diferença intransponível entre “ser” e “ente”.

A investigação realizada pelo autor acerca da historiografia da temática da ontologia do espaço na Geografia promoveu a apreensão de elementos de conclusão relevantes, sendo o mais expressivo a crítica à integração do debate ontológico na Geografia a partir do pensamento marxista.

Essa integração, ainda de acordo com o autor, ocorreu de forma irrefletida e desatenta a noção de diferença ontológica. Os movimentos reflexivos que ignoraram a noção estabeleceram enquanto ponto de partida para o desenvolvimento de propostas ao tratamento ontológico do espaço a equivalência entre sociedade e ser, e a sociedade como ser do espaço.

Os argumentos e proposições fundadas nesse ponto de partida se encontram peçados de grave equívoco por considerarem um “ente”, a sociedade, na qualidade de “ser”, o que resulta em “entificação social” do ser, em tratar na condição de “ser” o que em verdade é um “ente”, o que desconsidera, portanto, a noção basilar de diferença ontológica estabelecida no projeto ontológico heideggeriano.

Dessa forma, é a partir dessa noção que Reis (2009, 2012, 2013) analisa as contribuições ao tema no pensamento geográfico. O autor afirma que as preocupações e a correta assimilação acerca da diferença ontológica inexistem na reflexão ontológica fomentada na Geografia Crítica — perspectiva com expressiva inspiração do pensamento marxista, na qual a temática é encetada e adquire expressão na Geografia —, argumentando

que essa ausência se evidencia na incorreta equivalência entre sociedade e ser, quando o espaço e a sociedade são, nos argumentos do autor, “entes”, não “ser”.

A noção de diferença ontológica assegura que a diferença entre “ser” e “ente” é intransponível, não havendo como a sociedade se constituir em ser do espaço na medida em que a sociedade é um ente. Isso aponta para a apropriação da sociedade enquanto ser como um equívoco fundamental e, portanto, irreparável, pois que fundamenta todos os elementos de conclusão que, necessariamente, derivam ou emanam do equívoco. Esse, pela aludida razão, constitui um “pressuposto autoevidente”.

Esse “pressuposto autoevidente” é considerado pelo autor como uma reflexão proveniente não propriamente de uma ontologia, mas, com determinada entonação depreciativa, de uma designada “onto-socio-logia” marxista, consequência de um “malabarismo ontológico” que compõe uma “entificação social do ser”.

De acordo com Reis (2013), o equívoco transparece em proposições relevantes e fundamentais à Geografia Crítica, a exemplo da perspectiva de produção social do espaço, na qual se atribui à produção a relação com a sociedade alheia à indagação ontológica fundamental: o que é Produção?

A questão levantada por Reis (2013) nos parece parcialmente pertinente, na medida em que se a produção é instituída de um caráter ontológico, tem relação com o ser. No entanto, o equívoco da questão levantada reside no fato de que a categoria produção, embora apenas possa transformar em ato potências presentes no ser geral, seja na natureza inorgânica ou orgânica, ou nos termos do autor atua no des-encobrimento do real como disponibilidade, a produção não é uma categoria transcendental, mas uma categoria que expressa forma de ser e determinação da existência de uma esfera específica de ser, o ser social. Ela é, portanto, em razão do seu ser.

A categoria produção não é forma de ser ou determinação da existência de qualquer outra esfera de ser, o que evidencia ser um equívoco a tentativa de proceder uma transcendência da categoria para esferas de ser que não a possuem como determinação da sua existência. A categoria produção não permite investigar a esfera de ser inorgânico ou orgânico, porque essas esferas não se expressam nessa categoria.

Considerar a unidade do ser não elimina a heterogeneidade das esferas de ser, o que implica uma investigação ontológica para cada uma dessas esferas a partir das categorias

que expressam a sua existência, o que não significa, contudo, a ausência de categorias transcendentais.

O que é produção é uma questão legítima, mas a sua resposta apenas pode residir na gênese da categoria, o que implica a sua existência efetiva e não a mera possibilidade irrealizável em determinado estágio do processo de desenvolvimento e complexificação da matéria. Evidente que se a produção não fosse possível enquanto forma de ser jamais teria existência. Mas é a sua existência que determina as possibilidades da sua investigação ontológica.

E essa não é uma questão de identificar o ser com a sociedade, como sugere Reis (2009, 2012, 2013). A categoria reprodução, a título de exemplo, expressa uma forma de ser da natureza orgânica, é uma determinação da existência da natureza orgânica, de forma que não pode jamais expressar a forma de ser da natureza inorgânica. Embora a vida, em potência, se encontre como possibilidade na natureza inorgânica.

Como o ser social possui base biológica insuprimível, a categoria biológica da reprodução determina a categoria social da produção. A produção social é, fundamentalmente, um conjunto de relações determinadas e com finalidades de atendimento a necessidade de reprodução biológica.

Reis (2013) relaciona a problemática da entificação social com a questão da técnica. Depreendemos, no entanto, a partir da consideração que o des-encobrimento do real reside nas possibilidades que os nexos causais do real possuem para serem articulados e, portanto, o homem apenas pode apreender formas mais eficientes de articular esses nexos causais de acordo com as suas necessidades, não haver propriamente diferença expressiva entre a concepção de ato e potência aristotélica ou do par teleologia-causalidade fundado no trabalho na ontologia marxista(-lukacsiana).

A concepção de des-encobrimento do real como essência da técnica pelas disponibilidades reveladas aos homens, contudo, ignora que esse critério “gnosiológico” de verdade das conexões causais alheios à vontade humana não é precisamente a forma como a técnica participa das relações sociais, não estando restrita a uma verdadeira apropriação das causalidades naturais.

Nas relações sociais, essas causalidades naturais são subordinadas ao conjunto das relações sociais de dado período histórico, o que significa que aquilo que a técnica é depende

da forma como a sociedade a articula ao conjunto das relações sociais. Se é verdade que não há instrumento técnico que possa ser produzido alheio às causalidades naturais, é igualmente verdadeiro que não repousa nas causalidades naturais constituintes do instrumento técnico o que esse instrumento é para o conjunto das relações sociais.

Se a essência da técnica é estritamente o des-encobrimento do real enquanto possibilidade da sua transformação pelos homens, como explicar que o instrumental técnico, que dela é resultado, poderia ser no conjunto das relações sociais algo que a princípio ela não é? Pois o que os instrumentos técnicos são nas relações sociais independe da sua “verdade”, do critério gnosiológico. Eles atuam realmente cumprindo funções sociais independentemente de serem um des-encobrimento do real. Ou seja, se atribuímos à “verdade”, ao melhor conhecimento do real e das suas possibilidades de transformação, a forma como os instrumentos técnicos participam das relações sociais, não naturalizamos a técnica e as relações sociais?

Como o instrumento pode atuar na manipulação do real e encobrir as possibilidades de transformação potenciais do real na afirmação da conservação a-histórica do ser e da essência, se a técnica é, em verdade e em essência, o oposto, o des-encobrir?

As indagações evidenciadas em Reis (2009) são de extrema pertinência ao tratamento da temática. No entanto, o autor estabelece a sociedade enquanto ente e não há, de forma explícita na exposição dos seus argumentos, tratamento apropriado que evidencie as impossibilidades da reflexão da sociedade enquanto ser, sendo, portanto, uma posição assumida como dada ou como pressuposto, o que se assemelha à insuficiência que é objeto da crítica desenvolvida. O autor estabelece, portanto, um “pressuposto autoevidente”, equivalente ao que caracteriza enquanto objeto construído na sua crítica, a entificação social do ser.

É igualmente ausente, na crítica desenvolvida pelo autor, possíveis fundamentações construídas na perspectiva marxista criticada que impliquem uma explicação, por parte dos autores da referida perspectiva, que incida na diferenciação de modos específicos de ser — natural (inorgânico e orgânico) e social —, estabelecendo as delimitações e diferenças ontológicas entre os mesmos.

Em outros termos, o autor aponta insuficiências do debate marxista sobre o tema estritamente fundamentado por autores que desenvolvem o tema no campo da Geografia, sem explicitar a insuficiência do marxismo, mas, exclusivamente, da apropriação do

marxismo para o tratamento do tema da ontologia na Geografia. Tal procedimento pode conferir indícios e, desses, construir ilações, mas nos parece deveras insuficiente para a crítica desenvolvida ser passível de qualquer generalização ao marxismo. Nos parece que, na Geografia Crítica, o que se considerava autoevidente era, em verdade, a concepção ontológica da perspectiva marxista, não propriamente a suposta equivalência entre ser e sociedade.

As delimitações e diferenças dos modos específicos de ser, ainda que ausentes (de forma explícita) nas contribuições dos geógrafos analisados, apontam para a possibilidade do debate que anuncia coerência na apropriação da sociedade enquanto ser do espaço fundada em uma ontologia do ser social, e não em uma “*onto-socio-logia*” fundada em um “*malabarismo ontológico*”, como sugere o autor.

O suposto vínculo entre o tratamento conferido à ontologia na disciplina e os fundamentos marxistas acerca do tema é resultado das posições assumidas pelos autores que se dedicaram a contribuir ao desenvolvimento da temática, não implicando a determinação de impossibilidade no tratamento sob outro prisma, algo que, inclusive, ocorreu. O vínculo advém da presença da abordagem marxista no interesse dos autores que empreenderam a reflexão da temática. Outros autores com distintas filiações produziram esforços reflexivos trilhando percursos distintos.

Apesar das críticas e observações de patente pertinência, consideramos que o autor apresenta significativas omissões por analisar as reflexões desenvolvidas na Geografia Crítica na ausência dos fundamentos da perspectiva, utilizando fundamentos alheios à corrente e assentados nos seus próprios pressupostos, o que impossibilita diferenciar com a clareza necessária os fundamentos das divergências das abordagens.

A omissão mais significativa, a nosso ver, assenta-se na ausência de demonstração da impossibilidade do tratamento conferido na Geografia Crítica ao tema. Pois se o autor traz argumentos para afirmar que na perspectiva da Geografia Crítica não houve ênfase ou um tratamento explícito centrado na distinção entre “*ser*” e “*ente*”, não o faz para afirmar a impossibilidade de tratamento da sociedade enquanto ser, na medida em que argumenta estritamente que a sociedade é um ente “*sem dúvida!*”. Apesar dessas omissões e considerando a pertinência das críticas e observações do autor, consideramos a pertinência de desenvolver a distinção entre “*ser*” e “*ente*” no debate da ontologia do ser social, que é preliminar ao debate do ser social enquanto ser do espaço.

Com base no parcial esforço reflexivo desenvolvido, considera-se que a crítica de Reis (2009, 2012, 2013) deve ser considerada pertinente na medida em que autores da Geografia Crítica podem não ter explicitado adequadamente os fundamentos da ontologia marxista que corroboram com os elementos de conclusão desenvolvidos, o que resulta em tratamento das questões de forma entenebrecida, por mera consideração de obviedade em razão da apropriação dos supracitados fundamentos na ausência das explicações necessárias à construção das afirmações e conclusões.

No entanto, a partir das reflexões que desenvolvemos até o presente momento, é inegável que a proposta ontológica marxista desenvolvida por Lukács apresenta potencialidades à reflexão acerca do ser social para além da ideia de entificação social do ser, portanto, com relevantes indicativos para superar essa crítica e, por conseguinte, fundamentar fecundos percursos ao desenvolvimento da temática.

As supracitadas potencialidades apontam para a pertinência da análise sistematizada da ontologia lukacsiana como fundamento para uma retomada do debate acerca da ontologia iniciado na Geografia Crítica, trazendo para esse debate questões coerentes com as reflexões desenvolvidas por autores da perspectiva. Considera-se que os resultados desse movimento reflexivo possibilitam o aprofundamento do debate e o profícuo diálogo com as críticas hodiernas, constituindo uma singela contribuição à temática.

Depreendemos que a proposta de Martins, E. (2014), ao tratar da relação e da simultaneidade na qualidade de fundamento da essência e reafirmar a historicidade da essência, apresenta elementos de conclusão relevantes para a crítica da crítica da entificação social do ser. No entanto, não há, no referido texto, um diálogo explícito com Reis (2009, 2012, 2013).

Em que pese essa questão, depreendemos, conforme reflexões que desenvolveremos no Capítulo 4, que o argumento de Martins, E. (2014) trata da diferença ontológica entre ser e ente, mas ainda evidencia um limite relevante ao identificar a sociedade com o ser, pois a essência residiria geneticamente na relação de simultaneidade entre sujeito e objeto, algo que não consideramos integralmente compatível com a posição de Marx (2014) e Lukács (1976-1981, 2010, 2012, 2013).

Isso porque a relação entre sujeito e objeto é, no par teleologia-causalidade fundado no trabalho, o fundamento do ser social. O ser social, no entanto, é uma esfera específica do ser, não o ser geral. Martins, E. (2014), portanto, desentifica o ser, mas ainda identifica o ser

com a sociedade. Fundamentar a reflexão em Marx (2004), dessa forma, não significa que o argumento do autor expressa a integralidade da concepção ontológica marxista, apesar da evidente relação com essa.

Depreendemos que na proposta do autor há, em verdade, para além dos fundamentos da ontologia marxista, fundamentos das determinações lógico-gnosiológicas ao tratamento ontológico vigente da antiguidade grega às suas críticas na concepção heideggeriana, expressos na concepção de que como estritamente a consciência é capaz de indagar e interrogar a existência, a consciência deve ser o ponto de partida para a ontologia. A consciência é, necessariamente, a consciência do sujeito, e a consciência do sujeito necessita da relação com o objeto. Compreendemos que, por essa razão, Martins, E. (2014) credita à relação entre sujeito e objeto o “fundamento ontológico”, sendo a consciência do sujeito na relação com o objeto a essência do ente, o ser do ente.

Destarte, com base no debate brevemente apresentado, a exposição objetivou tratar da noção de diferença ontológica — a partir da apropriação de Reis (2009, 2012, 2013) da concepção heideggeriana. No item que se segue, aproximaremos da questão o tratamento concedido na ontologia de György Lukács (1976-1981, 2010, 2012, 2013) e em Marx (2004) à sociedade enquanto ser, o ser social enquanto modo específico de ser.

Dos elementos de conclusão construídos a partir das reflexões acerca desse tratamento, reconciliaremos a noção de diferença ontológica com a ideia de produção do espaço e a ideia de sociedade enquanto ser (ser social), comparando nossos resultados com a crítica à concepção ontológica na perspectiva da Geografia Crítica conforme desenvolvida por Reis (2009, 2012, 2013).

Esse movimento reflexivo, portanto, nos permitirá proceder a análise acerca da (in)coerência interna ao pensamento marxista no tratamento da sociedade enquanto “ser” e não enquanto “ente”, possuindo como ponto de partida os argumentos que fundamentam a supracitada crítica. Consideramos que esse trajeto nos permitirá rediscutir a crítica da entificação social do ser na ontologia do espaço geográfico, reafirmando a posição assumida por Reis (2009, 2012, 2013) ou inserindo novos elementos que apontem para outra(s) possível(is) direção(ões).

É necessário, igualmente, para explicitar as distinções entre a nossa proposta e o argumento desenvolvido por Martins, E. (2014), que o movimento ao mesmo tempo em que afirme a sociedade enquanto “ser” não reduza o “ser” a sociedade, ou seja, evidencie que a

sociedade é uma esfera específica de ser no interior da unidade do ser geral, reafirmando que a existência precede e determina a consciência.

Nesta direção, integrando as questões abordadas por ora na exposição do texto, o movimento que se segue trata da crítica da crítica da entificação social do ser, compreendido como a necessária superação das limitações das duas abordagens tratadas neste segundo movimento. A interlocução com as reflexões de Martins, E. (2014) serão expostas nos movimentos do Capítulo 4.

3.4.3. *Despertar para uma Interlocução entre os Desafios da Ontologia do Espaço e a Ontologia Lukacsiana*

A realização do esforço reflexivo deste movimento consiste na consubstanciação do conjunto de reflexões por ora desenvolvidas na exposição com o aprofundamento das mesmas a partir de interlocução com as considerações ontológicas desenvolvidas por Marx nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844 (MARX, 2004).

O movimento, nesta direção, pretende o aprofundamento que, por seu turno, pressupõe superar os limites apontados por meio da crítica da entificação social do ser, conforme asseguram Reis (2009, 2012, 2013) e Calçavara (2013). Para tanto, o tratamento proposto resulta da identificação de breves trechos nos quais Marx (2004) assenta sinteticamente os elementos fundamentais do debate a respeito do ser. Apresentaremos inicialmente, portanto, as citações dos supracitados trechos e, partindo e retornando constantemente a esses, desenvolveremos o movimento de crítica e superação, considerando os elementos fundamentais previamente esboçados no transcurso da exposição deste Capítulo.

O homem é imediatamente ser natural. Como ser natural, e como ser natural vivo, está, por um lado, munido de forças naturais, de forças vitais, é um ser natural ativo; estas forças existem nele como possibilidades e capacidades [...], como pulsões; por outro, enquanto ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, ele é um ser que sofre, dependente e limitado, assim como o animal e a planta, isto é, os objetos de suas pulsões existem fora dele, como objetos independentes dele. Mas esses objetos são objetos de seu carecimento [...], objetos essenciais. Que o homem é um ser corpóreo, dotado de forças naturais, vivo, efetivo, objetivo, sensível significa que ele tem objetos efetivos, sensíveis como objeto de seu ser, de sua manifestação de vida [...],

ou que ele pode somente *manifestar* [...] sua vida em objetos sensíveis efetivos [...]. É idêntico: *ser* objetivo, natural, sensível e ao mesmo tempo ter fora de si objeto, natureza, sentido, ou ser objeto mesmo, natureza, sentido para um terceiro. A *fome* é uma *carência* natural; ela necessita, por conseguinte, de uma *natureza* fora de si, de um *objeto* fora de si, para se satisfazer, para se saciar. A fome é a carência confessada de meu corpo por um *objeto* existente [...] fora dele, indispensável à sua integração e externação essencial. O sol é o *objeto* da planta, um objeto para ela imprescindível, confirmador de sua vida, assim como a planta é objeto do sol, enquanto *externação* da força evocadora de vida do sol, da força essencial *objetiva* do sol. [...] Um ser que não tenha sua natureza fora de si não é nenhum ser *natural*, não toma parte na essência da natureza. Um ser que não tenha nenhum objeto fora de si não é um ser objetivo. Um ser que não seja ele mesmo objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser para seu *objeto*, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é nenhum [ser] objetivo. [...] Um ser não-objetivo é um *não-ser*. [...] Um ser *não objetivo* é um ser não efetivo, não sensível, apenas pensado, isto é, apenas imaginado, um ser da abstração. Ser *sensível*, isto é, ser efetivo, é ser objeto do sentido, ser objeto *sensível*, e, portanto, ter objetos sensíveis fora de si, ter objetos de sua sensibilidade. Ser sensível é ser *padecente* (MARX, 2004, p. 127-128, *grifos no original*).

Depreendemos, a partir da reflexão de Marx (2004), que um ser não objetivo é um não-ser. A objetividade como forma de ser possui, do mesmo modo, o *caráter* de se constituir com e na relação com outros objetos que estão fora desse ser mas que são insuprimíveis à sua objetividade.

Logo, como não há ser que não seja objetivo, a relação com outros objetos mais que condição para os objetos é condição para o ser. A relação do ser objetivo com outro objeto é condição para a sua objetivação, portanto o ser, precisamente para ser, carece, necessita da relação com outros objetos para afirmar a sua objetivação.

A planta é um objeto que possui o sol como um dos objetos fora de si com o qual se relaciona como condição da sua objetividade. A ausência dessa relação anula a sua objetividade e ela então é um não-ser. A planta é objeto do sol porque sem essa relação a planta não existiria; logo, o sol também se objetiva na objetividade da planta. A planta, por não ter relação de identidade com o sol, revela o potencial de objetividade de ser do sol em um ser que se objetiva em relação a ele e na relação com ele, que não poderia existir na ausência dessa relação.

Essas relações entre objetos qualitativamente diversos expressam o caráter de heterogeneidade e unidade do ser integrante ao movimento de desenvolvimento e complexificação da matéria, não restritas aos entes pertencentes ao interior de uma mesma dinamicidade qualitativa que expressa uma forma específica de ser, pois a planta (ser orgânico) tem como objeto fora de si o sol (ser inorgânico).

De modo semelhante, podemos constatar como o movimento de rotação e translação da Terra, ao propiciar momentos com a incidência de luz e energia solar e outros com ausência dos mesmos — logo, o movimento da Terra tem relação com o sol na qualidade de objeto fora dela —, tem relação com os hábitos de caça de determinados animais, com a reprodução biológica dos mesmos.

O movimento de rotação e translação, da mesma forma, tem relação, embora não idêntica, com a dilatação das rochas provocada pelo aquecimento nos momentos de incidência da energia solar e a contração nos momentos de ausência dessa — trata-se, em verdade, de diminuição —, o que é determinante ao processo de movimento (quantitativo) da matéria inorgânica e a transformação (qualitativa) da rocha em solo que, por sua vez, é objeto para a planta (matéria orgânica).

Depreendemos, portanto, que a planta apenas pode existir ao integrar um conjunto complexo de relações com diferentes objetos fora dela — a exemplo do sol, do solo, da água —, evidenciando que a distinção qualitativa da matéria da forma de ser orgânico se realiza na insuprimível relação com a matéria da forma de ser inorgânico. Relações que integram a totalidade da matéria, a unidade do ser geral.

Retornando ao exemplo, faz-se primaz constatar que o solo é, igualmente, resultado da transformação da matéria inorgânica como expressão do desenvolvimento e complexificação dessa, do movimento das relações entre a rocha e o sol que, no movimento de rotação e translação da Terra tem uma relação importante.

Essa relação, por seu turno, é expressão da relação de atração gravitacional da massa dos corpos do sol e da Terra, relação que integra a matéria do sol e da Terra, integra o que são o sol e a Terra, pois o sol não pode ser o que é na ausência da relação que expressa a gravitação, a atração exercida pelo sol.

Nesta direção, não apenas o sol é objeto da planta, mas igualmente a distância entre a Terra e o sol e o movimento espacial de rotação e translação da Terra. Depreendemos, a partir deste exemplo, que espaço não é, portanto, um dado *a priori* da relação entre os objetos, ele é constituinte dessas relações, integra as relações e, por isso, o conteúdo dos objetos que existem por integrarem essas relações.

À vista do exposto, aprofundamos a afirmação que o homem pode ser compreendido como natureza humanizada ao mesmo tempo em que a natureza é socializada, um ser

objetivo em relação com outro ser objetivo. A natureza só pode tornar objetivas — neste caso efetivas, reais — algumas de suas potências em relação com o ser social que, por seu turno, só pode fazer dessas potências naturais objetivação do seu ser em relação com a natureza.

Ser objetivo é ser objeto de sentidos, sensível e, dessa forma, é necessário um objeto fora de si para ser sensível à sua objetividade ou esta seria anulada. Não há como ser objetivo se não há outro objeto fora de si para sentir a sua objetividade. Ser objeto de sentido, portanto, é integrar relações com outros objetos fora de si e com as distinções quantitativas e qualitativas que os constituem e são, igualmente, integrantes, quantitativos e qualitativos, das relações.

A existência do objeto não reside propriamente no *em-si* do objeto mas na relação com outros objetos e na complexidade dessa(s) relação(ões). Assim, da mesma forma que a existência de um indivíduo humano, o que ele é, não está fundamentalmente nele, mas na sua relação com a sociedade a partir de todas as categorias sociais que atuam objetivamente na mediação, e nas relações entre sociedade e natureza.

Considerando que as diferentes esferas de ser não suprimem de forma alguma a unidade do ser, os objetos que são formas de ser inorgânicos, orgânicos ou sociais não são inteiramente de cada uma dessas esferas, mas na relação com outros objetos que, qualitativamente, são expressão de outras formas de ser da matéria.

Dessa forma, reafirmamos a posição de Marx (2004) de que um ser não objetivo é um não-ser, e um ser é objetivo quando tem um objeto fora de si. Exemplificaremos, ainda neste item, essa relação supramencionada entre indivíduo e sociedade, que será desenvolvida com maior propriedade.

Por ora, no entanto, desenvolveremos exemplos de relações entre as distintas esferas de ser. Uma maçã disposta na prateleira de um supermercado não deixa de ser forma de ser determinada pelas qualidades da sua natureza orgânica. No entanto, ainda que pese que a sua produção na agricultura deva necessariamente estar subordinada aos nexos causais espontâneos do seu ser orgânico, a maçã na prateleira do supermercado não é apenas o seu objeto e expressão das suas qualidades orgânicas. O que essa maçã é reside na relação com outros objetos que, dessa forma, afirmam o que ela é por se encontrarem fora do seu objeto e integrarem relações com o seu objeto.

Em outros termos, a maçã na prateleira do supermercado não é integralmente natural, mas ela é a relação entre o ser social fora dela com a sua objetividade enquanto forma de ser orgânico. Nessa relação, igualmente, o indivíduo social não é integralmente social, mas as determinações naturais da sua relação com o objeto fora de si, a maçã, pois essa relação aponta a necessidade da sua reprodução biológica, uma carência da relação com outro objeto fora de si, da qual depende a sua existência.

Sublinhamos que o estar do objeto maçã — grosso modo, sua localização na prateleira, essa localizada no interior de um supermercado — é constituinte em termos quantitativos e qualitativos das relações desse objeto e, por conseguinte, constituinte do que é o objeto maçã. O objeto supermercado, por seu turno — na qualidade de estar do objeto maçã e do indivíduo social que satisfaz a carência do objeto fora de si na relação com o objeto maçã por também estar no objeto supermercado —, é exemplo de um produto da transformação qualitativa da matéria pelo ser social e condição da relação desse ser com objetos fora dele.

Nesta direção, na medida em que todo ser é objetivo e possui objetos sensíveis fora de si, no aludido exemplo o supermercado expressa como o espaço enquanto condição da relação com outros objetos é condição da existência do ser social, é simultaneamente “produtor” do ser social e “produto” do ser social, é um estar e ser que integra as relações sociais.

Nada existe sem relação e não há relação que não ocorra no e mediada pelo espaço. Logo, nada pode existir sem espaço. Não há, conseqüentemente, na realidade, dualidade ou dicotomia entre ser e estar mas, precisamente, unidade. Como não há, igualmente, identidade entre ser e estar, essa unidade é uma unidade da diversidade.

No ser social, a objetivação no trabalho produz um novo objeto, e a objetividade desse objeto é afirmada na sua relação com o sujeito que a cria, que também é um objeto para o objeto criado. Dessa forma, não só o objeto possui existência no trabalho mas, da mesma forma, o sujeito que, enquanto um objeto, passa a existir, e a sua existência é essencialmente essa relação com o objeto fora de si — relação que possui enquanto forma de ser a categoria trabalho —, um objeto que afirma a sua existência, o seu ser. Um objeto que, criado pelo sujeito, cria o sujeito como objeto do seu ser.

A existência do objeto do trabalho é também a existência do sujeito, que só pode ser tendo um objeto fora de si como afirmação o que ele é, da sua existência. A produção é,

assim, definida não pelo seu objeto, mas pela relação com outros objetos fora dela, que definem o que ela é ao serem por ela definidos.

“Produção não é só um objeto geral, mas objeto determinado que deve ser consumido de certa maneira, esta mediada pela produção. A produção não produz unicamente o produto, mas também o modo de consumir, não só objetiva, mas também subjetivamente” (LUKÁCS, 1979, p. 68-70).

Nesta direção, o objeto técnico é forma de ser que expressa uma causalidade natural insuprimível, mas a sua existência, a sua essência, reside na relação com objetos fora da sua objetividade. A técnica, portanto, é o objeto técnico na sua relação com o conjunto de relações sociais, é a relação com o objeto fora de si, é essa relação que expressa a sua objetividade, a sua existência. Por exemplo, se consideramos que a fronteira é uma categoria que expressa a forma de ser do ser social, a sua existência deve ser objetiva ou ela simplesmente não existiria. E o que é a objetividade da fronteira senão a relação com os objetos fora de si, é nessa relação que sua objetividade e sua existência são revelados.

À vista do que abordamos até o momento, a partir de um conjunto pontual de exemplos em diálogo com a reflexão de Marx (2004) acerca do ser, consideramos que o movimento de crítica proposto torna premente evidenciar que a concepção que atribui à relação o “momento predominante” na existência não é um “malabarismo oportunista”, mas, ao contrário, é inerente a categoria da totalidade enquanto forma de ser da matéria, portanto, nas suas distintas esferas qualitativas de ser.

A categoria da totalidade expressa e permite a compreensão da realidade na medida em que tanto a categoria quanto a realidade são uma unidade complexa constituída por partes de inferior complexidade. A soma das partes que constituem a realidade, no entanto, são insuficientes para revelar a unidade da realidade por meio da totalidade, pois não possui relação de identidade com a realidade e com a sua expressão enquanto forma de ser na categoria totalidade.

Isso porque, considerar a totalidade categoria que expressa o que a realidade é, pressupõe necessariamente que a categoria totalidade seja expressão da indissociabilidade entre quantidade e qualidade. Em outros termos, se a totalidade é estritamente a soma das partes que a constituem não poderia ser expressão e forma de ser da matéria em movimento (da realidade), que implica a permanência, a mudança e a transformação, tanto quantitativa quanto qualitativa.

Nesta direção, para além da soma das partes que a constituem, a totalidade expressa e permite a compreensão de uma qualidade não presente nas partes ou na quantificação das mesmas, que é a relação entre as partes. Compreender que a realidade é uma totalidade, portanto, implica que a existência pressupõe a relação e, por conseguinte, partes distintas que existem ao constituir a totalidade, ou seja, objetos que existem por meio das relações que estabelecem entre si, “visto que o todo *se cria a si mesmo* na interação das partes” (KOSÍK, 1976, p. 50, *grifos no original*).

A totalidade compreende, portanto, não estritamente o objeto como condição da existência, mas que esse objeto tenha outro objeto fora de si e sensível a ele, que se relacione com ele. A totalidade é forma de ser da matéria em movimento, expressão da constituição da realidade, categoria ontológica. É essa determinação ontológica da categoria totalidade que funda a exigência de apreensão intelectual do real por meio da totalidade. Em outros termos, a categoria totalidade expressa que:

todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto. Isso conduz a duas conseqüências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria. (LUKÁCS, 1978, p. 2-3).

Sendo a realidade (existência, matéria em movimento) uma totalidade, portanto, a totalidade não é inanimada ou terminada mas dinâmica, movimento. O movimento pressupõe a relação entre discontinuidades e continuidades no tempo e no espaço. Tudo o que existe carece de relações, sem relações não há movimento, e o movimento é a forma de ser da matéria.

À vista disso, e considerando as reflexões expostas nos itens anteriores, se os homens se fazem homens pelo trabalho ao transformarem a natureza e a si próprios, o homem se autoconstitui enquanto homem, enquanto ser social, isso significa que o ser social se autoidentifica ao se autoconstituir enquanto esfera específica de ser. Como o desenvolvimento e complexificação do ser social é expresso no desenvolvimento histórico, o desenvolvimento da história é expressão do desenvolvimento da autoidentificação.

Essa autoidentificação e o seu desenvolvimento possuem uma unidade subjetiva e objetiva pois é igualmente o desenvolvimento da capacidade subjetiva dos indivíduos, dos

sujeitos, de transformarem o mundo objetivo ao objetivarem a sua subjetividade, o que evidencia o desenvolvimento do ser social como desenvolvimento da autoidentificação.

Como um ser tem que ser objetivo, o desenvolvimento do ser social é o desenvolvimento da capacidade subjetiva de objetivar e, assim, autoidentificar o seu desenvolvimento. Dessa forma, as objetividades sociais são formas de ser e determinação da existência do momento determinado da história da autoidentificação do ser. Por isso as categorias que são formas de ser da autoidentificação permitem investigar o desenvolvimento do ser.

Portanto a sociedade não é um ente mas um ser que se autoidentifica ao se autoconstituir possuindo categorias qualitativamente distintas das existentes nas esferas de ser da natureza. Ser e ente, no ser social, são diferentes mas são constituídos simultaneamente na relação entre ambos, que evidencia a autoconstituição do ser social enquanto autoidentificação.

Dito isso, a sociedade é um ser porque é objetiva. Sua objetividade, na qual expressa a sua existência, sua forma de ser, está na relação da sua objetividade com objetos fora de si, tanto os indivíduos humanos quanto a natureza. A sociedade é, portanto, o conjunto das relações sociais que objetivam, que expressam sua forma de ser, na relação com os indivíduos, que é igualmente uma relação entre os indivíduos, e na relação dessa objetividade social com a natureza.

Assim, explica-se também o argumento da impossibilidade do indivíduo isolado, pois o que ele é, existe na relação do seu objeto com a objetividade social. Sem essa relação o indivíduo humano não é indivíduo social, e há alguns exemplos de indivíduos humanos criados na ausência da objetividade social.

O ser social é esfera específica de ser da matéria em movimento porque é uma totalidade no interior da totalidade da matéria, do ser geral. Para ser esfera específica de uma realidade que é uma totalidade, portanto, o ser social apenas pode existir ao se relacionar e se integrar ao conjunto complexo de relações da totalidade da matéria.

A natureza não se objetiva assim, mas exclusivamente por nexos causais. A constituição dessa objetividade no par teleologia-causalidade, portanto, é qualitativamente distinta das demais esferas de ser, e essa nova objetividade pressupõe um novo ser, cuja materialidade é constituída na relação entre o pôr de uma finalidade consciente e a

causalidade, que movimenta o desenvolvimento da consciência e da causalidade, sem suprimir as diferenças entre ambas.

A consciência, nesta direção, é uma forma superior de organização da matéria. Sua existência material, objetiva, apenas é possível se a consciência tem objetos fora de si para afirmar a sua existência objetiva, ou seja, matéria não organizada dessa forma superior. Sendo a consciência matéria e o movimento forma de ser da matéria, a transformação da matéria da consciência está na sua relação com objetos fora de si que afirmam a sua existência, o movimento de desenvolvimento da consciência é igualmente o movimento de desenvolvimento da matéria conscientemente transformada.

A matéria fora da consciência pode ser conscientemente transformada porque a consciência enquanto matéria também se transforma, e a existência dessa transformação está na relação da matéria objetiva da consciência com os objetos fora dela. A transformação conscientemente orientada da realidade por meio do trabalho é a transformação da consciência enquanto matéria em movimento.

O desenvolvimento do mundo objetivo é, portanto, igualmente o desenvolvimento da capacidade subjetiva de transformar o mundo objetivo. O fato de ser a consciência matéria organizada superiormente, e ser a existência uma diversidade no interior de uma unicidade, o movimento da matéria da consciência se realiza no interior do desenvolvimento do ser geral da matéria, em relação insuprimível, portanto, com a matéria fora da consciência.

O desenvolvimento da consciência não é de nenhuma forma alheio ao desenvolvimento da matéria fora da consciência, a consciência carece da existência, é necessariamente determinada pela existência pois que é forma de ser do desenvolvimento da matéria em movimento. É, portanto, expressão, resultado do movimento da matéria. É, por conseguinte, matéria.

Retornando à categoria da totalidade, faz-se necessários mais alguns apontamentos. A totalidade social, portanto as relações que constituem a esfera de ser do ser social, tem uma qualidade que não reside nas partes, justamente o que as tornam objetivas, existentes — as relações.

As partes existem ao integrar o conjunto complexo de relações sociais que, enquanto matéria, está sempre em movimento de desenvolvimento e complexificação. A totalidade social, no entanto, integra o conjunto unitário de relações do ser geral, existe na relação com

o ser geral. Nesta direção, a sociedade, conforme procuramos evidenciar no desenvolvimento da exposição, não pode, jamais, existir sem a relação com a natureza — o que implica a impossibilidade do recuo das barreiras naturais resultar em supressão da natureza. Não pode, por conseguinte, existir sem trabalho.

O trabalho é a categoria fundante da esfera de ser do ser social por constituir a relação entre a totalidade social e o ser geral. A relação é a essência do ser, o trabalho é a essência da esfera de ser do ser social. Não há, portanto, sociedade sem trabalho, sem relação entre os homens e sem relação entre esses e a natureza.

A partir desses esclarecimentos, revela-se a crítica da crítica da entificação social do ser. Se os indivíduos sociais são entes do ser social, não há uma identidade entre o indivíduo social e a sociedade, ou mesmo entre a soma dos indivíduos e a sociedade, pois a sociedade enquanto totalidade não se limita ao quantitativo das partes, mas, essencialmente, as relações entre as partes. A forma de ser do ser social é objetiva e sua existência objetiva está nas relações entre essa objetividade do ser social e os indivíduos sociais e entre esses e a natureza.

Para o homem, em sua práxis, não só as coisas concretas, em cuja existência e elaboração está baseada o metabolismo da sociedade com a natureza, convertem-se em objetos com que ele passa a se defrontar como sujeito da práxis social, mas também as formas de sociabilidade daí resultantes fazem surgir, como destacou Marx, a sua própria generidade como conjunto das relações sociais (LUKÁCS, 2010, p. 82).

A essência, o ser, o que a sociedade é, não reside nos entes, sem esses os indivíduos ou os objetos espaciais, mas nas relações sociais, no conjunto objetivo das relações sociais, relações que integram os indivíduos, a natureza e o espaço, e se desenvolvem objetivando um conjunto complexo de mediações sociais que desenvolvem e complexificam as relações sociais, o ser social.

A história social não é estritamente a continuidade ou a descontinuidade, mas as complexas relações entre continuidades e descontinuidades do/no desenvolvimento da matéria social no tempo, e a heterogeneidade como expressão das relações em determinado momento da história de distintas continuidades e descontinuidades no espaço. O movimento da história da sociedade se efetua por uma relação entre continuidade e descontinuidade com a heterogeneidade entre continuidades e descontinuidades existentes no presente no

espaço. O movimento de desenvolvimento do ser social torna essas relações entre continuidades e descontinuidades mais complexas e mediadas socialmente.

Por fim, o que consideramos mais relevante, a afirmação da ontologia do espaço na gênese do ser social. Correndo o risco de torna o texto repetitivo, retornamos aparentemente à mesma questão, que agora já não é mais a mesma pois os esclarecimentos anteriores a densificam. Um ser não objetivo é um não-ser e um ser objetivo deve possuir necessariamente um objeto fora de si. Considerando o ser social como esfera do ser e, como ser, um ser que deve ser objetivo e a sua objetividade necessariamente prescinde de objetos fora dele para que a relação com esses objetos afirme a sua objetividade, o espaço é imprescindível e determinante na gênese do ser social.

A relação do sujeito que trabalha com o objeto faz o objeto social, faz o sujeito social, pois a realidade é uma totalidade que pressupõe as partes que a constituem e a relação entre elas. Transformar a natureza em espaço social é insuprimível à matéria em movimento como forma de ser da esfera de ser social.

O espaço social, portanto, é parte movida e movente da totalidade social, forma de ser da totalidade social enquanto parte insuprimível ao conjunto de relações da sociedade. A relação entre homem e natureza mediada pelo trabalho constitui “a efetividade *social* da natureza” (MARX, 2004, p. 112, *grifo no original*), a forma como a natureza passa a integrar a afirmação efetiva das relações sociais como forma de ser da matéria em movimento.

O homem só não se perde em seu objeto se este lhe vem a ser como objeto *humano* ou homem objetivo. Isto só é possível na medida em que ele vem a ser objeto *social* para ele, em que ele próprio se torna ser social, assim como a sociedade se torna ser para ele neste objeto. [...] Os objetos tornam-se [a] *objetivação* de si mesmo para ele, objetos que realizam e confirmam sua individualidade enquanto objetos *seus*, isto é, *ele mesmo* torna-se objeto. (MARX, 2004, p. 109-110, *grifos no original*).

Assim, na gênese do ser social, o espaço não é mais um “espaço natural”. O espaço é objeto indispensável às relações que afirmam a objetividade do ser social. A objetividade do espaço atua na efetivação da objetividade social. Como o que o objeto é, a sua existência, se estabelece na relação com objetos fora de si, a existência do espaço é definida na relação que afirma a objetividade do ser social.

Um espaço que, enquanto objeto, determina a sua existência com a relação com

outros objetos, é um espaço social. Acerca do tornar social a matéria natural, o objeto natural, Marx (2004, p. 109, *grifos no original*) afirma que a relação entre o homem e a natureza torna social não estritamente a natureza fora do homem mas, igualmente, a natureza orgânica do homem, pois os:

sentidos e propriedades [se tornam] *humanos*, tanto subjetiva quanto objetivamente. O olho se tornou olho *humano*, da mesma forma como o seu *objeto* se tornou um objeto social, *humano*, proveniente do homem para o homem. Por isso, imediatamente em sua práxis, os *sentidos* se tornaram *teóricos*. Relacionam-se com a *coisa* por querer a coisa, mas a coisa mesma é um comportamento *humano objetivo* consigo própria e com o homem, e vice-versa. Eu só posso, em termos práticos, relacionar-me humanamente com a coisa se a coisa se relaciona humanamente com o homem.

Na categoria da relação entre sociedade e natureza reside a essência da ruptura qualitativa. Essa categoria, por conseguinte, é uma categoria social, não uma categoria natural. E, como todas as demais categorias sociais estritamente realizam a relação entre os indivíduos sociais, integram estritamente a totalidade social, o trabalho, reafirmamos, é a categoria fundante por constituir a relação entre a esfera de ser social e a unidade geral do ser.

O trabalho é a categoria que expressa na realidade material e na consciência a relação entre a totalidade social e totalidade geral da matéria existente, a totalidade social enquanto parte integrante da totalidade da matéria existente, em relação insuprimível com a totalidade da matéria existente.

A categoria fundante, portanto, relaciona a descontinuidade com a continuidade, o movimento para além da mudança quantitativa, a qualidade distinta da matéria do ser social. A matéria social fundamentalmente expressa no momento e no movimento da produção social do espaço.

Justamente pela existência do espaço se efetivar com a relação com outros objetos, ser social ao se desenvolver e se complexificar estabelece necessariamente outras formas de relação com o espaço e mediadas pelo espaço e essas relações movimentam historicamente o espaço e permitem que, ao longo da história, o espaço seja forma de ser do ser social, não estritamente por ser um produto, mas porque a sua existência está na relação com o ser social, que se desenvolve e se complexifica mediado pelas determinações do espaço nas relações que esse estabelece com o ser social para afirmar a existência do ser social.

Por isso o espaço é forma de ser e determinação da existência do ser social, a partir dele e das relações que estabelece com a sociedade se pode investigar a existência social e o seu processo de desenvolvimento e complexificação. Isso implica, portanto, que no desenvolvimento e complexificação do ser social, que pressupõe que as categorias sociais se distanciem cada vez mais da natureza.

Essas categorias são mediadoras indispensáveis que devem ser pensadas para esclarecer com correção a relação entre ser social e espaço, pois atuam nessa relação, e é essa relação que afirma o que o espaço é enquanto momento do movimento de desenvolvimento e complexificação da matéria.

Esse movimento de complexificação do espaço tem necessariamente que ser objetivo, pois apenas assim a objetividade do espaço afirma a existência e a complexificação do ser social na sua relação com o espaço.

No entanto, não há relação de identidade entre o desenvolvimento e complexificação do ser social e o desenvolvimento e complexificação do espaço. Se a sociedade fosse o espaço, o espaço não seria um objeto fora da sociedade que ao estabelecer relações com a sociedade afirmasse a objetividade da sociedade e do espaço. Mas a relação constitui a essência, ou seja, o espaço constitui essencialmente a existência social dos homens. Da mesma forma, o indivíduo não é a sociedade, ainda que apenas exista em relação com a sociedade.

Compreendendo que a essência reside na relação, depreende-se que o essencial no espaço pode ser apreendido na relação entre a continuidade e a descontinuidade no movimento de desenvolvimento e complexificação da totalidade social, na qual o espaço se relaciona e também se desenvolve e se complexifica, como forma de ser e expressão da existência do desenvolvimento e complexificação da totalidade social.

O movimento, portanto, revela que a mudança apenas pode efetivar as tendências que se encontravam anteriormente presentes na realidade. A existência da mudança reside na sua relação com a permanência. Dessa forma, a produção dos objetos sociais mediados pelo trabalho apenas podem produzir, realizar finalidades teleologicamente orientadas se essas efetivarem mudanças que apenas serão existentes na sua relação com a permanência, com a causalidade espontânea da natureza ou a causalidade posta dos objetos sociais.

As relações sociais apenas podem existir no espaço, o espaço conforma a mediação

entre as relações sociais. Mediação não constitui estritamente relacionamento, mas a passagem de um estado a outro por meio do relacionamento, movimento. Enquanto mediação, portanto, o espaço necessariamente integra as mudanças quantitativas e qualitativas que expressam o movimento de desenvolvimento e complexificação do ser social.

Nesta direção, o espaço enquanto forma de ser do ser social deve expressar as contradições que permitem às relações sociais mediadas pelo espaço promover rupturas qualitativas. A essência do espaço, a partir da qual consideramos a relação entre ontologia e epistemologia, reside na relação entre as continuidades e descontinuidades do/no espaço enquanto formas de ser e expressão da existência do ser social.

* * *

CAPÍTULO 4.

**A DIVERSIDADE FORA DA UNIDADE NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO:
ONTOLOGIA E LÓGICA DIALÉTICA VERUS DICOTOMIA GF-GH**

A consciência é o último estágio, o mais tardio, daquilo que é orgânico; é, por conseguinte, também o que há de menos acabado e de menos forte. [...] Pensa-se que isso forma o “núcleo” do ser humano, o que tem de duradouro, de eterno, de supremo, de primordial! Nega-se seu crescimento, sua intermitência! É considerada como a “unidade do organismo”! — Essa ridícula superestimação, esse desconhecimento da consciência teve esse resultado feliz de “impedir” o desenvolvimento demasiado rápido da consciência. Julgando já possuir o consciente, os homens pouco se esforçaram por adquiri-lo — e hoje ainda não é diferente! [...]

Friedrich Nietzsche

“A gaia ciência” (§11 — A consciência), grifos no original

4.1. A UNIDADE DA REALIDADE E A DICOTOMIA GEOGRAFIA FÍSICA/GEOGRAFIA HUMANA

Considerando potenciais resistências ao empreendimento com finalidade de sistematizar as questões a respeito do ser, Lukács (2010, 2012) reconhece não somente o petrificar do domínio sobre a finalidade da Filosofia no decurso dos últimos séculos concentrado na gnosiologia, na lógica e na metodologia a perseguir as dificuldades cognitivas dos objetos singulares, mas que, igualmente, dista um extenso percurso para que se desfaça essa concentração de domínio acachapante.

Apesar da supradita concentração, o pensador húngaro reconhece a questão do ser visceralmente confluyente com a práxis humana individual e genérica, de forma que se constitui inexequível dizimar a necessidade objetiva e subjetiva da qual irrompem determinações que conformam na consciência as condições para o deflagrar de movimento entalhado em indagações com pretensões ontológicas.

Menciona o pensamento de Husserl e Heidegger como exemplos do subsistir da ontologia, e imediatamente demarca que as considerações a respeito da ontologia dispostas na exposição que apresenta se distingue e diverge radicalmente das concepções ontológicas coetâneas embebidas no irracional existencialismo, a caracterizar que essas se germinam engendradas em métodos que se assentam no indivíduo isolado em derrelição a destilar o confrontar com a natureza e com a sociedade para conceber a sua existência no mundo. Sustenta que a proposição manifesta intenção ontológica, entretanto permanece enraizada na teoria do conhecimento, o que embarga a pretensão de fundar uma nova situação para a

apreensão e tratamento do problema.

Declara que as suas considerações se orientam para o tratamento da especificidade do ser social reconhecendo que, para tanto, se afirma impendente a apreensão das determinações gerais do ser constituídas pela interpenetração e diferenciação dos 3 (três) grandes tipos de ser: natureza inorgânica, natureza orgânica e sociedade. Nesta direção, assevera que a omissão de uma apreensão efetiva da dinâmica de interpenetração e diferenciação do ser resulta em obliterar os direcionamentos para a concepção de autênticas questões ontológicas do ser social e, subtraídas essas, não se demarca direcionamentos ao movimento de resolução que se orienta ao encontro da correspondência com as determinações constituintes desse ser.

Tal coexistência dos três grandes tipos de ser — suas interações, bem como suas diferenças essenciais aí incluídas — é, assim, um fundamento tão invariável de todo ser social que nenhum conhecimento do mundo que se desenvolva em seu terreno, nenhum autoconhecimento do homem, poderia ser possível sem o reconhecimento de uma base tão múltipla como fato fundamental. Visto que essa situação do ser também fundamenta toda práxis humana, ela tem necessariamente de constituir um ponto de partida ineliminável para todo pensamento humano, que, em última análise[...], provém dela e surgiu para conduzi-la, modificá-la, consolidá-la etc. O papel da ontologia na história e no presente do pensamento humano é, pois, concretamente determinado pela constituição ontológica do próprio ser do homem, e por isso não é — de fato, não apenas abstrata e verbalmente — eliminável de nenhum sistema de pensamento, nenhum domínio do pensamento e antes de tudo, naturalmente, de nenhuma Filosofia (LUKÁCS, 2010, p. 32).

Nesta direção, Lukács (2010, 2012) considera que a postura predominante na definição a atribuir aos critérios neopositivistas de validade do conhecimento científico o distanciamento que pretere ou mesmo imputa ao conceber filosófico do relacionamento dos elementos constituintes da existência do objeto investigado uma completa irrelevância, não provoca qualquer negação efetiva ao modo com que as manifestações no nível sensível se fundam faticamente nas determinações no ser.

Prosseguindo, assinala por meio de um exemplo que compreende engenheiros em campo realizando atividades de medição de uma montanha, o que para os neopositivistas torna indiferente a concepção da existência da realidade para a investigação em curso. No entanto, o autor ratifica que independente da indiferença filosófica se funda enquanto *conditio sine qua non* da medição a existência fática da montanha.

A complexidade objetiva imanente ao conteúdo da realidade interpelado pela consciência que se põe a transpor enquanto conhecimento, constrange o tratamento ontológico a reconhecer na unidade sensível que se manifesta o comportar simultâneo das diferentes esferas de ser entrelaçadas e que, do mesmo modo simultâneo detém a potência de infringir determinações ao ser do homem. Diante disso, o direcionamento orientado a:

uma fundamentação ontológica correta de nossa imagem de mundo pressupõe as duas coisas, tanto o conhecimento da propriedade específica de cada modo de ser como o de suas interações, inter-relações etc. com os outros. Nas duas direções, o desconhecimento da verdadeira relação (unidade na diversidade, por meio dela a separação e a oposição nas interações homogêneas etc.) pode conduzir às maiores distorções do conhecimento daquilo que é o ser. O ser humano pertence ao mesmo tempo (e de maneira difícil de separar no pensamento) à natureza e à sociedade (LUKÁCS, 2010, p. 37-38).

Para Lukács (2010), o desenvolvimento de uma ontologia que constitua condições ao movimento de apreensão correto da existência da realidade na complexidade das inter-relações internas e entre as esferas de ser se encarrega de proceder uma profunda crítica das concepções precedentes, que sobrevaloraram ou subestimaram a função ontológica da consciência e a compreensão do momento de desenvolvimento do ser no qual as condições para o salto ontológico que insurge com a nova qualidade do par teleologia-causalidade.

A tentação idealista de apreender no movimento da natureza uma finalidade conscientemente orientada ou depreender por meio de dedução racional as determinações da existência da realidade acarretam equívocos que destoam do direcionamento efetivo ao encontro do ser.

Nesta direção, o autor justifica a centralidade da ontologia do ser social no direcionamento de uma ontologia autêntica por configurar um momento fulcral a definição correta da determinação da circunstância de manifestação da consciência na unidade do ser e das determinações ontológicas da teleologia, o que permite apreender com correção o problema da unidade e da diversidade do ser no movimento da sua estrutura complexa. Lukács (2010, p. 54), considera premente que, no direcionamento:

para apontar o caminho do método correto, pelo menos de modo bem geral, deve-se dizer que o problema fundamental está em conceber como ponto central da consciência ontológica de si tanto a unidade ontológica última dos três modos importantes do ser como sua diferença estrutural no interior dessa unidade, sua

seqüência nos grandes processos irreversíveis do ser do mundo.

Outrossim, a historicidade das continuidades e descontinuidades no movimento de desenvolvimento e complexificação do ser desvela determinações a apreensão do grau de penetração dos constrangimentos postos pela espontaneidade das esferas naturais na reprodução social, o que invalida as pretensões de generalização da regularidade com a qual a objetividade natural impera condições aos processos sociais.

A ideia de que o sujeito e o objeto se constituem conjuntamente implica a determinação subjetiva da realidade, na dependência da realidade em relação ao pensamento, ainda que o pensamento necessite da realidade fora de si mesmo para existir. A existência estaria fundada na relação entre sujeito e objeto, ou entre homem (sociedade) e natureza, o que enfatiza a premência da temática da ontologia na Geografia. Lukács (2010, p. 258), no entanto, enfatiza que:

a objetividade é a forma primordial concreta e real de cada ser, conseqüentemente de todo nexos categorial, que depois costumamos transportar para o pensamento como sua generalidade e expressar como a generalidade de seu ser-determinado. Mas, logo de início, há o perigo de um mal-entendido, de conceber essa generalidade como acréscimo do pensamento ao ser, uma reconfiguração do ser pela consciência pensante. A profundidade de grande alcance da concepção marxiana das categorias repousa, entretanto, exatamente no fato de que a generalidade não é nada mais nada menos que em primeiro lugar uma determinação do ser exatamente como a singularidade, e só porque ela, tanto quanto a singularidade, existe e opera no ser mesmo como determinação da objetividade, pode tornar-se – reproduzida pela consciência – um momento fecundo no pensamento. Assim Marx colocou esse problema, e assim, seguindo-o, tento compreender sua aplicação conseqüente na vida cotidiana bem como na ciência, como patrimônio comum da práxis humana.

Nesta direção, depreende-se na tentativa de suprimir a dualidade sujeito-objeto preconizando a simultaneidade ontológica com base em uma equivalência de determinações subjetivas e objetivas que se dirigem ao encontro de aspectos lógico-gnosiológicos definidos pela consciência e atribuídos à existência, o que acarreta o encetar da constituição de um “novo” monismo metodológico que desconhece a unidade e diversidade qualitativa na existência da realidade e, com raízes idênticas, somente invertem as mesmas características absolutas.

No entanto, a impossibilidade de superação da dualidade sujeito-objeto no interior da

perspectiva da modernidade e, por conseguinte, da superação da dualidade Geografia Física/Geografia Humana, apontam a necessidade de aproximação com concepções distintas. Diante disso, se apresenta na qualidade de potencial para a crítica e superação a concepção da existência que se funda na relação entre sujeito e objeto, tendo no sujeito (no homem) a especificidade ôntica que confere a tarefa de des-encobrimento do ser, o fundamento ontológico para o desenvolvimento de uma teoria do conhecimento e de uma epistemologia se efetiva na determinação do des-encobrimento do ser, seja na apreensão da sociedade ou da natureza.

A crise da Geografia no interior da crise econômica e paradigmática propicia a instabilidade da predominância ideológica neopositivista, com a disputa de perspectivas para a redefinição da racionalidade. A Geografia Crítica ou radical inicialmente desponta enquanto alternativa com maior repercussão, e posteriormente é qualificada com equívocos derivados da desconsideração das questões subjetivas e reconhecida como perspectiva postulada em atributos lógico-epistemológicos de assemelhado caráter problemático, empiricamente expressa nos opressores regimes socialistas do século XX.

Os encaminhamentos pós-modernos oportunizam uma concepção que reconhece a centralidade das questões subjetivas no tratamento das categorias da Geografia e apontam direcionamentos para a superação dos problemas recorrentes da disciplina por compreender incompatibilidades com a tradição moderna. A aproximação com a ontologia heideggeriana se demonstra profícua na medida em que uma das “excepcionalidades” da Geografia consiste na apreensão de fenômenos naturais e sociais e nas relações e/ou interfaces entre sociedade e natureza, compreendendo a potencialidade de definição do ser da natureza na simultânea existência no relacionamento com a consciência, logo, o seu ser se determina estritamente no conceber consciente da reprodução humana ao des-encobrir para-si modos de ser que redefinam o determinar do ser da natureza.

O positivismo (clássico e lógico) igualmente se fundamente em uma “concepção filosófica de mundo” (ontologia) de proposição integradora dos fenômenos da realidade. A diferença, grosso modo, reside na determinação do objeto despido da subjetividade (neutralidade científica) enquanto estatuto ontológico da apreensão da realidade, ou do des-encobrimento do ser, em termos heideggerianos. Apresenta-se uma abordagem fiscalista enquanto determinação ontológica da realidade ao sujeito que objetiva apreendê-la.

A unidade ontológica do mundo, a unitariedade do ser, nas ontologias (concepções de

mundo) do positivismo (clássico e lógico) e na fenomenologia (e no existencialismo), contudo, não convalidam a possibilidade de desenvolvimento de esferas qualitativas distintas e integradas à unidade do ser como expressão do movimento de continuidade e descontinuidade quantitativo e qualitativo da matéria.

Nesta rota, depreende-se uma unidade fundamental nas proposições divergentes, o que nos permite tratar, doravante, na qualidade de uma concepção ontológica. Essa concepção ontológica possui na “diferença ontológica” o seu estatuto fundamental, o que permite a desqualificação da proposta ontológica marxista e a sua caracterização enquanto “entificação social do ser”, o que implica a atual evidência da denominada “crítica da entificação social do ser na ontologia do espaço geográfico”. Nossa tese, portanto, possui uma determinação objetiva de partir da necessária “crítica da crítica da entificação social do ser” para o pleno desenvolvimento de uma proposta de ontologia do espaço integrada à ontologia (marxista-)lukacsiana.

A separação da Geografia Física e da Geografia Humana não consiste na separação de determinações ontológicas de realidades distintas, mas em ontologias (concepções de mundo) distintamente fundadas. Dessa forma, o movimento de abstração para a apreensão da realidade (a lógica e a gnosiologia) “refletem” a incompatibilidade fundada na determinação ontológica (reafirma-se, aqui restrita a construção ideal da concepção de mundo). Essa ruptura, essencialmente forjada, convalida óbice ao profícuo diálogo entre a Geografia Física e a Geografia Humana, embora as concepções de mundo sejam integradoras.

A ontologia marxista, ao conceber a categoria totalidade enquanto forma geral de ser da matéria, de tudo o que existe, e apreender e reproduzir idealmente em forma lógica as determinações e o movimento da matéria nas suas continuidades e descontinuidades quantitativas e qualitativas, se apresenta na condição de substrato filosófico dotado de legitimidade para consubstanciar uma proposição ao debate.

Considerando a necessidade de demarcação das determinações ontológicas gerais para o aperfeiçoamento da correção da constituição ontológica e os aspectos específicos da esfera social do ser, as questões a respeito do plano da subjetividade e da consciência se evidenciam, o que nos direciona aos movimentos com finalidade de compreender em que termos a concepção ontológica fundamenta e se articula a uma lógica, uma gnosiologia e uma epistemologia. Os resultados desse esforço reflexivo nos encaminham ao debate que

incorre nas implicações indubitáveis da concepção ontológica de espaço para a apreensão da forma de ser da categoria espaço, o que interroga as condições ao propor uma concepção ontológica de espaço precisamente com referência às determinações ontológicas, reais, às quais a categoria é forma de ser.

Na qualidade de forma de ser, de determinação da existência, a concepção ontológica da categoria (que é forma) determina a lógica de apreensão da realidade que determina a categoria. Esse movimento, por seu turno, substancia a forma de conhecimento da realidade (gnosilogia) que, por sua vez, substancia a forma da forma da forma da forma (categoria, lógica, gnosilogia), a forma científica de conhecimento da realidade, a epistemologia.

* * *

4.2. DIALÉTICA DA NATUREZA (MOVIMENTOS I-III): ESCLARECIMENTOS, TAREFAS, PERCURSOS

Partimos das considerações desenvolvidas por Lukács (1976, 1984, 2012) ao assegurar a imprescindibilidade da apreensão da dinamicidade estrutural imanente ao movimento de desenvolvimento e complexificação do ser geral e, por conseguinte, da unidade e da diversidade do ser, encontrando na natureza inorgânica as determinações gerais insuprimíveis da existência da totalidade da matéria.

A ontologia lukacsiana reconhece que essas se fundam em relações de continuidades e descontinuidades novas esferas de ser que compreendem qualidades com expressiva legalidade ontológica e para as quais inexistem analogias autênticas com as esferas precedentes. Em interlocução com esses fundamentos, assentamos os movimentos reflexivos orientados para a finalidade de prover a discussão quanto a prioridade da unitariedade ontológica nos termos do empreendimento lukacsiano para redefinir a autenticidade da problemática sintetizada na dualidade Geografia Física/Geografia Humana.

À vista disso, depreende-se que as categorias sociais (como formas de ser, determinações da existência), notadamente as mais primordiais, sobrevêm e, à vista disso, são fundadas a partir de determinado estágio do movimento de desenvolvimento e complexificação da matéria da natureza e em permanente integração com a natureza. Essas categorias possuem, por conseguinte, uma genealogia fundada na natureza, com base na qual irrompe um salto repleto de originalidades.

As originalidades advindas das possibilidades fundadas nesse estágio — determinado na qualidade de momento do movimento, não compreendido, portanto, como etapa de um modelo ideal, mas momento real movido e movente do movimento da matéria —, integram as determinações do movimento do devir na totalidade da matéria. Contudo, possuem expressão superior na totalidade que compreende o movimento (quantitativo e qualitativo) que desenvolve as originalidades e, ao fazê-lo, as tornam mais complexas e complexificam a totalidade. Essa complexificação, por seu turno, revela a sua genealogia fundada na nova esfera de ser, ou seja, categorias que são formas de ser social, puramente sociais, movidas e moventes por e das relações sociais.

Neste itinerário, torna-se injuntivo depreender que, conformadas no supradito movimento da natureza, as categorias sociais são fundadas e não fundantes da existência da realidade ou de um ser geral. As categorias sociais irrompem como expressão da existência a partir de condições determinadas, como momento e resultado do desenvolvimento da matéria e que inserem no horizonte do devir as possibilidades ao pulular de qualidades novas no interior da unitariedade do ser.

Isto posto, evidencia-se a necessária tarefa de regresso ao polêmico debate a respeito da dialética da natureza, esse plenamente incorporado aos fundamentos ontológicos desenvolvidos por Lukács (2010, p. 260-261), considerando que na:

autêntica concepção de Marx, trata-se [...] de um processo — em última análise, mas só em última análise — histórico unitário, que já na natureza inorgânica se mostra como processo irreversível da transformação, de complexos maiores (como sistemas solares e “unidades” ainda muito maiores), passando pelo desenvolvimento histórico de cada planeta até os átomos processuais e seus componentes, em que não existem fronteiras constatáveis para “cima” ou para “baixo”. Devido àqueles acasos favoráveis que possibilitaram a vida orgânica na terra, surgiu uma nova forma de ser, cujas condições iniciais já começamos a intuir e cuja história desde Darwin se tornou cada vez mais conhecida. Uma série de acasos de outro tipo possibilitou o desenvolvimento do ser social a partir da natureza orgânica. Quando, pois, com Marx, tentamos entender a história de nosso próprio modo de ser social como processo irreversível, tudo o que costumamos chamar de dialética da natureza aparece como sua pré-história. A dupla ênfase da casualidade na transição de uma forma de ser a outra deve, sobretudo, indicar que nesse processo de desenvolvimento histórico, nessas transições, tampouco se pode falar em “forças” teleológicas, assim como no interior dos processos singulares irreversíveis de cada forma de ser determinada. Pré-história significa, portanto, apenas (esse “apenas” abrange uma multiplicidade imensa de determinações reais) que uma forma de ser mais complicada só pode se desenvolver de uma mais simples, tendo esta última como fundamento. Isso de maneira tal que as determinações das esferas de ser precedentes jamais perdem inteiramente seu significado de co-determinante. Os processos de desenvolvimento mostram geralmente a tendência de uma subordinação das determinações de ser derivadas

do modo de ser precedente a uma ordem cujo princípio diretor é a auto-reprodução da forma de ser nova, mais complicada. Marx fala com razão de uma tendência de recuo das barreiras naturais no ser social [reconhecendo a] impossibilidade de este recuo impor-se inteiramente [pois] o momento biológico na sociedade pode ser reduzido pelo desenvolvimento, mas jamais é eliminável.

Outrossim, prudente conferir alguns esclarecimentos precedentes à exposição das questões concernentes a uma dialética da natureza na ontologia lukacsiana:

(1) a posição do pensador húngaro a respeito da dialética da natureza se revela constituída por firme oposição durante grande parte da sua trajetória intelectual, principalmente nas reflexões desenvolvidas na obra “História e Consciência de Classes”. Lukács, no entanto, realiza uma autocrítica de diversas posições em prefácio da edição publicada em 1967, momento no qual os fundamentos da “Ontologia” se encontram plenamente desenvolvidos.

(2) a aproximação de Lukács com uma releitura positiva da dialética da natureza provocou recepções com contestações candentes no interior do debate marxista, de forma predominante com Adorno e Sartre. O primeiro consagra críticas que asseguram uma debilidade incorrigível nos direcionamentos assumidos por Lukács após o longo período em que residiu em Moscou, desferindo argumentos dilaceradores da inclinação ontológica que postulava a existência de uma dialética imanente na natureza. Momento igualmente relevante em relação ao ceticismo de Adorno consiste no desenvolvimento da obra “El concepto de naturaleza em Marx”, de Alfred Smith, elaborado no âmbito dos debates da “Escola de Frankfurt”, e compreendendo a natureza em Marx radicalmente distinta da conotação lukacsiana. A obra é prefaciada por Adorno, que ratifica o desprezo pelos tratamentos ontológicos da obra de Marx, restaurando a predominância da postura lógico-gnosiológica na interpretação do pensamento marxiano.

Sarte considera um declínio metafísico a consideração de uma dialética da natureza, sustentando a existência da dialética estritamente nas contradições das relações sociais, ponderando que as suposições de uma dialética da natureza adviriam com alguma pertinência por meio da transformação das condições naturais pela práxis humana, sendo a postura que acata a ideia de uma dialética da natureza forjada em equívocos de caráter mecanicista que naturalizam a reprodução das contradições sociais.

(3) Ambas as críticas ratificam a apreensão de divergências radicais entre Marx e Engels, que consagram a legitimidade da consolidação da denominada “posição anti-Engels”,

que considera graves equívocos e distorções nas reflexões publicadas por Engels após a morte de Marx. As denúncias dos problemas se concentra nos textos destinados ao tratamento crítico das ciências naturais e que, para tanto, indicam a concepção de uma dialética imanente no movimento da natureza. Consideram que esses textos de Engels se encontram saturados de preconceitos identificados como positivistas, reducionistas, mecanicistas ou evolucionistas, caracterizando como fundamento da compreensão stalinista.

(4) Recentemente, as contribuições de Engels apresentam uma tendência de revisão, com atribuição de um caráter inovador ao intento de explicitar com clareza a justificada crítica das ciências naturais e dos prejuízos decorrentes da fragmentação positivista. A recuperação dessas reflexões do autor, no entanto, se apresentam com maior predominância em perspectivas distintas do pensamento marxista, a exemplo da orientação de uma ciência da complexidade⁶.

O tratamento da dialética da natureza integrada à ontologia materialista, que concebe a matéria em movimento de desenvolvimento e complexificação conformando a totalidade da existência e, por conseguinte, a relação natureza e sociedade, apresenta a necessidade de interlocução com as ciências naturais. A realização de interlocução com as problemáticas na concepção da realidade a partir da Física, principalmente da física quântica (Heisenberg e Einstein), demonstra que os pensadores apontavam as rupturas e continuidades com a Filosofia moderna que sustenta a física clássica, sobretudo a mecânica newtoniana. Logo, faz-se pertinente discorrer a respeito da Filosofia moderna, com esclarecimentos gerais que abordam a fragmentação entre empirismo e racionalismo em Bacon e Descartes e a proposta de unidade entre sentidos e razão em Kant.

Os supraditos pensadores, igualmente, sustentam a necessidade de ruptura com a Filosofia medieval, basicamente assentada na Filosofia grega, tornando pertinente a composição de comentários a respeito dos fundamentos filosóficos da antiguidade grega. A exposição desse percurso se insere no escopo da investigação por permitir esclarecer o movimento de aprofundamento da crítica da crítica da entificação social do ser a partir da indistinção entre lógica, gnosiologia e ontologia e do aspecto ideológico do apartar o ser do ente. Desse modo, depreendemos que a estrutura ideológica das formações sociais delimitam as potencialidades das categorias que integram o complexo da categoria trabalho, e a concepção de mundo se relaciona diretamente com a forma como os homens concebem o

6 A respeito dessa recuperação, ver Almeida Filho (2007).

funcionamento da história e o papel dos próprios homens na transformação da história.

No contexto pré-filosófico de estrutura ideológica fundamentalmente animista, a organização da racionalidade humana concebe nexos causais resultantes da observação do mundo físico (p. ex., o volume e distribuição temporal da precipitação tem relação com a nutrição e desenvolvimento dos vegetais), no entanto, a explicação desses nexos causais transcende ao mundo físico, atribuindo a entidades sobrenaturais a regência da determinação dos nexos causais.

Diante disso, o que o homem pode fazer para modificar a história de acordo com as necessidades e interesses se reduz ao culto das entidades com a pretensão de que as mesmas exerçam ações com intencionalidades mais adequadas aos interesses humanos, resultando na realização de nexos causais no mundo físico que potencializam o desenvolvimento da humanidade. Isso significa que se constitui um limite na forma como o homem formula as suas necessidades e as possibilidades de realizar essas necessidades, assim como na forma como se configuram as condições objetivas para a escolha de alternativas para orientar o processo de transformação da realidade pelo trabalho.

Nesta direção, nosso objetivo, ao encetar um movimento reflexivo a respeito dessas questões, consiste na aproximação que relacione as condições materiais e os fundamentos ontológicos e lógicos que conferem a concepção da realidade e da apreensão da realidade. Na Filosofia grega essa questão se modifica substancialmente na medida em que a organização da racionalidade procura sistematizar a observação dos nexos causais do mundo físico e fundamentar a explicação desses nexos causais igualmente em aspectos presentes no mundo físico. No entanto, como o volume de dados e informações empíricas coligidas se demonstra incipiente frente as pretensões, a especulação atua para preencher as lacunas da ausência de conhecimento empírico. Esse caráter especulativo impacta no reconhecimento de uma nova dualidade, entre o mundo intelectual das ideias (que orienta a especulação) e o mundo físico da sensibilidade que contém os nexos causais.

O reconhecimento da dualidade se aprofunda com a concepção da existência de uma permanência velada no movimento da realidade, definida na qualidade de problema fundamental para o conhecimento na medida em que a transformação da realidade torna inválida a certeza sobre os conhecimentos. A dualidade entre essência (imutável, perfeita, a-histórica) e o movimento se instala conformando implicações severas ao tratamento da ontologia, pois o ser, aquilo que é, se define enquanto qualidade do que não pode deixar de

ser o que é, postulando o ser em relação de identidade com uma essência imutável destituída dos entes que padecem do movimento de corrupção que os transforma. Desse modo, conhecer a essência das coisas se configura como função da racionalidade subjetiva reafirmada na separação entre o ser e o ente.

No nascimento da Filosofia moderna, tanto Bacon quanto Descartes procuram estabelecer métodos que permitam garantir a certeza do conhecimento, e eliminem qualquer tendência especulativa. Os caminhos seguidos divergem, separando conhecimento sensível e razão nas distinções das tendências do empirismo e do racionalismo. Os métodos empreendidos pretendem substanciar a produção de conhecimentos centrados na utilidade prática e no rigor metodológico, lançando dúvidas a respeito de todas as certezas pretéritas. Define-se a necessidade de direcionamento para um caminho único enquanto critério ajuizador da certeza de um conhecimento, resultante estritamente da aplicação do método. Essa forma de organização da racionalidade e os impactos na estrutura ideológica são fundamentais para a Revolução Industrial, o Iluminismo e a Revolução Francesa.

À vista disso, a forma de organização da racionalidade está visceralmente articulada com a estrutura ideológica que, por sua vez, impõe determinações fundamentais à forma como os homens concebem o que é necessário, estabelecem a valoração das necessidades (o que é mais necessário), as possibilidades de realizar as necessidades e as alternativas para efetuar essas possibilidades na transformação da natureza, portanto, pelo trabalho.

A organização da racionalidade, nesta direção, é movida e movente pelo/do desenvolvimento e complexificação da reprodução material da sociedade, na medida em que potencializa ou limita a transformação da realidade pelas determinações que impõe às categorias integrantes do complexo da categoria trabalho. A apreensão da concepção de mundo, assim, não pode ignorar a relação entre as condições materiais e o irromper de uma nova organização da racionalidade, e que o desenvolvimento dessa nova organização da racionalidade é condicionado ao desenvolvimento das condições materiais da sociedade.

O debate a respeito das ciências naturais igualmente sublinham as implicações que a redução da Filosofia moderna à teoria do conhecimento, ou da neutralidade e isolamento do conhecimento do conjunto das relações sociais trazem para as necessidades, possibilidades e alternativas de transformação da realidade. Para o rompimento desses limites o reconhecimento dos direcionamentos autênticos para o tratamento das questões de natureza ontológica se afirmam objetivamente necessários, o que debateremos considerando uma

ontologia materialista e não-dualista.

Nesta direção, a necessidade de apreensão da concepção da natureza no âmbito de uma ontologia geral no interior da qual se integra uma ontologia do ser social, o enfrentamento da problemática da contraposição entre natureza e sociedade constitui momento impreterível do debate. A sistematização dessa problemática na forma de uma racionalidade imanente ao movimento da natureza e da sociedade, destituindo as concepções de caráter sobrenatural, ocorre a partir da Filosofia na antiguidade grega.

Ao frequentar o tratamento concedido à história das sociedades precedentes e ao considerar a consistente massa documental produzida e franqueada, da mesma maneira que os alicerces empíricos que a consubstanciam, é inegavelmente significativa a multiplicidade de formações sociais, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Essa multiplicidade de formações possui especial notoriedade no extenso período que compreende “a aurora do homem”, o que relaciona o incipiente e diverso desenvolvimento das formações sociais, e igualmente das categorias sociais, a graus correspondentes de integração/isolamento dos diferentes grupos humanos e de restrição/ampliação do movimento da reprodução das formações sociais a uma dada contiguidade territorial e aos seus conteúdos naturais e sociais.

Com o desenvolvimento incipiente das categorias sociais e os limites territoriais de integração dos grupos humanos, a totalidade social contém maior expressividade de determinações das condições ambientais específicas da contiguidade territorial na qual a formação social se reproduz. Essas condições, embora integrantes da composição unitária da Terra (totalidade), constituem múltiplas particularidades em movimento de desenvolvimento que conformam determinações naturais gerais e específicas com grau de constrangimento variando de acordo com a forma de integração das condições naturais ao conjunto das relações sociais e às categorias sociais.

A multiplicidade das formações sociais é potencializada pelas respectivas complexidades singulares das/nas relações sociais que tangem a especificidades de diversas naturezas no interior dos elementos — seja na divisão do trabalho e do excedente, na relação entre gêneros e nas funções sociais desses, na relação com a natureza, na conformação ideológica etc. —, e na especificidade da articulação desses elementos estruturantes que conferem unidade a cada formação social e, igualmente, uma dinâmica que move e é movida pelo desenvolvimento de cada elemento e da formação.

Nesta direção, a multiplicidade indica de forma persuasiva a irrevogável alternativa, movida e movente da *práxis* humana, presente na definição das necessidades e possibilidades e confrontada com as determinações causais moventes na natureza, nas relações sociais e na relação sociedade-natureza, o que define como distorcidas especulações as pretensões de generalização de etapas lineares que constrangeriam o desenvolvimento de qualquer formação social.

A título de breve esclarecimento, é evidente que no princípio da constituição da sociedade as categorias sociais têm desenvolvimento e complexidade incipientes, sendo de maior expressividade os constrangimentos impostos pelas determinações da natureza, o que aparentemente limita a expressão da categoria alternativa, quando essa é apreendida desintegrada do contexto de desenvolvimento da totalidade social.

Para além disso, é apropriado compreender que um único momento do desenvolvimento da totalidade social não permite o estabelecimento de uma lei geral que possua o mesmo grau de determinação em momentos de maior complexidade. Ainda que irrevogavelmente presentes as determinações naturais, essas integram a totalidade social em condições diversas ao “em-si” da natureza, condicionadas socialmente e com mudanças históricas que redefinem as condições sociais⁷.

Integrada à alternativa se desenvolve no âmbito da organização da racionalidade a “concepção de mundo”, de integração do gênero humano com o mundo e do indivíduo humano com o gênero. Esse aspecto, embora jamais segregado da complexidade da formação social, pode ser constituído por princípios comuns que assentem a oportunidade de conjecturar uma generalização. Decerto, essa generalização não consiste em afirmações absolutas ou a-históricas, mas considerando a relação entre os princípios de organização da racionalidade com as condições históricas.

O objetivo dessa generalização consiste no intento de singularizar os elementos explicativos da realidade de determinada (historicamente) multiplicidade de formações sociais — o que não equivale a esgotar ou restringir o universo ideológico das formações diversas aos elementos comuns — historicamente precedentes ou contemporâneas à sociedade grega entre os períodos homérico e helenístico, o que permite pôr relevo na

7 A questão dos equívocos oriundos da generalização da determinação de categorias (na sua relação com a totalidade social), de um momento específico do desenvolvimento histórico da sociedade para qualquer momento histórico, será retomada e desenvolvida com maior propriedade na Parte III, “Epistemologia e História”, em particular no “Capítulo 5”.

distinção das contribuições dos gregos.

A referência de demarcação da sociedade grega decorre da uníssona compreensão e comprovação, na massa documental a respeito da história da Filosofia e da ciência, de se realizar no movimento de desenvolvimento dessa formação social o engendrar de uma forma e princípios de organização da racionalidade originais. Racionalidade original não unicamente por não dispor de precedentes na história humana mas, igualmente, pelo destacado reconhecimento e “posição de centralidade” dessa racionalidade tanto frente a e na relação com outras racionalidades — análogas às presentes em diversas formações sociais —, quanto nas determinações de âmbito estrutural ideológico ao conjunto das relações sociais assentadas nessa racionalidade.

Da confluência de condicionantes que fecundam o estágio germinal dessa racionalidade irrompe a Filosofia⁸, da qual os resultados obtidos se constituem de envergadura e complexidade simultaneamente vastas e profundas, na medida em que tanto contemplam diversos domínios do conhecimento quanto contém quantidade e qualidade fartas e sistematizadas do conhecimento.

Os resultados da Filosofia grega não estritamente exerceram predominante influência mas, do mesmo modo, alicerçaram o desenvolvimento — e, inclusive, as próprias divergências — das principais reflexões (teológicas, estéticas, éticas etc.) no período restante da Antiguidade e, sobretudo, em todo o período histórico da Idade Média. Isto posto, são portadores de expressividade que transcendem temporal e espacialmente as demarcações da civilização grega da antiguidade.

No tocante à supradita abrangência da influência da Filosofia grega, é importante evidenciar, contudo, que o movimento que fomenta de modo expressivo (e ofensivo) o acrescer da disseminação territorial do conhecimento filosófico e da cultura gregas foi conduzida integrada ao desenvolvimento e realização de uma forma de organização política-administrativa centralizada e unificada.

Forma, portanto, avessa à notória e distinta — considerando as formações históricas da Antiguidade — descentralização territorial com autonomia política e administrativa existente no período de gênese e ascensão da Filosofia na Grécia, e não dissociadas do afloramento e desenvolvimento desse tipo de conhecimento. Essa descentralização e autonomia não estritamente comportaram a coexistência de formas de organização política-

8 Trataremos desses condicionantes ainda neste item.

administrativa diversas mas oportunizaram, igualmente, a reflexão crítica a respeito das particularidades componentes dessa diversidade, submetendo-as ao crivo da racionalidade (do *logos*).

Ao apresentar argumentos que ratifiquem os fundamentos eminentemente inovadores construídos e consolidados pelos gregos, Reale; Antiseri (1990a) afirmam que, enquanto os demais elementos presentes na civilização grega — a exemplo das crenças, da diversidade de manifestações artísticas, das habilidades técnicas, das organizações militares, dentre outros — possuem correspondência que permitem alguma analogia com outras civilizações contemporâneas ou precedentes, a Filosofia expressa um fenômeno radicalmente novo desprovido de qualquer analogia razoável com a organização da racionalidade das demais formações sociais.

Desconsiderar as distinções *sui generis* da Filosofia grega, asseguram Reale; Antiseri (1990a), acarreta comprometimento, ou mesmo inadequação, da compreensão a respeito dos direcionamentos históricos assumidos pelo desenvolvimento da civilização ocidental sob incontestável impulso engendrado nos gregos, bem como das distinções manifestas com as civilizações oriental e islâmica.

As determinações da radical distinção na organização da racionalidade que resulta na Filosofia desenvolvida pelos gregos, à vista disso, são substanciadas por elementos que não se circunscrevem estritamente ao caráter quantitativo no que se refere ao conhecimento da realidade — o que denotaria somente maior ou menor acúmulo ou volume de conhecimento —, mas constitui uma ruptura que instaura uma variação qualitativa insólita, conferindo nulidade de correspondência aos elementos quantitativos inerentes na medida em que esses constituem expressão quantitativa de uma qualidade original.

Nesta direção, corrobora-se que, precedente ao inédito germinar do conhecimento concebido a partir do século VI a.C. na sociedade grega, é patente o inequívoco predomínio — em muitos casos, inclusive, faz-se propício considerar exclusividade — do estabelecimento da organização da racionalidade estruturada por explicações de cunho que podemos denominar “dualista-transcendental”.

As características que sintetizam a “dualidade-transcendental” dessa racionalidade, grosso modo, consistem:

- (1) por um lado, em averiguar empiricamente a existência e o funcionamento de

nexos causais, apreendidos a partir da manifestação sensível de fenômenos da realidade do mundo físico com procedimento da racionalidade que recorre à indução — contudo, estritamente a partir de conteúdos provenientes da vida cotidiana sistematizada pelo senso comum —, e resultando na obtenção de graus de aproximação ou correção diversos nas associações estabelecidas entre efeitos e causas;

(2) por outro lado, em atestar uma explicação pretensamente verdadeira para os supraditos nexos causais, e que resulte em substrato à definição da realidade e à orientação quanto ao modo mais profícuo de comportamento da sociedade e dos indivíduos frente aos fenômenos do mundo físico. A organização da racionalidade da explicação, no entanto, não se efetiva sem recorrer ao imperativo de relacionar, nos nexos causais do mundo físico, os efeitos com causas regidas por intencionalidades atribuídas a entidades supernaturais, sobre-humanas e supra-históricas que as animam de modo diverso.

Essas intencionalidades advém de entidades que, embora transcendententes ao mundo físico, presidem os fenômenos que compõem as causas regentes dos efeitos manifestados no mundo físico e atuam enquanto exteriorização da imposição de condicionamentos diversos ao comportamento da sociedade, a exemplo da ética e da moral.

O êxito de desenvolvimento da sociedade no movimento da história humana, nestes termos, resulta da harmônica adequação da organização social aos desígnios supra-humanos das entidades supernaturais, acarretando necessária subordinação que, por sua vez, promove imposição de limites e mediações supra-históricas às ações humanas que objetivam o direcionamento ou a transformação histórica. Lukács (2010, p. 43), ao tratar dessas questões, sustenta que:

quanto menos os seres humanos de certa fase de desenvolvimento são capazes de apreender seu ser verdadeiro, tanto maior tem de ser o papel daqueles complexos de idéias que eles formam diretamente de suas experiências do ser e projetam analogicamente no ser para eles ainda inapreensível objetiva e realmente. Como o trabalho (e a linguagem que surge simultaneamente com ele) ocupa aí uma parte reduzida na vida então realmente perceptível, não é de surpreender que nessas projeções — concebidas como ser — exatamente elas tenham o papel decisivo. Já as noções mágicas são projeções, ainda que muito impessoais, dos elementos mais importantes do trabalho. Quando surge a fase mais elevada, a religião, essa situação sofre uma intensificação personificadora. O elemento comum é que o acontecimento essencial no mundo não pareça um acontecimento fundado em si mesmo, mas aparente ser produto de uma atividade que põe (transcendente). Todos os deuses das religiões naturais têm essas “funções laborativas” como fundamento de sua existência imaginária. Nesta direção, no que concerne aos preceitos que sustentam a concepção na qual diversas sociedades recorrem para empreender exercícios de sistematização da interpretação e explicação da realidade material —

tanto nos seus aspectos naturais “em-si” quanto no que tange às relações sociais e às relações entre sociedade e natureza —, fundam-se em pressupostos animistas. De acordo com esses pressupostos, o movimento da realidade é animado por meio da manifestação de intencionalidades determinadas por entidades sobrenaturais, dotadas de qualidades sobre-humanas, que possibilitam intervir para orientar o movimento da realidade de modo quantitativo e qualitativamente distinto das incipientes potencialidades manifestas no indivíduo e na sociedade.

Os pressupostos animistas sustentam que os nexos causais apreendidos na realidade sensível são manifestações de intencionalidades que, apesar de provenientes de entidades transcendentais a realidade do mundo físico, determinam o comportamento da natureza. Por conseguinte, as determinações da natureza ao conjunto das relações sociais e às possibilidades das atividades práticas dos indivíduos.

Nesse contexto, a possibilidade e a alternativa que a estrutura ideológica dispõe para relacionar a sociedade com determinações que transcendem o alcance das relações sociais e das ações humanas, consiste no fomento a cultos das entidades sobrenaturais com qualidades sobre-humanas. Cultos que objetivavam cooptar as intervenções das intencionalidades dessas entidades, para que essas produzam na realidade causas que regem efeitos no mundo físico, portadores de determinações mais compatíveis com as elegidas necessidades sociais. Resumidamente, para que os nexos causais conhecidos apresentem um determinado comportamento que não pode resultar estritamente da atividade prática dos homens.

A alternativa possível para direcionar o movimento da história, portanto, encontra-se restrita na execução de atividades cujas finalidades não consistem na transformação da realidade, mas que sensibilizem as entidades transcendentais, para que essas, por meio das suas intencionalidades realizem manifestações de causas concernentes às vontades e interesses sociais, embora persistindo distintas e alheias às determinações sociais.

A concepção da relação entre a sociedade e as entidades transcendentais alicerça a estrutura ideológica, com expressão, dentro outras, no sistema de crenças, nos princípios éticos e morais, e nas alternativas teóricas e práticas. Logo, integra as determinações da realidade que constituem o sistema de valores, por conseguinte, as necessidades e as possibilidades da reprodução material da sociedade passam a ser consideradas indubitavelmente a partir da concepção da forma como a realidade pode ser transformada. Em outros termos, estabelecer uma escala de valoração das necessidades e avaliar as possibilidades de realização dessas se submete à concepção da forma como a realidade pode

vir-a-ser transformada.

Depreende-se, à vista disso, que a estrutura da organização da racionalidade se encontra visceralmente integrada com a potencialidade social de transformação da realidade, portanto, integrada ao grau de desenvolvimento e complexidade da sociedade. No entanto, essa constatação não representa um movimento de causa-efeito mecânico e generalizável na qualidade de “lei geral” invariável, mas a vinculação do maior ou menor grau de desenvolvimento da totalidade social com o grau de desenvolvimento da alternativa que, nos estágios inferiores, manifestam a “incapacidade do ser humano, em sua práxis social, de dar-se conta do fato de não estar em condições de realizar suas decisões entre alternativas com pleno conhecimento de todas as suas circunstâncias, conseqüências etc.” (LUKÁCS, 2010, p. 44).

A relação de recíproca dependência entre a estrutura ideológica e a alternativa e, igualmente, da alternativa com o desenvolvimento e complexificação da totalidade social, justificam a apropositada apreensão da produção das ideias mutuamente interpenetrada com a apreensão da reprodução material da sociedade.

Nesta rota, é primaz apreender como a originalidade na organização da racionalidade irrompe — concomitantemente enquanto necessidade, possibilidade e alternativa — das condições materiais da sociedade grega e, do mesmo modo, como, ao irromper, a racionalidade se integra ao desenvolvimento dessas condições materiais como condição ao próprio desenvolvimento dessa racionalidade.

Em outros termos, o irromper e o desenvolvimento dessa racionalidade integram o desenvolvimento da totalidade social, devendo o movimento de apreensão abranger a integração sem, contudo, estabelecer relação de identidade entre o desenvolvimento das ideias e o desenvolvimento da realidade, de subordinação da realidade à ideia ou qualquer precipitada interpretação idealista.

Isso porque, a supradita integração, que articula em unidade a diversidade dos desenvolvimentos racional e material, possui mediações indeléveis e reais — que esquivam as precipitadas reduções a um estrito reflexo do desenvolvimento da ideia no desenvolvimento material —, e que igualmente se desenvolvem. Dentre essas mediações, possui relevo a categoria alternativa e as determinações dessa no complexo categorial do trabalho, para o desenvolvimento subjetivo e objetivo da realidade social.

Atribuir notória originalidade à Filosofia demanda ratificar de que forma essa instaura e consolida um esforço para organizar a racionalidade incidindo para estimular uma ruptura contundente. Essa ruptura consiste em organizar a racionalidade destituindo o imperativo de recorrer à dualidade na qual o movimento do mundo físico é explicado por meio de determinações transcendentais ao mundo físico, sobrenaturais.

Os elementos dotados de autoridade explicativa dos nexos causais da realidade, dessa forma, são procurados coadunados à construção da explicação sem que a racionalidade necessite recorrer a qualquer determinação alheia ao interior da própria realidade enquanto objeto de investigação e de explicação. Portanto, a organização da racionalidade se estrutura e se desenvolve estruturando e desenvolvendo explicações para os nexos causais da natureza encontradas na investigação da própria natureza.

A excepcional externalidade reside na própria racionalidade que organiza a investigação e a explicação, mas não mais no sobrenatural constituído por diferenças idênticas em termos de generalidades sobre-humanas. Dessa forma, recoloca-se, em termos radicalmente distintos, a estrutura ideológica e os fundamentos que consagram o definir das necessidades, das possibilidades e das alternativas para as potencialidades sociais da transformação da realidade.

Por conseguinte, recoloca-se a relação entre a estrutura ideológica e as demais estruturas da totalidade social, o que resulta em um salto qualitativo no movimento de desenvolvimento e complexificação das partes (estruturas). Em outros termos, há um salto no desenvolvimento e complexificação da própria totalidade social, singularizando o “papel” da sociedade grega na história do gênero humano.

A respeito do contexto do aflorar da Filosofia na sociedade grega, Lukács (2012, p. 33-34, *grifos no original*) concorda que:

a Antiguidade grega, em que não havia poder sacerdotal nem teologia dogmática obrigatória, pôde, como consequência, tornar-se o reino clássico da gênese da ontologia. A nova Filosofia dos pré-socráticos, em sua rápida gênese, descobriu uma após a outra e uma ao lado da outra suas categorias mais importantes. O fato de que só pudessem se tratar de primeiras aproximações, em geral expressas de modo semimítico, dos fatos autênticos não diminui em nada a grandiosidade desse primeiro intento. Ela pôde dirigir-se de maneira tão monumentalmente retilínea para os objetos mais essenciais dada a ausência de qualquer conflito com a teologia. (Nem mesmo as recorrentes acusações de *asébeia* [impiedade], em sua maioria determinadas por motivos francamente políticos, puderam deter esse processo.) Como únicos adversários da ontologia fundada num plano puramente

filosófico apresentavam-se os mitos, em contínua mutação e continuamente reinterpretados. E, uma vez que a poesia teve participação preponderante nessa mudança, verifica-se um fenômeno que jamais se repete, a saber, que, nessas Filosofias, os poetas são sempre combatidos como principais inimigos de uma imagem racional do mundo.

O conteúdo da Filosofia se define por meio do objetivo de construir uma apreensão estritamente erigida no âmbito da racionalidade a configurar uma estrutura lógica demonstrativa da coerência na explicação que comporte a totalidade dos elementos constituintes da realidade, sem descartar ou isolar fenômenos ou partes da realidade. Para tanto, delimita-se a necessidade de recorrer a causas destituídas de propriedades sobrenaturais e integralmente reconhecidas como componentes da própria realidade, de modo a orientar a aproximação da apreensão racional do princípio, da essência a presidir a totalidade da existência da realidade. A instauração das instituições democráticas nas deliberações do direcionamento político, econômico e militar, consolidando a necessidade de aprimoramento da argumentação, assegura a indissociabilidade da apreensão da realidade com os critérios lógicos da investigação e da exposição racional.

Para além de enaltecer as inequívocas originalidade e contribuição na/para a história do gênero humano, decerto, é igualmente pertinente tecer ponderações no tocante aos percursos direcionados ao transpor dos problemas inerentes à forma necessariamente incipiente do contexto germinal no/do qual irrompe a Filosofia. Ademais, nesse contexto deve ser tratada a escassez de coleta e organização de fontes empíricas, para substanciar explicações utilizando elementos presentes no próprio mundo físico e, do mesmo modo, as determinações dessa escassez para os percursos.

As sobreditas ponderações intencionam identificar/apontar como os percursos da Filosofia grega, associados à diminuta expressividade dos conteúdos empíricos então coligidos, resultam — não exclusivamente! — na constituição de limitações aos fundamentos dos elementos de conclusão que sustentam as explicações, perfazendo a construção de respostas às indagações filosóficas inegavelmente saturadas de teor especulativo. Teor justificado no estágio de desenvolvimento da totalidade social e que, na medida em que alguns pressupostos persistem acatados “acriticamente” na atualidade em idêntica condição de pressupostos, a especulação lógico-racional pode, em algum grau, encetar na atualidade inversões entre realidade (ontologia) e especulação racional (lógica/gnosiologia).

A especulação opera no preencher das lacunas para as quais o incipiente conhecimento do mundo físico não constitui alicerces “seguros”, por meio dos conteúdos empíricos então coligidos, oportunizando a tendência de substituição dessas lacunas por conteúdos derivados das regras da racionalidade. Isto posto, os enunciados que proclamam respostas à indagações de elevada complexidade, fortemente fundamentados em especulações, externam reducionismos que se aproximam — em maior ou menor grau — com disparates, assim confirmados posteriormente na história humana com as condições de confronto das especulações com conteúdos empíricos.

A constatação de enunciados que expressam disparates, entretanto, não pressupõe ou justifica analogias entre a Filosofia e as formas de conhecimento precedentes. Isso porque é falacioso apreender o enunciado segregado da organização da racionalidade na qual esse foi engendrado, desconsiderando as possíveis diferenças na formulação das indagações e na concepção das respostas. As explicações não se apartam da concepção de mundo, que não se aparta das condições materiais historicamente determinadas.

As possíveis analogias se concentram no isolamento das respostas, nas quais os disparates revelam a presença de transcendência de conteúdos do mundo físico no processo de explicação, seja por imposições sobrenaturais ou racionais (especulação), logo, desvelando a presença de idealismo em diferentes graus de acordo com as diferentes proposições. É necessário reconhecer que a organização da racionalidade, por um lado, não determina por si mesma a validade dos enunciados nela forjados, mas, por outro lado, determina limites e potencialidades ao conhecimento e à prática sociais.

O usual procedimento de especulação, centrado na razão, implica a tendência de sobrevalorar (o mundo d)as ideias e no instaurar de outra dualidade como resposta para superar as limitações e obstáculos encontrados. A nova dualidade emerge na sua forma mais sistematizada quando se enuncia explicitamente, enquanto princípio de regras para elaboração de explicações, a tendência de proposições assentadas no apartamento entre o mundo inteligível das ideias e o mundo físico sensível. Logo, dualidade decorrente do tratamento do movimento da realidade enquanto problema para a validade de um conhecimento verdadeiro e da essência enquanto qualidade permanente da realidade, concomitantemente imóvel e imutável.

A constatação racional, substanciada por conteúdos empíricos aferidos e coligidos, a respeito do ininterrupto movimento da totalidade dos componentes constituintes do mundo

físico e, por conseguinte, das mudanças que a realidade expressa enquanto impreteríveis resultados do movimento, consente certa predisposição da razão para declinar da pertinência da apreensão do movimento e da mudança para o constituir do conhecimento verdadeiro.

Essa predisposição estipula o movimento e a mudança na qualidade de constituintes de óbice à organização da racionalidade, na medida em que o conhecimento engendrado possuiria instabilidade intransponível nos atributos que sustentam a validade da sua veracidade. Como a realidade é movimento que, sendo o que é, determina a todas as coisas inevitáveis mudanças — passar a não ser o que é e, por conseguinte, passar a ser o que não é —, o conhecimento a respeito de determinada realidade é constantemente evadido da verdade que a explica com correção pela própria mudança apresentada na realidade e resultado do próprio movimento da realidade. Em outros termos, a realidade, ao não ser mais o que era, faz com que a verdade não seja mais idêntica ao conhecimento apreendido.

O movimento é concebido, dessa forma, como o encetar infindo de processos de substituição de opostos a corromper a verdade em conformidade simétrica com o decurso da emergência de transformações na realidade, fecundando no conhecimento a evasão da verdade concomitante à incorporação da negação dessa, equívocos e imprecisões.

Nesta rota, a organização da racionalidade que pretende construir explicações dos nexos causais aferidos no mundo físico e fundamentados estritamente no próprio mundo físico, se depara frente a um impasse decisivo. Impasse que constitui o engendrar de um conhecimento que, por um lado, possui a validade da sua verdade assegurada por ser extraído do mundo físico, mas, por outro lado, essa verdade é deteriorada e invalidada pelo movimento inerente ao próprio mundo físico que asseguraria a sua validade e resulta na sua mudança.

A razão certifica-se que, ao assentar a formulação de conhecimento no mundo físico, logo, no movimento, resultará invariavelmente no desenvolvimento, para além de explicações pejadas de aporias e de contradições, na afirmação da negação da razão, na irracionalidade do conhecimento racional. Ou seja, a razão afirmaria a verdade do conhecimento como aquilo que não permite se comprovar enquanto verdade pois se corrompe ao aderir em si, progressivamente, a sua negação.

O movimento, à vista disso, se constitui na qualidade de absoluta negação do conhecimento verdadeiro, sucedendo impreterivelmente no negar a coerência lógica de

qualquer proposição que pretenda, a partir do movimento, validar a correção do conhecimento ou atribuir certeza ao mesmo.

Despido da exequibilidade de tornar admissível à razão, para estabelecer o conhecimento verdadeiro — e a sua validade —, aquilo que é a sua negação absoluta, o esforço direcionado a empreender a organização racional para a afirmação do conhecimento verdadeiro impõe a premente necessidade de suplantar e superar seu mais expressivo obstáculo, o seu contrário e negação. Negação identificada com o movimento, que se torna qualificado, portanto, enquanto problema e objeção.

Superar a negação da razão e do conhecimento verdadeiro atribuída ao movimento significaria perseguir a tarefa de alicerçar a racionalidade no oposto ao movimento e à mudança, portanto, na permanência e imutabilidade. O conhecimento da verdade obriga-se a incumbência de apreender a realidade na sua essência, o que confere à essência, por uma consequência lógica indubitável, uma relação de identidade com a permanência e a imutabilidade.

O conhecimento verdadeiro, nesta direção, é consagrado enquanto a perfeição do conhecimento, e aquilo que é perfeito não pode ser mais ou menos do que é, ou jamais teria sido o que é, perfeito. Consequentemente, o movimento é um atributo das coisas imperfeitas que, por excelência, ao se moverem aderem a si mudanças que podem se aproximar ou se distanciar da perfeição. Ou seja, o próprio movimento possui a permanência e a imutabilidade como qualidades balizadoras, na medida em que unicamente o que não se movimenta e não se modifica pode alicerçar a explicação do que se movimenta, ratificando a necessidade de apreensão da essência.

Em outros termos, a essência se define enquanto portadora de uma incorruptível relação de identidade consigo mesma, logo, a essência “é” e, portanto, é imutável. À vista disso, a verdade, ao se constituir pela racionalidade na identidade da essência da realidade no âmbito do conhecimento, não pode desfrutar de mudanças ou não mais será portadora da essência e, por conseguinte, não mais será verdade. A verdade é, por definição, perfeita, não pode passar a ser mais ou menos verdade.

Concebe-se, ademais, enquanto pressuposto, que a razão deve possuir a potencialidade de formular explicações perfeitas e definitivas para as indagações formuladas pela própria razão, sejam essas indagações direcionadas à obtenção de conhecimento a respeito de si mesma ou do mundo físico. Diante disso, a mutabilidade das explicações

racionais decorrem da constatação de incorreção e imperfeição da razão pela própria razão. No entanto, a meta da razão e a tarefa do seu desenvolvimento consiste na transformação da potência (do supradito pressuposto) em ato, a formulação de uma explicação perfeita, logo, imutável e definitiva.

Por meio da razão, dessa forma, as qualidades do homem crescem-se quantitativamente de atributos que o aproximam da perfeição, na medida em que, ao portar o conhecimento verdadeiro, as decisões e as ações humanas se encontrariam munidas das condições de se realizarem em conformidade com a perfeição do conhecimento que as balizam. Nessas condições a razão permite fomentar o desenvolvimento dos indivíduos e do gênero humano do mesmo modo, em conformidade com a perfeição.

À vista disso, o conhecimento verdadeiro era considerado necessário por não permitir que as imperfeições da razão orientassem decisões e ações que impelisser a civilização grega à deterioração e à ruína, destino análogo ao de outras formações sociais destacadas na história da humanidade, precedentes e coetâneas aos gregos. Considerou-se igualmente a necessidade de investigação das causas que motivaram essas formações sociais a, por um lado, obterem importância e influência históricas e, por outro lado, se desenvolverem de modo a acarretar um movimento de ascensão descontínuo por fatalmente ser direcionado ao declínio, o que resultou a todas essas formações uma existência temporal e espacialmente limitada, logo, imperfeita.

A Filosofia, portanto, ainda que discursivamente defina a si mesma atrelada absolutamente ao puro conhecer dissociado de qualquer potência de corruptibilidade por interesses — em outros termos, com pretensão de neutralidade das suas causas, do seu desenvolvimento e dos seus resultados —, se define efetivamente pela função em que é apreendida na prática social enquanto uma necessidade para a reprodução da sociedade, ou seja, para a existência e o desenvolvimento da sociedade. Dessa forma, a valoração da sua apreensão a qualifica como uma necessidade que, caso não adequadamente satisfeita, acarreta o movimento de desvanecer da formação social, conforme constatado pelos gregos na história das formações sociais que não valoraram apropriadamente essa necessidade, não empreendendo esforços para prover a sua satisfação.

Logo, os gregos valoram a Filosofia enquanto uma necessidade objetivamente fundada nas condições de existência do gênero humano e dos indivíduos que existem e são dotados das suas características unicamente integrados às qualidades do gênero. O que

expressa a compreensão de conformidade entre a existência do indivíduo e a do gênero, não concebida de modo estritamente biológico mas social, de modo que um indivíduo grego não será o mesmo caso se desenvolva estabelecendo relações com uma formação social distinta da civilização grega. Ser grego, por conseguinte, implica estar territorialmente situado em um lugar que possibilite ao indivíduo se desenvolver constantemente integrando relações com a sociedade grega.

Essa conformidade justifica a premência da sistematização da reflexão sobre a sociedade grega (história, Geografia, guerras, cultura etc.) e a exaltação das características distintas dessa, na medida em que corresponde a comportar indivíduos igualmente dotados de características superiores. Concepção que corrobora com a consciente subordinação das necessidades dos indivíduos às necessidades do gênero, pois quanto mais perfeitas as qualidades do gênero maior será a perfeição dos indivíduos.

Nesta rota, e com as distintas condicionantes ao desenvolvimento do conhecimento anteriormente abordadas que facultam maior autonomia ao indagar e ao duvidar, os gregos submetem ao ajuizar da razão as qualidades do indivíduo, do gênero humano e da relação entre indivíduo e gênero. Submissão que acarreta o empreender reflexões a respeito, dentre outras questões, da forma mais apropriada de organização política-administrativa e da ética mais apropriada para orientar a relação do indivíduo com a sociedade.

Regressando à reflexão pautada nas consequências providas do direcionamento da concepção de essência imutável, depreendemos que se desenvolvem acentuadas determinações às fundamentações e aos tratamentos da ontologia e da lógica, em extensa medida com interpenetração mútua. Em outros termos, da reflexão racional a respeito do que é a essência da realidade (ontologia) e, a partir da racionalização dessa, o estabelecimento das regras que a razão deve se submeter para apreender a essência (lógica) e, conseqüentemente, proceder a construção do conhecimento verdadeiro, constatadas por meio dos percursos trilhados pelas principais propostas realizadas.

O **desenvolvimento da Ontologia** na Filosofia grega e, conseqüentemente, o engendrar do conceito de Ser, se outorga a tarefa de substanciar a racionalidade de modo a assegurar alçar à razão a estrutura formal para a sistematização da realidade no que concerne precisamente ao que essa possui enquanto essência. Diante disso, atribui-se ao conceito de Ser a qualidade de princípio do *logos*, assim definido por se constituir enquanto a forma da razão provida rigorosamente de relação de identidade com a essência da

realidade, constituindo o princípio do movimento da razão o desenvolvimento do conhecimento da realidade.

A definição do conceito de Ser demarca os parâmetros para a atividade da razão edificar as regras que o movimento do pensamento deve obedecer para apreender no elemento do mundo físico investigado o conhecimento que revela a verdade desse elemento. Dessa forma, ao determinar a explicação em correspondência com princípio do *logos* que se constitui em relação de identidade com a essência da realidade, a apropriação racional da verdade afirma o que a coisa investigada é.

Diante disso, as regras da razão empreenderiam um movimento despropositado do pensamento caso o conceito de Ser congregasse relação de identidade com a essência da realidade e, do mesmo modo, com o movimento e as mudanças da/na realidade. Isso porque o conceito se subtrairia do potencial de representação no âmbito da racionalidade do que o termo preconiza ao proclamar relação de identidade com a essência da realidade, na medida em que corresponderia não estritamente a afirmação da essência, mas igualmente a sua negação, o que invalidaria a atribuição do conceito de Ser como parâmetro para apreensão daquilo que é.

O Ser identifica e afirma a essência da realidade, aquilo que é, logo deve negar identidade tanto com o que prescinde e deixa de ser quanto com o que ainda não é e virá a se constituir — a partir do (e substituindo o) que prescinde de ser —, passando a ser. Resumidamente, a realidade é o Ser, e a racionalidade que incorre a sua apreensão permeada a qualquer mudança a torna indiferente à contraposição entre o que é e o que não é.

A tarefa arrogada pela racionalidade a si mesma de procura e afirmação do Ser, caso realizasse o seu decurso substanciando-se estritamente dos/nos recônditos da natureza, estaria predestinada a resultar fatalmente em malogro. Perseguir o Ser por meio desse percurso consistiria em uma irracionalidade, logo, um caminho que se nega, pois *a priori* e inevitavelmente é descaminho para a tarefa posta.

Se a natureza padece de mudança ao comportar o movimento, a essência da realidade que parametriza a afirmação do Ser (da verdade) não se encontra propriamente na investigação da natureza, que, por conseguinte, constitui óbice ao conhecimento. Nesta rota, a Filosofia reconhece a validade de características da realidade, transcendentais às que se apresentam diretamente aos sentidos, transcendentais ao mundo físico e à materialidade, enquanto portadoras da essência da realidade. O conhecimento verdadeiro não pode ser

apreendido no mundo físico pelo movimento e mudança ininterruptos e irreversíveis, condicionando a essência da realidade necessariamente à metafísica, o que ratifica a superioridade da racionalidade.

Isso posto, a procura fundamental para a razão consiste na apreensão da imutabilidade e permanência da essência da realidade (e do Ser), que para se efetivar deve transcender o ser determinado pela corrupção do movimento e da mudança — o ser que apresenta efeitos que resultam da determinação de causas —, logo, transcendendo o “ente”. A indeterminação do “Ser” corresponde à incorruptibilidade da sua identidade com a essência da realidade. Essa essência, no entanto, impõe determinações ao movimento e à mudança do “ente”.

Em outros termos, o “Ser” é determinante e o “ente” é determinado, o “Ser” determina o “ente”, e o “Ser”, na sua incorruptível qualidade de indeterminação, assevera indubitavelmente que nenhum movimento ou mudança do/no “ente” possui qualquer potência para impor determinações ao “Ser”.

Consequentemente, a apreensão da verdade que afirma a explicação dos nexos causais — causas e efeitos do movimento e da mudança no “ente” — é indeterminada pelo “ente” e, ao mesmo tempo, determina o “ente”. Essa concepção persiste no decorrer da história da humanidade, na qualidade de parâmetro inviolável para a concepção da realidade, para a organização da razão e para a produção do conhecimento, datado até o momento atual na ciência e na Filosofia. Concepção ratificada no debate da ontologia na Geografia por Martins, E. (2007, p. 34) ao afirmar que “todo ser é ser de um ente, e é esse ser que determina o que ele é. O ente é o que é em função de seu ser, tornando-se uma Entidade. O ser é condicionante, e o ente o condicionado. O primeiro é determinante e o segundo é determinado”.

A supradita concepção fundamenta a noção de “diferença ontológica”. Essa noção, por sua vez, fundamenta a proposta de “crítica da entificação social do ser”, que constata irracionalidade na suposição de qualificar a sociedade enquanto “Ser”, na medida em que a sociedade se movimenta e se modifica, logo possui no que é determinações da corrupção inerente ao “ente”. Nesta direção, qualificar a sociedade enquanto “Ser” equivale a “entificar” o “Ser”, tratar na qualidade de “Ser” aquilo que é “ente”, atentando contra o princípio elementar da ontologia disposto na noção de “diferença ontológica”. Consiste, nos termos indicados por Reis (2009, 2012), em uma “onto(socio)logia”.

O objetivo definido no principiar da Filosofia, compreendendo o assegurar dos elementos componentes da explicação racional estritamente apreendidos na própria realidade desencadeia uma diversidade de imprecisões na forma de especulações a respeito do elemento da realidade que, concomitantemente, se constitui na qualidade de princípio ou essência da realidade. Especula-se, desse modo, a justificação definição desse elemento nas propriedades da água, do ar, do fogo, relacionando o elemento com a pretensão de que, sendo o mesmo o princípio da realidade, deveria portanto explicar racionalmente o movimento e a mudança da realidade, apreendidos por meio de uma dinamicidade permanente sintetizada no princípio.

As propostas com pretensão de consolidar uma concepção da existência da realidade enquanto síntese entre o movimento e a permanência promoveram argumentos com predominância materialista ou idealista. Para a primeira, destacamos a perspectiva de concepção da realidade com caráter essencialmente atômico, compreendendo a natureza enquanto objetos mutáveis compostos de partículas divisíveis que convalidam o agrupar de partículas minúsculas e indivisíveis, os átomos, que se movem incessantemente em processos de agregação e desagregação que se manifestam em objetos não permanentes. No entanto, as mudanças que se realizam nos objetos desvela no plano da aparência a existência distinta da essência que permanece idêntica a si mesma na medida em que o movimento do átomo modifica as formas a manifestarem os momentâneos agrupamentos das partículas atômicas, mas o átomo permanece idêntico a si mesmo de modo indiferente aos diferentes agrupamentos.

A relevância da síntese conformada na perspectiva do atomismo, síntese de maior repercussão dentre as tendências materialistas, comparece com expressividade deveras restrita frente ao movimento de difusão e reprodução das tendências idealistas da síntese entre movimento e permanência. Dentre as propostas da tendência, se distinguem as concepções de Platão e Aristóteles.

Nas reflexões de Platão os direcionamentos para a síntese se configura em teor plenamente idealista, caracterizando a existência de uma verdade eterna a residir na ideia e comportando as potenciais mudanças manifestadas no âmbito da realidade sensível. Os objetos expressos na realidade sensível constituem manifestações das ideias, no entanto se manifestam em um plano da existência que define impossibilidades ao comportamento idêntico ao plano intelectual das ideias. No momento em que se realiza o movimento de

transposição que desloca a estabilidade ideal para o plano sensível, as determinações inerentes ao existir no plano sensível sujeitam a dilaceração da permanência ideal, aderindo ao objeto inescapáveis qualidades corruptíveis que o compelem ao movimento de perecimento.

A primazia da concepção lógica da identidade e da não-contradição confere ao plano intelectual da ideia a universalidade e a estabilidade necessárias para o proceder de critérios racionais passíveis de orientar a apreensão da verdade e do “Ser” da manifestação do objeto em processo de degradação que o singulariza e o destitui das qualidades necessárias ao constituir de conceitos enquanto formas superiores de organização da racionalidade. Nesta direção, considera-se a superioridade da capacidade do conhecimento humano no qual reside a essência que caracteriza a existência de uma verdade. Logo, reconhece-se a existência do movimento enquanto forma de manifestação sensível. Essas concepções apontam que existe o movimento mas buscam salvaguardar a possibilidade de ideias permanentes na forma de conhecimento racional do mundo.

O movimento existe, mas é possível conhecer a perenidade dentro do movimento, pois há algo eterno, presente no plano inerente à capacidade do conhecimento humano. As questões ontológicas passam a ser definidas a partir dos critérios da racionalidade subjetiva e demarcam o “Ser” enquanto conceito que remete aos princípios essenciais dos objetos manifestados na imediaticidade sensível. Ao proceder um exercício da racionalidade orientado a eliminar os aspectos mutáveis que se aderem ao objeto, se apreende a essência reconhecida idêntica ao conceito puro da racionalidade subjetiva, permitindo comprovar no plano da manifestação sensível os princípios da identidade e não-contradição existentes no plano intelectual da ideia.

Aristóteles reconhece a prioridade do postular de regras e critérios que demarquem as formas que o pensamento se obriga a reproduzir para apreender o conhecimento essencial da realidade. Nesta rota, a lógica se torna predominante e princípio ajuizador da validade dos discursos, de modo a instaurar no plano da racionalidade subjetiva as condições para a apreensão da permanência que se deforma na mutabilidade da manifestação sensível da existência. Para tanto, apresenta os princípios lógicos da identidade, da não-contradição e do terceiro excluído, que conformam a estrutura que a racionalidade deve contemplar para que o pensamento promova a abstração de conhecimentos verdadeiros a respeito da realidade.

Admitindo o pressuposto da superioridade da permanência, quando a racionalidade e a linguagem anunciam uma explicação que trata a existência da realidade de modo não ordenado, define-se incorreto o direcionamento da racionalidade, comprometendo a apreensão da essência da realidade e aderindo ao “Ser” imutável aspectos contraditórios, próprios do “não-ser”. Nesta rota, Aristóteles reconhece a necessidade de apreensão das causas do movimento da realidade e considera que o “ente” não pode constituir a causa de si mesmo, que reside extrínseca ao “ente”. Indaga, à vista disso, o que possibilita a existência do movimento e o que configura a essência do movimento, determinando as causas de todo movimento.

Divide as causas em 2 (dois) tipos distintos, considerando as causas essencialmente ordenadas e as causas acidentalmente ordenadas. Nas primeiras, para que um fenômeno em ato se manifeste continuamente faz-se necessário que determinadas causas permaneçam atuando para conformar a existência, de modo que o período de permanência de uma manifestação do fenômeno depende da constância de um conjunto de causas postas em ato. As últimas se referem ao influxo causal que atua na gênese da manifestação de um fenômeno, na transposição da potência ao ato. No entanto, após conformar o ato a permanência dessas causas se tornam desnecessárias para a continuidade do fenômeno em ato na realidade.

A título de exemplo, para a existência de um edifício se fazem necessárias a permanência da atuação de um conjunto de causas (essencialmente ordenadas) que se fundem causando o “ente” e, ao mesmo tempo, se encontram extrínsecas ao ente. Para a passagem da potência ao ato no movimento de construção do edifício se apresentam causas (acidentalmente ordenadas) distintas, que consistem nas atividades práticas executadas por orientação de uma finalidade consciente.

Na imediaticidade sensível da realidade, as causas essencialmente ordenadas se encontram necessariamente em ato e, por conseguinte, em ininterrupto movimento que conforma o relacionamento das causas que convergem para a existência de um determinado objeto e que, no entanto, se manifesta com aparência imóvel. Diante disso, compreende o movimento para além do deslocamento de um objeto por uma extensão espacial, apreendendo a essência do movimento enquanto traslado da potência ao ato que permite a uma possibilidade a existência manifestada em um “ente” objetivo.

O traslado da potência ao ato analisado à luz da impossibilidade de “autocausalidade”

de um “ente”, compele para a necessária existência de um primeiro motor imóvel causador do princípio do movimento. Considera, ademais, que o motor permanece extrínseco aos “entes” e causa o movimento sem movimentar a si mesmo, a exemplo do modo como a coisa amada move o amante. Outrossim, o motor imóvel consiste na causa final de todo movimento, comporta o princípio do movimento por delimitar a ideia na gênese de uma intencionalidade que se move da potência ao ato e, igualmente, preside a manifestação do ato, da existência. A racionalidade subjetiva, a predominância do idealismo, configura o fundamental da proposta aristotélica, na qual as qualidades subjetivas determinam a existência e comportam a essência do movimento de corrupção dos “entes” permanecendo exterior aos “entes”.

A subordinação do movimento na lógica formal, no entanto, desconhece que o movimento nos objetos a partir das relações entre os elementos que engendram a sua totalidade e, por conseguinte, a sua existência, engendra igualmente a transformação desse objeto, ou seja, as relações que afirmam a existência do objeto necessariamente permanecem causando a sua existência e, ao fazê-lo, igualmente afirmam e causam a sua mudança, a sua negação. Dessa forma, a permanência contempla em si a mudança, ambas confluindo no influxo causal da existência dos objetos, sendo necessário o situar correto da objetividade e da subjetividade apreendidas a partir das determinações unitárias e diversas da existência. A predominância do apartar e do absolutizar precisamente idealistas corroboram com a necessidade posta por Lukács (2010, p. 54-55), considerando que:

a determinação correta do lugar ontológico da teleologia [...] torna-se assim um momento muito importante para alcançarmos uma posição correta diante do problema em seu conjunto. Sua correta apreensão pode não esgotar todo o complexo de possibilidades de desorientação. Para apontar o caminho do método correto, pelo menos de modo bem geral, deve-se dizer que o problema fundamental está em conceber como ponto central da consciência ontológica de si tanto a unidade ontológica última dos três modos importantes do ser como sua diferença estrutural no interior dessa unidade, sua seqüência nos grandes processos irreversíveis do ser do mundo. Tanto filosófica como cientificamente, é muito fácil, mas grosseiramente falso, encarar a maneira concreta da dinâmica processual em um tipo de ser como absolutamente obrigatória para as demais (ou pelo menos para uma outra). O mais conhecido exemplo disso, excetuando as distorções religiosas do ser, é o velho materialismo, que encarava o encadeamento causal de todas as objetividades e processos na natureza inorgânica como absolutamente obrigatórios para o ser em seu conjunto. Embora o ponto de partida esteja correto – de que com isso é dado aquele ser cujos processos irreversíveis oferecem o fundamento ontológico de qualquer ser mais complexo –, sua concepção concreta, tanto na natureza orgânica como no ser social, torna-se totalmente falseada com esse tipo de método. As leis da causalidade na natureza inorgânica e orgânica, bem como no ser social, são irrevogavelmente fundadas por esses processos. Mas quem, de um lado, negligencia ou aplica erradamente o efeito modificador da auto-

reprodução dos organismos em ambas sucessivas espécies de ser e, por outro lado no pôr teleológico e nas decisões alternativas que o fundamentam, no ser social, acabará chegando a resultados incorretos.

Decerto, os princípios da lógica formal apresentam validade incontestável. No entanto, provocam a redutibilidade da apreensão da realidade aos limites próprios dos sentidos e impossibilitam o exercício de movimentos de abstração de maior complexidade que se direcionem para aspectos da gênese, da dinamicidade e da mudança da realidade. A negação da contradição obriga o homem a tratar estritamente da negação da dinamicidade estrutural da realidade apresentada na manifestação da imediaticidade, o que permite apreender aspectos da realidade mas destitui a possibilidade de reproduzir idealmente o movimento da realidade.

Desenvolveu-se enquanto atributos e formas essenciais do “Ser” a partir das determinações dos limites da razão e do conhecimento, no contexto histórico do desenvolvimento e complexificação da totalidade social. Ademais, para além de diferenciar as qualidades, decorre o apartar a razão da realidade sensível — questão inclusive reproduzida, renovada, na Filosofia moderna. Nesta direção, a lógica, as regras da razão, se impõem enquanto regras para a existência da realidade que fica subordinada à consciência, desconsiderando que a razão constitui uma qualidade integrante da realidade, com movimentos de desenvolvimento e complexificação igualmente materiais e reais. Embora com qualidades específicas, essas não permitem qualquer suposição de dualidade.

* * *

4.3. DIALÉTICA DA NATUREZA (MOVIMENTOS VI-IV): CONFLITOS, DIÁLOGOS, PROPOSTA

Ponderando a respeito das relações entre a física e a dialética, Cindra (1998) declara que as explicações obtidas por meio das leis físicas reconhecem que essas refletem traços fundamentais da realidade, logo, designam objetividade. No entanto, as inúmeras verificações de equações que demonstram a restrição da validade das leis a determinadas condições — de escala, velocidade, temperatura, pressão etc. — e a necessidade de substituição por outras equações na ausência da satisfação dessas condições, desconstroem o pretensível caráter definitivo das leis e atestam, em verdade, o caráter aproximativo, que manifesta a dialética do relativo e do absoluto.

Depreendemos, à vista disso, que as supraditas explicações expressam a determinação da natureza aproximativa do reflexo da realidade enquanto apreensão do/no sujeito na relação com o objeto. O reflexo não possui, conseqüentemente, relação de identidade absoluta com a realidade, mas é sempre relativo às condições sociais de conhecimento, pois determinado (e determinante) por essas condições.

Grife-se que afirmar a determinação social do conhecimento não significa única ou mecânica determinação que relativiza o reflexo. O caráter de transitoriedade – pelo próprio movimento enquanto forma de ser da realidade – que constitui transformações no conteúdo da realidade que se procura apreender e explicar, a título de exemplo, constitui-se igualmente determinante do reflexo e da sua relatividade às condições históricas concretas.

O autor considera que o debate epistemológico da física desenvolve enunciados teóricos da apreensão do movimento dos objetos físicos que comportam coerência com a concepção dialética. Partindo de abordagem fundamentada nas “leis” da dialética, compreende que a passagem da quantidade em qualidade e desta em quantidade, da unidade e luta dos contrários e a negação da negação definem aspectos mutuamente determinantes e em incessante relação no conformar da unidade ontológica dos fenômenos físicos.

Por conseguinte, Cintra (1998) declara que o direcionamento para o efetivo aprofundamento da pertinência da dialética no empreendimento das leis da física se encarrega de integrar as questões ontológicas com as questões epistemológicas, o que engendraria condições a um tratamento destituído da legitimidade das dualidades a partir das relações entre indução e dedução, análise e síntese, absoluto e relativo, constituindo contributos indubitáveis para o conhecimento científico.

Decerto, há uma evidente e escassa aceitação e vasta resistência da dialética pela comunidade científica, conforme assegura Cindra (1998). Possivelmente, a equivocada associação política-ideológica da dialética com regimes implantados em Estados no decorrer do século XX, a consideração de destituição da neutralidade do conhecimento científico em decorrência dessa associação, e a debilidade mecanicista com a qual a dialética frequentemente foi tratada, possuem relevância para a expressiva resistência.

Para além disso, no interior do próprio marxismo não há consenso a respeito da tratamento dialético dos processos naturais. Autores de expressivo reconhecimento, a exemplo de Adorno, ou de autores que buscaram se aproximar do marxismo partindo de fundamentos distintos, a exemplo de Sartre, rechaçam com veemência a proposta de uma dialética imanente à natureza. Essa questão integrou o conflito e o debate engendrado entre esses autores e Lukács, conforme indicamos em momentos precedentes da exposição.

Adorno considerava que Lukács havia submetido sua reflexão filosófica às necessidades e racionalidades do comunismo soviético, o que o levou a distorcer e negar as grandes produções da sua juventude. No entanto, como exposto nas autocríticas publicadas por Lukács no pós-fácio a *História e Consciência de Classe* em 1967, o afastamento de posições assumidas na juventude não decorreu de influências impositivas passivamente acatadas pelo autor, mas de um árduo processo de reflexão filosófica com resultados em muitos aspectos incompatíveis com a produção pretérita (TERTULIAN, 2009).

A compreensão de Lukács (2010) a respeito da dialética da natureza na “Ontologia”,

recoloca a questão em posicionamento decisivo para a reconciliação com o pensamento marxiano por meio da apreensão do seu caráter ontológico. Dessa forma, esclarece que:

se, pois, compreende-se por dialética da natureza um sistema em si homogêneo da contraditória constelação ontológica do desenvolvimento da natureza e da sociedade, da mesma forma que acontecia predominantemente na “ortodoxia” marxista depois de Engels, surge necessariamente um justo protesto contra tal homogeneização mecânica das categorias do ser, legalidades do ser, etc., na natureza e na sociedade, que tem como resultado, na maioria dos casos, um retorno ao dualismo burguês, do ponto de vista da teoria do conhecimento. Também hoje se percebem, como em Sartre, sinais claros desse engano. Só quando a ontologia do marxismo for capaz de realizar coerentemente a historicidade como fundamento de qualquer conhecimento do ser no sentido do profético programa de Marx, só quando, reconhecendo determinados princípios últimos comprováveis e homogêneos de todo ser, se compreenderem corretamente as diferenças por vezes profundas entre as esferas particulares do ser, aparece a “dialética da natureza”, já não como uma equalização uniformizante de natureza e sociedade, que muitas vezes deforma o ser de ambas de várias maneiras, mas como pré-história em termos categoriais do ser social. Quando corretamente elaborada e aplicada, a dialética de continuidade e descontinuidade, de unidade última e antítese concreta, adquire seu predomínio na ontologia em um sentido autêntico – porque histórico – que também leve em conta os processos de desenvolvimento em sua desigualdade. Só com isso a verdade dialética, o ser como processo irreversível (portanto: histórico) de complexos processuais, pode conquistar na teoria marxiana o posto que lhe é devido, objetivamente, como resultado da natureza da coisa mesma (LUKÁCS, 2010, p. 192-193).

Considerando a conflituosa apreensão da questão, a plena realização da tarefa de justificar a necessidade objetiva do tratamento de uma dialética da natureza no âmbito da ontologia marxista, imputa esclarecimentos intransponíveis à sua anunciação, extirpando a imediata predisposição de atinar e/ou antever uma definição de dialética da natureza como vaticinar das categorias sociais redutíveis à natureza, como naturalização das categorias e processos sociais.

A princípio, consideramos pertinente acentuar que a dialética não é redutível e delimitada estritamente na qualidade de lógica ou método para a apreensão da realidade. Igualmente, não é restrita a uma esfera específica de ser, a dialética é imanente ao ser geral, à matéria em movimento. Por conseguinte, é imanente ao desenvolvimento e complexificação da matéria, imanente à sua transformação quantitativa e qualitativa, o que confere à matéria e ao seu movimento um caráter independente da subjetividade.

A apreensão da realidade fundamentada da dialética revela uma determinação ontológica da realidade. Não significa, contudo, que exista uma submissão subjetiva às determinações, pois o próprio movimento de desenvolvimento das condições e capacidades

subjetivas de apreensão da realidade é imanentemente dialético, e igualmente real e material. Essa determinação evidencia um aspecto relevante na afirmação a respeito das categorias enquanto “formas de ser, determinações da existência”, na medida em que o movimento de apreensão do real é igualmente real, não um universo ideal fendido do mundo material.

O movimento, na qualidade de forma de ser da matéria, expressa a imanência da contradição e dinâmica da matéria. Isto posto, a existência individual de qualquer objeto material é constituída por elementos que existem em contradição entre si, conformando uma unidade dinâmica da diversidade desses elementos, o que assevera a totalidade na qualidade de categoria ontológica geral de todo ser.

Nesta direção, a dialética, enquanto imanência movida e movente da matéria, não estritamente não retém como não dispõe de fixidez, significando compreender que, no processo de desenvolvimento e complexificação da matéria, a dinâmica e contradição inerente à matéria igualmente se desenvolve e se complexifica, ainda que em perpétua interação com a totalidade geral do ser.

Consequentemente, não há analogia entre a matéria (e a dialética imanente a essa) mais complexa com a matéria menos complexa, o que não extingue a existência da vigência de uma dialética mais simples nas esferas mais complexas, reafirmando o caráter de continuidade e descontinuidade da complexificação da matéria. A reflexão a respeito da dialética da natureza, nestes termos, não implica a conformação de leis gerais estáticas em todas as esferas de ser da matéria.

Essas leis gerais revelam influências do discurso científico positivista e neopositivista, com pretensão de equivalência na dinâmica imanente ao movimento da matéria independente das qualidades e, concomitantemente, consagrando ao plano subjetivo um caráter destituído e diverso da materialidade. As leis gerais, portanto, ainda que presentes e de modo algum passíveis de integral supressão, não possuem o mesmo estatuto ontológico nas diferentes esferas de ser. Em outros termos, a dialética imanente à esfera inorgânica do ser não possui determinações equivalentes e/ou idênticas na esfera biológica ou social do ser, o que não acarreta nenhuma hipótese de plena diferença entre as esferas, somente reafirmam que as categorias de uma ontologia geral constituem momentos superados conservados no desenvolvimento de esferas qualitativas de maior complexidade.

Decerto, depreende-se, a partir do exposto, a existência e determinações de processos

físicos e reações químicas do inorgânico no ser orgânico e no ser social, que expressam e reafirmam a unitariedade do ser. Essa unitariedade, entretanto, não pressupõe uma pretensa redutibilidade das esferas mais complexas de ser à dinâmica imanente da esfera menos complexa.

Os processos e reações inerentes ao pensamento que se realiza no cérebro, a título de exemplo, possui, por um lado, dinâmica imanente do inorgânico e do orgânico. Essa constatação, por outro lado, jamais equivale a determinar a redutibilidade do pensamento a essas dinâmicas que, não obstante o integrem — e, inclusive, o desenvolvimento das capacidades sociais relativas ao pensamento podem se relacionar com o desenvolvimento de processos físicos e reações químicas no interior do cérebro —, não são completamente correspondentes.

Isto posto, é indubitavelmente falacioso preterir que, para além de processos físicos e reações químicas, o pensamento integra as relações sociais e o desenvolvimento da totalidade social. Esse, demanda movimento, logo, contradição. Não há como reduzir as contradições sociais (e a dinâmica imanente das mesmas) à dinâmica imanente do inorgânico ou do orgânico, conquanto essas integrem a totalidade social.

É igualmente incorreto atribuir à dinâmica imanente da natureza fundamentos dialéticos engendrados na especificidade do ser social — o que reforça a dinâmica causal e não teleológica da natureza, ainda que conformada por resultados oriundos da atividade laboral. A unidade geral do ser, reitera-se, não é sinônimo de identidade ou redutibilidade, mas é expressão da realidade como unidade da e na diversidade em movimento.

Do mesmo modo como no ser social o desenvolvimento e complexificação devem ser remetidos ao trabalho enquanto categoria fundante, devemos nos reportar aos fundamentos da/na natureza. A determinação ontológica do trabalho na condição de categoria fundante do ser social não decreta que, inevitavelmente, todos os processos sociais são redutíveis e/ou idênticos ao trabalho.

Nesta direção, cumpre esclarecer que estabelecer a natureza enquanto fundante, da mesma forma como o trabalho para o ser social, não implica considerar que o ser social, que a sociedade e seu movimento de desenvolvimento e complexificação, sejam redutíveis à natureza, em resumo, que sejam estritamente naturais. A sociedade não é redutível à natureza, da mesma forma que não é redutível ao trabalho.

O esforço reflexivo a respeito da dialética da natureza, nesta rota, é impendente, é imanente a uma ontologia do ser social, que pretenda apreender a emergência qualitativamente incipiente de movimento da matéria (o salto ontológico) e a integração dessa nova esfera qualitativa com a unitariedade do ser. A correta apreensão da especificidade do ser social incide na apreensão das continuidades e descontinuidades no interior do ser.

Destarte, deve-se apreender os fundamentos do movimento da matéria da natureza e da sua complexificação, na medida em que esses se conformam enquanto esteios à apreensão das qualidades próprias do ser social — as qualidades que expressam descontinuidade —, e qual a relação dessas qualidades próprias com a matéria da natureza — a relação não simétrica das descontinuidades com as continuidades.

Em outros termos, como a emergência do ser social e a dialética da natureza são inelutáveis para a apreensão das recíprocas, todavia não simétricas, imposições do novo e do velho — das novas qualidades que apenas existem integradas às determinações das qualidades anteriores que, portanto, se impõem —, e o desenvolvimento e complexificação das qualidades específicas do ser social erigem a constituição da relação entre sociedade e natureza. O conhecimento resultante da apreensão da natureza, assim, se revela igualmente o conhecimento do homem, na medida em que permite uma mais apurada noção das continuidades e descontinuidades.

Necessário compreender, do mesmo modo, que embora o homem seja um ente biológico, seja natureza enquanto uma determinação insuprimível, a sociedade não é natureza, não é natural, não possui verdadeiras analogias com o mundo natural, não é estritamente um quantitativo de indivíduos biológicos. Possui estatuto ontológico ao movimento e complexificação com determinações específicas, embora seja inevitável na integração orgânica entre homem e natureza que a sociedade expresse a integração com a unitariedade do ser (com a totalidade da existência da matéria) na sua própria totalidade e, por conseguinte, no desenvolvimento dessa.

Mais uma vez, a correta apreensão das determinações naturais e do seu movimento imanente (a dialética da natureza) integrantes às categorias sociais permite a correta apreensão da relação entre a totalidade social e a totalidade da existência, que constitui o estatuto ontológico para a relação entre sociedade e natureza. Essas relações são, dentre outras, expressões de espacialidades e temporalidades distintas que se nos apresentam

factualmente na condição de objetos no *hic et nunc* que, conquanto constitua expressão do espaço-tempo da imediaticidade, do aqui e agora, possui em si a síntese de espaços e tempos e as relações determinadas/determinantes nesses espaços e tempos e, igualmente, os seus conteúdos, que não se revelam na imediaticidade. O espaço e o tempo, nesse percurso e decurso, sintetizam espacialidades, temporalidades e relações de diversos tempos e espaços, não revelados na imediaticidade do objeto.

Sustentar essa postura em relação a matéria e a dialética da natureza, contudo, implicou a construção de um diálogo com as ciências naturais, com maior notoriedade para a física, e os seus alicerces filosóficos. Dessa forma, fez-se necessário analisar os aspectos fundantes da concepção moderna de conhecimento e de ciência, e os resultados obtidos, para estabelecer os limites e os elementos que devem ser incorporados, não de forma eclética, mas sob os fundamentos ontológicos que apresentamos.

O caráter de ruptura patente nos discursos e nas propostas da Filosofia moderna, no entanto, tornaram pertinente a precedência de uma breve exposição a respeito das questões filosóficas que sustentam o tratamento e resolução dos problemas na idade média e, portanto, são objeto da crítica e necessidade de superação.

Essa exposição, ademais, se demonstrou pertinente para o esclarecimento da relação entre as condições sociais do conhecimento e a delimitação dos princípios ao tratamento das questões ontológicas e lógicas na antiguidade clássica, o que nos oportuniza desvelar as diferenças da proposta ontológica lukacsiana em relação a essas e as justificativas dessas diferenças, e como uma lógica se expressa enquanto prioridade nessa proposta ontológica.

As tarefas e os percursos para a composição de um esforço reflexivo a respeito da dialética da natureza enquanto pressuposto para uma proposta de tratamento da dicotomia Geografia Física/Geografia Humana considera os movimentos direcionados por uma hipótese de trabalho. A hipótese consiste em considerar que a noção de diferença ontológica parte de pressupostos concebidos na origem da Filosofia e que essa noção, ainda que apresente descontinuidades, reproduz os limites do estágio de desenvolvimento da Filosofia grega, esses determinantes e determinados pelas condições materiais de reprodução da totalidade social historicamente contextualizada.

Em outros termos, depreendemos a velada prioridade lógico-gnosiológica que, por compreender questões do campo do conhecimento e do conhecer, institui acento no interesse devotado aos caracteres subjetivos e postula a objetividade enquanto expressão

dotada de uma essência ideal reconhecida na qualidade de uma subjetividade material extrínseca e em movimento de degradação, contudo, cognoscível no exercício de apreensão da essencialidade.

Consideramos, de modo distinto, que a racionalidade não se determina por meio dos critérios e das regras definidas enquanto uma coerência lógica posta pela consciência, não compreende relações formuladas no âmbito da subjetividade. Ao contrário, a consciência carece de objetos que impreterivelmente a condicionam e configuram a racionalidade na qualidade do posto na consciência, da transposição principiada na objetividade e dirigida à subjetividade na conformação de um conhecimento que destitui os fundamentos transcendentais para restituir as determinações ontológicas imanentes à objetividade, as articulações objetivas nas quais se assentam a subjetividade.

A existência, necessariamente objetiva, determina a consciência. Recuperando essa afirmação, no item subsequente trataremos da lógica enquanto movimento de transposição da racionalidade que se encaminha da objetividade à subjetividade.

* * *

4.4. ONTOLOGIA, LÓGICA, GNOSIOLOGIA: UNIDADE E DIFERENÇAS NA REALIDADE, UNIDADE E DIFERENÇAS NO CONHECIMENTO

Ao desenvolver reflexões a respeito das divergências entre a lógica formal e a lógica dialética, Léfèbvre (1979) parte do debate da teoria do conhecimento e das problemáticas decorrentes do isolamento do conhecimento da totalidade social e das condições sociais de apreensão da realidade para sustentar que a lógica formal compreende a existência da realidade forjada por determinações postas estritamente pela consciência.

Considerando a unidade dialética da existência da realidade, o autor afirma que o conhecimento se constitui na unicidade entre sujeito e objeto enquanto um fato da materialidade real. Diante disso, a definição de um problema do conhecimento se assenta em critérios falseadores do próprio conhecimento e se reconhece na tentativa de isolamento da unitariedade da realidade e dos elementos do conhecimento, o sujeito e o objeto. As perspectivas que se orientam para essa separação se revelam integradas ao pensamento metafísico, de caráter idealista, impondo à existência da realidade (e ao tratamento da ontologia) critérios lógico-gnosiológicos estabelecidos estritamente pela racionalidade subjetiva.

A particularidade da existência social e a singularidade do indivíduo se integram ao desenvolvimento da materialidade da realidade em relações que movimentam a matéria. Conhecimento e consciência se definem na relação entre objetos materiais internos à totalidade de um organismo, cérebro, olhos, ouvidos, mãos etc., e relações desse organismo

com objetos fora dele, com o mundo, com a matéria externa a consciência.

Se configura insuficiente afirmar que o pensamento transcorre no cérebro pois, para tanto, se fazem presentes determinações de outros órgãos incapazes de pensamento e extrínsecos ao cérebro que conformam condições impreteríveis às potencialidades de efetivação do pensamento, possibilitam ao pensamento ser sensível à matéria fora dele, possibilitam as relações com essa matéria, possibilitam os sentidos, a visão, a audição, o tato, o olfato, o paladar.

O conhecimento deve partir dos elementos (análise) para posteriormente proceder a compreensão das relações entre esses elementos (síntese), deve partir da imediaticidade da existência da realidade direcionado para um movimento de abstração que procede a negação da imediaticidade sensível e dos sentidos ao apreender das determinações consorciadas na manifestação da existência. O conhecimento, nesta rota, não estritamente nega a imediaticidade sensível da realidade mas nega igualmente o momento de desconhecimento da realidade do qual parte para reconhecer e apreender a realidade.

Portanto, o conhecimento empreende um movimento material de negação e afirmação de si mesmo na relação com a realidade e, como toda matéria em movimento, seu processo se efetiva do simples ao complexo, prosseguindo a graus ou qualidades de relações da matéria cada vez mais complexos. O irromper da consciência e das qualidades subjetivas da matéria, contudo, confrontam o momento germinal da racionalidade do sujeito com o profundamente complexo desenvolvimento dos objetos do conhecimento, que conformam uma historicidade densa de discontinuidades e continuidades de temporalidades e espacialidades com escalas inequivocamente superiores e inferiores à escala dos sentidos humanos.

Os encaminhamentos para um conhecimento correto a respeito da realidade demandam prolongados movimentos de inflexão, negação e superação no transcurso da história humana, que necessita ser resgatada e negada para afirmar as causas postas no influxo de determinações do momento corrente. Nesta direção, um movimento reflexivo a respeito do espaço se obriga a compreender as determinações fundamentais nos elementos simples dos contextos históricos e as suas relações com o espaço, e posteriormente as relações entre o espaço e os diferentes contextos históricos.

O espaço constitui mediação que o conforma ao compor o relacionamento dos entes objetivos, na medida em que separa em diferenças coexistentes o que em verdade

configuram unitariedade, os objetos existentes que somente existem ao se interconectarem em relacionamento de mútuas determinações, do mesmo modo em que compõe e resulta do relacionamento entre o sujeito e o objeto que os diferencia e separa. Indubitavelmente, o espaço se transpõe na conformação da unitariedade que expressa uma totalidade em movimento e movimentando as partes que a constituem pois somente podem se relacionar espacialmente, afirmando o espaço na qualidade de mediação que destitui e restitui a diferença e a unidade, a aparência e a essência, a negação e a afirmação.

Precede ao aprofundamento desse movimento reflexivo, no entanto, a exposição das divergências radicais entre a lógica formal e a lógica dialética, ajuizadas a partir de critérios objetivos reconhecidos nas determinações ontológicas.

4.4.1. “Uma Simples Formalidade”: Identidade, Não-Contradição e Terceiro Excluído

A finalidade do desenvolvimento dos princípios componentes da lógica formal compreendem a necessidade historicamente determinada de estabelecimento de normatização por meio de critérios ao consolidar de uma estrutura racional coerente e rígida, direcionando o percurso do movimento da consciência em direção ao empreendimento de sistematização da realidade. Reconhecendo os critérios determinados ao movimento da racionalidade dos sujeitos idênticos aos presentes em ato na própria realidade, a normatização de uma lógica se apresenta enquanto necessidade objetiva para que o pensamento movido e movente da consciência reproduza com fidelidade o movimento racional, lógico, da realidade.

Inegavelmente, os aspectos formais postulados nos princípios da lógica formal se demonstram determinantes na composição da manifestação da existência da realidade, demarcando os primeiros passos de uma sistematização por não esgotarem a racionalidade que opera em níveis mais complexos do real e, por conseguinte, da apreensão do real.

A pretensão de critérios absolutos na orientação do movimento da consciência deformam a existência da realidade e o próprio desenvolvimento da consciência, embargando o encaminhamento para uma autêntica aproximação com as questões a respeito

da existência da realidade e, à vista disso, das qualidades próprias aos homens na definição do destino da humanidade pela própria humanidade.

A lógica formal consolida uma estrutura racional que imposta aos aspectos qualitativos do sujeito a prioridade na definição dos atributos determinantes da existência da realidade, reduzindo a complexidade da realidade aos níveis germinais e incipientes da racionalidade humana, correspondentes aos níveis de desenvolvimento histórico da totalidade social.

Nesta rota, determinam uma definição que reflete na realidade a estrutura racional que invalida as reflexões dirigidas ao contemplar o contraditório imanente ao movimento e a mutabilidade manifestada na realidade, imobilizando a consciência a categorias forjadas não estritamente no plano da racionalidade mas em determinações da imediaticidade não reconhecidas enquanto determinações materiais dos critérios lógicos, pois invertida em racionalidade imanente e permanente da realidade.

A apreensão da realidade se efetiva consagrando aspectos de profunda parcialidade na comparação com a efetiva síntese de determinações complexas, conferindo aos elementos integrantes da dinamicidade da realidade a redutibilidade aos momentos imediatos fixados e qualificados enquanto ordem racional a presidir a totalidade da existência da realidade. Por meio da lógica formal a consciência se aproxima das determinações ontológicas do real, no entanto limita o desenvolvimento da consciência em conformidade com os limites historicamente postos na consciência e determinados por essa à existência da realidade.

O princípio parametrizador da lógica formal consiste no princípio da identidade, que define a existência de um determinado objeto em permanente relação de identidade consigo mesma. Em outros termos, um objeto existente deve ser igual a ele mesmo, determinando a permanência de $A = A$. Ao se afirmar, entretanto, o princípio põe a si mesmo em movimento, apresentando-se sob variados aspectos. Constitui-se, desse modo, necessariamente na forma de outro princípio que difere da identidade ao aprofundar o enunciado do princípio na conformação do princípio da não-contradição, que reconhece que sendo “ $A = A$ ”, logo “ A não é não- A ”. Assentada no movimento incontestado dessa forma, introduz-se na identidade a diferença, a relação e a contradição.

Se para afirmar que “ $A = A$ ” se encontra implícito e indiviso que “ A não é não- A ”, então os aspectos que compõem as determinações das diferenças existentes em relação A fazem parte do existir de A . Ou seja, A tem identidade com A na medida em que se constitui

diferente de não-A. A identidade, portanto, tem relação com a diferença e o que A não é, o contrário que o nega, o não-A, tem relação com A e afirma a existência de A. A diferença, a relação e a contradição se encontram determinadas na manifestação sintetizada na identidade. A identidade compreende, nesta direção, concomitantemente ser e não-ser, identidade, diferença, relação e contradição.

Aportando o debate a respeito da diferença ontológica e a reflexão da ontologia do ser social, pode-se considerar inequivocamente que o homem é um ser biológico (A) e, do mesmo modo, que o homem é um ser social (B), o que permite ao homem ser simultaneamente A e B, apesar da permanência das diferenças entre A e B. Reconhece-se, nesta rota, a identidade da identidade com a não-identidade

Considerando a perspectiva do espaço, se configura com certa clareza que ser e estar se referem a atributos diferentes, contudo não há como ser sem estar. Assim, para o ser ter relação de identidade consigo mesmo é necessário uma relação de identidade com o que ele não é, uma relação de identidade com o estar.

Para ter um objeto fora de si e sensível aos seus sentidos, um suposto objeto A precisa da existência de um suposto objeto B. Para além dessa necessidade, B necessita estar situado extrínseco a A, necessita estar espacialmente onde A não está. Logo, o estar de B no não-estar de A é indispensável ao existir de A. É necessário, igualmente, a relação entre A e B, e o espaço é a mediação que possibilita essa relação e faz com que A, sem deixar de ser A, possua em si qualidades determinadas pela sua relação com B e se movimente impondo determinações ao movimento de B.

Se o espaço é constituinte de A pois o estar de A é componente da identidade de A consigo mesmo, ele é forma de A. Mas, como ele igualmente constitui B e é mediação entre A e B, das relações entre A e B, o espaço compõe simultaneamente o conteúdo de A. Dessa forma, A continua sendo A, se conserva em identidade consigo mesmo, ao mesmo tempo em que se enriquece de determinações.

A identidade é negada, superada, e ao mesmo tempo se conserva, contudo, não mais idêntica ao momento precedente. Transcorre no movimento um consórcio complexo de determinações que expressam uma síntese. Um objeto consiste na síntese de vários aspectos ou elementos que determinam a afirmação e a negação da sua identidade, sem serem os aspectos e elementos idênticos ao próprio objeto. O objeto manifesta um momento determinado espacial e temporalmente de uma síntese de múltiplas determinações.

Depreende-se a incorreção da concepção que define a possibilidade ontológica de ser apartado de estar, da qual se afirma que as coisas não são espaço mas se encontram situadas e distribuídas no espaço. A matéria objetiva ao mesmo tempo é e está no espaço que, portanto, se movimenta na afirmação e negação de si mesmo enquanto afirmação e negação da diferença e identidade dos objetos em relação. Por conseguinte, a matéria — que necessariamente é e está no espaço — se movimenta na unidade de ser e estar do próprio espaço negado e afirmado no movimento, consagrando que o espaço é movimento e o movimento é espaço, destituído de identidade absoluta e permanente.

A apreensão do espaço, diante disso, compreende um movimento de identidade e de não-identidade, de transposição incessante da afirmação e da negação que separa e une o ser abstrato da forma ao ser concreto do conteúdo, para direcionar uma autêntica aproximação entre do ser concreto e o ser abstrato, instaurando as condições para a análise que fragmenta e restitui a unidade sem incorrer nas dualidades.

A lógica formal define a tendência ao limiar mínimo que expressa a predominância da ausência de conteúdo e, conseqüentemente, a prioridade da forma, das determinações postas pela racionalidade subjetiva por meio da lógica e da gnosiologia. O pensamento nega a abstração mas se limita precisamente ao abstrato desprovido de conteúdo, se apresenta impotente de declarar a apreensão do conteúdo que transcende a forma aderida aos aspectos imediatos do plano sensível e superficial do conteúdo.

As qualidades definidoras do conteúdo da esfera social do ser e a categoria da totalidade social enquanto expressão e forma de ser da esfera social no plano da apreensão subjetiva das determinações objetivas, somente pode ser corretamente compreendida por meio do movimento de abstração que reconheça a criação, a gênese e o desenvolvimento da produção social do homem interpenetrada ao desenvolvimento das diferenças e da unidade da existência.

O relacionamento entre a totalidade e as partes reclama contínua atenção, na medida em que não estritamente a manifestação da parte comporta concreticidade mas a própria totalidade se concretiza na existência objetiva da sua formação no conteúdo das partes e igualmente enquanto formação das determinações de integração entre as partes que as relacionam na unidade da totalidade. A realidade, enquanto totalidade e partes, não se constitui permanentemente idêntica a si mesma, de modo algum se expressa com as pretensões de um rigor formal eterno e imutável.

O ser, o existente manifestado na imediaticidade sensível no momento presente, compreende um influxo causal determinado pelo não-ser. Os momentos subsequentes, o devir que o presente define como não-ser, não existente, se determina por meio da existência posta no momento presente. Considerando o momento presente enquanto critério para a definição do ser, os momentos subsequentes constituem o não-ser que, no momento em que se nega como não-ser por meio do vir-a-ser redefine o outrora momento presente que passa de ser ao não-ser, convocando o contrário a se tornar idêntico e a permanecer diferente.

Nesta direção, o devir constitui o movimento do ser para o não-ser ao mesmo tempo em que se movimenta no regresso para si mesmo. **O ser somente pode se movimentar para o não-ser como movimento em direção a si mesmo, reconhecendo identidade na não-identidade, afirmação na negação.** Os princípios da lógica formal se redefinem a partir da aproximação autêntica com a dinamicidade estrutural do movimento da realidade na afirmação e na negação da imediaticidade sensível que manifesta a existência. A lógica formal, portanto, comporta um momento do movimento de apreensão da realidade, persistindo latentes demais momentos determinantes, tradados no subitem subsequente.

4.4.2. “O Crepúsculo dos Ídolos” (Movimento IV-V):

O Que é a Ontologia?

Tornou-se recorrente, e em larga medida uníssono na compreensão a respeito da estruturação da tarefa de investigação, a definição que atribui ao processo que resulta na formulação de perguntas uma valoração que as qualificam como objetivamente constituídas de maior relevância em relação as respostas.

No transcurso da história essa concepção de valoração aflora em expressões diferentes e proferidas por pensadores que se confrontaram com objetos de natureza diversas. Diante disso, e a título de exemplos, expomos 2 (duas) manifestações da convergência da concepção dispersa na investigação de objetos diversos:

(1) Voltaire⁹ sustenta que os fundamentos balizadores para proceder com correção o ajuizar da dimensão e da relevância das contribuições de um determinado filósofo, devem

9 François Marie Arouet (1694-1778), filósofo e escritor iluminista francês.

ser constituídos com maior acento nas perguntas do que nas respostas formuladas pelo impetrado ao julgamento.

(2) Peter Drucker¹⁰, modo assemelhado, declara ser dotada de superioridade valorativa a tarefa que consiste na concepção de uma pergunta correta frente a tarefa de concepção de uma resposta correta. O que confere, conseqüentemente, um conceito de correspondente superioridade à arduosidade contida no labor da primeira tarefa.

Decerto, faz-se imperioso e premente o esclarecimento a sublinhar que a concepção de critérios valorativos a consagrar superioridade ao movimento de formular perguntas não suprime o valor do movimento de formular respostas. Ademais, a concepção não acarreta definir como insignificante ou simplório, tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos, o labor contido nas atividades de realização da tarefa imanente ao movimento de formular respostas.

Conceber que as perguntas se constituem de maior valor frente as respostas é consequência da apreensão da determinação objetiva compelida às primeiras. Determinação que permite ao movimento de formular perguntas reconhecer na verdade, manifestada na aparência do imediato e sensível aos sentidos que se apropriam do conteúdo empírico, o erro que se revela por meio da negação de si mesmo na afirmação do seu contrário. Portanto, as perguntas permitem reconhecer as necessidades objetivas e direcionar as possibilidades de satisfação dessas necessidades.

Em outros termos, as perguntas permitem reconhecer e recriar a realidade ao direcionar a definição das respostas expressas nas afirmações a respeito do que é o que existe. Por conseguinte, os equívocos originados em potenciais deformações que invertem a realidade na apreensão das necessidades objetivamente postas, compelem o fomentar de perguntas em alguma medida infundadas. As perguntas desprovidas em maior quantidade de fundamentos correspondentes com a realidade, por seu turno, direcionam as possibilidades de resolução que resultam em afirmações que a redefinem enquanto problema, afirmações tanto da negação das respostas quanto da prioridade de necessidade para a negação da qualidade de insolúveis atribuídas às perguntas.

Nesta direção, neste movimento interrogaremos a expressão que consagra a definição da ontologia direcionada à questões a respeito do ser. Para tanto, retomaremos a

10 Peter Ferdinand Drucker (1909-2005), teórico do campo da administração de empresas austríaco radicado nos Estados Unidos da América, concebeu propostas que convergiam elementos da psicanálise freudiana com as ideias econômicas de Ludwig von Mises.

interlocução com a noção de “diferença ontológica” com objetivo de reconstruir a reflexão para um posicionamento diverso ao edificar a indagação, o que empresta um direcionamento à definição da resolução. Diante disso, a tarefa consiste em desenvolver a exposição para a reconstrução da indagação “o que é a ontologia(?)”, para a qual reconhecemos profícua a demarcação da partida por Lukács (2010, p. 34), quando declara que:

de um lado, uma consideração ontológica do ser social é impossível sem procurarmos seu primeiro ponto de partida nos fatos mais simples da vida cotidiana dos homens. Para encontrar essa situação nos estados mais rudimentares, é preciso lembrar a trivialidade, muitas vezes esquecida, de que só uma lebre que exista pode ser caçada, só uma amora que exista pode ser colhida etc. Todo pensamento cuja pressuposição e conseqüências perderem esse fundamento último, tem de dissolver-se subjetivamente em si mesmo, em sua globalidade e em seus resultados finais. Mas, por outro lado — devido igualmente ao fato básico próprio do ser humano de que nunca somos capazes de ter um conhecimento total de todos os componentes de nossas decisões e suas conseqüências —, também na vida cotidiana o verdadeiro ser muitas vezes se revela de maneira altamente distorcida. Em parte, os modos de manifestação imediata encobrem o essencial do ser efetivo, em parte nós mesmos projetamos no ser, com silogismos analógicos precipitados, determinações que são totalmente estranhas a ele, apenas imaginadas por nós; além disso, confundimos com o próprio ser os meios com que tomamos consciência de momentos determinados do ser etc. Portanto, é preciso partir da imediaticidade da vida cotidiana, e ao mesmo tempo ir além dela, para poder apreender o ser como autêntico em-si. Mas, simultaneamente, também é preciso que os mais indispensáveis meios de controle do ser pelo pensamento sejam submetidos a uma permanente consideração crítica, tendo por base sua constituição ontológica mais simples. As inter-relações desses dois pontos de vista aparentemente opostos é que possibilitam uma aproximação daquilo que o ser, como ente, verdadeiramente é.

4.4.2.1. A Essência e o Movimento versus o Perfeito Enquanto Princípio

A reflexão a respeito da existência da realidade dedica volumoso esforço na definição que diferencie a aparência, manifestada na imediaticidade sensível da realidade, e a essência, que abrigaria o não sensível na imediaticidade da realidade. Nesta direção, para alicerçar fundamentos que tornem objetiva as condições necessárias à tarefa de reconstrução da supradita indagação, partiremos da discussão concernente à definição da essência e da aparência da realidade.

A aparência é condição de existir da essência como negação da essência,

imediatividade indeterminada. A essência somente possui condições de afirmar a si mesma como negação, como aparência. A essência, portanto, é a sua negação, a aparência. A aparência, inversamente, é a afirmação da essência, logo, a sua própria negação. A existência expressa momentos constituídos/constituintes do movimento da contradição entre essência e aparência.

O devir posto pelo movimento nega a aparência como negação da essência e, igualmente, restitui a reafirmação da essência na sua negação, na aparência. Dessa forma, a essência é a aparência de si mesma como negação de si mesma enquanto condição da sua afirmação, condição de existir. A essência, por conseguinte, é a negação da sua negação, a aparência. A negação da negação é a afirmação (da essência) que continua negação (aparência) ao mesmo tempo em que é afirmação (essência), pois a essência é a aparência de si mesma, logo, é a negação de si mesma em si mesma e a sua própria afirmação.

Diante disso, a essência não se esconde, simplesmente as determinações ontológicas do movimento como forma de ser conformam as condições ao existir da essência e, portanto, aparecer sem se negar a si mesma. Para ser, a essência igualmente precisa não-ser, contém a aparência em si mesma, contém a sua negação em si mesma. Não é negada por algo externo a si mesma, é ao mesmo tempo a sua negação como afirmação e a sua afirmação como negação. Contém e está contida em seu contrário, somente existe no seu contrário.

A aparência se nega se afirmando. Se transforma em outro e ao mesmo tempo em si mesma. No entanto, como a aparência é o existir da essência e, como toda existência, é objetiva e sensível e se relaciona com outros existentes igualmente objetivos e sensíveis como condição da sua existência e do seu movimento, as aparências como existir das essências são o outro para outras aparências e, ao se relacionarem, se modificam e se movimentam, determinando o movimento da sua negação e da afirmação da essência como negação da essência na aparência.

A aparência é a essência sensível, e se modifica na relação com outras aparências, modificando, por conseguinte, a essência. A essência, nesta direção, é histórica e mutável, não se configura enquanto diferença apartada e indeterminada. É modificada no seu existir sensível, pois ela somente pode existir ao aparecer e, ao aparecer, se torna sensível a outro que não mais a idêntico a si mesma, outro que a determina e é determinado por ela na relação. A relação se integra à aparência que a nega, afirmando-a na essência, e persiste a aparentar suposta externalidade no plano da imediatividade.

A transformação, síntese de conservação e mudança, demarca condição ao existir da essência, o que delata a inexistência de essência que não se transforme como necessidade insuprimível do seu existir. Uma essência supra-histórica é uma essência incapaz de existir, é a sua negação que não se converte no seu contrário, em afirmação. É negação em si mesma, é o nada puro, incapaz de ser. Por conseguinte, essa concepção acarreta um “problema” para a relação de identidade entre a essência da realidade e a verdade.

4.4.2.2. Ser e (Concomitantemente) Não-Ser, Seria Esta a Questão?

A infinitude da verdade se afirma na sua negação, na sua finitude, acarretando que uma verdade absoluta se constitua em um erro absoluto, o que invalida por determinações ontológicas a pretensão da religião e atribui prioridade à necessidade da crítica da religião enquanto manifestação objetiva de uma concepção falaciosa de realidade.

À vista disso, Marx (2005, p. 145) considerou que “a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica”, na medida em que a religião é a plenitude da inversão da realidade por asseverar a imutabilidade e imobilidade da realidade e desferir sobre a realidade a imposição de uma definição absoluta. Superar a concepção ontológica do absoluto e de uma essência imóvel e imutável é o pressuposto para a apreensão do conteúdo da realidade em uma forma que aproxime progressivamente o conhecimento ao encontro da realidade.

Retomando as reflexões a respeito da categoria trabalho, o pôr teleológico é o momento em que o não-ser (aquilo que só existe na consciência do indivíduo que trabalha) determina o ser e se nega no ser. O não-ser do pôr teleológico só pode se afirmar negando a si mesmo no ser, ele não é porque é. O pôr teleológico apenas pode constituir a existência como negação de si mesmo, como não-ser pôr teleológico, apenas existe como causalidade.

No ser social, síntese manifestada no par teleologia-causalidade, instaura uma qualidade nova na relação entre ser e não-ser que se conserva imanente ao movimento da totalidade do existente. A teleologia nega a causalidade negando a si mesma. A teleologia nega a causalidade estritamente quando não é mais idêntica a si mesma, quando se afirma no que nega ao passar a ser o que nega, quando a teleologia é causalidade. A teleologia é no seu contrário, quando é, é causalidade. A teleologia é porque não é. O pôr teleológico submete a causalidade ao não-ser que, desprovido do absoluto, se restitui como ser superado

que conserva a causalidade, mas uma causalidade posta em movimento por finalidades de uma qualidade de ser, o ser social.

A consciência é o produto de determinado modo de ser do ser social e tem funções extremamente importantes a cumprir. Mas a parte maior do ser, aquilo que chamamos natureza, move-se, funciona etc. De maneira totalmente independente de existir ou não uma consciência que perceba essas determinações, relações, processos etc. E delas tire conseqüências. Por isso, se partirmos coerentemente do próprio ser, essa determinação também não tem implicações negativas. A aparência de uma negatividade surge somente da confrontação entre ser e consciência (e, de fato, do ponto de vista da consciência), que por sua vez nada é senão um importante componente de um modo de ser determinado, particular. Do fato de que no ser social, devido à função dos pores teleológicos do homem, que determinam suas objetividades específicas, a consciência tenha um papel tão importante, não se segue, em absoluto, que objetividades, processos etc. Na natureza orgânica e inorgânica, bem como no ser social, tenham alguma relação de dependência ontológica para com a consciência. Que o trabalho – e tudo o que dele surge como consciência humana, atividade social (exatamente no interesse de sua atividade bem-sucedida) – estimule um conhecimento o mais adequado possível da objetividade natural, é um fato básico do ser social. Mas todas as modificações, amiúde importantes, realizadas na natureza por tal atividade social, nada podem mudar no fato ontológico básico, na independência ontológica das objetividades naturais e processos naturais em relação ao seu ser-pensado. Todo pensamento que projeta na natureza as relações categoriais que só podem surgir no ser social como autodeterminações, comete, no sentido ontológico, um falseamento do ser, produz um mito (que também só pode ter “pátria” espiritual no ser social), não um conhecimento objetivo da natureza. O mesmo acontece, *mutatis mutandis*, com o ser social enquanto ser (LUKÁCS, 2010, p. 258-259).

Como tudo o que existe, existe em movimento, o que significa transformação, uma coisa apenas pode continuar idêntica a si mesma caso a sua identidade constitua concomitantemente a sua não-identidade. “A” somente pode continuar a ser “A” sendo “não-A”, mas ao ser “não-A” ele é “A”. “A”, portanto, somente pode ser igual a “A” sendo ao mesmo tempo igual a “não-A” sem suprimir integralmente as diferenças, a relação integra a existência.

Como a essência se desvela na aparência de si mesma e existe enquanto aparência, ser igual a si mesma implica se transformar no que não é. Uma essência imutável não existe e não poderia existir. A essência só pode continuar igual a si mesma negando a si mesma na sua própria identidade.

Esse movimento entre identidade e não-identidade se realiza de modo incessante e instaura uma unidade entre o positivo e o negativo, entre o que se afirma na imediaticidade sensível e o que essa manifestação imediata nega. O positivo é o que está posto, o que existe, e o negativo é o pôr, é o negar o positivo, então o negativo se torna o seu contrário, o

positivo, para ser igual a si mesmo e diferente de si mesmo. O pôr nega o posto a partir das determinações do próprio posto. O posto, negado pelo pôr, continua a ser posto. Cada um tem em si a sua afirmação e a sua negação. O pôr nega o posto negando a si mesmo. O posto é a negação da sua negação, o pôr.

O negativo passa a ser positivo negando a si próprio. O positivo nega o negativo e é a afirmação de si mesmo como positivo e do negativo como negativo. O negativo se afirma negando a si mesmo. O positivo se afirma negando o seu outro, o negativo, inclusive como parte de si mesmo.

O negativo, para ser negativo — idêntico a si mesmo —, tem que tudo negar, inclusive a si mesmo como negativo, ou seria um não-ser. Por conseguinte, o positivo, para ser positivo — idêntico a si mesmo —, tem que tudo afirmar, inclusive o negativo como positivo, como o que é, e não como o que não é.

O negativo, ao ser idêntico a si mesmo, ao negar a tudo inclusive a si mesmo, tem a determinação de ser não idêntico a si mesmo enquanto condição indubitável de ser idêntico a si mesmo. Para ser idêntico a si mesmo, essa identidade deve consistir em identidade da identidade com a não-identidade.

Quando o negativo, o não-ser — aquilo que não é —, nega a si mesmo como o que ele é, não-ser, ele se torna ser. Ela é identidade e não-identidade de si mesmo. Quando o positivo, o ser — aquilo que é —, se modifica com o movimento e deixa de ser mas continua sendo, ele continuamente nega a si mesmo para continuamente se afirmar. O positivo, para ser positivo, deve a tudo afirmar, inclusive o negativo. Ao afirmar o negativo ele torna o negativo (a sua não-identidade) em positivo (sua identidade). O positivo igualmente se constitui tendo em si sua identidade e sua não-identidade.

O negativo é idêntico a si mesmo por meio da negação de si mesmo, sua identidade consigo mesmo é ao mesmo tempo a negação da sua identidade. O positivo é idêntico a si mesmo ao afirmar a si mesmo e o seu contrário, sua identidade consigo mesmo é ao mesmo tempo sua não-identidade.

À vista disso, a identidade da identidade com a não-identidade é uma determinação ontológica, determinação da realidade. A lógica, enquanto conjunto de fundamentos que regem as regras da razão com pretensão de reprodução no âmbito ideal do movimento da realidade — em outros termos, de identidade com o movimento da realidade —, não pode se

furtar da submissão às determinações ontológicas com as quais busca identidade ou reprodução.

Logo, estabelecer enquanto problemas da realidade as limitações e incoerências engendradas estritamente no interior da racionalidade não difere de uma especulação admitida na qualidade de pressuposto irrevogável, o que desvela a imposição das condições sociais do conhecimento enquanto necessidade de apreensão das determinações ontológicas a compelir a objetividade fática ao conhecimento a imputar que:

o homem jamais é capaz de agir com total conhecimento de todos os elementos de sua práxis. Mas o limite entre verdadeiro e falso é fluido, sócio-historicamente condicionado, cheio de transições. Isto quer dizer que noções que se mostram falsas num desenvolvimento mais elevado da práxis social e das ciências podem oferecer por longos períodos uma base, à primeira vista, segura para a práxis, uma base que pretensamente funcione bem. Pensemos na astronomia ptolomaica na Antiguidade e na Idade Média. Navegação, calendários, cálculo de eclipses solares e lunares etc., puderam ser realizados com relativo sucesso com sua ajuda, satisfazendo as exigências sociais então vigentes da práxis. É também conhecido de todos que o resultado geral originado necessariamente desse sistema, o caráter geocêntrico do universo, teve ideologicamente grande papel na conservação da falsa imagem da realidade, na resistência exacerbada contra a nova, mais correta. Todo o caso mostra, ao mesmo tempo, como muitas vezes é preciso superar grandes inibições sociais para poder aproximar-se mais, em pensamento, do ser autêntico. (LUKÁCS 2010, p. 37).

Os problemas formulados e perseguidos, por conseguinte, não decorrem impreterivelmente das determinações da realidade mas do modo como transcorre a relação do sujeito com a realidade, o que ratifica a necessidade de apreensão das condições sociais (materiais) na produção do conhecimento, e a razão e o conhecimento enquanto igualmente materiais, com desenvolvimento e complexificação integrados às relações com a totalidade da matéria.

Retornando ao problema da identidade, formulado estritamente articulada ao positivo — ao que é — e apartada do negativo — do que não é —, o que substancia o princípio da não-contradição, cumpre um aprofundamento no ajuizar o problema em determinações ontológicas.

O positivo, centrado no que existe e se afirma à razão por meio da apreensão da manifestação sensível da imediaticidade da existência nos conteúdos empíricos advindos dos sentidos, reconhece a realidade enquanto “uma simples formalidade”, na identidade da identidade estritamente consigo mesma, conseqüentemente, invalidando a contradição na

racionalidade enquanto determinação posta pela inexistência da contradição na existência da realidade.

A lógica dialética, no entanto, reconhece no positivo o seu contrário, a negação, em identidade com o positivo. Reafirmamos que a contradição, à vista disso, é imanente à existência, à realidade. A apreensão da realidade que se apresenta aos sentidos, portanto, impõe a negação do pretense positivo que se afirma imediatamente aos sentidos como condição de afirmação efetiva do positivo, afirmando a mútua interpenetração do negativo na identidade do positivo e do positivo na identidade do negativo.

Portanto, para a gnosiologia, para a reflexão a respeito das condições para o conhecimento da realidade, compelida a se integrar às determinações ontológicas e ao conjunto de regras da razão para a apreensão da realidade (a lógica), é premente uma redefinição dialética.

Nessa redefinição, elucida-se que para o conhecimento se integram, igualmente, os sentidos e a razão, em movimento de desenvolvimento e complexificação da unidade e das diferenças entre os sentidos, a razão e o conhecimento. A afirmação dos conteúdos empíricos advindos dos sentidos é negado pela razão — na condução de um movimento de abstração —, e essa negação não corresponde a apartar sentidos e razão, mas negação (dos sentidos) que se incorpora à afirmação (dos sentidos) engendrando o conhecimento enquanto identidade com a afirmação e com a negação. Consequentemente, identidade com os sentidos e com a razão, expressão sintética da unidade e das diferenças.

Os conteúdos advindos dos sentidos, decerto, não constituem estritamente a afirmação dos sentidos mas, sobretudo, dos objetos sensíveis apreendidos por meio dos sentidos, que substanciam a afirmação dos conteúdos empíricos a serem negados pela razão. Logo, a relação entre sentidos e razão no conhecimento é igualmente uma relação de integração entre sujeito e objeto que, no conhecimento, constituem identidade da identidade com a não-identidade. O apartar desses, e as consequentes dualidades, é um problema da razão que se traveste de problema da realidade.

Reafirma-se, dessa forma, a constatação asseverada por Lefebvre (1979), que define o conhecimento enquanto unidade dialética entre sujeito e objeto, e que somente se torna um problema quando tratado na desconciliação do sujeito e do objeto. Tratamento fundamentado nos princípios da lógica formal, desvelando a inadequação das regras dessa lógica às determinações do movimento da realidade. No entanto, esse desvelar não

corresponde à absoluta anulação da validade da lógica formal, mas o reconhecimento dos limites a serem superados, limites fundados não em regras da razão, mas da realidade nas suas contradições imanentes.

Em outros termos, tratar o conhecimento, não enquanto uma pretensa pureza e neutralidade, desprovido de relações com a unidade e diversidade do ser, mas compelido à integração com as determinações ontológicas e com a lógica — integrando, igualmente, sentidos e razão —, engendra como consequências o constrangimento das dualidades entre ser e não-ser, sujeito e objeto, racionalismo e empirismo (razão e sentidos), a se afirmarem na qualidade de falácias.

Nas questões postas pelo direcionamento dessa rota, o debate a respeito da diferença ontológica entre ser e ente necessita ser retomada, sob novas condições de reflexão, pois substanciadas por elementos de conclusão sublinhados tanto na exposição da história da Filosofia quanto na exposição da “acareação” entre lógica formal e lógica dialética frente ao ajuizar das determinações ontológicas.

O problema que se apresenta, com base no esforço reflexivo empreendido nessa segunda parte da tese, consiste em indagar se a noção de diferença ontológica não é, em verdade, uma determinação lógica ou pressuposto lógico — alicerçados nos princípios da lógica formal: identidade, não-contradição e terceiro excluído — e não uma determinação ontológica, conforme sugere (ou se traveste).

Para tanto, desenvolveremos, na finalização deste item, um movimento reflexivo ajuizando a potencial integração da diferença ontológica ao princípio do terceiro excluído. A crítica à lógica formal, em particular ao princípio do terceiro excluído, portanto, constituiriam igualmente novos elementos para ratificar o movimento de crítica da crítica da entificação social do ser na ontologia do espaço geográfico, na medida em que essa se encontra fundamentada na noção de diferença ontológica.

Se o ser é (estritamente) determinante e o ente é (estritamente) determinado, a essência da realidade não pode ser determinada, logo, não pode sofrer mudanças e, portanto, é concomitantemente imutável e a-histórica. A diferença ontológica que reconhece estritamente o ser e o ente, atribui ao primeiro a qualidade de imobilidade e imutabilidade que se expressa na indeterminação do ser.

No entanto, o ente é a manifestação da existência, o ente é. Na existência que

manifesta, o ente é a síntese do inacabado movimento que converge e repele o espaço e o tempo, síntese entre o momento espacialmente determinado e o estar temporalmente determinado, síntese movida e movente da contradição entre ser e não-ser.

A objetividade do ente na relação estabelecida com objetos fora de si integram o movimento de continuidades e discontinuidades da sua existência. Por conseguinte, a relação temporal entre continuidade e discontinuidade e a relação espacial com outros objetos temporalmente coexistentes constituem as determinações da existência do ente, reafirmam as relações na qualidade de indissociáveis da existência do ente, reafirmam o espaço (e o tempo) enquanto forma de ser que integra a existência.

Contudo, a integração e a indissociabilidade do espaço se afirmam ao se negarem incessantemente na qualidade de determinação ontológica que, no plano da imediaticidade da manifestação da existência, se desvelam enquanto negação na medida em que a existência do ente não estritamente delimitada na sua extensão material corpórea mas compreendendo a relação com outros entes compele ao aparecer do espaço enquanto exterioridade absoluta aos entes. Logo, o espaço absoluto conforma uma apreensão parcial do espaço restrita ao plano da imediaticidade, em conformidade com as propostas que negam a ontologia e declaram a incognoscibilidade da essência.

Consideramos, por conseguinte, o espaço enquanto materialidade (relação integrada e indissociável ao existir do ente) e, concomitantemente, enquanto objetividade (relação extrínseca das determinações objetivas de outros entes), o que nos obriga a sublinhar divergência com a posição de Martins, E. (2007, 2014), que compreende a atribuição de materialidade ao espaço como uma confusão de necessária e premente superação.

Nesta direção, a ontologia não deve se encarregar do interrogar o ser, mas sim a existência manifestada no ente, enquanto síntese entre ser e não-ser. A ontologia, portanto, deve conferir tratamento e se definir enquanto estudo do ser e do não-ser. A diferença ontológica que reconhece estritamente o ser e o ente, atribui ao primeiro a qualidade de imobilidade e imutabilidade que se expressa na indeterminação do ser.

Esse direcionamento apresenta desafios que, por um lado, se acrescem de complexificações oriundas das óbices postas para a “harmonização” da relação entre a forma

de apreensão racional da realidade e os conteúdos da realidade apreendidos pelos sentidos, e que, por outro lado, se desenvolvem permeados por constrangimentos prementes determinados e determinantes das necessidades individuais e genéricas da reprodução da existência social.

Isso porque embora a racionalidade expresse um desenvolvimento superior das relações da realidade, o desenvolvimento da racionalidade principia em comparação consigo mesma de um momento incipiente que se confronta com um extenso e complexo desenvolvimento que compreende as esferas de ser da natureza inorgânica e orgânica.

Por fim, a tese que apresentamos para defesa se encontra permeada de outro aspecto primordial de identidade e não-identidade. Inegavelmente, existe uma relação indissociável entre, por um lado, os fundamentos e direcionamentos postos pela tese proposta e justificadores para a avaliação da qualificação da potencialidade das contribuições encetadas e, por outro lado, os limites e condições objetivas e subjetivas do autor para qualificar na exposição a tese a ser avaliada. No entanto, sublinhamos as diferenças que integram a unidade dessa relação e que, igualmente, conferem unidade e diferenças entre a avaliação da qualidade potencial da tese e a qualidade da exposição realizada pelo autor.

A essência que se manifesta na aparência imediata e sensível da existência do ente não coincide estritamente com o ser, a essência do ente consiste na contradição entre ser e não-ser, a essência é, nesta direção, movimento incessante do ser ao não-ser e do não-ser ao ser que superam as condições manifestadas imediatamente no ente e a restituem em um novo momento da contradição.

Partindo do corrente estágio dos fundamentos do progressivo movimento da exposição, enfrentamos a indagação “**o que é a ontologia(?)**” considerando que ontologia não consiste propriamente em indagar e responder o que é o que existe, mas possui enquanto pressuposto o conceber a forma de construir a indagação a respeito do que existe. Forma que, por conseguinte, direciona o movimento de aproximação para a resolução da indagação. Para realizar esse movimento, a forma se nega e se afirma superada e inacabada, se interpenetra ao conteúdo e, nesta rota, restitui a sua própria singularidade ao restituir a singularidade do conteúdo e a diferença entre forma e conteúdo.

O movimento imanente ao encargo da definição ontologia, enceta e move as diferenças e, do mesmo modo, a convergência dessas para a unidade, dos fundamentos para o desenvolvimento progressivo das regras para conhecer a existência (in)definida (a lógica) e

para desenvolvimento progressivo da teoria da (in)definição das condições do conhecimento (gnosilogia).

Nesta direção, o momento do estágio de desenvolvimento das diferenças e da convergência em unitariedade expressa no conhecimento corrente, sintetiza as condições objetivas que determinam o movimento do reconhecimento do não-conhecimento e o direcionam a construção de novas indagações. Em resumo, as indagações são determinadas pelo existente (desconhecido) à consciência e, concomitantemente, são formuladas pela consciência em correspondência com a forma concebida para a construção de indagações a respeito do que existe.

A ontologia, portanto, move e é movida pela lógica e pela gnosilogia, o que não suprime as suas diferenças mas manifesta a unidade contraditória dessas diferenças. Unidade que igualmente se movimenta e põe em movimento as contradições que a integram, com conservações e mudanças na unidade e nas partes, expressa em uma síntese: o conhecimento.

O conhecimento é expressão aparente da síntese no âmbito da forma (ontologia, lógica, gnosilogia) que se dirige para a progressiva aproximação com a síntese no âmbito do conteúdo, síntese expressa na manifestação da imediaticidade sensível da existência (ente, ser, não-ser).

A supradita aproximação da forma em direção ao conteúdo expressa no conhecimento na qualidade de síntese, desvela o conhecimento como síntese entre razão e sentidos. Síntese expressa no movimento de desenvolvimento de associações que procuram integrar o que na “aurora do conhecimento” se apreendera como desintegrado e, igualmente, desintegrar o que se apreendera como integrado. Associações que integram o conteúdo do objeto a uma forma categorial correspondente por meio do relacionamento fundado entre, por um lado, o desintegrar de diferentes características singulares que compõe a unidade singular do objeto e, por outro lado, o conceber que progressivamente se complexifica de diferentes tipologias formais que coadunam quantidades e qualidades na definição do tipo categorial correspondente com o objeto.

Sublinhemos entretanto que não se trata de uma hierarquia fria e rígida, como a dos neoplatônicos, mas de uma unidade dialética, isto é, contraditória, da relatividade do ser e do não-ser. A essência está dotada de uma existência mais profunda que o fenômeno imediato, que é apenas um dos seus elementos

constitutivos, enquanto a essência é precisamente a síntese, a unidade desses elementos. Segue-se necessariamente que jamais poderiam ser considerados separadamente um do outro. O conhecimento da correlação mútua dos fenômenos objetivos e imediatos indica o caminho para o conhecimento da coisa-em-si (LUKÁCS, 1979a, p. 231).

Diante disso, a crítica da crítica da entificação social do ser constitui a validação que consagra a concepção de um pressuposto para os esforços reflexivos direcionados ao espaço enquanto objeto. Reafirmamos, por conseguinte, a necessidade objetiva e impreterível de uma ontologia do espaço ao conhecimento que pretende ensaiar proposições de uma teoria a respeito do espaço.

Fundamentados no pressuposto construído, o direcionamento ao conhecimento teórico do espaço se delimita margeado pela convergência entre a forma (ontologia, lógica, gnosiologia) e o conteúdo (ente, ser, não-ser). Ao definir um objeto singular para conhecer no âmbito do conhecimento científico, o ensaio de uma teoria do espaço integra a epistemologia, em particular a epistemologia da Geografia. A apreensão teórica que parte do aparecer do espaço, se direciona ao conhecimento do movimento imanente das contradições movidas e moventes pelo/do espaço.

Delimitar a pretensão de apreensão do espaço na qualidade da esfera social de ser, determina a necessidade de apreensão do movimento do espaço e do movimento da sociedade, considerando as suas diferenças e a unidade entre essas diferenças. Ensaia uma proposta para o conhecimento teórico do espaço, isso posto, implica um movimento de convergência entre epistemologia e história alicerçado na ontologia do espaço que, por seu turno, se assenta no pressuposto da definição de ontologia.

Orientados para a finalidade da tarefa da supradita apreensão, a terceira e última parte da exposição, intitulada “Epistemologia e História”, consiste em propor movimentos para ensaiar (1) uma teoria do espaço na Geografia em convergência com (2) a apreensão do momento hodierno do desenvolvimento e complexificação da totalidade social.

PARTE III: EPISTEMOLOGIA E HISTÓRIA

Há uma felicidade profunda e radical no fato de que a ciência descubra as coisas que se “agüentam de pé” e que dão sempre motivo a novas descobertas: — de fato, com certeza, poderia muito bem não ser assim. Estamos tão intimamente persuadidos da incerteza e da loucura dos nossos juízos e da eterna transformação das leis e das idéias humanas, que ficamos estupefatos ao ver “como” os resultados da ciência se agüentam de pé! Antigamente não se sabia nada dessa instabilidade de todas as coisas, a moralidade dos costumes mantinha a crença que toda a vida interior do homem era fixada por eternos grampos a uma necessidade de bronze: — talvez se experimentasse então semelhante volúpia ao ouvir fábulas surpreendentes e contos de fadas.

Friedrich Nietzsche
“A gaia ciência” (§46 — Nosso espanto), grifos no original

CAPÍTULO 5.

**ESPAÇO, HISTÓRIA, EPISTEMOLOGIA:
A NEGAÇÃO DO ESPAÇO COMO A SUA DECISIVA AFIRMAÇÃO**

As premissas de que partimos não são bases arbitrárias, dogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Essas bases são pois verificáveis.

Karl Marx e Friedrich Engels
A Ideologia Alemã

5.1. “O CREPÚSCULO DOS ÍDOLOS” (MOVIMENTO V): DETERMINAÇÕES DA EXISTÊNCIA À CONSCIÊNCIA

No transcurso da exposição arraigamos movimentos reflexivos em incessante e progressiva interlocução com os elementos estruturantes da edificação da “crítica da entificação social do ser na ontologia do espaço geográfico”. Do mesmo modo, interlocução com a forma de manifestação do aparente da crítica na noção de “diferença ontológica” enquanto enraizamento do critério ajuizador ao arguir e demarcar as limitações do pensamento marxista no trato das questões de natureza ontológica.

Por conseguinte, interlocução com o juízo a declarar as limitações e óbices germinadas no traslado que transpõe o marxismo a Geografia Crítica, na medida em que acarretou a aderência apriorística que autovalida a concepção de uma ontologia do espaço por meio do escudar na autoridade, manifesto na conservação e reprodução do recorrer ao resignado acatar de um percurso precedente.

O escalonar da interlocução consagrou a noção de “diferença ontológica” na qualidade de predominante radical para a apreensão da sobredita crítica e principiou, na Parte I (“Fundamentos, Limites e Pretensões”) com a apropriação de indagações aos limites da abordagem marxista na massa documental da temática e com o reconhecimento de necessidades postas nas condições correntes do debate pelas distintas perspectivas. Os resultados apreendidos fundamentaram o movimento de construir direcionamentos orientados para a finalidade de confrontar a unidade do arsenal categorial da ontologia

lukacsiana com os limites identificados e atribuídos à concepção ontológica marxista com as pretensões que valoram as necessidades para o desenvolvimento do tema.

Posteriormente, na Parte II (“Ontologia e Lógica”) construímos a exposição circunstanciada das principais categorias da ontologia lukacsiana, articuladas ao tratamento da unidade e diversidade do ser determinadas e determinantes das diferenças qualitativas imanentes ao movimento das esferas (inorgânica, orgânica e social). Sublinhando o ser social, argumentamos a respeito da unidade entre ideia e matéria no par teleologia-causalidade que singulariza a qualidade da esfera social do ser e, conseqüentemente, a distinção fundante da categoria trabalho enquanto síntese das descontinuidades e das continuidades com a unidade do ser, expressa na categoria totalidade.

Desse debate, ingressamos na reflexão a respeito da desconexão entre a unidade dos conteúdos da realidade, contemplados no escopo do pensamento geográfico e a fragmentação no âmbito formal que expressa a incapacidade de tratamento concomitantemente unitário e diverso e que fragmentam a ontologia, a lógica e a gnosiologia e invertem a predominância de determinações da ontologia para a lógica, o que equivale a inverter as determinações entre existência e consciência. Contudo, não se constata reconhecimento da inversão, que persiste no encetar o movimento de ruptura da Filosofia moderna e a gênese da ciência moderna.

Nesta direção, construímos a crítica da inversão lógica-ontologia apontando os limites da lógica formal e a correspondência desses com os limites da noção de “diferença ontológica” entre “ser” e “ente”, analisando como a relação entre ontologia materialista e lógica dialética materialista resulta no superar desses limites e na necessidade de ensaiar uma ontologia do espaço a partir das determinações categoriais do movimento da existência da realidade.

Os encaminhamentos para o empreendimento do supradito intento considera reconhecer a validade na proposta de interpenetração entre ontologia lukacsiana e ontologia do espaço com a aproximação ao encontro dos conteúdos da realidade social, proporcionada pelo exercício de confronto e consubstanciação das categorias ontológicas e lógicas na consciência com as determinações da existência. Portanto, compreende a composição de esforço reflexivo orientado à apreensão, de mútua elucidação e incessante transposição, dos elementos predominantes na manifestação de momentos particulares — enquanto síntese de continuidades e descontinuidades entre singularidade e universalidade — e da dinamicidade

estrutural do movimento de desenvolvimento da esfera social da existência, direcionando a aproximações com a história.

Diante disso, **regressamos ao erigir da crítica da crítica da entificação social do ser na ontologia do espaço geográfico, assentada em novas condições.** Para a partida da Parte III (“Epistemologia e História”), a exposição do presente Capítulo recupera os elementos de conclusão ontológicos e lógicos — desenvolvidos na Parte II (“Ontologia e Lógica”) — para dirigir um ensaio ao reconhecimento dos elementos determinados/determinantes no movimento histórico de desenvolvimento e complexificação da totalidade social que consubstanciam a coerência e a consistência do **tratamento da ontologia do espaço no direcionamento epistêmico de uma teoria do espaço**, na medida em que no movimento histórico se constituem e se expressam as determinações da existência à consciência.

Partimos, à vista disso, balizados pela precedente compreensão da noção de “diferença ontológica” como o apartar do “ser” indeterminado e o “ente” determinado para a apreender por meio do confronto com o movimento da história na qualidade da contradição imanente entre “ser”, “não-ser” e “ente”, as limitações teóricas e práticas desse enraizamento ontológico na definição das necessidades, possibilidades e alternativas da/para a existência humana individual e genérica.

No movimento do desenvolvimento humano individual e genérico, a consciência se depara frente as determinações postas na imediaticidade sensível manifesta na percepção fragmentada dos fenômenos movidos e moventes pela/da existência da realidade. A tarefa que encarrega a consciência da apreensão da existência da realidade alicerçada na indeterminação do “ser” que se expressa “entificado” na imediaticidade da existência manifestada, atribui ao imediato a permanência e negação do movimento, na medida em que o imediato manifesta no fragmento da realidade posto à disposição da sensibilidade e da consciência um momento indeterminado temporal e espacialmente.

As considerações realizadas por Lukács na “Ontologia” (e na “Estética”), aprofundando as críticas à repercussão da irracionalidade fenomenológica e existencialista e ao redefinir da racionalidade moderna neopositivista, sublinham que os direcionamentos da modernidade e da pós-modernidade para o tratamento das questões ontológicas se enraízam em concepções que recorrem ao idealismo por consagrar aos critérios e determinações de uma lógica e/ou teoria do conhecimento da realidade — ignorando que esses se definem

pela racionalidade nas particularidades das condições históricas do conhecimento — os princípios categoriais constitutivos da existência da realidade.

Outrossim, ambas reconhecem a incognoscibilidade da existência da realidade, seja por absolutizar a objetividade ao recorrer exclusivamente a manipulação da imediaticidade e demarcar as condições de conhecimento indiferentes às indagações ontológicas, seja por absolutizar a subjetividade ao assegurar às propriedades subjetivas a exclusividade dos critérios de apreensão da realidade que, igualmente, invocam a imediaticidade enquanto plenitude do real fragmentado definido pelo sujeito e definidor da existência do sujeito. Nestes termos, a objetividade ou a subjetividade se conformam em qualidades absolutas e permanentes da existência, o que valida a dualidade na qualidade de atributo imanente ao constituir da realidade.

Fundamentados no pressuposto construído que se alicerça na apreensão da especificidade ontológica das propriedades subjetivas na unitariedade da existência da realidade — conseqüentemente, da estrutura de movimento da esfera social do ser nas descontinuidades e continuidades com o ser geral —, o direcionamento ao conhecimento teórico do espaço se delimita margeado pela convergência entre a forma (ontologia, lógica, gnosiologia) e o conteúdo (ente, ser, não-ser) como expressão particular do par teleologia-causalidade fundado no trabalho enquanto categoria medular da gênese e do desenvolvimento da esfera social do ser. Ao definir um objeto singular para conhecer no âmbito do conhecimento científico, desse modo, o ensaio de uma teoria do espaço integra a epistemologia, em particular a epistemologia da Geografia.

A apreensão teórica que parte do aparecer do espaço, se direciona ao conhecimento do movimento imanente das contradições movidas e moventes pelo/do espaço. Delimitar a pretensão de apreensão do espaço na qualidade da esfera social de ser, determina a necessidade de apreensão do movimento do espaço e do movimento da sociedade, considerando as suas diferenças e a unidade entre essas diferenças. Ensaia uma proposta para o conhecimento teórico do espaço, isso posto, implica um movimento de convergência entre epistemologia e história alicerçado na ontologia do espaço que, por seu turno, se assenta no pressuposto da definição de uma ontologia do ser social concebida na unitariedade do ser geral.

Orientados para a finalidade da tarefa da supradita apreensão, a terceira e última parte da exposição, intitulada “Epistemologia e História”, consiste em propor movimentos

para ensaiar (1) uma teoria do espaço na Geografia em convergência com (2) a apreensão do momento hodierno do desenvolvimento e complexificação da totalidade social.

Para tanto, principiemos os movimentos recuperando o debate ontológico e lógico precedentemente realizado, direcionando-o estritamente aos elementos fundamentais para a composição de um ensaio a respeito do espaço. O espaço, nesta rota, se constitui pelas determinações ontológicas e lógicas impreteríveis da identidade e da não-identidade, manifestadas na imediaticidade enquanto negação das complexas determinações do movimento de gênese e da dinamicidade estrutural do movimento de desenvolvimento do espaço plano do desenvolvimento da totalidade social. Reafirmamos que a negação, para cumprir precisamente as exigências imanentes de ser o que é, deve negar inclusive a si mesma e, por conseguinte, não mais estritamente nega, mas igualmente afirma. Ao ser idêntica a si mesma, a negação constitui relação de identidade com o contrário a sua identidade. Desse modo, partiremos da negação para a afirmação do ensaio.

A compreensão desenvolvida no plano da ontologia materialista e da lógica dialética a respeito da imediaticidade da manifestação da existência da realidade sustenta que o momento imediatamente posto objetivamente e sensível se expressa enquanto negação do movimento e, nesta rota, enquanto incessante negação do próprio objeto. Portanto, declara a necessidade de apreensão da constituição de uma determinação ontológica geral ao âmbito imediato da existência em qualquer esfera de ser, que consiste na forma de ser dos fenômenos como negação da dinamicidade estrutural do movimento do objeto que manifestam.

Contudo, a negação enquanto forma de ser do fenômeno constitui relação de identidade com a própria dinamicidade negada e, por conseguinte, a dinamicidade estrutural do movimento enquanto forma de ser de um objeto determinado se afirma existente na condição de autonegação na imediaticidade sensível. A consciência reconhece o objeto por meio dos sentidos que apreendem o fenômeno manifestado da existência, o que institui as determinações da existência à consciência por meio da imediaticidade.

Em outros termos, a existência se afirma ao apreender consciente na qualidade da negação da dinamicidade estrutural da própria existência. A orientação da consciência dirigida ao movimento de apreensão autêntico das determinações ontológicas do fenômeno manifestado no objeto estabelece a premência de proceder a negação da negação expressa na forma de ser do fenômeno, o que somente se efetiva no empreender de um processo de

abstração que concomitantemente nega o imediato no objeto e na consciência como momento indissociável da afirmação do objeto e da consciência.

A ontologia lukacsiana, à vista disso, restaura de modo categórico a prioridade da existência frente a consciência e assevera que o direcionamento para o tratamento autêntico das questões ontológicas se circunscreve no impostrar da apreensão do movimento da realidade e do movimento lógico no convergir ao encontro da legalidade de critérios idênticos. Na proposta do pensador húngaro, o processo de abstração se realiza iniciado e finalizado na materialidade da existência, destituindo o conhecimento da prioridade de determinações arbitrárias definidas pela subjetividade.

O movimento da consciência desvela por meio do objeto reconhecido na existência da realidade o progressivo reconhecimento de si mesma ao apreender a racionalidade da subjetividade e da objetividade enquanto aproximação ao reconhecimento da consciência nos objetos extrínsecos e momento de conformação na consciência da unitariedade e diversidade do ser. De modo resumido, o direcionamento proposto apreende as generalidades, as singularidades e as particularidades das esferas de ser simultaneamente ao progressivo apreender da unitariedade do ser, o que percorre o reconhecimento do sujeito no objeto.

O tratamento concedido às questões ontológicas reafirma a predominância das qualidades fulcrais do complexo categorial do trabalho no desenvolvimento da esfera social do ser. O processo de transformação da realidade constituído por uma finalidade conscientemente orientada desvela que a racionalidade do sujeito ao imputar redefinições na realidade apreende a racionalidade da existência da realidade, racionalidade que expressa as determinações imanentes do ser geral na lógica a assentar a apreensão de qualquer existência, subjetiva ou objetiva. Pelo trabalho, conseqüentemente, as qualidades constituintes do plano subjetivo podem se expressar objetivamente e desenvolver o reconhecimento da subjetividade na composição da objetividade e, igualmente, da objetividade na composição da subjetividade, o que parte do trabalho e ao trabalho retorna, configurando um aspecto decisivo da aproximação com o espaço.

Inexiste, nesta rota, separação irreconciliável e precisamente real entre sujeito e objeto, que integram diferenças compreendidas nas especificidades qualitativas das esferas de ser. O movimento de progressiva apreensão da unitariedade da existência que se manifesta enquanto negação na imediaticidade sensível figura disposto na categoria que

expressa e relaciona as discontinuidades da esfera social do ser com as continuidades das determinações do ser geral. Outrossim, considerar a consciência determinada pela existência postula o existir efetivo da consciência na objetivação que a transpõe aos caracteres precisamente objetivos, estabelecendo condições ao objeto conscientemente posto passe a impor determinações à consciência que, portanto, reconhece o desenvolvimento da subjetividade impreterivelmente integrada ao relacionamento com a objetividade.

Um instrumental lógico que se atribui o encargo da apreensão da existência e do movimento da realidade se obriga a constituir no âmbito da racionalidade as condições para o movimento em correspondência com a realidade. A demarcação das categorias necessariamente devem permitir à consciência o movimento do conhecimento a partir da dinamicidade estrutural com a qual se move o objeto, devem dispor de instrumental ao processo de abstração-concreção e de negação-afirmação e apreender a forma de ser do momento corrente expresso na imediaticidade sensível enquanto manifestação provisória que resulta de determinações espaciais e temporais precedentes, comportando uma existência a ser negada pelo movimento.

A imediaticidade sensível da existência se confronta com os sentidos e, na medida em que a imediaticidade não constitui a integralidade da existência da realidade, os sentidos delatam a imprescindibilidade e a limitação ao remeter aproximações estritamente demarcadas no imediato. Diante disso, a constituição de um conhecimento forjado na apreensão de determinações de maior complexidade necessita de qualidades presentes nos ditames da forma de ser da consciência.

Os procedimentos da consciência para a definição das categorias da apreensão da realidade incorporam o movimento e a mudança dos conteúdos da realidade, logo, a mudança se manifesta nas categorias, ou as categorias se arruinariam na pretensão de portarem forma de ser com a realidade. As categorias, no entanto, compreendem maior perenidade que os conteúdos, sendo o movimento dos últimos o percorrer e transpassar as categorias de modo irreversível. A perenidade das categorias decorre da constituição ontológica que as investe de critérios lógicos imanentes ao movimento da dinamicidade estrutural da realidade, o que assegura a proeminência das categorias frente aos conteúdos imediatos advindos dos sentidos.

O movimento de apreensão da realidade impõe a inequívoca compreensão a respeito da incompletude da imediaticidade enquanto resultado momentâneo de complexas relações

transfiguradas nos processos historicamente efetivados e superados. A realidade que se manifesta na imediaticidade sintetiza múltiplas e complexas determinações e a aproximação que pretenda apreender na consciência uma correspondência com a realidade se compromete a configurar critérios lógicos para a realização de uma síntese progressivamente aprofundada a racionalizar a afirmação-negação subjetiva e objetiva da abstração-concreção no âmbito da consciência.

Ignorar a necessidade do movimento dialético de abstração-concreção na negação da imediaticidade direciona as reflexões para incorreções no plano ontológico, não reconhecendo na materialidade de aparência natural a síntese que comporta qualidades da esfera social do ser. Para Lukács (2010, p. 263):

a concepção correta desse desenvolvimento histórico das formas singulares de ser de uma a outra, de interações dinâmicas reais nos respectivos processos de produção, cada um conforme seu tipo de ser, poderia, assim, esclarecer de muitas formas, em termos genéticos, as mudanças qualitativas. Pensemos, por exemplo — para tomarmos a esfera da natureza orgânica —, em como os efeitos diretos de processos físico-químicos determinam o processo de reprodução das plantas, enquanto nas fases mais desenvolvidas do mundo animal estas têm de sofrer uma transformação biológica para se tornarem forças reais moventes do novo processo de reprodução. Visão, audição, olfato etc. são pressupostos reais indispensáveis do processo de reprodução de organismos de tipo mais complicado. Por isso, eles também formam uma base de ser para a adaptação ativa da sociedade e seus membros. É verdade que, com isso, seu funcionamento necessário produz importantes modificações qualitativas em pores teleológicos conscientemente realizados. É notável que, apesar da insuperabilidade dos fundamentos biológicos dessas formas de transformação, sua conversão para o social (reco da barreiras naturais) produz tendencialmente, de um lado, um aumento de sua efetividade e, de outro, empurra para o fundo seus momentos meramente biológicos. Engels diz acertadamente: “A águia vê muito mais longe do que o homem, mas o olho do homem vê nas coisas muito mais do que o da águia”, etc.

A categoria da totalidade enquanto forma de ser da realidade apreendida na negação da imediaticidade como a síntese de múltiplas determinações se reafirma. Nesta rota, o reconhecimento da prioridade da história na conformação de critérios ajuizadores da correção das formas do pensamento constituem o movimento que persegue a negação do imediato com a finalidade de afirmar as determinações ontológicas.

5.2. O ESPAÇO GEOGRÁFICO: DE UM EPÍLOGO PARA UM PRELÚDIO

A exposição por ora desenvolvida nos permitiu depreender que o trabalho é a condição insuprimível e necessária não apenas pela relação de intercâmbio orgânico com a natureza mas pela contínua efetivação de pôr em seu movimento causal atos teleologicamente orientados, coadunando ideia e matéria como condição de reprodução da esfera específica de ser da matéria em movimento que é o ser social.

Consideramos anteriormente também que há no trabalho uma síntese entre teleologia e causalidade. Cumpre identificar quais são precisamente as determinações que atuam na objetividade fundada pela relação entre teleologia e causalidade, existentes apenas no trabalho e, portanto, no mundo dos homens. A causalidade espontânea não pode imprimir as determinações indispensáveis à existência de materialidade e objetividade fundadas pela relação entre teleologia e causalidade no trabalho.

É preciso investigar, no entanto, como e em que medida essa objetividade e materialidade fundada pelo ser social põe determinações no desenvolvimento dos complexos e da totalidade social, como ela atua em contínua interação entre o trabalho e, portanto, com a sua própria transmutação enquanto incorporação de determinações sociais que só podem operar no mundo dos homens a partir das imposições, limites e potencialidades postas em determinação pelo espaço social.

Em outros termos, é indispensável a (re)produção do espaço social para a realização

do homem enquanto ser social, na medida em que a produção do espaço, constituída por causalidade posta em movimento por um pôr teleológico, é o processo, resultado e condicionante para a realização do ser social. Em consonância com a realização do ser social, para se desenvolver historicamente o homem (indivíduo e genérico) sofre determinações da objetividade social e retorna ações sobre esta a modificando continuamente, e apenas se as relações sociais se estabelecem mediadas pela objetividade social e para o seu contínuo desenvolvimento (que retorna sobre o desenvolvimento dos homens e das suas relações) é que elas podem efetivamente existir. Depreende-se aqui um ponto fundamental: não há relação social que não ocorre mediatizada (e com determinações) pelo espaço social.

A constituição da natureza humanizada pelo homem por meio do trabalho implica a diferenciação de faculdades das quais exclusivamente encontra-se dotado o ser humano, concebendo uma relação com a natureza de transformação e apropriação enquanto fundamento da própria constituição do humano, que se expressa materialmente na natureza humanizada, sinônimo de espaço social. Nesse, a objetividade dos processos e transformações são essencialmente sociais, mesmo que essas não se realizem enquanto meramente reflexos da sociedade, mesmo porque a objetividade do espaço implica constrangimentos no prosseguimento da reprodução da totalidade social.

Como o trabalho se realiza a partir da base material constituída pelo trabalho morto previamente concebido pelo próprio trabalho (vivo), a relação do trabalhador com os meios de realização do seu trabalho expressam que inexistem ato de trabalho singular que se realize “fora” da universalidade do processo de trabalho social como um todo, fora das condicionantes materiais e históricas impetradas pelo espaço social enquanto condição, processo e resultado do trabalho.

O trabalho em sua centralidade ontológica possibilita ao homem à apreensão das leis inerentes à objetividade dos processos e fenômenos naturais enquanto forma de apropriação e transformação da objetividade natural em objetividade social, em **natureza humanizada, espaço social**. Nesse processo, ocorre a naturalização do homem enquanto apropriação da objetividade natural revertida na humanização da natureza, na produção do espaço. O espaço, portanto, encontra-se visceralmente tensionado pela ação humana do trabalho, e se estabelece mediando a objetividade natural e a objetividade social, na medida em que a produção do espaço por meio do trabalho pressupõe a apropriação da objetividade natural para a potencialidade da ação humana pelo trabalho resultando na humanização da

natureza. Em outros termos, quanto maior a naturalização do homem por meio da apropriação do conhecimento da processualidade objetiva da natureza, maior a propriedade com a qual a ação humana do trabalho potencializa a humanização da natureza, transformando a objetividade natural em objetividade social.

De tal forma, o homem pode por meio da apropriação da objetividade natural e da constituição da objetividade social produzir espaço social, que se constitui enquanto base material (e conteúdo) na qual as relações sociais se desenvolvem e se constroem pelas possibilidades e impossibilidades induzidas pelo espaço. Assim, o espaço é produto e produtor das relações sociais sendo conformado enquanto base material da sociedade. Para tanto, o espaço deve ser pensado enquanto produto da sociedade ao mesmo tempo em que se reproduz no interior da sociedade e a sociedade se reproduz no espaço, mediando as relações sociais e o desenvolvimento das suas demais instâncias (estruturas).

Enquanto produto, o espaço se alterna simultaneamente em meio para a reprodução da sociedade, sendo condição para que as relações sociais se realizem e se reproduzam, produzindo espaço (CARLOS, 1994). Desta forma, o espaço, produto social, possibilita e impõe que a reprodução da totalidade social ocorra não necessariamente retornando ao princípio do processo produtivo da objetividade social da humanização da natureza.

Possibilita e impõe, portanto, a continuidade da reprodução da totalidade social a partir do que a sociedade já produziu, expresso no espaço enquanto base material que mediatiza a reprodução social pois que é meio para que as relações sociais se processem, e é condição, pois que as relações sociais se desenvolvem na objetividade social constituída e se realizam e se reproduzem por meio desta. Portanto, a constituição da natureza humanizada pelo homem por meio do trabalho, o espaço, possibilita o tempo social: a reprodução da sociedade a partir do que ela já produziu e em interação com sua produção enquanto condição e meio para o prosseguimento do processo histórico.

Neste ponto, é importante ressaltar a **objetividade do espaço**, reafirmando que “a causalidade posta através da realização material de um pôr teleológico não altera a essência da causalidade enquanto tal” (LESSA, 2002, p. 75). Ou seja, mesmo que a objetividade resultante do processo de trabalho seja teleologicamente orientada, ao ser convertida em objeto o pôr teleológico e sua objetivação/alienação engendram nexos causais que se cristalizam no objeto e o desenvolvimento desse se processa a partir das determinações causais das relações que o objeto é partícipe, não se desenvolvendo enquanto ente objetivo a

partir da ideia previamente antecipada na consciência do sujeito que realiza por meio do trabalho a sua objetivação/alienação.

Conforme apontam Lessa; Tonet (2008, p. 31), “o novo objeto se converte em parte da causalidade e passa a sofrer influências e a influenciar a evolução da realidade. Ao fazê-lo, é submetido a uma relação de causas e efeitos que impulsionam a sua evolução com autonomia frente à consciência que o idealizou”.

Assim, a causalidade é inalienável do ente objetivo, que passa a ter uma história própria e uma ação de retorno sobre quem o criou (e sobre a sociedade), e isso porque a causalidade possui um princípio próprio de movimento. Neste contexto adquire maior coesão a afirmação de Marx acerca da segunda natureza, pois que a processualidade objetiva dessa apresenta nexos causais da mesma forma que a natureza natural (causalidade espontânea), embora no desenvolvimento dos processos na segunda natureza se encontrem compelidos constrangimentos causais das relações sociais que apenas se desenvolvem na produção da segunda natureza. O que significa que as causalidades que se processam na segunda natureza, embora sejam subordinadas à causalidade espontânea, transcendem essa última tanto na sua produção quanto no seu desenvolvimento, conformando o objeto plasmado em causalidade posta em movimento.

Essa não pode ser senão fruto da:

objetivação da vida humana [que] produz simultaneamente objetividades sociais exteriores ao homem e o próprio homem como ser objetivo a partir da relação dos homens entre si com a natureza humanizada. Esta, enquanto objeto do homem, é a própria sociedade, é, assim, o homem mesmo em sua expressão genérica (COSTA, 1999, p. 65).

A partir dos termos expostos, deve-se observar que a constituição do homem enquanto ser social perpassa o processo de plasmar objetividades sociais *exteriores* ao próprio homem, implicando a necessidade do ser social se manifestar nos entes alienados — objetos espaciais — para constituir o próprio homem enquanto ser social. O homem é um ente do ser social, assim como o espaço, e ambos manifestam, com suas especificidades e distinções, o ser social. Ambos interagem para a plena explicitação e realização do ser, sendo que o espaço pode se apresentar enquanto alienação negativa e promover constrangimentos que efetivem alternativas nas relações sociais para realização da alienação em caráter

negativo, ou seja, realizando, no contexto da ontologia lukacsiana, o estranhamento.

É importante salientar que, embora alienado, o espaço é indubitavelmente partícipe do vir-a-ser do homem, e esse processo não ocorre de forma passiva, tendo o espaço como mero palco ou receptáculo das relações sociais. Isso porque o espaço, ao constituir-se socialmente em objeto, é concomitantemente partícipe do desenvolvimento social do indivíduo (sujeito) e do gênero humano, realizando uma ação de retorno ao processo de cristalização das alternativas socialmente efetivadas na objetividade do espaço produzido.

De forma resumida, o constituir-se social do espaço é concomitantemente retorno ao desenvolvimento social do indivíduo e do gênero humano, tanto no âmbito da produção quanto da apropriação ou da expropriação, realizando a alienação (em caráter positivo) ou o estranhamento.

No processo de (re)produção do espaço enquanto movimento ininterrupto, estabelece-se a indissociabilidade entre espaço e tempo, constituindo igualmente a unicidade do espaço em âmbito abstrato e concreto, fato que consolida o espaço enquanto possibilidade de fragmentação de si mesmo na sua objetividade, pois o espaço se conjuga a si mesmo por meio de complexas relações com o tempo e a sociedade.

Assim, o espaço estabelece-se enquanto totalidade ao mesmo tempo em que se fragmenta mediado por um desigual acúmulo de tempos em si, estruturados por meio da dinâmica da organização da reprodução social em uma perspectiva histórica — o que compreende uma mescla de tempos (suas continuidades e descontinuidades) no tempo presente, na sociedade e, por conseguinte, no espaço. Contudo, o que se fragmenta não é o espaço enquanto categoria, dimensão derivada da totalidade social e constituinte do ser social, mas a efetivação da reprodução social enquanto processo espacial expressa como realidade objetiva e material.

Em outros termos, a fragmentação ocorre não em seu âmbito abstrato, mas concreto, como produto. E como produto, é o espaço igualmente matéria social em movimento de reprodução, o que implica sua conjugação com o tempo para apreendê-lo em determinado momento, para compreender como o acúmulo de tempos e de espaços produziu o espaço-tempo em movimento que denominamos de presente e com o qual nos confrontamos cotidianamente no processo de reprodução da vida.

O tempo e a sociedade, portanto, são constituintes e essência do debate acerca do

espaço dada a indissociabilidade analítica que constitui o objeto e a apreensão da complexidade da realidade espacial, na qual a sociedade e o tempo histórico por ela produzido conservam-se envoltos e insepultos na sua natureza e diacronia. Assim, revela-se a relevância da compreensão do espaço e do tempo como dimensões sociais e indissociáveis do real, que, contudo, conjugam a si mesmas diferencialmente ao mesmo tempo em que conjugam uma a outra.

Nestes termos, o movimento e a produção social, consubstanciadas pela sua dinâmica, implicam ao espaço conjugar-se ao tempo para estabelecer-se enquanto realidade objetiva reveladora da materialização das relações situadas e fundadas na/pela sociedade, pois o espaço geográfico é “uma criação humana e sua produção coincide com o próprio modo pelo qual os homens produzem sua **existência** e a si mesmos” (CARLOS, 1997, p. 32, grifos nossos).

O espaço, portanto, é o ente objetivo e material do ser social que representa toda a potencialidade do desenvolvimento histórico do ser, que apenas se realiza se objetivando, produzindo espaço, que “é a matéria trabalhada *por excelência*: a mais representativa das objetivações da sociedade, pois acumula, no decurso do tempo, as marcas das práxis acumuladas” (SANTOS, 1997, p. 22, grifos do autor).

Embora os elementos da natureza transformados pelos atos teleologicamente orientados não deixem de ser natureza, as determinações que põem às relações sociais não podem ser reduzidas à natureza. O espaço social impõe determinações próprias, que só podem ser apreendidas na contínua transformação do próprio espaço na sua interação com a sociedade.

Portanto, a ideia de segunda natureza de maneira alguma supõe uma relação de identidade entre as determinações postas pela natureza com as determinações postas pela materialidade objetivada pelos atos de trabalho.

A realidade material criada, os objetos, se desenvolvem a partir de nexos causais, pois são tão objetivos quanto a natureza. Isso de forma alguma implica, no entanto, que os nexos causais estritamente naturais se mantenham “intactos” no objeto criado. Sua história e participe das relações sociais e só pode ser apreendida a partir das relações de mútua determinação que estabelece com essas.

No entanto, conforme já apontamos, o espaço social não é só a matéria

aparentemente não transformada socialmente, mas igualmente a dimensão espacial que é mediadora insuprimível de finalidades e relações sociais. Dessa forma, dizer que há espaço enquanto categoria do desenvolvimento de outras esferas do ser não significa considerar que no ser social as mediações estabelecidas pelo espaço no desenvolvimento dessa esfera do ser seja idêntica. O espaço social é síntese material que fundamenta toda e qualquer relação social, mas isso não implica a necessidade da sua materialidade ser transformada, e sim como essa materialidade põe determinações puramente sociais ao desenvolvimento dos complexos sociais, da história, do gênero e do indivíduo. A forma como o espaço se relaciona com o desenvolvimento e complexificação do ser social não possui, portanto, qualquer analogia autêntica com o desenvolvimento da natureza orgânica e/ou inorgânica.

Para exemplificar: há determinações da causalidade natural da fibra de celulose no dinheiro, mas não se pode reduzir as determinações que o dinheiro impõe às relações sociais à causalidade espontânea presente na fibra de celulose, são outros os nexos causais que movimentam e articulam essas determinações, puramente sociais, restritas a uma esfera específica do ser. Da mesma forma, não se pode reduzir uma casa aos processos físicos e químicos dos minerais que a constituem. A forma como ela participa da valorização do solo urbano, por exemplo, é delimitada por nexos causais postos em movimento por determinações puramente sociais. É necessário considerar que, contudo, sem a produção social desse objeto espacial, o processo de valorização não pode efetivamente existir, se manifestar enquanto objetividade social, logo o objeto é forma de ser que sintetiza, dentre outras determinações, a valorização.

* * *

5.3. O ESPAÇO GEOGRÁFICO: ENSAIO PARA A INTEGRAÇÃO DOS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS, LÓGICOS, EPISTEMOLÓGICOS E HISTÓRICOS

A proposta, por ora apresentada em caráter de ensaio, por ser fundada e se pretender integrante ao complexo categorial ontológico desenvolvido por Lukács, deve necessariamente demonstrar a integração do espaço na gênese e no desenvolvimento dos complexos sociais e, portanto, deve resistir à história. Com severos limites postos pelo pesquisador que, portanto, permeiam visceralmente o desenvolvimento da tese nessa indispensável aproximação com a história, iniciamos o confronto da tese com o desenvolvimento histórico da sociedade e dos complexos sociais.

Considerar o desenvolvimento histórico do ser social implica também a necessidade de considerar o desenvolvimento do ser geral e das suas esferas específicas, o que remete para a necessidade de constatar o espaço e tempo enquanto atributos da matéria que manifestam a existência e o desenvolvimento do ser e das suas esferas específicas.

Dessa forma, como o ser social é resultado de um salto no desenvolvimento da matéria enquanto ser inorgânico e ser orgânico, cumpre entender como no desenvolvimento do ser social se instala e movimenta uma contradição entre espaço e tempo específicas dessa forma de ser no desenvolvimento da matéria que, por seu turno, põe em movimento o desenvolvimento e complexificação dessa esfera de ser.

O movimento de confronto da tese com a história nada mais é que a necessária

apropriação da expressão fenomênica da tese nos mais diferentes momentos do desenvolvimento do ser social. Apenas nesse confronto o espaço enquanto categoria do ser social pode ser desenvolvida teoricamente, embora a gênese não pode ser jamais ignorada, precisamente porque é esse movimento que no pensamento permite apreender a categoria espaço enquanto forma de ser do ser social no curso do desenvolvimento desse ser.

Resumidamente, a própria tese só pode ser encontrada com a realização desse movimento de aproximação sucessiva, quando se torna possível reconhecer que as determinações que se realizam no espaço e as das quais ele é partícipe são mutáveis na história e ao mesmo tempo possuem um caráter permanente.

O que é permanente na relação sociedade-espaço só pode ser constatado nas próprias mudanças, que negam a permanência aparentemente, quando em verdade a efetiva. Esse movimento de aproximações sucessivas, no entanto, tornam o texto aparentemente repetitivo, mas essa aparência repetitiva contém a forma de integrar ao objeto elementos que o tornam mais concreto ao nível do pensamento.

Isso é necessário porque, como as categorias são formas de ser, expressões da existência, e o que existe apenas pode existir nas relações integrantes a uma totalidade, as categorias não podem estar destituídas das relações que afirmam a sua existência. Dessa forma, as categorias não podem, igualmente, serem compreendidas isoladamente, desintegradas da totalidade que expressa as relações entre as partes que a constituem.

A categoria espaço, portanto, apenas pode ser apreendida adequadamente integrada ao movimento e às relações da/na totalidade social, como expressão e forma de ser do desenvolvimento e complexificação da totalidade social como forma específica de ser da realidade, da matéria em movimento.

Esse movimento se inicia na identificação da relevância da relação sociedade-espaço nas primeiras sociedades, as sociedades primitivas nômades, e de como a gênese dessa relação movimenta necessariamente a contradição que a nega. A gênese da relação sociedade-espaço reside precisamente na gênese do ser social pelo trabalho.

Essa gênese expressa também, necessariamente, a categoria trabalho enquanto forma de ser do ser social, como expressão da gênese e do momento de desenvolvimento do ser social, como uma expressão histórica do momento de desenvolvimento do ser. A gênese, conforme já consideramos, reside no complexo do trabalho, categoria fundante que, como

todas as demais categorias sociais se desenvolve historicamente por ser expressão da forma de ser no seu processo de desenvolvimento. Dessa forma, implica à categoria trabalho possuir necessariamente expressões históricas específicas que nada mais são que a forma do ser nesse momento específico do seu desenvolvimento e complexificação.

Essa consideração é necessária para justificar a construção da exposição do texto. Partimos da expressão histórica específica do trabalho que explicita a forma do ser social na sua gênese, o que implica considerar essa expressão histórica enquanto totalidade social, pois nos remetemos à totalidade social, ainda que a partir do trabalho, quando a discussão indica uma forma histórica de sociedade, a sociedade primitiva nômade, e não o trabalho “*em-si*”.

Esse caminho nos possibilita a tentativa de não tratar o trabalho enquanto uma abstração. E, embora o retorno ao trabalho enquanto abstração se faça necessário na exposição, procuraremos conduzir esse retorno de forma a tornar efetivamente concreto o desenvolvimento da tese no seu confronto com a história. O caminho anunciado também pode evitar derivações precipitadas da gênese do ser social à concepção da categoria espaço social.

Nas sociedades primitivas nômades, o trabalho enquanto intercâmbio orgânico entre homem e natureza para a efetiva satisfação de necessidades postas pela sociedade, é expressão histórica das alternativas dos homens para a satisfação da necessidade fundamental de reprodução biológica dos indivíduos que formam a sociedade, pois o não atendimento dessa necessidade significa a falência dos indivíduos e, por conseguinte, da sociedade. Reproduzir a sociedade é, primeiramente, reproduzir a existência biológica dos indivíduos que, como qualquer ente biológico, necessita se relacionar com a natureza para realizar a satisfação dessa necessidade.

Como a forma social dessa relação com a natureza é o trabalho, e esse remete necessariamente para além de si mesmo pois ao atender uma necessidade ele produz, ao mesmo tempo, novas necessidades e possibilidades, as expressões históricas do trabalho desenvolvem novas necessidades e possibilidades sociais que, ao serem realizadas, possibilitam a constituição de uma nova forma histórica de trabalho. Cumpre, no entanto, considerar como o espaço se conecta enquanto resultado, condição e processo desse movimento e, assim, confrontar o espaço com a história.

Nas sociedades primitivas nômades essa necessidade é satisfeita tendo como

intercâmbio com a natureza um tipo histórico de trabalho, o trabalho de coleta. Esse trabalho tem uma implicação decisiva, pois a natureza na sua causalidade espontânea não é capaz de repor os alimentos coletados imediatamente, o que força o grupo humano a se deslocar pelo espaço continuamente com o esgotamento da disponibilidade de satisfação da necessidade a partir dessa forma de trabalho. O tipo de trabalho é fundante da sociedade nômade e da relação sociedade-espaço, ou seja, o trabalho é ao mesmo tempo fundante da relação sociedade-espaço e essa relação impõe os limites ao desenvolvimento do trabalho que só podem ser superados com a modificação da relação sociedade-espaço.

Essa totalidade (a sociedade nômade) aponta para limites históricos intransponíveis, sendo o mais evidente que o deslocamento não permite que os grupos humanos carreguem consigo ferramentas, o que significa que as ferramentas do trabalho devem ser produzidas sempre que ocorre um deslocamento, e isso impõe que a transformação da natureza tenha um limite expressivo, pois as ferramentas produzidas pelo trabalho e em contínua interação com esse para a satisfação de necessidades devem ser produzidas e descartadas rapidamente.

A diminuição da barreira natural que determina a reprodução biológica dos homens expressa na sociedade nômade, ou seja, o desenvolvimento de mediações sociais que implicam o recuo dessa barreira ou que atuam para mediar a ação dos indivíduos humanos e a finalidade fundamental que é a sua reprodução biológica, passa por uma nova relação da sociedade com o espaço, fundando a sociedade sedentária.

Nesse contexto, as determinações históricas da sociedade nômade permitem elevar as condições naturais do espaço ao nível das decisões alternativas, o que significa que essas condições atuam objetivamente nas ações concretas dos indivíduos concretos, e essa objetividade faz com que o espaço participe das relações sociais e da reprodução da sociedade de forma indissociável aos limites históricos. Ao mesmo tempo a realização de um novo momento da relação sociedade-espaço é necessária para as possibilidades efetivas de ruptura desses limites históricos, em outros termos, para o desenvolvimento da sociedade.

Essa tensão movida e movente somente é possível porque a própria determinação do limite do desenvolvimento histórico associado à necessidade de reprodução biológica que impossibilita a fixação espacial é que permite aos indivíduos da sociedade nômade o conhecimento de diferentes qualidades das condições naturais distribuídas pelo/no espaço no desenvolvimento da natureza inorgânica e orgânica.

Esse conhecimento, determinado pela relação sociedade-espaço da sociedade

nômade, posteriormente, pode, na relação sujeito-objeto que torna cada vez mais social a objetividade do espaço, participar das decisões alternativas de fixação sedentária que fundam outra relação sociedade-espaço e participam da história humana.

Dito de outra forma, a relação sociedade-espaço da sociedade primitiva nômade, ao participar do conjunto das relações sociais, movimenta uma contradição que faz com que a impossibilidade de fixação que caracteriza as relações sociais e é fundada na forma histórica de trabalho seja um fundamento objetivo da possibilidade de efetivação da negação dessa mesma impossibilidade quando a objetividade da relação sociedade-espaço pode ser integrante das alternativas dos atos de trabalho e, portanto, seja uma contradição que movimenta a história para as possibilidades de um novo momento da relação sociedade-espaço.

Esse novo momento é a gênese e afirmação de uma nova forma histórica de trabalho e igualmente um novo momento da relação sociedade-espaço, que atua objetivamente nas relações sociais com qualidades inteiramente novas que negam a relação anterior. As determinações da nova relação sociedade-espaço retornam decisivamente sobre o trabalho, o que promove o desenvolvimento histórico da categoria trabalho enquanto forma de expressão do desenvolvimento do ser.

Como a relação sociedade-espaço sintetiza o movimento de desenvolvimento da totalidade social da qual o espaço é partícipe, é também expressão do desenvolvimento e complexificação do espaço para atuar objetivamente na sua relação com a sociedade, pressuposto necessário à efetivação do novo momento da relação sociedade-espaço.

Nesta direção, apesar da ausência de identidade entre o desenvolvimento da sociedade e o desenvolvimento do espaço social, é necessário considerar que o desenvolvimento do espaço e, por conseguinte, da sua objetividade com novas qualidades, cada vez mais socialmente determinadas e determinantes, é resultado e condição ao desenvolvimento da sociedade.

Essa compreensão é elementar para a apreensão de algo fundamental: não são precisamente as causalidades naturais do espaço que orientam a fixação, mas o uso desse espaço a partir dos limites do desenvolvimento histórico como forma mais eficiente de reprodução social a partir das necessidades reconhecidas pelo grupo social, portanto, o espaço atua como objetividade social sem suprimir a existência natural e os seus processos causais. A título de exemplo:

quando o homem primitivo escolhe, de um conjunto de pedras, uma que lhe parece mais apropriada aos seus fins e deixa outras de lado, é óbvio que se trata de uma escolha, de uma alternativa. E no exato sentido de que a pedra, enquanto objeto em si existente na natureza inorgânica, não estava, de modo nenhum formada de antemão a tornar-se instrumento desse pôr (LUKÁCS, 2013, p. 70-71).

Essa objetividade social do espaço, certamente, tem um limite de desenvolvimento, que é forma de ser do limite de desenvolvimento e complexificação do ser social. Seria um equívoco procurar identificar uma objetividade social no espaço que expresse um ser social mais desenvolvido do que esse ser historicamente se encontra, da mesma forma que o contrário seria igualmente um equívoco.

Considerar que o espaço se torna social enquanto objeto que se relaciona com objetos fora de si que afirmam a sua existência social na relação com o espaço não é uma especificidade do ser social mas, ao contrário, revela uma unicidade com as demais esferas de ser da matéria. Outras formas de ser afirmam a sua existência ao estabelecer relações diferentes com o que, na imediatez, aparenta um objeto indistinto aos objetos que existem fora dele e em relação com ele.

Acerca dessa questão, Lukács (1978) utiliza o exemplo da luz na relação desse objeto com objetos de diferentes momentos do desenvolvimento e complexificação da esfera de ser orgânico. O autor afirma que “enquanto sobre as plantas [a luz] ainda atua de modo puramente físico-químico (embora, na verdade, dando lugar já aqui a efeitos vitais específicos), na vista dos animais superiores a luz desenvolve formas de reação ao ambiente que já são especificamente biológicas” (LUKÁCS, 1978, p. 4).

Em outros termos, o objeto luz tem uma existência distinta na relação com objetos diversos, o que nos impõe a considerar o que é a luz na sua relação com os objetos fora de si, sem, no entanto, desconsiderar a existência objetiva da luz. A aparente ausência de transformação da luz não suprime a sua existência real distinta para o objeto planta e no objeto animal superior (sobretudo no olho). A aparência natural do espaço, portanto, não coincide com a sua existência real transformada socialmente, o que torna necessário negar e superar a aparência, a pseudoconcreticidade ou a pseudonaturalidade do espaço integrante das relações sociais.

Dessa forma, no contexto histórico inicial da sociedade, as condições naturais do espaço utilizado socialmente para mediar as relações sociais possui determinações mais evidentes aos limites e potencialidades históricas e está em constante e direta relação com

essa, o que pode conduzir à incorreta apreensão de que a atuação objetiva do espaço é estritamente natural, ou que o desenvolvimento do ser social pode ocorrer expressando enquanto forma da sua existência um “espaço natural”.

Desde esse contexto germinal são operantes objetivas, mediações sociais entre a sociedade e o espaço que, embora não evidenciadas na aparência imediata, são decisivas na relação sociedade-espaço. Essas mediações implicam, sobretudo, que a relação da sociedade com o espaço se estabelece a partir de uma necessidade que será satisfeita com o trabalho. Lukács (2013, p. 367) enfatiza essa questão ao afirmar que:

o homem que efetua o teleológico no âmbito da economia se defronta, portanto, com a totalidade do ser, sendo que, contudo, o ser social desempenha o papel mediador decisivo, na medida em que a confrontação com o ser natural nunca pode ser puramente imediata, mas é sempre mediada economicamente e, no decorrer do desenvolvimento, torna-se cada vez mais mediada.

Devemos considerar como essa constatação aponta ao mesmo tempo para a aproximada correção e o equívoco do determinismo geográfico. Fundamentalmente, melhor dizendo, a raiz dessa constatação, em nada tem relação com a noção de determinismo desenvolvida na Geografia clássica, mas apenas evidencia que, dado o grau inicial do desenvolvimento histórico da forma de ser que é o ser social – ou seja, expressão, forma de existência do ser social nesse momento específico do seu desenvolvimento –, as mediações entre sociedade e espaço também estão socialmente pouco desenvolvidas.

Dessa forma, “o comportamento limitado dos homens face à natureza condiciona seu comportamento limitado entre si, e este condiciona, por sua vez, suas relações limitadas com a natureza, precisamente porque a natureza ainda quase não foi modificada pela história” (MARX; ENGELS, 2001, p. 25).

Logo, essa relação é mais direta na medida em que é menos mediada socialmente, pois não apenas o espaço é menos desenvolvido socialmente quanto na própria sociedade as determinações e mediações sociais são pouco desenvolvidas e a totalidade social é também pouco desenvolvida. Procurar, portanto, a mesma objetividade do espaço das sociedades mais desenvolvidas nas sociedades primitivas, corresponde a pretensão de anular que o espaço é produzido socialmente.

Essa afirmação não significa, de forma alguma, que essa relação particular sociedade-

espaço permanece inalterada com o desenvolvimento e complexificação do ser social, pois esse desenvolvimento e complexificação só é possível com a construção de mediações cada vez mais sociais entre a sociedade e o espaço, e essas mediações são movidas e moventes da relação sociedade-espaço e das suas modificações históricas.

O espaço social, portanto, sendo uma categoria da realidade social, possui um desenvolvimento histórico pois o ser social também se desenvolve historicamente. E é precisamente esse desenvolvimento histórico da categoria espaço social que, sendo forma de ser do momento do desenvolvimento do ser social, permite a partir da categoria espaço a investigação da realidade social. De outra forma não haveria nenhuma possibilidade da análise da realidade social a partir da categoria espaço, pois a realidade social é histórica, expressão histórica do desenvolvimento do ser social, razão pela qual Marx afirma que a única ciência é a ciência da história.

Nesta direção, o espaço nunca pode ser pensado como uma categoria a-histórica com uma essência fixa e imutável que atua objetivamente sobre as relações sociais, ou jamais seria espaço social. Deve ser considerado como forma de ser da esfera do ser social, um ser cuja essência é determinada historicamente. A reflexão acerca da categoria espaço deve considerar essa necessidade que a forma de ser impõe à explicação teórica que objetiva captar o seu movimento real.

O equívoco do determinismo, portanto, reside na não constatação de que a relação sociedade-espaço ao mesmo tempo em que põe determinações às relações sociais e à história, pela mesma razão põe determinações no desenvolvimento de mediações sociais que a negam historicamente e essa negação desenvolve o espaço social.

A relação sociedade-espaço é, assim, dinâmica e historicamente determinada, não sendo possível o uso de uma expressão histórica particular dessa relação para explicar todas as demais situações e contextos históricos. La Blache apontou parcialmente nesta direção ao afirmar que “as influências do meio unicamente se nos denunciavam através de um amontoado de contingências históricas que as velava” (LA BLACHE, 1947, p. 36), o que significa que apenas a partir das *contingências* históricas se descobre a influência do meio.

Tomar, então, uma expressão particular da relação sociedade-espaço, o que implica que essa relação é um produto histórico de um momento histórico do desenvolvimento social, como essência a-histórica para o desenvolvimento das possibilidades ideais de reproduzir o movimento do espaço na sua relação com a sociedade conduz, necessariamente,

para uma explicação invertida da realidade.

O determinismo, portanto, não é uma reprodução ideal incorreta do movimento do espaço, pois o espaço investigado revela no seu movimento essa relação mais direta e com menor mediação social. O equívoco reside precisamente em generalizar essa relação historicamente particular a toda a história da humanidade na sua relação com o espaço, pois equivaleria a tentar captar a realidade social a partir de uma forma de ser pretérita. Como afirma Lukács (2013, p. 169) “toda tentativa de transpor a estrutura concreta de alguma realização em circunstâncias concretas para outra estrutura forçosamente resultará em falsificação das formas fenomênicas”.

Nesta direção, o fato de encontrarmos no princípio da história uma relação mais direta e evidente entre o tipo de trabalho e a relação sociedade-espaço, algo que não é possível nas sociedades mais desenvolvidas, apenas expressa que nas sociedades menos desenvolvidas as mediações sociais também são menos desenvolvidas e entre o trabalho e a relação sociedade-espaço essa relação é mais direta, menos mediada socialmente. Quanto mais desenvolvida é a sociedade, menos evidente fica a relação entre o tipo de trabalho e a relação sociedade-espaço, precisamente porque no interior dessa relação reside um maior complexo de mediações sociais que são o desenvolvimento do ser social.

Como, no entanto, a impossibilidade da supressão total da natureza é geral, a mesma se expressa no decorrer de toda a história da sociedade na adaptação às determinações naturais para o movimento das relações sociais no espaço. Essa questão se expressa historicamente de forma mais evidente nas sociedades primitivas, como acabamos de considerar. Mas, justamente por ser geral, também se manifesta em outros momentos da história.

Ser menos evidente torna ainda mais relevante identificar essa impossibilidade nas sociedades mais desenvolvidas, precisamente porque torna necessário estabelecer como uma impossibilidade geral possui, ainda assim, uma necessária relação com o contexto histórico (com o momento de desenvolvimento do ser social) para a correta apreensão da sua participação na história, não sendo possível uma correta apreensão da realidade social a partir da aplicação mecânica e a-histórica do “princípio geral”.

Para tal intento, tomamos como exemplo as grandes navegações, quando a necessidade do movimento das relações sociais no espaço pela circulação de mercadorias para o acúmulo primitivo do capital enquanto determinação da reprodução material da

sociedade faz com que, ainda que mantida a aparência de barreira natural, o movimento histórico da sociedade se torne possível tendo a dimensão espacial da matéria enquanto mediador insuprimível.

Sem converter a “barreira natural” do oceano em uma dimensão espacial do desenvolvimento histórico da matéria social não haveria o desenvolvimento cada vez mais genérico das relações sociais que resultam na acumulação primitiva e na ascensão da burguesia enquanto classe social. Ocorre neste contexto algo de forma semelhante à sociedade primitiva, e ao mesmo tempo completamente diferente, pois o espaço social tendo como base material uma natureza aparentemente não transformada socialmente, a converte socialmente de forma que essa base atue objetivamente nas relações sociais e insira determinações à história social, logo, ao desenvolvimento do ser social e seja, portanto, determinação da existência do ser social.

A semelhança supramencionada é restrita à não alteração aparente da matéria natural, mas como o que é decisivo ao espaço social é como essa categoria é expressão da forma de ser, e essa expressão é determinada historicamente como momento do desenvolvimento do ser social, as mediações sociais possibilitadas pelo espaço social aparentemente natural é completamente distinta de qualquer mediação possibilitada pelas determinações históricas da sociedade primitiva.

A aparente natureza comparece enquanto uma objetivação construída na relação sujeito-objeto partícipe de um ato de pôr finalidades humanas para a satisfação de necessidades historicamente determinadas. Dessa forma, aquilo que *aparentemente* é natureza, na imediatez do ato humano é matéria social, parte integrante e insuprimível da reprodução material da sociedade e, particularmente nesse caso, decisiva à explicitação efetiva do gênero humano.

A forma como a reprodução social se desenvolve mediada pela dimensão espacial da matéria expressa a existência efetiva do espaço como forma do ser social na expressão do seu desenvolvimento histórico, que põe as determinações e necessidades da reprodução social na sua relação com o espaço. Em outros termos, a objetividade social do espaço possui determinações históricas insuprimíveis (que são expressão da forma de ser do ser social no seu processo de desenvolvimento), o que significa que a objetividade do espaço no contexto histórico das grandes navegações é forma de ser e determinação da existência do ser social neste contexto histórico.

Correndo o risco de sermos repetitivos, isso explicita decisivamente que espaço como forma de ser e determinação da existência do ser social na sociedade primitiva não pode, portanto, participar de uma explicação correta da realidade social em um momento histórico distinto no desenvolvimento do ser, precisamente porque não seria forma de ser e determinação da existência do ser social neste momento particular do seu desenvolvimento.

Isso significa que, sem deixar de atuar no desenvolvimento do ser inorgânico e orgânico, sem ser suprimido da sua constituição enquanto base fundamental do salto ontológico do ser social, o espaço passa a se constituir de uma qualidade inteiramente nova que se desenvolve na relação sociedade-espaço e com a história social que tende, no seu desenvolvimento, a realizar um recuo do “*espaço puramente natural*” sem, contudo, poder realizar a sua completa supressão.

É necessário considerar que tal fato não é específico do espaço, a própria sociedade, que é uma síntese dos indivíduos, jamais pode suprimir a sua base natural originária, a espécie biológica que é expressão do desenvolvimento e complexificação da esfera de ser orgânico que, por seu turno, só pode se expressar com o desenvolvimento do ser inorgânico e em contínua interação com esse, sem também poder realizar a sua supressão.

Isso tanto é verdade que as condições naturais dos lugares, embora jamais possam ser suprimidas, tem tendencialmente uma importância que decresce na medida em que se desenvolvem mediações puramente sociais, sobretudo, embora não somente, quando essas se materializam constituindo uma base material qualitativamente nova que integra o conteúdo das relações sociais.

Essa questão pode ser constatada também na Antiguidade. Essa forma de determinações que o espaço socialmente apropriado põe às relações sociais para as quais é mediação insuprimível, é parte constitutiva indispensável na existência da sociedade escravista grega. Outras sociedades antigas que igualmente estabeleceram a propriedade privada e a divisão de classes ancorada no escravismo não dispunham de mediações sociais para que o espaço social permitisse a necessária expansão territorial para a conquista e incorporação de mais escravos na base produtiva da reprodução material da sociedade.

Como a expansão territorial é, neste caso, fundamental para a prosperidade do sistema de relações sociais que une os indivíduos no escravismo dada a baixíssima produtividade do trabalho escravo, o espaço social é determinação da existência da sociedade, compreendida enquanto o sistema de relações que integra os indivíduos. A

ausência dessas determinações espaciais, nas mesmas condições territoriais da Grécia, é óbice suficiente para que demais sociedades escravistas antigas desconhecessem o desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção como na Grécia.

Isso porque, o espaço enquanto forma de ser e determinação da existência social, não possuía nos seus processos e nexos causais objetivos, as possibilidades concretas que atuam sobre as alternativas dos indivíduos no sentido de possibilitar a expansão territorial como necessidade do desenvolvimento econômico. O espaço social, nesses casos, põem determinações que limitam e obliteram o desenvolvimento econômico, determinando o movimento da história e, por conseguinte, o momento de desenvolvimento e complexificação do ser social.

Essas breves considerações são corroboradas pela afirmação de Anderson (2000), quando o autor evidencia a relevância da apropriação social das condições espaciais naturais para o desenvolvimento das categorias sociais. Para o autor:

a combinação específica de cidade e campo que definia o mundo clássico, em última instância, só era operacional porque havia um lago em seu centro. O Mediterrâneo é o único grande mar interior em toda a superfície da Terra: só ele oferecia a velocidade do transporte marítimo com a proteção terrestre contra os fortes ventos ou ondas em zona geográfica ampla. A excepcional posição da Antiguidade clássica dentro da História universal não pode ser isolada deste privilégio físico (ANDERSON, 2000, p. 21).

Retornando ao exemplo histórico anterior, superar a barreira natural sem eliminar as suas determinações de natureza inorgânica é considerar a necessidade dessa dimensão espacial aparentemente natural apropriada socialmente que, sem transformar (na aparência) a materialidade e processos puramente naturais, faz dessa matéria um espaço social, pois mediador das relações sociais enquanto partícipe insuprimível da reprodução material da sociedade.

O ser social tanto não suprime como não pode suprimir o ser natural orgânico que a sua determinação fundamental é a sua reprodução biológica, uma determinação natural à reprodução social. O desenvolvimento do ser social, contudo, é a construção histórica de mediações sociais para satisfazer a necessidade imposta por essa determinação e desenvolver novas necessidades e possibilidades objetivas e subjetivas.

A objetividade social desse espaço possibilita que essas novas relações sociais se

efetivem, sendo essa objetividade indispensável às relações sociais, o que significa que na ausência dessa relação com o espaço, dessa forma objetivamente social de mediação do/no espaço, essas relações sociais jamais poderiam efetivamente existir.

Em outros termos, essa mediação realizada pelo espaço é forma de ser dessas relações sociais que move e é movida pelo desenvolvimento do ser social de forma que, sem essa mediação espacial, esse momento do desenvolvimento do ser social não poderia existir e, não existindo, não poderia ter no espaço a sua forma de ser.

Embora sem transformação material, é a sua apropriação social que faz desse espaço partícipe indispensável das relações sociais. É essa apropriação, que torna a sua objetividade social, que põe determinações às relações sociais, e não a causalidade natural presente e preservada na matéria natural não modificada. O que significa que nem sempre é necessário transformar materialmente a natureza para reorganizá-la em base material que mediará e será partícipe das relações sociais. Constataremos em breve, contudo, que mesmo a transformação material da natureza promovida pelo ser social nos atos de trabalho não suprime por completo a natureza.

Retornando à sociedade primitiva, devemos constatar que a dinâmica que movimenta e atua na relação sociedade-espaço é tão decisiva ao impulso da construção das mediações puramente sociais e ao desenvolvimento do ser social que o desenvolvimento suscitado termina por possibilitar objetivamente a negação da relação sociedade-espaço estabelecida na gênese, e é essa tensão que promove a conexão do espaço enquanto forma de ser e o desenvolvimento histórico do ser.

De modo germinal, podemos constatar no impulso do desenvolvimento da sociedade após a relação sociedade-espaço fundada no sedentarismo como a forma do espaço expressar a existência do ser social nesse novo momento da história enquanto conexão do espaço ao desenvolvimento do ser social.

Em outros termos, essa nova relação sociedade-espaço sedentária que nega a relação sociedade-espaço nômade ao mesmo tempo em que é resultado do seu desenvolvimento, potencializa o desenvolvimento de mediações sociais que se movimentam contraditoriamente tendendo a criar as possibilidades efetivas de negação da relação sociedade-espaço genética como necessidade do seu desenvolvimento.

Dessa forma, verifica-se que há algo essencial na dinâmica da relação sociedade-

espaço que se manifesta fenomenicamente nas expressões historicamente específicas dessa relação. No entanto, é prudente acentuar, decisivamente, que considerar que há necessidade do desenvolvimento das possibilidades de negação não significa que a história não poderia ser de outra forma, a relação sociedade-espaço se desenvolve tendo como resultado do seu desenvolvimento o desenvolvimento das possibilidades da sua negação, e não a necessidade de realização dessa negação.

Isso não implica, portanto, que a história deveria ter acontecido exatamente como aconteceu, ou que a história possui uma lei geral de automovimento presente no espaço e que se impõe aos homens, mas acentua exatamente o oposto. As mediações sociais historicamente desenvolvidas atuam nas contradições que movimentam a negação da relação sociedade-espaço e orientam o desenvolvimento histórico, ao mesmo tempo em que a existência real dessas mediações são possibilitadas pela relação sociedade-espaço e essas permitem negar a relação sociedade-espaço na qual são desenvolvidas no seu processo de desenvolvimento.

Nesta direção, considerar que a contradição é fundamental para orientar as mudanças na relação sociedade-espaço e que essas mudanças são decisivas ao desenvolvimento das relações sociais e, portanto, da história, não equivale a naturalizar a história, mas, justamente o oposto.

A relação sociedade-espaço é indispensável ao desenvolvimento das mediações sociais que atuam na própria relação entre sociedade-espaço e nas mediações das relações sociais, e isso evidencia que o desenvolvimento da relação sociedade-espaço atua objetivamente nas alternativas possíveis de realização na reprodução social e que, sem esse desenvolvimento, a alternativa não é objetiva e, portanto, não pode vir-a-ser na reprodução social. Não equivale a considerar que sendo condição necessária do desenvolvimento da relação sociedade-espaço o desenvolvimento das possibilidades da sua negação, a sociedade necessariamente deve realizar essa negação.

A não naturalização de que tratamos fica evidenciada na passagem das sociedades primitivas para a sociedade de classes, tendencialmente conhecidas na história. Embora as condições sejam criadas no primitivismo sedentário, é o confronto com outra relação sociedade-espaço, os nômades, que eleva a possibilidade à alternativa das ações e finalidades sociais, portanto, movimenta a possibilidade à alternativa da realização das classes sociais enquanto integrantes da totalidade social no horizonte das possibilidades ainda não

realizadas, mas, necessariamente já existentes em potência.

A passagem para a sociedade de classes, neste sentido, não é mera derivação natural do desenvolvimento sociedade-espço. Por outro lado, o fato de não ter sido realizada no próprio interior das relações sociais que se desenvolvem na relação sociedade-espço sedentária, de forma alguma nega que as condições para que a possibilidade da sociedade de classes se desenvolveram no desenvolvimento do movimento histórico movido e movente pela/na relação sociedade-espço sedentária.

Retornando mais uma vez à história, a sociedade sedentária potencializa de tal forma o desenvolvimento das mediações puramente sociais que a relação sociedade-espço se desenvolve com a crescente materialização do complexo teleologia e causalidade do trabalho resultando na produção de uma base material socialmente posta para mediar as relações sociais de forma mais profícua ao desenvolvimento das mediações puramente sociais, desenvolvendo um espaço que é não apenas objetivamente social, mas que também seja materialmente socialmente produzido.

Para estabelecer corretamente essa diferença devemos retornar à relação sociedade-espço da sociedade nômade. Nessa, o espaço é social por atuar objetivamente no desenvolvimento da história e da reprodução dessa sociedade. Assim, os limites históricos da sociedade nômade são construídos tendo como um relevante fundamento objetivo a impossibilidade de fixação no espaço, o que significa que o espaço (e a relação sociedade-espço) é, neste contexto, uma determinação objetivamente atuante na constituição desse limite histórico sem ser, no entanto, resultado material da ação humana. Essa objetividade, conforme já consideramos, pela sua atuação no desenvolvimento histórico do ser social, não pode ser idêntica à objetividade natural embora materialmente indique a aparência de uma objetividade puramente natural. Em verdade, integra uma maior complexidade de relações no interior da totalidade do ser por integrarem, para além das relações objetivas puramente naturais, relações no interior da totalidade social.

A sociedade se confronta e se relaciona com esse espaço, inicialmente, enquanto resultado do desenvolvimento geral e unitário do ser, enquanto um espaço que expressa materialmente o desenvolvimento do ser como natureza inorgânica e orgânica, mas esse confronto é também o confronto do sujeito com o objeto, e o sujeito é necessariamente social, assim como o objeto, que é um objeto para e na relação com outro objeto fora de si e com complexidades e qualidades superiores, o sujeito. Também por essa razão, quando esse

espaço atua objetivamente no desenvolvimento histórico da sociedade e, portanto, no processo de desenvolvimento e complexificação do ser social, devemos apreendê-lo como espaço social.

Desconsiderar essa questão implicaria investigar o desenvolvimento do ser social a partir de uma forma da sua existência que não seria social, ou seja, equivaleria a considerar que formas de existência do ser social são, na realidade, formas de existência de outra esfera do ser, seria procurar nas formas de ser de outra esfera de ser a explicação para o desenvolvimento do ser social.

O espaço social é forma de existência do ser social, participa das condições de desenvolvimento do ser social e, portanto, expressa a existência desse ser social, participa do desenvolvimento das mediações históricas inteiramente novas que participam das alternativas dos atos individuais presentes no complexo do trabalho para o atendimento de necessidades sociais, é expressão da história e insere determinações nas continuidades e descontinuidades da história.

A ideia de que o espaço é a transformação material da natureza em um mundo material socialmente posto que vai mediar toda e qualquer relação social não é totalmente verdadeira. Há momentos em que as relações sociais vão ser mediadas por uma dimensão espacial não apenas não transformada socialmente na sua materialidade, mas que em-si não pode ser transformada materialmente, embora integre um conjunto de maior complexidade de relações. A ideia de que o espaço é estritamente a transformação material da natureza pelo trabalho implicaria negar que o desenvolvimento da sociedade provoca o recuo das barreiras naturais mas nunca a sua total eliminação. Logo, há necessariamente barreiras naturais intransponíveis que participam enquanto mediadoras das relações sociais, sem possuírem estrita relação de identidade com a natureza.

Isso significa que o espaço não surge com o ser social, é uma categoria da realidade e, portanto, do ser em geral. O espaço social, não podendo suprimir a natureza, é uma síntese da espacialidade natural com a ação de transformação material dos homens. Essa síntese não é necessariamente a materialidade socialmente plasmada, mas como a espacialidade natural e social participam indissociavelmente da reprodução social, sendo decisivas para a constituição e desenvolvimento de categorias e mediações puramente sociais.

Dessa forma, podemos reinterpretar como as condições naturais diferentemente espacializadas participam decisivamente da história humana, e é nessa participação que

devem ser tomadas como formas de ser e mediadoras do desenvolvimento do ser social. Não se pode considerar que a matéria natural participa da histórica como um elemento estritamente natural, suas determinações embora fundadas em materialidade e em causalidades naturais, são sociais e históricas.

A forma como as causalidades constituintes das determinações naturais dos lugares participam da história são decisivas para a própria localização dos povos na medida em que são decisivas ao desenvolvimento dos mesmos. No entanto, os homens precisam reconhecer a importância dessas condições naturais na mediação das relações sociais, ou seja, realizar uma apropriação efetiva delas para a história. A importância dessas condições, então, são modificadas ao longo da história, como podemos constatar, por exemplo, ao analisar como as condições naturais possuíram relevância para as guerras na antiguidade e na atualidade.

As condições naturais são apropriadas socialmente de acordo com o momento histórico e, embora permaneçam fundamentalmente inalteradas, as determinações que elas impõem às relações sociais não são idênticas, pois são determinações não puramente naturais mas históricas.

A fixação da sociedade em uma determinada contiguidade territorial que é parte fundante da relação sociedade-espço da sociedade primitiva sedentária, implica a necessidade do reconhecimento na causalidade espontânea da natureza uma forma de que, mantendo essa causalidade operante, a sociedade a torne socialmente mais produtiva a partir da interação com as necessidades humanas.

A revolução neolítica, a agricultura, portanto, são resultados de um domínio das causalidades naturais reconhecidas no desenvolvimento de espécies vegetais associadas a um novo momento da relação sociedade-espço. Esse novo momento impõe estritamente aos limites territoriais da reprodução dessa sociedade que as causalidades naturais atuem de acordo com os interesses sociais, e que essa atuação de acordo com os interesses sociais é limitada espacialmente, não atinge a totalidade da superfície terrestre. Logo, a objetividade social desse espço, a expressão no espço do momento de desenvolvimento do ser social, é delimitado à contiguidade territorial no interior da qual essa sociedade se fixou e se reproduz.

Mais uma vez, embora ainda aparentemente matéria natural, a agricultura expressa uma forma socialmente posta de desenvolvimento da causalidade natural de forma a integrar mais adequadamente às necessidades de reprodução social.

As sociedades desenvolvem as suas relações sociais em determinadas contiguidades territoriais que delimitam, a partir da categoria espaço, a expressão da existência da sociedade e o seu limite de generalização historicamente determinado pela relação sociedade-espaço. Nesta direção, o que a sociedade é, o que é o gênero humano, o que são os indivíduos que se constroem no confronto com o gênero, a totalidade social no interior da qual se realiza a reprodução material da sociedade, possui na relação sociedade-espaço um limite de desenvolvimento, uma limitação histórica que é igualmente a expressão na categoria espaço desse momento histórico de desenvolvimento do ser.

Dessa forma, para além do território que delimita o espaço enquanto expressão do desenvolvimento do ser, não existe a objetividade das mediações e determinações sociais que conectam o indivíduo ao gênero humano e, portanto, não se encontrando nesse território o ente biológico (*homo sapiens*) não pode ser o indivíduo que ele é. Ele só pode ser o indivíduo que é ao reproduzir esse indivíduo no interior da sociedade, e essa tem no espaço social um limite e uma expressão histórica elementar.

Essa questão, no entanto, possui expressões históricas distintas. No feudalismo, os indivíduos possuíam como parte integrante das determinações que constituem a sua individualidade e a concepção de gênero a produção e reprodução da base material que era identificada com determinada contiguidade territorial, com o “lugar”.

Nos impérios da antiguidade os grupos humanos desenvolvem as suas relações sociais em determinado limite espacial. Perder uma guerra para um outro império significa que a mesma base material que integra o conteúdo das relações sociais ao ser dominada por outro grupo ocorre a necessidade de que essa base material integre a reprodução social de acordo com o interesse do grupo vencedor, logo essa base material sofre alterações na integração dos conteúdos das relações sociais, modificando a relação sociedade-espaço e as relações sociais, pois os derrotados passam a integrar diferentemente o conjunto das relações sociais como expressão e forma de ser de um novo momento do desenvolvimento da sociedade.

Isso implica incremento da terra enquanto propriedade privada para integrar novos escravos. Assim, a expansão territorial e o aumento de escravos são necessários ao aumento da propriedade e ao desenvolvimento da sociedade. É a objetividade do espaço nessa relação com a sociedade que expressa a objetividade social e o conteúdo do espaço nesse determinado contexto histórico.

No capitalismo, a condição “ativa” dos indivíduos de participarem desigualmente da produção e reprodução global da matéria social não anulam as relações entre o lugar e a constituição do indivíduo nem as determinações de compreensão do gênero humano a partir do lugar e da ideia de espaço (e da forma de participação desse das relações sociais).

Mas, certamente as conexões estabelecidas entre o espaço e a totalidade social não podem ser consideradas idênticas, nem a compreensão do indivíduo sobre a sua constituição, não mais restrita ao lugar, porque o próprio lugar se produz em conexão com o mundo. Esse entendimento e essa individualidade não é resultado de uma compreensão correta de mundo (gnosiológica) mas das dinâmicas das conexões entre espaço e totalidade social, as formas como o espaço participa e articula as relações sociais.

Isso tanto é verdade e é tão partícipe da contradição que movimenta o desenvolvimento da relação sociedade-espaço que no capitalismo enquanto movimento integrante de toda a existência humana à mesma história, portanto sem limites territoriais como nos momentos anteriores da história humana, o indivíduo ainda se confronta com o gênero em determinada contiguidade territorial.

Esse confronto produz para o indivíduo e determinado grupo uma relação de identidade com a forma fenomênica de expressão da relação sociedade-espaço no lugar, e esse confronto produzido movimenta uma contradição com a integração total dos espaços à história.

Dessa forma a identidade territorial, na forma histórica do capitalismo, é um movimento contrário que é produto da relação sociedade-espaço mundial, revelando em diversos momentos como essa identidade participa das alternativas das ações dos homens e essas ações atentam contrariamente à relação sociedade-espaço mundial.

A identidade é produzida por essa relação sociedade-espaço e fundamenta a tentativa de sua negação pois há uma contradição entre a reprodução de grupos humanos na história social e a concepção de atributos culturais, ideias, valores, que resultam da relação dos homens com o lugar e ao mesmo tempo em que são produtos não se afirmam na concepção de mundo integrado e, muitas vezes, reage contra essa concepção.

A identidade e o pertencimento ao lugar atuam como identidade de não-identidade com o gênero humano, pois a relação dos indivíduos com o gênero que se realiza nos lugares não oferece imediatamente ao indivíduo que aquele lugar que o identifica é, na verdade,

produto e expressão do gênero humano e partícipe da reprodução desse gênero, do mundo.

A identidade e patrimônio atuam, então, enquanto obstáculos à compreensão do indivíduo das conexões entre o lugar e o mundo e entre ele e o gênero humano. A desigualdade contudo, gera o movimento da força contrária, quando os lugares que concentram materialmente os resultados mais desumanos do processo, fomentam uma identificação entre as mazelas do lugar e o acúmulo de riqueza em outros lugares na consciência dos indivíduos, sendo essa relação sociedade-espço tanto a necessidade da desigualdade quanto o motor que movimenta continuamente o contrário enquanto alternativa às decisões dos indivíduos.

Essa individualidade que move e é movida pela fragmentação e articulação entre o lugar e o mundo tem o lugar enquanto realidade material imediata como possibilidade de constituição da relação sujeito-objeto para o indivíduo e é decisivo na sua compreensão do gênero e na sua constituição enquanto indivíduo. Logo a questão do pertencimento ao lugar e a identidade são movidas e moventes desse processo.

Portanto, pretender discutir o lugar e a identidade exclusivamente pela perspectiva da percepção do sujeito é promover um discurso nitidamente ideológico pois não reconhece no mundo material as ideias que surgem na consciência do indivíduo, esse mundo material é apenas imediatamente o lugar, e o fato do indivíduo não conseguir romper com essa imediaticidade não coincide com a própria realidade.

Afirmar o sentimento de pertencimento a um lugar, no entanto, é também reconhecer que o universal e o gênero se afirmam e se negam nos lugares e essa contradição movimenta, assim como as classes sociais, a tensão determinantes para a consciência dos indivíduos. O gênero humano e o universal são reais, mas é igualmente real que a sua totalização ocorre pela sua negação de ser total nos lugares, sua impossibilidade, e ao mesmo tempo o lugar é o ponto de partida para entender o universal, e precisamente porque o seu par contraditório e indissolúvel, o indivíduo, se constitui e se confronta com o gênero no lugar. O que não implica que os indivíduos tenham disso consciência. E como o lugar é a negação do universal e ao mesmo tempo sua expressão real, negar o lugar é necessário para a apreensão do movimento do mundo.

A relação dos indivíduos com o gênero se realiza no lugar, identificando a identidade do indivíduo enquanto negação do universal, mas apenas aparentemente, já que o lugar é expressão fenomênica do universal que, confrontado com o indivíduo enquanto fenômeno,

produz o universal e a sua negação. O movimento de construção do universal produz também o singular, logo há uma identidade insuprimível com a não-identidade. As necessidades das mudanças sociais genéricas de se apropriar ou produzir o espaço produzem novos confrontos entre o indivíduo e o gênero, desenvolvendo os indivíduos que são necessários à produção do gênero em um novo momento.

Isso porque o indivíduo confronta a constituição da sua subjetividade com as determinações sociais que movem e são movidas pelo espaço socialmente produzido a partir da sua singularidade nos objetos com os quais ele se defronta. Logo, os objetos espaciais do lugar são as condições para a relação sujeito-objeto do indivíduo, relação que o indivíduo se confronta com o gênero humano, quando essa singularidade do lugar e dos objetos que os constituem são uma forma singular da realização do universal. Mas o indivíduo só se confronta com o gênero no lugar.

É dessa forma que o lugar e os objetos nele contido são identificados pelo indivíduo enquanto real constituidor da sua personalidade e dos seus valores. Essa perspectiva, no entanto, vela que os objetos no lugar são expressões universais da sociedade, cumprem enquanto singularidade material uma função genérica na sociedade, e é essa expressão universal e genérica que se confronta com o indivíduo na construção da sua personalidade, e não o objeto enquanto singularidade desprovido das relações sociais sem as quais não existiria enquanto materialidade.

O objeto, nesta direção, revela ao mesmo tempo que o que une determinado grupo de pessoas e os identifica historicamente na constituição dos seus indivíduos é igualmente o que os separa da universalidade do gênero humano. No entanto, essa separação ainda é a forma particular de desenvolvimento do universal que gera, necessariamente, o particular como tensão movida e movente do seu desenvolvimento.

A relação sociedade-espaço fundada no capitalismo possibilita uma história única para todos e o desenvolvimento unitário do gênero em-si e para-si conforme conhecemos hoje. Essa generalização, portanto, só foi possível, quando ela se reproduz e articula os lugares, se apropriando do espaço e convertendo a totalidade das relações sociais restritas às comunidades e seus territórios a uma totalidade efetiva da sociedade. Logo, essa totalidade se constitui com mediações estabelecidas na apropriação do espaço e articulação desses espaços à reprodução material da sociedade.

O desenvolvimento e identificação do gênero humano a nível global associado às

fronteiras nacionais que passam a localizar desigualmente a riqueza resultante da reprodução material da sociedade em nível global e a produção do gênero, indica que o espaço e a sua forma de apropriação associado com os processos históricos resultantes disso, impõem o desenvolvimento do indivíduo a um outro nível ao mesmo tempo em que o desenvolvimento do gênero.

Ao mesmo tempo em que a história dos indivíduos de toda a superfície terrestre passa a ser articulada e uma só, os resultados materiais da mesma se distribuem desigualmente pelo espaço e não apenas pelas classes sociais, o que gera um desenvolvimento da individualidade no interior da reprodução da classe, entre os interesses da classe dominante, e também entre os interesses da classe trabalhadora.

É o caso, por exemplo, do Estado de bem-estar social que rompe os interesses da classe trabalhadora quando os salários e condições de vida melhores para os trabalhadores na Europa dependem decisivamente do incremento da exploração dos trabalhadores nos países de terceiro mundo recém-industrializados. Ou seja, a individualidade se desenvolve reafirmando o gênero e o domínio das relações sociais capitalistas sobre o mesmo tendo a articulação desigual dos lugares na reprodução material da sociedade e do gênero como algo decisivo.

A acumulação primitiva do capital foi possível quando as relações sociais passaram a ser mediadas pelas relações entre os lugares a partir do comércio, quando a acumulação de riquezas estabelecia como necessidade um outro uso social do território a partir de relações sociais que conectam os espaços como resultado e condição da acumulação.

No entanto, o desenvolvimento da burguesia, que movimenta a acumulação primitiva, se instala ainda quando no feudalismo um conjunto de indivíduos são expulsos do feudo enquanto base espacial da reprodução material e das relações sociais e, portanto, impossibilitados de se reproduzirem no interior dessa relação sociedade-espaço iniciam o desenvolvimento de outra relação sociedade-espaço enquanto mediadora da reprodução material deles. Dessa relação inicia-se a orientação da circulação e do comércio enquanto forma de relação sociedade-espaço que fundam e são fundadas pelas relações sociais indispensáveis ao desenvolvimento da burguesia enquanto classe social nascente.

O desenvolvimento dessa classe leva a necessidade de construção de uma modificação importante na relação sociedade-espaço não mais restrito ao grupo de indivíduos da classe, quando se torna necessário um Estado que articule os feudos e

potencialize a lucratividade originada na relação sociedade-espço como circulação de mercadorias.

O uso do oceano enquanto objetividade social mediadora das relações sociais nas grandes navegações, ao mesmo tempo em que desenvolve o gênero, o universal, marcam que esse desenvolvimento realiza e se realiza por fraturar a sua realização espacialmente, fazendo com que não apenas as classes sociais se realizem desigualmente, mas no interior das classes se expresse uma tensão semelhante a existente entre indivíduo e gênero humano.

O passado, aqui, também tem um peso decisivo, pois as fronteiras territoriais e, portanto, sociais, que realizam essa desigualdade vem de um momento da relação sociedade e espaço anterior, e a sua permanência é permeada por mudanças, pois essas fronteiras participam das relações sociais de forma diferente do momento anterior, embora permaneçam fronteiras.

Essa fronteira social espacialmente determinada tem um peso decisivo em uma nova forma de constituição da essência histórica do indivíduo, a individualidade burguesa. Sua origem, no entanto, deriva da necessidade da burguesia ainda em formação de fazer circular pelo território o comércio que, com a divisão do território rígida entre os feudos, limitava essa circulação. Ter o Estado que oriente a articulação entre os feudos é uma necessidade da acumulação primitiva. O resultado disso, no entanto, vai participar do momento posterior de desenvolvimento do capital com outras determinações.

A relação sociedade-espço que possibilita a acumulação primitiva desenvolve o capital enquanto relação social e possibilita a realização de uma nova individualidade enquanto resultado da reprodução material da sociedade, pois enquanto nos modos de produção anteriores o indivíduo deixava uma marca expressa no produto do trabalho, a exteriorização no capitalismo tende a não se revelar imediatamente no produto do trabalho, o que promove um processo de alienação.

O aprofundamento dessa alienação e ampliação social da mesma se desenvolve com o aprimoramento da relação sociedade-espço para a reprodução das relações sociais capitalistas. Essas rearticulam e reorganizam a dimensão espacial do movimento de reprodução das relações sociais, expressas na colonização imperialista e nas divisões internacionais e territoriais do trabalho, que produzem a desigualdade no mundo e no interior dos Estados como condição da sua unidade.

O desenvolvimento do capitalismo, porém, aponta que o indivíduo burguês, se tiver a oportunidade de ganhar dinheiro levando o seu país a falência, deve fazer isso. A individualidade burguesa, portanto, se constitui como uma outra relação do indivíduo com o território, não mais permeado exclusivamente pela identidade entre gênero e território. Isso permite ser burguês e o indivíduo que é em qualquer lugar (pois qualquer lugar o conecta ao gênero, não apenas o território específico como anteriormente) que oferece as melhores oportunidades ao desenvolvimento da sua individualidade por proporcionar uma melhor conexão entre o indivíduo e o gênero a partir da conexão entre o lugar e a reprodução material da sociedade.

Essa tendência fica parcialmente velada no início do capitalismo, quando as empresas tendem a aparentar vínculo com os territórios delimitados pelo Estado-nação, pois é justamente essa delimitação espacial que proporciona um acúmulo desigual da riqueza social no espaço e não apenas entre as classes, e é isso que permite que o indivíduo burguês desenvolva a sua individualidade em certa contradição com a classe. Mas quando essa relação territorial se apresenta um impedimento ao pleno desenvolvimento da individualidade burguesa e ao mesmo tempo plena explicitação do gênero humano com essência das relações sociais capitalistas, é necessário uma nova relação da reprodução material com o território, que se expressa em novas formas de articulação dos lugares para aprimorar a reprodução da totalidade social, desenvolvendo a sociabilidade burguesa a um outro nível, assim como a própria individualidade.

Nesta direção, o Estado-nação e a forma de apropriação do território na gênese do capitalismo necessita ser modificado no desenvolvimento dessa própria relação social que é o capital, quando não há mais identificação das empresas capitalistas com as nações e a rigidez que o Estado representa para a relação sociedade-espaço deve ser rompida para que as relações sociais capitalistas se desenvolvam, quando são criados mecanismos e instituições que vão mediar as relações capitalistas e o fluxo do capital (como Banco Mundial, OMC etc.) que demonstram que esse novo momento das relações sociais capitalistas fundadas com a relação sociedade-espaço caracterizado por uma expressão histórica do Estado-nação deve reorganizar essa relação para afirmar uma nova etapa do seu desenvolvimento.

Retornando um pouco mais na história, a constituição da sociedade feudal tem gênese no trabalho servil, mas não se pode menosprezar que a destruição da relação

sociedade-espaço construída na antiguidade, particularmente pelo Império Romano ao unificar as relações sociais que reproduziam a sociedade romana em uma mesma base territorial que possibilitaram que a totalidade do mundo desenvolvido naquele momento histórico fosse integrante ao Império Romano, por conseguinte, a esse território.

Tal fato impossibilitou o desenvolvimento de outro império da antiguidade escravista como outrora ocorrera com a Pérsia, os Fenícios, o Egito, a Mesopotâmica, a Grécia etc., o que significa que a destruição do mundo antigo e a sua passagem ao feudalismo só foi possível quando a relação sociedade-espaço ao se desenvolver impossibilitou o desenvolvimento de outro império antigo.

Isso implicou apontar, no horizonte de possibilidades, outros caminhos que, a partir da organização dos feudos com a sua estrutura territorial e quase nula relação entre lugares diferentes (mais precisamente relações sociais mediadas pelo espaço entre lugares), conduzissem que essa relação sociedade-espaço fosse constituinte das relações sociais que caracterizam o feudalismo e o rompimento dessa relação pela generalização de outra relação sociedade-espaço que generaliza as relações sociais que dela surgem arruinam o feudalismo e generalizam no espaço uma nova forma de reprodução material da sociedade, o capitalismo.

Integrado ao que brevemente expomos, podemos explicitar a tese de forma mais aprimorada. A tese procura reconhecer as tensões que movem as relações sociedade-espaço e as relações sociais e as mediações atuantes (elevando-as a categorias a partir da sua ação efetivamente-existente), identificando como as mudanças nas relações sociais se efetivam tendo como condição e resultado mudanças na relação sociedade-espaço (embora nunca idênticas, portanto uma identidade da não-identidade).

Isso significa superar o entendimento do espaço apenas a partir da compreensão de como os homens se organizam para produzi-lo, mas entender como uma mudança da relação da sociedade com o espaço é ao mesmo tempo condição e resultado de novas relações sociais, ou seja, de um novo estágio de desenvolvimento do gênero humano, dos indivíduos, e do espaço. O resultado, portanto, é necessariamente uma concepção de espaço assentada na sua gênese social e no seu desenvolvimento enquanto condição e resultado do desenvolvimento social de acordo com a história.

A relação sociedade-espaço que está na gênese de novas relações sociais vai se apresentando, no curso de desenvolvimento dessas, um empecilho à sua efetiva realização, o

que implica a necessidade de mudanças na relação sociedade-espço que reafirmem e potencializem o desenvolvimento dessas relações sociais. A relação sociedade-espço que reside na gênese vai se demonstrando, dessa forma, negação da plena explicitação da relação social que permite existir, sendo modificada e, portanto, negada, pelo desenvolvimento dessa relação social na medida em que ao mesmo tempo permite a gênese da relação social e nega a sua plena explicitação.

Essa concepção é fundamental para pensar o espaço no conjunto das transformações sociais, ou seja, não apenas interpretar “filosoficamente” o espaço, mas interpretar teoricamente o espaço a partir da sua atividade efetiva e real na transformação e no movimento social, na práxis social, elevando a categoria espaço a uma arma crítica que, pela sua conexão com o desenvolvimento do ser social, possibilita que a reflexão acerca do espaço substancie às alternativas que a relação sociedade-espço desenvolve historicamente enquanto possibilidade de negação.

É necessário, no entanto, constatar que mudanças na relação sociedade-espço ao longo da história são dinâmicas. Há momentos em que a existência efetiva de uma categoria social (que não o espaço) seja pressuposto para a existência da nova relação sociedade-espço e, em outros momentos, a existência da relação sociedade-espço é pressuposto para a existência de outras categorias sociais.

Conforme já consideramos, por exemplo, na passagem do nomadismo para o sedentarismo a sociedade desenvolveu no interior dessa totalidade social, e da relação sociedade-espço constituinte da mesma, a existência de uma forma de ser da categoria trabalho que é pressuposto para o sedentarismo. A sociedade, portanto, jamais poderia se reproduzir no interior de uma totalidade social sedentária sem a existência de uma forma histórica de trabalho mais desenvolvida. A negação do nomadismo pelo sedentarismo, sem a existência desse estágio de desenvolvimento do trabalho, implicaria a impossibilidade de reprodução dos indivíduos que compõem a sociedade e, portanto, na impossibilidade de reprodução da sociedade.

Na Idade Média podemos constatar momentos da prioridade da existência da relação sociedade-espço para a existência de formas históricas de categorias sociais decisivas ao movimento da história. O desenvolvimento do comércio na Idade Média “implicava a possibilidade de uma ligação comercial que ultrapassava os arredores imediatos e a realização dessa possibilidade dependia dos meios de comunicação existentes, do estado da

segurança pública no campo, condicionado esse estado pelas relações políticas [...]; dependia também das necessidades do território acessível ao comércio” (MARX; ENGELS, 2001, p. 60).

Dessa forma, o desenvolvimento do Feudalismo — fundado concretamente enquanto síntese de múltiplas determinações, dentre estas determinações do espaço social da reprodução da vida material com os seus limites territoriais enquanto limites da generalização dessa sociedade —, promove o êxodo de servos que exclui o indivíduo dessa totalidade social espacialmente delimitada e determinada.

Com esse êxodo, o indivíduo se confrontava no exterior da totalidade social — e ao mesmo tempo no interior desta — e encontravam em outras delimitações espaciais, as cidades, a possibilidade de serem inseridos em relações sociais e se reproduzirem enquanto indivíduos determinados por essas relações de reprodução da generalidade existente no interior dessa delimitação espacial.

Os servos que chegavam às cidades, portanto, não poderiam reproduzir a sua existência enquanto indivíduos sem se submeter à reprodução do gênero na nova delimitação espacial. A reprodução genérica dessa parcela da sociedade não era condicionada propriamente pela extensão do espaço da cidade, mas precisamente pela forma como o espaço é utilizado socialmente para proporcionar as relações sociais indispensáveis à reprodução dessa forma genérica espacialmente delimitada.

A necessidade de reprodução dessa forma genérica, nesta direção, impõe determinações às necessidades dos indivíduos que só podem se reproduzir ao possibilitar a reprodução dessa forma genérica, o que implica a apropriação do espaço a partir das determinações dessa necessidade socialmente posta e historicamente determinada. A condição de reprodução dessa forma genérica em uma delimitação espacial é determinada pela generalização da comercialização da produção em outros lugares.

Nesta direção, o movimento das condições de reprodução fazem com que o espaço, e a circulação de mercadorias no espaço, passe a ser utilizado como mediação indispensável para reproduzir as relações sociais que determinam essa integração do espaço à totalidade social. Dessa forma, integrar uma delimitação espacial maior que expresse esses interesses de circulação são indispensáveis, o que conduz ao Estado absolutista.

No entanto, a existência dessa forma de relação sociedade-espaço que possui no Estado absolutista uma mediação indispensável, e expressa a forma de ser de

desenvolvimento dessas relações sociais, era oposta ao feudalismo, embora resultado do desenvolvimento deste. A realização dessa mediação, logo, implicou intensos conflitos entre a totalidade social gênese, o feudalismo, e a que se desenvolve no desenvolvimento do feudalismo para o afirmar a sua existência necessariamente negá-lo.

O conflito fundado no feudalismo como condição à sua própria negação estabelece que, “na Idade Média, os burgueses eram obrigados a se unir, em cada cidade, contra a nobreza do campo, para se defender; a extensão do comércio, o estabelecimento das comunicações levaram cada cidade a conhecer outras cidades que tinham feito triunfar os mesmos interesses, lutando contra os mesmos inimigos” (MARX; ENGELS, 2001, p. 60).

Nesta direção, o desenvolvimento dessa relação sociedade-espço enquanto forma de ser do processo de generalização das relações sociais burguesas, impõe que os indivíduos burgueses tenham necessidades comuns enquanto necessidade de reprodução da sua existência individual burguesa. A realização dessa necessidade passa pela generalização das relações sociais burguesas na forma de apropriação do espaço social e dos conflitos dessa apropriação, que elevam o espaço, para a burguesia, a um significado político indispensável.

O desenvolver dessa relação sociedade-espço promove a existência de inter-relações entre diferentes cidades medievais, e essas inter-relações como expressão do desenvolvimento da relação sociedade-espço torna consciente aos indivíduos burgueses que a reprodução de cada indivíduo burguês depende de condições genéricas, portanto comuns aos indivíduos burgueses. Como a existência determina a consciência, os indivíduos burgueses apenas podem desenvolver a consciência da necessidade de reprodução das condições comuns a partir da existência desse desenvolvimento da relação sociedade-espço. O tornar-consciente dessas condições comuns fundados no espaço permite que:

essas condições comuns transformam-se em condições de classe. [...] Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que devem travar uma luta comum contra uma outra classe; quanto ao mais, eles se comportam como inimigos na concorrência. [...] A classe torna-se, por sua vez, independente em relação aos indivíduos, de maneira que estes têm suas condições de vida estabelecidas antecipadamente, recebem de sua classe, já delineada, sua posição na vida e ao mesmo tempo seu desenvolvimento pessoal; são subordinados à sua classe (MARX; ENGELS, 2001, p. 61)

A explicitação dessa forma histórica de classe social, a burguesia, tem seus fundamentos no desenvolvimento do feudalismo e na relação sociedade-espço que é

necessária à reprodução dos indivíduos organizados em coletividade após a expulsão do campo. O espaço social historicamente determinado aqui, portanto, é condicionante da existência da classe, “um condicionamento no qual um momento é o pressuposto para a existência do outro, sem que a relação possa ser investida” (LUKÁCS, 2013, p. 85).

Essa observação apenas reafirma que o espaço é a expressão da relação sociedade-espaço enquanto momento e processo de desenvolvimento da matéria que é o ser social. Dessa forma, a investigação da realidade social a partir da categoria espaço pode indicar possibilidades à superação dos limites históricos da sociedade, pode indicar então possibilidades à qualificação da crítica ao capital enquanto sistema metabólico social e relação sociedade-espaço.

Considerando que a ontologia lukacsiana procura recolocar nas mãos dos homens o seu destino histórico, na medida em que a história é um produto das relações sociais, integrar a categoria espaço no complexo categorial da ontologia lukacsiana aponta a necessidade de identificar a relevância do espaço no desenvolvimento histórico dos homens e como o conhecimento acerca dessa conexão se revela enquanto possibilidade prática. O desenvolvimento de uma teoria espacial, nesta direção, implica que, sendo a teoria a reprodução ideal do movimento real do objeto, a mesma é teoria por possuir uma função prática na atividade histórica dos homens.

O desenvolvimento da individualidade e personalidade está relacionada à forma como os indivíduos se conectam ao conjunto das relações sociais. Como as relações sociais são mediadas pelo espaço, as individualidades passa pela relação do indivíduo com o espaço como mediadora e condição de conexão do indivíduo com o conjunto das relações sociais, para, assim, constituir a sua personalidade. Com a propriedade privada masculina, a mulher passa a possuir uma delimitação espacial restrita para se conectar com o conjunto das relações sociais, o que restringe o desenvolvimento da sua personalidade.

O proprietário fundiário na Antiguidade pode exemplificar a questão. O que define a sua individualidade é a sua relação com o conjunto das relações sociais. Mas o indivíduo participa e é definido por esse conjunto de relações sociais a partir da sua relação com o espaço. O espaço (ou a sua relação com o espaço), portanto, é determinante da sua existência definida no conjunto das relações sociais, e ele só pode ter essa existência individual ao reproduzir esse conjunto de relações sociais, o que implica reproduzir a sua relação com o espaço como condição de sua existência individual e do conjunto das relações sociais.

Nesta direção, a forma de apropriação e da relação com o espaço define as possibilidades de conexão do indivíduo com o gênero, na medida em que o espaço é mediador dessa conexão. Os limites ao desenvolvimento do indivíduo estão ligados aos limites da sua conexão com o conjunto das relações sociais que é mediada pelo espaço.

Para tanto, o desenvolvimento da sociedade, para se reproduzir nessas condições, deve desenvolver categorias puramente sociais para atuarem nessa relação entre indivíduo e espaço. Logo, para reproduzir um novo momento do desenvolvimento do ser social, é necessário que as categorias com maior pureza social atuem decisivamente. As categorias menos desenvolvidas, logo, mais imediatas com a natureza, conduziriam a um retorno de uma relação integrada e integradora de todos os indivíduos com o espaço e, portanto, anulariam essa tendência de desigual desenvolvimento dos indivíduos e das suas personalidades.

Atualmente a desigualdade entre os lugares como resultado da desigual integração dos lugares ao movimento de realização e reprodução do mundo, faz com que os limites da relação dos indivíduos com o espaço, então o lugar e a forma como o lugar integra o conjunto das relações sociais, determina as possibilidades de relações do indivíduo com o conjunto das relações sociais. Logo, atua sobre a sua individualidade e personalidade.

No princípio, o incipiente desenvolvimento do ser social faz com que o espaço tenha determinações mais naturalizantes ao desenvolvimento da sociedade. Esse espaço “natural” é resultado do estágio de desenvolvimento e complexificação do ser social e também põe determinações à organização social e às relações sociais por ele mediadas.

A mudança do espaço nas relações sociais com a sociedade sedentária é resultado do desenvolvimento do ser social a partir dos limites determinados pelo espaço anterior. Essas determinações, ao serem negadas, desenvolvem o ser social e o espaço. As determinações do espaço revelam o movimento do tempo, na história da sociedade. A sociedade, então, recebe essas determinações e reage contra elas.

O resultado é a superação. O desenvolvimento da sociedade e do espaço, mas não a eliminação das determinações, apenas um novo estágio do seu desenvolvimento como forma de ser de um novo estágio de desenvolvimento do ser social.

Se o espaço é mediador das relações sociais e resultado dessas, e o desenvolvimento da sociedade passa pela forma de produzir o espaço que vai mediar mais adequadamente as

felações sociais, o espaço põe determinações ao ser social.

O espaço é uma mediação das relações sociais que levam ao desenvolvimento dessas relações. Mas, sem saber como o espaço participa da organização das relações sociais ao mediar as mesmas, o homem terá limitado a sua consciência de transformação de desenvolvimento das relações entre os homens, que é o que define o que a sociedade é.

As alternativas nos atos humanos possuem determinações postas pela organização das relações sociais que, por seu turno, são mediadas pelo espaço. O ato posto definirá a natureza da mediação das relações sociais, do espaço.

Como as possibilidades, contudo, necessariamente são historicamente determinadas enquanto partícipes das alternativas concretas de indivíduos concretos, pertencer potencialmente à natureza não equivale que a sua possibilidade de formar-se efetivamente real seja natural e a-histórico, nos termos do ser social. Pois “somente mediante o trabalho esses movimentos se transformam de meras possibilidades em habilidades que, num desenvolvimento contínuo, permitem que possibilidades sempre novas amadureçam no homem até converterem-se em realidades” (LUKÁCS, 2013, p. 146).

O espaço seria objetivo e material. A materialidade dos objetos apenas. As relações sociais mediadas pelo espaço seriam objetivas mas não materiais. No entanto, essas relações sociais, que são mediadas pelo espaço, atuam nas alternativas dos sujeitos nos atos de trabalho, na relação com o espaço. Dessa forma, as relações são igualmente materiais no espaço e objetivas mediadas pelo espaço.

Na natureza o espaço é uma mediação da matéria que possibilita as relações que promovem o seu movimento. Representa e determina as possibilidades de relações entre os processos físicos, químicos e biológicos que atuam na causalidade espontânea do desenvolvimento das esferas de ser inorgânico e orgânico, por conseguinte, na matéria e, sendo o espaço uma condição da sua existência e expressão desse desenvolvimento, seu desenvolvimento enquanto forma de ser da matéria natural.

A título de exemplo, o uso do petróleo apenas tem participação social quando o combustível fóssil objetivamente adentra a reprodução material da sociedade. Os lugares que possuem em abundância esse recurso natural são conectados ao mundo e ao gênero em uma nova situação histórica que não deriva da natureza. O que esses lugares são, portanto, é definido na relação com a reprodução da totalidade social, com a relação com os demais

lugares. Um objeto só existe na sua relação com outro.

Há uma ação de retorno do espaço sobre os processos sociais, compondo dessa forma o conteúdo das relações sociais. Nessa composição, objetiva-se analisar o papel dessa ação de retorno na constituição de uma desumanidade humanamente posta. Não há, portanto, uma determinação mecânica do espaço nessa questão, mas igualmente não há passividade.

* * *

5.4. A CRÍTICA E A PERTINÊNCIA DA ONTOLOGIA DO ESPAÇO: DETERMINAÇÕES DA EXISTÊNCIA E A EXISTÊNCIA DA CONSCIÊNCIA

O relevo conferido por Marx ao caráter imprescindível da crítica abriga profunda e inconstante complexidade por corresponder ao primado ontológico da contradição imanente à existência da realidade em movimento. As especificidades presentes nas ideias não compreendem a integralidade dos caracteres que a constituem, logo não designando correção ao postulado das diferenças absolutas entre ideia e matéria.

Ademais, o desenvolvimento e complexificação das ideias carece de relações irrevogáveis a para fundar condições para transpor ao constructo ideal enquanto contínuo e descontínuo. Evidencia-se, portanto, que o desenvolvimento das ideias se realiza dotado de determinações ontológicas idênticas e não-idênticas em relação à matéria constituinte das esferas naturais do ser, comportando identidades nas diferenças.

Contudo, a desconexão que resulta da concepção de qualidades absolutamente distintas entre ideia e matéria alicerça a tendência de inversão a constituir as ideias destituídas da contradição e do movimento. As ideias dispensariam continuidade de aspectos em condições diversas à natureza inorgânica e orgânica que as incapacitam de prover existência a si mesmas na qualidade de forma de ser. Por conseguinte, despojadas do encargo de conformar unitariedade no mútuo interpenetrar dos diversos movidos e moventes de contradições entre ser e não-ser, entre afirmação e negação, entre crítica e autocrítica.

A supradita tendência se justifica parcialmente — pois de modo algum suprime distintas possibilidades e alternativas — nas determinações históricas inobservadas no momento de desenvolvimento da totalidade social correspondente ao incipiente princípio da complexidade das ideias. Momento que imputa aos atos teleologicamente orientados a fundamentação plena de inépcia irreconhecida no intento de apreender a totalidade em movimento e, para tanto, a nega em fragmentos apartados a reduzir a complexidade imanente ao limite do conhecimento no qual se afirma a negação que destitui o limite ao reconstituí-lo idêntico e não-idêntico.

Pertinente sublinhar que o ignorar da autocrítica não anula o desenvolvimento do conhecimento, contudo não torna consciente a insuficiência para negar a separação entre afirmação e negação purificada da contradição, a implicar velar que a pretensa isenção da contradição a reafirma no desenvolvimento do conhecimento em relação de identidade com a limitação do mesmo.

A inversão postulada no incorrer a indeterminação predominante na apreensão das ideias enquanto distintas e expressão a afirmar a crítica e superação dos limites das esferas naturais do ser constrange ao acatar, igualmente, a indeterminação das ideias por repelir a autocrítica e a superação dos limites do momento de desenvolvimento e complexificação do ser social.

Dessa forma, a indeterminação afirma e nega o constituir da verdade e ruptura das limitações do conhecimento humano, a última postulada absoluta não reconhecendo os erros e limites imanentes e não idênticos ao momento precedente. Ignora-se o inverter da realidade e as consequências — transcendentemente ao conscientemente antecipado, imprevistas e insubordinadas aos limites das ideias — nas condições sociais e históricas de compor problemas, possibilidades, alternativas e finalidades na atividade teórica e prática individual e genérica do ser social.

A superação do conhecimento, nesta rota, se realiza com a concomitante negação do conhecimento existente e a afirmação do não-existente. Em outros termos, a crítica como unidade entre a negação do conhecimento existente e a afirmação do não-existente — que se nega enquanto não-existente para existir —, constituída da contradição imanente ao que existe.

A determinação ontológica do movimento na qualidade de forma de ser movimentada incessantemente a crítica afirmada para a sua negação no vir-a-ser que afirma nova crítica,

unidade de continuidades e descontinuidades com a crítica precedente. Isso posto, depreendemos inexistir teoria acrítica, corroborando com a dialética imanente da realidade e a realização de uma filosofia em relação de identidade com a própria destruição desta.

Considerar o ser apartado do não-ser ao asseverar a intransponível distinção entre ser e ente acarreta o constituir das ideias em uma realidade invertida, falsamente apreendida. Realidade idealmente reproduzida que, no entanto, possibilita alternativas correspondentes ao interesse historicamente determinado de classes sociais para afirmar o desenvolvimento do conhecimento no que em verdade o obstaculiza e o limita a permanecer, reduzindo o movimento ao imóvel, ao que movimenta mas não se move, ao que isola o conhecimento da realidade, ao que aparta ideia e matéria, ao que conserva e encarcera e não ao que transforma e liberta.

O tratamento concebido como movimento de crítica radical aproxima o primado ontológico a consubstanciar o enraizamento da constituição da existência social para instaurar as determinações ontológicas da existência à consciência se enuncia em Marx ao afirmar que as categorias são formas de ser, determinações da existência.

A categoria totalidade, à vista disso, constitui expressão da forma de ser da realidade em movimento e síntese de múltiplas e mútuas determinações das diversidades negadas na unitariedade que as afirmam. Por conseguinte, o movimento reflexivo dialético se nega para não se negar, plasma identidade com a unitariedade entre identidade e não-identidade ou não concebe relação de identidade com a dialética, com a existência da realidade a expressar a contradição e incessante transmutação entre ser e não-ser.

A totalidade por se transmutar e permanecer totalidade embora não idêntica ao momento precedente compreende uma categoria a sintetizar a unidade da diversidade. Essa diversidade movida e movente da/pela unidade contempla a relação de identidade (totalidade hodierna) entre a identidade (continuidades com a totalidade precedente) e a não-identidade (descontinuidades com a totalidade precedente).

Ignorar a identidade da identidade com a não-identidade conforma a impotência da categoria constituir expressão da existência por não comportar a contradição imanente à existência da realidade em movimento do transpor incessante do ser ao vir-a-ser que se põe de não-ser a ser. Em resumo, concomitantemente o ser é transposto a não-ser para que o vir-a-ser seja transposto de não-ser a ser enquanto determinação ontológica constituída e constituinte do movimento.

O emprego de termos e categorias objetiva imputar ao tratamento da temática a crítica dos consistentes contributos na massa documental desenvolvida concomitante ao enfrentamento da autocrítica. Pertinente esclarecer, desse modo, a finalidade de expressões que sublinham a apropriação da natureza ontológica a orientar a exposição e a investigação mas que, destituídas das determinações veladas no isolamento do exposto, comportam na aparência o caráter demasiado pretensioso da essência falsamente reduzida ao revelado na imediaticidade da concepção estilística da exposição como “jogo de palavras” para induzir sofisticação. Imprescindível instruir o aproximar com os fundamentos preliminares da identidade entre identidade da forma da exposição e a não-identidade da investigação.

Investigar e postular definições e/ou explicações a respeito dos fenômenos estritamente delimitando os fundamentos da realidade e do conhecimento desta na afirmação imobilizada no isolamento do “*hic et nunc*” absoluto e indeterminado destina o vir-a-ser do conhecimento a possibilidades e alternativas recompostas e historicamente determinadas por um movimento de desenvolvimento que existe predominantemente enquanto negação.

A supradita predominância é posta em movimento como consequência causal imprevista à atividade conscientemente orientada para a finalidade que se realiza no desenvolvimento do conhecimento. A irreduzibilidade do movimento da realidade a qualquer fim orientado teleologicamente reafirma a atividade do pôr consciente indubitavelmente transcende a finalidade pela impossibilidade ontológica de isolamento de qualquer existente. Isolamento imputado como condição de abstração e reprodução ideal do movimento da realidade, contudo incorretamente apreendido por constituir a negação do imediato para a reafirmação deste como síntese integrando determinações reais embora inaparentes, com o conteúdo a se transpor para a abstração da forma a se transpor para o concreto do conteúdo enquanto determinação ontológica da unitariedade das diversidades movidas e moventes em mútuo condicionamento.

O conhecimento isolado das determinações ontológicas as inverte, invertendo as necessidades e possibilidades ao desenvolvimento do próprio conhecimento. A inversão imputa ao conhecimento não unicamente o ignorar os equívocos e as limitações que persistem em condições de maior complexidade no desenvolvimento do conhecimento — que conforma possibilidades concomitantes para estimular ou obstruir as potencialidades de aproximação entre forma e conteúdo —, mas igualmente a considerar estar constituído do

contrário: verdade e ruptura de limitações.

A inversão supradita resulta do pressuposto idealizado de permanência, imputada como inverso da determinação da realidade com a consciência determinando a existência e/ou a imobilizando na manifestação sensível. A última não admite e/ou constata o encargo ontologicamente determinado da apreensão em aproximações progressivas e inacabadas de processos e inter-relações espaciais e temporais evidenciados de modo incipiente e parcial na imediaticidade da manifestação do fenômeno e que, caso reduzida à apreensão da afirmação que revela o existir, assente a predominante tendência de comportar, no âmbito formal, relação de identidade com a limitação do conhecer por corresponder à plenitude da realidade.

Os caminhos engendrados nessa orientação aprofunda o obnubilar do movimento de constituição do fenômeno que se manifesta e que é negado no aparecer, correspondendo a determinações ontológicas insuprimíveis e passíveis de aderir finalidades e intencionalidades orientadas conscientemente para a satisfação de necessidades forjadas estritamente no âmbito da esfera social do ser.

O movimento imbuído da tarefa da crítica não corresponde a se orientar para o equívoco da imediaticidade como negação absoluta pois *conditio sine qua non* da existência e das contradições imanentes ao movimento de continuidades e descontinuidades que impõe a assimilação das determinações ontológicas ao intento de aproximação com a dinamicidade contraditória do real.

Ao encontro da crítica a afirmação se reconhece em autocrítica ou na crítica da crítica para constituir o transpor do apreender a negação que se realiza na própria afirmação enquanto movimento (auto)contraditório imanente à existência de qualquer fenômeno na realidade, cumprindo apreender as contradições internas partindo da imediaticidade sensível na afirmação dos fenômenos e das condicionantes desses para as possibilidades e tendências teóricas e práticas cotidianas.

Os fundamentos que consolidam a crítica aos alicerces da diferença ontológica, na qual a crítica da “entificação social do ser” assegura o apartar intransponível entre ser e ente imputa o movimento de negação da imediaticidade para afirmar a aproximação para a crítica portadora de determinações ontológicas. O supradito apartar se constitui pela indeterminação do ser e a determinação do ente pelo ser, por conseguinte, o tratamento do movimento da realidade e do movimento do conhecimento corresponde o apartar de

mudança e permanência com implicações ao limite ineliminável para demarcar as partes mutáveis da realidade como condição ao definir das necessidades e possibilidades para a atividade dos indivíduos em sociedade.

A crítica coerente com a aproximação das determinações ontológicas no compor das categorias compreende a apreensão do enraizamento da separação enquanto condição a crítica radical da invertida impotência travestida de potencialidade. Movimento encarregado de reconhecer o desenvolvimento e complexificação da expressão hodierna do apartar que substancia o tratamento ontológico, que realiza a potencialidade da crítica quando comporta a indissociabilidade entre continuidades e descontinuidades para prover condições ao desvelar da identidade e não-identidade do suposto apartar hodierno com o principiar da inversão da impotência em potência.

Aproximação para o provimento das condições da crítica compreende o sublinhar, inicialmente, do contexto movente ao conceber do indeterminado na qualidade de primado ontológico expresso no valorar da superioridade da permanência por não ser passível de determinação e corresponder a princípios idealizados que imobilizam a verdade, a identidade, as categorias, dentre outros, definidos a partir da indeterminação e imutabilidade da perfeição.

Subsequentemente, os resultados movidos pela predominância da concepção da realidade apartada compreendendo as continuidades e descontinuidades que forjam a expressão hodierna da diferença ontológica estruturam as condições para que a crítica não se afirme invertida por isolar o objeto da crítica ao desconsiderar o enraizamento, desenvolvimento e complexificação que a destituíam do expressar forma de ser e determinação da existência.

Inexiste, por determinação ontológica, crítica desprovida de indissociável autocrítica. Nestes termos a crítica se demonstra inapta para reconstituir a unitariedade da identidade movida e movente entre a identidade (crítica) e a não-identidade (autocrítica), logo se transfigura em *autonulidade* plena pois apreendida estritamente no circunscrito encarcerar do contrário que a nega ao afirmá-la e, nesta direção, em relação de identidade com a conservação formal da essência em aparência redefinida.

A crítica impotente do negar a si mesma se afirma enquanto óbice para um efetivo consubstanciar das condições objetivas para um movimento de transformação emancipatório, na transformação com a superação das contradições pretéritas. A afirmação

da crítica redutível a si mesma a nega, carece da negação para afirmar a si mesma no seu contrário que igualmente se contradiz.

O hodierno conceber predominante da realidade e do apreender efetivo reprime a aproximação da forma com o conteúdo ao restaurar o descontínuo e o isolado na positividade que inverte o aprofundamento do conhecimento. O movimento enquanto forma de ser da realidade se manifesta no deformar do espaço e do tempo, encarcerados na restritiva identidade do fenomênico.

Por conseguinte, o encontro do tempo no efêmero expressa desencontro do tempo por dissociar o movimento em infínitos fragmentos de instantes descontínuos e concomitantemente fraturados no espaço. Confinado ao distinguir demarcações transitórias que revogam o integrar e o interagir, o espaço rescinde mútuo interpenetrar no que dista do diminuto experienciar do/no imediato. O dilacerar do reconhecer a realidade demarcada estritamente no descartar o precedente impele ao consciente apropriar do real o mimetismo da mutabilidade ritmada no fugaz sensível.

A necessidade da negação da fragmentação do conhecimento científico em tendência de aprofundamento constitui a afirmação da Geografia na negação da padronização de objetos apartados da unitariedade da realidade. A deficiência da subordinação aos postulados da ciência moderna funda condições para um papel de vanguarda da Geografia na reconstituição da unitariedade da forma e do conteúdo entre ontologia e gnosologia. Essa reconstituição somente se realiza na qualidade de afirmação das condições materiais para o movimento de crítica e transformação social da ciência enquanto fundamento teórico e prático do capital e do aprofundamento da fragmentação da realidade, da sociedade integrante da realidade e dos indivíduos integrantes da sociedade.

Nesta direção, se torna incipiente deduzir a tarefa e a meta ao afirmar características qualitativas presentes na apreensão da realidade pela Geografia reafirmando a fragmentação disciplinar que orienta as finalidades de conservação e aprofundamento das condições sociais vigentes. O real potencial da crítica carece do contrário enquanto objeto fora de si, da autocrítica, da crítica da crítica.

A potencialidade da Geografia na qualidade de vanguarda supradita implica não o *autovalorar* que a afirma perante os demais campos do conhecimento, mas a autocrítica que a nega ao negar a fragmentação disciplinar, ao negar as orientações dirigidas às finalidades de conservação do capital, ao negar as condições de reprodução/realização/conservação do

capital. A crítica ao processo de produção do conhecimento (forma) alheia ao empreendimento da crítica das condições sociais da produção do conhecimento (conteúdo) não reconhecem a totalidade social e reforçam o isolamento e a neutralidade do conhecimento, constituem uma crítica inexistente.

Uma crítica isolada ao campo do conhecimento não reconhece a totalidade e o movimento enquanto forma de ser da crítica e do conhecimento, a crítica se encarrega da orientação ao enraizamento do conhecimento e às determinações movidas e moventes. Deve ser crítica do conhecimento enquanto condição da crítica das relações sociais que o (re)produzem e são por ele (re)produzidas. A crítica pretendida conforma as condições para a autocrítica, para a crítica da crítica, para a crítica enquanto forma de ser.

O consciente reconhecimento de necessidade historicamente concreta que consubstancia a crítica provoca o demarcar de possibilidades a compelir imprescindível definição das alternativas, de modo algum anulando a condição objetiva de alternativas distintas. Reconhecer a tendência ao recorrer a alternativa que efetiva a autoconservação da existência não justifica prescindir do antecipar consciente das consequências inerentes a alternativa.

Nesta rota, a realização da crítica condiciona a autocrítica que ontologicamente determina a negação da autoconservação por essa se constituir enraizada nas condições sociais que limitam a transformação pretendida pela crítica. A crítica da ciência enquanto condição ideológica e material da reprodução e realização do capital não se efetiva com a autoconservação da Geografia por conformar a necessidade de conservação da ciência a enraizar a concepção de distinção idealizada de superioridade que afirmaria permanência e nulidade do transcender as limitações ao negar a desumanidade da alienação concomitante ao afirmar as condições ao reconhecimento das necessidades e possibilidades orientadas às finalidades emancipatórias.

O progressivo comprimir do dispêndio de tempo na produção e produtividade de resultados nos diversos campos do conhecimento científico — o que não se realiza estritamente no âmbito do conhecimento ou equivaleria a afirmar a falácia do isolamento e a negar as determinações materiais e históricas das quais se constitui na qualidade de forma de ser —, se expressa na qualidade de necessidade e possibilidade objetivas concomitante ao fragmentar da forma e do conteúdo na orientação das finalidades da investigação e do apreender a realidade.

O convergir dos supraditos movimentos se conformam na constituição da consensual positividade da complexificação do conhecimento, delimitando o conceber da realidade e as supostas determinações objetivas *a priori* que constrengem o apreender consciente das necessidades e das finalidades que se manifestam na imediaticidade na qualidade de desenvolvimento das potencialidades individuais e genéricas do ser social.

Por conseguinte, a concepção de determinação ontológica ahistórica e insuprimível destituem das intencionalidades sociais para naturalizar o imputar da maior velocidade e complexidade com menor tempo e tamanho do fragmento da realidade a conhecer, potencializando as condições de inversão da realidade.

Realidade invertida que deforma a apreensão consciente do correspondente subtrair da humanidade do indivíduo e do gênero da esfera social do ser por alienar as necessidades e finalidades da teoria e da prática, orientadas conscientemente no desenvolvimento das condições de empobrecimento da humanidade travestido em coisas falaciosamente providas de humanidade. Coisas que possuiriam identidade com a humanização do homem obnubilando o unificar o desenvolver da coisa no desenvolver do homem na qualidade de coisa, a conceber a mais primordial necessidade teórica e prática para a finalidade de desenvolvimento da coisa como a necessidade irrevogável da atividade humana.

O movimento da crítica concebida em Marx (2005) conforma o superar a inversão que dista o conhecimento da apreensão da realidade ao proceder o reconhecimento da *autoalienação* ideada. “Com isto, a crítica do céu se converte na crítica da terra [...]” (2005), e a crítica das ideias, por conseguinte, na crítica das condições materiais fundantes e fundadas na *autoalienação*.

5.4.1. As categorias ontológicas e as contradições sociais

O irromper da consciência do indivíduo a respeito de si mesmo e da realidade objetiva se realiza nas condições de debilidade decorrente do término do processo de reprodução biológica e o nascimento enquanto o confronto com o desconhecimento do espaço e do tempo na sensibilidade interna e externa. O movimento de negação do desconhecimento se determina pela constituição progressiva do experienciar temporal e

espacial que relaciona e diferencia o sujeito e o mundo, e resulta das condições espaciotemporais ao concomitante desenvolvimento e apreensão do mundo e do sujeito.

A negação do desconhecimento se determina pela necessidade de representação de elementos formais inexistentes, iniciados na inexistência das condições de satisfação das carências. O princípio do confronto do indivíduo com o mundo comporta a acomodação e satisfação estabelecida ao saciar a fome com a amamentação. Resulta desse momento a demarcação de um intervalo temporal da plenitude da satisfação que se nega em movimento ao afirmar da carência que determina a necessidade de contato no espaço com um objeto para o preenchimento da ausência.

Essa ausência experienciada fomenta a construção de representações que preencham na consciência o movimento de distanciamento espacial na satisfação e o intervalo temporal para a aproximação. O reconhecimento de necessidade de construção da consciência determinada por uma necessidade existente e fundamental constrange a negação da ausência de consciência na consciência da ausência, a consciência da interioridade do sujeito na consciência da externalidade dos objetos e na relação de aproximar e distar no tempo e no espaço expressa na saciação e no carecer.

A negação da carência implica a negação da necessidade objetiva de substituir a falta por representações que tornem conscientes a carência, a satisfação, o tempo, os objetos, a diferença entre as carências e os respectivos objetos para a satisfação de cada uma delas. Por conseguinte, há o desenvolvimento da consciência enquanto afirmação do desconhecimento da sensação de carência é igualmente a negação desse desconhecimento como conhecer que relaciona o conhecimento da personalidade com o conhecimento dos objetos externos ao sujeito.

A aurora da consciência no indivíduo igualmente se manifesta, em condições jamais totalmente idênticas, no gênero humano. Considerando uma genérica formação social em classes sociais, é pertinente depreender que nessa sociedade as contradições e conflitos movidas e moventes do conjunto das relações sociais compõem as condições materiais existentes a integrar determinações ao movimento de apreensão da realidade e do gênero e indivíduos humanos em sociedade. O embate premente a respeito da concepção da realidade fundamenta a necessidade de exercício de poder na definição predominante das categorias da matéria — espaço, tempo e movimento — para assegurar a demarcação das possibilidades e alternativas às finalidades das atividades conscientemente orientadas.

Nesta direção, o amplo intervalo de tempo para a realização de mudanças no movimento da realidade condiciona a concepção predominante da conservação. A incidência de irregularidades que resultam no dilatar ou no contrair do intervalo temporal da mudança nas condições de reprodução social se apartam das possibilidades dos atos humanos e da existência de qualquer objeto sensível no espaço. Por conseguinte, a transposição das atividades dotadas da potência de movimentar as condições existentes se restringe ao espaço e ao tempo inacessível às possibilidades das relações sociais, demarcando as alternativas que orientam as finalidades teóricas e práticas dos indivíduos.

O domínio da concepção do espaço, do tempo e do movimento implica o estabelecer da constituição das condições que limitam e/ou estimulam a consciência das finalidades possíveis para o grau de transformação da realidade pela atividade humana imediata e prospectiva. O esforço de compor as categorias ontológicas determinam a apreensão das possibilidades hodiernas e das tendências alternativas que constroem a orientação teórica e subordinam a atividade prática dos homens.

A inferiorização que desqualifica o tratamento das questões ontológicas consolidadas no consenso da contração do intervalo temporal para a produção de resultados delimita o horizonte hegemônico de valorar a aceleração do tempo e destituir a necessidade de reflexão a respeito das finalidades orientadas na definição da primordial necessidade da existência individual e genérica a velocidade a se incrementar.

O experienciar superficial e acelerado nas condições hodiernas de reprodução da vida impossibilitam a dilatação dos intervalos de tempo nos espaços das relações afetivas e, ademais, fragmentam esse intervalo temporal com os ininterruptos estímulos da compressão espacial pela tecnologia informacional. A sensação constante do extenuar físico e mental coadunada ao ansiar da aceleração dos momentos concedidos ao ócio dilaceram a experiência do espaço, do tempo e do movimento para a existência da plenitude de sentido que humaniza o indivíduo.

A finalidade da experiência da existência do indivíduo (do espaço, do tempo e do movimento) se orientam para a aceleração da produção, da circulação e do consumo enquanto necessidade primeira e realização, felicidade, êxito. A existência do homem e da sociedade cede imóvel para a alienação das finalidades da atividade consciente (teórica e prática) para a conservação e o desenvolvimento do capital. A mensuração do êxito se expressa na quantidade de apropriação privada da produção social, o movimento da

reprodução da vida se consolida para a satisfação ou para a carência do acúmulo da propriedade privada, como se o preenchimento cada vez maior por coisas fosse equivalente ao satisfazer das carências de humanidade.

* * *

CAPÍTULO 6.

**PROSA (INFORMAL) COM AS COISAS FINDAS:
DO MOVIMENTO FINAL AO FINAL QUE SE MOVIMENTA (E SE AFIRMA NO SEU
CONTRÁRIO)**

*Amar o perdido
deixa confundido
este coração.*

*Nada pode o olvido
contra o sem sentido
apelo do Não.*

*As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão.*

*Mas as coisas findas,
muito mais que lindas,
essas ficarão.*

Carlos Drummond de Andrade
Memória

**6.1. A IDENTIDADE DA IDENTIDADE COM A NÃO-IDENTIDADE:
AS COISAS FINAS (COMO SER E NÃO-SER) FICARÃO
OU “O CREPÚSCULO DOS ÍDOLOS” (MOVIMENTO VII-IX):
ONTOLOGIA, LÓGICA, EPISTEMOLOGIA E HISTÓRIA**

Consideramos ser justificado introduzir o movimento do findar da nossa exposição com a composição de um esforço reflexivo a fundamentar um esclarecimento¹. O esforço consiste, em larga medida, no resgate e relacionamento de alguns elementos de conclusão (ontológicos, lógicos epistemológicos e históricos) desenvolvidos. O esclarecimento concerne à integração deste Capítulo com os conjuntos estruturais da exposição e, principalmente, integração aperfeiçoada do conteúdo desses.

Do mesmo modo, pretendemos com a exposição deste Capítulo, na constituição da sua especificidade, reafirmar os conteúdos e igualmente congregar expressão do aprofundamento e síntese das reflexões ensaiadas na tese para justificar as determinações nas quais se assentam a nossa compreensão que ajuíza o findar da elaboração (e da redação) da tese a diferir do findar a tese. Diferença, contudo, que não aparta absolutamente.

Encetaremos a reflexão com a narrativa de um diálogo, a partir das minhas recordações, que tratava a respeito (do problema) do findar uma tese, em âmbito objetivo e subjetivo. Recordo que certa vez um professor — curiosamente, um que poderíamos considerar neopositivista —, em diálogo informal em que eu me encontrava presente com

¹ Outro esclarecimento, previamente realizado no Capítulo 1., diz respeito ao modo como intitulamos esses capítulos em relação ao uso de informalidades na redação de ambos.

diversos outros alunos, ao procurar esclarecer as dúvidas e suprimir o padecimento elencados a respeito da conclusão de uma tese, proferiu uma declaração, ainda que emitida (e igualmente recebida) em tom de gracejo, de profunda pertinência ontológica.

Nessa declaração, o professor considerava, sem sinais de hesitação, não existir a possibilidade de terminar uma tese. Depreendemos que a afirmação remete, por um lado, ao movimento, pois o fim da tese sempre se movimentaria para além do estágio momentâneo da elaboração e da redação da tese e, por outro lado, à mudança, pois perseguir o “novo fim”, ainda que munido da mais profunda obstinação, resultaria em encontrá-lo não mais como fim, ou como fim que se nega.

Prosseguindo, imediatamente asseverou que a possibilidade efetivamente existente consiste em “se livrar” da tese. Da expressão “se livrar”, compreendemos a constatação dos elementos falseadores dos problemas objetivos e subjetivos imanentes e destacados nas dúvidas e no padecimento, que se constroem mutuamente e fundamentados em necessidades inexistentes ou irrealizáveis. Isso posto, a resolução implica a indagação a respeito da validade da indagação que institui o problema, da investigação a respeito da efetiva existência do problema e, por conseguinte, a efetiva possibilidade de obtenção de uma resposta apropriada.

Nossa pretensão, decerto, não ignora ou transcende a supradita possibilidade e as suas determinações ontológicas. À vista disso, procuraremos, concomitantemente ao proceder a exposição do findar a elaboração da tese, explicitar alguns aspectos, dentre muitos outros substanciais, que sublinhamos pelo modo como incidem na impossibilidade de findar a tese por contradizerem — negarem a qualidade de proficiência — as respostas do findar da redação em novas indagações.

Isso significa que o “se livrar” dos problemas subjetivos do findar a tese é igualmente dos problemas objetivos, embora jamais idêntico. Liberta das respostas que residem no findar a possibilidade, outrora “inexistente”, de despertar novas indagações pelo movimento engendrado/realizado na elaboração da tese e que se dirigem, inclusive, à própria tese e às suas pretensões. Nesta direção, esse movimento enceta e liberta mudanças subjetivas e objetivas, nega o fim para desse afirmar horizontes, a desvelar as coisas findas como ser e não-ser.

**6.1.1. A Necessidade Objetiva da Ontologia para a Crítica Radical:
Síntese dos Contributos para Repensar a Teoria e a Prática... e a Geografia**

Centrados quase exclusivamente na teoria do conhecimento, os incontáveis manuais de investigação e de redação científica, certamente, devem apregoar — dentre as promessas de semear com certeza (adjetivada na qualidade de absoluta) o sucesso do empreendimento, permeadas por uma “*narrativa de autoajuda*” — que o movimento reflexivo dotado da tarefa de concluir, ser exposição do findar da investigação, não admite a apresentação do contrário a si mesmo, ou seja, de novidades, de inícios. A conclusão consiste na representação das coisas findas, regidas pelo princípio (lógico-formal) de identidade: devem ser iguais a si mesmas.

Isso posto, o conhecimento (científico), e a sua forma (ou procedimento) de investigação e de exposição, delatam os pressupostos formais inveterados da ciência que, por um lado, limitam e libertam o conhecimento e, por outro lado, autonomizam e sobrevaloram o conhecimento.

O limitam à forma e ao rigor das suas regras e, ao fazê-lo, o libertam dos conteúdos das relações sociais e da *forma de ser* e determinações da existência dessas relações e do movimento e mudanças do mundo físico, designando como competência para o desenvolvimento da forma estritamente o raciocínio orientado pelas regras, o que traveste o cárcere como liberdade e o limite como potencialidade.

Diante disso, o autonomizam no isolamento do seu movimento de desenvolvimento e, ao fazê-lo, o sobrevaloram, ao estabelecer a tarefa das respostas auferidas pela ciência com relação de identidade com a verdade, qualidade do conhecimento emancipado da corrupção dos conteúdos das relações sociais e das transmutações do mundo físico, autônomo no desenvolvimento guiado exclusivamente pelas regras da forma, neutro e casto de qualquer imposição extrínseca à sua identidade.

A pretensão da atividade científica de formular uma resposta definitiva aos problemas que concebe e persegue no decurso da investigação, e a relação dessa pretensão com a ideia de verdade atribuída aos resultados da pesquisa científica — logo, às conclusões — frente à nossa elaboração, se encontra distante de inequívoco aquiescer e carece de candente interrogar alicerçado nos fundamentos dos esforços reflexivos empreendidos. Caso

inobservada essa distância e carência, resultará em incoerência e desintegração com os debates que desenvolvemos na construção e exposição da tese, e igualmente extinguiria qualquer possibilidade de concluir ao encetar rigorosamente indagações. Nos encaminhamos ao concluir e ao não concluir.

Faz-se impendente apreciar e ajuizar, portanto, se a pretensão absoluta tanto ignora o movimento (e a mudança) enquanto forma de ser da matéria quanto ignora as ideias, a razão, o conhecimento, enquanto igualmente matéria, consequentemente, possuindo o movimento (e a mudança) enquanto forma de ser. Logo, de modo algum, absolutos, imutáveis. Mais que pretensioso, não seria irracional percorrer o caminho contrário?

Nietzsche (2006, §5, *grifo no original*), dentre as diversas ponderações (e os “escarneceres”) a respeito da crença absoluta no conhecimento, em particular a decorrente da ciência instaurada na modernidade, profere: “de uma vez por todas, muitas coisas eu *não* quero saber. — A sabedoria traça limites também para o conhecimento”.

Nesta direção, depreendemos que a pretensão absoluta do conhecimento, ou a ignorância dos limites do conhecimento — tanto em termos quantitativos quanto qualitativos —, delata o grau incipiente (e metafísico) de desenvolvimento da racionalidade e do próprio conhecimento, indiferente ao fato dessa pretensão se constituir e se manifestar enquanto um atributo inerente de um ser/entidade transcendental ou do homem. Contradição imanente ao conhecimento que, quanto maior se torna, igualmente torna maior o reconhecimento dos seus limites.

Contudo, essa pretensão atribuída ao conhecimento na sua acepção forjada na modernidade igualmente conforma na estrutura ideológica a reprodução do legitimar o conhecimento científico, e o desenvolvimento tecnológico assentado nos resultados da ciência, subtraídos da realidade concreta da totalidade social. Ademais, travestem o desenvolver da ciência e da tecnologia com qualidades de um processo a-histórico e neutro dotado de plena (absoluta) positividade.

Expressando de outro modo, a modernidade avaliza um processo de reprodução e conservação dotado da necessária incorporação de ajustes diminutos resultantes historicamente como expressões do movimento e da mudança, do discurso (e o espírito) positivo e pragmático empreendido “desde as origens da Filosofia científica moderna, [no qual os supraditos conhecimento e desenvolvimento aparecem] como um meio para libertar o homem da sua condição de indigente” (SUBIRATS, 1989, p. 35).

Esse libertar é simultaneamente o libertar a ciência e a tecnologia das contradições e interesses contidos nas condições sociais, o que confere à ciência e a tecnologia o atributo de se constituírem ao mesmo tempo indeterminadas pelas condições sociais e determinantes do progresso das condições sociais. A concepção de neutralidade, em certa medida, não difere substancialmente da concepção de essência transcendental indeterminada e determinante, embora difira por contemplar o movimento. Para tanto, a dualidade entre sujeito e objeto — presente tanto no empirismo quanto no racionalismo — é pressuposto para que o sujeito apreenda o objeto com a certeza de identidade com plena objetividade, a constituir um conhecimento, conseqüentemente, pejado de neutralidade.

Em outros termos, nessa dualidade, em sua acepção moderna, não estritamente os nexos causais apreendidos nos objetos são absolutamente privados de corrupção proveniente da vontade humana mas as explicações são dotadas do mesmo grau absoluto de privação da corrupção subjetiva. O conhecimento resultante é idêntico, identidade que consiste em ser igualmente objetivo, ao objeto. Portanto, é revelador da verdade do objeto pois a objetividade remete exclusivamente ao objeto, na medida em que os nexos causais do objeto são explicados pelo próprio objeto. O método para a apreensão desse conhecimento objetivo constitui a única garantia da certeza da qual a razão tem posse para ajuizar a correspondência da explicação com a realidade, fundamentalmente comprovada pela utilidade prática resultante do conhecimento.

Decerto, alguns (poucos) rebeldes, avessos aos supraditos manuais de metodologia científica, ao negar as prescrições rigorosas e precisas que se autoproclamam como a ordem necessária ao progresso do conhecimento, interrogam o caráter atribuído às respostas das pesquisas científicas. Interrogar o final que implica igualmente interrogar a partida, a finalidade que se define nos problemas de pesquisa. Para tanto, dentre outras possíveis manifestações, compõem com provocações o intitular da conclusão da exposição das suas investigações, com reincidência no uso da expressão “para não concluir...”.

Mas nós, que prendados em brindar à rebeldia — embora não embebedos por casmurra e indômita convicção —, que municiados do “espírito científico” — embora não devorados por insaciável pureza —, intentaremos desenvolver a exposição de um “concluir para não concluir”. Compreendemos essa exposição como uma conclusão que se realiza enquanto tal objetivando necessariamente a afirmação da sua negação. **Não é, portanto, estritamente um “não concluir”, mas um concluir que é igualmente (pois põe em**

movimento) um não concluir.

Nos termos sobreditos assimilamos a identidade das coisas findas desta tese, edificadas na exposição deste item: despidas do absoluto, pois monstruoso e disforme à realidade. Ao findar a “odisseia” da elaboração da tese, na medida dos nossos limites e apropriações, resgatamos fundamentos com os quais Homero se imbuía para o encargo de narrar e explicar a realidade².

O referido autor considerava que o resultado da tarefa conteria maior qualidade ao partir das razões que constituem o movimento enquanto referenciais pautados na negação do irreal e da imaginação pura, negação disposta na harmonia, na proporção, no limite e na medida. Desses, emanam os referenciais para a razão se apropriar da realidade, e que, do mesmo modo, respaldam a negação do absoluto na medida em que essa constitui relação de identidade com o irreal.

No entanto, se, por um lado, não há maiores dificuldades em asseverar univocamente por mera percepção proveniente dos sentidos a irrealidade de formas monstruosas, existentes somente na imaginação mas representadas por atributos que remetem a abstração de coisas reais e sensíveis, por outro lado, as ideias de uma existência constituída por imutabilidade, indeterminação e perfeição, desprovida de qualquer representação que remeta a coisas reais e sensíveis, é predominantemente acatada e determinante das ações empreendidas na vida cotidiana, pois determinante da concepção de mundo e do “lugar” do homem no mundo.

O absoluto e as dualidades decorrentes desse descortinam descaminhos, desvelados pelos próprios argumentos que se constroem para contradizer e negar sem, para tanto, contradigam e neguem o próprio absoluto. Por conseguinte, os argumentos contrários sublinham a estrita pretensão de afirmar a sua superioridade, e essa se obriga a ser igualmente absoluta.

Nesta rota, iniciamos o presente Capítulo — que, a princípio, consistiria na exposição de respostas e na celebração das “ vaidades ” e “ vanglórias ” dessas, assentadas em justificadas e superiores relevâncias —, a promover o irromper de indagações a respeito da pertinência da exclusividade desse percurso e, subliminarmente à exposição, sugerir o profícuo coadunar

2 Considerações a respeito do prestígio e influência dos poemas homéricos para a Filosofia grega são desenvolvidas no item “4.3. O irromper da Filosofia e as condições de conhecimento na Grécia: movimento *versus* razão na ontologia e na lógica”.

e fundir com outro, que afirma o primeiro percurso ao negá-lo. Essas indagações podem ser desse modo sintetizadas:

(1) Não seria uma irracionalidade a pretensão de ser a verdade idêntica a si mesma, imóvel, incorruptível, definitiva?

(2) Não seria uma irracionalidade a pretensão de desenvolver a racionalidade (superior) do conhecimento científico na busca da verdade enquanto “fim”, explicação definitiva?

(3) Não seria uma irracionalidade a pretensão de superioridade (vaidade) da racionalidade que superestima a si mesma e desconsidera as suas determinações ontológicas ao se libertar dessas por um ato puro da própria razão?

(4) Não seria, ademais, a contraposição entre a verdade e o erro outra expressão falaciosa de dualidade, contrária à unitariedade do ser?

6.1.1.1. *Ontologia e Lógica:*

Dialética Materialista, Ontologia Materialista

À vista do exposto, a verdade enquanto conhecimento constituído em relação de identidade com a essência da realidade de modo algum poderia ser perfeita e definitiva. A verdade é um erro que aparece como seu contrário mas que assim não permanece. É a superação do erro que se conserva como erro, contudo, com uma qualidade superior, para se reafirmar não mais idêntico a si mesmo na sua negação, a verdade. Portanto, **identidade da identidade (verdade) com a não-identidade (erro)**.

Em outros termos, a verdade é uma apreensão mais qualificada do erro, é o erro em movimento. Isso posto, a elaboração desta tese se pretendeu uma singela contribuição ao movimento dos erros imanescentes ao debate concernente à temática da ontologia do espaço, a considerar que a pesquisa, ao se relacionar com os erros como condição da sua existência, os movimenta como condição da sua existência em movimento.

Estimamos que esse movimento seja um contributo para que os erros apareçam “aqui e agora” (*hic et nunc*) como os seus contrários e, desse modo, que igualmente se ponham em movimento. O apego à verdade, e à sua superioridade, é um contentamento com a aparência

do erro, é pura pretensão da razão que satura a verdade com o mesmo “pecado”. É a concepção (in)suspeita que o erro possa aparecer como seu contrário e findar a sua existência e resultar no desvanecer do movimento e no emergir da permanente imutabilidade da verdade. No entanto, o desaparecer do erro é igualmente o desaparecer da verdade, é o desaparecer da verdade que põe em movimento velado a nossa inabilidade em reconhecer o erro como aparência de si mesmo, é afirmar o “ser” do erro (exclusivamente) como “não-ser”. Institui uma lógica ontologicamente destituída.

A afirmação que enceta a supradita indagação, estritamente concorre para satisfazer as necessidades das vaidades da racionalidade e, para tanto, a racionalidade vela de si mesma a negação de si mesma, pois essa concepção de verdade constitui óbice à racionalidade, que se envaidece na negação de si mesma, na irracionalidade. A verdade, assim considerada, seria indeterminada pelo erro e determinaria o erro (o que é erro). Implica que a verdade, precisamente por ser absoluta, ao determinar o erro, pretende torná-lo radicalmente distinto de si mesma, contudo, igualmente absoluto.

A supradita pretensão de distinção, entretanto, se encontra invertida pois a verdade definitiva (ou absoluta) nada mais é que a identidade do erro em sua plenitude, seria idêntica ao erro absoluto, uma identidade imutável. Ademais, se o erro for absoluto, a verdade não poderia existir ou ser buscada — em outros termos, estaria morta. Na ausência da verdade, não seria possível apreender o erro e negá-lo. É necessário reconhecer o valor do erro e a sua inestimável contribuição.

O desaparecer do erro é apenas o seu aparecer superado, implicando a sua (impreterível) conservação, pois o movimento e a mudança da realidade são o seu aparecer superado, com continuidades e descontinuidades. Vale também nesse caso o ensinamento “*Da Escola de Guerra da Vida — o que não me mata me fortalece*” (NIETZSCHE, 2006, §8, *grifo no original*). Nestes termos, a tarefa da investigação científica consiste em matar a verdade ou torná-la mais forte? Retornaremos a essa questão em breve, após a exposição de outros elementos profícuos à consubstanciação e elucidação da resposta proposta.

O erro, para permanecer absolutamente idêntico a si mesmo, não pode se movimentar. Do mesmo modo, não pode se movimentar e permanecer absolutamente idêntico a si mesmo. Ao se movimentar, por conseguinte, se põe em direção à verdade (não-identidade) e nessa, indubitavelmente, se desvanece, negando a si mesmo. Se a verdade e o erro são determinados pela realidade e a realidade é movimento e mudança, a verdade e o

erro absolutos nada são além da inversão da realidade. Apreendem a realidade, mas necessariamente a invertem.

Nesta rota, na verdade que o nega o erro regozija-se, convalesce-se, ressurge e se reafirma. Isso porque a verdade, então posta (como negação do erro), põe a si mesma em movimento em direção ao erro, nega a si mesma. Diante disso, todas as mentiras levam a verdade (“all lies lead to the truth”³), pois todo movimento do erro é negação do erro que, portanto, se movimenta para a afirmação do seu contrário, a verdade. Do mesmo modo, o erro que se movimenta resulta na verdade que, ao se movimentar, se demonstra identidade do erro. A identidade desprovida de contradição é desprovida de movimento, logo, desprovida de realidade, ainda que não absolutamente.

Depreendemos, de modo resumido, que **todo movimento, portanto, é impreterivelmente movimento da negação do que se movimenta e afirmação da existência do que se movimenta e se nega. Todo movimento é movimento do posto que se põe em movimento do ser (do que é: afirmação) em direção ao não-ser (do que não é: negação). Tudo o que existe afirma a sua existência, afirmação que se realiza por meio do movimento e, ao se movimentar, o que existe igualmente se nega. Em outros termos, todo movimento é movimento da identidade em direção à não-identidade.**

Portanto, a continuidade do movimento — pelas determinações ontológicas imanentes ao movimento da realidade — é igualmente negação que, ao negar a própria negação que a precede, conseqüentemente, reafirma o que havia inicialmente negado. Um inicialmente negado que é reafirmado, no entanto, não mais absolutamente idêntico ao momento precedente ao movimento pois aderindo à sua identidade mudança, ou seja, continuidades e descontinuidades. O que significa que “o tempo não pára” e as continuidades e descontinuidades constituem “um museu de grandes novidades”.

Em outros termos, **o ser se movimenta em direção ao não-ser enquanto movimento em direção a si mesmo, se reencontrando concomitantemente idêntico e não-idêntico, com continuidades e descontinuidades, diverso e unitário.** Dessa forma, a identidade que não admite a contradição e se pretende princípio balizador da lógica por se constituir no âmbito da racionalidade em relação de identidade com a realidade (ontologia) se aniquila a si mesma?

3 “All lies lead to the truth”, screenplay da série “The X Files” (“Arquivo X”).

A verdade e o erro, definidos a partir da qualidade de identidade formal, à vista disso, existem estritamente no que não se movimenta. Considerando enquanto premissa que (1) o movimento é forma de ser de tudo o que existe, e que (2) a identidade não se movimenta, (3) o “raciocínio lógico” pode nos induzir a concluir que ambos (verdade e erro) inexistem. No entanto, tal conclusão expressaria severo equívoco que padece do mesmo fundamento ao estabelecer a lógica enquanto fundante da ontologia, na medida em que equivaleria a negar o absoluto com outra afirmação igualmente absoluta.

Diante disso, a identidade formal inexistente enquanto expressão do seu próprio princípio, mas existe (afirma-se) fundada em determinações ontológicas imanentes à totalidade da unitariedade (e diversidade) do ser. Existe, por conseguinte, integrando relações com a sua negação — e com a negação do seu próprio princípio —, ou seja, em movimento (e mudança). A identidade formal resulta na apropriação racional da realidade invertida.

Reafirmamos uma vez mais: **a identidade (enquanto categoria lógica) existe (enquanto categoria ontológica) na qualidade de identidade da identidade com a não-identidade.** De outro modo, a identidade que suprime a não-identidade ao apartar essa de si mesma, se constituiria em categoria estritamente lógica que se funda no nada e, do nada que é, nada pode engendrar.

Ao empreender uma análise atenta, no entanto, constata-se que apesar da potencial pretensão de se afirmar estritamente enquanto categoria lógica, ao fazê-lo, se nega, pois possui relação de identidade com o nada, nada podendo ser. É, portanto, destituída tanto de potência lógica quanto ontológica, nada pode explicar. É mera tautologia.

Por meio de um raciocínio precipitado, pode-se depreender que a afirmação sobredita se encontra pejada dos equívocos do absoluto que criticamos no parágrafo que a precede. Regressaremos às considerações realizadas por Marx (2004)⁴, com objetivo de elucidar de modo mais pormenorizado a questão:

[...] Um ser que não tenha sua natureza fora de si não é nenhum ser *natural*, não toma parte na essência da natureza. Um ser que não tenha nenhum objeto fora de si não é um ser objetivo. Um ser que não seja ele mesmo objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser para seu *objeto*, isto é, não se comporta objetivamente, seu

4 A citação apresentada fora anteriormente objeto de discussão na Parte II da tese, em particular no Capítulo 3., item “3.4. 'O Crepúsculo dos Ídolos' (Movimentos I-III): Crítica da Crítica da Entificação Social do Ser na Ontologia do Espaço Geográfico”.

ser não é nenhum [ser] objetivo. [...] Um ser não-objetivo é um *não-ser*. [...] Um ser *não objetivo* é um ser não efetivo, não sensível, apenas pensado, isto é, apenas imaginado, um ser da abstração. Ser *sensível*, isto é, ser efetivo, é ser objeto do sentido, ser objeto *sensível*, e, portanto, ter objetos sensíveis fora de si, ter objetos de sua sensibilidade. Ser sensível é ser *padecente* (MARX, 2004, p. 128, *grifos no original*).

Partindo das reflexões apresentadas por Marx (2004), depreende-se que a identidade, para existir — para ser —, necessita ser objetiva e, para tanto, necessita de um objeto fora de si para ser sensível à sua objetividade e, portanto, poder afirmá-la. Em outros termos, para ser, para afirmar o que é, necessita do que não é, carece da mútua relação objetiva com o que não é.

Nesta direção, reafirmamos a totalidade enquanto categoria ontológica fundante da lógica: existir consiste em integrar relações com objetos diversos (de si e entre si) e constituir dessa/nessa diversidade uma unidade, que é a quantificação da adição das partes e a relação entre as partes em movimento. Movimento que constitui concomitantemente o todo e as partes, impreterivelmente resultando em mudanças nas partes e, conseqüentemente, nas relações entre as partes, resultando em mudanças no todo. Continuidades e descontinuidades em movimento nas partes, nas relações entre as partes com e no todo.

Não ser sensível aos objetos fora de si e objeto de sentidos delata que esse “ser” é estritamente imaginado, efetivamente não existe. Esse ser imaginado, ao se pretender lógico. Enquanto reprodução ideal da realidade sem, contudo, ser expressão de algo existente — pois estritamente imaginado —, a nada efetivamente existente pode se referir pois não é forma de ser de nada existente. Conseqüentemente, nada efetivamente existente pode explicar, logo, constitui para a lógica nulidade contributiva. Não possui nenhuma potencialidade lógica ou ontológica, redundando em mera tautologia, “estéril”, que nada movimenta, e o que não é movimento nada é, embora de modo algum absoluto mas restrita a um momento do movimento.

Nesta direção, as leis científicas inexistem? Indagação capciosa, pois afirmar: as leis científicas não existem(!) equivale a tanto negar quanto afirmar a existência das leis, pois é uma afirmação que se funda no absoluto, do mesmo modo que as leis que afirma inexistirem. E não difeririam das inúmeras afirmações correntes do senso comum: tudo é relativo(!), que afirma o relativo com a sua negação, uma afirmação absoluta, e na medida em que nada

poderia ser sem que para tanto fosse relativo, tudo seria relativo, logo, a afirmação seria um disparate, como tantos outros: “é proibido proibir(!)”, “toda regra tem uma exceção(!)” etc.

Isso posto, retornamos à questão a respeito da tarefa da investigação científica: matar a verdade ou torná-la mais forte? Depreendemos que à última consiste a tarefa da crítica. E, para tanto, a crítica não pode se pretender definitiva ou inexistente, por não ser objetiva e, logo, não poder ser objeto de sentidos de outro objeto que a afirme e a negue. A beleza da finitude é ser e não ser infinita. Podemos pretender tratar da verdade apartando a mesma da sua negação? Ou, formulando a indagação em outros termos:

[...] Que parte de nós tende 'para a verdade?' Detivemo-nos ante o problema da origem dessa vontade, para ficar em suspenso diante de outro problema ainda mais importante? Interrogamo-nos sobre o valor dessa vontade. Pode ser que desejamos a verdade, mas por que afastar o não verdadeiro ou a incerteza e até a ignorância? [...] (NIETZSCHE, 2001, §1, *grifo no original*).

Impreterivelmente integrada à determinação ontológica imposta a tudo o que existe, a verdade existe em movimento. Movimento é negação e afirmação, continuidade e descontinuidade, identidade e não-identidade. Ontologia trata do ser, do que existe. Mas, afinal, de que modo as momentâneas respostas provenientes dos nossos elementos de conclusão resistiriam à indagações a respeito da relevância das mesmas?

Afinal, são justificados os esforços e a destinação de recursos públicos oriundos da produção material da sociedade para reflexões dessa natureza?

Afinal, qual a distinção da perspectiva marxista, em particular, da ontologia lukacisana, nesse debate?

Afinal, o debate filosófico e teórico consiste estritamente em identificar limites atribuídos às perspectivas distintas para ratificar a superioridade da perspectiva que elabora a crítica, reduzindo a teoria ao absoluto que a apartaria da prática?

Afinal, no atual contexto histórico, com a intensificação da desqualificação da reflexão filosófica e teórica com a consideração da nulidade prática das mesmas, qual a pertinência do debate a respeito da ontologia? Há necessidade objetiva premente que justifique a persistência hodierna do debate?

Para a tarefa de apreciação das indagações e desenvolvimento da avaliação das

contribuições da tese, partimos do prosseguimento com a reflexão a respeito da verdade. Nesta direção, se utilizarmos a mesma analogia empregada por Nietzsche (2001)⁵, e supor que a verdade seja uma mulher, decerto o dogmatismo dos filósofos quanto a sua posse absoluta, submissa às determinações lógicas e intransigentes quanto a sua fidelidade, sacralizaram a verdade e expressaram o escasso entendimento dos filósofos a respeito da mulher e do tratamento a uma dama.

Nos atrevemos a complementar o conteúdo da analogia, afirmando que essa mulher, a verdade, possui uma natureza imanente que a impele obstinadamente para a liberdade. Aversa às amarras e ao cárcere de ser possuída absolutamente, avessa à fidelidade, avessa aos dogmas — é libertina.

Como tudo o que é, a liberdade não pode ser absoluta, carece do que não é. Apenas podemos nos libertar se existe algo objetivo a diferir da liberdade e constituir a sua negação e afirmação, o que determina igualmente como necessidade da liberdade ser objetiva, sensível, e ser objeto de sentidos. Como tudo o que é, a liberdade não pode ser imóvel, carece de movimento. O movimento, conforme argumentamos, é sempre a afirmação da existência do que se movimenta mas, concomitantemente, a negação do que se movimenta, pois nada pode se movimentar sem comportar mudanças.

A liberdade, como tudo o que é, é imperfeita, é concomitantemente ser e não-ser (eis a efetiva questão!). O libertar da lógica das determinações ontológicas, expressa em seus princípios (“identidade”, “não-contradição” e “terceiro excluído”), é igualmente o encarcerar da lógica, é limitar a potência do que ela é, forma de organização da racionalidade para a apreensão e a explicação de um conteúdo (realidade).

Esses limites igualmente constituem os limites da noção de “diferença ontológica” de Heidegger (2001a, 2001b), fundada nos princípios da lógica formal, que impõem à realidade a dualidade entre “Ser” e “ente”, em que o primeiro é concebido enquanto absoluto, imutável, indeterminado, e o segundo é determinado pelo “Ser” sem que o movimento e as mudanças que se realizam no “ente” exerçam qualquer determinação ao “Ser”.

Desse modo, a indeterminação do “Ser” corresponde a conceber que nenhuma

5 Analogia citada na epígrafe desta tese, e que oportunamente reproduzimos: “Supondo-se que a verdade seja uma mulher — não seria bem fundada a suspeita de que todos os filósofos, na medida em que foram dogmáticos, entenderam pouco de mulheres? Que a espantosa seriedade, a indiscrição delicada com que até agora estavam acostumados a afrontar a verdade não eram meios pouco adequados para cativar uma mulher? O que há de certo é que essa não se deixou cativar — e os dogmáticos de toda a espécie voltaram-se tristemente frente a nós e desencorajaram-se. [...]”.

atividade posta em movimento pelo “ente” resulta em mudança ou transformação no “Ser”, que se constitui a-histórico e imutável. Essa indeterminação institui o “Ser” enquanto onipotente quanto a composição das potencialidades dos seus atos e da sua constituição, nenhuma existência possui a potência de impor qualquer determinação ao “Ser”.

A ontologia heideggeriana compreende, no entanto, diferenças entre os “entes”. A respeito dessas, enfatiza que o homem se encontra dotado de qualidade específica, das quais são desprovidos os demais “entes”, que consiste na possibilidade de interrogar o “Ser”. Possibilidade que se realiza progressivamente no transcurso do processo de desenvolvimento histórico com o movimento de des-encobrimento do “Ser”, por meio do qual desvela a essência da técnica.

A crítica desenvolvida no interior dos debates na Geografia e que se fundamenta explicitamente noção de diferença ontológica, denominada de “crítica da entificação social do ser na ontologia do espaço geográfico”⁶, afirma que esse princípio medular e elementar se encontra desprezado das reflexões na disciplina. Ademais, creditam o desconhecimento desse equívoco à predominância da influência do marxismo na perspectiva da Geografia Crítica, na qual se inserem majoritariamente os autores que principiam os esforços para o tratamento do debate a respeito da ontologia do espaço.

De acordo com a investigação a respeito do estado da arte realizada por Reis (2009, 2012) e Calçavara (2013), a influência marxista na uníssona fundamentação da temática é constatada mesmo em propostas de autores com filiações filosóficas diversificadas. A apropriação dos fundamentos ontológicos marxistas ocorre efetivamente como acatar acrítico, que acarretou o instaurar um pressuposto que comprometeu a construção das reflexões por desconsiderarem a diferença intransponível entre “Ser” e “ente”, atribuindo de modo irrefletido a um “ente” (a sociedade) os “privilégios” absolutos do “Ser”, logo, “entificando” o ser. Equívoco, contudo, não originado em imprecisa apropriação no desenvolvimento de proposições a respeito da ontologia do espaço mas derivado da concepção marxista que identifica o “Ser” com a sociedade.

Essa crítica, ao declarar a radical invalidez da proposta marxista por não contemplar

6 Discorremos a respeito da crítica da entificação social do ser na ontologia do espaço geográfico no Capítulo 2, particularmente nos subitens “2.3.2. A Crítica da Entificação Social do Ser em Reis (2009, 2012, 2013)” e “2.3.3. A Crítica da Entificação Social do Ser, Técnica e Dicotomia GF-GH em Calçavara (2013)”. Tratamos das considerações que constituem a crítica à aludida nos Capítulos 3 e 4, particularmente nos itens “3.4. ‘O Crepúsculo dos Ídolos’ (Movimentos I-III): Crítica da Crítica da Entificação Social do Ser na Ontologia do Espaço Geográfico” e “4.4. Ontologia, Lógica, Gnosiologia: Unidade e Diferenças na Realidade, Unidade e Diferenças no Conhecimento”.

as regras da diferença intransponível entre “Ser” e “ente”, se pretende verdadeira pelo critério de autoridade da noção de “diferença ontológica”, justificada pela predominância da ontologia heideggeriana nos debates ontológicos. Para proceder uma análise criteriosa que permita consubstanciar uma crítica da crítica da entificação social do ser, devemos indagar o que fundamenta essa crítica, qual a sua raiz.

Depreendemos, nesta rota, que a “diferença ontológica”, ao contrário da pretensão expressa no próprio termo da noção, não é propriamente ontológica, mas estritamente lógica. A ontologia marxista não desconsidera a “diferença ontológica”, essa diferença efetivamente não existe e não pode existir. Nos termos absolutos em que se apresenta, não consiste unicamente em “não-ser”, é efetivamente o nada.

À vista disso, a dialética — a dinâmica do movimento das contradições — é, por conseguinte, imanente à matéria, à totalidade do que existe. A dialética é imanente à unitariedade e à diversidade do ser. Nesta rota, reafirmamos a dialética da natureza (da esfera de ser inorgânico e da esfera de ser orgânico), o que não restringe a dialética exclusivamente ao movimento do ser social. A determinação ontológica da unitariedade e diversidade do ser, contudo, expressa a mudança qualitativa na unidade (totalidade) que, por seu turno, se expressa nas qualidades da diversidade (partes).

Logo, afirmar a dialética da natureza não equivale a afirmar que o movimento e as contradições nas diversas esferas do ser (inorgânico, orgânico e social) possuem qualidades idênticas — o que justificariam as leis absolutas e a matemática enquanto forma e linguagem da realidade.

Uma vez mais, reafirmamos que tal consequência se fundamenta em determinações lógicas e não em determinações ontológicas: uma dialética da natureza que afirma qualidades idênticas entre natureza e sociedade delata que recorre a princípios da lógica formal. É, por conseguinte, uma pseudodialética.

Ao incorrer no uso desse apelo, portanto, tal (pseudo)dialética da natureza extingue a dialética pois ratifica a redutibilidade das qualidades das esferas de ser mais complexas às das esferas de menor complexidade, concebendo o movimento e a mudança enquanto unicamente quantitativos.

Em outros termos, essa pseudodialética, ao pretender conferir um tratamento unitário da realidade anula a diversidade — e com isso a totalidade —, logo não difere do

monismo metodológico prescrito pelo positivismo e pelo neopositivismo, que ao reduzir o movimento aos seus aspectos quantitativos, permite do mesmo modo reduzir o movimento das contradições sociais ao movimento da natureza inorgânica, tornados qualitativamente indistintos.

O argumento que justifica essa redução se encorpa principalmente dos princípios e leis da física, e conclamam a física na qualidade de modelo da ciência a ser reproduzido enquanto meta para as demais ciências. Logo, ontologicamente significando a imposição do tratamento das qualidades da realidade menos desenvolvidas e complexas à totalidade da realidade.

À vista disso, depreendemos que a menor complexidade da natureza inorgânica possui determinações para o maior desenvolvimento da física, acarretando a maior possibilidade de adequação e correspondência entre a realidade de menor desenvolvimento e a lógica de menor desenvolvimento.

Por essa razão a ciência moderna condena a Filosofia e a limita à teoria do conhecimento, expressando a inadequação da ontologia com o projeto científico na medida em que fatalmente especulativa, o que a demarca enquanto um problema da Filosofia e não da ciência. Unicamente desse modo a ciência moderna pode se declarar superior, absoluta, precisa e excludente. Por essa mesma razão, pensar a superação do enraizamento desses limites aponta que uma ontologia do espaço é não estritamente justificada mas necessária aos debates fomentados na epistemologia da Geografia.

A ontologia heideggeriana, enraizada na noção de “diferença ontológica”, contudo, não confere substância ao percurso na medida em que se encontra alicerçada na estrutura da lógica formal (e dos seus princípios), do mesmo modo como a ciência moderna. A potencialidade para fomentar críticas à ciência moderna (e aos seus limites) e aos problemas da predominância da ciência na reprodução material da sociedade são pontuais e não radicais, pois irrompem de idêntica raiz. Isto posto, depreendemos a pertinência de duas indagações:

(1) é possível, considerando a raiz comum entre a ontologia heideggeriana e a ciência moderna, argumentar a respeito da denominada “virada ontológica”?

(2) ao desconsiderar as determinações ontológicas a ciência e a ontologia heideggeriana não ficam cerceadas da condução da crítica religiosa por não permitir a crítica

radical entre o “ser” e o “nada”? Ademais, não permitiram, por esse mesmo desconsiderar, a possibilidade lógica da existência de Deus, conforme explicitada no denominado “argumento ontológico” de Santo Anselmo⁷?

Uma teoria do conhecimento fundamentada no isolamento do conhecimento das relações sociais, permite que o desenvolvimento do conhecimento obedeça à regras unicamente lógicas — a exemplo da matemática pode se desenvolver estritamente a partir das suas próprias regras —, que não contemplam uma efetiva relação com o movimento e a mudança da realidade e, conseqüentemente, não contemplam a potência do desenvolvimento de uma crítica radical à realidade social, logo, não contemplam a potência da transformação radical da realidade social. O desenvolvimento estritamente substanciado das regras lógicas apartadas das determinações ontológicas fragmentam a apreensão necessariamente invertida da realidade.

Isso porque a apreensão puramente lógica do movimento e da mudança não apenas não contém as determinações ontológicas como igualmente as renega, qualificando-as como irracionais, disparates. Ou, em termos neopositivistas, fundamentariam enunciados desprovidos de sentido, metafísicos.

À vista disso, **nos deparamos impreterivelmente frente a uma indagação que reconhece uma necessidade objetiva: como transformar a realidade social desconsiderando como efetivamente ela é, se movimenta e se modifica?**

Subscrevemos, desse modo, o argumento defendido por Lukács (1976-1981, 2010, 2012, 2013) a respeito da fundamentação ontológica que consubstancia o desenvolvimento da obra teórica de Marx, e reafirmamos — corroborando, dentre outros, com Lessa (2002), Oldrini (2002), Paulo Netto (1978, 1983), Tertulian (1996, 2009, 2011a, 2011b) e Vaisman (2007) —, que esse direcionamento e reinterpretação realizado por Lukács, deslocando o debate da imersão lógica e gnosiológica da ciência moderna, constitui efetivamente a grande contribuição da ontologia lukacsiana.

7 “Mesmo o insensato tem de admitir que algo maior do que o qual nada pode ser pensado existe pelo menos no seu entendimento, dado que ele o entende quando o ouve, e o que é entendido existe no entendimento. E certamente que aquilo maior do que o qual nada pode ser pensado não pode existir apenas no entendimento. Pois se existisse apenas no entendimento, poder-se-ia pensar que existia na realidade também, o que seria ainda maior. Logo, se aquilo maior do que o qual nada pode ser pensado existe apenas no entendimento, então a própria coisa maior do que a qual nada pode ser pensado é algo maior do que o qual algo pode ser pensado. Mas isto é claramente impossível. Logo, não há dúvida de que o maior do que o qual nada pode ser pensado tanto existe no entendimento como na realidade” (Proslogion, Cap. 2, p. 82, apud MURCHO, 2011, p. 58).

Igualmente, depreendemos que, em direcionamento e interpretação distinta, no caso da obra de Marx se encontrar fundamentada estritamente em critérios lógicos e gnosiológicos, a mesma estaria desprovida da potência de contribuição para uma transformação radical da sociedade, na raiz da qualidade ontológica da esfera social do ser, conforme argumentamos.

Ademais, a fundamentação ontológica acarreta, inegavelmente, a necessidade da adoção de uma postura política devotada à conservação ou à transformação da realidade. Transformação, evidentemente, de modo algum absoluta, mas contemplando continuidades e descontinuidades, de modo algum ignorando as determinações existentes no *hic et nunc*, jamais resultado das determinações de um “Ser” indeterminado e a-histórico, mas das atividades, das alternativas e dos atos humanos.

No entanto, uma proposta de ciência alicerçada exclusivamente em pressupostos lógicos, ao apreender a realidade invertida, não consegue reconhecer o seu caráter visceralmente conservador, não consegue reconhecer sequer o seu grau de integração com a totalidade social. Ao contrário, essa ciência não consegue reconhecer as suas próprias deficiências mas as travestem de uma pretensa superioridade.

Da sobredita inversão edificada na racionalidade por si mesma, a ciência apela aos mitos ao fundar o (mito) da neutralidade científica e a esse (mito) cultua fiel deferência, conferindo ao mesmo, essência e potencialidades inexistentes na realidade, logo, metafísicas. Dessa forma, os praticantes da ciência devotam ao mito as finalidades das ações empreendidas na vida cotidiana, de modo assemelhado a quem se submete à onipotência de mandamentos que regem os limites e as potencialidades das próprias finalidades.

Encetadas nos supraditos termos, irrompem 4 (quatro) indagações:

(1) a ciência, ao criticar de forma absoluta a Filosofia por seu caráter especulativo e metafísico, não se torna — ao ignorar as determinações ontológicas — igualmente especulativa e metafísica, embora de um modo mais desenvolvido e complexo?

(2) dessa forma, os opostos, concebidos enquanto absolutos (princípio do terceiro excluído: ou A ou não-A), seriam idênticos e irreais, pois conformam oposição não de modo a constituírem o movimento e a mudança mas a imobilidade e a imutabilidade, se anulando mutuamente ($A - A = 0$) e, conseqüentemente, se renegando mutuamente ao nada?

(3) a ciência, ao não reconhecer as suas determinações ontológicas conservadoras e

as determinações materiais visceralmente imbricadas ao conceber das suas ideias e pressupostos, não se torna ideologia pragmática e útil à conservação do capitalismo?

(4) dessa forma, a ciência não serviria estritamente para prover movimento e mudanças quantitativas — resultando em conhecimentos profícuos à ampliação e aprofundamento da reprodução e realização do capital —, conseqüentemente inapta para prover movimento e mudanças qualitativas?

6.1.1.2. Ontologia e História:

Ensaio a Apreensão das Contradições Hodiernas e os Limites da Ciência

O enraizamento lógico que constri o conhecimento científico a se apartar das determinações ontológicas — apartar necessário, inclusive, para o pressuposto da neutralidade científica, ou se tornaria indubitável reconhecer contaminações de determinações sociais no conhecimento — e o imanente caráter conservador dessa separação, se expressam com maior notoriedade com o maior desenvolvimento da ciência e do capitalismo, embora velados pelas finalidades “práticas” da tecnologia.

A título de exemplo de conteúdo empírico da afirmação supradita, recorrerei a um diálogo, narrado em Perarnau (2015), e do qual participavam dois renomados esportistas (Garry Kasparov⁸ e Pep Guardiola⁹). O diálogo se pauta em indagações que inferem condição para a constatação da progressiva dissociação entre o desenvolvimento da tecnologia enquanto aplicação da ciência e o desenvolvimento das potencialidades do gênero humano.

No diálogo, Kasparov declara a sua insatisfação com as supérfluas finalidades de uso dos artefatos engendrados no atual desenvolvimento tecnológico, justificando essa insatisfação com o argumento da tendência de decrescente convergência entre a finalidade da produção da tecnologia e a economia, que se evidencia nos diminutos impactos que a tecnologia atualmente tem impelido à produção do conteúdo material. Utiliza enquanto exemplo o expressivo desenvolvimento da humanidade com a descoberta da energia elétrica

8 Enxadrista, nascido Garry Kimovich Weinstein na República Socialista Soviética do Azerbaijão, União Soviética (atual Azerbaijão). Foi campeão mundial de xadrez aos 22 anos em 1985 (então o mais jovem campeão da história da competição) e reconhecido como um dos maiores enxadristas de todos os tempos.

9 Josep Guardiola i Sala, nascido na Espanha, ex-futebolista e atualmente renomado treinador de futebol.

e a decrescente expressividade das tecnologias desenvolvidas a partir das novas condições materiais instauradas por essa descoberta, a exemplo da internet, cuja importância enquanto incremento à produção humana possui resultado inferior ao da energia elétrica. Ou seja, a invenção da eletricidade acarretou um incremento da produtividade expressivamente superior ao propiciado pela invenção da *internet*, embora a *internet* consista em maior desenvolvimento tecnológico que a eletricidade, além de somente ser possível a partir da eletricidade.

Depreendemos o argumento supradito enquanto denúncia que aponta na direção do desvelar a não equivalência, crescente e expressa de modo invertida na realidade, entre o desenvolvimento tecnológico — resultado do emprego prático do conhecimento científico — e o desenvolvimento das condições materiais de reprodução da sociedade, ou seja, das forças produtivas e dos meios de produção. Em outros termos, o desenvolvimento da tecnologia integrada ao desenvolvimento do conhecimento científico não possui correspondência com o desenvolvimento da capacidade do gênero humano em promover a transformação das condições materiais de existência da humanidade, não possuem correspondência com o desenvolvimento das forças produtivas e os meios de produção.

Prosseguindo, Kasparov utiliza outro exemplo para corroborar o argumento: compara a capacidade de processamento e armazenamento de um mesmo artefato tecnológico, o computador, e demonstra como os resultados provenientes do computador para o progresso da humanidade não se relacionam de modo equivalente com o maior ou menor desenvolvimento de tecnologia empregada na sua produção ou da tecnologia constituinte do artefato e disponibilizada para o uso.

Para tanto, compara a tecnologia dos computadores componentes da “Apollo 11” com a dos componentes dos atuais *smartphones*. O enxadrista conclui que com capacidade de processar e armazenar dados e informações ao menos cem vezes inferior¹⁰ aos *smartphones*,

10 A real diferença de processamento e armazenamento supera a quantidade sugerida por Kasparov. Os computadores que equiparam a Apollo 11, modelo *Apollo Guidance Computer*, possuíam processador com velocidade de 2.048 MHz (megahertz) e memória RAM (memória de acesso aleatório) de aproximadamente 4 kb (kilobytes). Considerando certa diversidade na configuração dos principais modelos atuais de *smartphone*, utilizaremos como referência o modelo “Sony Xperia Z3”. Esse modelo possui 3 gb (gigabytes) de memória RAM, o que corresponde a 3.145.728 kb (kilobytes), memória equivalente a 786.432 vezes à disponibilizada nos computadores da Apollo 11. Quanto ao processador, o modelo referência de *smartphone* é equipado com velocidade de 2.5 GHz (gigahertz). Como cada *gigahertz* é equivalente a 1.000 (mil) *megahertz*, a capacidade de processamento dos atuais *smartphones* é ao menos mil vezes superior. Diferenças que desconsideram que as atuais memórias possuem tecnologia com taxas superiores de transferência e os atuais processadores possuem vários núcleos que crescem a real velocidade de processamento. Outra comparação com expressiva diferença se refere ao peso, pois o *Apollo Guidance Computer* pesava aproximadamente 32 kg, enquanto o modelo referência de *smartphone* pesa 152 g,

a tecnologia empregada nos computadores da “Apollo 11” serviram para que o homem fosse à lua. Contudo, a capacidade expressivamente superior e o maior desenvolvimento tecnológico presente nos *smartphones* não somente não resulta em correspondente incremento da potencialidade da produção material, como, ademais, são utilizados predominantemente para finalidades irrelevantes ou obliteradoras à produção material. Finalidades definidas, sobretudo, para procrastinação, seja por meio de jogos ou do uso das redes sociais, de modo que o valor de uso para a definição do consumo é quantificado e qualificado pelo grau de atendimento a essas finalidades.

Outra finalidade a ser sublinhada, embora não presente no diálogo ao qual nos referimos, consiste na intensificação do uso não-pago da força de trabalho, a corroer o tempo-de-não-trabalho. Intensificação que se manifesta tanto como complemento das atividades profissionais, com o atendimento de demandas por *e-mail*, mensagens etc., quanto como atividades que diluem o custo de determinadas atividades econômicas, a exemplo do acesso ao banco e execução de atividades outrora exercidas por trabalhadores pagos, como transferências, pagamentos etc., ou das companhias aéreas para as quais reduzimos o custo da busca por passagens, da tarefa de realização do *check-in* etc. Portanto, realizamos cotidianamente atividades que exigem dispêndio de tempo e que se convertem em diminuição de custos para os bancos, as companhias aéreas, dentre outros.

A partir do expressivo desenvolvimento tecnológico supradito, depreendemos que esse não possui equivalência no desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de produção que potencializam a produção material da sociedade e desenvolvem as condições materiais da reprodução social. Desse modo, a ciência, que outrora prometera libertar o homem das condições materiais que o tornam indigente, se desobriga da transformação da realidade e da indagação a respeito da realidade.

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia, à vista disso, expressa a progressiva equivalência entre o desenvolvimento tecnológico e a ampliação e aprofundamento do capital, na medida em que a finalidade do desenvolvimento da ciência e da tecnologia se concentra no aumento da submissão dos valores de uso aos valores de troca e na promoção da aceleração da obsolescência das mercadorias.

aproximadamente 210 vezes mais leve. Ademais, o modelo referência de *smartphone* possui na sua configuração inúmeros itens de tecnologias indisponíveis no *Apollo Guidance Computer* ou mesmo inexistentes no período, a exemplo de câmera fotográfica e filmadora e GPS, e tecnologias de conectividade, a exemplo do *bluetooth*, *wifi* e *usb*.

A função exercida pela ciência na estrutura ideológica da sociedade é vital tanto ao movimento de reprodução e realização do capital quanto ao falacioso travestir as necessidades do desenvolvimento do capital como necessidades do desenvolvimento dos indivíduos e do gênero humano, identificando a natureza humana com a natureza do capital. Essa função ontológica da ciência para a existência, o desenvolvimento e a complexificação do capital expressam a justificada autoridade atribuída ao conhecimento científico.

O desenvolvimento da ciência aprofundando a segregação com a Filosofia se constituiu geneticamente, para além dos fundamentos supraditos, no projeto positivista. Esse projeto determina a necessidade de restrição da investigação da realidade com a definição do objeto de cada ciência, fomentando a ampliação da fragmentação da realidade, ou seja, a fragmentação da fragmentação.

As condições materiais do contexto histórico, no entanto, possibilitaram que o isolamento disciplinar em curso, coadunado ao incipiente desenvolvimento das diversas áreas do conhecimento científico e à formação filosófica dos principais fundadores das diferentes ciências, consentissem a concepção de ideias com finalidade de integração das áreas no desenvolvimento dos debates e reflexões teóricas, ainda que essas ideias fossem formuladas a partir de uma área específica.

Desse modo, a formulação do pensamento clássico das ciências tendencialmente possui uma perspectiva integradora em termos de teoria do conhecimento, reverberada na própria noção de monismo metodológico defendido pelo positivismo e nas pretensões totalizantes de perspectivas distintas, a exemplo do marxismo. Por essa razão, nessas condições de irrupção de teorias com maior integração, foram produzidas as teorias mais abrangentes realizadas pela ciência — com notórias influências e implicações filosóficas —, como a “teoria da evolução” de Charles Darwin, a “física mecânica” de Isaac Newton, a “crítica da economia política” de Karl Marx, a “Geografia enquanto ciência de relações e de síntese” de Alexander von Humboldt e Carl Ritter, dentre outras.

Com o desenvolvimento e a complexificação quantitativa e qualitativa das explicações aos conteúdos empíricos coligidos, as áreas se tornam demasiado densas de modo a apontar enquanto necessidade a especialização no interior das áreas (subáreas), que igualmente se desenvolvem e se complexificam. Nesta direção, resultam na expressiva dificuldade não mais restrita à apreensão da ciência enquanto uma totalidade, mas no interior das próprias áreas fortalece-se a tendência de fragmentação da unidade de cada

ciência sem reconstruir articulações entre as partes (subáreas).

Esse movimento apresenta certa ruptura com a concepção precedente e revela a intensificação de debates a respeito da natureza da ciência, com a formulação de críticas ao pensamento clássico e a necessidade de superação e correção de deficiências que constituem óbice ao progresso (quantitativo e qualitativo) da ciência e da tecnologia. As proposições de redefinição são engendradas, portanto, nas áreas que alcançaram a maior expressividade de desenvolvimento e que, por isso, não somente constataram antecipadamente as limitações como igualmente se constituíram enquanto modelo a ser posto em prática pelas demais áreas do conhecimento científico. A condição de maior complexidade da fragmentação da ciência, contudo, resultou em correspondente fragmentação das propostas de redefinição com a ruptura mais evidente da outrora submissão a um único método.

Decerto, algumas ciências, integradas não por questões de natureza ontológica mas pela forma lógica de apreensão da realidade — substanciadas na linguagem matemática — consolidaram um movimento de menor dispersão/fragmentação. A manifestação da fragmentação nessas ciências passa a se realizar com o maior desenvolvimento de perspectivas no interior da linguagem matemática que não permitem uma coerência unitária, mas que cada uma dessas perspectivas apresenta potencial de correspondência com determinados aspectos da realidade. Posteriormente, a concepção de não admissão de duas teorias contraditórias para a explicação de um mesmo aspecto da realidade passa a ser questionada, com a coexistência de duas teorias distintas que se propõem a explicar o mesmo aspecto da realidade e possuem assemelhado prestígio no interior de uma mesma ciência. Algo que se passa a ocorrer, inclusive, na Física.

Consequentemente, os cientistas que investigam fenômenos concernentes a determinadas subáreas de uma ciência, creditam tamanha infalibilidade na necessidade de especialização para o desenvolvimento do conhecimento científico que desconhecem os problemas e direcionamentos das demais subáreas da sua própria ciência.

Ou, ainda, sequer conseguem dialogar com as demais subáreas em decorrência da incompatibilidade da linguagem empregada para a apreensão racional de determinado conteúdo da realidade, igualmente especializada e fragmentada, de modo a impossibilitar a integração com a totalidade da ciência e constituir conceitos, expressões e explicações que manifestam a desintegração — quando não incompatibilidade — na medida em que se tornam incompreensíveis aos que não desenvolvem pesquisas na específica subárea.

Portanto, apreender e explicar a realidade são encarcerados nos limites do fragmento de uma específica subárea de uma determinada ciência.

A desvinculação que se realiza entre, por um lado, a lógica e a teoria do conhecimento e, por outro lado, a ontologia, apresenta historicamente um movimento de aprofundamento, que inicialmente adquire maior dinamicidade com a desvinculação entre os domínios das ciências da natureza e os domínios das ciências do espírito e, posteriormente, o desenvolvimento dos fragmentos — igualmente desenvolvimento dessa desvinculação — amplia a fragmentação das áreas no interior desses domínios e, em seguida, fragmenta o interior de cada área específica.

Em outros termos, o supradito desenvolvimento e complexificação da ciência e da atividade da investigação científica distanciam o conhecimento científico e o cientista da compreensão de totalidade da realidade, em seguida da compreensão de totalidade de uma determinada esfera ontológica — ciências da natureza: esfera inorgânica e orgânica; ciências do espírito: esfera social — e, mais recentemente, da compreensão de totalidade de uma área específica presente no interior de uma determinada esfera ontológica.

À vista disso, o conhecimento científico desenvolve a fragmentação da realidade com tal aprofundamento que as limitações para a transformação radical da realidade social expressas na gênese da Filosofia moderna se potencializam exponencialmente. Por conseguinte, acresce-se o potencial de conservação da realidade social com o progressivo incremento da vinculação do conhecimento científico com o desenvolvimento das características próprias do capitalismo pela própria incapacidade de apreensão da totalidade da realidade social, o que limita as críticas a fragmentos da realidade.

Essa conservação, então, se movimenta e incorpora mudanças que aprofundam as suas qualidades. Os exemplos utilizados a respeito da segregação entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento da tecnologia constituem elementos históricos que expressam a forma de ser do movimento de conservação. Esses exemplos, igualmente, corroboram com o necessário desenvolvimento de uma crítica ontológica, não restrita à religião mas, pelas razões expostas, extensiva à ciência.

Na direção da supradita crítica ontológica, faz-se impendente reconhecer as determinações ontológicas da impossibilidade do desenvolvimento tecnológico ser correspondente ao desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de produção. Essas determinações consistem na necessidade mais elementar para a qualquer coisa efetivamente

existente: continuar a existir.

Caso o desenvolvimento tecnológico resultasse em idêntico desenvolvimento das forças produtivas, o capital se reproduziria “conscientemente” fomentando progressivamente com maior aceleração as condições necessárias não para a sua existência, mas para a sua extinção. Decerto, como argumentamos neste item, o movimento é sempre movimento de negação do que se movimenta, e ao mesmo tempo necessidade de afirmação da existência.

Nesta direção, como tudo o que existe, o capital possui determinações ontológicas gerais, existe em movimento, em negação e afirmação de si mesmo enquanto condição para a sua existência. Ou seja, a contradição de afirmação e negação não é uma especificidade do capital mas uma determinação ontológica imanente à qualquer existência, no entanto com qualidades específicas determinadas historicamente e que padecem de mudanças com o movimento de desenvolvimento e complexificação da existência do capital.

A realização do capital não se encontra visceralmente imbricada às suas condições materiais de reprodução, na medida em que o valor de troca não corresponde necessariamente ao nível de desenvolvimento das condições de produção. A liberdade burguesa que comporta a concorrência pela apropriação privada da produção material da sociedade é determinante para a necessidade de desenvolvimento da ciência e da tecnologia e o emprego das últimas em forças produtivas. Esse emprego engendra acréscimo da produtividade e decréscimo do tempo socialmente necessário para a produção das mercadorias, o que possui implicações no valor das mercadorias e na diferença entre o preço definido predominantemente pela concorrência.

Os indivíduos capitalistas proprietários das condições materiais de produção que resultam em menor tempo socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria obtém maior lucratividade que os indivíduos capitalistas concorrentes desprovidos de condições idênticas, o que instaura a tendência de falência aos últimos e a necessidade de reprodução da existência do indivíduo capitalista frente a concorrência incide no desenvolvimento das condições materiais de produção mais profícuas à realização do capital.

No entanto, a realização de finalidades para a satisfação da necessidade de desenvolvimento das forças produtivas para a reprodução da existência do capitalista e do capital acarretam a negação dessa mesma existência. Isso porque o incremento de

produtividade auferido na satisfação da necessidade resulta em decréscimo do tempo socialmente necessário para a produção da mercadoria e em acréscimo da oferta da mercadoria, decorrendo em decréscimo do valor e preço da mercadoria, decréscimo da lucratividade do capitalista associado ao engendrar e ao irromper de crises do capital pela superprodução.

A necessidade de resolução das crises do capital constituem a necessidade da reprodução da existência do capitalista que, portanto, caso não satisfeita, resulta no sucumbir da existência. Conservação da existência não estritamente biológica, mas conservar a existência do capitalista enquanto ser social, que existe enquanto indivíduo capitalista conservando a existência do gênero social nas condições históricas do capital, com as indubitáveis mudanças resultantes do movimento.

A conservação da existência é uma necessidade que impõe a sua prioridade de satisfação, constituindo prioridade na construção das finalidades das atividades dos indivíduos capitalistas e, nesta direção, o emprego das forças produtivas e da força de trabalho sob propriedade desses possui como “orientação teleológica secundária” a finalidade da satisfação da necessidade de conservação do capital.

O que significa que o capital, a sua reprodução/conservação e o seu desenvolvimento, são objeto de carecimento da existência social do indivíduo capitalista, de modo que para ser objetivo e objeto de sentidos o capitalista necessita ontologicamente do capital. No entanto, o capital possui relação de identidade com o capitalista e com o contrário desse, o proletário, logo, a identidade da existência do capitalista com a existência do capital constitui identidade da identidade com a não-identidade. Igualmente, a conservação da existência do capitalista impõe a necessidade de conservação da existência do proletário.

Diante disso, faz-se necessário regressar à reflexão a respeito da dissociação entre os desenvolvimentos da tecnologia e das forças produtivas, minimizando a contradição movida e movente da/na existência do capital que acarreta a dizimação da taxa de lucro pelo incremento da produtividade e, portanto, da oferta, com decréscimo dos preços e conseqüente irromper de crises do capital, revelando no movimento de ascensão e desenvolvimento do capital o contrário movimento de declínio e perecimento.

O capital, dessa forma, compõe um vínculo parcial entre tecnologia e forças produtivas e vinculando parte substancial da finalidade da tecnologia no incorporar às mercadorias a maximização da potencialidade do valor de troca. O vínculo entre tecnologia

e valor de troca das mercadorias se amplia progressivamente e, do mesmo modo, o vínculo entre tecnologia e forças produtivas decresce progressivamente, ambos ocorrendo com a finalidade de conter as crises de superprodução.

Em outros termos, quanto maior as possibilidades existentes nas condições históricas para a submissão do valor de uso ao valor de troca no processo de produção¹¹, menor se torna a potencialidade do uso “produtivo” da mercadoria, considerando o uso tanto para o desenvolvimento do indivíduo e do gênero humano quanto para o desenvolvimento das relações entre indivíduo e gênero. Condições materiais que se movimentam alicerçadas na supradita submissão, resultam tendencialmente em escassear a potencialidade de transformação da realidade por meio de atividades mediadas pela mercadoria consumida, independente dessa ser constituída por elevado nível de tecnologia.

A apropriação da produção social (do gênero humano) pelo indivíduo se realiza nas condições de apropriação privada a partir da distribuição, e ainda que essa apropriação individual contemple a quase universalidade dos indivíduos o acesso ao mais elevado nível de tecnologia no consumo da mercadoria, não há decorrência de equivalência com a apropriação individual do potencial de desenvolvimento histórico conquistado pelo gênero humano. Os indivíduos se apropriam desigualmente da produção social na distribuição e, apesar dessa desigualdade se aprofundar, indivíduos com diminuta apropriação podem consumir mercadorias com elevada tecnologia. A tecnologia, portanto, não se encontra efetivamente atrelada ao desenvolvimento individual e genérico, não é idêntica às forças produtivas e os meios de produção.

A partir da articulação das supraditas condições materiais historicamente postas na unidade da realidade social, instaura-se a tendência de expansão da potencialidade de conservação da realidade. Conservação que, apesar de crescer, de modo algum sugere a negação do movimento, mas acentua a predominância das continuidades nas mudanças resultantes do movimento, inclusive nas próprias descontinuidades que crescem o potencial das continuidades e reafirmam a conservação.

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia, portanto, apesar de necessariamente negar a realização do capital, não nega ao capital as possibilidades e alternativas de, ao/para se reproduzir, negar as potencialidades da sua própria negação. Depreendemos que uma das mais relevantes alternativas se realiza por meio do aprofundamento e ampliação da

11 Compreendendo produção, distribuição, troca e consumo historicamente determinados.

vinculação da ciência e da tecnologia com a maximização do valor de troca e a vinculação entre o desenvolvimento tecnológico com o desenvolvimento e afirmação do capital e, concomitantemente, com a negação do desenvolvimento das forças produtivas. Logo, o desenvolvimento do capital não é idêntico ao desenvolvimento humano, mas necessita assim se revelar na aparência da realidade.

Desse modo, a notória ampliação da difusão do uso e do acesso às tecnologias no atual momento histórico, não necessariamente corroboram com a conclusão que aponta a apropriação subversiva dessas tecnologias como potencial de transformação radical da realidade. O que nos impõe a discordar da conclusão proposta por Santos (2001), a respeito das potencialidades, inscritas nas condições históricas pelo desenvolvimento do capital, de instauração da efetiva negação e superação do capital a partir da subversão da racionalidade do meio técnico-científico-informacional, o que direcionaria a humanidade ao que o autor denominou de período demográfico ou popular da história.

A “universalização” do acesso à tecnologia como necessidade de reprodução do capital não implica constituir necessariamente as condições para a possibilidade de negação radical do capital, bem como não implica aprofundar as condições de desenvolvimento humano. Decerto, consideramos que conclusões que apontem nessa direção possam se revelar na aparência da realidade como movimento inescapável, conduzindo a compreensão do atual momento histórico como a crise final do capital.

Poderíamos considerar que, como um ilusionista, o capital compreende que não pode se movimentar sem nada afirmar e revelar, e procura atrair atenção ao que revela para não revelar as finalidades do seu movimento. No entanto, essa é a forma de movimento de toda a realidade, que se afirma e se nega em ser e (concomitantemente) não ser. E a essência, para afirmar a sua existência e se movimentar, necessariamente se afirma e se nega na aparência¹².

A título de exemplo, as redes sociais que aparentemente potencializam a capacidade de intervenção da sociedade nas atividades decisórias, conduz a uma libertação virtual desvinculada das necessidades dos confrontos e das relações sociais reais. Decerto, constata-se, inclusive, que essa virtual liberdade permite que os indivíduos não limitem as suas expressões e manifestações, ampliando o apartar das ideias das condições materiais de

12 Desenvolvemos com maior profundidade a exposição a respeito da relação entre essência e aparência no Capítulo 4, em particular no subitem “4.6.2. ‘O Crepúsculo dos Ídolos’ (Movimento IV): a Essência e o Movimento *versus* o Perfeito Enquanto Princípio”.

existência e aprofundando a concepção absoluta do que separa os grupos sociais, sem permitir transpor à consciência o que os une, logo, *triturando* a totalidade.

Ademais, as decisões que atendem ao apelo das manifestações nas redes sociais resultam em reformas políticas que acarretam diminutas mudanças nas condições materiais de produção, mas que se travestem enquanto satisfação de um ato precisamente revolucionário, dotado da maior potência de transformação social possível. Isso porque a fragmentação da realidade reproduzida no âmbito das ideias condiciona a fragmentação das alternativas.

A aparente agregação espontânea de expressiva quantidade de indivíduos vela que a incontestável prevalência das pautas, da agenda, das temáticas e das linhas argumentativas são determinados pela ordem de prioridades definida pela mídia impressa e audiovisual, ambas não mais restritas aos meios tradicionais mas coadunando esses à *internet*. Dessa forma, o coadunar tradição e novas tecnologias nessas mídias se evidencia na medida em que as instituições tradicionais se apresentam enquanto veículos de maior abrangência e continuam objeto de disputa para a alocação do maior volume de patrocínio das maiores empresas. Logo, a conservação dessas instituições atendem aos mesmos interesses de conservação das patrocinadoras, e as finalidades que engendram campanhas, ideias e estratégias de comunicação são definidas pelas necessidades das patrocinadoras.

Determinados potenciais são monopolizados pelas instituições de modo insubstituível pois essas representam a tradição, o que significa que apresentam maior probabilidade de estabilidade das/nas práticas cotidianas e maior permanência temporal, na medida em que se dissociam dos indivíduos e das substituições dos indivíduos proprietários com as constantes fusões, aquisições ou flexibilidade e anonimato da propriedade de percentual de ações.

No entanto, como as instituições são pessoas jurídicas, não remetem a uma forma humana efetivamente existente, o que expressa limitada personificação de características humanas e de exposição personificada e visual para o instaurar de padronização de objetos de consumo e de um estilo de vida que se fundamenta por meio de determinados agrupamentos que tipificam os objetos de consumo.

Os estilos de vida passam a se constituírem com a adesão de características que amplificam a (re)produção das mercadorias, sendo igualmente descartáveis e flexíveis à modificações rápidas. Portanto, considerando a adesão dessas características, se tornam mais

adequadamente vinculados à menor estabilidade da fama e exposição de uma personalidade reproduzida nos mesmos preceitos, que pode prontamente oscilar ou ser deteriorada. São mais adequadamente vinculados às aparentes descontinuidades, que se manifestam na qualidade de ruptura com a tradição.

Nesta direção, as personalidades de destacada repercussão em diversificados segmentos sociais, sobretudo com a massificação realizada pela indústria da comunicação audiovisual tendo enquanto conteúdo as artes cênicas e musicais e os esportes com maior apelo popular ao consumo, são cooptadas desde o processo germinal de formação, desenvolvimento e ascensão de acordo com as regras do mercado a constituírem e solidificarem uma “marca” associada a personalidade e ao êxito profissional que agreguem valor de mercado à exibição da imagem.

Essa imagem da “marca” personificada permite potencializar a exposição e associação entre a personalidade — tornada “celebridade” com o êxito profissional e as características pessoais do estilo de vida — e os objetos consumidos que “reivindicam” a definição do sucesso e da felicidade obtida.

A aludida associação remete aos indivíduos pertencentes ao público-alvo a se contentarem em não obterem assemelhado êxito mas o experimentarem parcialmente ao consumir os objetos, serviços e eventos que definem o estilo de vida de sucesso e felicidade indistinto ao êxito. Ou, ainda, a consumirem esses objetos para reproduzirem um estilo de vida que encaminhe para os direcionamentos de possibilidades de obtenção do êxito, sendo o estilo definido não apenas enquanto resultado, mas igualmente enquanto condição.

Decerto, as “celebridades” igualmente constituem expressões de submissão dos indivíduos e, conseqüentemente, da personalidade à generalização da forma mercadoria que reduzem o sujeito a objeto. Essa redução compõe a apreensão ideologicamente invertida e configura a potencialidade de flexibilização necessária ao descarte das “celebridades” enquanto mercadorias, o que permite ao capital a reprodução da sua existência reproduzindo o indivíduo na condição de objeto na sua relação com o gênero, consumido momentaneamente na forma(-mercadoria) social de “celebridade”.

Ao ser descartado da forma(-mercadoria) o indivíduo se encontra destituído das precedentes condições sociais de relacionamento com o gênero e desprovido das condições de conservar da existência social redutora do sujeito ao objeto. Isso acarreta um profundo impacto desferido sobre a personalidade e o sentido de realização da vida do indivíduo que,

despido da redução a objeto confronta a si mesmo e reconhece as carências subjetivas não saciadas. Instaura-se a tendência de fragilizar as possibilidades objetivas do reconstruir as relações com o gênero que dotem a vida de sentido, sendo o desvanecer da condição de existência social do sujeito reduzido a objeto o desvanecer do próprio sentido da conservação da existência biológica do indivíduo e em outras condições sociais.

Considerando a necessidade de conservação, o uso das novas tecnologias pelas “celebridades” não se apresenta precisamente enquanto opcional, pois o potencial de exposição ao público-alvo necessita ser mensurado pela quantificação das redes sociais ou plataformas, com a mensuração da quantidade de visualizações, compartilhamentos, “curtidas”, seguidores etc. A quantificação igualmente tende a despertar a curiosidade dos indivíduos que por diferentes motivos por ora não “consumiram” a informação, por essa se destacar nas genéricas e insistentes sugestões de “consumo”, ou ainda serem apresentadas enquanto sugestões específicas, definidas a partir do perfil cadastrado pelo “consumidor”.

Diante das considerações supraditas, o desenvolvimento das tecnologias e a massificação da acessibilidade a artefatos tecnológicos resulta não estritamente em incremento da potencialidade de maximização do valor de troca, mas, compreende a consolidação das condições ao progressivo acréscimo na obtenção de dados e informações coligidos e voluntariamente disponibilizados pelos indivíduos, ambos satisfazendo necessidades de conservação da existência do capital.

Os dados coligidos enquanto condição de acessibilidade à “liberdade” mediada pelo uso das novas tecnologias, potencializam o controle dos “desejos” e insatisfações e, conseqüentemente, direcionam com maior precisão as ações que se apropriam dos desejos para maximizar o valor de troca e a lucratividade, e identificar e localizar os indivíduos, grupos e movimentos sociais que fomentam críticas com potencial para definir finalidades que exerçam danos à conservação do capital.

Exemplos recentes da insegurança da comunicação mediada pelas novas tecnologias com o evidente papel das atividades de controle podem ser expressos no “escândalo de espionagem” executado por agências de inteligência do governo dos Estados Unidos da América com autoridades do governo brasileiro, inclusive a presidente da República, Dilma Rouseff¹³, com acesso a *e-mails* e telefonemas de conteúdos diversos para coligir dados e

13 “Brasil é o grande alvo dos EUA’, diz jornalista que obteve documentos de Snowden”. <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/09/04/brasil-e-o-grande-alvo-dos-eua-diz-jornalista-que-obteve-documentos-de-snowden.htm>>. Publicado em 04/09/2013. Acessado em 20/09/2015.

informações que subsidiem estratégias do Estado e das empresas estadunidenses.

Depreendemos, portanto, que a mobilização e organização efetiva de movimentos com potencial de exercício da liberdade e da transformação social não restrito a questões pontuais, aparentemente se densificam com as novas tecnologias mas expressam a inversão da efetiva potencialidade que se desenvolve, o controle e o cárcere.

As próprias redes sociais, ao cooptarem e determinarem as regras de felicidade não somente com a exposição indiscriminada da privacidade mas definindo a felicidade por meio da quantificação realizada de modo idêntico à que define a vinculação de patrocínio das mercadorias e marcas. A orientação da vida cotidiana para a felicidade se define substancialmente mensurável por meio do distanciamento abstrato da *internet* enquanto “espaço” predominante de relacionamento do indivíduo com o gênero, comportando a auto-exposição do indivíduo resignado na consensual alternativa de satisfação das carências subjetivas como a redutibilidade a objeto.

Nessas condições, reconhece no acréscimo quantitativo da auto-exposição em objeto a plenitude existencial verificável na quantidade de compartilhamentos, “curtidas”, visualizações etc., logo, tendo as novas tecnologias enquanto mediadoras indispensáveis para o simultâneo isolamento e sentido existencial encontrado na quase totalidade das atividades cotidianas: para a exposição do que se consome no âmbito da alimentação, da arte, da estética etc. A mediação das formas de relações culturais das novas tecnologias integralizam a temporalidade e a espacialidade das relações imediatas do indivíduo com o mundo, condição para que a totalidade dos aspectos qualitativos da subjetividade se convertam em caracteres da mercadoria, produzindo indivíduos e subjetividades descartáveis.

Nesta rota, os indivíduos voluntariamente se expõem ao controle, fornecem informações ao banco de dados de controle que permite identificar os indivíduos e as suas relações pessoais e profissionais e, inclusive, comparar indivíduos com identidades alteradas com os dados disponíveis no banco de dados com as informações.

O vínculo “naturalizado” entre a exposição da vida privada e a quantificação do acesso ao sujeito reduzido a objeto da exposição como finalidade das atividades cotidianas por constituir expressão de realização e felicidade desvela algo de extrema relevância: a finalidade e o sentido da vida cotidiana se assentam na livre e espontânea submissão ao controle dos demais indivíduos e das instituições, governos, empresas, marcas etc. Os

indivíduos se relacionam com o gênero orientando as suas ações por um desejo de ser cada vez mais controlado e vigiado e que, entretanto, aparece invertido, travestido de desejo por liberdade e autonomia. A plena realização do capital se veste da plena realização da humanidade e dos indivíduos. Talvez os inúmeros *reality shows* constituam a mais expressiva síntese da manifestação da inversão entre liberdade e cárcere, a “naturalização” massificada e irrefletida e a predominância dos temas privados fragmentando o interesse público.

A apropriação da tecnologia que se apresenta inversão da realidade enquanto potencial de libertação, desvela a fragmentação da concepção de mundo, a ofensiva do controle e a integração dessas com as finalidades de reprodução e conservação da existência do capital e das suas contradições movidas e moventes, a existência dos capitalistas e a existência dos trabalhadores.

O controle de maior eficiência se exerce travestido de libertação e adesão voluntária à liberdade. Não consiste, portanto, em falsa liberdade em termos absolutos, mas em liberdade formal que inverte as determinações ontológicas da realidade, e se realizam na realidade enquanto cárcere.

Ao definir a pós-modernidade, Bauman (2001) declara a inversão que reduz os temas de interesse público na curiosidade e na exposição pública de questões privadas, de sentimentos íntimos, que deformam e destituem a compreensão e a valoração das questões da vida em sociedade. As problemáticas que compõem o interesse público consistem no plano privado, aprofundando a fragmentação da apreensão da realidade e desviando a valoração das necessidades sociais que expressam o desinteresse e/ou desconhecimento das contradições imanentes ao movimento da totalidade social.

Nesta direção, o relacionamento do indivíduo com o gênero se delimita estritamente no desvelar da singularidade do indivíduo ao controle do gênero, as “categorias” de intimidades compartilhadas reconhecem “comunidades” de assemelhado interesse dotadas de fluidez que as redefinem e fragilizam os relacionamentos humanos ao plano do imediato e da transformação indeterminada pelos momentos precedentes.

A progressiva predominância da população de adultos, jovens, adolescentes e crianças integralmente subordinadas teórica e praticamente aos preceitos pós-modernos potencializam a conservação das condições históricas com a afirmação absoluta do imediato indeterminado e da humanidade destituída de gênese e processos, reduzida a um

quantitativo populacional de indivíduos em isolamento, em derrelição.

A resignada decadência ideológica no reconhecimento da dilaceração subjetiva do indivíduo e o consentir a impotência do dispêndio de esforços na apreensão da realidade, afirma o caráter indeterminado da estrutura essencial da existência (“diferença ontológica”), logo, define a imediaticidade da crise hodierna enquanto condição permanente do homem, recentemente tornada consciente.

À vista disso, demarca-se a potencialidade humana de transformação da realidade restringida ao plano da subjetividade e da individualidade que somente reconhece estranhamento e ilegitimidade prática na objetividade das problemáticas genéricas de escala diversa à particularidade das experiências imediatas da vida cotidiana. As reivindicações se legitimam estritamente no plano da intersubjetividade dos indivíduos, com o reconhecimento da singularidade das carências subjetivas prementes de satisfação no conformar de particularidades manifestadas nos novos sujeitos coletivos enquanto maximização possível da generidade pelo movimento da subjetividade no reconhecimento de si mesma e dos conflitos da imediaticidade no relacionamento do indivíduo com o mundo.

O não reconhecimento das singulares carências e conflitos nos debates hegemônicos compele o indivíduo ao estranhamento que compreende uma forma de manifestação da objetividade como negação da subjetividade. Conseqüentemente, o sujeito empreende discursos de negação apriorística da valoração das questões públicas ou das posições a respeito dessas, quando destituídas de identidade com as suas experiências imediatas que dispensam a necessidade de movimentos de abstração e reduzem o conhecimento e a reflexão geográfica nas categorias que reproduzem as formas de apreensão da escala do corpo.

O corrente estágio de desenvolvimento das tecnologias e comunicações no estabelecimento de condições que aprofundam a fragmentação da produção das mercadorias com a separação de componentes produzidos em diferentes lugares para os quais o capital se move ao reconhecer potencialidades profícuas de reprodução, sobretudo a disponibilidade com simultânea fragilidade normativa de recursos naturais e de força-de-trabalho.

A fragmentação territorial da produção aperfeiçoa a fragmentação da classe trabalhadora com os diferentes tipos de contratação desprovidas de estabilidade e plenas de flexibilidade, com destaque para a terceirização que permite fragmentar tanto

territorialmente quanto socialmente os indivíduos trabalhadores, comportando possibilidades de subversão da legislação trabalhista quando a empresa terceira executa o decrescer dos custos de operação utilizando a forma extrema de precarização e anulação da subjetividade com o instituir do trabalho escravo moderno.

Afirmando uma resolução a respeito da possibilidade da revolução enquanto constituição de uma ruptura radical com a reprodução do capital, um documentário que apresenta uma narrativa que se desenvolve com a apropriação do conteúdo de um momento de intensificação dos conflitos pela apropriação do poder político entre concepções que direcionavam a prática desse poder para projetos e finalidades distintas.

A narrativa relata acontecimentos que se realizaram na cidade de Caracas, na Venezuela, no ano de 2003, e é intitulada “A revolução não será televisionada”¹⁴. Fazendo uso de um tom provocativo, poderíamos declarar ilações preditivas que afirmem a expressão que intitula o documentário e acrescente que a revolução, igualmente, não será curtida, compartilhada ou visualizada nas redes sociais.

Contudo, é pertinente sublinhar que o desenvolvimento da tecnologia e da ciência aparentemente se manifestam e são apreendidos na qualidade de fundamentos a partir dos quais se erigem afirmações diversas de concepções de mundo distintas e conflitantes:

(1) afirmação da inevitável destruição do capital expressa nas constantes crises que são apreendidas enquanto uma contradição, na medida em que as crises resultam do desenvolvimento do capital e, concomitantemente, manifestam condições materiais aperfeiçoadas para a superação do capital;

(2) afirmação das potencialidades das liberdades humanas enquanto ratificação do êxito da sociedade capitalista expressa nas tecnologias em contraposição a uma sociedade “atrasada” que condena as inovações tecnológicas.

Para além das sobreditas afirmações, depreendemos que se manifestam veladas nesse mesmo desenvolvimento da tecnologia e da ciência:

(1) afirmação da constituição de alicerces para a reprodução do capital, na medida em que o dotam de condições de mudanças para o aprofundamento da conservação da sua existência com a ampliação do valor de troca e redução do valor de uso.

14 “A revolução não será televisionada – O golpe na Venezuela”. Documentário filmado e dirigido por Kim Bartley e Donnacha O’Briain. Produzido por Power Picture associada à Agência de Cinema da Irlanda. 74 min. 2003.

(2) afirmação do sobredito movimento dos valores, contudo, aparecem invertidos afirmados na tendencial diminuição dos preços das mercadorias que, do mesmo modo, passam a afirmar as mercadorias incorporadas da tecnologia enquanto valoração de potencialidades ao sentido da existência do indivíduo que a consome, compelindo o consumo enquanto satisfação da carência de sentido nas atividades práticas.

(3) afirmação da manifestação de uma inversão da realidade na apreensão do indivíduo e da sociedade capitalista, que não permite ao indivíduo identificar o desumano com o demasiadamente humano¹⁵ que convergem sintetizados na tecnologia e no consumo, no desenvolvimento do capital.

(3) afirmação, por conseguinte, de uma falaciosa relação ao encontro de harmonia plena entre o movimento de desenvolvimento do indivíduo e o desenvolvimento do capital identificado com o desenvolvimento do gênero humano, na medida em que o último resulta no/do desenvolvimento da ciência e da tecnologia que, por seu turno, resultam nas/das condições de produção de mercadorias que permitam a satisfação das carências de sentido ao indivíduo.

(4) afirmação de uma ética ao determinar o desenvolvimento do indivíduo em identidade com o desenvolvimento da reprodução social que conserve e aperfeiçoe o capital, conformando o valorar de qualidades superiores ao indivíduo que tenha dos seus esforços resultados que empreendam o desenvolvimento do capital. Logo, uma ética que resigne o indivíduo e arrefeça potenciais impulsos para a negação do capital com a inversão dos mesmos ao próprio indivíduo como expressão da sua incapacidade de empreender esforços que desenvolvam a sociedade e, conseqüentemente, a si mesmo.

Desse modo, é inegavelmente questionável a atribuição de prática e de atendimento às necessidades sociais da fragmentação da ciência e da técnica. A realidade é apreendida de forma invertida porque as condições materiais se manifestam de forma invertida. Assim, depreendemos que o movimento proposto e realizado por Marx de reposicionar os fundamentos da obra de Hegel de “ponta cabeça” consiste no reconhecimento da indubitável pertinência e originalidade da lógica dialética hegeliana.

Essa lógica, no entanto, se encontrava invertida e permeada em idealismo, se constituindo assentada em uma falsa ontologia. A inversão realizada por Marx consiste fundamentalmente em dispor a lógica assentada na ontologia, e não o inverso, que resulta

15 Analogia com referência ao título da obra “Humano, demasiadamente humano”, de Friedrich Nietzsche.

impreterivelmente no idealismo, independente da forma de manifestação teórica e metodológica e do grau de distanciamento com o materialismo.

A afirmação do capital e a negação das forças produtivas, contudo, jamais se realizam de modo absoluto. Não há possibilidade de um desenvolvimento tecnológico absoluto, sem acarretar desenvolvimento das forças produtivas, ainda que o último seja ínfimo em comparação com o primeiro. A negação absoluta da contradição pode ser atributo determinado a um conjunto de regras lógicas, mas essas regras não fundam determinações ontológicas.

6.1.1.3. Ontologia e Epistemologia: a Geografia e a Relação entre Ciência e Filosofia

A contradição da identidade da identidade com a não-identidade é imanente ao movimento enquanto forma de ser da matéria, uma determinação ontológica geral da unidade do ser, que integra expressões qualitativas diversas dessa contradição.

(1) na natureza inorgânica a contradição é expressa estritamente na constante mudança da identidade em não-identidade. Como exemplo da contradição na esfera inorgânica apontamos o movimento e a mudança do magma presente no manto terrestre que aflora à litosfera e nas relações que constitui com os elementos da atmosfera resulta na rocha enquanto negação do magma.

O movimento da rocha no decorrer de prolongado transcurso no qual, a partir da sua constituição mineralógica estabelece relações pautadas em processos físicos e reações químicas — os primeiros com o sol (dilatação/contração) e demais condicionantes climáticas, as últimas com a disponibilidade de água e a atividade de organismos —, resultam na gênese e desenvolvimento do solo, passando por diversos estágios que compõem as progressivas negações da rocha, e as relações com objetos movidos e moventes da sensibilidade dos da rocha e dos objetos que integram as suas relações.

(2) na natureza orgânica é instaurada a qualidade da reprodução, necessariamente subsumida à determinação geral da mudança da identidade em não-identidade, com os seres vivos reproduzindo a si mesmos no decurso da vida. Essa para existir idêntica a si mesma, é igualmente o decurso da sua negação que finda no falecer do organismo enquanto negação

absoluta. Essa negação absoluta anula a sua própria identidade e existência, pois ao não mais negar a si mesma afirmando a vida do organismo, nega as qualidades superiores do organismo e o reduz às qualidades da natureza inorgânica que de modo algum são absolutamente negadas, ou inexistiriam. Logo, a negação que não se movimenta para o seu contrário inexistente.

Em outros termos, reafirmamos o absoluto enquanto qualidade relegada à inexistência: a afirmação da vida não é absoluta, mas igualmente afirmação da sua negação, e a negação da vida, quando absoluta, relega a vida à inexistência, a encaminha do ser (orgânico) ao “nada” — na esfera orgânica de ser —, reduzindo o movimento da contradição da identidade da identidade com a não-identidade da existência à esfera geral, à dinâmica imanente da contradição no ser inorgânico.

(3) na esfera social, na reprodução são instauradas novas qualidades determinadas e determinantes da reprodução biológica, quando as qualidades precisamente sociais necessitam de reprodução não redutível à reprodução biológica para a conservação da existência social. Conservação que implica desenvolvimento e complexificação não idênticos ao desenvolvimento e complexificação biológico, mas que igualmente determinada pela contradição imanente ao movimento que engendra a negação de qualidades sociais afirmando novas qualidades sociais.

Nesta direção, não somente o indivíduo social não reproduz estritamente a conservação biológica como a reprodução e conservação da sua existência social determina as condições em que a reprodução biológica se realiza. Determinação posta pelo estágio de desenvolvimento e complexificação da totalidade social, mas igualmente pela condição de integração do indivíduo à reprodução da totalidade social, de modo que as condições de reprodução biológica de um indivíduo senhor de escravos no Império Romano da Antiguidade difere das de um indivíduo escravo em idêntica condição histórica.

Ou, para consagrar um exemplo hodierno, a integração do indivíduo à totalidade social, expressa na apropriação privada de certa quantidade do conteúdo da riqueza material socialmente produzida, é determinante para as possibilidades reais de conservação da existência biológica e social desse indivíduo, no acesso quantitativo e qualitativo à alimentação, aos serviços de saúde etc.

A existência na sua esfera social expressa qualidades cuja complexificação não são redutíveis às esferas da natureza inorgânica e/ou orgânica. O que significa que a apreensão

ontológica da existência social não é idêntica à das demais esferas, embora a primeira comporte determinações ontológicas das últimas, revelando identidade e não-identidade, unidade e diversidade.

O aludido comportar na esfera social, portanto, transcorre em novas condições, nas quais a expressividade da manifestação das determinações ontológicas inorgânicas e orgânicas não são equivalentes à expressividade em que as mesmas determinações incidem nessas esferas. Em outros termos, embora insuprimíveis no indivíduo social, as determinações biológicas não possuem a mesma dimensão no indivíduo (biológico) do gênero social e no indivíduo (biológico) do gênero (biológico) dos gorilas, por mais próximos que os últimos se encontrem dos primeiros na evolução biológica.

Ao problematizar a tendência de reconhecimento dos jovens no presente contexto, Ferraz (2011) sublinha a reprodução de atividades práticas cotidianas que revelam o imediatismo e a velocidade e expressam o estranhamento em relação às atividades que demandam um processo gradual e profundo, o que assinala a ausência de sentido da educação, apreendida na qualidade de molestadora.

A satisfação, por conseguinte, é encontrada no imediato da informação absorvida por meio do audiovisual, de textos com curta extensão, de imagens com legendas, ou das relações sociais imediatas dos relacionamentos afetivos de curta duração fundados na ausência de aprofundamento e na necessidade de publicizar a vida privada para ser objeto de contemplação.

As questões mais gerais dos problemas sociais perdem a condição de centro do interesse e do debate público, restrito aos assuntos da vida privada, o que torna tema de intenso interesse os relacionamentos de músicos e atores e a maior ou menor adequação ao padrão de beleza vigente, e marginaliza o interesse nas concepções estéticas, a título de exemplo. As condições atuais, embora ofertem uma maior acessibilidade ao conteúdo de obras de arte, livros, notícias etc., encontra um distanciamento e desinteresse dos jovens.

As relações sociais na atualidade se pautam pela tendência de valoração positiva da velocidade e do descartável, com expressivo volume de informações e estímulos centrados no audiovisual e na passividade do contato com as explicações, justificativas, análises, projeções etc.

A velocidade que permite o contato instantâneo e audiovisual nos constringe a

receptar muitos estímulos e ter de modo constante as imagens imediatamente associadas, e essa aparência da imagem termina nos limitando quase totalmente ao aparente e ao imediato. A dinamicidade veloz que nos postula libertos e produtivos incrementa as condições para o aprofundamento do problema, pois as pessoas não se concentram por muito tempo somente em uma determinada questão, na medida em que o maior dispêndio de tempo obriga ao tratamento mais aprofundado e que resulta em aprofundamento da apreensão e a tendência consensual se orienta para a superficialidade. Nesta direção, contraditoriamente, a orientação para a superficialidade é igualmente a orientação para o aprofundamento, o que se constata no aprofundamento da superficialidade nas relações sociais e, por conseguinte, no diálogo propostos pelos estudantes em sala de aula, na apropriação das leituras dos textos e do mundo etc.

A expectativa e a imaginação que se exige em um tempo menos veloz e com a ausência da imagem e do som do outro com quem se dialoga e de quem se aguarda uma ação, um resposta, se torna intolerável, o que se constata com a substituição do e-mail pelas redes sociais e as condições de interlocução centrada em áudio, vídeos, imagens e textos de diminuta extensão que não exigem relevantes esforços de conhecimento, análise etc.

Na mesma direção, a afetividade se encontra reduzida e mediada por idênticos critérios e tecnologias, de modo que há consenso a sentenciar a única forma de expressão autêntica dos sentimentos igualmente se subordina e se reduz ao imediato, ao rápido, e ao uso de imagens, o que se evidencia na publicização da vida privada nas redes sociais, com casais profundamente apaixonados e as suas milhares de fotos: como expressar que se nutre sentimento autêntico por alguém sem necessariamente tornar público? Não há incômodo caso alguns meses depois os “álbuns” contenham outras fotos, outra pessoa.

De modo semelhante, a quantificação de parceiros(as) durante uma “festa” possui valoração, não exigindo ao menos a recordação do nome da pessoa a compartilhar momento íntimo de afetividade. Não suficiente a narrativa pois o audiovisual se impõe, a proliferação de vídeos a expor (na maioria das ocasiões com ausência de consentimento) a nudez e/ou relações sexuais é denunciativo da gravidade do problema, o que se observa igualmente na necessidade de exposição das jovens que se apresentam despidas parcial ou totalmente para que se eleve o quantitativo dos que se interessam, demonstrados pelos números de visualizações, comentários, compartilhamentos etc., e a carência se satisfaça nos moldes vigentes.

O experienciar o tempo e o espaço de maneira distinta tende a ser ridicularizado e marginalizado, sem reflexão a respeito da relação entre esse experienciar e o modo como concebemos e construímos o conjunto das nossas relações sociais com os demais indivíduos. Diálogos rápidos e imagens que simulam a constante proximidade do outro comportam somente o imediato e superficial, ou tempos lentos e distâncias que variam do estar junto ao estar distante.

Esse contexto que aparenta estar restrito ao âmbito puramente teórico se realiza e se reproduz no experienciar cotidiano da prática na sala de aula. A aula que exige extenso dispêndio de tempo, ininterrupta atenção, e cuja apropriação do conteúdo exige atividade do sujeito, de modo oposto ao passivo contemplar de informações. Ademais, os conteúdos se acumulam e se aprofundam, exigem a construção constante de relações entre conceitos, autores, contextos históricos, o que difere das novidades e dos modismos que não possuem historicidade e carecem somente de contemplação.

A negação do audiovisual e da distância no tempo e no espaço do interlocutor é igualmente estranha, pois normalmente a aula não é centrada em imagens e áudios mas em textos e diálogos. Textos de autores que não se encontram presentes em áudio e vídeo para interagir e permitir a passividade enquanto condição de apreensão. A aula, portanto, se apresenta na qualidade de uma tortura para os jovens e recorrer ao uso do *smartphone* é a única forma de conseguir suportar, pois equivale a recorrer ao relacionamento social autêntico. A “morosidade” da aula (quando comparada à celeridade tecnológica) se aprofunda com o dispêndio de tempo para a formação, prolongado por inúmeros anos.

A apreensão da realidade não se constitui na divisão de diminutos pedaços fragmentados que se definem como os verbetes de um dicionário. A proposta de aulas que não se desenvolvem de modo linear e com construção de raciocínio que se processa devagar, remete a categorias e conceitos distantes, a temporalidades e espacialidades distantes promovem maior estranhamento. A proposta de aulas que não exigem a reflexão teórica e que centram a carga horária em atividades práticas com o receituário previamente estabelecido possuem maior proximidade com a dinâmica das relações sociais na atualidade.

O pragmatismo e o distanciamento do mesmo da crítica das condições sociais coadunada à proximidade com a redução dos problemas ao intento de manipular fragmentos da realidade possui superior estima social, o que igualmente se expressa de modos diversos na academia e na relação da academia com a sociedade. A título de exemplo, é notória a

valorização social e a valorização financeira de determinadas áreas do conhecimento científico na quantificação da concorrência por vagas ofertadas nas Universidades. Áreas com predominante orientação pragmática e incipiente discurso crítico, correspondente ao interesse de estabilidade nas condições econômicas distintas. As propostas que inibem e/ou atentam contra a estabilidade prontamente provocam reações enfáticas e veementes para desconstruir as condições de realização de transformações.

Depreendemos, considerando o tratamento concedido às questões ontológicas, lógicas e históricas, algumas falácias reproduzidas na qualidade de verdades absolutas no meio acadêmico:

(1) o discurso ideológico da valorização das áreas do conhecimento científico enquanto expressão da utilidade social das mesmas, justificando a maior relevância das ciências naturais e reafirmando que os resultados obtidos pelas ciências naturais decorrem do emprego do método e da neutralidade — portanto, dissociando os resultados das necessidades de conservação da realidade social.

(2) a dissociação entre a teoria e a finalidade prática, e a predominância da última quanto à definição da orientação das finalidades das atividades acadêmicas e, igualmente, do prestígio social e da equivalência desse no quantitativo do financiamento público e privado para as atividades de pesquisa.

(3) as supraditas neutralidade e predominância prática fundamentam as diretrizes da formação profissional na academia, forjando habilidades e competências, as quais a estrutura curricular e as disciplinas devem se submeter para desenvolver profissionais capacitados à satisfação das necessidades de desenvolvimento da realidade social.

Concepção que movimenta a tendência ao consensual e natural decréscimo do quantitativo de carga horária dos cursos para otimizar a formação, concentrando a supressão nas disciplinas que se encontram destinadas aos conteúdos teóricos, estéreis de finalidades práticas.

Disciplinas e conteúdos, de tal modo “autorreconhecidamente” improdutivos, que os próprios docentes dessas áreas clamam por pautas “atrasadas” e decadentes, a exemplo da exclusividade do financiamento público das Universidades e do distanciamento da inserção dos interesses do mercado na orientação ou definição das prioridades e das questões a serem pesquisadas. Pautas que estritamente objetivam impor às áreas efetivamente práticas e

propositivas um limite de desenvolvimento que não permita denunciar cabalmente a discrepante relevância entre as distintas ciências para potencializar o ritmo do desenvolvimento econômico e social;

(4) essas falácias se expressam no âmbito da Geografia com a demarcação de prestígio e importância para as subáreas e disciplinas que conferem maior êxito ao profissional em formação no mercado de trabalho, e tendencialmente acentuam a fragmentação da dualidade Geografia Física/Geografia Humana;

(5) por conseguinte, constituem óbice à apreensão efetiva da realidade e das necessidades e possibilidades efetivamente existentes de transformação da realidade.

A tendência consensual de concepção da finalidade que orienta o processo de formação no âmbito da educação formal conforma pertinente expressão da convergência naturalizada entre as necessidades humanas e o desenvolvimento do capital. Utilizando o recorte do modelo vigente para o ingresso no ensino superior no Brasil, a realização regular de procedimento de avaliação com ênfase quantitativa consolida um índice a agregar a totalidade dos indivíduos envolvidos no processo na alienação da finalidade que orienta a teoria e a prática, o que não suprime as diferenças afirmadas e conservadas.

A publicação do índice que cataloga a competitividade entre indivíduos com condições idênticas, reservadas estritamente ao momento da realização da avaliação, desvela as consequências relacionadas no expressivo quantitativo de instituições privadas de ensino agregando as maiores pontuações dentre os concorrentes. Consequências que comportam:

(1) a finalidade que orienta a teoria e a prática dos proprietários privados das instituições privadas de ensino e reduz a educação na qualidade da formação dos estudantes para incorporar a obtenção de resultados mensurados na avaliação que compreendam a condição para incremento de demanda a crescer a lucratividade;

(2) os professores igualmente reduzem a atividade teórica e prática que define conteúdos e métodos orientados para a finalidade de qualificar a formação dos estudantes para incorporar procedimentos simplificadores com maior tendência a prover resultados na avaliação. A atividade consciente se aliena para a satisfação de necessidade de crescer a apropriação privada na forma salário na concorrência do mercado, convergindo com a alienação dos proprietários privados das instituições privadas de ensino;

(3) os estudantes reproduzem o critério de valoração dos conteúdos que definem a

qualidade da formação, reduzindo a finalidade que orienta na teórica e na prática as ações para a satisfação de necessidades a restringir ao que as avaliações definem a expressão de êxito. Assim, a obtenção de resultados nas avaliações aliena e destitui de valor as atividades que obliteram a finalidade por transcender à necessidade. Obter notas constrange a totalidade das ações, a reduzir ao estritamente necessário a apreensão dos conteúdos.

A centralidade da concorrência na definição do acesso ao ensino superior compreende a vinculação entre as áreas de conhecimento e a apropriação privada na forma salário estabelecidas pelo mercado de trabalho. Logo, o predomínio inegável de estudantes provindos de instituições particulares de ensino nos cursos que atribuem aos egressos maiores salários reafirmam a necessidade da concorrência para a conservação da desigualdade social e para o discurso da igualdade, da liberdade e da meritocracia.

Nesta direção, a alienação da orientação dos Estados para a finalidade de satisfação da necessidade de prover condições profícuas para a apropriação na concorrência do mercado delimita a valoração dos direcionamentos teóricos e práticos. A título de exemplo, considerando o “mundo desenvolvido”, se expressa em medidas recentes como, dentre outras, a orientação adotada pelo governo japonês que, no decorrer do ano de 2015, encaminhou posicionamento político à administração das Universidades para o cancelamento ou decréscimo da oferta de cursos na área de ciências humanas, concentrando a oferta de vagas em áreas “que contemplem as necessidades da sociedade”¹⁶.

Ou com decisões dotadas de ainda maior ênfase nesse discurso, quando o governo australiano, inspirado em modelos implementados nos Estados Unidos e no Reino Unido avaliados como exitosos, “autoriza” e incentiva a substituição da carga horária das disciplinas História e Geografia por disciplinas relacionadas ao conteúdo de “tecnologias digitais”. Essa autorização não se destina, como no aludido exemplo japonês, ao ensino superior, mas incide desde as séries iniciais no ensino fundamental. O objetivo e a justificativa da decisão consistem em oportunizar a crianças a partir dos 5 (cinco) anos o progressivo domínio das habilidades e competências indispensáveis para o desenvolvimento de programas, o que atende a necessidade econômica do país no que concerne à competitividade tecnológica, atualmente diagnosticada como deficiente em comparação com

16 Governo japonês recomenda que universidades do país fechem cursos de humanas. Painel Acadêmico, 15/09/2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/fechamento-humanas-japao-2015>>. Acessado em 10/10/2015.

as principais potências econômicas mundiais¹⁷.

Exemplos integrados a modelos que, para muitos, apontariam direcionamentos de maior “eficiência” e “racionalidade” ao emprego dos recursos públicos na educação no Brasil, centralizado em áreas que apresentem resultados mais satisfatórios ao desenvolvimento econômico, com a formação e oferta de profissionais aptos à satisfação das necessidades e interesses dos agentes econômicos. Direcionamentos que não se encontram diretamente em andamento na oferta de vagas em cursos de graduação e pós-graduação mas indiretamente, nos recursos por áreas ou nos critérios dos editais de fomento à pesquisa, e em políticas públicas, a exemplo do programa “Ciência Sem Fronteiras”, com efetiva influência na formação nos níveis de graduação e pós-graduação em áreas consideradas integrantes da C&T (Ciência e Tecnologia).

Importante considerar a entrevista concedida pelo ministro Aloízio Mercadante imediatamente após retornar ao Ministério da Educação, a reafirmar orientação idêntica aos exemplos citados quando assevera explicitamente que a formação dos profissionais de medicina constitui o modelo de ensino para as necessidades da sociedade no presente. Argumenta que caso no país os médicos fossem formados do mesmo modo que os professores, pacientes morreriam pela ausência de pragmatismo e excesso de reflexão teórica. Em outros termos, a orientação do “profissionalismo” e as demandas do mercado constituem o percurso inevitável ao desenvolvimento econômico do país e a insubordinação a ordem vigente acarreta prejuízos ao progresso¹⁸.

Nesta mesma direção seguem as orientações e práticas das políticas destinadas à resolução das crises econômicas, estabelecendo prioridades dos investimentos públicos nas “necessidades da sociedade”. Depreendemos, diante disso, a “semi-uníssonas” compreensão que delimita a necessidade indubitável e fundamental da sociedade consistir na conservação da existência da oferta de empregos e, para tanto, faz-se impreterível satisfazer a necessidade da conservação da existência e o do desenvolvimento do capital.

A resolução das crises econômicas é compreendida enquanto a conservação da existência do capital (e dos capitalistas) movimentada para novas condições de reprodução e de realização. A conservação da existência dos indivíduos trabalhadores é compreendida

17 Austrália começa substituir disciplinas de História e Geografia por aulas de Programação. Infomoney, 25/09/2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/aulas-australia-2015>>. Acessado em 10/11/2015.

18 “Se país formasse médicos como professores, pacientes morreriam”, diz Mercadante. Folha de São Paulo, 28/11/2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/mercadante-pragmatismo-2015>>. Acessado em 10/10/2015.

pelos próprios indivíduos trabalhadores necessariamente articuladas às melhores condições de conservação do capital.

Nesse contexto, a massificação da acessibilidade ao consumo de produtos com as novas tecnologias de comunicação deve ser problematizada para além do ideário que identifica o consumo com o exercício da cidadania, da liberdade e da contraposição aos princípios das condições econômicas hegemônicas.

Considerando o ambiente acadêmico nas instituições públicas de ensino superior no Brasil, o estudante não se isola da conjuntura genérica das relações sociais e, portanto, devota ao instrumento tecnológico a mediação da vida em todas as suas dimensões. Afirmação empiricamente constatável no distanciamento entre os indivíduos próximos em um ponto de ônibus, todos concentrados no manuseio dos seus *smartphones*, nas confraternizações com os indivíduos preocupados com o registro e o compartilhamento de imagens mas não com a oportunidade de desfrutar o experimentar o tempo com amigos ou familiares, nos encontros entre amantes, dentre outros possíveis exemplos.

A velocidade induzida pelo artefato e pela tecnologia consolida a alternativa para as crises de superprodução com a construção ideológica de carências. As ofertas de mercadorias com novidades de maior ou menor expressão ou utilidade despertam profunda carência de consumo pois a tecnologia empregada enquanto mediadora das relações sociais concede ou nega condições de felicidade, inclusive pela distinção propiciada pela exibição pública do consumo como agregador de características positivas ao indivíduo.

A ampliação do uso desses artefatos não coincidentemente ocorre ao mesmo tempo em que a ampliação do desinteresse pelo que não se submete ao conceito ditado pela tecnologia, que não se enquadra no livre modelo de ser diferente na aparência imediata e ser igual no que dista da percepção. Da incessante necessidade de se diferenciar, se distinguir, se orientar para o individualizar, depreendemos a prática — certamente não a única — a expressar o fundamento teórico da fragmentação do indivíduo em relação ao gênero e da fragmentação do fenômeno singular em relação à totalidade, espacial e temporalmente.

Decerto, indispensável diferenciar teoria e prática nas suas especificidades e, concomitantemente, apreender a unidade movida e movente dessa diferença. Denunciativo da profundidade do problema a recorrente discussão que reconhece estritamente o apartar entre teoria e prática, reproduzida de modo exaustivo pelos professores em diversas oportunidades e contextos.

Retornando ao tratamento das tecnologias, outra especificidade manifestada nas dificuldades de aprendizagem se relaciona com a prática da interlocução por texto e da construção de textos se reduz a limitado quantitativo de caracteres, o que torna o indivíduo inábil para a construção de um texto que exija maior extensão, articulação entre as ideias e argumentos, relacionamento entre categorias, conceitos, ideias, autores.

Os professores, igualmente, não se isolam da realidade social e fazem uso constante dos mesmos instrumentos e tecnologias e, embora exijam a ausência de uso em sala de aula, transitam entre os estudantes durante os demais momentos constantemente manuseando os *smartphones* e interagindo nas redes sociais. Raro, contudo, observar professores transitando com a posse de livros ou, ao interagir nas redes sociais, integrar e/ou estimular debates e reflexões que transcendem os temas majoritariamente reproduzidos e represente possibilidades distintas.

Das reflexões a respeito das condições estruturais e conjunturais hodiernas depreendemos a fundamental relação entre a ampliação dos mercados e aprofundamento do capital com o aprofundamento da desumanidade travestida de humanismo pleno no discurso da liberdade pós-moderna e no discurso da cidadania definida pelo consumo.

O tratamento do problema constitui necessidade premente. A prática orientada para a finalidade de transformação da manifestação na imediaticidade implica transformar o mundo e, por conseguinte, aprofundar a reflexão teórica e reafirmar a unidade entre teoria e prática.

O estudante mais interessado na rede social que na aula não representa um problema estritamente da subjetividade, da personalidade ou do caráter do indivíduo, embora se manifeste desse modo. Tolher ou coagir o estudante do uso do artefato tecnológico no espaço e no tempo da aula é indicativo da negação da extensão e do decair teórico e prático. O tratamento pontual e fragmentado que consideramos realizar exitosamente com auxílio das tecnologias a impulsionar a nossa produtividade pode nos distanciar das questões fundamentais e nos aproximar das ruínas. Afinal, “[...] tudo parece que é ainda construção e já é ruína [...]”¹⁹, assim como “[...] talvez a morte não ocorra em um momento particular, ao contrário, desenvolve-se durante um período de tempo [...]” (NICOLLI, 2009, p. 27) e a identificar com a imediaticidade da negação da vida desconsiderando a afirmação da vida equivale a fragmentar a unidade real existente.

19 Trecho da letra da música “Fora da ordem”, de Caetano Veloso.

A construção da apreensão e interpretação da realidade se inicia por meio da imediaticidade manifestada no fenômeno e as ideias engendradas para explicar o que se manifesta no “*hic et nunc*”²⁰ não raramente se reduzem ao imediato e limitam processos complexos a fragmentos deste. “[...] Assim, a relação que os sujeitos estabelecem com a morte pode não ser pura e simplesmente o resultado da percepção de um processo biológico, que se inicia ou que se encerra, mas da idéia que se tem da morte [...]” (NICOLLI, 2009, p. 14). O que não equivale a considerar um problema para o conhecimento humano e a aproximação com as perspectivas positivista e neopositivista orientadas a redução da complexidade da esfera social de ser à dinâmica puramente objetiva da natureza. Essa, embora ineliminável — a morte define exemplo incontestado —, não constitui identidade plena ou diferença plena mas diferenças e identidades. A alimentação e a reprodução da espécie, igualmente inelimináveis enquanto necessidades, se realizam mediadas por categorias sociais que as dotam de maior complexidade e as tornam irredutíveis ao puramente natural, jamais simples mas com inferior complexidade.

Frente a essas condições materiais para o desenvolvimento das ideias para uma orientação teórica e prática que define as necessidades, as possibilidades e as alternativas, devemos indagar:

— Qual condição a academia possui para constituir uma crítica radical à realidade social fundada na estrutura ideológica que é substanciada pela própria ciência e que reproduz a conservação da realidade social?

— Não seria igualmente uma necessidade ontológica para o cientista e o acadêmico produzir conhecimentos que permitam a reprodução da conservação da sua existência social e, para tanto, a conservação da estrutura social que funda a sua condição social, na medida em que essa existência social não exige a transformação radical da realidade social?

— Qual a validade efetivamente crítica dos conhecimentos engendrados por meio dos ritos e regras acadêmicos — a exemplo desta tese?

— Esses discursos pretensamente críticos são somente discursos que nos obliteram o desvelar da realidade e, ao mesmo tempo, nos permitem suportar as contradições da realidade e as nossas próprias e conferir um falso sentido à nossa existência, de modo assemelhado às religiões? De modo a confirmar, portanto, que na realidade amamos o

20 Aqui e agora.

próprio desejo, e não aquilo desejado²¹?

— Em que termos a defesa de uma tese, portanto, não se constitui do instinto irracional de conservação da nossa existência social, em que defender a tese se demonstra enquanto necessidade de existência do que somos, com satisfação das nossas necessidades subjetivas?

— Considerando a dialética entre indivíduo e gênero, em que termos esse defender e esse conservar se relacionam com a defesa e conservação das condições materiais da nossa existência e das ideias que defendemos?

— À vista disso, o discurso acadêmico assumidamente conservador não seria mais verdadeiro que o discurso acadêmico crítico e revolucionário?

Distantes da pretensão de asseverar uma resposta *definitiva*, consideramos uma necessidade objetiva a reconstrução das relações entre Filosofia e ciência e, para tanto, o debate a respeito da ontologia. É necessário, portanto, repensar o que consideramos por irracionalidade. Nesta direção, Nietzsche (2001, §2) argumenta que:

nossas mentes rechaçam a idéia do nascimento de uma coisa que pode nascer de uma contrária, por exemplo: a verdade do erro; a vontade do verdadeiro da vontade do erro; o ato desinteressado do egoísmo ou a contemplação pura do sábio, da cobiça. Tal origem parece impossível: pensar nisso parece próprio de loucos. As realidades mais sublimes devem ter outra origem, que lhes seja peculiar. Não pode ser sua mãe esse mundo efêmero, falaz, ilusório e miserável, esta emaranhada, cadeia de ilusões, desejos e frustrações. No seio do ser, no qual não morrerá nunca, num deus oculto, na “coisa em si” é onde deve se lobrigar seu princípio, ali e em nenhuma outra parte [...].

Se a racionalidade rechaça a ideia enquanto existência integrada ao movimento como forma de ser da realidade, as ideias e a lógica que as fundamentam se encontram apartadas da realidade, por conseguinte, fragmentando a realidade e impossibilitando desfragmentar para recompor a sua unidade. Nesta rota, considerando os apontamentos de Marx; Engels (2001) a respeito da ideologia enquanto formulação de ideias que não reconhecem a sua integração às condições materiais do existir das próprias ideias e apreendem uma realidade invertida, as ideias fundamentadas na lógica formal, ao não reconhecer as determinações ontológicas na sua integralidade, se constituem impreterivelmente apartadas das condições

21 Referência ao aforismo 175 de “Além do Bem e do Mal”, de Nietzsche: “Por fim amamos o próprio desejo, não o desejado”.

materiais e, em maior ou menor grau, potencialmente ideológicas.

Os princípios da lógica formal, desse modo, fundam um conhecimento a respeito da realidade com substancial potencialidade ideológica, por não constituir a possibilidade de reconhecimento ontológico-genético das ideias, na medida em que resultam estritamente de fragmentos da realidade que não se permitem reconstituir a unidade do real, logo, as ideias invertem a realidade.

Na ciência, conforme expomos, as ideias se desenvolvem a partir da fragmentação constituída na lógica formal, e aprofundam essa fragmentação com a desintegração da unidade da ciência em partes e a negação da recomposição das partes em unidade. Portanto, o conhecimento científico parte de um fragmento da realidade e aprofunda a fragmentação do fragmento sem recompor sequer o próprio fragmento da realidade do qual parte.

O conhecimento científico, à vista disso, se constitui sempre parcialmente tendendo para a realidade e parcialmente ideológico. Qualquer ideia desenvolvida não integrada efetivamente às determinações ontológicas é potencialmente ideológica por falsear as condições materiais de existência da realidade investigada e das ideias que resultam do processo de investigação. Ao negar a Filosofia e identificar a ontologia com a metafísica, o conhecimento científico se constitui desprovido de condições para fundamentar uma crítica radical da realidade social, possuindo expressiva potencialidade de conservação.

As ideias e as explicações fundadas na supradita concepção de ciência tendem a aprofundar (desenvolver e complexificar) a separação no interior da sociedade (realidade social), da separação entre classe dominante e classe dominada à fragmentação no interior das classes, progressivamente negando as possibilidades de reconhecer na realidade a sua unidade, mas estritamente o que a fragmenta. Como salienta Santos (2000), “a força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une”. Mas o próprio fundamento do qual parte a racionalidade não permite reunir a totalidade do real.

O método e a forma de conhecer a realidade participam igualmente do conhecimento obtido a respeito da realidade. O conhecimento da realidade não pode ser absolutamente idêntico ao objeto, mas resultado da relação entre os aspectos subjetivos e objetivos que mutuamente integram a unidade da realidade.

Compreensão que corrobora da concepção afirmada por Heisenberg (1981) na

denominada “interpretação de Copenhague” da teoria quântica, que apreende os conteúdos formulados pela ciência natural não estritamente resultantes da descrição e explicação puramente objetivas da natureza. O autor enfatiza que nessa interpretação a apreensão da realidade se configura enquanto uma atividade do sujeito em relação ao objeto, e o conhecimento se afirma indissociável ao método utilizado (pelo sujeito) para se aproximar, reconhecer, questionar e explicar (o objeto).

A arte, pela maior *rebeldia* por meio da qual nega se submeter a um conjunto de regras rígidas de desenvolvimento, possua maior potencial para o reconhecimento das condições materiais e da unidade da realidade. Talvez por essa razão, a integração da arte à reprodução do capital adquira tamanha expressividade na atualidade, sobretudo nos centros de difusão da ideologia capitalista.

Essa questão, no entanto, carece de aprofundamento apropriado, para além da mera especulação, e daqui irrompe estritamente enquanto uma indagação possível. O que aponta para a validade de questões postas pelo pensamento pós-moderno e, ao mesmo tempo, para a invalidade do tratamento pós-moderno para as mesmas questões.

Oportuno reafirmar, incorporando novos elementos, a necessidade objetiva da ontologia do espaço. A necessidade da reflexão de natureza ontológica se justifica com particular relevância na Geografia em decorrência da sua “excepcional” característica imperfeita, ainda que de fato restrita à potência, de contato e integração entre o domínio da natureza e o domínio social da realidade, conformando a potência de apreensão da realidade enquanto totalidade dotada das suas determinações ontológicas, com a compreensão e apreensão da unidade e da diversidade do ser.

A ontologia do espaço e a especificidade da Geografia enquanto campo do conhecimento científico, desse modo, qualificam a área de conhecimento para a tarefa concomitante de rearticulação do conhecimento científico e de rearticulação entre a ciência e a Filosofia, enfatizando a predominância da ontologia sobre a lógica, a gnosiologia e a epistemologia.

Em outros termos, as determinações da existência sobre a consciência. Retornamos, desse modo, ao “pressuposto” utilizado no princípio da exposição desta tese, reafirmando com maior qualidade a concepção sintetizada na expressão “a existência determina a consciência”. Depreendemos, à vista disso, a **predominância da necessidade de uma “ontologia do espaço” sobre uma reflexão entre “ontologia e Geografia”,**

considerando a última expressão da existência determinada pela relação concomitante entre sujeito e objeto, e a primeira expressão da existência da relação entre objetos independentes da existência do sujeito.

O que sujeito e objeto constituem conjunta e concomitantemente não é a existência mas o conhecimento, e o tratamento ontológico necessita orientar-se aos fundamentos da existência, inclusive para o debate a respeito das condições de conhecimento da existência, dos limites e potencialidades da forma de ser do conhecimento. **A consciência ao propor apartar o sujeito do objeto, portanto, constitui determinação ontológica, mas para a negação do que ambos constituem conjuntamente, engendrando o problema do conhecimento. Um problema que a teoria do conhecimento não pode resolver pois ontologicamente falso.**

Não teriam assemelhados “problemas” o problema da indução e o problema da demarcação? Nesta direção, reafirmamos que a formulação das questões é mais fundamental que a formulação das respostas, e questionar a realidade é tratar do ser, do que existe, é indagar: o que é? Se a formulação das questões é mais fundamental que a formulação das respostas, a ontologia é necessária e fundante para o efetivo conhecimento da realidade.

No entanto, considerando as propostas de Holzer (1998), Marandola (2012) e Teixeira (2012)²², que sustentam a prioridade da subjetividade e das categorias geográficas da imediaticidade justificando o referencial situacional do homem que interpela e des-encobre o ser reconhecendo a si mesmo enquanto homem-no-mundo, afirmamos que a prioridade da subjetividade e do plano imediato da paisagem e do lugar das propostas encetadas na ontologia fenomenológica heideggeriana não constituem as determinações ontológicas da existência da realidade mas as determinações que compõem condições ao conhecimento, condições da relação entre o sujeito e o objeto. Condições que, apesar de insuprimíveis, reduzem os seus graus de determinação com o movimento de desenvolvimento e complexificação da totalidade social, não configurando expressão imutável e absoluta, mas determinação que recua integrando o recuo das barreiras naturais.

22 As aludidas propostas foram tratadas na exposição nos itens “2.3.6. Ser-no-Mundo na Ontologia Heideggeriana Enquanto Contributo ao Debate da Ontologia do Espaço em Teixeira (2012)”, “2.3.7. Os Contributos de Dardel e Relph e o Pensamento Heideggeriano Enquanto Fundamento à Ontologia Geográfica em Marandola Jr. (2012)” e “2.3.8. O Ser-aí e as Categorias do Imediato na Constituição de uma Ontologia da Espacialidade em Holzer (1998)”.

A condição insuprimível da relação do homem com o mundo transcender na escala espacial e temporal da imediaticidade, frente a uma paisagem e em um lugar determinado, não destitui que a aparência idêntica das determinações naturais obnubila a negação da imediaticidade possibilitada pelo desenvolvimento e complexificação da capacidade de abstração expressa no conhecimento integrado ao movimento da totalidade social. Por conseguinte, a determinação ontológica natural da escala de interatividade do indivíduo biológico com a realidade extrínseca não esgota a dinamicidade estrutural socialmente reproduzida a compelir determinações sociais aos sentidos naturais e à apreensão dos conteúdos da realidade na consciência.

O lugar enquanto categoria da imediaticidade no relacionamento do indivíduo com a realidade permanece inextinguível, mas o grau autêntico das determinações ontológicas da categoria converge continuidades e descontinuidades determinadas pelo momento histórico do desenvolvimento da totalidade social, além das condições concretas da relação do indivíduo com o gênero na reprodução da totalidade social expressa na imediaticidade da forma de ser do lugar. A imediaticidade delimita as condições ao principiar do movimento, pela prioridade das determinações da existência à consciência.

Nesta direção, concluimos, para não concluir, que é necessário reconstruir relações entre a ciência e a Filosofia. Pois talvez, simplesmente, os problemas consistam na disposição dos debates “fora do lugar” e, certamente, o “espaço” no qual situamos os debates integram a constituição do que os debates são. Do mesmo modo devemos interrogar se os debates se encontram “de pé” ou “de ponta cabeça”, é preciso orientar os debates no espaço. Por fim, é necessária uma decisão “política”: direcionar os debates na orientação do norte ou do sul? O que conservar e o que transformar, e quais as possibilidades de conservação e de transformação? Questões que apontam para uma ética.

No movimento desenvolvido neste item, findamos a exposição sintética da nossa primeira pretensão com esta tese, que consistiu na construção de uma crítica — “crítica da crítica da entificação social do ser na ontologia do espaço geográfico”. A crítica, para transcender o mero sublinhar pontual de questões e problemas, necessita “vir-a-ser” a crítica da raiz, crítica radical, necessita “atingir o coração”.

Mas atingir inclusive, e constantemente, o nosso próprio coração(!), ao questionar a nossa própria *práxis* e não tomá-la como absoluta e critério ajuizador da verdade, a submetendo ao martelo: “o crepúsculo dos ídolos”. Afinal, criticar os atuais ídolos com a

pretensão de substituir a posição dos mesmos equivale a empreender uma crítica cujo acento se encontra na conservação do “sistema” e, conseqüentemente, das suas regras. Como comparação, com as devidas especificidades, seria a pretensão de uma crítica radical da classe dominada com finalidade de ocupar a posição da classe dominante e, logo, conservar o “sistema”. “O crepúsculo dos ídolos” aqui se coloca enquanto a superação da necessidade de conservar ídolos sem que, para tanto, se aponte para a direção da fragmentação pós-moderna.

Consideramos que o desenvolvimento de algumas comparações é possível, e pertinente na qualidade de representações de exemplos, com a análise de alguns momentos da narrativa do primeiro filme da trilogia “The Matrix”²³. A primeira comparação se encontra assentada nas afirmações contidas no diálogo a respeito da indagação ontológica “o que é a Matrix?”, entre os personagens *Morpheus* e *Neo* e proferidas pelo primeiro: “você tem que entender que a maioria dessas pessoas não estão prontas para despertar. E algumas delas estão tão acostumadas, sem esperanças e dependentes do sistema, que elas lutarão para defendê-lo”, o que relaciona a conservação da existência do indivíduo com a conservação do “sistema” reconhecido como o gênero.

Subseqüentemente, *Morpheus* encerra o diálogo afirmando não ser possível explicar o que é a Matrix, pois a apreensão efetiva da mesma se encontra submetida ao concomitante pensar e experimentá-la, sendo necessário, para compreender no âmbito do pensamento, “ver com os próprios olhos”.

Nesse mesmo filme, a construção da concepção efetiva dos problemas da realidade e das necessidades e possibilidades de transformação radical dessa realidade, ocorrem quando um grupo de indivíduos passam a investigar a realidade não completamente imersos no conjunto de regras rígidas e fixas nas quais se reproduzem as ideias da conservação do “sistema” por meio da prática cotidiana dos indivíduos.

E a reflexão que define essas necessidades e possibilidades se torna concreta com o movimento conflituoso para além da confortável posição no interior do sistema e a observação da realidade a partir de outro “lugar”, de modo assemelhado ao “mito da caverna” de Platão. Portanto, a ênfase da ciência no instaurar o caminho único para a análise e explicação da realidade, as verdades absolutas e as leis gerais, promove a densificação do

23 “The Matrix”. Escrito e dirigido por Andy Wachowski e Lana Wachowski (Os Irmãos Wachowski). Warner Bros., 136 min, 1999.

potencial de conservação da realidade, e talvez constitua e consolide a nossa caverna, as cordas que nos amarram e determinam a direção na qual devemos observar e as luzes e sombras com as quais conseguimos enxergar.

Em resumo, o “sistema” que lutamos para defender como condição de existir, e os nossos pensamentos e ações são determinados essencialmente pela nossa existência, o que assegura a prioridade da concepção da realidade para o desenvolvimento de qualquer formação social. Conceber o mundo e o “lugar” do homem no mundo é indispensável à reprodução social na medida em que orienta a ética, o comportamento adequado ao indivíduo nas suas relações com o gênero humano visando o desenvolvimento do indivíduo e do gênero.

Quando, no contexto do ápice e da síntese, concentrados nos momentos finais da narrativa do supradito filme, ocorre o embate entre os personagens *Neo* e *Smith* — um agente de conservação do sistema —, a progressiva superação do “sistema” personificada nas qualidades do primeiro expressa a não submissão ao conjunto rígido de regras que limita o pensamento e as ações do último.

Coincidentemente, essas regras para o pensamento e para a atividade são determinadas por uma lógica formal produto da aplicação técnica do conhecimento organizado em linguagem matemática utilizada na qualidade de modelo para a linguagem de programação dos *softwares* executados em computadores. Nesta linguagem os *softwares* são pensados, escritos e desenvolvidos, e essa linguagem é concebida com submissão às regras da denominada “lógica de programação”.

Pertinente considerar que a superação transcorre em embate que se realiza fisicamente, empiricamente, como expressão da transformação que resulta na superação subjetiva e objetiva não restrita ao âmbito da teoria absoluta ou da prática absoluta, mas na relação de mútua interpenetração entre teoria e prática. Superação que consiste na compreensão dos termos em que a forma de apreender a realidade resulta no conceber enquanto existentes elementos, em verdade, inexistentes.

Ademais, para a superação realizada não se fez necessária estritamente a crítica direcionada ao “sistema”, ao objeto, mas igualmente a crítica promovida pelo personagem *Neo* e direcionada a si próprio, ao sujeito. A superação que transcorre na narrativa ficcional somente existe ao se realizar concomitantemente subjetiva e objetiva, embora de forma alguma absolutamente idênticas, mas como manifestação da identidade da identidade com a

não-identidade.

O processo de compreensão da necessidade de negar a si mesmo para a afirmação (o vir-a-ser) da superação é representada na narrativa do filme durante o diálogo entre os personagens *Oráculo* e *Neo*, quando a primeira induz o último a concluir e afirmar não ser o que uma profecia denominou como “o escolhido”. Haveria, diante disso, profundo fundamento ontológico e não estritamente espiritual na afirmação “seja a mudança que você deseja ver no mundo”, atribuída a Gandhi.

Neste contexto da narrativa, o superar (negar) o “sistema” adquire maior complexidade e implicava para o personagem *Neo* o superar (negar) a si mesmo. Uma negação, portanto, distinta da realizada anteriormente pelo personagem na sua vida cotidiana, na medida em que inicia a narrativa como programador contratado por uma renomada empresa de desenvolvimento de *softwares* submetida ao “sistema” e, ao mesmo tempo, no “tempo de não-trabalho” era um *hacker*.

Diante disso, o personagem inicia a sua procura ao negar o “sistema” por meio da subversão do uso das regras que constituem o próprio “sistema”, não estritamente com o uso de idêntica lógica e linguagem de programação mas, igualmente, o “ser” um *hacker* que define o sentido da existência do personagem somente se conserva e se reproduz nessas condições sociais, ao conservar e reproduzir as condições predominantes do “sistema”. Logo, ao reproduzir a sua existência social no interior da reprodução do “sistema” mas negando-o, as atividades práticas do personagem o qualificam movimentando a superação do “sistema” que se restitui em condições mais qualificadas de reprodução.

A construção do novo contexto que complexifica as negações subjetiva e objetiva possui um momento fundamental e que transcorre imediatamente antecedente ao supradito diálogo entre os personagens *Oráculo* e *Neo*. O momento transcorre quando, ao aguardar por alguns poucos instantes pelo encontro com *Oráculo*, *Neo* desenvolve uma breve interlocução com uma criança, até então, aparentemente supérflua e/ou desnecessária ao desenvolvimento da narrativa. No cenário de notória escassez de objetos e despido de artefatos tecnológicos no qual se desenrola a interlocução, a criança, ao segurar somente em uma das mãos uma colher, inteiramente composta por prata ou inox, a faz mudar constantemente de forma e posteriormente a faz retornar à forma original e assim permanecer, em um interagir da criança com a colher assemelhado à posse, pela primeira, de um brinquedo.

A mudança de forma da colher indica que a criança a entorta e desentorta sem, no entanto, impor a colher uma força física externa considerada causadora necessária, o que aparentemente caracterizaria a mudança enquanto resultado do uso de uma força originada por habilidade “telecinética” que, desse modo, necessariamente atribuiria à criança o portar de uma qualidade sobre-humana.

Ao observar o interesse de *Neo* — que parece momentaneamente o transformar em criança —, a criança o entrega a colher e, então, somente o observa tentar fazer as mesmas mudanças de forma e não conseguir semelhante resultado. Para auxiliá-lo, a criança afirma que tentar entortar a colher somente por a dispor nas mãos é impossível, e que, portanto, mudar a forma da colher sem impor a essa uma força física causadora da mudança, conforme determinam as regras do movimento da realidade, implica ter como pressuposto a efetiva apreensão da “verdade”, da qual se desvelaria fatalmente a compreensão que “a colher não existe(!)”.

Acrescentamos à afirmação que a supradita inexistência não é precisamente absoluta. A colher não existe estritamente idêntica à forma com a qual a racionalidade a apreende e a torna consciente, caso contrário, fazer uso estritamente das mesmas regras que asseguram a impossibilidade da mudança na ausência da imposição de força física, mesmo no intento de subverter o uso das regras, não possibilitaria resultar na mudança da forma da colher sem impor sobre a mesma uma força física condizente com a causa da mudança realizada.

Nesta direção, as regras lógicas que nos impõem uma forma de apreender a colher, resultam na apreensão de uma colher que não existe. Para transformar por meio de uma possibilidade considerada inexistente é necessário transcender as regras, superá-las, para apreender as reais possibilidades existentes de transformação.

Apreender a realidade por meio das regras da lógica formal nos penhora a apreender elementos inexistentes na realidade, ou existentes estritamente enquanto resultados da forma de se dirigir ao real. Superar essas regras da lógica pode necessitar da inocência contida no indagar o mundo por uma criança: “o que é isso?”. Indagações que, posteriormente, o sistema educacional, ao reproduzir as regras de apreensão da realidade, se encarregará de encarcerar entre “muros” ou nos próprios “muros”.

Indagações dirigidas ao que se considera mera obviedade, mas que assim se torna somente enquanto resultado da forma como pensamos e apreendemos a realidade. Nesta rota, indagações “infantis” que talvez devamos dirigir à “infância” da Filosofia e que, ao fazê-

las, necessariamente as dirigiremos a nós mesmos, podem ser mais que uma pretensa e envaidecida tentativa de demonstrar erudição e repetir imprecisamente o óbvio, e precisamente uma necessidade objetiva para a construção dos pressupostos da exposição da nossa proposta. Os evidentes limites das nossas possibilidades em satisfazer essa necessidade, contudo, não constitui *a priori* o invalidar da necessidade ou dos direcionamentos apontados pela proposta, apesar de incipientes.

As indagações devem ser orientadas à finalidade de realização de uma crítica que, conforme considera Nietzsche (2012, §41, *grifo no original*), não contemple remorso pois implica necessariamente em negar a si mesmo, uma crítica que expresse que “o pensador vê em seus próprios atos pesquisas e perguntas para obter esclarecimentos sobre alguma coisa: o sucesso ou o fracasso são para ele, antes de tudo, 'respostas'. [...]”.

À vista disso, constitui uma crítica que difere da negação absoluta do que é criticado e, portanto, crítica que reconhece no erro criticado a condição para a sua superação, que reconhece na superação a contradição entre conservar e negar. Desse modo, “admitir que o não-verdadeiro é a condição da vida, é opor-se audazmente ao sentimento que se tem habitualmente dos valores. **Uma Filosofia que se permita tal intrepidez se coloca, apenas por este fato, além do bem e do mal**” (NIETZSCHE, 2001, §4, *grifos nossos*).

Depreendemos que existe no “se colocar” da supradita intrepidez um “parâmetro espacial” impreterível a substanciar o estar que se relaciona tanto com o ser quanto com os limites e as potencialidades da apreensão do ser. Portanto, estar além do bem e do mal equivale a procurar estar além do absoluto enquanto irrealidade, procurar estar além dos rígidos limites da identidade, da não-contradição e do terceiro excluído, estar além de “uma simples formalidade” indeterminada pelo conteúdo, procurar retornar à criança que ainda desconhece as regras com as quais deve pensar a realidade e os valores morais que definem (e apartam) o que é bem ou mal.

Apenas por este fato, equivale a pretender se direcionar para a realidade efetivamente existente sem negar as suas precisas determinações, a construir uma lógica que não determine e submeta o que é ontológico e que, do mesmo modo, não resulte em afirmar a indeterminação do ser, que não resulte em apartar ser de estar. Desta e nesta direção encetamos os passos, os percursos e os movimentos que ensaiam singelas contribuições à temática da ontologia do espaço.

A partir do resgate e da síntese da crítica construída na exposição deste item,

prossequiremos para o resgate das contribuições dos fundamentos da ontologia lukacsiana para o desenvolvimento de uma ontologia do espaço e as críticas ontológicas à epistemologia da Geografia, em particular para o ensaio de uma teoria do espaço (geográfico). As considerações que se seguem nos movimentos reflexivos deste Capítulo final objetivam retornar, reafirmar e qualificar os principais elementos desenvolvidos no decorrer da exposição da tese.

* * *

6.2. PASSOS, PERCURSOS, MOVIMENTOS: ENSAIO PARA A SÍNTESE DAS CONTRIBUIÇÕES

A perseguir passos orientados para o percurso que os direcionam à finalidade de desenvolver e substanciar o resgate de elementos que, articulados, denunciam o emergir germinal de condições objetivas e dos seus potenciais conclusivos para conspirar singelos contributos ao tratamento da temática. Procederemos o desfrutar das condições nas quais progressivamente se assenta o conspirar para reconhecer objetivamente, nas determinações das necessidades, potenciais conclusivos que adentram o concomitante erigir e valorar indagações. Essas indagações, por seu turno, delimitam possibilidades e alternativas pejadas do circumspecto movimentar as contribuições por uma exposição que manifesta interposição de caracteres ensaiam as contribuições e as sintetiza.

O supradito movimento, que compreende o decurso dos conteúdos expostos, instaura enquanto ponto de partida a tarefa de elucidação explicitamente declarada da tese elaborada para, concisamente, desvelar os direcionamentos pretendidos e, nestes, os contributos antevistos que coadunam forma e conteúdo na conformação de uma síntese.

O processo de consolidação da síntese põe em movimento ensaios que a despem por meio do confronto que dispõe, de um lado, a forma que concebe a reprodução ideal da existência unitária e diversa e, de outro lado, os conteúdos detidos nas necessidades postas nas condições materiais hodiernas. Confronto que sintetiza a apreensão, inicialmente, da deflagração do movimento de conservação das aludidas condições e do vir-a-ser de

alternativas de satisfação da conservação, e que subsequentemente complexificaremos com a integração do espaço ao movimento e enquanto forma de expressão do movimento. Nesta direção, o confronto encerra potencialidades para o ajuizar das qualidades fundamentais da contribuição e da pertinência dos direcionamentos para o desenvolvimento para a temática e para a interlocução mútua entre Geografia e Filosofia.

Para principiar a tarefa posta, esclarecemos que a tese elaborada não é rigorosamente idêntica ou circunscrita a uma proposta de tratamento da temática da ontologia do espaço, mas compreende a identidade dessa proposta com a não-identidade dos pressupostos que a fundamentam, compreende um movimento que se realiza não dissociando e interpenetrando a construção dos fundamentos e a construção da proposta. Logo, uma proposta de direcionamento para a resolução da indagação “o que é o espaço(?)” se obriga tanto coerente quanto movida e movente da resolução da indagação “o que é a realidade(?)”.

Nesta direção, a tese pretende a constituição de um pressuposto expurgado de autoevidência para o tratamento da temática da ontologia do espaço enquanto proposta de direcionamento para singelas contribuições à epistemologia da Geografia, provenientes da reconstrução de relações entre Filosofia e ciência na disciplina que parte, interroga e reafirma a concepção a fundar que “a existência determina a consciência”.

No decurso de desenvolvimento e complexificação do esforço reflexivo a respeito das necessidades e possibilidades da relação entre Filosofia e ciência, na última em particular a Geografia, concebemos que a relação transcende a apropriação enquanto mera transposição de elementos filosóficos. Logo, convalida negação do acatar da Filosofia elementos que aparentemente se aderem ao preenchimento de lacunas presentes na disciplina, desprendendo uma relação que se afirma ao se realizar com mútua compenetração e contribuição, centrada na interlocução com a Filosofia a partir da ontologia marxista para a reafirmação de uma geográfica crítica.

A tese elaborada aponta para a proposta que institui enquanto necessidade o redefinir da relação entre Filosofia e Geografia consubstanciado na crítica da crítica da entificação social do ser. Considera, conseqüentemente, que os direcionamentos postos pelas condições resultantes da aludida crítica constituem fundamentos de singelas contribuições pertinentes ao desenvolvimento da temática da ontologia do espaço.

Essas contribuições desenvolvem um pressuposto ao esforço de reflexão teórica a respeito do espaço que, acreditamos, convalida potencialidades à integração com a

“Ontologia do Ser Social” de György Lúkacs, em movimento de mútuo desenvolvimento ao pensamento geográfico e à Filosofia, em particular, ao marxismo.

Portanto, com o tratamento da ontologia do espaço não nos atribuímos a pretensão de resolução da indagação “o que é o espaço(?)”, mas perseguimos a tentativa de validar a ontologia marxista enquanto um percurso possível que constituiria alicerce aos passos orientados à finalidade de reconhecer a resolução, uma contribuição. O intento de validar nos atribuiu o encargo da interlocução com propostas que reconheciam limitações que invalidavam a ontologia marxista, o que nos orientou ao movimento de construir nas necessidades manifestadas nos limites as condições para a formulação de indagações com a finalidade de satisfazer as necessidades.

6.2.1. Édipo e a Esfinge? (Movimento da Síntese de Encerramento)

Como todas as necessidades que existem e operam determinações objetivas, as necessidades se tornam conscientes na qualidade de perguntas na medida em que uma necessidade premente por satisfação exige a afirmação dessa. E, para tanto, orientam o dever-ser do movimento para a constituição de perguntas que teorizam possibilidades valoradas na/pela submissão às condições postas nas atividades práticas enquanto delimitação de respostas adequadas à unificação entre teoria e prática determinada ontologicamente e manifestada velada e desvelada na satisfação.

Tornar consciente a necessidade de uma ontologia do espaço é, portanto, a nossa **Esfinge**, que enunciamos, na “Prosa de Abertura”, enquanto tarefa do texto construir e exprimir, e ensaiamos expressar no decorrer do processo de exposição, sobretudo na definição do problema e dos objetivos da pesquisa.

A continuidade do movimento reflexivo, o desenvolvimento da resposta à pergunta (necessidade), é pertinente acentuar, não pode — em termos reais, existentes, enquanto uma determinação que se impõe à consciência do sujeito que realiza a atividade da resposta, e não estritamente na qualidade de norma intelectual — suprimir as possibilidades concretas e, a partir dessas, a alternativa que enceta a objetivação da atividade da resposta. Não há, nesta direção, uma única resposta possível e, por isso, não há uma única direção a ser

seguida necessariamente.

Diante do exposto, faz-se premente, doravante, ao **Édipo**, a escolha da alternativa, o que impõe à consciência a antecipação dos resultados prováveis das possibilidades concretas, no caso da realização das mesmas. Para tanto, é premente valorar as possibilidades para fundamentar a alternativa escolhida, ponderar a respeito da importância das alternativas, o que significa que o valor das alternativas são determinações da necessidade existente reproduzidas conscientemente.

Em outros termos, o valor não é uma expressão exclusivamente originada na subjetividade mas integrada ao par teleologia-causalidade, fundante de toda atividade social. O valor possui, concomitantemente, determinações da realidade (ao conferir distinta importância às necessidades) e implicações na realidade (ao orientar a satisfação das necessidades), para a conformidade ou a inconformidade, para a conservação ou a transformação.

Igualmente integrante do par teleologia-causalidade, o dever-ser, a finalidade a ser realizada no futuro, orienta as atividades práticas do presente. A alternativa escolhida para a realização de uma finalidade que responde a uma necessidade determina as ações e atividades do presente, conscientemente antecipadas para a realização da finalidade que responde às determinações de uma necessidade. Por essas razões, consideramos salutar ao Édipo, igualmente, justificar a escolha da alternativa frente as possibilidades existentes, valorar as possibilidades a partir dos resultados que essas permitem obter. Os resultados, por seu turno, assumem relevância a partir das determinações da necessidade que satisfaz, justificando a escolha da alternativa.

A justificativa da pesquisa científica, por conseguinte, não é *estritamente científica*, mas ontologicamente (filosoficamente) fundada. Os procedimentos metodológicos, que consistem na sistematização do processo de antecipação na consciência das atividades (no presente) para a realização de uma finalidade (no futuro) que responde a uma necessidade (pergunta), são, igualmente, ontologicamente fundados. A impossibilidade de antecipar conscientemente todos os possíveis resultados da pesquisa, o que implica a necessária incerteza da hipótese de trabalho, do mesmo modo, é ontologicamente fundada.

Debater, discutir, refletir a respeito da epistemologia de determinada ciência pressupõe fundamentos ontológicos. A crítica epistemológica pressupõe fundamentos ontológicos. Esses, no entanto, a partir da relação com as necessidades e finalidades do

conhecimento socialmente produzido, podem se encontrar velados ou desvelados no discurso. E isso possui implicações decisivas para o conhecimento e a transformação da realidade e para a atividade prática da pesquisa científica.

**6.2.1.1. “O Crepúsculo dos Ídolos” (Movimento X-XII):
a Modernidade e a Pós-Modernidade Enquanto “Pedras no Caminho” para uma
Ontologia ((Marxista-)Lukacsiana) do Espaço**

O regressar detido pelo/no movimento sistematização da síntese contém o encargo, que orienta a sua finalidade, de reconhecer no reencontro com os elementos de conclusão a identidade e a não-identidade desses. Na síntese que é expressão do movimento reflexivo para identificar os elementos e manifestá-los por meio de relações diferentes das quais são construídos e nas quais estão abrigados no decurso da exposição, submete esses elementos a novas condições de relacionamento que convergem o ser e o estar.

Em outros termos, por existir, a síntese é movimento. Esse, por seu turno, é a afirmação e negação do que se move. Para vir-a-ser, por conseguinte, a síntese se constitui concomitante enquanto a negação dos elementos de conclusão e a afirmação desses na mudança das suas condições de existência, de ser e de estar, por meio das continuidades e descontinuidades nas relações nas quais os elementos integram.

Isso posto, as relações entre a singularidade de um elemento com outro elemento “para-si”, situado “fora-de-si” e sensível à singularidade do primeiro, é condição da existência do primeiro elemento. Condição imposta na medida em que somente ao/por integrar relações com um outro, o elemento se afirma e por isso se nega, em contradição imanente que movimenta e modifica o “em-si” de cada elemento singular. Essas relações, portanto, são movidas e moventes de uma unidade, de uma síntese. O que nos confere condições para negar as formalidades e reafirmar a determinação ontológica do novo para permear a sistematização sintética das conclusões.

A exposição da síntese parte de considerações a respeito das divergências entre as perspectivas para o tratamento da temática da ontologia do espaço. Nesta direção, compreendemos impendente iniciar os passos frisando que os candentes debates a respeito da forma dotada de maior adequação à resolução das indagações que expressam

necessidades objetivas ao desenvolvimento do estágio das reflexões contém indubitável relevância. Relevância que constitui unidade de diferentes apreensões e que, dentre outras manifestações, provém potenciais interlocuções das quais irrompem negações mútuas e salutares que afirmam a expressão do movimento de desenvolvimento. Esse movimento, tendencialmente se revela na forma de interrogações das limitações à resolução de indagações prementes e apresentação de proposições de resolução orientadas para a finalidade de superar essas limitações.

No entanto, quando as interlocuções se orientam para a finalidade de desautorizar a validade de qualquer contribuição engendrada em determinada perspectiva divergente da que fundamenta a formulação de uma proposta, a pretensão de consagrar uma forma absoluta de afirmação incita negações pejadas de idêntica consagração, embora contrária. Essas negações deflagram um movimento que desenvolve a temática estritamente no âmbito formal, o que traveste como ontológicos os debates essencialmente lógicos, de modo assemelhado à matematização.

A presença de limitações e equívocos na forma de tratamento não corresponde à idênticas limitações e equívocos nas indagações, na medida em que essas direcionam a relação da forma com necessidades e possibilidades ontologicamente determinadas. Nesta direção, as divergências são contributivas para a apreensão que emergem de outras posições que constituem outras relações entre o sujeito e o objeto. E o reconhecimento da validade das indagações por uma perspectiva divergente é salutar por aprimorar a distinção entre forma e conteúdo da realidade e priorizar a determinação do último, o que direciona a orientação da reflexão para as questões ontológicas, das quais a interlocução esclarece em que termos a forma se aproxima ou dista do conteúdo da realidade.

Isso posto, as limitações que ensejam críticas à perspectiva da Geografia cultural, a título de exemplo, não extinguem a necessidade objetiva e ontologicamente determinada para a qual a finalidade da proposta se orienta a satisfazer. Em inúmeros casos concretos a divergência se concentra em aspectos valorativos, que conferem a prioridade das necessidades, o que significa que se a questão do “pertencimento ao lugar” não “é” a de maior prioridade, não acarreta a inexistência da necessidade.

Nesta rota, a forma de reprodução ideal do conteúdo pode apreender o movimento da realidade com limites de desiguais proporções. Contudo, reafirmando o ponto de partida da exposição, assegurar que a existência determina a consciência possui implicações cujo

preterimento resulta na reprodução de incoerências. A consciência que interpreta uma determinação posta pela existência e que, portanto, concebe a indagação de uma necessidade existente que determina o seu reconhecimento, ao constituir uma forma de apreensão e explicação do conteúdo pode resultar na inversão da realidade, mas não em falseamento da realidade.

Logo, as interlocuções entre perspectivas divergentes devem se orientar em desvelar, por um lado, em que termos as propostas se direcionam a necessidades objetivas e, por outro lado, em que termos as propostas invertem a realidade e resultam em formas que dilaceram o conteúdo. O desprezo às propostas que expressam finalidades orientadas à satisfação de necessidades que uma perspectiva divergente atribui valoração supérflua concorre para o desenvolvimento das perspectivas reservado aos limites dessas e, conseqüentemente, para a fragmentação da apreensão da realidade.

Na rota para a qual direcionamos o movimento de apropriação da massa documental da temática e do provimento de interlocuções com esforços e indagações manifestadas nas distintas propostas, pretendemos, na investigação e na exposição, progressivamente alicerçar os passos e o percurso nos fundamentos da ontologia lukacsiana.

Movidos por esses fundamentos para mover o vir-a-ser da constituição das interlocuções, procuramos desenvolver contribuições partindo do interrogar “o que é contribuição(?)” ao debate aparentemente situado em uma natureza puramente ideal na epistemologia da Geografia. A concepção materialista que desenvolvemos no decurso da exposição, no entanto, confere as condições para a diferenciação entre ideia e matéria sem que, para tanto, se consagre a necessidade de apelo explícito ou obliterado de uma dualidade, o que resulta na satisfação da necessidade de diferenciação com a superação e supressão da dualidade. Satisfação que conserva a diferenciação entre ideia e matéria conformada em unidade²⁴.

A unidade entre ideia e matéria consagra à primeira enquanto matéria dotada de maior desenvolvimento e complexidade. Unidade que impõe determinações impreteríveis ao movimento da ideia, que se submete às condições materiais existentes para negá-las na afirmação de si mesma enquanto forma de ser do desenvolvimento e complexificação da matéria.

24 Desenvolvemos com maior profundidade a reflexão a respeito da unidade e da diferença ente ideia e matéria na “Parte II: Ontologia e Lógica”, em particular no item “3.3. A Unidade Entre Ideia e Matéria no Ser Social”.

A interlocução orientada para a finalidade de contribuir com o desenvolvimento dos esforços reflexivos na temática da ontologia do espaço se obriga a se constituir enquanto movimento de valorar as propostas que expressam as condições postas ao movimento de ideias com pretensão de contribuir. Pretensão que, por um lado, necessita negar as propostas ao reconhecer as suas limitações mas que, por outro lado, necessita afirmar as propostas ao reconhecer as contribuições que alicerçam condições a novas contribuições.

Uma nova contribuição, portanto, é descontínua e contínua às contribuições que a precedem, concomitantemente supera e conserva as propostas que a precedem. A Filosofia moderna, ao conferir nulidade valorativa à ontologia e a relegá-la à marginalidade para valorar estritamente a lógica e a gnosiologia, fornece à ciência moderna o posicionamento na teoria do conhecimento, o que isola e fragmenta o conhecimento.

Posicionamento que instaura um estar fragmentado a partir do qual o ser das direções de desenvolvimento possíveis para o conhecimento se fragmenta. Logo, o desenvolvimento do conhecimento igualmente desenvolve a fragmentação da qual parte e a supera em novas fragmentações que tornam insolúveis os problemas postos ao conhecimento na pretensão da verdade.

À vista disso, depreendemos que ao ignorar as determinações ontológicas definidoras do que é a singularidade de uma contribuição por orientarem a finalidade da contribuição na afirmação de uma proposta absoluta, o desenvolvimento das perspectivas incorporado ao desenvolvimento das divergências se encontram centradas no desenvolvimento lógico-gnosiológico. Nestes termos, as próprias propostas que afirmam a necessidade da reaproximação com a ontologia partem de fundamentos lógicos que aderem com profundos limites as determinações ontológicas. Esse limites se desenvolvem no desenvolvimento das perspectivas que se apartam e limitam as possibilidades de interlocução, o que estabelece a manifestação de expressões que resultam da compreensão da impossibilidade de superação das contradições desse movimento de isolamento em busca do absoluto no interior das regras que o organizam.

Essas expressões irrompem como forma de ser na/da constituição de perspectivas que negam as regras que orientam a reprodução da procura por uma organização racional que conceba explicações absolutas a respeito da integralidade da realidade. Portanto, tais expressões reconhecem uma necessidade objetiva, pretendem constituir uma forma que torne consciente as determinações existentes que nega as limitações lógico-gnosiológicas

que se orientam para a finalidade de inverter a realidade e, dessa/nessa inversão, atribuir à consciência a determinação da existência. Decerto, uma impossibilidade ontológica que se expressa nos incessantes e não-solucionáveis problemas da teoria do conhecimento.

A possibilidade valorada na qualidade de alternativa com maior adequação a orientar uma finalidade de satisfação dessa necessidade objetiva, entretanto, instaura uma negação que afirma a superação das limitações modernas por meio da constituição de uma concepção de realidade que recorre aos mesmos princípios da limitação que propõe superar. Esse apelo ao enraizamento idêntico subverte e/ou traveste a raiz comum que discursivamente conforma a sua efetiva negação absoluta.

A identidade travestida de não-identidade se manifesta na medida em que inflige à realidade uma definição determinada por atributos lógico-gnosiológicos, que concebem equivalência entre a limitação definida pela ontológica impossibilidade de apreensão da totalidade da realidade pela racionalidade e uma idêntica impossibilidade da totalidade asseverada enquanto qualidade de existência da realidade. Em outros termos, a apreensão fragmentada dos conteúdos da realidade pela racionalidade expressa, em verdade, a fragmentação como forma de ser da própria realidade, o que qualifica como um disparate a pretensão das perspectivas constituídas assentadas na concepção da totalidade enquanto forma de ser da realidade.

O necessário movimento de superação das falaciosas pretensões absolutas da ciência e da Filosofia modernas se realiza por meio do empreendimento de uma alternativa que respalda a fragmentação e instaura as incertezas enquanto consequências inevitáveis da fragmentação da própria realidade. Nessa direção, a existência humana integra a existência da realidade enquanto uma reconstrução fluída de sentidos que o indivíduo, enquanto expressão fragmentada da existência humana que é expressão fragmentada da existência da realidade, atribui a si próprio.

O indivíduo, diante dessa concepção do seu lugar no mundo, orienta as suas atividades práticas por uma ética de autosatisfação das necessidades transitórias que definem o que é o indivíduo pelo conjunto de retalhos de referências diversas que compõe a sua singularidade livremente definida. Por essa razão, não existe nenhuma incoerência no indivíduo que define os sentidos da sua existência por meio da realização de atividades práticas outrora definidas por fundamentos distintos e incompatíveis.

Esse indivíduo, a título de exemplo, pode agrupar na sua agenda de atividades

cotidianas a fragmentação espacial que se incorpora aos fragmentos que o definem, o que permite ao mesmo indivíduo participar de um culto em uma igreja evangélica, integrar uma banda de *cover* dos *Sex Pistols*, conservar a saúde e estética corporal frequentando uma roda de capoeira, dentre outras atividades possíveis.

Com base nesse mesmo fundamento, esse mesmo indivíduo pode conceber fragmentos da concepção ontológica religiosa, que reproduz praticamente na participação dos cultos, e instaurar com outros fragmentos de divergentes fundamentações uma concepção de ontologia, de estética de ética, de moral. Desse modo, não existe nenhuma incoerência em um indivíduo ser evangélico e, ao mesmo tempo, ser igualmente constituído e orientado por concepções morais e políticas que contradizem os seus fundamentos religiosos.

Por essa mesma razão, o indivíduo despreza a necessidade de recorrer a abstrações que complexificam o imediato e desse distam, e interpretam a volumosa e vorazmente descartável quantidade de informações nas diversas mídias que o constroem incessantemente com velocidade correspondente, que não admite um esforço de articulação da realidade direcionado à totalidade.

No contexto de reprodução do gênero humano que integra o progressivo incremento percentual de indivíduos que se reproduzem integrados a essa concepção de realidade e da própria existência, a interlocução se deteriora qualitativamente na miscelânea de agrupamentos fragmentados e a massificação de interpretações fragmentadas e invertidas da realidade se amplifica com a dilaceração das necessidades de aprofundamento da abstração. Dilaceração potencializada com o veloz descarte e substituição das informações em expressiva quantidade e concernentes a diversificados fragmentos da realidade, o que aprofunda as potencialidades de alienação com os mesmos mecanismos que ampliam e aceleram o consumo e se definem enquanto tecnologias libertadoras.

As mesmas tecnologias que constituíram as condições para a subversão de mercados consolidados, a exemplo da indústria fonográfica que, na atualidade, se reproduz com uma velocidade incompatível com a composição de uma expressão artística autêntica, essa subsumida ao valor de troca potencializado pela reconstrução da indústria fonográfica com a progressiva desvalorização dos álbuns que são substituídos por fragmentos produzidos em conformidade com as regras definidas pelo mercado.

Diante disso, essa indústria instaura a produção e comercialização centrada em

“faixas” que caracterizam potenciais *hits*, e essa produção produz as determinações para o consumo da mercadoria, o que se expressa na substituição da apreciação integral de um álbum pela possibilidade individual de agrupar *hits* de gêneros musicais diversos em uma lista de reprodução.

Possibilidade que se apresenta na qualidade de libertadora, na medida em que não mais se define uma imposição rígida e genérica ao indivíduo, mas permite ao indivíduo compor o seu singular gosto musical agrupando fragmentos que se articulam com a definição da sua existência. Resulta dessa possibilidade, decerto, a tendência de desvanecimento dos elementos artísticos autênticos que são subsumidos pela maximização do valor de troca e, por conseguinte, o empobrecimento das condições para o apropriar e o experimentar a expressiva riqueza artística produzida na história humana.

Ademais, a tendência decrescente de elementos artísticos autênticos instaura a tendência decrescente de referenciais espaciais que necessariamente integrariam a experiência do confronto entre indivíduo e gênero que irrompe na obra de arte. Portanto, a submissão imposta pela necessidade de potencialização máxima do valor de troca expressa a sua existência interpenetrada pela descontinuidade da relação da reprodução social com o espaço para aprofundar continuidades orientadas à conservação do capital.

Regressando aos conflitos e divergências reproduzidos em âmbito acadêmico, faz-se premente explicitar e delimitar que a referência da argumentação que defende a fragmentação da realidade é corroborada pela orientação pós-moderna da superação dos limites das perspectivas pautadas na totalidade. Orientação concebida qualitativamente de modos distintos, que se expressa enquanto afirmação da inexistência da totalidade e, nestes termos, a declaração da invalidade das proposições engendradas nas concepções de totalidade.

Entretanto, considerando a realidade não unitária mas fragmentada, a orientação pós-moderna permite recortar fragmentos dos fundamentos das diversas perspectivas e articular uma forma “miscigenada” de apreensão e interpretação do conteúdo, necessariamente fragmentado enquanto expressão da realidade. Em resumo, a pós-modernidade constitui uma concepção de mundo que se reproduz nos diversos elementos que constituem as atividades práticas da reprodução do homem, seja para, conforme aponta Marx (2012), satisfazer as necessidades do estômago ou da fantasia, as necessidades de conservação biológica ou as necessidades forjadas no âmbito da totalidade social na

conservação da dinamicidade estrutural de momento historicamente determinado.

Depreendemos, à vista disso, que a diversidade de concepções enraizadas nos fundamentos da fragmentação pós-moderna não realizam uma ruptura radical com a modernidade. Inegavelmente, instauram a realização de finalidades orientadas para fundar descontinuidades na realidade existente e direcionam a interpretação estritamente no isolamento que confere o valor absoluto dessas, fragmentando-as das condições precedentes. Esse direcionamento ilumina as condições de relação do sujeito com o objeto e, por conseguinte, constrange as condições para a produção do conhecimento, interpreta de modo fragmentado as descontinuidades de modo coerente com a concepção da realidade.

Contudo, a restituição da existência das descontinuidades integradas à realidade concebida enquanto totalidade em movimento, unidade da diversidade, redefine as descontinuidades a partir das relações com objetos fora da delimitação do seu fragmento e desvelam aspectos impreteríveis à aproximação para a correção da apreensão movida e movente da indagação “o que é essa descontinuidade(?)”.

Nesta direção, resgatando as reflexões e exemplos construídos anteriormente neste item, depreendemos a pertinência de corroborar o tratamento da indagação nos fundamentos para apreensão das relações das descontinuidades com as continuidades e do movimento encetado nas novas condições que manifestam a integração de ambas.

Isso posto, consideramos que as descontinuidades associadas às concepções pós-modernas se reproduzem, impõem determinações ao movimento da realidade, enquanto condições superiores de aprofundamento das continuidades da modernidade, mais profícuas à conservação e reprodução do capital e que inverte a realidade direcionando a interpretação das novas condições existentes enquanto interpenetração harmoniosa entre o desenvolvimento do capital e o desenvolvimento progressivo da plenitude de sentido à reprodução individual e genérica da sociedade.

As mudanças do capital que se manifestam com maior expressão não podem ser identificadas na qualidade de manifestação da sua iminente ruína. Ou se estabelece equívoco idêntico de isolar as descontinuidades enquanto plena expressão da sua existência. O que não equivale a desconsiderar as crises do capital, mas de investigar as possíveis limitações das formas de apreensão dessas crises, que limitam as direções possíveis às atividades teóricas e práticas de transformação da realidade social.

A realidade ultrapassa o imediatamente sensível, se constituindo concomitantemente de movimento e de mudança, ambos em termos quantitativos e qualitativos. Compreende igualmente a direção da transformação e as suas leis. Portanto, “a realidade objetiva sendo ela mesma um processo feito do movimento dos fenômenos que evoluem para tornar-se seu contrário, a reflexão não poderia pretender reproduzi-la de uma maneira adequada, a não ser com a condição de ser ela mesma dialética” (LUKÁCS, 1979a, p. 230).

A negação da mutabilidade enquanto propriedade imanente da dinamicidade estrutural da matéria e das qualidades com reconhecida especificidade no plano ontológico condiciona ausência de alternativas ao proceder da negação da objetividade da existência da realidade. A reposição dessa concepção problemática com a inversão da autoridade conferida ao plano subjetivo revalida idêntica negação da objetividade e inviabiliza o reconhecimento correto das diferenças e das relações que integram a unidade composta pelo sujeito e pelo objeto. As concepções pejadas nos aludidos direcionamentos postulam óbices e condenam ao posto de insolúvel o problema das relações dialéticas do absoluto e do relativo no movimento do real.

A Geografia e a apreensão do processo de reprodução do espaço se constituem de maior valoração frente as necessidades de reflexão a respeito dos limites postos que apartam o movimento de desenvolvimento material das ideias do movimento de desenvolvimento material da unidade e diversidade da existência.

Decerto, no momento hodierno a intensificar a dilaceração da dimensão subjetiva que se destitui das potencialidades a um autêntico irromper da plenitude da realização humana individual e genérica, apartam a manifestação no plano subjetivo das contradições objetivas e genéricas. Uma Geografia Crítica e radical deve se orientar para desvelar as contradições que se manifestam no plano subjetivo dilacerando a existência na desumanidade do indivíduo. Orientar-se para essa direção, no entanto, apresenta a necessidade de uma profunda investigação de natureza ontológica, para o desenvolvimento teórico que transcenda o mero caráter denunciativo. Isso significa reconhecer a existência objetiva das questões subjetivas tratadas pelas perspectivas pós-modernas, desvelando como a desrealização objetiva no plano subjetivo se apresenta enquanto condição para a reprodução do capital no momento hodierno. E isso implica o tratamento da relação entre indivíduo e gênero, o que remete aos problemas éticos e ao destino da humanidade.

A compreensão moderna reproduzida na perspectiva neopositivista demarca a

concepção que consagra ao conhecimento científico aplicado na composição das tecnologias a configuração ideológica que direciona a resolução dos problemas manifestados na reprodução das relações sociais se realizam estritamente por meio do aprofundamento da ciência no incremento dos artefatos tecnológicos. Consequentemente, postula a necessidade de neutralidade em relação aos elementos estruturais da sociedade e inequívoca objeção a qualquer pretensão de intervenção enquanto finalidade da ciência.

O marxismo, nesta direção, se apresenta relevante ao reconhecimento da materialidade que identifica a reprodução do sujeito e do mundo, desconstruindo as dualidades imperativas no pensamento moderno e pós-moderno. A Geografia fomentada a partir do pensamento pós-moderno reconhece a centralidade das categorias do pertencimento e da identidade de modo a conformar uma subjetividade absoluta que, para tanto, procede a fragmentação do espaço ao âmbito do imediato enquanto totalidade da constituição da existência do sujeito que reproduz as suas experiências vividas na limitação da sensibilidade frente a manifestação sensível da existência da realidade.

Depreendemos, portanto, que a ontologia do espaço manifesta potencialidades para reorientar as finalidades da atividade prática da apreensão da realidade. Contudo, ajuizar uma integração com a ontologia marxista proposta por Lukács implica superar as críticas postas a partir das regras da modernidade e da pós-modernidade, e não desenvolver uma interlocução submetida aos critérios lógico-gnosiológicos. Impendente retirar as “pedras do caminho” e, para tanto, precede reconhecer as pedras ou percorreremos caminhos com pedras que deixaremos permanecer por reconhecer a inversão da realidade. É necessário contribuir para um caminho desprovido de pedras, contribuir para a construção de um pressuposto aos passos. Esse pressuposto deve ser incessantemente interrogado, e não silenciosamente acatado e protegido. Mas o pressuposto é resultado do percurso percorrido ao seu encontro. O percurso é construído e percorrido pelos passos. Os passos são conduzidos na investigação pelo autor. Esse, portanto, deve incessantemente negar a si mesmo e integrar interlocuções que potencializem as negações, para que os seus passos percorram um percurso que progressivamente o aproximem da finalidade posta.

6.2.1.2. O Momentâneo Findar dos Passos

Para finalizar, relato outro diálogo, com outro professor, a respeito do movimento do

findar de uma tese. Esse professor, de modo assemelhado ao primeiro, utiliza certo tom de gracejo para amenizar as tensões da etapa de finalização da redação da tese. Afirma que findar do decurso da elaboração de uma tese é determinado necessariamente por 3 (três) fases: (1) iniciamos uma tese com objetivo de salvar o mundo; (2) no transcurso de desenvolvimento, o objetivo se altera para salvar a tese; (3) por fim, o objetivo se reduz a salvar “a pele”. Consideramos, fundamentados no desenvolvimento da tese e em conformidade com a nossa exposição e na síntese construída neste Capítulo, que salvar “a pele” é correspondente a salvar o mundo, com diferenças que se unificam mediadas pelo salvar a tese. O salvar a tese consagra a relação entre o indivíduo (“a pele”) e o gênero (“o mundo”), relação que a tese aponta para a necessidade de reconstrução, de superação e restituição.

Constituindo uma analogia a partir do Zaratustra de Nietzsche, pensar as possibilidades de reconstrução da relação entre o indivíduo e o gênero é a seta, meta e tarefa para todos e para ninguém, na medida em que é a própria congregação que deflagra o existir da/com plenitude de sentido e que pesaria insuportavelmente sobre um indivíduo mas que, caso invertido o peso sobre o gênero — grosso modo, diluído sobre todos os indivíduos —, não pesaria sobre ninguém e principiaria o vir-a-ser da plenitude que, contraditoriamente, se afirmaria na leveza. Leveza idêntica e contrária à conservada e reproduzida na ética da individualidade burguesa.

Apesar disso, e diante da valoração que prioriza a necessidade de salvar “a pele”, é pertinente apontar outro aspecto primordial da síntese entre identidade e não-identidade a permear a identidade da tese que apresentamos para defesa. Inegavelmente, existe uma relação indissociável entre, por um lado, os fundamentos e direcionamentos postos pela tese proposta e balizadores do procedimento de avaliação da qualificação da potencialidade das contribuições encetadas e, por outro lado, os limites e condições objetivas e subjetivas do autor para qualificar a tese objetivando-a na exposição e que igualmente balizam o procedimento de avaliação. No entanto, sublinhamos as diferenças que integram a unidade dessa relação e que, do mesmo modo, conferem unidade e diferenças entre a avaliação da qualidade potencial da tese e a avaliação da qualidade da exposição realizada pelo autor.

Diferenças que não se confundem com as diferenças entre a imperfeição da forma objetiva da ideia e a perfeição da ideia ou a assemelhada “diferença ontológica”, mas diferenças que por pretenderem expressar a constituição da crítica frente a imutabilidade

imóvel das diferenças intransponíveis, se obrigam a direcionar para a uma possibilidade de superação que conserva e modifica.

* * *

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBINATI, Ana Selva C. B. Lukács: pensar a ética a partir de Marx. **Sapare Aude**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, 2015.

ALBUQUERQUE, Emanuel Lindemberg S. Dialética da/na natureza: algumas análises, reflexões e considerações. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 16, n. 1, 2014.

ALMEIDA FILHO, Naomar. Engels e a ciência contemporânea. In: MOURA, M. C. B. de; FERREIRA, Muniz; MORENO, Ricardo (orgs.). **Friedrich Engels e a ciência contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2007.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Práxis, 1999.

ANGIONI, Lucas. A noção aristotélica de matéria. **Caderno de História e Filosofia da Ciência**, Campinas, série 3, v. 17, n. 1, 2007a.

_____. Aristóteles e a noção de sujeito de predicção (Segundos Analíticos I 22, 83A, 1-14). **Philosophos**, Goiânia, v. 12, n. 2, 2007b.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Gilvan Charles C. A espacialidade do ser em sua escrita e leitura. **Saberes**, Natal, v. 1, n. 11, 2015.

ARJIPSEV, F. T. **A matéria como categoria filosófica** (até meados do séc. XIX). Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

BARRA, Eduardo Salles de O. Newton sobre movimento, espaço e tempo. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, série 3, v. 3, n. 1/2, 1993.

BAUAB, F. P. **Da Geografia Medieval às origens da Geografia Moderna**: contrastes entre diferentes noções de natureza, espaço e tempo. 2005. 304 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BERNARDES, Antonio H. **Das perspectivas ontológicas à natureza do internauta**: contribuição à epistemologia da Geografia. 2012. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

_____. Aparência, ser e forma: a ontologia do espaço em Armando Corrêa da Silva. **Geographia**, Niterói, v. 15, n. 30, 2013.

BITETI, Mariane de Oliveira. **Uma reflexão sobre o tema da ontologia na Geografia**. 2007. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

_____. **O em-si-para-o-outro-para-si**: o ôntico e o ontológico como dimensões do ser geográfico. 2014. 137 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

BLANC, Mafalda de F. **Introdução à ontologia**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

_____. **Estudos sobre o ser**. Vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

_____. **Estudos sobre o ser**. Vol. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. 2a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CALÇAVARA, R. A. **O sentido da ontologia do espaço para a dissolução da dicotomia Geografia Física – Geografia Humana**: estudo de caso sobre a Geografia Crítica brasileira a partir do pensamento de Martin Heidegger. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

CAMACHO, A. R. **A Geografia no nascimento do mundo**: existência e conhecimento. 2008. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CAMPOS, Neio. **Método dialético**: reflexões com vistas a sua aplicação na ciência geográfica. Brasília, 2013. (Apostila destinada ao curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília).

CANÁRIO, L. P. **O lugar do espaço em *Ser e Tempo***. 2005. 115 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

CAPEL, Horacio. **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1981.

CERQUEIRA, Hugo Eduardo da Gama. **Da MEGA à MEGA2**: breve história da edição crítica das obras de Karl Marx. Texto para discussão, n. 506. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2014.

CHAUÍ, Marilena. Vida e obra. In: **Kant** (Coleção os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1999.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia do espaço da miséria. **Scientia Plena**, v. 1, n. 6, 2005.

_____. Limites e possibilidades do pensamento geográfico: uma leitura a partir dos/nos espaços e tempos da Geografia da miséria. **Geonordeste**, Aracaju, ano XXIV, n. 2, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. **A cidade**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, Marcos Bernadino de. Geografia e complexidade. In: SILVA, A. A. D.; GALENO, A.(orgs.). **Geografia**: ciência do complexus — ensaios transdisciplinares. Porto Alegre: Sulina, 2004.

CINDRA, José Lourenço. A física e as leis da dialética. **Revista Brasileira do Ensino de Física**, v. 20, n. 2, 1998.

COLLINGWOOD, R. G. **Ciência e Filosofia**: a ideia de natureza. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

COSTA, F. J. F. **Ideologia e educação na perspectiva da ontologia marxiana**. 2007. 159 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

COSTA, G. M. da. **Trabalho e Serviço Social**: debate sobre a concepção de serviço social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács. 1999. 122 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

_____. **Trabalho, individualidade e pessoa humana**. 2005. 216 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

_____. Contribuição da análise imanente à pesquisa de textos. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, ano 1, n. 1, 2009.

_____. Lukács e as funções da consciência na reprodução social. **Outubro**, n. 19, 2011.

COSTA, M. H. M. da. **As categorias Lebensäusserung, Entäusserung, Entfremdung e Veräusserung nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de Karl Marx de 1844**. 1999. 177 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

_____. A diferença entre as categorias alienação e estranhamento nos manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx de 1844. **Verinotio**, n. 3, ano 2, outubro de 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. Lukács, a ontologia e a política. In: ANTUNES, R.; RÊGO, W. L. (org.). **Lukács: um galileu no século XX**. São Paulo: Boitempo, 1996.

_____. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

CREASE, Robert P. Hermenêutica e ciências naturais: introdução. **Ekstasis: revista de fenomenologia e hermenêutica**, v. 1, n. 2, 2013.

DAHMEN, Sílvio R. Einstein e a Filosofia. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 28, n. 1, 2006.

DAL ROSSO, Sadi. **Construção de projetos de pesquisa em sociologia**. Brasília: [s.n.], 2006.

DAMIANI, Amélia Luisa. **Espaço e Geografia**: observações de método. 2008. 414 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1980.

DUTRA JR., W.; CONCEIÇÃO, A. L. A Geografia da acumulação – reflexões acerca dos territórios do trabalho e da riqueza abstrata. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 11, n. 1, 2010.

EINSTEIN, Albert. Física e realidade. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 28, n. 1, 2006.

ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da Filosofia clássica alemã. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Textos filosóficos**. Lisboa: Presença, 1974.

_____. **Anti-Dühring**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

_____. **Dialéctica da natureza**. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FATALIEV, Kh. **O materialismo dialético e as ciências da natureza**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

FEIJÓ, R. **Metodologia e Filosofia da ciência: aplicação na teoria social e estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2003.

FERRAZ, C. B. O. A geografia da educação na sociedade do conhecimento: sombras do desconhecimento. In: NUNES, Flaviana Gasparotti (org.). **Ensino de Geografia: novos olhares e práticas**. Dourados: Editora UFGD, 2011.

FORTES, R. V. **Trabalho e gênese do ser social na "Ontologia" de George Lukács**. 2001. 198 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

_____. Lukács e la determinazione della sua metodologia di Marx. **Quaderni Materialisti**, Milão, número 9, 2010, p. 87-101.

_____. György Lukács e a inflexão da ontologia. Ser, objetividade e história no pensamento de Karl Marx. **Verinotio**, n. 13, ano VII, 2011.

FREDERICO, Celso. Lukács: o caminho para a ontologia. **Novos Rumos**, ano 22, n. 48, 2007.

FREIRE JR., Olival. A atualidade de 'Materialismo e Empirio-criticismo', 75 anos depois de sua publicação. **Princípios**, São Paulo, v. 8, 1984.

_____. **Conceitos de física quântica**. Vol 1. 2ª ed. São Paulo: Livraria da Física, 2005.

_____. O legado de Engels na prática das ciências da natureza no século XX. In: MOURA, M. C. B. de; FERREIRA, Muniz; MORENO, Ricardo (orgs.). **Friedrich Engels e a ciência contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GOMES, Horieste. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GORENDER, J. Introdução - O nascimento do Materialismo Histórico. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HAHN, Erich. Il problema dell'ideologia nell'ontologia dell'essere sociale. **Quaderni Materialisti**, Milão, número 9, 2010, p. 77-85.

HARTMANN, Nicolas. **Ontologia**. Volumes I, II, III, IV e V. México: Fondo de Cultura Econômica, 1954-1960.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **Condição Pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **The enigma of capital**: and the crisis of capitalism. Londres: Profile Books, 2010.

_____. **Para entender O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HAWKING, Stephen. **Uma breve história sobre o tempo**: do Big Bang aos buracos negros. São Paulo: Círculo do Livro, 19??.

HAWKING, Stephen; MLODINOW, Leonard. **O grande projeto**: novas respostas para as questões definitivas da vida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

HEGEL, Georg Wihelm Friedrich. **Ciência da lógica** (excertos). São Paulo: Barcarolla, 2011.

HEIDEGGER, Martin. **Introdução à metafísica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

_____. **Ser e tempo**. Parte 1. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002a.

_____. **Ser e tempo**. Parte 2. 10a ed. Petrópolis: Vozes, 2002b.

_____. A questão da técnica. **Scientiæ Studia**, São Paulo, v. 5, n. 3, 2007..

HEISENBERG, Werner. **Física e Filosofia**. Brasília: EDUnB, 1981.

HENRIQUES, L. S. N. Sobre a relação entre ciência e ontologia. **Temas de ciências humanas**, São Paulo, v. 4, 1978.

HESSE, Mary. BACON, Francis. In: GILLISPIE, C. C. (org.). **Dicionário de biografias científicas**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

HOLZER, Werther. **Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar**: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI. 1998. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. A construção de uma outra ontologia geográfica: a contribuição de Heidegger. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 2, 2010.

_____. A fenomenologia-ontológica-estrutural de Armando Corrêa da Silva: variações sobre o tema. **Geograficidade**, v. 4, n. 1, 2014.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 14^a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

HUNGARO, Edson Marcelo. **Trabalho, tempo livre e emancipação humana**: os determinants ontológicos das políticas sociais de lazer. 2008. 140 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

IFRANCA, Antonino. L'eredità classica della categoria lukacsiana del lavoro nel pensiero dell'ultimo Lukács. **Trans/form/ação**, São Paulo, n. 15, 1992, p. 53-64.

JAMESON, Frederic. O pós-modernismo e o mercado. In: Žižek, S. (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

JAMMER, Max. **Conceitos de espaço**: a história das teorias do espaço na física. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010.

JAPIASSU, Hilton. **Francis Bacon**: o profeta da ciência moderna. São Paulo: Letras & Letras, 1995.

KIMBLE, G. H. T. **A Geografia na idade média**. 2ª ed. Londrina: EDUEL; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

KOFLER, Leo; ABENDROTH, Wolfgang; HOLZ, Han Heinz. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Cosmos, 1946.

LACOSTE, Yves. **A Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo: Papyrus, 1993.

LEAKEY, R. E. **A origem da espécie humana**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

LEAL, F. M. **Coordenadas geográficas: ser-no-mundo**. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LÉFÈBVRE, H. **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa: Ulisseia, 1972.

_____. **Lógica formal/Lógica dialética**. 2ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Méthodologie des sciences**. Paris: Anthropos, 2002.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

LEITE, Anderson; SIMON, Samuel. Werner Heisenberg e a Interpretação de Copenhague: a Filosofia platônica e a consolidação da teoria quântica. **Scientiæ Studia**, São Paulo, v. 8, n. 2, 2010.

LEITE, M. B. Heidegger e o fundamento ontológico do espaço. **DIÁLOGOS – Revista dos Estudos Culturais e da Modernidade**, n. 8, fev/mar, 2013.

LENINE, V. I. **Materialismo e empiriocriticismo**: novas críticas sobre uma Filosofia reacionária. 2ª ed. Lisboa: Estampa, 1975.

LESSA, Sergio. Lukács: trabalho, objetivação, alienação. **Trans/form/ação**, São Paulo, v. 15, 1992.

_____. **A centralidade do trabalho na Ontologia de Lukács**. 1994. 309 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

- _____. Lukács: ontologia e historicidade. **Trans/form/ação**, São Paulo, v. 19, 1996.
- _____. O reflexo como "não-ser" na ontologia de Lukács: uma polêmica de décadas. **Crítica Marxista**, v. 1, n. 4, 1997.
- _____. Notas sobre a historicidade da essência em Lukács. **Novos Rumos**, v. 30, 1999.
- _____. Lukács: porque uma ontologia no século XX? In: BOITO JR., A.; TOLEDO, C. (orgs.). **A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações**. São Paulo: Xamã, 2000.
- _____. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- LOPES, F. M. N. **Lukács: estranhamento, ética e formação humana**. 2006. 177 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- _____. Os prolegômenos de uma Ética na Ontologia de Lukács. **Argumentos**, Fortaleza, ano 6, n. 11, 2014.
- LUKÁCS, György. **El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Shelling hasta Hitler**. México: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- _____. **Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria da estética**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- _____. **História e consciência de classe**. Porto: Escorpião, 1974.
- _____. **Per l'ontologia dell'essere sociale**. Roma: Riuntini, 1976-1981.
- _____. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de ciências humanas**, São Paulo, v. 4, 1978.
- _____. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979a.
- _____. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979b.
- _____. **Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins**. Darmstadt: Luchterhand, 1984-1986.
- _____. **Pensamento vivido: autoquestões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. biografia em diálogo: entrevista a István Eörsi e Erzsébet Vezér. São Paulo: EDUFV, 1999.

_____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MALPAS, Jeff. Geografia, biologia e política: Heidegger sobre lugar e mundo. **Natureza Humana**, v. 11, n. 1, 2009.

MARANDOLA JR., Eduardo. Heidegger e o pensamento fenomenológico em Geografia: sobre os modos geográficos de existência. **Geografia**, Rio Claro, v. 37, n. 1, 2012.

_____. Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na Geografia contemporânea. **Geograficidade**, v. 3, n. 2, 2013.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARINHO, S. C. **Um homem, um lugar**: Geografia da vida e perspectiva ontológica. 2010. 335 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARQUIT, Erwin. Contradições na dialética e na lógica formal. **Princípios**, n. 43, 1996.

_____. Dialectical materialism in physical theory. **Leibniz-Sozietät**, Berlin, n. 64, 2004.

MARTINS, Elvio Rodrigues. Geografia e ciências geográficas. **Margem**, São Paulo, n. 7, 1998.

_____. Lógica e espaço na obra de Immanuel Kant e suas implicações na ciência geográfica. **Geographia**, Niterói, ano 5, v. 9, 2003.

_____. Geografia e ontologia. **GEOUSP – Espaço e tempo**, São Paulo, n. 21, 2007.

_____. Pensamento geográfico é Geografia em pensamento. In: KATUTA, A. M. et al. (org.). **Geografia e mídia impressas**. Londrina: Moriá, 2009.

_____. As dimensões do geográfico: um diálogo com Armando Corrêa da Silva. **GEOUSP – Espaço e tempo**, São Paulo, v. 18, n. 1, 2014.

MARTINS, M. V. Do trabalho à ética: um percurso de Lukács na Ontologia (notas sobre o volume II da obra). **Marx e o Marxismo**, v. 2, n.2, 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

- _____. **Crítica da Filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **O Capital**. 30ª ed. Livro I, Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- McGUIRE, J.; TUCHANSKA, B. Da ciência descontextualizada à ciência no contexto social e histórico. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2013.
- MENDONÇA, F. Dualidade e dicotomia da Geografia moderna: a especificidade científica e o debate recente no âmbito da Geografia brasileira. **RA'E GA – O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 2, 1998.
- MENEGASSI, R. J.; CHAVES, M. I. A. O título e sua função estratégica na articulação do texto. **Linguagem & Ensino**, Vol. 3, No. 1, 2000.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MOLINA, Jorge Alberto. Observações sobre a concepção kantiana do espaço. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, série 3, v. 3, n. 1/2, 1993.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Em busca da ontologia do espaço. In: MOREIRA, R. **Geografia: teoria e crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. **Ideologias geográficas**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- _____. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 1, 2014.
- MOREIRA, Ruy. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil** (estudo sobre sociedade e espaço). Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- _____. **O discurso do avesso**: para a crítica da Geografia que se ensina. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.
- _____. Assim se passaram dez anos (A renovação da Geografia no Brasil no período 1978-1988). **Geographia**, Niterói, ano 2, n. 3, 2000.

_____. Marxismo e Geografia (A geograficidade e o diálogo das ontologias). **Geographia**, Niterói, ano 6, n. 11, 2004.

_____. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2011.

MURCHO, Desidério. **Sete Ideias Filosóficas que Toda a Gente Deveria Conhecer**. Lisboa: Bizâncio, 2011.

NABOZNY, Almir. Anotações de leitura, um convite para ler a tradução de "O home e a terra" de Eric Dardel. **Geograficidade**, v. 2, n. 2, 2012.

NEGRETTE, C. **As relações entre a concepção de natureza de F. Engels e a hipótese de A. I. Oparin sobre o problema da origem da vida na Terra**. 2006. 114 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) - Programa de Pós-Graduação em História da Ciência, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

NICOLLI, A. A. **Perfil conceitual de morte e a abordagem pedagógica do ciclo de vida, no ensino de ciências**. 2009. 236f. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma Filosofia do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **O crepúsculo dos ídolos: ou como se filosofa com o martelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **A gaia ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLDRINI, Guido. Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács. In: PINASSI, M. O.; LESSA, S. **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética. In: SANTOS, M. (org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1982.

Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, 3., **Anais**, Rio de Janeiro, 2012a.

OLIVEIRA JR., Gilberto. Reflexões sobre a crítica da entificação social do ser na ontologia do espaço geográfico. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 10., **Anais**, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

_____. O espaço enquanto complexo social - notas introdutórias. Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 14., **Anais**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

_____. Ontologia do espaço: uma proposta de aproximação com a ontologia lukacsiana. Colóquio Ibérico de Geografia, 14., **Anais**, Universidade do Minho, Guimarães, Portugal, 2014.

_____. Ontologia do ser social e espaço geográfico: reflexões a partir da ontologia lukacsiana. Encuentro de Geógrafos de América Latina, 15., **Anais**, Havana (Cuba), 2015.

_____. Totalidade e trabalho: contribuições para o debate da ontologia do espaço. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 11., **Anais**, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2015.

PANIAGO, Cristina. A possibilidade ontológica do conhecimento. In: LESSA, S. (org.). **Habermas e Lukács: método, trabalho e objetividade**. Maceió: EDUFAL, 1996.

PATRIOTA, R. **A relação sujeito-objeto na Estética de Georg Lukács**: reformulação e desfecho de um projeto interrompido. 2010. 497 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

PAULO NETTO, José. **Lukács e a crítica da Filosofia burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1978.

_____. **Georg Lukács: o guerreiro sem repouso**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Razão, ontologia e práxis. **Serviço Social e Sociedade**, ano XV, n. 44, 1994.

PATY, Michel. Construção matemática da realidade do espaço-tempo na teoria da relatividade. In: ÉVORA, F. R. R. (org.). **Espaço e tempo**. Campinas: UNICAMP; CLE, 1995.

_____. Campo contínuo e quanta: as duas abordagens teóricas da matéria segundo Einstein — a relação da teoria com seu objeto. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, n. 30, 2005.

_____. **Einstein: ou a criação científica do mundo**. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.

PENNA, Nelba Azevedo. **Modernidade e pobreza: um pensamento que se impõe ao mundo**. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Ensaio de Geografia contemporânea – Milton Santos: obra revisitada**. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2003.

PERARNAU, Marti. **Guardiola confidencial**. Campinas: Grande Área, 2015.

PEREIRA, M. F. R. A Geografia no pensamento filosófico. **Mercator**, Fortaleza, ano 5, n. 10, 2006.

PEREIRA JR., Alfredo. Auto-organização, espacialidade e temporalidade biológicas. In: ÉVORA, F. R. R. (org.). **Espaço e tempo**. Campinas: UNICAMP; CLE, 1995.

PETRÔNIO, Rodolfo. Epistemologia da matéria: algumas reflexões sobre sua representação e estatuto ontológico. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 36, n. 4, 2014.

PRADO JR., Caio. **Dialética do conhecimento**. 2 tomos. São Paulo: Brasiliense, 1963.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

RAY, Christopher. **Tempo, espaço e Filosofia**. Campinas: Papyrus, 1993.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. Vol. 1: Antiguidade e Idade Média. São Paulo: Paulus, 1990a.

_____. **História da Filosofia**. Vol. 2: Do Humanismo a Kant. São Paulo: Paulus, 1990b.

_____. **História da Filosofia**. Vol. 3: Do Romantismo até nossos dias. São Paulo: Paulus, 1990c.

RECLUS, Élisée. A ação do homem como modificador das condições naturais, dominando e transformando a natureza. In: ANDRADE, M. C. de (org.). **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985a.

_____. A complexidade da reprodução do espaço geográfico. In: ANDRADE, M. C. de (org.). **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985b.

_____. O homem é a natureza adquirindo consciência de si própria. In: ANDRADE, M. C. de (org.). **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985c.

REIS, Luis Carlos Tosta. dos. Ontologia do espaço e movimento de renovação crítica da Geografia: o desafio da diferença ontológica. **Geografares**, Vitória, n. 7, 2009.

_____. A dimensão ontológica do movimento de renovação crítica na Geografia. Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, 3., **Anais**, Rio de Janeiro, 2012a.

_____. Ontologia e produção do espaço na Geografia – uma abordagem do tema através do diálogo entre Milton Santos e Heidegger sobre a técnica. **Geografares**, Vitória, n. 13, 2012b.

REIS JR., Dante Flávio da Costa. **Cinquenta chaves. O físico pelo viés sistêmico, o humano nas mesmas vestes... e uma ilustração doméstica: o molde (neo)positivista examinado em textos de Antonio Christofolletti**. 2007. 497 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

RELPH, Edward. Reflexões Sobre a Emergência, Aspectos e Essência de Lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Orgs.) **Qual o espaço do lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

RIBEIRO, J. C. **A Geografia das formas espaciais de reprodução da existência humana ao longo do tempo à luz do materialismo histórico-dialético**. 2006. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

RIBEIRO, W. C. Relação espaço/tempo: considerações sobre a materialidade e dinâmica da história humana. **Terra Livre**, São Paulo, n. 4, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. Alguns problemas atuais da contribuição marxista à Geografia. In: SANTOS, M. (org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1988a.

_____. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 5, 1988b. PERARNAU, Marti. Guardiola confidencial. Campinas: Grande Área, 2015.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996a.

_____. Por uma Geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 21, 1996b.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SARTORI, Vitor B. O segundo Heidegger e Lukács: alienação, história e práxis. **Verinotio**, n. 11, ano 6, 2010.

_____. Lukács e a questão da técnica em Heidegger. **Verinotio**, n. 12, ano 7, 2011.

_____. **Ontologia, técnica e alienação: para uma crítica ao direito**. 2013. 495 f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SCHMIDT, Alfred. **El concepto de naturaleza en Marx**. México: Siglo Veintiuno, 1976.

SCHRÖDINGER, E. A nossa imagem da matéria. In: BORN, M. et al. (orgs.). **Problemas da física moderna**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

SCRUTON, Roger. **Uma breve história da Filosofia moderna**: de Descartes a Wittgstein. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

SEMEGHINI, M. I. C. **Trabalho e totalidade na Ontologia do Ser Social de György Lukács**. 2000. 214 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

SERPA, P. B. Ontologia e epistemologia: uma leitura do marxismo de J. Chasin. **Cognitio-Estudos: Revista Eletrônica de Filosofia**, São Paulo, v. 9, n. 2, 2012.

SILVA, Armando Corrêa da. O espaço como ser: uma auto-avaliação crítica. In: MOREIRA, R. (org.). **Geografia: teoria e crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In: REYNAUD, A. et al. **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986a.

_____. **De quem é o pedaço?** São Paulo: Hucitec, 1986b.

_____. **O espaço fora do lugar**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. A aparência, o ser e a forma (Geografia e Método). **Geographia**, Niterói, ano 2, n. 3, 2000.

SILVEIRA, R. W. D. da; VITTE, A. C. A emergência de um novo saber geográfico: o retorno da ciência à Filosofia. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n. 23, v. 1, 2011.

SLEUTJES, Maria Helena. Pós-modernidade em Heidegger. **Revista Universidade Rural**, Série Ciências Humanas, v. 23, n. 2, 2001.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Esfingéticos enigmas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Volume 2/3, n. 1, 2000/2001. PERARNAU, Marti. Guardiola confidencial. Campinas: Grande Área, 2015.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Ciências humanas e sociais: ciências moles? A propósito do trabalho científico nesta contemporaneidade. **Geotextos**, Salvador, v. 7, n. 1, 2011.

_____. Geografia, paisagens e a felicidade. **GeoTextos**, v. 9, n. 2, 2013.

SPOSITO, Eliseu Saverio. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. Cidade: espaço e tempo (ensaiando a reflexão). **Geografia**, São Paulo, n. 11, 1992.

SPRINGER, Kalina Salaib. A concepção de natureza na Geografia. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 18, 2010.

STAAL, Rein. A história esquecida da pós-modernidade. **Dicta&Contradicta**, São Paulo, vol. 3, 2009.

SUBIRATS, Eduardo. **A cultura como espetáculo**. São Paulo: Studio Nobel, 1989.

SUERTEGARAY, Dirce Maria A. A geoquestões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 22, 1997.

_____. Geografia e interdisciplinaridade. Espaço geográfico: interface natureza e sociedade. **Geosul**, Florianópolis, v. 8, n. 35, 2003.

SVIDERSKI, V. I. **Espacio y tiempo**: ensaio filosófico. Montevideo: América Nueva, 1960.

TASSIGNY, M. M. Ética e ontologia em Lukács e o complexo social da educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, 2004, p. 83-93.

TEIXEIRA, Bernard. O mundo como região ontológica na fenomenologia heideggeriana. **Polêmica**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, 2012a.

_____. Um estudo sobre a ontologia do espaço na obra de Martin Heidegger. **GeoTextos**, Salvador, v. 8, n. 1, 2012b.

TERTULIAN, Nicolas. Uma apresentação à *Ontologia do ser social*, de Lukács. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 3, 1996.

- _____. O pensamento do último Lukács. **Outubro**, n. 16, 2007.
- _____. **Georg Lukács**: etapas de seu pensamento estético. São Paulo: EDUNESP, 2008.
- _____. Adorno-Lukács: polêmicas e mal-entendidos. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 9, 2009a.
- _____. Sobre o método ontológico-genético em Filosofia. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 27, n. 2, jul./dez., 2009b.
- _____. L'ontologia in Heidegger e in Lukács: fenomenologia e dialetica. **Quaderni Materialisti**, Milão, número 9, 2010a.
- _____. Lukács/Adorno: a reconciliação impossível. **Verinotio**, n. 11, ano VI, 2010b.
- _____. O grande projeto da Ética. **Verinotio**, n. 12, ano 4, 2010c.
- _____. Pós-facio. In: LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. Hartmann e Lukács: uma aliança fecunda (Parte II). **Crítica Marxista**, n. 33, 2011a.
- _____. Nicolai Hartmann e Georg Lukács: uma aliança fecunda (Parte I). **Crítica Marxista**, n. 32, 2011b.
- _____. A destruição da razão: 30 anos depois. **Verinotio**, n. 13, ano 7, 2011c.
- VAISMAN, Ester. A usina onto-societária do pensamento. **Verinotio**, n. 4, ano 2, 2006.
- _____. A obra tardia de Lukács e os revezes de seu itinerário intelectual. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 30, n. 2, 2007a.
- _____. As relações entre indivíduo e gênero: reflexões sobre os Prolegômenos para uma ontologia do ser social de G. Lukács. **Novos Rumos**, ano 22, n. 48, 2007b.
- _____. Marx e Lukács e o problema da individualidade: algumas aproximações. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2009.
- _____. A ideologia e sua determinação ontológica. **Verinotio**, n. 12, ano 6, 2010a.
- _____. György Lukács e il recupero del fondamento ontologico del marxismo. **Quaderni Materialisti**, Milão, número 9, 2010b, p. 35-52.

VAISMAN, Ester; FORTES, Ronaldo Vielmi. Apresentação. In: LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

VELLAY, Claudius. L'alienazione nell'ontologia di Lukács. Etica materialistica al di qua di fede e religione. **Quaderni Materialisti**, Milão, número 9, 2010, p. 53-75.

VITTE, Antonio Carlos. A terceira crítica kantiana e sua influência no moderno conceito de Geografia Física. **Geosp - Espaço e tempo**, São Paulo, n. 19, 2006.

YAKHOT, O. **O que é materialismo dialético?** Lisboa: Estúdios cor, 1974.

* * *